UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
FACULDADE DE ARTES E LETRAS
DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

RUI MIGUEL PEREIRA CAEIRO

RELAÇÕES QUE MOLDAM O CAMPO JORNALÍSTICO: ESTUDO COM FOCO NAS PERCEPÇÕES DE JORNALISTAS SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E REGULAÇÃO DA MÍDIA.

Recife, 2022

RUI MIGUEL PEREIRA CAEIRO

RELAÇÕES QUE MOLDAM O CAMPO JORNALÍSTICO: ESTUDO COM FOCO NAS PERCEPÇÕES DE JORNALISTAS SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E REGULAÇÃO DA MÍDIA.

Tese em co-tutela apresentada a Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, e ao Doutoramento em Ciências de Comunicação, da Universidade da Beira Interior, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientador: Professor Doutor Heitor Costa Lima da Rocha

Coorientadora: Professora Doutora Anabela Maria Gradim Alves

Recife, 2022

Catalogação na fonte
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

C127r Caeiro, Rui Miguel Pereira

Relações que moldam o campo jornalístico: estudo com foco nas percepções de jornalistas sobre condições de trabalho e regulação da mídia. / Rui Miguel Pereira Caeiro – Recife, 2022.

361f. il., fig., tab.

Sob orientação de Heitor Costa Lima da Rocha.

Coorientação de Anabela Maria Gradim Alves.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2022.

Inclui referências e apêndices.

1. Comunicação. 2. Jornalistas. 3. Condições de trabalho. 4. Regulação da mídia. 5. Profissionalismo. I. Rocha, Heitor Costa Lima da (Orientação). II. Alves, Anabela Maria Gradim (Coorientação). III. Título.

302.23 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022- 42)

RUI MIGUEL PEREIRA CAEIRO

TÍTULO DO TRABALHO: Relações que moldam o campo jornalístico: estudo com foco nas percepções de jornalistas sobre condições de trabalho e regulação da mídia.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco e em cotutela com a Universidade da Beira Interior-Portugal como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Aprovada em: 25.02.2022

BANCA EXAMINADORA

_____Participação via Videoconferência _____
PROF. HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA **orientador**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

_____Participação via Videoconferência _____
PROFA. ANABELA MARIA GRADIM ALVES **coorientadora**
UNIVERSIDADE DA BEIRA RIO INTERIOR - PORTUGAL

_____Participação via Videoconferência _____
PROF. ALFREDO EURICO VIZEU PEREIRA JÚNIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

_____Participação via Videoconferência _____
PROFA. GIOVANA BORGES MESQUITA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAA

_____Participação via Videoconferência _____
PROF. JOÃO CARLOS FERREIRA CORREIA
UNIVERSIDADE DA BEIRA RIO INTERIOR - PORTUGAL

A Manela, Mariana, Papa-rancho e avô Zé, princípios e fins.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, António e Sabina, e irmã, Andreia, por todo o apoio e amor incondicional, portos de abrigo mesmo na distância. Todas as palavras serão poucas para agradecer a importância que têm, não apenas nesta tese, mas na minha vida, exemplos dos valores por que me tento guiar. Obrigado também a Ricardo, inclusive pela insistência em trazer o mundo para mais perto quando o mergulho na investigação o tornou mais estreito para mim.

A Fabiano, com quem os prazeres e sofrimentos, dificuldades e superações, desta viagem foram diariamente partilhados de forma mais direta. Obrigado por toda a generosidade e carinho, essenciais para insistir em continuar.

A Heitor Rocha, por acreditar na importância do projeto de investigação, pelos essenciais contributos à sua construção e desenvolvimento, mas também pelo papel central que, desde o mestrado, teve no meu desenvolvimento enquanto pessoa e investigador. Ainda relacionado a esse percurso, é necessário um agradecimento especial a Ana Veloso, desde o primeiro momento de uma generosidade imensa para nele contribuir.

A Anabela Gradim, pela recepção na Universidade da Beira Interior quando a investigação tinha, há pouco tempo, mudado de direção, pelos contributos no desenhar de novos caminhos e estímulos para os perseguir.

A professoras, professores, técnicos e demais funcionários do PPGCOM/UFPE e UBI, essenciais ao desenvolvimento de uma educação transformadora, bem como às e aos colegas de sala de aulas e corredores.

Por fim, o meu imenso agradecimento a todos e todas as jornalistas que colaboraram nesta pesquisa, em especial àqueles/as que aceitaram partilhar um pouco das suas vidas por meio das entrevistas. Agradeço também a Geraldo Bringel, tão disponível para dividir impressões sobre Recife e o Brasil, suas gentes e jornalismos.

RESUMO

A presente investigação analisa as relações de forças (principalmente político-econômicas) que moldam o jornalismo e, assim, influenciam as condições em que jornalistas desenvolvem o trabalho-profissão. O binômio é utilizado com o intuito de desde logo pontuar a crítica à hegemônica concepção positivista, também central na investigação, que tende à identificação de tais sujeitos como 'profissionais', imparciais produtores de informação, abstração que contribui para invisibilizar as condições em que produzem e são (sujeitos plurais), eles/as mesmo, constituídos/as. Ao contrário, o estudo parte do pressuposto que o jornalismo, integrado no sistema de mídia, é campo estruturado e estruturante, com papel central na construção social da realidade, sendo, por isso, as possibilidades de nela intervir bastante diferenciadas em função das posições e relações que diferentes agentes, internos e externos ao campo, ocupam e estabelecem entre si. O estudo está referenciado, principalmente, na Teoria de Campos de Pierre Bourdieu (1996, 2001, 2004), nos contributos de autores/as vinculados à Economia Política da Comunicação para refletir sobre a constituição e regulação do sistema de mídia no Brasil (BOLAÑO, 2003, 2007; JAMBEIRO, 2002, 2009; LIMA, 2001, 2004, RAMOS, 2000), e em estudos que já identificaram elevadas taxas de precariedade laboral entre jornalistas (HELOANI, 2005; FIGARO, 2011; REIMBERG, 2015; LELO, 2019; NICOLETTI, 2019;). Dentre os principais resultados, identificamos o aumento de processos de enxugamento das redações, a ele relacionado, a juvenilização daqueles espaços e a intensificação do ritmo e volume de trabalho; na generalidade, ainda que com significativas diferenças em função de empresas e cargos ocupados, jornalistas trabalham em clima de insegurança empregatícia, auferindo baixos salários e não perspetivando possibilidades de melhorias em futuro próximo; em função de relações clientelistas entre dirigentes empresariais dos veículos e agentes do campo político e econômico, a autonomia interna é relativamente baixa; quanto à 'regulação', ainda que a maioria tenha pouca familiaridade com o tema, posiciona-se de forma favorável a um maior controle sobre a propriedade e conteúdo de mídia, atitude que frequentemente está relacionada à percepção da atuação dos principais conglomerados de mídia no desenvolver da atual crise sociopolítica no país.

Palavras-chave: Jornalistas; Condições de trabalho; Regulação da mídia; Profissionalismo.

ABSTRACT

The present investigation analyzes the power relations (mainly political-economic) that shape journalism and, thus, influence the conditions in which journalists develop their work-profession. The binomial is used to punctuate the criticism to the hegemonic positivist conception, also central to the investigation, which tends to identify such subjects as 'professionals', impartial producers of information, an abstraction that contributes to turn invisible the conditions in which they produce and are (plural subjects), themselves, constituted. On the contrary, the study assumes that journalism, integrated in the media system, is a structured and structuring field, playing a central role in the social construction of reality, and therefore the possibilities of intervening in it are quite different depending on the positions and relationships that different agents, internal and external to the field, occupy and establish among themselves. The study is based, mainly, on Pierre Bourdieu's Theory of Fields (BOURIDEU, 1996, 2001, 2004), in the contributions of authors linked to the Political Economy of Communication (BOLAÑO, 2003, 2007; JAMBEIRO, 2002, 2009; LIMA, 2001, 2004, RAMOS, 2000) and in studies that have already identified high rates of job insecurity among journalists (HELOANI, 2005; FIGARO, 2011; REIMBERG, 2015; LELO, 2019; NICOLETTI, 2019;). As main results: it was identified the increase of newsrooms' downsizing processes, related to it, the juvenilization of those spaces and the intensification of the rhythm and volume of work; in general, although with significant differences depending on the companies and occupied positions, journalists work in a climate of job insecurity, earning low salaries and do not perceive possibilities for improvement in the near future; due to clientelistic relationships between business leaders of the vehicles and agents in the political and economic field, internal autonomy is relatively low; although most journalists have little familiarity with the topic 'regulation', an attitude that often is related to the evaluation of the important role that the mein media conglomerates took part in the development of the current sociopolitical crisis in the country.

Keywords: Journalists; Working conditions; Media regulation; Professionalism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idades. 180

Gráfico 2 – Gênero. 180

Gráfico 3 – Distribuição de idades considerado o gênero. 180

Gráfico 4 – Cor/raça. 181

Gráfico 5 – Distribuição de idades considerada a cor/raça. 181

Gráfico 6 – Orientação sexual. 182

Gráfico 7 – Identidade de gênero. 182

Gráfico 8 – Meio em que participantes trabalham. 182

Gráfico 9 – Tempo de atuação profissional. 183

Gráfico 10 – Tempo de trabalho no atual empregador. 183

Gráfico 11 – Estagiários/as e pós-graduados/as, desagregado por grupos empresariais. .. 185

Gráfico 12 – Distribuição de cargos ocupados. 185

Gráfico 13 – Distribuição de cargos ocupados por nível hierárquico. 186

Gráfico 14 – Distribuição de cargos ocupados por nível hierárquico, considerados gênero e cor/raça. 186

Gráfico 15 – Distribuição das editorias ou temáticas em que participantes desenvolvem trabalho. 187

Gráfico 16 – Tipo de vínculo empregatício, desconsiderados/as estagiários/as. 188

Gráfico 17 – Trabalho remunerado para outro empregador. 188

Gráfico 18 – Principais motivos de desenvolver trabalho remunerado para outro empregador. 188

Gráfico 19 – Renda auferida. 189

Gráfico 20 – Renda auferida por quem não desenvolve trabalho remunerado para outro empregador. 189

Gráfico 21 – Renda auferida, considerando os cargos ocupados. 190

Gráfico 22 – Média diária de horas de trabalho, profissionais. 191

Gráfico 23 – Média diária de horas de trabalho, estagiários/as. 191

Gráfico 24 – Frequência de compensação por horas extras. 191

Gráfico 25 – Frequência de compensação por horas extras, considerados os grupos empresariais. 192
Gráfico 26 – Excesso de trabalho (tarefas e/ou horas) é frequente? 192
Gráfico 27 – Na maioria das vezes, excesso de trabalho é resultado da própria iniciativa, não da pressão de terceiros? 193
Gráfico 28 – Estratégias adotadas para tentar diminuir o excesso de trabalho. 193
Gráfico 29 – Motivos para não posicionamento contra o excesso de trabalho. 193
Gráfico 30 – Elementos que interferem negativamente no trabalho do/a respondente, distribuição dos sete mais frequentemente assinalados. 195
Gráfico 31 – Violência contra jornalistas. 196
Gráfico 32 – Violência em contexto de trabalho. 196
Gráfico 33 – Avaliações sobre a existência de mecanismos organizacionais para lidar com violência. 196
Gráfico 34 – Empresa dá apoio suficiente para proteção dos/das profissionais? Respostas desagregadas por grupo empresarial. 197
Gráfico 35 – Empresa tem mecanismos suficientes e efetivos para punir/evitar violência dentro da redação? Respostas desagregadas por grupo empresarial. 197
Gráfico 36 – Valorização e perspectivas de des/promoção laboral-profissional. 198
Gráfico 37 – Acredita que poderá ser despromovido/a ou perder o emprego durante o próximo ano? Respostas desagregadas por cargos em níveis hierárquicos. 199
Gráfico 38 – Sente-se valorizado/a pela empresa? Respostas desagregadas por cargos em níveis hierárquicos. 199
Gráfico 39 – Acredita que poderá ser despromovido/a ou perder o emprego durante o próximo ano? Respostas desagregadas grupos empresariais. 199
Gráfico 40 – Sente-se valorizado/a pela empresa? Respostas desagregadas grupos empresariais. 199
Gráfico 41 – Pensa deixar a profissão a curto/médio prazo (nos próximos 3 anos)? 200
Gráfico 42 – Pensa deixar a profissão a curto/médio prazo (nos próximos 3 anos)? Distribuição por idades. 200
Gráfico 43 – Motivos para as intenções de abandonar a profissão. 201
Gráfico 44 – Elementos que interferem nos trabalhos da redação. 202

Gráfico 45 – Influência econômica de anunciantes. 203
Gráfico 46 – Influência de interesses políticos de indivíduos exteriores à empresa. 203
Gráfico 47 – Influência de interesses políticos da direção. 203
Gráfico 48 – Influência da expectativa de lucro com as produções jornalísticas. 203
Gráfico 49 – Níveis de autonomia no desempenho de atividades diversas. 204
Gráfico 50 – Autonomia para selecionar notícias a cobrir. 205
Gráfico 51 – Autonomia para decidir fontes e focos de notícias. 205
Gráfico 52 – Autonomia para publicar notícias sobre diferentes públicos. 205
Gráfico 53 – Autonomia para criticar/ questionar cargos hierárquicos superiores sobre o trabalho que desenvolvem. 205
Gráfico 54 – Autonomia para criticar/questionar cargos hierárquicos superiores sobre a interferência em trabalhos que o/a respondente desenvolve. 206
Gráfico 55 – Autonomia para, em função de valores profissionais ou crenças pessoais, recusar trabalhos. 206
Gráfico 56 – Propõe publicar histórias com viés pouco alinhado à política editorial ou aos posicionamentos político-ideológicos de cargos hierárquicos superiores? 207
Gráfico 57 – Motivos para não propor histórias com viés pouco alinhado. 207
Gráfico 58 – Existe censura na redação em que trabalha? 209
Gráfico 59 – Existe autocensura na redação em que trabalha? 209
Gráfico 60 – Declaração de existência de censura, considerado o grau de identificação com inclinações políticas/ideológicas de proprietários da empresa. 209
Gráfico 61 – Declaração de existência de censura, considerado o grau de identificação com inclinações políticas/ideológicas da política editorial. 209
Gráfico 62 – Declaração de existência de autocensura, considerado o grau de identificação com inclinações políticas/ideológicas de proprietários da empresa. 210
Gráfico 63 – Declaração de existência de autocensura, considerado o grau de identificação com inclinações políticas/ideológicas da política editorial. 210
Gráfico 64 – Declaração de existência de censura, considerado o nível hierárquico do cargo ocupado. 210

Gráfico 65 – Declaração de existência de autocensura, considerado o nível hierárquico do cargo ocupado. 210
Gráfico 66 – Identificação com inclinações políticas/ideológicas de diferentes atores. ... 211
Gráfico 67 – Jornalistas associados/as ao SINJOPE. 212
Gráfico 68 – Jornalistas associados/as ao SINJOPE, consideradas as idades. 213
Gráfico 69 – Grau de influência de motivos para não associação ao SINJOPE. 214
Gráfico 70 – Grau de influência de motivos para associação ao SINJOPE. 214
Gráfico 71 – Frequência de participação no SINJOPE nos últimos 5 anos. 215
Gráfico 72 – Frequência de participação no SINJOPE nos últimos 5 anos, consideradas as idades. 215
Gráfico 73 – Frequência de participação no SINJOPE nos últimos 5 anos, considerados os cargos. 215
Gráfico 74 – Frequência com que os/as respondentes discutem as condições de trabalho da categoria profissional com colegas. 216
Gráfico 75 – Participação em algum coletivo de luta por direitos sociais. 217
Gráfico 76 – Distribuição dos/as participantes no espectro político 'esquerda-direita'. 217
Gráfico 77 – Quais os principais canais que usa para se informar sobre o tema ‘regulação da mídia’? 218
Gráfico 78 – Regulação da mídia é um tema que, normalmente, é discutido nos espaços físicos e/ou círculos sociais em que se movimenta? 219
Gráfico 79 – É estimulado/a por terceiros a informar-se ou discutir sobre regulação da mídia? 219
Gráfico 80 – Regulação da mídia é um tema relevante para... 220
Gráfico 81 – Gostaria de obter mais informação sobre regulação da mídia? 220
Gráfico 82 – Graus de concordância com afirmações com foco na regulação de conteúdo 222
Gráfico 83 – Graus de concordância com afirmações com foco na regulação de propriedade. 222
Gráfico 84 – Graus de concordância com afirmações com foco em atores reguladores. .. 223
Gráfico 85 – Graus de concordância com afirmações com foco na efetividade da legislação para a mídia. 224

Gráfico 86 – O estado atual e efetivo da regulação da mídia no Brasil contribui para: [aspectos ‘A’ a ‘L’] 225
Gráfico 87 – Concorda com a criação de um órgão nacional que oriente e fiscalize o exercício da profissão? 226
Gráfico 88 – Acredita que a criação do Conselho Federal de Jornalismo, em 2004, teria sido benéfica para a categoria profissional e/ou para a população brasileira? 226

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais do conjunto de jornalistas entrevistados/as 175

Tabela 2 – Média e moda de idades de participantes no estudo..... 180

Tabela 3 – Média e moda de tempo de atuação profissional como jornalista, desagregadas por grupos empresariais..... 184

Tabela 4 – Média e moda de tempo de trabalho no atual empregador, desagregadas por grupos empresariais..... 184

Tabela 5 – Identificação das/os jornalistas entrevistadas/os..... 233

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16

2 FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA 32

2.1 Objetividade do mundo e construção da realidade 32

2.2 Verdade como questão ética 36

2.3 Ideal e material, uma relação dialética 43

2.4 Influências de Pierre Bourdieu e Norbert Elias 47

3 CONSTITUIÇÃO E REGULAÇÃO DO SISTEMA DE MÍDIA BRASILEIRO 54

3.1 Do Governo Provisório ao Código Brasileiro de Telecomunicações 56

3.2 Sobre a ditadura militar 67

3.3 Da redemocratização à parcial revogação do CBT 79

3.4 Da nova guinada à esquerda ao novo golpe 89

4. CONDIÇÕES SOCIAIS DAS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS 108

4.1 Liberdade, liberdades: o papel do ideário liberal na diferenciação das esferas política e econômica 111

4.1.1 JORNALISMO COMO QUARTO PODER, BASE DE SUSTENTAÇÃO DA LEGITIMIDADE DO CAMPO 115

4.2 Jornalismo profissional e a autonomia relativa do/no campo 122

4.2.1 DIFERENCIAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E AUTONOMIZAÇÃO: A LEGITIMIDADE EM DISPUTA 126

4.2.2 APRENDER A JOGAR O JOGO: PROFISSIONALIZAÇÃO E AUTONOMIA NO JORNALISMO (EMPRESARIAL) 131

4.2.3 CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES: JORNALISTAS COMO PROFISSIONAIS-TRABALHADORES/AS PLURAIS 140

5 METODOLOGIA 151

5.1 Delimitações do objeto de estudo 152

5.2 Pesquisa de natureza qualitativa 161

5.3 O questionário 163

5.4 As entrevistas 170
6 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS 179
6.1 Características demográficas e profissionais 179
6.2 Condições de trabalho 188
6.2.1 AUTONOMIA PROFISSIONAL 201
6.3 Relações de associação e identificação interpessoal 210
6.4 Regulação da mídia 218
7 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: CONDIÇÕES DE TRABALHO 227
7.1 Segurança e valorização laboral-profissional..... 234
7.2 Organização do trabalho 244
7.3 Saúde 257
7.4 Violência 263
7.5 Autonomia laboral-profissional..... 270
8 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: REGULAÇÃO DA MÍDIA (E PROFISSÃO) 285
8.1 Proximidades com o tema..... 290
8.2 Regulação da profissão 296
8.3 Regulação da mídia 302
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 312
REFERÊNCIAS 322
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 345
APÊNDICE B – BASE DE DADOS DO QUESTIONÁRIO 355
APÊNDICE C – INFORMAÇÕES SOBRE ENTREVISTADOS/AS 356
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS 358

1 INTRODUÇÃO

Filtrar a realidade, selecionar o que no entorno social é considerado mais relevante e transformá-lo em notícia (ou em outros gêneros informativos), é a função primordial com que jornalistas e jornalismo normalmente são identificados (CORNU, 1999). É também, se não a função, ao menos um dos efeitos, de outros produtos midiáticos. Com eles, pessoas dispersas no tecido social, ocupando diferentes posições em contextos específicos, encontram meio de aceder a diversos mundos, relacionados – e/ou relacionando-os – com aquele(s) que cotidianamente experienciam de forma mais direta. Por essa perspectiva, "o mundo social não é apenas mediado, mas mediatizado: isto é, transformado nas suas dinâmicas e estrutura pelo papel que a mídia continuamente (na verdade, recursivamente) exerce na sua construção" (COULDRY, HEPP, 2017, p.22, *tradução nossa*). As realidades narradas – (re)produzidas e (re)produzíveis – não são, por isso mesmo, o espelho do mundo, mas estórias, ficções, o mundo transformado por meio de interpretações, seleções e mais interpretações que formatam os acontecimentos e seus significados. Não sendo a única esfera que desenvolve tal trabalho – mas diferenciando-se (da científica, por exemplo), entre outros elementos, pelas grandes faixas populacionais que consegue alcançar –, colabora de forma preponderante na definição de (des)humanidade(s), alimenta acaloradas discussões ou meras curiosidades que vão passando de boca em boca, de tela em tela, impulsionando ações e reações, dando sentido à vida em coletividade, tornando-a pública, compartilhável, delimitando possibilidades do seu perpetuar e transformação, constituindo-se como fértil terreno para a construção de laços sociais, identificações e distanciamentos. Não menos importante: tal atividade não é desenvolvida de forma arbitrária, permitindo toda e qualquer produção por parte de quaisquer sujeitos.

Nesta investigação considerado como campo (BOURDIEU, 2000; 2001; 2004; 2011), compreendemos 'jornalismo' como um espaço dotado de autonomia relativa, estruturado e estruturante – a estrutura do campo, como precisado por Catani (2011, p.192), é "definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo" –, com regras e desafios próprios, em que diferentes agentes lutam por posições e capitais específicos (conhecimento, credibilidade, dinheiro etc.), voltados para a conquista de uma autoridade que permita instituir os limites socialmente aceitáveis dos seus significados e lógicas de funcionamento, os limites daqueles/as que o podem (e em que medida), ou não, constituir. Assim, para aqueles/as

que, como nós, se vinculam a essa perspectiva, as investigações não são orientadas pela tentativa de perceber se o jornalismo é ou não independente, mas de identificar e compreender a posição relativa desse campo em relação a (e na relação com) outros, bem como dos sujeitos (plurais) que o compõem (BENSON, NEVEU, 2005).

A 'autonomia relativa' pode então ser referente a dois níveis, que estão relacionados: autonomia do campo, condicionando e condicionado por outros campos e pelo espaço social abrangente, que sempre tem uma organização político-econômica específica (diferenciação externa); e autonomia no campo, de graus diferentes entre agentes individuais e coletivos (jornalistas, proprietários, veículos, sindicatos e organizações profissionais etc.) que o compõem (diferenciação interna). A esquematização permite apontar, julgamos, para a insuficiência de definir o jornalismo apenas enquanto instituição a serviço da Democracia e jornalistas enquanto 'profissionais' aptos a imparcialmente cumprir essa função. Como argumentaremos no desenvolver da investigação, tal concepção foi, e ainda é, fundamental para a conquista de autonomia do campo e agentes (inclusive de jornalistas em relação a outros, como proprietários de veículos onde trabalham e fontes externas de pressão), portanto para a sua legitimação social, no entanto, torna mais difícil perceber o conjunto de forças que condicionam as produções do/no campo e, assim, diferenciar os sujeitos que o compõem.

Compreendido como espaço de lutas simbólico-materiais que contribui de forma preponderante para a construção social da realidade (acontecimentos, conhecimentos, representações, identidades etc.), "*lócus* privilegiado das disputas de poder" (LIMA, 2005, s/p), este estudo que agora apresentamos é desenvolvido com o intuito de investigar algumas dessas forças e diferenciações externas-internas, voltando atenção para a atuação de jornalistas, agentes a quem por vezes é retoricamente atribuída mais autonomia do que muitas vezes têm.

Antes de prosseguirmos, abrimos breve espaço para apontar alguns dos elementos que, mais pessoais, motivaram a escolha do objeto de estudo (que não é o mesmo que em 2016 foi apresentado à banca de avaliação para ingresso no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE).

Motivações pessoais para a mudança do objeto de estudo.

A pesquisa, afirma Martino (2016, p.28), "é uma atividade acadêmica que não pode ser separada de suas condições de produção, que incluem desde as preferências subjetivas de um pesquisador até as situações práticas de obtenção de bolsas de estudo".

Em novembro de 2016, na terceira e última etapa do processo de seleção para curso de doutoramento, foi perguntado ao candidato que assina o presente estudo se, em caso de aprovação, estaria disposto a realizá-lo sem bolsa de investigação. Esse recurso, que em anos recentes, devido a políticas governamentais orientadas para o desenvolvimento da Ciência no país, tinha alcançado taxas relativamente altas entre aqueles/as que ingressavam em cursos de pós-graduação de universidades públicas (além de também alcançar, com taxas variadas, outros/as em diferentes níveis de ensino-aprendizagem e investigação), diminuiu bastante em anos recentes – queda relacionada à crise sociopolítica e alterações na política governamental para o setor (alterações que também afetaram, e continuam a afetar, esse e outros). Finalizado o processo, alguns/mas dos/as novos/as ingressantes no curso, entre eles/as o autor deste trabalho, foram contemplados/as com bolsas de estudo. O clima de insegurança entre investigadores/as, ou que o ambicionem ser, apoiados/as por agências de fomento à pesquisa no Brasil não tem, no entanto, diminuído – pelo contrário: além dos cortes crescentes desde 2016, a insegurança diz respeito a um complexo processo que continua em desenvolvimento, contribuindo para a desistência e instabilidade de atuais e futuras investigações e investigadores/as[1].

Ao criticar os efeitos da industrialização da ciência, Boaventura de Sousa Santos (1988, p.59) afirmava, há aproximadamente 30 anos, que "a esmagadora maioria dos cientistas foi submetida a um processo de proletarização no interior dos laboratórios e dos centros de investigação". Mais recentemente, referindo-se à realidade brasileira, Patrus, Dantas e Shigaki (2015) discutem, a partir da famosa expressão '*publish or perish'*, elementos relacionados ao desenvolvimento do trabalho científico, fortemente condicionado pela ênfase na produção em grande quantidade. Assim, os autores salientam que "a pressão por maior produtividade, a concorrência por mais verbas e a diminuição dos tempos para maturação de resultados são fatos constatados por todos aqueles imersos em programas de pós-graduação" (PATRUS, DANTAS, SHIGAKI, 2015, p.2). Intensificação do trabalho, publicações requentadas ou maquiadas, prejuízo da saúde física e mental dos/as pesquisadores/as, orientação tática dos programas de pós-graduação para critérios e indicadores que têm maior peso na avaliação de organismos avaliadores,

[1] Para uma breve contextualização sobre o assunto, sugerimos duas matérias jornalísticas: uma publicada em 2019 – disponível em <https://bit.ly/3gu9ukP>, acesso em 22 janeiro 2021 –, e outra em 2020 – disponível em <https://bit.ly/3HxJkJZ>, acesso em 22 janeiro 2021.

plágio e autoplágio e ênfase na dimensão mercantil do conhecimento: esses são alguns dos efeitos mapeados pela/os investigadora/es, estando a crítica ao produtivismo que os origina "associada à lógica industrial, própria da capitalismo moderno" (PATRUS, DANTAS, SHIGAKI, 2015, p.4).

Por esta perspectiva, as temáticas de que nos ocupamos na presente investigação – regulação de atividades e condições de trabalho daqueles/as que as exercem –, além da importância social de que estão revestidas – principalmente quando nos debruçamos sobre atividades (campos estruturados e estruturantes integrados no sistema social abrangente) que têm importante impacto sobre a construção da realidade social –, não são compreendidas como instâncias exclusivamente apontadas a outros (jornalistas), a eles dizendo respeito, por eles afetadas e afetando-os, objetos (assim constituídos) que apenas são observados. A escolha das temáticas deve-se, também, porque por elas, de diferentes formas – enquanto investigador e jornalista (pelo menos de formação); em todo o caso, enquanto cidadão, inserido em um sistema social comum que condiciona produções e possibilidades de existência – também somos afetados, também afetamos (ou tentamos). Sublinhamos esse aspecto por considerarmos que, se pretendida uma vinculação a uma ciência crítica, voltada para a análise de estruturas e práticas sociais, é necessário, tanto quanto possível, já o apontou Bourdieu (2004, p.39), "transformar os estados de espírito, as simpatias e as antipatias intelectuais que são [...] tão importantes nas escolhas intelectuais, em proposições conscientes e explícitas". Trata-se, portanto, de tentar, tanto quanto possível, dedicar atenção não apenas à realidade e objeto de estudo, mas às condições (históricas, sociais, coletivas mas também particulares) que limitam as nossas compreensões e ações – "não só estar atento ao objeto, mas também ao trabalho sobre o objeto" (BOURDIEU, 2004, p.116/117) – enquanto sujeitos objetivantes/objetivados, afastados de uma mítica objetividade positivista.

Outro elemento foi fundamental na escolha do objeto de estudo: da destruição da 'tradicional família brasileira'[2] ao caricatural aumento da população de jacarés[3], medo e

[2] Entre as mentiras divulgadas pelo projeto bolsonarista nas eleições de 2018, estão a 'mamadeira de piroca', o 'kit-gay' e a 'ideologia de gênero', projetos que teriam sido elaborados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), adversário direto na disputa pela presidência da república (LADEIRA, 2020).

[3] Quase um ano passado desde o início da pandemia de covid-19, Jair Bolsonaro afirmava: "na Pfizer tá bem claro lá no contrato: 'nós não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral'. Se você virar um chimp... um jacaré, é problema de você pô! [...] se nascer barba em mulher aí ou um homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso" (vídeo disponível em <https://bit.ly/3rxzVfI> Acesso em 21 janeiro 2021). Aquele foi 'apenas' mais um pronunciamento na já longa lista de discursos do Presidente da República, que colaboram na construção da narrativa que minimiza a gravidade da pandemia de covid-19.

ódio, alimentados exponencialmente pela (des)informação propagada em, principalmente, redes sociais digitais como Facebook e WhatsApp, têm contribuído, mais visivelmente desde 2013, para o aumento da violenta polarização sociopolítica – 'coxinhas' e, depois, 'bolsominions' de um lado, 'petralhas' e, depois, 'esquerdistas/ comunistas' de outro – (BRUGNAGO, CHAIA, 2015; GALLEGO, 2017; MARTINI, 2017), que atualmente ainda marca o Brasil. Nessa conjuntura tem também crescido a sensação de que um "antagonismo irreconciliável parece ter se formado a ponto de se identificar a impossibilidade crescente de diálogo entre os indivíduos vinculados ou auto-identificados a um dos lados desse processo" (MARTINI, 2017, p.102). A decisão (no final de 2018) de alterar o objeto de estudo está profundamente relacionada a essa percepção do aumento de violência e insegurança, de ataques a ideais e instituições democráticas, entre elas, ao jornalismo[4]. Fenômeno que, vale a pena frisar, não se registra apenas no Brasil: de acordo com relatório da UNESCO (2018), desde a década passada tem sido registrado o aumento de violências contra jornalistas e veículos de comunicação em diversas regiões do globo, estando entre as suas principais causas as novas formas de populismo político e políticas estatais de cunho autoritário. Entretanto, o fenômeno não resulta de uma relação unidirecional: como já apontado por Le Cam, Pereira e Ruellan (2021, p.12),

> a prática jornalística está sujeita à violência porque o mundo da mídia não apenas a revela (às vezes excessivamente), mas também a produz. A invisibilidade de certas temáticas, de certas pessoas, a escolha de palavras e expressões para qualificar fatos ou realidades, o hibridismo das formas de jornalismo e os status jornalísticos contribuem para uma produção da violência por parte da mídia. Ela seleciona, exclui e às vezes maltrata. Para se pensar as violências públicas contra a mídia e o/as jornalistas, é preciso apreender a relação dialética entre vítima e carrasco (LE CAM, PEREIRA E RUELLAN, 2021, p.12).

Os elementos abordados não servem à justificação de um estudo especificamente sobre violência – dimensão contemplada, mas não única –, mas, de forma mais abrangente, sobre as influências que condicionam o trabalho-profissão de jornalistas. Afinal, se aquele está historicamente relacionado a ideias de Democracia e serviço público, mas na atualidade é fortemente confrontado com críticas, não apenas ataques, à sua legitimidade, julgamos pertinente investigar que aspectos o condicionam, que

[4] Disso são exemplo dados recentes, coletados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ): durante o primeiro semestre de 2020, o presidente eleito fez, em média, dez ataques por semana (descredibilizando e, menos vezes, incitando à violência) ao jornalismo que publicou matérias do seu desagrado (FENAJ, 2020). Mais recentemente, o levantamento realizado pela Repórteres Sem Fronteiras (RSF), em conjunto com a agência Volt Data Lab, registrou, por parte de Bolsonaro, seus filhos e ministros, 580 ataques na totalidade do mesmo ano (PORTELA, 2021).

elementos são mais frequentemente identificados por jornalistas e como procuram lidar com eles.

Regulação da mídia e condições de trabalho

Entre os autores que, por diferentes perspectivas, apontam para elementos que influenciam a prática jornalística, encontramos em Reese e Shoemaker (2016) uma proposta que julgamos particularmente interessante aos propósitos do nosso trabalho: os investigadores apresentam uma esquematização que pressupõe a interdependência entre diferentes níveis de análise (micro, meso e macrossocial): a) individual (a atenção, por exemplo, a características sociodemográficas de jornalistas), b) rotinas de trabalho (que variam consoante o cultura organizacional, meio de produção e transmissão de informação etc.), c) estrutura/funcionamento organizacional (considerando, entre outras, eventuais distinções entre empresas públicas, privadas e estatais ou até mesmo entre editorias/setores dentro de uma mesma emissora), d) especificidades das instituições (e, particularmente, das relações que/ por que se constituem – a atenção à influência mútua, de peso variável, histórica e contextualmente constituída, entre campos vizinhos) e do e) sistema social. Contemplando diversos níveis de influência e ação, a proposta orienta-nos para diferentes questões que, se pensadas de forma relacional, contribuem para o estudo sobre jornalismos e jornalistas – este, por sua vez, relacionado ao estudo sobre o mundo social em que são construídos e que ajudam a construir.

Face à vasta gama de influências que conformam o campo jornalístico, suas produções e produtores, é necessário proceder a uma redução da sua complexidade através de recortes na realidade, selecionando aspectos que, em detrimento de outros, estarão em destaque nas análises. Tentando uma aproximação entre os diferentes níveis, assim dirigindo atenção para a autonomia do e no campo, optamos por nos centrarmos em duas temáticas: a) o conjunto de processos e práticas, principalmente de cunho político-econômico, que contribuíram, e contribuem, para a organização do sistema de mídia no Brasil (em poucas palavras, a regulação daquele) e b) a organização do trabalho e recursos acessíveis a jornalistas no desenvolver da sua atividade (condições de trabalho). De seguida, com o intuito de melhor explanar algumas das dimensões que serão objeto de análise ao longo da investigação, tecemos breves considerações sobre ambos.

a) **Regulação da mídia**

Ross (2008) é categórico ao afirmar que a ‘comercialização da imprensa’, ou seja, o controle da informação por atores que têm motivações comerciais, transformou o

jornalismo em um negócio e a informação numa mercadoria. O aspecto mercantil dos produtos jornalísticos pode ser percebido, por exemplo, pela frenética busca de produzir sempre mais e em primeiro lugar (ficando, não raras vezes, a confirmação da veracidade da informação para depois), e isso face ao curto tempo de vida-útil dos produtos (entre eles, a notícia), medido pelo grau de tensão/atenção (e sua continuação) provocado no público (PARK, 2008). A essa equação é necessário, entre outras variáveis, acrescentar a questão que versa sobre as causas e efeitos da desigual distribuição de propriedade dos meios de produção. Nesse sentido, Herman e Chomsky (2003, p.66) estão entre os autores que já salientaram que a "tendência a uma maior integração da mídia ao sistema de mercado tem sido acelerada pelo afrouxamento das regulamentações que limitam a concentração da mídia, as participações cruzadas e o controle por empresas de fora do setor".

Analisando o panorama brasileiro, Lima (2004) aponta que a concentração de propriedade no setor da mídia deve ser caracterizada em vários níveis: vertical (existência de um oligopólio, liderado pela Rede Globo), horizontal (uma vez que poucos grupos controlam as várias etapas do processo, desde a produção à comercialização e distribuição), cruzada (diversos veículos – normalmente os que têm maior circulação/ volume de audiências a nível nacional e regional – são detidos pelos mesmo poucos grupos) e em cruz (verificando-se a reprodução das características de propriedade cruzada em nível local/regional). Não bastasse isso, o oligopólio – que por si só já constitui um atropelo ao artigo 220 da Constituição Federal Brasileira – é agravado pelo fato de serem outorgadas concessões públicas de radiodifusão a lideranças políticas e religiosas – estas últimas, majoritariamente ligadas a igrejas neopentecostais – (MOREIRA, 2016), o que, segundo Vasconcelos (2010), é reflexo do 'coronelismo eletrônico' existente no setor. O conceito – que faz referência às dinâmicas de organização política/territorial específicas no país, decorrentes da história colonial e influências norte-americanas no desenvolvimento brasileiro durante o século XX –, serve para denunciar a complexa rede de influências (cedência de favores) entre setor público e privado (desde logo a cedência de concessões de radiodifusão a empresas de comunicação que são propriedade de atores em posições de relevo no campo político brasileiro), resultando no reforço do vínculo histórico entre oligarquias mediáticas e políticas (SANTOS, 2006). Assim, "a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação – vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública (LIMA, LOPES, 2007).

O panorama, brevemente delineado, tem também efeitos sobre o que (e em que condições) jornalistas podem produzir. Desde logo, porque as possibilidades de mobilidade profissional decrescem, uma vez que, "reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança do emprego" (BOURDIEU, 1997, p.193). É, portanto, a pluralidade de vozes e a autonomia profissional que fica comprometida, resultando numa maior probabilidade de autocensura quando é necessário aliar o interesse público com o interesse de sobreviver na empresa/mercado.

b) **Condições de trabalho.**

Baixos salários; longas jornadas de trabalho com ritmos cada vez mais intensos; fragilização das fronteiras (espaço e tempo) entre trabalho e vida pessoal; acúmulo de tarefas (legitimado por discursos que definem a multifuncionalidade como característica inerente do/a profissional competente); demissões, não raras vezes, coletivas; insegurança na profissão, que se manifesta, também, pela crescente celebração de vínculos empregatícios (freelancer, pessoa jurídica etc.) com pouca estabilidade; incidência de assédio moral e de violências de outras naturezas (perpetradas por atores internos e externos às empresas); adoecimento físico e psíquico, associado ao trabalho; juvenilização (substituição de profissionais com mais experiência por outros/as que, por diversos motivos, tendem a aceitar uma carga laboral mais pesada, com acúmulo de funções, vínculos laborais mais frágeis e salários mais baixos). Esses são alguns dos elementos mais frequentemente apontados por autores/as que, tendendo à caracterização das condições com que a maioria dos/as profissionais da informação (jornalistas, mas também outros) normalmente convivem, apontam a precariedade e/ou precarização do trabalho no setor (HELOANI, 2005; FIGARO, 2012; MICK; LIMA, 2013; REIMBERG, 2015; MICK, ESTAYNO, 2018; NICOLETTI, 2019; DA CRUZ, 2019; LELO, 2019; PONTES, LIMA, 2019).

Druck (2011), considera que a precarização do trabalho social – que ganha novas feições com o desenvolvimento do neoliberalismo, por meio do qual é realizada a defesa de que a relação entre empresas e trabalhadores deve ser organizada pelo próprio mercado – está assente em seis dimensões, as quais, segundo Nicoletti e Mick (2018, p.134/135) são identificáveis no jornalismo brasileiro:

> 1) vínculos precários, informais e diferenças salariais e de piso entre regiões e profissionais do mesmo nível; 2) altas jornadas de trabalho e contratações temporárias por tempo determinado, contratação de freelancers, autônomos, PJs; 3) falta de estrutura para o trabalho, falta de proteção jurídica e salvaguarda da empresa, risco à vida em áreas de

> conflitos rurais e urbanos, adoecimento físico e mental; 4) redução da autonomia do profissional, individualização; 5) enfraquecimento dos sindicatos e outras tentativas de regulamentação profissional; 6) desregulamentação da legislação específica e, mais recentemente, da própria Consolidação das Leis do trabalho.

Sobre este tema, importa frisar que não é de hoje que o trabalho, enquanto atividade social que colabora na produção da vida simbólico-material – por meio, inclusive, de relações de sociabilidade e socialização, reconhecimentos e identificações, uma vez que é, antes de mais, uma atividade social que exige a interação com outros (sujeitos e instituições) –, ocupa uma posição ambígua na significação-materialização dos sujeitos. Como colocado por Antunes (2005, p.11), "desde o mundo antigo e sua filosofia [...] [ele] vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão". Esse alerta faz-se necessário se pretendemos evitar a universalidade de categorias – 'trabalho' e outras relacionadas, como sejam 'trabalho precário' ou 'flexibilização do trabalho' –, que não devem "ser convertidas em operadores metodológicos para 'explicar' um fato, mas [concebidas como] elaborações conceituais que auxiliam a interpretar fenômenos da realidade" (MARTINO, 2016, p.26). É levando isso em conta que interpretamos os resultados preliminares apresentados por Deuze (2017) ao investigar as percepções dos/as integrantes de novas empresas jornalistas (de tamanho reduzido) sobre o futuro do jornalismo digital: ainda que as condições de trabalho nelas existentes estivessem longe do que poderia ser considerado como 'boas' – trabalho não remunerado ou perto disso, indefinição de horários de trabalho, imprevisibilidade sobre futuro do trabalho ou empresa etc. –, autonomia surgia como um dos principais atributos auto-identificados pelos/as seus/as integrantes, o que contribuía para o elevado envolvimento emocional com os projetos, que ofereciam "independência para perseguirem o que quer que considerassem ser um trabalho de qualidade, em vez de serem avaliados/as com base em critérios relacionados à produtividade" (DEUZE, 2017, p.14, *tradução nossa*). Não quer isso dizer que, face às percepções comunicadas, o trabalho deva ser enquadrado, exclusiva e objetivamente, como precário *ou* o seu contrário, independe *ou* não, mas que essa é uma questão contingente, devendo considerar-se que condições objetivas e percepções sobre as mesmas (expectativas, significações etc), dando fundamento às ações dos sujeitos – e esse é um elemento de suma importância –, são moldadas pelos contextos sócio-históricos particulares em que estão inseridos, bem como pelas posições que diferentes sujeitos (investigadores e investigados) neles ocupam.

Assim, quando nos debruçamos sobre situações e realidades específicas, ao nos relacionarmos com os sujeitos-objetos de pesquisa, é necessário procederemos a um exercício de relativização (não de relativismo), adotar uma postura em que as categorias com que trabalhamos contemplem um certo nível de abertura para avaliar e tentar incorporar criticamente (não apenas os construtos teóricos em que nos baseamos, mas) as significações daqueles/as que cotidianamente – e mais diretamente – experienciam a realidade sobre que nos debruçamos.

Objeto e problema de estudo.

Definimos como objeto de estudo as percepções de jornalistas sobre regulação da mídia e condições de trabalho. Mais concretamente, as percepções de jornalistas que em 2019 trabalham nos veículos jornalísticos (digitais, impressos – jornais diários –, radiofônicos e televisivos) de propriedade privada com maiores dimensões (pertencentes a grandes grupos empresariais, alcançando uma extensa audiência e/ou empregando um número relativamente elevado de trabalhadores/as) sediados em Recife. São eles CBN Recife, NETV, G1 Pernambuco (em 2019, propriedade do grupo Rede Nordeste de Comunicação); Diário de Pernambuco (Grupo R2); Folha de Pernambuco (Grupo EQM); Jornal do Commercio, Rádio jornal, TV Jornal, NE10 (Grupo JCPM); TV Clube e OP9 (Sistema Opinião de Comunicação).

Essa delimitação – que pressupôs a exclusão de jornalistas que em 2019 (quando o primeiro instrumento de coleta de dados foi aplicado) tinham o principal vínculo de trabalho com veículos de cariz público ou estatal (mas também privado, de dimensões relativamente pequenas), além daqueles/as que desempenhavam funções noutras áreas do campo jornalístico (por exemplo, docência, assessoria de imprensa, comunicação institucional ou marketing digital) – obedeceu a três critérios: a) a inexistência de dados atualizados e de confiança sobre o número e caracterização de jornalistas em atuação no país, b) a concentração de um grande número de profissionais-trabalhadores/as nas apontadas empresas, as quais partilham, como apontado, outras características e c) a posição central que tais empresas ocupam no mercado, o que implica numa maior capacidade de influenciarem a (re)produção da realidade.

Se, apoiados em Bourdieu (1996; 2001; 2004) e Elias (1994), defendemos que a estrutura social condiciona as possibilidades de significação/materialização do jornalismo – e, nele, a atuação de jornalistas –, é necessário ter em conta que as interações entre os atores que o compõem são diversas. Nesse sentido, propomo-nos – não sem antes analisar

a constituição do campo jornalístico no Brasil (analisando, mais especificamente, a sua autonomia em relação a outros, econômico e político principalmente) – a refletir – por meio da investigação das percepções e (pré-disposições para) ações sobre a realidade laboral e regulatória do campo, ou seja, focando atenção no estudo da reflexividade de indivíduos concretos, envolvidos em relações concretas – sobre as posições que diferentes sujeitos (jornalistas) ocupam e as relações (de interdependência) que estabelecem entre si e com outros atores.

O nosso problema de pesquisa pode assim ser condensado em duas questões:

a) Quais as percepções de jornalistas sobre o estado atual de suas condições de trabalho e sobre regulação da mídia?

b) Às percepções correspondem (pré-disposições para re)ações?

Objetivos e hipóteses da investigação.

Levando em consideração a esquematização desenvolvida por Gil (2008), consideramos que o nosso estudo é, fundamentalmente, de caráter exploratório-descritivo. Ainda que consideremos que uma divisão estanque entre exploração, descrição e explicação levante problemas semelhantes àqueles apontados por autores/as como Bauer, Gaskell e Allum (2002) ou Lopes (2004) acerca das limitações criadas por fronteiras demasiado rígidas quando as pesquisas são classificadas em termos quali *ou* quantitativos, fazemo-lo por considerarmos que nos permite melhor definir os caminhos percorridos na investigação.

É, também, devido a alguns dos aspectos que (de)limitam a realização do nosso estudo – escassez, em nível regional e local (nordeste brasileiro e Pernambuco), de investigações sobre o nosso objeto de estudo; inexistência de dados atualizados e de confiança sobre o universo de jornalistas em atuação na capital pernambucana; limitações de tempo (aprovada institucionalmente, o autor da investigação responsabiliza-se pela decisão de alterar, quase por completo, o projeto de investigação dois anos após o ingresso no curso de doutoramento) –, que optamos pela classificação segundo a esquematização do citado autor. Não significa isto, naturalmente, que nos procuramos distanciar de esforços voltados para a explicação da(s) realidade(s) que investigamos – tampouco que o nosso planejamento, sendo mais flexível (devido, principalmente, às limitações de tempo e espaço), seja (tentamos), por isso, pouco rigoroso –, mas tão somente que o nosso objetivo é, antes demais, tentar contribuir para a diminuição das lacunas mapeadas e, dessa forma, colaborar na construção de conhecimento sobre os temas, construindo um

percurso que, uma vez finalizado nas páginas que agora escrevemos, possa servir, noutros momentos e também a outros sujeitos (investigadores/as, jornalistas e, no geral, interessados/as nos temas), para avaliar criticamente, entre outros, conceitos, problemas e hipóteses (que, ambicionamos, sirvam à reflexão e à prática).

É nosso objetivo geral analisar algumas das relações de forças (principalmente político-econômicas) que moldam o campo jornalístico e, assim, influenciam as condições em que jornalistas desenvolvem o trabalho-profissão. Os objetivos específicos são: a) delinear um perfil socioprofissional dos jornalistas que atuam nas empresas privadas de maior dimensão com sede em Recife (Brasil); b) analisar a existência, entre jornalistas, de padrões nas percepções sobre condições de trabalho e regulação da mídia; c) avaliar se às percepções correspondem (re)ações (seja de adaptação e/ou transformação, de cariz individual e/ou coletivo); d) investigar que elementos, sejam eles conjunturais e/ou estruturais, potencializam (e/ou minimizam) a mobilização coletiva (elementos como tempo, receio de sanções, individualismo etc).

Elencamos duas hipóteses:

a) Podemos apontar uma tendência geral nas percepções de jornalistas sobre precariedade laboral (elevada), mas o mesmo não pode ser afirmado em relação às percepções sobre regulação da mídia: há uma elevada taxa de desconhecimento sobre o assunto (e/ou maior variabilidade de leituras dessa realidade) e, assim sendo, há uma maior variabilidade de percepções.

b) Ainda que se verifiquem elevadas taxas de insatisfação (sobre condições de trabalho, principalmente), as mesmas, em função de outras variáveis (como falta de tempo, inexistência/ desconhecimento/descrença de/em ações de contestação, instabilidade/insegurança do emprego, etc.), não correspondem a uma elevada taxa de jornalistas organizados coletivamente, desenvolvendo ações de forma sistemática.

Instrumentos e sujeitos que participam na pesquisa.

De acordo com Lopes (2004), é ponto relativamente bem aceite na comunidade científica o reconhecimento de que entre quantificação e qualificação de dados existe uma relação de complementariedade. Entre as razões está a percepção de que investigações devem estar ancoradas, antes de mais, na coleta de dados empíricos em quantidade, mas também com qualidade, suficiente para gerar conhecimento que aspire a ultrapassar a particularidade dos acontecimentos – processo que não deve ser orientado por uma posição dicotômica (quantificação ou qualificação) uma vez que não é possível

quantificar sem qualificar. Também segundo Lopes (2004, p.34), "pode haver a combinação de métodos quanti e quali, na mesma pesquisa, dependendo da estratégia metodológica que se adote. Por exemplo, pode-se chegar a uma amostra qualitativa através de uma quantitativa, quantificar perguntas abertas etc.". Seguindo essa posição, que desenvolvemos em maior pormenor no capítulo 5, construímos, para a coleta de dados, dois instrumentos: um questionário e um roteiro para entrevistas em profundidade. Em 2019, quando redesenhamos o nosso projeto de investigação, também objetivávamos realizar grupos focais que juntassem jornalistas e outros agentes do campo (principalmente lideranças sindicais locais e integrantes de movimentos sociais relacionados à democratização da comunicação no Brasil) – esse foi um instrumento que, infelizmente (devido à pandemia de covid-19, mas também devido ao tempo disponível para completar a pesquisar), tivemos de excluir.

No que ao questionário diz respeito, convidamos a participar todos/as os/as jornalistas – ou pelo menos aqueles/as que nos foi possível mapear – a trabalhar nos veículos/grupos empresariais anteriormente apontados. Apesar dos esforços desenvolvidos para tentar obter dados, completos e de confiança, caracterizadores do universo (número de jornalistas em atividade, identificação das suas características socioprofissionais, locais em que podem ser encontrados/as, contatos para chegar até eles/as etc.)[5], não nos é possível afirmar que todos os indivíduos foram considerados. Falamos, portanto, de uma amostra não representativa. Ainda que não nos seja possível fazer generalizações com uma margem de erro definida, defendemos que, devido ao percurso trilhado e número de questionários válidos obtidos, os resultados podem ser compreendidos como importantes tendências, caracterizadoras dos sujeitos e das suas opiniões. Convidámos a responder ao questionário todos/as os/as jornalistas mapeados/as (364 no total). Desses, participaram efetivamente 196. Excluídos, por diferentes motivos[6], 15 questionários, fazem parte da nossa amostra 181 jornalistas. O questionário foi aplicado entre julho e setembro de 2019, ou seja, antes do começo da pandemia de covid-19. Uma vez terminada uma primeira análise dos questionários, e com base nos resultados, procedemos à redação do roteiro para entrevistas e à seleção dos/as jornalistas que convidamos a participar: 15, 3 de cada grupo empresarial. Na seleção foram

[5] Esforços em que contamos com a colaboração de Geraldo Bringel, membro do Sindicato de Jornalistas de Pernambuco (SINJOPE). Detalhamo-los no capítulo 5.

[6] A discussão mais detalhada desse e outros processos, relacionados à construção e aplicação do questionário, está presente no capítulo 5.

consideradas outras variáveis, como gênero e tempo de atuação profissional, com o objetivo de obter uma amostra tão diversa quanto possível. As entrevistas foram realizadas entre março e maio de 2021, sendo depois realizada, com apoio no método sugerido por Braun e Clarke (2006, 2013), uma análise temática das transcrições.

Estrutura da tese.

Além do capítulo de introdução e considerações finais, o trabalho está estruturado em sete capítulos.

No segundo capítulo, são apresentados os fundamentos epistemológicos da investigação. Argumentaremos sobre a possibilidade de nos debruçarmos sobre a percepção/construção da realidade – se, e como, é possível compreendê-la enquanto instância socialmente construída, moldada pela linguagem, com efeitos simbólico-materiais. Todo o texto, os vários capítulos que compõem a tese, está ancorado nessa premissa: a inultrapassável limitação de toda a compreensão/construção de conhecimento, eticamente comprometido com um movimento em direção à verdade, mas, ou por isso mesmo, também um movimento de poder (HARAWAY, 1995). Em harmonia com tais postulados, encerramos o capítulo com a introdução a alguns dos conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu e Norbert Elias, nos quais nos apoiamos (principalmente na bourdieusiana Teoria dos Campos Sociais e no destaque dado por Elias às constitutivas relações de interdependência de/entre indivíduos e sociedade) para desenvolver o nosso estudo.

No terceiro capítulo, principalmente influenciado por autores/as brasileiros/as e latino-americanos/as vinculados/as à Economia Política da Comunicação (EPC), o nosso interesse é refletir sobre alguns dos elementos que, historicamente, têm marcado o desenvolvimento do sistema de mídia no país. Procuramos, por esse prisma, debruçarmo-nos sobre as relações sociais (particularmente sobre os desequilíbrios de poder que se desenvolvem por meio destas) que dão forma à produção e distribuição – influenciando o consumo, ainda que apenas de forma tangencial abordemos esse tópico – de recursos no sistema de mídia (afetando, portanto, o/s jornalismo/s e jornalistas). Considerando que sujeitos, campos e instituições não podem ser bem compreendidos se isolados do ambiente social mais abrangente de que fazem parte, tentamos uma historicização das relações político-econômicas que contribuíram para a constituição do sistema de mídia no Brasil, condicionando as possibilidades dos processos e práticas regulatórias (bem como atores que neles/as são centrais) que ainda na atualidade o

influenciam/caracterizam. Nessa tarefa, somos também influenciados pelo estudo desenvolvido por Hallin e Mancini (2010), principalmente pela proposta de análise de sistemas midiáticos, construída com base na relação entre quatro variáveis: a) desenvolvimento dos mercados de mídia, relativo por exemplo à quantidade/ diferenças de produtores e circulação de produtos; b) paralelismo político, caracterizado por componentes variados, como sejam as ligações entre empresas de mídia/jornalismo com partidos políticos ou outros tipos de organizações; c) grau e natureza da intervenção do Estado no sistema dos mídia; d) profissionalismo jornalístico, relacionado à formação do campo profissional e, portanto, às disputas pela definição de fronteiras que delimitam valores, acessos e práticas específicas. O último aspecto, no entanto, será abordado no capítulo seguinte.

O quarto capítulo está organizado em torno de duas seções temáticas: na segunda, *jornalismo profissional e a autonomia relativa do/no campo*, voltamo-nos para uma reflexão sobre o desenvolvimento do campo jornalístico, o que tal pressupõe, e, mais especificamente, procedendo a uma crítica sobre a concepção de 'jornalista profissional' como desenvolvida de acordo com os preceitos de um modelo hegemônico, anglo-americano (positivista), que assenta bases sobre uma divisão social do trabalho que alimenta o apagamento de variáveis (relações de força) que o condicionam – ao trabalho, ao/à trabalhador/a-profissional e às produções. Antes, na primeira parte, refletimos sobre alguns dos elementos que, de ordem social mais abrangente, para ele contribuíram, nomeadamente a constituição/legitimação da noção de Quarto Poder e a industrialização da produção noticiosa, passíveis de articulação através do ideário liberal, que prevê a possibilidade de separação entre esferas política e econômica.

No quinto capítulo descrevemos os fundamentos que dão origem à construção do nosso objeto de estudo, portanto à delimitação do *corpus* de análise. Depois de uma reflexão sobre a natureza da pesquisa realizada (qualitativa, de caráter exploratório-descritivo), detalhamos a concepção, construção e aplicação das técnicas metodológicas utilizadas, bem como os posteriores processos de análise.

Os três últimos capítulos, que precedem as considerações finais, são dedicados à análise dos dados empíricos. No sexto abordarmos os resultados construídos por meio da aplicação do questionário – destacamos desde já, como principais resultados, a identificação de que os/as jornalistas são, na maioria, jovens brancos/as, com pouco tempo de experiência profissional, auferindo baixo salário, não associados/as ao sindicato

de jornalistas de Pernambuco e poucas vezes participando das suas atividades; no sétimo e oitavo os elaborados por meio de entrevistas, sendo que no primeiro nos voltamos para a temática ‘condições de trabalho’ – em que é saliente o baixo sentimento de valorização laboral-profissional na maioria das empresas, onde jornalistas tendem a trabalhar longas jornadas de trabalho, em clima de insegurança empregatícia e com autonomia laboral-profissional relativamente baixa, sendo frequente a identificação de impedimentos e/ou limites ao tratamento de assuntos em que estão envolvidos interesses particulares de dirigentes empresariais e/ou agentes externos, principalmente os que são importante fonte de renda publicitária e/ou mantêm relações político-ideológicas próximas com dirigentes –, e no segundo para a temática ‘regulação da mídia (e profissão)’ – sendo de frisar que a maioria dos/as jornalistas tem pouca familiaridade com o tema, mas, principalmente influenciados/as pela atual crise sociopolítica, e, particularmente, pelo papel que os principais conglomerados de mídia nela têm desempenhado, tendem a defender um maior controle sobre os conteúdos jornalísticos publicados, bem como sobre o acesso e fiscalização da atuação profissional.

2 FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

O capítulo que agora iniciamos tem importância central na investigação. Com ele, procuramos traçar as bases em que nos apoiamos para compreender a realidade e dedicarmo-nos à construção de conhecimento.

A nossa filiação é a uma perspectiva construtivista, significando isso a) a recusa de que a adoção de determinado método – seja ele qual for – permite desvelar a 'verdade' do mundo, ou seja, a 'descoberta' de regras, funções e significados universais que independem da ação humana; assim defendendo, pelo contrário, que b) as compreensões do mundo são histórica e culturalmente específicas, portanto, que c) o conhecimento é moldado por processos sociais, sendo então necessário d) adotar uma posição crítica sobre a produção do mesmo, uma vez que resulta de, e em, práticas sociais (GILL, 2002).

Nas páginas que se seguem, desenvolvemos em maior pormenor a nossa posição, a qual pode ser delineada em torno de três pontos centrais:

1) A defesa de que a realidade é socialmente construída não pressupõe a negação de um mundo objetivo, pelo contrário: é a 'ancoragem' a um mundo comum, exterior à consciência de um indivíduo transcendental, que permite a constituição de um mundo intersubjetivamente partilhado, onde o que está em causa é a significação.
2) A defesa de que a realidade é socialmente construída não pressupõe o abandono da afirmação de verdades: a posição que defendemos é a possibilidade de chegarmos a uma verdade eticamente fundamentada**,** não fechada sobre si mesma, esvaziada de sujeito e história.
3) A defesa de que a (re)produção da realidade pressupõe uma relação dialética entre materialidade e idealidade.

Encerramos o capítulo com a introdução a alguns dos conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, tentando uma intersecção com contribuições de Norbert Elias, que, mais relacionados ao terceiro ponto elencado, em grande medida influenciaram o nosso estudo.

2.1 Objetividade do mundo e construção da realidade

Verdade e objetividade são dois termos com que todo o cientista social, melhor mais cedo do que mais tarde, precisa confrontar-se ao desenvolver a sua investigação. Isto acontece porque no centro da discussão estão as possibilidades de construir um

conhecimento válido, referente à realidade estudada, e, simultaneamente, crítico, ou seja, consciente de que toda a produção está inserida num contexto histórico, enquadrada numa tradição cultural que delimita, com força relativa, as possibilidades do que, e como, é pensável (além de dizível e realizável). Nesse sentido, nem mesmo o fazer científico, ainda que fundamentado pela descrição dos métodos empregados, pode sustentar um conhecimento final, imune à revisão. Disso nos dão conta, por exemplo, as críticas que, no século XX, denunciaram o caráter ideológico das teorias evolucionistas que legitimaram a exploração e destruição dos povos colonizados e das suas culturas (GODELIER, 1989). O reconhecimento da contingência histórica e, portanto, do falibilismo, não podem – sem que tal tenha um custo demasiado alto – resultar no ceticismo, relativismo e/ou na nossa desistência de participar no mundo, de ser parte integrante na sua compreensão/construção. Acreditamos, como Haraway (1995, p.15) que

> o "nosso" problema é como ter, simultaneamente, uma explicação da contingência histórica radical sobre todo conhecimento postulado e todos os sujeitos cognoscentes, uma prática crítica de reconhecimento de nossas próprias "tecnologias semióticas" para a construção de sentido, e um compromisso a sério com explicações fiéis de um mundo "real", um mundo que possa ser parcialmente compartilhado [...].

Enfrentar tal problema exige a caracterização da relação entre os termos. A fórmula geral da tradição positivista é baseada na defesa de um sujeito transcendental, fora da história, possuidor de racionalidade e métodos objetivos, que assim consegue descobrir a verdade universal (ROCHA, GRADIM, 2020, p.99). Noutras palavras, a verdade seria uma propriedade do mundo, à qual podemos aceder através da objetividade.

Se seguirmos Knoll (2011), teremos de apontar que também na corrente construtivista existem autores que defendem, ainda que por outros caminhos, posição semelhante: o mundo é anterior a qualquer teoria explicativa, existe independentemente da atuação humana e, portanto, reconhecendo que as nossas percepções são construções – não o próprio mundo –, a validade das mesmas está dependente da neutralização dos desejos e vontades particulares, da distinção entre objetividade e subjetividade, da verdade como correspondência com o mundo. Neste segundo caso podemos falar da construção da realidade social, não da construção social da realidade. O posicionamento do termo *social* indica a extensão da *construção* a que se faz referência: no primeiro caso é feita referência a uma realidade específica, de segunda ordem; no segundo caso o mundo é compreendido como o resultado da articulação entre existências objetivas e construções (inter)subjetivas, onde a distinção social/não-social é problematizada. Por outras palavras, uma terceira posição, à qual nos filiamos, defende que ao ser social cabe não apenas a

explicação do mundo, mas a sua construção, sempre limitada, desde logo por um mundo objetivo, anterior à existência humana, que é base para o desenvolvimento de entendimentos – sem esse reconhecimento, teríamos como consequência "um mal-entendido patológico a respeito de nós mesmos [mais] do que uma compreensão ilusória do mundo" (HABERMAS, 2004, p.245).

Defender que a realidade é socialmente construída não pressupõe a afirmação de que ela é menos real do que se assim não fosse, tampouco "que seja possível construir qualquer coisa, de qualquer modo, nem na teoria nem na prática" (BOURDIEU, 2004, p.156). Dizer que um edifício foi construído não significa, obviamente, que ele não existe, mas que se existe, como existe, é porque é o resultado de planejamentos (levando em conta, entre outros, as condições do terreno e propósitos do empreendimento), de recursos materiais, de diversos saberes e redes de relações entre diferentes indivíduos que se prestam a esse trabalho de negociação/colaboração (concordem ou não por inteiro a respeito dos materiais a usar, os custos, os planejamentos, etc.); é, por conseguinte, compreender que essa existência não é eterna – não existiu, e provavelmente não existirá para sempre; é, ainda, compreender que um mesmo edifício poder ter diferentes funções e significados para diferentes sujeitos (espaço de autoridade e/ou submissão, aniquilação e/ou [re]nascimento etc., se pensarmos, por exemplo, na construção de igrejas nas ex-colônias europeias com recurso à vida de pessoas escravizadas).

Nem mesmo as existências do 'mundo natural', anterior ao surgimento da espécie humana, têm 'significado em si'. É neste sentido que a objetividade do mundo e a verdade sobre o mesmo não podem ser tomadas como correspondentes – se a primeira antecede e funda a segunda, só existe para nós por meio da significação. Ou, como postulado pelo realismo de Peirce (2006), realidade é tudo aquilo que é cognoscível, representável e compartilhado por uma comunidade de comunicação. Assim, afirmamos que as fronteiras da realidade são condicionadas por um mundo objetivo, mas apenas ganham limites, mais ou menos concretos, e em cada contexto, quando considerado o mundo social. É o conhecimento sobre o mundo, ou a suspeita de que não o compreendemos realmente (o que já pressupõe algum tipo de conhecimento), que define a realidade (em casos tão distintos como sejam a dúvida sobre a existência de vida noutros planetas ou a dúvida sobre se existe um padrão que explique a violência sobre diferentes indivíduos, os quais, partilhando características significativamente semelhantes, podem ser apontados como constituintes de um grupo). A verdade, defendemos, não está por descobrir nos escombros

do mundo, não nos será enviada por uma entidade divina. É *ação*, ética, não *ser*, ontologia. Nesse sentido, recusamos

> uma doutrina de objetividade que prometa transcendência, uma estória que perca o rastro de suas mediações [...] não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. [...] Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro (HARAWAY, 1995, p.16).

Dedicamo-nos à questão da verdade – como, neste trabalho, a compreendemos **e** podemos construir – na próxima secção. Por ora debruçamo-nos mais um pouco sobre a objetividade do mundo, reflexão em que o trabalho de Correia (2005) é base profícua: segundo a leitura que fazemos daquele, a realidade, por uma perspectiva fenomenológica, é esquematicamente compreendida como uma multiplicidade de universos simbólicos, cada um referente a tradições culturais e vivências locais específicas. Ainda que diferenciados entre si, sobrepõem-se no decorrer das experiências que desenvolvemos com os outros e conosco mesmo. Existe um universo, no entanto, que se firma como bússola orientadora de toda a ação: o mundo da vida. Naquele, o mundo é experimentado como autoevidente. As dúvidas sobre o (correto) funcionamento do mundo são suspensas, pelo menos desde que as expetativas não se revelem problemáticas. Assim, adotamos uma atitude natural, baseada em tipificações, quer dizer, em 'receitas', apreendidas socialmente, sobre o que podemos esperar do mundo e este espera de nós. Esta "certeza intersubjetiva (ou ausência total de dúvida)" (CORREIA, 2005, p.38) não deve ser confundida com a noção negativa de ideologia defendida por alguns autores marxistas: não se trata de uma 'falsa consciência', financiada pelas classes dominantes com o objetivo de reproduzirem a realidade de acordo com os seus interesses particulares, mas o terreno sobre o qual é possível a própria existência humana. Como colocado por Habermas (1983, p.16), "o sujeito só pode se tornar consciente de si mesmo em relação com – e na construção de – um mundo objetivo".

Devendo o mundo da vida ser compreendido como resultado de uma tradição cultural específica, os acordos normativos que o coordenam têm, além de uma componente objetiva, um caráter (inter)subjetivo, podendo, assim, a sua legitimidade perder força, ser problematizada e reformulada. Esta compreensão do mundo está, julgamos, em harmonia com as contribuições de Peirce (2006)**:** a relação dual entre sujeito (representante) e objeto (representado) é transformada ao ser considerado o

processo (intersubjetivo) de significação. Decorre desta virada, linguística/pragmática, que

> o mundo objetivo não é mais algo a ser retratado, mas apenas o ponto de referência comum de um processo de entendimento mútuo entre membros de uma comunidade de comunicação, que se entendem sobre algo no mundo. Os fatos comunicados não podem ser separados do processo de comunicação, assim como não se pode separar a *suposição* de um mundo objetivo do horizonte de interpretação intersubjetivamente compartilhado, no qual os participantes da comunicação desde sempre já se movem. O conhecimento não se reduz mais à correspondência entre proposições e fatos (HABERMAS, 2004, p.234, *grifos do autor*).

A realidade é sempre permeada por linguagem. É ela o *médium* que possibilita a representação, quer dizer, interpretação e, assim, constituição do próprio mundo. É o compartilhamento intersubjetivo de significados que possibilita a ação, não apenas dando forma ao espaço público, na relação com outros indivíduos, instituições e recursos naturais (transformando-os em meios de subsistência e bens de consumo), mas dando forma à nossa personalidade, às possibilidades de nos compreendermos como indivíduos através, também, do olhar e palavras que interiorizamos-exteriorizamos, que tomamos como nossas, mas nunca o são inteira ou exclusivamente. O mundo, escreveu Bourdieu (2004, p.71), "é um lugar de lutas a propósito de palavras que devem sua gravidade – e às vezes sua violência – ao fato de que as palavras fazem as coisas, em grande parte, e ao fato de que mudar as palavras e, em termos gerais, as representações [...] já é mudar as coisas".

O estudo sustentado nas premissas da virada linguística/pragmática dá apoio a um trabalho voltado para a investigação dos significados possíveis e das condições de produção em que são elaborados, das ações que sustentam, concorrentes na construção do mundo. Reconhecemos, assim, no nosso empreendimento

> a relatividade, sem o relativismo; a contextualização do significado sem que qualquer palavra signifique qualquer coisa; o questionamento à concepção realista de ciência, sem inviabilizar a ciência; a recusa do caráter absoluto dos valores éticos, sem abrir mão da ética (MARCONDES, 2000, p.45).

2.2 Verdade como questão ética

Se defendemos que o mundo em que vivemos resulta de mediações – ou seja, que até mesmo a noção de 'realidade' está dependente do uso da linguagem – e, ainda assim, pretendemos evitar o relativismo, é indispensável especificar em que sentido podemos ainda falar de verdade. O deslocamento efetuado pelo paradigma construtivista

(relativamente ao positivista) não pressupõe o seu abandono, mas o nosso reposicionamento. O princípio orientador não é a procura da correspondência objetiva, mas a legitimidade da validação intersubjetiva, um processo desenvolvido por uma comunidade de comunicação concreta e

> cujo consenso estabelece, sempre de modo provisório e sujeito à revisão, a noção da verdade e realidade das coisas e estados de coisas do mundo objetivo, mas também do que deva ser reconhecido como legítimo, correto e justo nas relações interpessoais do mundo social (ROCHA, GRADIM, 2020, p.99).

Resulta desta compreensão que a verdade, estando dependente de justificação, ou seja, exposta à crítica racional, manifesta-se, e é constituída, pelo/no discurso. Por outro lado, a discussão sobre o que é verdade apenas surge como tal quando "práticas malsucedidas e contradições emergentes nos fazem tomar consciência de que as obviedades até então em vigor são meras verdades pretendidas, ou seja, *pretensões* de verdade em princípio problemáticas" (HABERMAS, 2004, p.49). A constituição da verdade está, então, dependente da relação entre práticas e argumentações – argumentações sobre práticas e práticas argumentativas, ancoradas num mundo objetivo, intersubjetivamente partilhado, com significados (verdadeiros) em disputa. Socorremo-nos de um exemplo que, julgamos, ajudam a melhor explicar o que tentamos argumentar: sendo um dado objetivo que a colonização de territórios americanos foi conseguida, também, com recurso à escravização de vastas faixas populacionais, a discussão dos seus efeitos nas sociedades atuais continuam em aberto. Se a diferença étnico-racial é um dado objetivo – ou seja, se hoje não é possível escaparmos à leitura, mesmo que não vocalizada a todo o momento, de corpos humanos mediante o seu fenótipo –, o mesmo não pode ser dito sobre o racismo. Ambos (diferença étnico-racial e racismo) fazem parte da nossa realidade, mas com estatutos diferentes. Isto acontece, de acordo com a postura que adotamos, devido à característica fundamental (mediação, não correspondência) que delimita a relação possível entre existência (objetiva) e significado (verdadeiro). Reconhecer que existe uma diferença não pressupõe, naturalmente, que o seu significado é universal e não-problemático, muito pelo contrário. É precisamente aí que reside o 'problema' sobre 'a' verdade: ela é, sempre, "um jogo de lutas" (BOURDIEU, 2004, p.46), marcado por desiguais relações de poder, onde o que está em causa é a significação, os modelos explicativos/classificatórios, a legitimação da organização social. A própria noção de diferença resulta desse processo. Outro exemplo com intuito explicativo: reconhecer que corpos têm características específicas (útero ou não, por exemplo),

funcionando e exigindo cuidados de saúde também específicos (ginecologistas e/ou obstétricos, no caso), não pressupõe a defesa de que correspondem a uma natureza ou destino (generificado e binário). 'Ser', apenas e sempre, 'homem' ou 'mulher' (e o que tal pode significar na nossa sociedade atual) resulta de um processo histórico, onde colonização e cientificismo tiveram papel central (LEITE JÚNIOR, 2008). Olhando a diferença por este prisma, não podemos pretender devolvê-la à natureza depois de a termos deslocado de uma existência ainda-não-significada. Assim, até mesmo a referência a diferenças 'objetivas' (portanto, a sua existência como tal) está dependente de uma vinculação a determinado(s) discurso(s). Sobre este assunto, juntamo-nos a Brah (2006, p.374) quando afirma que

> algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política.

Os diferentes 'pontos de vista' sobre a componente racista que marca, ou não, um ato ou sociedade está dependente desses (todos, inclusive o nosso) 'saberes localizados'.

É nesse sentido que qualificamos a verdade como um investimento ético: não sendo um produto do mundo objetivo, tampouco de um sujeito transcendental, de racionalidade perfeita e livre de ideologias, resulta da abertura ao outro por meio da argumentação, não o fechamento e imposição, sem que tal signifique a aceitabilidade de qualquer enunciado como verdadeiro. Pressupõe, por outro lado, a crítica da posição a partir da qual atuamos. Ou seja, o comprometimento com o outro e, assim, conosco mesmos. Pressupõe que o movimento em direção à verdade é elaborado dentro de universos finitos, possibilidades erigidas por um mundo social que é anterior a nós. Como colocado por Costa (2008, p.121) "não se pode falar em ética sem a possibilidade de uma decisão a ser tomada em função de alguma regra moral ou até da falta dela". A nossa compreensão (e possível realização) de verdade é, ela mesma, historicamente situada - resultante do desenvolvimento de uma moral pós-convencional.

De acordo com Habermas (1983), a quebra da autoevidência do mundo é experimentada pelos sujeitos como um problema a que é necessário dar resposta. Por outras palavras, não nos é possível viver numa realidade em que a facticidade está, a todo o momento, suspensa. É apenas quando padrões de experiência e esquemas de ação se

revelam insuficientes para o entendimento coletivo, ou seja, quando as respostas que tínhamos como tipicamente bem-sucedidas (naturalizadas) no trato com outros sujeitos e acontecimentos (típicos) deixam de funcionar, que se mostra necessário (re)construir as pontes que nos permitem habitar um mundo seguro, porque verdadeiro, porque comum com aqueles com quem o partilhamos. Ainda de acordo com o sociólogo alemão, as respostas variam, dependendo dos níveis de consciência moral, esquematicamente apresentados como pré-convencionais, convencionais e pós-convencionais. Cada um é característico de diferentes fases do desenvolvimento humano, tanto individual (de recém-nascido a adulto) como coletivo (das sociedades arcaicas à modernidade), não querendo isso dizer que a transposição de um para o outro é sempre, e de igual forma, bem-sucedida, totalmente vertical, com barreiras completamente definidas no tempo e espaço (HABERMAS, 1983). O que nos interessa sublinhar é que as respostas aos problemas do mundo, ou seja, à definição do que seja verdade, estão dependentes da "delimitação da normatividade da realidade social e da intersubjetividade da realidade linguística" (HABERMAS, 1983, p.21). Quer isto dizer que entre sociedades governadas por mitos mágico-religiosos que explicam o mundo e sociedades que se distanciam da crença em entidades unitárias autoexplicativas (Deus, o Ser, a Natureza), as possibilidades de verdade, são, em termos gerais, substancialmente diferentes (não significando isso que a atuação de todo e qualquer indivíduo, em determinado período histórico, é fundamentada por uma consciência moral universal, característica do seu Tempo).

Se nos contextos em que prevalece uma moral pré-convencional, os sujeitos buscam cumprir as normas vigentes com o exclusivo intuito de escaparem ao castigo que pressupõe o desvio, na moral convencional ganha terreno a compreensão de que as normas têm uma importante função, sendo ela a integração social, ou seja, a sedimentação de expectativas no trato com o outro e consigo mesmo (HABERMAS, 1989). Em ambos os casos, a compreensão de que a realidade depende da atuação humana é, se não inexistente, muito limitada, o que contribui para que os indivíduos se distanciem do estatuto de sujeito capaz de rejeitar um destino coletivo, ou seja, que se corresponsabiliza pela (re)produção do mundo. É apenas com o desenvolvimento da consciência pós-convencional que **"**o indivíduo assume a realidade como uma construção social na qual ele pode influir e, por isso, não pode deixar de ter responsabilidade" (ROCHA, GRADIM, 2020, p.102). Assim, apenas neste nível as "normas perdem sua validade natural-

espontânea e necessitam de justificação a partir de pontos de vista universalistas" (HABERMAS, 1983, p.136/137).

Uma vez que, como já afirmado, construímos o mundo através de palavras, é necessária atenção redobrada à sua utilização. Pontos de vista *universalistas*, em Habermas, não devem ser confundidos com pontos de vista *universais*: no primeiro caso referimo-nos ao objetivo que pretendemos atingir, no segundo à pretensão de partirmos de uma posição fora da história, fora da linguagem. O segundo é impossível, o primeiro imprescindível. É porque precisamos de nos entender sobre um mundo constituído por significados comuns, generalizáveis, que a verdade se revela uma construção necessária. Voltemos ao exemplo dado anteriormente: não é razoável considerar que a definição consensual de racismo seja perseguida com o objetivo de a aplicar a um indivíduo ou ato isolado, mas com o intuito de alcançar uma abstração suficientemente generalizável, a qual possa ser transposta – sempre de forma potencialmente problemática – para diferentes contextos. O mesmo pode ser afirmado sobre outros conceitos, como seja precariedade, democracia etc. É o compromisso com a construção de pontos de vista universalistas, essenciais ao entendimento mútuo, que justificam o esforço de tentar compreender as "condições sob as quais exigências de verdade e certeza podem ser resolvidas discursivamente" (HABERMAS, 1987, p.93). As condições divergem, em grande medida, consoante a racionalidade que governa a ação seja de cariz instrumental (dirigida a fins, erigida sobre a possibilidade de alcançar a aceitação de enunciados por meio de sanções ou recompensas) ou de cariz comunicativo (dirigida ao entendimento mútuo, erigida sobre uma noção de outro generalizado com quem temos de negociar – propor, rejeitar e/ou aceitar – pretensões de validade se procuramos colaborar na construção de vidas não violentas). Apenas a racionalidade comunicativa pressupõe uma

> conexão interna entre (a) as condições que tornam válido um ato de fala, (b) a pretensão levantada pelo falante de que sejam cumpridas essas condições e (c) a credibilidade da garantia por ele assumida de que poderia, se necessário, resgatar discursivamente essa pretensão de validade (HABERMAS, 2004, p.109).

A sua qualificação como tal está dependente da concretização na relação com o outro na ação discursiva, melhor dizendo, no agir comunicativo. Para tanto, está condicionada por pretensões de validez, sendo elas a) a inteligibilidade (uma vez que sem compreensão dos enunciados não é possível afirmar uma posição, seja de rejeição ou aceitação, em relação aos mesmos); b) a verdade (enunciados referentes ao mundo objetivo); c) a correção (enunciados que, além do mundo objetivo, se fundam em normas

sociais legítimas) e d) a autenticidade (que o enunciador, bem como aquele que lhe responde, também é composto por um mundo subjetivo que, em certa medida, lhe é próprio e ao qual não temos acesso direto mas que assumimos ser expresso com sinceridade). Sempre que

> esse consenso de fundo é perturbado, as quatro pretensões de validez se convertem em temas problematizados através de perguntas e respostas: sobre o significado da emissão (inteligibilidade), cuja resposta se constitui numa interpretação; sobre a verdade do conteúdo proposicional, ratificada com afirmações e explicações; sobre a correção da norma, que deve merecer justificações; e sobre a autenticidade da emissão (ROCHA, 2007, p.178).

Julgamos que esta descrição pode ser pensada em relação aos diferentes mundos (não apenas o da vida quotidiana) em que nos movimentamos, desde que levada em conta a possível existência de características específicas que os diferenciam. Desde logo, pode ser considerada em relação à investigação que produzimos: a sua validade está dependente a) do esforço em nos fazermos entender, sendo por isso imprescindível pensar nos (possíveis) públicos a que se destina (não apenas a comunidade científica e jornalistas, mas todos/as aqueles/as que possam ter interesse no tema em estudo), limitados, entre outros elementos, pelo domínio de uma língua[7]; b) do compromisso de nos referirmos a um mundo objetivo, do qual partimos (ao definir – portanto, indo além dele – objeto e problema) e ao qual nos propomos a voltar (ao recolher dados empíricos para análise), se é que dele, em alguma medida, em algum momento, nos é possível afastarmos para desenvolver abstrações que sirvam à reaproximação crítica; c) da consideração de normas legítimas, porque legitimadas, que orientam forma e conteúdo de relações, seja com o nosso objeto (tornado acessível e analisável com o recurso a determinados métodos), com a escrita (distinta daquela que se constrói noutros contextos) e com outros sujeitos (docentes, orientadores, instituições de financiamento, etc.); d) da não-negação de uma subjetividade que nos constitui, a nós e a outros/as (sujeito investigado, banca de avaliação, etc.) com quem nos encontramos.

Esta caracterização define os parâmetros para a caracterização de uma 'situação ideal de linguagem'. É preciso notar, no entanto, que mesmo quando os sujeitos se dispõem a participar 'seriamente' numa discussão, aberta à crítica e validação mútua, supõem também que a conversa é preenchida por condições improváveis, nomeadamente

[7] Afinal, qual a relação entre a teoria e a prática, entre investigadores e (possíveis e diferentes) públicos? Essa deverá ser, em nosso entender, uma questão sempre presente para quem se propõe a fazer investigação, especialmente quando preocupada com a (re)produção da vida social (produção de consentimento, relações de poder, legitimidade de normas etc.)

as de “publicidade e inclusão, participação com direitos iguais para todos, imunização contra coerções internas e externas, como também a orientação dos participantes pelo entendimento mútuo (ou seja, por proferimentos sinceros)” (HABERMAS, 2004, 254). Esta abstração, do que possa ser classificado como ‘situação ideal’, não assevera que a sua realização é sempre possível, sempre realizada de forma perfeita, devendo antes servir, pelo menos como nós a compreendemos, como ferramenta de análise das relações sociais que, moral e eticamente específicas, orientam distintas possibilidades de (re)produções de verdades, portanto, de mundos. Em poucas palavras, a delimitação de uma situação ideal de linguagem, serve, então, para “distinguir o falso consenso do verdadeiro, em nome da qual se interpreta o discurso [...]” (CASTRO, ROCHA, 2015, p.96).

Decorre ainda desta nossa compreensão que a probabilidade de pretensões de validade serem cumpridas é maior quando a conversação decorre no seio de uma comunidade que compartilha ideologias bastante semelhantes (no nosso caso, quando somos lidos/avaliados por indivíduos que são já próximos da nossa leitura construtivista). Aqui, por ‘ideologias’ referimo-nos, de maneira geral, àquilo que resulta da articulação específica de

> normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma tal [...] que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo. Dessa forma, uma ideologia proporciona coerência às atitudes sociais, que, por sua vez, codeterminam as práticas sociais (VAN DIJK, 2010, p.48).

Assim, se a concretização de uma (aproximada) situação ideal é, além de condição *para*, também resultado *de* entendimentos mútuos (não será descabido considerar, pelo menos como hipótese, que as pretensões de validez numa discussão sobre, por exemplo, violência de gênero, diferem em grande medida, seja a mesma aberta a qualquer sujeito ou limitada à participação de feministas – mesmo que de diferentes correntes), não podemos deixar de considerar que ela é uma instância estruturante já estruturada. Insistir numa racionalidade comunicativa é como já afirmado, insistir no não-fechamento sobre nós mesmos, sobre uma formação unitária que é, sempre, ideológica. É o reconhecimento de que as possibilidades de distância crítica, também em relação ao que e como analisamos, são sempre limitadas (desde logo por fazermos parte de uma, ou várias, comunidade/s sócio historicamente situada/s) que, defendemos, nos possibilita uma maior (co)responsabilização, porque coautoral, pelo que (re)produzimos – que, enfim, nos

distingue daqueles/as que procuram o conhecimento por correspondência e, assim, a retirada dos seus corpos do campo de lutas.

2.3 Ideal e material, uma relação dialética

A investigação que desenvolvemos é influenciada, principalmente, por duas tradições filosóficas: materialismo e fenomenologia.

Desenvolvido por autores filiados à teoria marxista, o materialismo enfatiza a dimensão histórica dos processos sociais, sublinhando a necessidade de investigar os modos de produção da vida material que, em determinada sociedade, condicionam as possibilidades de vida social (GIL, 2008). Na fenomenologia, o foco é outro: não a formação histórica dos fenômenos sociais, mas a interpretação que sujeitos concretos, na relação com outros, têm do mundo e fenômenos que experienciam (GIL, 2008). As duas correntes exploram, por caminhos que julgamos poderem ser cruzados, um mesmo objeto: a (re)produção da vida social. Tentamos evitar posições que buscam o desenvolvimento da distinção humana (em relação a outras espécies) por meio de eventuais explicações unilaterais (ora a passagem da integração por meio de gestos e sons à integração por meio de símbolos de significado idêntico, ora a própria produção de meios de subsistência e, com isso, a transformação da vida), para insistir que a produção e distribuição de recursos e sujeitos estão dependentes de interações e normas legítimas reconhecidas como tal. Reposicionando-nos, também as interações e normas estão dependentes dos meios, relações e forças de produção existentes em determinada sociedade – quer dizer, em poucas palavras, que se a realidade social pode ser constituída porque compartilhamos significados comuns, estes emergem de uma necessidade específica, que é a de (re)produzirmos meios (e lógicas) de (sobre)vivência.

Para o trabalho a que nos propomos – comprometido com a investigação das percepções de indivíduos concretos (jornalistas) sobre aspectos do seu universo laboral-profissional, sendo este constituído por relações de interdependência com outros, num mundo historicamente específico, com instituições e normas materializadas por meio de práticas e significados intersubjetivamente partilhados –, nutrirmo-nos do diálogo entre tais métodos parece-nos promissor, pois

> se o mundo social é construído, em parte, por interpretações e comunicações, tal como a fenomenologia insiste, a nossa compreensão do mundo necessita olhar atentamente para as infraestruturas através das quais, e na base das quais, hoje as comunicações têm lugar (COULDRY, HEPP, 2017, p.13, *tradução nossa*)

É, portanto, necessário pensar em termos de relações e funções, não em substâncias isoladas que guardam em si as origens ou fins da reprodução ou transformação social. Assim, apostamos numa definição dialética de pares de conceitos que, na tradição filosófica e sociológica ocidental, foram classificados como opostos – ideal/material, indivíduo/sociedade, interior/exterior etc. (CORCUFF, 2001). É sobre o primeiro que aqui nos interessa pensar em maior detalhe. Argumentaremos em favor de uma posição em que idealidade se torna materialidade, e vice-versa; que o material possibilita o ideal e, vice-versa, ou seja, que na constituição de toda a existência, o suporte (inter)subjetivo das relações que a formam é "ao mesmo tempo um componente objetivo da realidade social" (GODELIER, 1989, p.9, *tradução nossa*). Ilustramos: sempre que um novo objeto é descoberto pelo trabalho arqueológico, é em torno do seu significado que giram muitos dos debates. Não pode ser lido tendo apenas em conta a realidade do arqueólogo pois as funções não existem nele (nem no objeto nem no arqueólogo), mas nas práticas daqueles que lhe davam uso, nas relações em que estava inserido. Na mesma época, mas em latitudes diferentes, para diferentes grupos, objetos semelhantes podem também ter significados, e aplicações, dispares.

A relação entre indivíduos/grupos, e destes com o mundo, depende sempre de uma idealidade[8] que influencie a concretude da organização da vida. Por outras palavras, "no coração das relações materiais do homem com a natureza está uma parte ideal onde se exercem e embaralham as três funções do pensamento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e com a natureza" (GODELIER, 1989, p.29, *tradução nossa*). Para que possamos dar uso aos componentes da natureza, para que fabriquemos objetos úteis à existência humana, para que consigamos lidar com outros seres humanos, é necessário que manejemos um alargado conjunto de representações, ideias, enfim, conhecimentos, produzidos e institucionalizados – portanto partilhados – em dada sociedade. Isto pressupõe então, como já mencionado, que a atividade humana não depende exclusivamente do pensamento, desse caráter ideal: para que conhecimentos sejam passados de geração em geração é necessária a impressão de materialidades que, para além de tornarem possível a sedimentação/generalização dos significados,

[8] Com Godelier (1989), por 'idealidade' compreendemos o conjunto de formas, conteúdos e princípios de pensamento – conscientes ou inconscientes, cognitivos ou não – essenciais ao processo de produção das sociedades; por 'materialidade' fazemos referência ao conjunto de realidades que são exteriores ao ser humano, quer sejam aquelas com que desde a sua entrada no mundo já se confronta (a natureza), quer sejam aquelas que produz.

concorrem para a delimitação das possibilidades de (re)produções dos mesmos. Além disso,

> afirmar que uma ideia é «verdadeira» é sempre afirmar que esta ideia tem a capacidade de explicar a ordem ou a desordem que reina na sociedade [...] é supor que essa explicação permite atuar com eficácia sobre os problemas que coloca a manutenção da dita ordem [...] *É necessário que a ideia corresponda a algo situado fora do pensamento, na realidade social [...] porque a importância das ideias não procede unicamente do que são, mas do que fazem, ou melhor, do que fazem fazer* (GODELIER, 1989, p.175, *tradução nossa, grifos nossos*).

Também aqui procuramos exemplificar: a objetividade mitificada no jornalismo – aquela concepção de que é possível uma observação sem observador, isto é, jornalistas realizando relatos como espelhos exatos da realidade, totalmente imparciais –, devedora da tradição positivista, surgiu e alcançou espaço de destaque em determinado período histórico devido às condições sociais existentes (CORREIA, 1998). A sua racionalização não é devedora de consciências isoladas. Ao mesmo tempo, foi necessária a materialização dessa concepção em códigos (profissionais) concretos de maneira a orientar a ação dos sujeitos. Esse trabalho não foi levado a cabo por acaso, mero capricho, mas para que as pessoas envolvidas nesse processo (principalmente jornalistas e empresas, mas também audiências) pudessem executar e interpretar o trabalho realizado – ou seja, que uma ordem interpretativa do que, e como, é legítimo esperar e fazer fosse instituída (TUCHMAN, 2016). Desta forma, podemos afirmar que se a ideia de «objetividade (mitificada)» apenas existe em função das condições materiais concretas, ela irá também atuar sobre a concretude da vida, moldando, alterando, o que significa «fazer (bom) jornalismo».

A percepção desse par de conceitos como opostos contribui, julgamos, para a noção de que, ao falarmos de uma sociedade socialmente construída, pretendemos argumentar em favor de um relativismo capaz de produzir qualquer realidade, que, no extremo, a encaramos como uma ficção. Não é essa a postura que pretendemos adotar. Ou, melhor, poderíamos aceitar essa ‘acusação’ – a de que compreendemos a realidade como uma ficção – se por ‘ficção’ queremos dizer que a realidade é artificial, que não tem uma essência universal. Se, como defendemos, ideal, por estar conotada a uma existência abstrata, não deve ser entendida como fantasia sem existência real, material, pela conotação a uma existência objetiva, não deve ser entendida como existência autoexplicativa, inescapável. Uma e outra existem apenas quando relacionadas, dando

forma ao mundo. Compreender isso e expor, por exemplo, que costumes são ficções pode ser considerado um ato perigoso[9], uma vez que

> sua eficácia social depende, em boa parte, de eles serem tomados por ideias realistas e não por fantasias. E, uma vez que possuem eficácia social como fantasias coletivas, eles fazem parte [...] da realidade social. [...] A convicção coletiva de sua adequação objetiva lhes confere uma solidez e uma permanência que, como no caso das concepções mágicas sobre a natureza nas sociedades mais simples, não podem ser enfraquecidas pelo simples apontar para fatos contraditórios (ELIAS, 1994, p.54).

Discordamos de Elias quando afirma que as convicções coletivas não podem ser enfraquecidas ao apontar as suas contradições. A eliminação, ou até mesmo a mudança, com certeza exigem um trabalho mais complexo, mas julgamos que é precisamente ao perceber e colocar em discurso as contradições, ao se nomear e discutir seus efeitos, que a realidade pode ser colocada em causa. De contrário, o mundo reificado permanecerá como tal e, assim,

> os significados humanos não s[er]ão entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo, por sua vez, produtos da «natureza das coisas». [...] Através da reificação, o mundo das instituições parece fundir-se com o mundo da natureza. Torna-se necessidade e destino, sendo vivido como tal, feliz ou infelizmente, conforme o caso (BERGER, LUCKMANN, 2004, p.123/125).

Desta forma, para que um problema exista (publicamente) ele precisa ser posto em discurso. Habermas (2004, p.49-50), refletindo sobre as possibilidades de transformação social, afirma que é na suspensão das certezas que crenças problemáticas ganham forma[10]. Tais suspensões não são arbitrárias ou emergentes de uma lógica transcendental: é a reconhecimento da dor – e de sua ilegitimidade –, causada por crenças contrárias à regulação de vidas não-ameaçadas, que obriga à tematização e procura de superação das mesmas. Ou seja,

> não duvidamos por duvidar, mas apenas quando há razões para tal ou quando a dúvida tem relevância prática. Com efeito, dúvidas e objecções devem nascer de problemas reais ou da frustração de expectativas, o que significa que possuem um carácter local, não podendo pôr em xeque a nossa imagem do mundo tomada como um

[9] As lutas das apelidadas «minorias» – não em termos numéricos, mas em termos de poder e representação política – é disso exemplo. Como colocado por Berger e Luckmann (2004, p.172), "não há «história das ideias» isolada do sangue e do suor da história geral".

[10] Não quer isto dizer, em nosso entender, que o problema apenas existe depois da suspensão das certezas: a suspensão de certezas é antes consequência da percepção de uma situação problemática, ainda não articulada intersubjetivamente, que no entanto só ganha tal estatuto – de problema – ao ser transformado em linguagem (não necessariamente verbal) – ao ser racionalizado, tornado público – que por sua vez resulta da verbalização das certezas anteriormente aceites como verdadeiras. Para mais fácil compreensão, esquematizamos assim: situação problemática »» suspensão de certezas »» racionalização intersubjetiva »» problema (»» solução provisória).

> todo. Daí resulta que não é necessário dispor de razões ou justificações para todas as nossas crenças, mas só para aquelas que sejam legitimamente questionadas (SAMPAIO, 2011, p.145).

Mas como definir, ou como são definidas, as premissas que garantem legitimidade aos questionamentos? O reconhecimento da dor, e de sua injustificação, como afirmado por Habermas (1987), é, certamente, ponto importante para tal empreendimento, mas é necessário notar que esse processo também não é automático. Não é toda a dor denunciada que é reconhecida (e reconhecida como ilegítima): para que isso aconteça, é fundamental o reconhecimento da voz, portanto da autoridade/racionalidade, daqueles/as que as denunciam. É necessário, portanto, que sejam consideradas as já mencionadas pretensões de validez, a situação (estruturada e estruturante) ideal de linguagem. Outro elemento a ter em conta é que se a toda a construção social subjaz um processo de fabricação (inter)subjetivo de objetivação e representação, os efeitos da realidade (ou até a sua compreensão) não dependem, a todo o momento, da compreensão que os indivíduos têm de tal processo. Assim,

> a realidade objetiva das instituições não fica diminuída se o indivíduo não compreende sua finalidade ou seu modo de operação. Pode achar incompreensíveis grandes setores do mundo social, talvez opressivos em sua opacidade, mas não pode deixar de considerá-los reais (BERGER, LUCKMANN, 2004, p.86).

A realidade estende-se, então, para além das consciências e ações individuais.

2.4 Influências de Pierre Bourdieu e Norbert Elias

De acordo com Bourdieu, o processo de modernização das sociedades atuais resultou no aprofundar da diferenciação entre várias áreas de atividade. Tal diferenciação possibilitou a formação de diferentes campos (jurídico, literário, jornalístico etc.), compreendidos como espaços com relativa autonomia em relação a outros, inseridos no espaço social abrangente, e onde diferentes agentes, com acesso a diferentes recursos (capitais), ocupam (lutam por) diferentes posições hierárquicas (BOURDIEU, 1985).

A noção de ‘campo’ em Bourdieu pode, em certa medida, ser equiparada à noção de ‘figuração’ desenvolvida por Elias. Em verdade, o autor francês recorre a estudo de Elias para explicar o conceito que propõe:

> a Corte, tal como Elias a descreve, é um belíssimo exemplo do que chamo um campo em que, como num campo gravitacional, os diferentes agentes são arrastados por *forças insuperáveis, inevitáveis, num movimento perpétuo, necessário para manter as hierarquias, as distâncias, os afastamentos* (BOURDIEU, 2000, p. 48, *grifos nossos*).

As palavras (grifadas) utilizadas pelo autor parecem dar conta de uma postura que difere daquela normalmente assumida por Elias: o sociólogo francês dá destaque às estruturas que atuam sobre os indivíduos, nos quais estes estão inseridos e dentro das quais podem desenvolver (limitadas) ações; com o sociólogo alemão, é dada primazia às relações de interdependência entre sujeitos, que assim se constituem e constituem o tecido social. Ou seja, Bourdieu parte das estruturas para analisar as relações, enquanto Elias caminha no sentido inverso (DÉPELTEAU, 2013). Esta diferença não é de pouca importância, uma vez que resulta em diferentes (ainda que semelhantes) posturas perante a análise da formação e desenvolvimento dos fenômenos sociais. Em todo o caso, o foco é o mesmo: a formação de indivíduos e sociedade numa lógica dialética. Tentamos beber de ambas as fontes: se concordamos com Bourdieu quando define que a distribuição dos sujeitos no espaço social (e campos) é realizada de acordo com "o volume global de capital que possuem sob diferentes espécies, e [...] de acordo com o peso relativo das *diferentes espécies de capital*, econômico e cultural" (BOURDIEU, 2004, p.154, *grifo nosso*), sublinhamos que é a interdependência, considerada como processo mais ou menos imprevisível, em que estão envolvidas relações de poder, que possibilita a reprodução/transformação de/entre sujeitos e campos. Reconhecer que diferentes sujeitos, face ao capital que detêm e posição que ocupam, têm diferentes possibilidades de atuação, não significa que os atos (e racionalizações) estão pré-determinados: eles estão também dependentes das relações, com o Outro e consigo mesmo, nunca inteiramente finalizadas. Assim, ainda que a margem de decisão dos indivíduos, em função dos instrumentos de poder controlados, seja sempre limitada, é, também sempre,

> muito variável em sua natureza e extensão [...]. Dito em poucas palavras, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz. Uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também moeda. Até o membro mais fraco da sociedade tem sua parcela na cunhagem e na limitação dos outros membros, por menor que seja (ELIAS, 1994, pp.51-52).

Bourdieu, ainda que normalmente conotado ao estruturalismo (genético, como o próprio sugere), portanto dando especial atenção às relações que condicionam a atuação dos sujeitos (ou, nas suas palavras, 'agentes'), não deixa de frisar que, apesar de todas as constrições, existe sempre um certo grau de liberdade, um certo nível de imprevisibilidade, perante as regras do 'jogo' social. Para que a entrada em cada 'jogo' (situação, interação, campo etc.) seja possível é necessário que o aprendamos a jogar, que o compreendamos (em maior ou menor extensão) e é precisamente esse "'sentido do jogo' [...] que permite gerar uma infinidade de 'lances' adaptados à infinidade de situações

possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever" (BOURDIEU, 2004, p.21). O autor desenvolve o conceito de *habitus* para pensar esse princípio gerador de práticas, procurando dessa forma escapar a uma filosofia mentalista e, consequentemente, a um estruturalismo sem sujeito. Tido como natureza socialmente constituída, o *habitus,* em Bourdieu, diz respeito a esse sentido prático – afastado, mas não divorciado, de uma reflexividade – que nos permite identificar (ou pressupor) regularidades e, assim, projetar ações/interpretações futuras. Compreendido, então, como "sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação" (BOURDIEU, 2004, p.26), o conceito dá-nos espaço para insistir na análise de uma realidade que é construída, portanto, em alguma extensão, resultado das ações de sujeitos concretos que a experienciam/interpretam/(re)produzem.

Em todo o caso, para que alcance e mantenha uma validade generalizada, toda a relação social, toda a organização e representação, precisa apresentar-se como positiva para a reprodução da vida, modelo apropriado para bem organizar as práticas sociais – até os fenómenos que se mantêm relativamente estáveis durante longos períodos de tempo (instituições religiosas, por exemplo) precisam ser construídos como tal, como "'o mesmo que sempre foram', através de ações e interpretações" (COULDRY, HEPP, 2017, p.72, *tradução nossa*). Mais: para que determinado campo possa ser constituído, ou seja, para que determinada área de atividade consiga alcançar autonomia suficiente em relação a outras, é necessário que um corpo de valores, práticas e mecanismos específicos sejam constituídos como legítimos. É essa autonomização que possibilita a emergência de um *capital* (simbólico-material) específico, quer dizer, um conjunto de recursos que, uma vez sedimentados, garantem (provisoriamente) o reconhecimento social da autoridade daqueles que a eles acessam. Desta forma, um corpo de especialistas, com autoridade e mecanismos de controle concretos, é consolidado ao assumir (e ao ser-lhe atribuído) o monopólio de um conhecimento socialmente raro e a que poucos têm acesso: o campo, e aqueles que nele conseguem entrar, torna-se o repositório de uma competência específica, definida pela exclusão/validação de sujeitos que lhe são exteriores, a quem as suas produções também se destinam (HILGERS, MANGEZ, 2015).

Assim, ainda que ao jornalismo esteja atribuída a função de retratar o mundo, dar a conhecer o que nele tem lugar, as representações que publicita, os mundos que constrói, e como constrói, não estão blindadas contra os posicionamentos da população – a sua

existência, e efetividade, não se mantém à margem da legitimidade outorgada pelos públicos (públicos que são diferenciados e têm capacidade de influência desiguais) –, como também não o estão (e talvez em maior escala) contra os posicionamentos de atores em outros campos, como seja o político, jurídico e econômico. Mais: é a autonomia do campo jornalístico que hoje, face a transformações econômicas, tecnológicas e sociais (SILES, BOCZKOWSKI, 2012), está em causa, o que muitas vezes conduz a discussões sobre as possibilidades de sobrevivência (e já não apenas transformações) do próprio campo. Em ambos os debates[11], a análise do nível de autonomia é, portanto, central. Para tanto, Barros Filho e Praça (2006, p.52, *tradução nossa*) apontam um caminho que julgamos importante explorar: segundo os autores,

> um campo será tão mais autônomo quanto mais os seus participantes estiverem exclusivamente engajados nele, quanto mais exclusivamente lutarem por seus ganhos específicos e quanto mais incorporarem a sua *illusio* específica. Posto isso, podemos avaliar a autonomia do campo jornalístico brasileiro avaliando a extensão da existência de atores que circulam tanto no campo jornalístico quanto no político, fazendo uso do primeiro para ganhar (ou manter) posições no segundo.

Uma vez que campos e agentes são caracterizados por relações de interdependência, importa sublinhar que as 'exclusividades' e 'especificidade' mencionadas devem ser compreendidas como relativas, enquadradas numa escala de intensidades – da mesma forma, não poderemos, seja qual for a posição ocupada pelos agente no campo, falar de uma autonomia total e autorreferente (ou seja, orientada unicamente pelo princípio de organização do campo específico, desconsiderando as relações que existem daquele com outros e que, portanto, também o caracterizam). Aqui está novamente a influência de Elias (1994), que defende que toda a associação de seres humanos é caracterizada pela tecitura de laços (de trabalho, de propriedade, de conhecimento etc.) entre os seus integrantes, o que contribui para o desenvolver, ainda que em níveis e intensidades variadas – de acordo com as funções e poder associados à posição que cada indivíduo ocupa[12] –, de relações de dependência mútua. Para que aqueles elementos – autonomia, função e poder – sejam mais bem compreendidos, a

[11] Ainda que relacionados, sublinhamos que os objetivos por que nos guiamos aproximam-nos mais das discussões que versam sobre a (sobre)vivência *no* campo do que sobre a sobrevivência *do* campo.

[12] Focando atenção nas relações entre indivíduos e na relação entre indivíduos e sociedade, sendo esta última composta por elementos que não são compreendidos como antagonistas – na obra do autor alemão, é constante a argumentação de que "não há mundo social 'acima ou além' das interrelações dos indivíduos, e nenhum indivíduo é compreensível fora da sua incorporação no mundo social" (COULDRY, HEPP, 2017, p.63, *tradução nossa*). Assim, Elias aponta mesmo que "aquilo a que chamamos 'poder' não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas" (ELIAS, 1994, p.50).

atenção focada no individual é insuficiente; para compreender as partes (no caso, as funções e des/níveis de poder e autonomia entre jornalistas e/ou empresas de comunicação) é necessário voltar o olhar para o conjunto (campo jornalístico e sistema midiático), ou seja, para a estrutura viva, relacional, historicamente situada, que as condiciona e porque é condicionada. Podemos ter uma melhor imagem dessa complexa relação entre o todo e as partes, entre sociedade e indivíduos (e, aproximando os termos eliasianos dos bourdieusianos, campos e agentes) – enfim, sobre a primazia, ou não, de um composto sobre outros –, através da metáfora da rede de tecido apresentada pelo autor:

> nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele (ELIAS, 1994, p.35).

Sublinhado que a autonomia é sempre relativa, insistimos na importância de aferir o (porquê do) seu nível em contextos sócio-históricos específicos. A relativização não deve conduzir ao relativismo – disso nos dão conta as já citadas palavras de Barros Filho e Praça (2006): a autonomia do campo jornalístico será menor se os agentes que nele ocupam as posições mais elevadas (consideremos, por exemplo, os proprietários dos principais meios de comunicação de determinado país ou região) também ocupam posições de destaque no/s campo político e/ou econômico, fazendo uso do primeiro para alcançar ganhos nos últimos e/ou vice-versa. A autonomia varia também, portanto, em função das desiguais relações de poder – 'poder' que, como já mencionado, não é aqui entendido enquanto propriedade capturada e preservada autonomamente pelos sujeitos, mas enquanto entidade mais ou menos abstrata (certamente com origens/efeitos materiais) que se constitui, e destitui, nas relações (ativas, múltiplas e mutáveis) sociais.

O que o conceito *interdependência* nos permite perceber é que os elementos estão conectados, formando uma rede em constante movimento. Nas, ou através das, ligações que constituem os campos/figurações, originam-se tensões, principalmente se neles é possível encontrar a coexistência de diferentes ordens de valores, grupos pautados por diferentes ordens de sentido (BERGER, LUCKMANN, 2004), bem como a divisão/especialização de funções das pessoas (ELIAS, 1994). O que o conceito não

permite perceber, sem analisar a especificidade das relações, é o direcionamento das tensões, se contribuem para a reprodução ou, pelo contrário, para a transformação da rede (ou melhor, qual é a intensidade e materialização de ambas, uma vez apontada a existência de forças com diferentes direções). Não quer isso dizer que as redes, ou a sociedade compreendida como o conjunto dessas redes, aniquilem os indivíduos.

É importante ter em conta que, na definição da realidade, estruturas não se reduzem às interações, como também as interações não são reduzidas à estrutura. Assim, um problema para todos aqueles que "pensam na realidade social enquanto 'estrutura' é avaliar até que ponto podem ser reconhecidos graus de agência dos autores inseridos numa distribuição de recursos altamente padronizada" (COULDRY, HEPP, 2017, p.28, *tradução nossa*). Para tentar uma compreensão que se afaste tanto de definições subjetivistas como de definições objetivistas – ou seja, da subjugação das estruturas às interações ou das interações às estruturas –, é importante considerarmos que os condicionamentos estruturais, quer dizer, as orientações para/dos indivíduos em função da/s posição/ões ocupada/s no espaço social, não asseguram a existência de indivíduos/grupos fechados, homogêneos, destinos realizados (BOURDIEU, 2004). Na compreensão da realidade social, é aí que

> reside o verdadeiro problema: em cada associação de seres humanos, esse contexto funcional tem uma estrutura muito específica. [...] esse arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade seu caráter específico, não é criação de indivíduos particulares, pois cada indivíduo, mesmo o mais poderoso, mesmo o chefe tribal, o monarca absolutista ou o ditador, faz parte dele, é representante de uma função que só é formada e mantida em relação a outras funções, as quais só podem ser entendidas em termos da estrutura específica e das tensões específicas desse contexto total. Essa rede de funções no interior das associações humanas, essa ordem invisível em que são constantemente introduzidos os objetivos individuais, não deve sua origem a uma simples soma de vontades, a uma decisão comum de *muitas* pessoas individuais (ELIAS, 1994, p.22, *grifo do autor*).

Se a estrutura social condiciona a forma geral do jornalismo – e, nele, a atuação de jornalistas –, é necessário ter em conta que as interações entre os atores que o compõem são múltiplas, possivelmente contraditórias, não concretizadas antes que se concretizem.

Ao longo dos capítulos que se seguem tentamos melhor desenvolver, levando em conta o nosso objeto de estudo, algumas das considerações até ao momento realizadas. Essa tarefa será, julgamos, mais explicita no quarto capítulo, onde refletimos sobre a formação/ caracterização do campo jornalístico (tentaremos dedicar especial atenção à reflexão sobre a profissão-trabalho de jornalistas). Para tal, julgamos que primeiro é

necessário determo-nos na análise do contexto sócio-histórico que possibilita (e condiciona) o seu desenvolvimento no país. A isso nos propomos no próximo capítulo, voltado para reflexões sobre a constituição e regulação do sistema de mídia brasileiro.

3 CONSTITUIÇÃO E REGULAÇÃO DO SISTEMA DE MÍDIA BRASILEIRO

Damos início ao presente capítulo chamando atenção para o fato de que, na nossa investigação, com os termos 'sistema de mídia' e 'campo jornalístico' referimo-nos a diferentes, mas relacionados, objetos.

'Mídia' será o conjunto de meios de produção e difusão de mensagens em larga escala, possibilitados pela "existência de um aparato tecnológico intermediário" (LIMA, 2004, p.50) que expande e modifica "as nossas possibilidades humanas básicas de comunicação" (COULDRY, HEPP, 2017, p.34, *tradução nossa*). Jornais, revistas e outros materiais impressos, televisão, rádio, cinema, aparelhos móveis, plataformas digitais, entre outros, bem como as indústrias e empresas que os configuram, compõem o que apelidamos de 'sistema de mídia'. Ainda que seja possível identificar a constituição de diferentes áreas de atividade – campos – no sistema (sobre as quais, em função dos princípios de organização e objetivos de produção com que são identificados e porque são orientados, recaem diferentes argumentos e possibilidade de regulação[13]), elas não deixam de estar enquadradas por fatores estruturais do sistema – como propriedade e financiamento –, que as possibilitam e condicionam as conexões com atores diversos (entre outros, Estados e governos, empresas e movimentos sociais).

A distinção entre sistema (de mídia) e campo (jornalístico) torna-se tão mais necessária quanto seja levado em conta o complexificar, em anos recentes, das intrincadas relações que neles se dão: por um lado, como aponta a pesquisadora Ana Paula Sousa, os conglomerados de mídia – assim aqui definidos quando um mesmo grupo de pessoas e/ou direção político-administrativa, além de exercer atividade noutros setores, é proprietário/a direto/a de um conjunto de veículos e empresas de mídia[14] – "são imensos e o jornalismo é só uma pecinha neste cenário" (ANDI, 2007, p.189); por outro, o desenvolvimento, a partir de 1980, da chamada Sociedade da Informação, e, portanto, a combinação de convergências que impulsionou

> – de tecnologias, interesses empresariais e políticas públicas –, tornou a Internet, a Imprensa, a indústria gráfica, o rádio, a televisão, as telecomunicações e a informática mais interconectadas e interdependentes, de tal forma que uma política de governo ou uma

[13] Se, por exemplo, ao nível da regulação do conteúdo, podemos encontrar no Brasil restrições, relativamente consensuais, à veiculação de mensagens publicitárias (sobre, entre outros, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos), no jornalismo a possibilidade dessa regulação (principalmente se exercida pelo/com o Estado) é recebida de formas bastante diferentes por parte dos vários agentes envolvidos no campo, o que tem contribuído – como demonstraremos – para dificultar o avanço no debate sobre o tema e, assim, para a escassez de mecanismos democráticos que funcionem naquele sentido.

[14] O Grupo Globo é o mais evidente exemplo de conglomerado de mídia no Brasil (MOM, 2018a).

> estratégia empresarial para uma delas pode ter significativas implicações para as outras" (JAMBEIRO, 2009, p.116).

Levando em conta os pontos elencados, bem como o papel que as mídias – e, com elas, o jornalismo –, cada vez mais presentes nos vários espaços por que transitamos, desempenham na des/re/construção do/s quadro/s simbólico/s das sociedades (SOUSA, 2011), é de extrema importância estudar as relações de produção, distribuição e consumo (ainda que neste estudo nos voltemos, principalmente, para as primeiras) que as caracterizam, relações essas que têm impactos diversos sobre – e são moldadas por – diferentes atores (proprietários, profissionais-trabalhadores/as e públicos, para apontar alguns). Para exemplificar o último ponto, mencionamos um aspecto a que voltaremos no decorrer da investigação: em mercados de mídia onde se verifica uma elevada taxa de concentração de propriedade, financiamento e audiência, o acúmulo de recursos político-econômicos tende a ser muito maior em pequenos grupos (proprietários dos empreendimentos e agentes com que estabelecem relações positivas), que deles fazem (ou mais facilmente podem fazer) uso para ganhar posições em diferentes campos e influenciar as suas produções; em função desse desnível, outros agentes tendem a apresentar menores níveis de autonomia. Entre os autores que defendem que a mencionada concentração contribui para a precarização do emprego de jornalistas – além de outros/as profissionais-trabalhadores/as de mídia – (portanto, das relações de produção, as quais têm impacto nos materiais que são disponibilizados para distribuição e consumo), estão Becerra e Mastrini (2009, p.36, *tradução nossa*), frisando que através dela

> desaparecem meios e os existentes tendem a fundir-se, gerando economias de escala e poupança de custos laborais por meio da dispensa de um mesmo empregado para fazer a cobertura de um acontecimento para mais de um veículo. E mais, porque em um sistema de mídia altamente concentrado, jornalistas têm poucas alternativas para conseguir um bom emprego se se indispuserem com algum dos grandes grupos, dada a tendência à cartelização do sector. O delicado tema da autocensura na profissão não deveria desconsiderar esse aspecto [...].

Se o princípio organizativo do campo jornalístico assenta, como argumentaremos, sobre o desenvolvimento de um profissionalismo fortemente ancorado em preceitos éticos, que contribuem para a construção, justificação e valorização dos seus limites, é preciso, como sublinhado por Bourdieu (1996, *tradução nossa*), "atentar para as condições sociais (e econômicas), positivas e negativas, do exercício da ética e [...] recusarmo-nos a nos contentar com a sua pregação".

Antes de prosseguirmos para as discussões sobre alguns dos principais atores, acontecimentos e documentos que molda(ra)m a constituição (e características regulatórias) do setor no país, é necessário indicar algumas delimitações que as orientam. Levando em conta o objeto da nossa investigação, e devido às razões já apontadas, a nossa atenção está voltada primordialmente para a mídia 'jornalística' (imprensa e radiodifusão), no entanto, quando pertinente, também faremos referência a acontecimentos e atores envolvidos em iniciativas que incidem, mais especificamente, na regulação da profissão e campo jornalístico – exemplo disso é a tentativa de criação, em 2004, do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) –; a referência à legislação para o setor – como a que consta na Constituição Federal (CF) de 1988 –, bem como às relações políticas e socioeconômicas que o qualificam, focaliza aquelas que tiveram e têm impacto sobre o surgimento e desenvolvimento de empresas e veículos de mídia de propriedade privada com elevado índice de circulação (por comparação a outros que existem no mesmo espaço geográfico – televisão e rádio comunitárias não serão, portanto, contempladas) – além disso, no caso da radiodifusão (rádio e televisão), que são de acesso aberto (ainda que na atualidade as discussões sobre regulação da internet, das mídias digitais e da TV por assinatura sejam, cada vez mais, necessárias, não entramos nesse debate devido à complexidade e espaço que tal exigiria).

3.1 Do Governo Provisório ao Código Brasileiro de Telecomunicações

A nossa atenção começa voltada para pouco antes da instauração, em 1930, do Governo Provisório, período em que o rádio começava a alcançar um público cada vez mais abrangente (dado importante se levarmos em conta que o meio que o precedeu, a imprensa, alcançava uma parcela muito limitada da população). Na mesma época, aquele que viria a constituir-se como o primeiro conglomerado de mídia no país (Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand) dava os primeiros passos. Relacionado àqueles fenômenos, surgem também alguns dos marcos legislativos que irão condicionar o setor e, em grande medida, os rumos do país. Assim, e ainda que

> as relações entre o Estado e os veículos de comunicação de massa não configurem uma novidade do período – elas existiram no Brasil desde a implantação da imprensa –, é a partir do Governo Provisório que elas atingem um patamar efetivamente massivo (SANTOS, 2010, p.21).

Fruto de um golpe militar que "pretendia ser uma revolução de classe média" (BRESSER-PEREIRA, 2001, p.229), o movimento que conduz Getúlio Vargas à Presidência da República era contraditório: por um lado, liberal, defendendo a ampliação

do eleitorado e voto secreto (medidas que viriam a constar na CF de 1934), a anistia para os presos políticos e quebra dos poderes oligárquicos herdados da administração imperial portuguesa; por outro, conservador e autoritário, formado majoritariamente por militares e personalidades que constituíam as oligarquias estaduais – o principal objetivo era, afinal, "centralizar o poder nacional, colocando sob controle os coronéis locais e dos estados federados" (BRESSER-PEREIRA, 2001, p.230).

O primeiro passo do novo governo em direção ao autoritarismo foi dado, oficialmente, apenas oito dias depois do novo presidente ser empossado: com a publicação do Decreto nº 19.398, que baliza a história constitucional do país até 1934 (CORRÊA, 1990), o Congresso Nacional e todos os órgãos legislativos e deliberativos nos níveis federal, estadual e municipal foram encerrados; os poderes Executivo e Legislativo foram centralizados no chefe do Governo, que tinha ainda o poder de demitir e nomear autonomamente os funcionários para quaisquer cargos públicos e, assim, determinar a escolha do interventor (governantes) para cada estado federado, onde tinham os mesmos poderes (executivo e legislativo) daquele por que eram nomeados, apenas a ele devendo prestar contas. Por outro lado, com os artigos nº 6, nº7 e nº10, que versavam sobre matérias econômicas que poderiam ter efeito sobre a atividade de privados, procurava-se "tranquilizar [...] os interesses financeiros e mercantis. Afinal, impunha-se que a vida nacional retomasse seu curso normal, nas atividades econômicas, financeiras, sociais, pois, de outro modo, tudo se perderia" (CORRÊA, 1990, 11).

No plano econômico, o interesse da elite mercantil em investir no mercado nacional, aliado à intervenção estatal que se desenhava, possibilita mudanças estruturais: com o processo de industrialização que se iniciava, o centro dinâmico da economia deixou de ser ocupado de forma tão predominante pela agricultura, o que impulsionou a expansão (centrada no centro e sul do país) de um mercado interno – de consumo e de trabalho – mais diversificado (SUZIGAN, 2000). Começa um crescente processo de urbanização que, ao possibilitar o aumento da densidade populacional, contribui para o desenvolvimento da indústria midiática. Não obstante, nos anos 40 "as empresas culturais existentes, embora procurassem expandir suas bases materiais, encontravam grandes obstáculos inerentes à incipiência do capitalismo brasileiro, o que colocava limites concretos para o crescimento de uma cultura popular de massa" (FONSECA, 2005, p.90). Fato que, também relacionado às baixas taxas de alfabetização (principalmente entre os estratos sociais mais baixos – também os mais populosos), ainda assim não invalidava a

importância sociopolítica da imprensa no país, verificada desde o período colonial (SODRÉ, 1999). Por isso mesmo, quando o já então proprietário de dois jornais diários (*O Jornal*, com sede no Rio de Janeiro, e o *Diário da Noite*, em São Paulo) tentava captar recursos para fundar uma revista de alcance nacional, Vargas, então ministro da Fazenda,

> antevendo em Chatô um aliado para a campanha presidencial de 1930, pressionou o banqueiro Antônio Mostardeiro, proprietário do Banco da Província e nomeado por ele para o cargo de presidente do Banco do Brasil, para a concessão do empréstimo. [...] Em 10 de dezembro de 1928 chegava às bancas, de Belém a Porto Alegre, o fruto do empréstimo concedido (LARANJEIRA, 2009, p.5).

Apesar de episódios que resultaram em afastamentos mais ou menos forçados (LEAl, 2001), Chateaubriand, que apoiara a instituição do Governo Provisório, manteve proximidade com as forças governativas, dela se beneficiando para erguer um império midiático, relação que espelha a interdependência político-econômica já existente no século passado entre Estado, governos e imprensa (BARBOSA, 2007).

Para além das diretas e violentas práticas de censura sobre aqueles que não eram ou permanecessem alinhados com o governo, outras medidas eram tomadas para regular a produção no país: entre elas, o investimento publicitário e a seletiva e pouco transparente atribuição de subsídios para aquisição de papel e/ou de maquinaria propícia ao desenvolvimento industrial. Ainda que, desde os anos 30, agências privadas de publicidade, principalmente estrangeiras, representassem importante fonte de renda para os principais empreendimentos de mídia, o apoio financeiro do governo continuava determinante na sobrevivência e desenvolvimento de muitos, contribuindo para a estruturação da imprensa e radiodifusão no país (BARBOSA, 2007; PIERANTI, 2009).

Exercida de forma mais ou menos direta e formal, a intervenção estatal levava também em conta as especificidades dos meios. Assim, em 1931 o rádio torna-se objeto de uma legislação mais pormenorizada. Realizada a primeira emissão radiofônica em 1922, as diretrizes para a ocupação do espectro eletromagnético só seriam definidas cerca de uma década depois, o que, devido à rápida propagação do meio no país, traria problemas para a sua gestão (PIERANTI, 2015). Com o novo governo, protecionista e autoritário, foram, em termos de legislação, estabelecidas as linhas mestras para a regulação da radiodifusão no Brasil (PIERANTI, 2009): vinculação entre radiodifusão e interesse nacional (sendo esse conceito pouco definido e, assim, moldável a interesses particulares e/ou conjunturais – no caso, servia essencialmente “de base para o exercício do autoritarismo no setor” (JAMBEIRO et al., 2000, p.105)); a separação entre

infraestrutura e conteúdo quando se trata de regulação; modelo centrado na construção de redes (fundado no objetivo de alcançar a integração nacional a partir de poucos centros de poder econômico e político, propício, portanto, à baixa diversificação de conteúdo e de propriedade). Tais pilares foram inicialmente erigidos através dos Decretos nº20.047, em 1931, e nº 21.111, em 1932, (o segundo regulamentando o primeiro). Nos anos seguintes, seriam emitidas novas regras, sempre por decreto, com o objetivo de reforçar aquelas características (PIERANTI, 2009).

A regulação da infraestrutura e do conteúdo das comunicações (não limitada, como apontado, à legislação) seria então elemento fundamental para, por um lado, estimular o crescimento das audiências e, assim, do mercado interno para bens de consumo e, por outro, para a formação de opinião pública e mobilização sociopolítica da população. Devido às suas potencialidades – inclusive o maior alcance, potencializado pelo menor custo de operação e de acesso –, era prioritário estender o controle já exercido sobre a imprensa ao novo meio. Com a criação de órgãos especializados – ente eles, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um dos mais influentes e autoritários, instituído já durante o Estado Novo (1937-1945) – o controle acabaria abarcando a generalidade das atividades socioculturais no país.

Em 1935 ocorreu o Levante Comunista, movimento civil-militar que, em articulação direta com a Internacional, tentou destituir o governo vigente. Mídias alinhadas ao regime – muitas das quais haviam crescido e alcançado um público mais abrangente devido às relações de proximidade – desempenharam papel central na desmoralização do movimento e daqueles/as que nele participaram, realizando uma cobertura dos acontecimentos, durante e depois do fim do Levante (através da narração das patrióticas tentativas de captura de antigos ou novos revolucionários comunistas, retratados como ameaças da soberania e paz nacional), que contribuiu para o cultivo de um anticomunismo exacerbado, para o sentimento de insegurança face à ameaça constante e para a constituição do Estado/governo como salvador da pátria, mesmo se para isso, em nome do ‘interesse nacional’, medidas mais drásticas fossem necessárias.

Com o DIP, criado em 1939, aumenta a instrumentalização e censura das produções culturais. O órgão tinha como principal missão a construção da unidade nacional em torno do seu líder, retratado como defensor dos interesses do país e da população. Nos decretos que o instituíram e atualizaram, ficavam determinadas as suas competências,

> incluindo orientar e coordenar a propaganda nacional; exercer a censura de obras teatrais e cinematográficas, radiodifusão, imprensa, literatura, atividades recreativas e esportivas; fomentar a produção de filmes nacionais; coordenar e incentivar relações da imprensa com o Estado; colaborar com a imprensa estrangeira; [...] proibir a importação de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros (PIERANTI, 2009, p.117).

As mencionadas relações diziam também respeito, naturalmente, aos já costumeiros incentivos financeiros (por meio de publicidade, subsídios, empréstimos, taxação de impostos etc.) para aqueles que se mostrassem merecedores. No lado oposto, estatização de empresas (que poderiam continuar a ser operadas por privados), destruição e fechamento de redações, limitações à circulação, agressões, encarceramento, exílio e até morte eram consequências possíveis, e não raras vezes concretizadas. Analisando aquele período, Barbosa (2007, p.103) sublinha que terá havido "mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências". A industrialização da produção midiática – como de outros sectores – era assim atrelada à política desenvolvimentista, nacionalista e autoritária do Estado, fomentada, inclusive – depois da entrada na segunda guerra mundial ao lado dos Aliados – através de acordos econômicos com os EUA. A pressão popular e da comunidade internacional que tinham alavancado aquela decisão acabam por tornar insustentável, depois da derrota do nazifascismo, a continuação do regime autoritário. Vargas é deposto em novembro de 1945. Começava a transição para a democracia.

Eleito o novo presidente da República (Eurico Gaspar Dutra), é promulgada, em 1946, a quinta Constituição do país, que "reconheceu no Parlamento um ator político decisivo [...], consolidou o funcionamento dos partidos políticos, fortaleceu a independência dos sindicatos, e garantiu a organização de eleições regulares e razoavelmente limpas" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.396). Era também assegurada a liberdade de expressão, não sendo, como exposto no artigo 141, "tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe" (BRASIL, 1946). Em termos constitucionais, pouco mudava para a comunicação social. A proibição de censura era, certamente, uma mudança fundamental para a democratização da mídia (e da sociedade), mas mesmo essa "não deve ser confundida com uma possível supressão de outros mecanismos de controle, principalmente os derivados de pressões econômicas" (PIERANTI, 2009, p.126).

Imprensa e rádio – o segundo, à época, já "presente na vida do brasileiro, alimentando o imaginário popular, construindo mitos e levando fatos e informações em

tempo real" (PIERANTI, 2015, p.24) – passam, desde então, a contar com a companhia (e concorrência) da televisão. A primeira transmissão é emitida pela TV Tupi-Difusora, propriedade de Chateaubriand, em novembro de 1950. No final da década estariam em funcionamento "dez emissoras, espalhadas pelas principais capitais do país, a maioria delas pertencentes ao grupo Diários e Emissoras Associados" (FERNANDES, 2009, p.54). Surgido por iniciativa privada, o novo meio começava a transmitir sem que, como acontecera com o rádio, estivesse definida legislação específica para ele. Ainda assim, não tardaria tanto quanto no precedente: em 1952 é publicado o Decreto nº31.835, que aprova as normas técnicas gerais para o serviço de televisão no país. Para além de formalizar a legalidade dos canais, o documento, por meio de diversos artigos,

> especificou claramente a inspiração no modelo norte-americano consagrado pela Federal Communications Commission (FCC). Ficaram de fora, contudo, o estabelecimento de uma agência reguladora independente e as restrições à propriedade cruzada, pontos nucleares do modelo (ANDI, 2007, p.171).

Incidindo exclusivamente sobre a estrutura (não era feita qualquer menção à regulação do conteúdo a produzir e/ou transmitir), o decreto também deixava de lado qualquer referência à natureza (estatal, pública e/ou privada) dos atores que poderiam vir (de que forma e em que proporções) a ocupar o espectro eletromagnético. Daí em diante, o sistema de radiodifusão no país assentará na concessão pública de outorgas (atribuídas pelo chefe de Estado), por prazo determinado, a entes privados que ficam responsáveis pela exploração de um bem público e limitado que deve ser utilizado em benefício da sociedade. O novo documento regulatório é publicado sob o comando do antes deposto presidente da República, entretanto reeleito – dessa vez, pela via democrática. No novo mandato, iniciado em 1951, Getúlio Vargas dá continuidade à sua política intervencionista, voltada para a alteração na balança comercial (importação-exportação) e desenvolvimento das infraestruturas necessárias à industrialização do país.

O processo para voltar à Presidência da República não foi, no entanto, tranquilo. O anúncio da sua intenção de candidatura, ainda em 1949, motivou a articulação de opositores – destaque para Carlos Lacerda, jornalista e político, à época, "da União Democrática Nacional, [que] arregimentou os pares e em dezembro de 1949 lançou a *Tribuna da Imprensa*, financiado com recursos udenistas" (LARANJEIRA, 2009, p.6). O novo veículo apostaria numa forte oposição à campanha eleitoral de Vargas e – de forma ainda mais agressiva – à sua governação. Segundo Schwarcz e Starling (2015, p.407), o empresário/político focaria atenção em várias

> denúncias de escândalos verdadeiras ou não que comprometiam a administração de Getúlio – tráfico de influência, empréstimos irregulares, antiamericanismo, corrupção. Bem desdobradas pelos jornais e pelo rádio, essas denúncias repercutiam durante semanas e aumentavam muito a pressão sobre o governo, além de corroer sua credibilidade e contribuir para seu isolamento político e social.

Consciente do peso que as mídias tinham sobre a governação do país, o Presidente recém reeleito procura construir a base de apoio com que não contava. Para isso, sugere a fundação de um novo jornal a Samuel Wainer (então jornalista do Diários Associados), que embarca no desafio e, "intermediado por Alzira Vargas, filha do presidente, consegue 30 mil cruzeiros [...]. Para assegurar os primeiros meses do *Última Hora*, ainda conta com o auxílio do recém-eleito governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para obter o empréstimo de 3 milhões" (LARANJEIRA, 2009, p.6). O diário será favorável à governação varguista, o que acaba por influenciar o acirrar das críticas daqueles que lhe eram (ao executivo e ao novo impresso) contrários – entre eles, alguns dos donos dos principais meios de comunicação, como Lacerda, Chateaubriand e Roberto Marinho (do *Grupo Globo* – daqui em diante referido como 'o Globo'). A constante pressão contribuirá de forma determinante para abrupto fim do mandato presidencial (Vargas comete suicídio em 1954) e, no ano anterior, para a realização da

> primeira Comissão Parlamentar de Inquérito [CPI] da imprensa brasileira, [...] aprovada com o argumento de averiguar a concessão de empréstimos ilícitos a empresas jornalísticas. [...] sob a coordenação da UDN e complacência dos parlamentares governistas, a comissão direcionou as investigações contra Samuel Wainer e as possíveis benesses recebidas do governo Vargas (LARANJEIRA, 2009, p.7).

Em 1956, após o curto período em que pela Presidência da República passaram três personalidades, Juscelino Kubitschek é eleito. JK (como ficou conhecido), que ocupara cargo político de destaque durante o último governo de Vargas[15], procura colocar em prática o seu slogan eleitoral 'cinquenta anos em cinco', que prometia a intensa industrialização do país e rápido crescimento econômico, com impacto na melhoria do nível de vida da população. Nessa época, de relativa estabilidade político-administrativa, o Brasil começa a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista e a "constituição de uma sociedade de consumo de massa" (FONSECA, 2005, p.90). A imprensa, e consequentemente os empresários que eram proprietários de outros meios,

[15] O que, entre outros motivos, lhe valeu a violenta oposição de Lacerda – na edição de 26 de janeiro de 1955, chega a defender abertamente um novo golpe militar: "Kubitschek não pode ser candidato, porque é símbolo de corrupção e esperança de corruptos. Com êle, não haverá Democracia verdadeira. Portanto, se é para êle vir, antes venha uma ditadura provisória, que acabe com esses aventureiros [...]" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1955, p.4)

foi um dos setores que beneficiou diretamente das alterações, inclusive na política cambial, uma vez que "o dólar para importação de papel e outros materiais de impressão eram subvencionados pelo governo, o que garantiu aquisição de nova maquinaria e favoreceu a modernização dos parques gráficos de muitas empresas de comunicação" (JÁCOME, 2017, p.135). Essas e outras transformações na sociedade brasileira contribuíram para a afirmação da industrialização dos meios de comunicação (com as alterações que isso – ao nível das lógicas de produção e divisão do trabalho – pressupõe), que seria acompanhada de uma certa importação do modelo de jornalismo hegemonicamente praticado nos EUA (tema que exploramos no próximo capítulo).

Grandes obras de construção de infraestruturas e indústrias (que demandavam cada vez mais mão-de-obra), acelerada urbanização, crescimento econômico e melhorias no nível de vida (VILLELA, 2011): todas elas contribuíram, de forma mais ou menos direta, para o aumento de públicos para as mídias, portanto, do mercado de publicidade e de consumidores. Em 1960, já operam no país 735 emissoras de rádio – a maioria, 520, em munícipios do interior do país – e 15 de televisão – quase todas, 14, nas capitais – (PIERANTI, MARTINS, 2006). Em termos de legislação para o setor, poucas novidades.

Durante a década de 40 já tinham sido desenvolvidos vários esforços para tentar congregar (e atualizar) em um documento o conjunto de disposições referentes à radiodifusão, mas sempre sem sucesso (PIERANTI, 2009). Só em 1962 o desfecho será diferente. Ainda segundo Pieranti (2009), a revitalização das discussões sobre o tema é motivada, ao menos em parte, pelos decretos que Jânio Quadros, entretanto eleito como novo Presidente da República, emite: o de nº50.450, que regulava a transmissão de filmes e a propaganda comercial na televisão, determinava, entre outros, que a cada três filmes um deveria ser nacional (artigo 1); que a emissão de programas deveria, em função "do seu teor de moralidade, capacidade de provocar excitação, etc." (BRASIL, 1961), estar organizada em horários específicos para públicos com diferentes faixas etárias (artigo 6), ficando a fiscalização da norma a cargo das "autoridades encarregadas da Censura de Diversões Públicas" (BRASIL, 1961); a veiculação de publicidade (artigo 10 e 11) e os sorteios de mercadorias e prêmios (artigo 12) também foram objeto de regulação, o que teria impacto sobre os rendimentos das emissoras. Em meses consecutivos, maio e junho respectivamente, são ainda publicados os decretos nº50.666 – que criou o Conselho Nacional de Telecomunicações, subordinado ao Presidente da República (artigo 1) e que, de forma geral, colocou limites à atuação empresarial e aumentava a do Estado,

principalmente do chefe de executivo – e nº50.840, que alterava o decreto de 1932 (nº21.111), até então guia principal para a radiodifusão. Por meio daquela atualização, ficava determinado que

> a CTR – suposto órgão técnico, regulador da infra-estrutura - passaria a se subordinar ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (art. 1º) – órgão tradicionalmente político, cujos titulares, durante longos anos, sucediam-se em ritmo frenético. O prazo máximo de concessão passou para três anos, sendo renovável a critério do governo (art. 3º), o que possivelmente dependeria de respeito das emissoras aos bons costumes, à moral, à obediência, às autoridades e à ordem (art. 4º). As penas impostas às emissoras tornavam-se mais rígidas e empregadas com base em critérios subjetivos, sendo que, a depender da gravidade da infração, a caducidade da concessão e a cassação da permissão poderiam ser decretadas sem prévias sanções (art. 6º). As iniciativas de Quadros tinham precedentes semelhantes apenas no período do Estado Novo. Mudanças, por decreto, na estrutura regulatória e nas garantias relativas às outorgas implicavam em centralização das decisões e no aumento da possibilidade de pressão por parte do Poder Executivo. Essas medidas assustaram o empresariado (PIERANTI, 2009, p.128).

Naquele mesmo ano, a construção (iniciada ainda em 1957) de um novo Projeto de lei (PL) para a telefonia e radiodifusão ganha maior espaço no Congresso. Entretanto, Quadros já enfrentava uma profunda crise política. Depois de sete meses de governação, acaba por renunciar ao cargo, devendo o lugar deixado vago, como determinava a CF de 1946, ser ocupado pelo Vice-Presidente em funções. A transição não seria tranquila: Goulart, que se encontrava em missão diplomática na China, não poderia tomar posse de imediato, o que acabou sendo feito pelo então Presidente da Câmara dos Deputados. Pouco depois, o Presidente interino lia ao Congresso o texto que, assinado pelos ministros militares, defendia o impedimento da tomada de posse pelo Vice-presidente caso voltasse ao país. Replicado na integra pela *Tribuna da Imprensa* de Lacerda[16] (entretanto já ocupando o cargo de Governador de Guanabara[17]), o manifesto colocava as Forças Armadas do lado da democracia, frisando que já quando ocupara o cargo de Ministro do Trabalho, Goulart tivera papel fundamental na "ampla infiltração [...] de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos

[16] Decisão que não encontrou eco em todos os impressos. Entre eles, a edição do mesmo dia do *Última Hora* (1961a) comporia a sua capa com a manchete 'Cresce em todo o país o movimento de defesa cerrada da legalidade', seguida de outro título composto pelas palavras de JK ('Não insista em se opor à lei e à vontade do povo!') dirigidas a um dos ministros responsáveis pelo manifesto. Ainda na mesma edição, página dois, era replicado um manifesto assinado por intelectuais que se opunham ao "golpe de extrema direita contra as liberdades públicas e a Constituição de 1946", defendendo que "a paz e a ordem somente podem ser asseguradas com a posse do Vice-Presidente, Sr. João Goulart" (ÚLTIMA HORA, 1961b, p.2).
[17] Segundo Carvalho (2005), Lacerda terá sido um dos políticos que, em nível federal e estadual, fizeram uso do seu cargo para censurar veículos contrários ao golpe, em alguns casos impedindo-os de circular.

esquerdistas" (TRIBUNA DA IMPRESA, 1961, p.2), incentivando desde então à desordem moral e conflitos sociais. Se aceite a tomada de posse, afirmavam,

> o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aquêles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas (TRIBUNA DA IMPRESA, 1961, p.2).

Depois de muitas movimentações e na eminência de uma guerra civil, Goulart assume a Presidência em setembro de 1961, depois de aprovada a emenda constitucional nº4 que institui o parlamentarismo e, entre outras alterações, diminui os poderes do Executivo. A polarização, no entanto, estaria longe de ser resolvida: para "a parte mais conservadora do país, Jango assumiu com uma macha de ilegitimidade. [...] para a parte mais à esquerda, ele teria assumido já golpeado" (SILVA, 2020, p.19).

Entretanto, a elaboração do documento para a legislação das comunicações mediadas por tecnologia continuaria. O Código Brasileiro de Telecomunicação (CBT), como nomeado através da Lei nº4.117 de 1962 que o instituiu, ficou para a história como um dos mais importantes documentos regulatórios para o sector das comunicações por diversos motivos: a) por meio dele, ficava centralizado, num só documento, a maioria das disposições legislativas, b) não apenas para a radiodifusão mas também para a telefonia, muitas das quais (no caso da radiodifusão) – apesar da legislação que em anos subsequentes o alteraram –, c) se mantêm válidas ainda na atualidade (o que tem motivado, ao longo das últimas décadas, críticas por parte de diversos sectores da sociedade civil que nele vêm um obstáculo à democratização das mídias). Além disso, o CBT d) definiu a criação do órgão de regulação com maior abrangência de atuação até àquela data – o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL)[18]. Foi também e) a primeira vez em que – depois de Goulart se posicionar contra 52 artigos do documento a ser aprovado – os principais empresários do setor conseguiram articular forças para, com base em interesses convergentes, intervir de forma direta e determinante (com efeitos a longo prazo) na sua estruturação. As assinaturas na ata de fundação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) – ainda segundo Rebouças

[18] Com a lei que o instituiu (capítulo IV), o Contel – que se manteve em funcionamento até 1972 (quando o Concelho Nacional de Comunicações o substituiu –, ficaria encarregue de funções voltadas para o "planejamento, incluindo, aí, o fomento da indústria; passavam pela regulamentação; chegavam aos processos de outorga e habilitação da infra-estrutura necessária para a operação dos serviços; e estendiam-se à fiscalização e à atribuição de sanções, ou seja, desenrolavam-se por todas as etapas possíveis no que se refere à regulação das telecomunicações" (PIERANTI, 2009, p.145).

(2006), composta por representantes de 172 emissoras, a maioria ligada ao grupo de Chateaubriand – seriam coincidentes com muitos daqueles que formaram o efetivo grupo de pressão, composto também por personalidade com (ou futuros) cargos políticos de relevo (PIERANTI, MARTINS, 2006). O ocorrido demonstra o amadurecimento da articulação entre empresários – que já vinha sendo tecida há mais tempo do que aquele episódio permite vislumbrar (JAMBEIRO, 2002) – e capacidade de intervir enquanto grupo na proteção de interesses comuns[19], não apenas através da conquista de cargos políticos de relevo – o que já ocorria há longa data, como demonstram, entre muitos outros, os casos de Lacerda e de Chateaubriand (o segundo, senador entre 1952 e 1957, cargo que abandona para ocupar o de embaixador no Reino Unido até 1960) – mas por meio da influência junto daqueles que os ocupavam. É então, depois de concluído o processo legislativo de onde as principais emissoras saem fortalecidas, que "a elite midiática se torna um ator político ainda mais predominante [...], conta[ndo] não só com a influência de lobistas, mas de representantes políticos que são aliados ou proprietários diretos de meios de comunicação" (PAGANOTTI, 2015, p.166).

Com a lei aprovada em agosto de 1962, ficava então instituído, como já apontado, o CONTEL, diretamente subordinado ao Presidente da República (artigo 14) e constituído por membros pertencentes à administração pública ou por ela escolhidos (artigo 15), não sendo prevista – no órgão que teria a missão de coordenar as ações para a estruturação de um sector com impacto direto sobre a vida da população – vaga para representantes da sociedade civil. Entretanto, no artigo 23 ficava expressamente proibida a participação dos membros daquele Conselho em qualquer cargo de qualquer "emprêsa, companhia, sociedade ou firma, que tenha por objetivo comercial a telecomunicação" (BRASIL, 1962), sendo também vetada a qualquer um/a que tivesse "qualquer interêsse direto ou indireto na manufatura ou venda de matéria aplicável a telecomunicação" (BRASIL, 1962) – medida que, objetivando dotar o órgão de maior independência, não impediria a articulação e influência política daqueles a quem formalmente eram interditos os cargos.

No artigo 38 do CBT eram definidos os requisitos para autorização de exploração dos serviços de radiodifusão no país, dentre os quais permanecia a opção de limitar o

[19] Não se limitando tal articulação à organização por meio da associação mencionada – no decorrer da sua história será inclusive marcada por conflitos internos que contribuem para a saída de membros e fundação de outras, como a Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA) (REBOUÇAS, 2006) –, Ramos (2000, p.174) salienta que "escudada sob seu poder formador de opinião e liderada, inicialmente, pelos Diários e Emissoras Associados, [...] e, a partir dos anos 70, pelas Organizações Globo, a ABERT é um grupo de pressão sempre presente nas mais estratégicas decisões nacionais. Particularmente aquelas que lhe dizem respeito, direta ou indiretamente".

investimento e gestão (das atividades e conteúdo da programação) a estrangeiros; a subordinação de todas as atividades – do entretenimento à publicidade, passando pela informação, esta última devendo ocupar um mínimo de 5% da programação enquanto a segunda (quando comercial) não poderia ultrapassar os 25% – "às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País" (BRASIL, 1962); sendo ainda determinado que "a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade" (BRASIL, 1962) e que "não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial" (BRASIL, 1962). Estas últimas determinações, que podem ser compreendidas como tentativa de colocar obstáculos à formação de monopólios ou oligopólios, não seriam, regra geral, cumpridas.

Foram também estabelecidas condições para a obtenção de outorgas, prerrogativa do Presidente da República (exceto no caso de serviços locais). Por fim – entre várias outras determinações –, com o artigo 52 ficava assente que "a liberdade de radiodifusão não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício" (BRASIL, 1962). Essa e outras disposição seriam complementadas, outras modificadas, em 1967, através do Decreto-lei nº 236, que "alinhava grande parte do texto original às idéias autoritárias do novo regime instalado em 1964" (PIERANTI, 2009, p.141).

3.2 Sobre a ditadura militar

De forma semelhante ao que acontecera no golpe, perpetrado em nome do povo, da ordem e da democracia, o novo regime militar procurou legitimar as suas ações em nome da legalidade e dos interesses da nação. A primeira iniciativa nesse sentido foi tomada 9 dias depois de instituído, em abril, através do Ato Institucional nº1 (AI-1). Entre outras disposições, ficava determinado que o Presidente e Vice-presidente da República seriam eleitos poucos dias depois pelo Congresso, que novas eleições seriam realizadas no ano seguinte e que

> no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos (BRASIL, 1964a).

Era assim oficializada a chamada ‘operação limpeza’[20], em curso desde o início de abril. Essa seria uma prática caracterizadora do regime: por meio de constantes alterações legislativas tentava objetivar e legitimar os atos de dirigentes e o funcionamento das instituições. Salienta Aquino (2004, p.53): “todos os generais presidentes assumiram e discursaram, ao longo dos seus governos, [...] em nome da Democracia que permaneceu como ideal retórico”. O ideal, contrário às práticas que se efetivavam, contribuiria para a redação de textos enganadores: entre eles, o 150º artigo da CF de 1967 assegurava “a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade”, considerados todos os indivíduos “iguais perante a lei, sem distinção, de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas” (BRASIL, 1967a). Era também definida como

> livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe (BRASIL, 1967a).

No mesmo artigo, entre os seus 35 parágrafos, era “garantida” a liberdade de associação, não podendo nenhuma ser “dissolvida, senão em virtude de decisão judicial (28º parágrafo). O artigo 166 – que versava sobre os obstáculos à propriedade e administração de empresas jornalísticas (sem grandes alterações em relação à CF de 46) – era, além de propositadamente vaga, uma absoluta contradição, definindo que “*sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação*, a lei poderá estabelecer *outras condições* para a organização e o funcionamento das empresas [...] no *interesse do regime democrático e do combate à subversão* e à corrupção” (BRASIL, 1967a, *grifos nossos*). Garantias vazias, face aos direitos que na prática eram retirados. Com base na justificativa de em causa estar a ‘segurança nacional’ e a ‘subversão da ordem’, formulações pautadas

[20] Até outubro daquele ano, quando o general Castelo Branco já ocupava a cadeira presidencial – e nela se manteria até 1967, contrariamente ao que o AI-1 determinara –, mais de cem pessoas tiveram seus direitos políticos cassados (entre eles, JK, Quadros e Goulart – o último já exilado no Uruguai), 6 governadores e 55 deputados federais foram afastados de funções e 49 juízes, 1.408 funcionários públicos e 1.200 militares demitidos ou compulsoriamente aposentados; a CGT, entre outras organizações de luta por direitos trabalhistas, oficialmente dissolvida, assim como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que tivera e teria, principalmente até final dos anos 60, papel fundamental na resistência ao autoritarismo; diversas universidades foram invadidas e docentes ‘subversivos’ afastados; prisões e torturas eram recorrentes (FOLHA DE S. PAULO, 1994; SILVA, 2020).

por uma subjetividade discricionária abriam – escancaravam – a porta para arbitrárias intervenções.

Os partidos políticos que desde 1945 existiam tinham, em 1965, sido extintos por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2). Em seu lugar foram fundados dois, únicos legais entre 1966 e 1979: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), base de sustentação do regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição tolerada por ele. O mesmo Ato também estabeleceu as normas para as eleições (indiretas, pelo Congresso) do Presidente da República, a cassação – decretada autonomamente pelo líder do governo – de diretos políticos de qualquer cidadão, a possibilidade de intervenção federal nos Estados para "prevenir ou reprimir a subversão da ordem" (BRASIL, 1965), a imunidade judicial para "atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo federal" e para "as resoluções das Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos ou Vereadores" (BRASIL, 1965), além de a qualquer momento o ocupante da cadeira presidencial poder decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, ficando o Poder Executivo "autorizado a legislar mediante decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição e na Lei Orgânica" (BRASIL, 1965).

Essas e outras medidas repressoras seriam detalhadas e aprofundadas em 1968, por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que permaneceria válido até 1978. Àqueles também se juntaria o Decreto-Lei 898 de 1969, legislando sobre os crimes contra a segurança e a ordem política e social. Iniciando com a responsabilização de todo o cidadão pela segurança da nação – devendo cada um combater e denunciar a "guerra psicológica [...] revolucionária ou subversiva" (BRASIL, 1969) contra o país –, crescia o sentimento generalizado (em espaços públicos e privados) de insegurança e suspeita, tão característico das ditaduras. Todo o capítulo II, que ocupava o maior espaço no documento, era dedicado à definição dos crimes (que poderiam ser julgados por foro militar) e penas, que poderiam ir dos 8 meses de prisão à morte, sendo que no caso dos meios de comunicação, para além das indicadas, estava prevista a suspensão de circulação ou transmissão por tempo determinado, apreensão dos materiais e/ou cancelamento do registro ou outorga.

Paralelamente à legislação geral, eram construídos marcos específicos para diversas áreas de atividade. Os veículos de comunicação, imprensa e radiodifusão, setor

fundamental para a preservação da tão proclamada ordem, seria disso objeto. Em junho de 1964 já tinha sido criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão da Presidência da República, que tinha "por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional" (BRASIL, 1964b) – queria isso dizer fazer circular informações favoráveis ao regime e vigiar/censurar as possivelmente contrárias.

Ainda em 1967, quinze dias depois da nova CF, foi publicada a Lei nº5.250, conhecida como 'Lei de Imprensa' (também referente à radiodifusão). Por meio dos seus 77 artigos e respectivos parágrafos, a liberdade de manifestação de pensamentos e de informação ganhava novos contornos, nem por isso livres "de contradições ou, a depender do ponto de vista, de eufemismos" (PIERANTI, 2009, p.235): logo no primeiro artigo era determinado que, exceto nos casos de espetáculos e diversões públicas, as produções não estariam sujeitas a censura – no parágrafo seguinte, que não seria tolerada a propaganda "de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe" (BRASIL, 1967b); no segundo artigo ficava determinada a livre circulação de materiais impressos, desde que não fossem clandestinos (ou seja, se autorizados a circular pelo governo) e não atentassem "contra a moral e os bons costumes" (BRASIL, 1967b); o capítulo 3 era quase integralmente dedicado à explicitação dos, assim considerados, abusos de liberdade, bem como às penas para os seus infratores (individuais – jornalistas, diretores etc. – e/ou coletivos – veículos ou empresas), que iam da correção das informações à prisão, passando por multas, apreensões de materiais e suspensão da autorização para circulação. Ainda no mesmo mês, o já mencionado Decreto-lei nº236 dedicava parte substancial das alterações que introduzia (no CBT) à definição de proibições e sanções: de acordo com o 53º artigo, o abuso de liberdade por parte das empresas de radiodifusão e dos indivíduos que nelas atuavam incluiria "incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias", "ultrajar a honra nacional", "ofender a moral familiar pública, ou os bons costumes" e "colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas" (BRASIL, 1967c); quanto a punições, eram cuidadosamente detalhadas entre os artigos 58º a 66º, além do 70º.

A articulação dos mencionados dispositivos, compondo um emaranhado de orientações normativas que se repetiam, completavam, reforçavam e alteravam em função das necessidades do regime, criava uma apertada, e ao mesmo tempo flexível – uma vez que "penas rígidas foram acompanhadas de critérios imprecisos, baseados em conceitos

como ‘subversão da ordem’, ‘propaganda de guerra’ e ‘moral e bons costumes’ (PIERANTI, 2009, p.235) – rede de vigilância (dela não excluída a colaboração, forçada ou não, de atores da sociedade civil) e castigos que procurava asfixiar, para além de eventuais ações e agentes explicitamente opositores ao governo, quaisquer informações que o pudessem colocar em causa. Entretanto, o controle – por meio da proibição ou estímulo às produções des/favoráveis –, que apesar de tudo nunca poderia ser total – e, assim, a grande dificuldade de resistência[21] não deve ser confundida com o inevitável apoio –, era também tentado, e mais ou menos fortemente exercido, por outros caminhos.

Sublinhando que a administração das empresas jornalísticas era, regra geral, conduzida de forma problemática – principalmente no caso das emissoras de televisão, que, face às suas especificidades, demandavam maior volume de investimentos –, Pieranti (2006, p.102) afirma que a falência para algumas que “ousaram criticar os militares ou atentar insistentemente contra a honra e a segurança nacionais, sob o ponto de vista dos governantes, ocorreu, em parte, devido a uma excessiva dependência financeira [...] em relação ao Estado”. Essa dependência manifestava-se, desde logo, na variação da renda com publicidade: sendo, pelo menos desde o início dos anos 70, o maior anunciante do país, em 1980, sublinha Mattos (1996, p.16), “o Estado possuía 82 das 200 maiores empresas não-financeiras do País, que se caracterizavam também como grandes anunciantes nos meios de comunicação”. Além disso, os dirigentes do regime também podiam, e muitas vezes faziam-no (direta ou indiretamente), influenciar os investimentos de privados – a decisão de anunciar em veículos considerados desfavoráveis (ou menos favoráveis que outros) aos ‘interesses da nação’ seria, por si só, uma opção temerária, não apenas porque seriam mais propícios ao sufocamento por ação do governo, mas porque, sendo a credibilidade um dos principais capitais do jornalismo (no sentido bourdieusiano do termo), veículos identificados como ‘subversivos’ (se assim também percepcionados pela população consumidora) poderia significar um risco acrescido para aqueles que procuravam vender bens e serviços. Importante ainda frisar que os gastos federais em publicidade não eram tornados públicos, o que facilitava a “diferentes governos, nos

[21] Mais ou menos manifesta, por meio dos veículos clandestinos – assim nascendo (por vezes ligados a partidos ou movimentos políticos ilegais) ou tornados, tão logo o governo o determinasse –, muitas vezes colocando em risco a sua própria sobrevivência (e daqueles que os produziam), mas também por meio dos veículos legais que, acompanhados de perto pelo SNI sempre que demonstrassem desviar-se das orientações aceitáveis, tentavam diferentes estratégias para publicar informações ou comunicar às audiências que outras tinham sido parcial ou totalmente censuras por agentes do Estado – disso foi exemplo, entre 1968 e 1978, a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* (MATTOS, 2013).

níveis federal, estadual e municipal, usaram a retirada de publicidade oficial como forma de pressionar e inviabilizar diversos meios" (PIERANTI, 2009, p.230).

A recusa ou demora de licenças para importação de materiais (como papel, para os impressos) ou equipamentos – o que impactava diretamente sobre a modernização, (volume de) circulação e até continuação dos veículos – também seria, frequente e seletivamente, adotada pelo regime (MATTOS, 1996; PIERANTI, 2009). Por fim, vale salientar que eram dificultados (ou, dependendo, facilitados) empréstimos de bancos estatais às empresas (MATTOS, 2013), além de discricionariamente selecionadas aquelas que gozariam de subsídios ou benefícios fiscais – disso nos dá conta, por exemplo, a lei nº4.622 de 1965 [22] que, legislando sobre incentivos fiscais para diversas áreas de atividade, no 1º artigo determinava quais as empresas de radiodifusão que, naquele momento, não pagariam impostos de importação e consumo sobre diversos materiais (a lista era manifestamente longa para a rede Globo – daqui em diante referida como 'a Globo'). A política do regime para a mídia não era, portanto, apenas de vetar e proibir, mas de (seletivamente) estimular e modernizar.

A atenção a essas relações permite uma melhor compreensão das articulações entre aqueles entes – (empresários de) mídia e (governantes do) Estado –, não redutíveis a uma passiva, unidirecional e inevitável subordinação dos primeiros à repressão. As calculadas aproximações que já se haviam verificado durante a ditadura do Estado Novo renovavam-se (1937-1946), com novos atores e em diferentes condições, ainda que por semelhantes razões e propósitos: para o regime militar, a mídia era, além de importante ferramenta para o desenvolvimento dos mercados, meio essencial à manutenção da ordem e conquista da opinião pública; para empresários do setor, os favorecimentos por parte do governo apresentavam-se como tentadora possibilidade de modernização e conquista de mercado, importante via para a conquista de ganhos, tanto políticos (aumento da influência sobre a opinião pública mas também sobre atores institucionais, o que inclusive podia reverter na eleição de líderes midiáticos para cargos políticos) como econômicos. Assim, a partir de 64, apesar de se terem verificado "casos significativos de uma imprensa combativa [...], em geral, o que se consolidou foi um forte e mútuo apoio institucional entre os sistemas midiáticos e políticos" (DIAS, 2019, p.478). Os históricos laços de

[22] A essa lei, com propósitos semelhantes, seguir-se-iam outros textos legislativos, como os de 1968 (lei nº 5.560), 1969 (decreto-lei nº 480) e 1973 (decreto-lei nº1.293).

interdependência entre mídia, capitalismo e Estado/ governos eram tecidos com linhas recicladas.

O projeto de governação que entretanto tinha sido colocado em marcha assentava, afinal, na conquista de objetivos econômicos, para além de políticos. Os últimos, como já discutido, estavam voltados para a autoritária integração nacional por meio de um Estado centralizador e militarizado que, supostamente legitimado pela vontade do povo, procurava reprimir qualquer desvio das ordens decretadas. Em termos econômicos, era objetivo do regime fazer avançar a integração do país no sistema capitalista internacional. Para isso, apesar da receptividade com que tinham sido recebidas por parte considerável da população[23], as Reformas de Base, bandeira maior do ex-Presidente Goulart, seriam colocadas de parte, surgindo em seu lugar a definitiva aposta – possibilitada, também, pela associação com oligopólios empresariais estrangeiros – na transição para o capitalismo monopolista[24], o que, ao mesmo tempo que alimentava o avolumar de investimentos estatais nas infraestruturas e indústrias de base, aprofundava a sedimentação de um sistema de acumulação e favorecimentos político-econômicos extremamente desigual (MELLO, 1975). No setor de mídia, o Globo foi um dos grandes beneficiados pela mencionada articulação.

Em 1965, quando era proprietário de um jornal diário, uma editora e uma rádio, Roberto Marinho lança a TV Globo, para a qual tinha recebido licença ainda na década anterior. A emissão de estreia foi no dia 26 de abril, fruto da colaboração – técnica (capacitação profissional – administrativa e jornalística) e financeira – com o grupo de mídia norte-americano *Time-Life*. João Calmon, então deputado federal e um dos diretores do conglomerado fundado por Chateaubriand, denunciaria, pouco tempo depois, que, "de fevereiro até novembro de 1965, o grupo *Time-Life* tinha remetido ao grupo Roberto Marinho (TV Globo) nada menos que [...], aproximadamente, 6 bilhões e 145 milhões de cruzeiros! Uma média de quase 700 milhões por mês!" (SODRÉ, 1999,

[23] Uma das mais polémicas reformas, a agrária, teria alcançado um índice de aprovação superior a 70% em algumas capitais do país; outra pesquisa apontaria que 55% dos entrevistados em São Paulo apoiavam as medidas anunciadas no Comício de 1964 (CARTA CAPITAL, 2013).

[24] O capitalismo monopolista – inaugurado devido ao acirrar da concorrência e escassez de mercados (das sociedades centrais, no final do século XIX) – pode ser, com apoio em Mello (1975), definido em cinco traços gerais: 1) grande intensificação da concentração de capital, apoiada na incorporação dos avanços tecnológicos e científicos, acabando por neles também investir e acelerar o seu ritmo; 2) a monopolização dos mercados por empresas cada vez maiores; 3) o desenvolvimento e afirmação do capital bancário que, articulado ao capital industrial, contribuiu para afirmação do capital financeiro; 4) a intensificação da concorrência intercapitalista e consequente movimentação de capitais (financeiros, inclusive); 5) a afirmação de potências industriais não-europeias, como o Japão ou os EUA..

p.439). Carlos Lacerda faria coro das críticas e, em conjunto, denunciando a suposta ilegalidade das operações – em causa estaria o artigo nº160 da Constituição –, pressionariam para que fossem investigadas. Instaurada em 1966, a CPI Globo/Time-Life daria razão aos queixosos. Entretanto, medidas de correção nunca seriam tomadas, primeiro devido à demora na sua determinação, depois porque a avaliação seria alterada: em despacho presidencial de 1968 o contrato era, afinal,

> reconhecido como legal. [...] Assim, reforçada a influência no poder executivo – explicitada pela nomeação do seu advogado no caso Time-Life, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, como ministro do Trabalho e da Previdência Social, ainda no governo Castelo Branco, e depois como titular do Ministério da Previdência Social, no mandato do general Ernesto Geisel –, Roberto Marinho manteve a parceria com o grupo Time-Life até julho de 1971(LARANJEIRA, 2009, p.8).

Estava dado o passo decisivo – suportado pelo grande investimento de capital estrangeiro no desenvolvimento tecnológico e profissional (de valores e conhecimentos), por sua vez apoiado pela salvaguarda legalista do regime – para a formação do novo conglomerado líder, mais forte e 'moderno' (também em termos administrativos) que o anterior[25]. Na segunda metade dos anos 80, apenas para fazer referência ao meio inaugurado em 1965, o Globo já contava com 5 emissoras e 45 afiliadas, espalhadas um pouco por todo o país (CAPPARELLI, 1989). Seria então que a marca 'Globo' também se expandiria para outros "setores de atividade econômica, com forte atuação desde o mercado musical, passando pelo setor de serviços e destacando-se na atividade financeira" (MOREIRA, 2015, p.151). Antes, para tal sucesso, seriam fundamentais outros dois, conectados, elementos – talvez os mais determinantes na configuração geral do sistema de mídia brasileiro, moldando-o, em grande medida, ainda na atualidade: por um lado, a infraestrutura montada pelo regime (possibilitando e incentivando o desenvolvimento de uma rede nacional de mídia/s) e, por outro, a concessão de outorgas para radiodifusão com base em critérios que favoreciam as elites político-econômicas do país[26] (se a discricionariedade não era propriamente uma novidade, ela, com impactos

[25] Os Diários e Emissoras Associados, que no início da década eram líderes destacados no mercado de mídia do país – congregando (entre impressos, radiofônicos e televisivos) aproximadamente 70 veículos de comunicação, além de empresas gráficas, uma agência de publicidade e outra de notícias –, passavam então por dificuldades (financeiras e de audiências), decorrentes, em parte, das divergências entre os dirigentes do grupo (Chatô, que a partir de 1962 teria graves problemas de saúde – faleceria em 1968 –, instituíra, em 1959, um condomínio acionário composto por familiares e indivíduos que o tinham acompanhado ao longo da sua trajetória político-midiática).

[26] No começo dos anos 80 nenhum canal de televisão estava "em mãos de pessoas vinculadas ao partido oposicionista [o MDB], enquanto se verifica[va] um grande contingente de donos de TV vinculados, direta ou indiretamente, ao partido governista [o ARENA]" (MARQUES DE MELO, 1981, p.24).

acrescidos devido ao crescimento industrial das mídias e à formação da referida rede, aumentaria durante aquele período).

Atravessando diversos artigos do CBT, a concepção e criação de uma rede nacional de telecomunicação (telefonia e radiodifusão, permitindo a rápida e eficiente transmissão de informações) já existia desde, pelo menos, o início dos anos 60. A sua concretização, no entanto, era adiada devido à precariedade das infraestruturas no país. Esse elemento tinha particular impacto sobre as emissoras de televisão que, como já apontado, se concentravam nas capitais. Com pouco contato entre si, "poucas empresas arriscavam a formação de cadeias pequenas, servidas por programas transportados de um estado a outro de carro ou, eventualmente, de avião, o que levava à sua exibição com dias de atraso em relação à geradora principal" (PIERANTI, 2009, p.205). Essas condições começam a ser estruturalmente alteradas logo no início do regime militar, através da reorganização da administração pública (balizada pelo decreto-lei nº200 de 1967) e aceleração do desenvolvimento industrial. Além do aprimoramento e construção de novos canais (como rodovias e aeroportos) de circulação – o que, naturalmente, também traria benefícios para as mídias, facilitando a distribuição das suas produções –, foi iniciada a instalação de uma moderna infraestrutura para as telecomunicações (RAMOS, 2000). Para esses e outros investimentos, conduzidos diretamente pelo Estado, seriam criados órgãos reguladores – dentre eles, o mais influente para o setor seria o Ministério das Comunicações (MINICOM), instituído em 1967 – e empresas estatais, que em poucos anos permitiriam uma muito maior ligação entre as diferentes regiões do país através da telefonia (majoritariamente explorada pelo Estado) e da radiodifusão.

Diminuídas as dificuldades técnicas que impediam o início da formação de redes nacionais de televisão, o governo optou por dar continuidade ao modelo de exploração, majoritariamente privada, já instituído para a radiodifusão. As possibilidades que as transformações inauguravam seriam recepcionadas com agrado por diferentes emissoras: por um lado, as afiliadas poderiam diminuir os custos de produção ao receberem materiais acabados por parte das geradoras (também chamadas de 'cabeças-de-rede'), com elas também compartilhando receitas publicitárias; por outro, as responsáveis pela coordenação da transmissão em cadeia passavam a alcançar novos territórios – portanto audiências, com o que isso poderia significar em termos de ganhos políticos e econômicos –, o que permitia intensificar as produções próprias e reduzir a importação de programas que falavam menos da realidade brasileira. As emissões televisivas – compostas por

produções jornalísticas, de dramaturgia e outras –, geradas, em sua maioria, no centro e sul do país (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo), começavam assim a chegar às regiões mais remotas do país, contribuindo para uma maior padronização de linguagens, valores, costumes e hábitos (inclusive de consumo), colaborando na costura de uma identidade nacional (JAMBEIRO, 2002). As alterações, ao nível das produções e dos consumos, eram incentivadas pelo regime porque delas também beneficiaria:

> o sistema de comunicações, unindo todo o País, favoreceria as pretensões dos militares em seu zelo pela segurança interna; 2. a infraestrutura de comunicações daria condições para acelerar o ciclo de reprodução, visto que diminuiria o tempo necessário à circulação de mercadorias; 3. a televisão teria influências na expansão do mercado de produtos culturais do tipo I e II; 4. as indústrias culturais acelerariam o ciclo do capital através da publicidade e fariam dela uma nova oportunidade de reprodução do capital (CAPPARELLI, 1989, p. 22).

Dessa forma, seria registrado um crescimento exponencial da televisão, ao mesmo tempo que o rádio (meio e aparelhos mais acessíveis, tanto a nível econômico como de operação e uso) firmava o seu estatuto de veículo de comunicação realmente nacional, garantindo, principalmente onde o sinal televisivo não chegava, a presença da radiodifusão em todo o país (PIERANTI, 2009). Ainda que diversos impressos tenham sido encerrados, o número de impressos também aumentou naquele período (MATTOS, 2013). As variações quantitativas não reverteriam – aqui sublinhado que apenas detemos atenção nos veículos que legalmente circulavam no país – em aproximada diversidade qualitativa. O que se verificava era a afirmação de um modelo que, por meio de pressões e apoios político-econômicas, favorecia a constituição de um mercado composto por poucas, mas cada vez mais fortes, empresas de mídia. Para isso contribuía a legislação, que na prática não colocava limites à concentração.

Já contemplado no CBT, o assunto volta a ser objeto de regulação em 1967: por meio do decreto-lei nº236, artigo 12, ficava estabelecido o número de licenças ou concessões que poderiam ser atribuídas a uma mesma emissora de rádio e/ou televisão. Entretanto, dois pontos no texto tornavam ineficiente o controle, aparentemente, tentado: por um lado, os limites eram respeitantes a "entidades", não a pessoas físicas, o que permitia "o arranjo de empresários parceiros em diferentes entidades como forma de controlar um maior número de emissoras" (PIERANTI, 2009, p.143), por outro, a formação de redes, sem limites à sua extensão, estava liberada – o segundo parágrafo do mencionado artigo explicitava mesmo que as determinações não teriam efeito sobre "as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras"

(BRASIL, 1967c) –, significando isso que as cabeças-de-rede, mesmo se limitado o números de outorgas a elas concedidas, poderiam estender a sua influência a todas as outras, afiliadas e retransmissoras, que com elas quisessem estabelecer essa relação. Higino Germani – que durante a década de 70 exerceu funções no MINICOM e, mais tarde, foi membro do Conselho Técnico da ABERT – coloca o assunto em termos mais claros quando entrevistado por Pieranti (2009, p.143):

> o 236, na prática, nunca aconteceu, essa é a realidade. É letra morta [...]. É uma tolice! Ninguém deu importância para isso. (...) Quando uma pessoa assume um cargo de gerência ou de direção dentro de uma emissora de rádio ou de televisão, ela tem que assinar uma declaração de que não ocupa o mesmo cargo de direção ou de administração em uma outra emissora de radiodifusão. Então, o que acontece? Coloca os laranjas. Mas isso é o óbvio, o próprio decreto foi mal feito. Não interessa quem é o dono, interessa a orientação intelectual, a mesma orientação intelectual para todas. [...] O que foi que o governo fez? Limitou o número de estações e, ao mesmo tempo, jogou as pequenas estações às feras, porque elas não tinham opção. Tinham que se agarrar às grandes redes, se não morriam.

Era, dessa forma, estimulada a chamada 'livre iniciativa' – que, no contexto de uma ditadura militar que (para além das medidas de repressão) adotava políticas econômicas favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, de livre tinha muito pouco (menos para uns do que para outros) – pela formação de redes, que depressa dariam origem a grandes grupos de mídia e, em alguns casos, a conglomerados. No final dos anos 60 o Globo alcançaria a posição de líder (da lista dos maiores grupos privados de comunicação ainda fariam parte os *Diários e Emissoras Associados*), firmando-se como tal no decorrer da década seguinte, tanto em termos de audiências como de receitas publicitárias[27], principalmente no que ao setor da televisão dizia respeito (FERNANDES, 2009). Na segunda metade da década de 80, o grupo, com forte presença em praticamente todos os mercados de mídia do país (diversidade de meios e abrangência territorial) e investindo noutros setores de atividade, "empregava 15.400 pessoas e tinha negócios anuais avaliados em 800 milhões de dólares" (CAPPARELLI, 1989, p.23). Na mesma época, a concessão de outorgas daria origem a três importantes redes (as duas primeiras mantendo essa classificação na atualidade): em 1967, João Jorge Saad, que já era proprietário da *Rádio Bandeirantes*, inaugura a TV de mesmo nome (o grupo ficaria

[27] A televisão começou a ganhar a preferência do mercado publicitário em 1963, acabando por depressa se constituir como o meio com maior percentagem de investimentos (BOLAÑO, 2003). A liderança da TV Globo nessa temática tampouco cessaria, e já no final dos anos 80 a média da sua receita operacional bruta com publicidade comercial era de 350 milhões de dólares, surgindo o *Sistema Brasileiro de Televisão* (SBT) no segundo lugar do ranking (com 80 milhões), depois Tv Manchete (42 milhões) e seguir a TV Bandeirantes (40 milhões) – as demais emissoras no país repartiam entre si 516 milhões (BORIN, 1992).

conhecido como *Band*); a *TVS*, passo inaugural para a constituição do *SBT* (liderado por Sílvio Santos), vai ao ar em 1976; e Adolpho Bloch, então responsável pelo grupo que também já publicava revistas, recebe autorização para transmissão televisiva em 1981, o que acaba por acontecer, com a *TV Manchete*, em 83 – não por acaso, nenhum dos três empresários era conhecido por críticas ao regime (PIERANTI, 2006). Sobre essa temática, Mathias (2003) fala explicitamente de uma relação de clientelismo – concessões de outorgas em troca de apoio político –, o que, pelo menos em parte, pode explicar o aumento de novos canais nos momentos em que o regime enfrentava maior instabilidade política. Dentre outros exemplos que ajudam a suportar essa interpretação, a autora aponta que foi o governo de Médici (1969-1974),

> considerado o mais autoritário do período, mas o que possuía maior coesão interna, [...] que concedeu o número menor de estações de rádio e televisão (média de 0,25 e 1,75 respectivamente para estações de rádio e televisão). Na mesma linha, o período seguinte apresenta um aumento substancial tanto relativamente a Médici quanto frente aos governos anteriores. No governo Geisel [1974-1979] a média anual foi de 27,8 concessões de rádio e de 7,6 de televisão, e foi nesta gestão que se colocou em prática o projeto de distensão [democrática] que [...] não era unânime [...] dentro do próprio governo (MATHIAS, 2003, p.133).

Para esse clientelismo contribuía, naturalmente, o ambiente de repressão política, mas também a ausência de controle social (legislativo e efetivo) sobre as concessões – sendo que esta última não é característica exclusiva dos regimes ditatoriais. Até 1990, já depois da reabertura democrática, as decisões sobre outorgas para a radiodifusão permaneceriam centralizadas no poder Executivo, o que facilitaria a continuação – e até aprofundar – das práticas clientelistas.

O desenvolvimento de relações de proximidade, que, como temos tentado demonstrar, eram diversas e construídas por vários caminhos, não resultaria, necessariamente, na completa harmonia entre regime e empresários de mídia. A censura seria um dos pontos de difícil conciliação – não que as direções das empresas não a exercessem, por iniciativa própria, sobre os seus funcionários (naturalmente, não de forma tão violenta quanto o Estado), no entanto, ela era justificada (não necessariamente como ‘censura’ – a essa classificação tentam fugir todos), principalmente, com base em critérios mercadológicos, portanto ‘objetivos’, contra os quais (fatos) não haveria argumentos: cortar onde as audiências o exigissem, explorar o que o interesse dos públicos demandasse; a censura do regime era, manifestamente, exercida – e anunciada – com base noutra matriz: ideológica, política (ORTIZ, 1991). Principalmente no caso do jornalismo, campo em que as posições de liderança estão muito dependentes da

credibilidade outorgada pelos públicos, a ação da censura (mais abertamente) política representava por isso, além de tudo, uma ameaça à conquista das audiências e, assim, de anunciantes. Era, no entanto, o preço a ser pago: pesem, mesmo entre os maiores colaboracionistas, os eventuais episódios de atrito com os governos, "a liberdade de veicular qualquer conteúdo seria trocada pela construção de uma infraestrutura física e de necessárias medidas regulatórias [...] – essenciais a um *negócio* e à construção de empresas capitalistas" (PIERANTI, 2009, p.135, *grifos do autor*).

Antes de encerrarmos a secção, é ainda necessário fazer referência a um fenômeno que, aprofundado nas décadas seguintes, se revelaria de importância capital nas relações entre mídia e política (e, assim, com impacto sobre as relações sociais de forma geral) durante o regime democrático que estava por vir: surgido o primeiro programa evangélico – para rádio e TV – em 1962 (intitulado *Fé para hoje*, apresentado pelo pastor Alcides Campolongo, com transmissão no Rio de Janeiro), é durante a ditadura militar que começa o exponencial aumento de tais produções (FONSECA, 2003). O crescimento da presença evangélica na mídia dar-se-ia, regra geral, através da compra de espaços nas emissoras, o que para as empresas – sem gastos de produção, apenas transmitido o produto finalizado – representava uma interessante fonte de renda adicional. Verificava-se também, principalmente desde o começo dos anos 80, o crescimento da corrente religiosa no país (CUNHA, 2015), significando isso a possibilidade de captar um novo segmento de audiências – mais, de estimular um novo segmento de mercado, carente de serviços e produtos que respondessem às suas inclinações (as quais acabariam por alavancar o surgimento de novas editoras religiosas, com atuação nos setores impresso e audiovisual). Uma das faces mais visíveis desse crescimento revelar-se-ia em 1989, quando lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – "igreja midiática, com um claro projeto político de ocupação de espaços de poder na esfera pública" (CUNHA, 2015, p.61) –, capitaneadas pelo bispo Edir Macedo, adquirem a Record – à época, depois da Globo, a segunda maior rede de radiodifusão do país, composta por duas emissoras de rádio, duas geradoras e 150 retransmissoras de TV (AIRES et al., 2017).

3.3 Da redemocratização à parcial revogação do CBT

Entre 1968 e 1973 o Brasil registrou uma acentuada melhoria em diversos indicadores macroeconômicos, fenômeno (apelidado de "milagre brasileiro") que, apesar dos diversos retrocessos que também se verificavam, contribuiu para a legitimação do

regime, tanto a nível interno como externo (principalmente junto das elites financeiras). O modelo econômico começa a apresentar sinais de esgotamento em 1974 (BOLAÑO, 2003), período em que aumenta a contestação social e rachaduras entre os integrantes do regime se tornam visíveis (FREDERICO, 2004). No mesmo ano, o general Ernesto Geisel assume a chefia do governo e, também com o intuito de preservar a coesão interna das Forças Armadas, falará em favor de uma 'distensão' política. Assim,

> sob pressão social, mas trabalhando ideologicamente na dimensão da "concessão", em seu mandato, grandes mudanças ocorrem. De modo "lento, gradual e seguro", como gostava de se expressar, seu governo comandou o processo de devolução à imprensa da liberdade de expressão, encerrando a censura política (AQUINO, 2004, p.55).

Em 1979, diminuída a força institucional da facção militar que defendia a continuação da repressão social para prolongar o regime, já se falava em 'abertura' democrática. Passos relativamente importantes nesse sentido seriam dados ainda no primeiro ano de governação do último presidente do governo militar, João Figueiredo, através de medidas como a legalização do pluripartidarismo e a publicação da Lei da Anistia política, progressivamente colocada em prática; outro ponto alto foi a realização de eleições diretas, em 1982, para governadores estaduais. É também do meio para o fim do seu mandato que Figueiredo aumenta o número de concessões de outorgas para a radiodifusão: 134 no ano das eleições, 80 no seguinte, 99 em 1984 e 91 nos últimos dois meses e meio do seu governo. Ao serem atribuídas, na sua maioria, a políticos – além de, em menor número, a redes nacionais (como a SBT e Bandeirantes) e a "figuras desconhecidas, cujas principais credenciais eram ser amigas do presidente da República ou até de sua esposa" (LIMA, 2008, s/p) –, a distribuição corrobora a tese clientelista defendida por Mathias (2003).

O longo processo de distensão-abertura democrática é concluído em 1985, quando através de eleições indiretas – o que contrariava, além das lideranças político-partidárias oposicionistas ao regime militar, a vontade de grande parte da população que desde 1983, um pouco por todo o país, saía às ruas para se manifestar contra a ditadura e a favor do direito de participar na votação para a Presidência da República –, Tancredo Neves (membro do MDB durante grande parte da ditadura) e José Sarney (ex-ARENA) conquistaram a preferência do Colégio Eleitoral encarregue de escolher, respectivamente, o Presidente e Vice-Presidência da República. Esses e outros elementos levam autores como Aquino (2004) e Sodré (1994) a sublinhar que a ditadura não foi, efetivamente, derrubada por um movimento de massas – o projeto de Democracia que vinha sendo

desenhado era mais resultado de uma concessão do que de uma conquista, fato que terá contribuído para a continuação de algumas velhas práticas (clientelistas, por exemplo) e problemas (entre outros, a baixa representatividade dos governantes e a não discussão de reformas socioeconômicas de cariz estrutural), ainda que com novas roupagens (as fardas tinham, afinal, sido guardadas). Não significa isso que insistentes e custosos esforços com vista a transformações mais profundas não eram tentados, mas que aqueles em posições privilegiadas para as incentivar ou dificultar optavam, regra geral, pela segunda opção.

De acordo com Ramos (2010), em muitos dos países latino-americanos onde, nas décadas de 70 e 80, se lutava pelo fim de regimes ditatoriais, os clamores pela (re)democratização política incluíam a defesa de reformas para as mídias, muitas das quais tinham crescido através da colaboração, em maior ou menor grau, com o autoritarismo. Ultrapassada, ou em vias disso, a censura oficial, as disputas voltavam-se para o que

> muitos segmentos sociais, à esquerda do espectro político-ideológico, via como um tipo mais insidioso de censura: a econômica, que afastava uma maioria das populações do acesso à mídia [...]. A democratização da mídia, de acordo com essa perspectiva crítica, não passava, conceitualmente, pela ideia liberal clássica da liberdade de expressão como fruto de um *livre fluxo da informação*, que, na prática, subsumia na liberdade das instituições de comunicação de informar a partir dos seus próprios critérios editoriais. Se essa ideia podia ser absorvida, sem grandes contestações, nas grandes democracias liberais do mundo desenvolvido, dada a maior homogeneidade das suas estruturas de classes sociais, ela não era absorvida em sociedade como as latinoamericanas, com suas desigualdades sociais, nas quais se aguçavam conflitos de classe mais radicais (RAMOS, 2010, p.22).

Discussões sobre o papel das mídias nas relações entre indivíduos e sociedade/s já eram, desde o início do século, objeto de estudo para diversos investigadores que, vinculados a diferentes teorias ou correntes de pensamento, procuravam analisar os seus efeitos e modos de funcionamento. Na América Latina, Berger (2013, p.242) aponta que "estudos sobre o jornalismo vinculados à discussão sobre liberdade de imprensa e legislação" podem ser encontrados desde a década de 30. Entretanto, a participação de outros atores (movimentos sociais, sindicatos etc.) começa a ser mais notória a partir da segunda metade do século XX, período em que as (grandes empresas de) mídias – alterados, na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, os seus modos de produção (complexificando as articulações com as esferas política e econômica) – conquistam um alcance inédito na história da humanidade.

No Brasil, grupos de indivíduos atentos às políticas e debates que, também a nível internacional, vinham sendo realizados – destaque para a Conferência sobre Políticas de Comunicação na América Latina e no Caribe, realizada em 1976, e os trabalhos desenvolvidos pela apelidada Comissão McBride, iniciativas promovidas pela Unesco –, já tinham começado a organizar-se desde, pelo menos, a primeira metade dos anos 70[28], acabando por dar origem, em 1984, à Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC). Procurando articulações com a sociedade civil e o Estado, o movimento desenvolve várias ações (debates, manifestações etc.) para colocar em pauta temas como a concentração de propriedade, as produções comunitárias e regionais, os modelos públicos de comunicação ou as concessões de outorgas para a radiodifusão – discussões que conjugavam regulação 'técnica' (estrutura tecnológica, econômica etc.) e de conteúdo, o que representava uma importante diferença em relação à tradição brasileira (construída majoritariamente por dirigentes políticos em articulação com o grande empresariado) de tratar os dois temas de forma separada, dando primazia (ao menos retoricamente e nos textos legislativos) à primeira, supostamente não tão suscetível à 'contaminação' político-ideológica.

Desde que tomou posse como Presidente da República (Tancredo Neves faleceu pouco antes de o poder fazer), Sarney mostrou-se contrário a mudanças: no início do seu mandato escolhe como ministro das Comunicações António Carlos Magalhães, político que, além de ter ocupado diversos cargos durante o regime militar (sempre na bancada governista), pertencia à família que, no estado onde tinha governado, era proprietária de diversos jornais e emissoras de televisão (entre elas e *TV Bahia*, afiliada da *TV Globo*)[29]. A opção para o MINICOM terá provocado grande contestação por parte de movimentos sociais que lutavam pela democratização das comunicações e em esferas governativas – no segundo caso, entre as ações para a tentar evitar, conta-se um abaixo-assinado de 180 deputados do PMDB (PIERANTI, 2009). O Presidente não cederia.

---

[28] As ações desenvolvidas por entidades como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (ABEPEC), a Associação para a Promoção da Cultura (APC), a União Cristã Brasileira de Comunicação (ligada à Igreja Católica), o Conselho Indigenista Missionário, o Centro de Comunicação e Educação Popular e as Comunidades Eclesiais de Base demonstram que os esforços pela democratização da mídia, anteriores aos anos 80, eram desenvolvidos por uma relativamente grande variedade de atores, atuando em diferentes contextos e áreas de atividade (INTERVOZES, 2006). Essa diversidade, que com o decorrer dos anos aumenta, marcará também a realização, em 2009, da primeira Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM).

[29] Episódios relatados por Bial (2004) e Lima (2004) apontam que Roberto Marinho tinha grande influência sobre as decisões políticas de Sarney, tendo sido peça chave, por exemplo, na escolha da composição do Ministério das Comunicações e, após a demissão de Bresser Pereira (em 1987), do Ministério da Fazenda.

Apesar dos conhecidos problemas na distribuição de licenças, não haveria qualquer revisão efetiva sobre os critérios por que era guiada, tampouco sobre aquelas que (como e porquê) tinham sido concedidas durante a ditadura. Naquele período, aprofunda-se a prática de utilizar as outorgas como moeda de troca por apoio político – Magalhães afirmaria mesmo que, "em igualdade de condições técnicas e financeiras, jamais deixo de dar concessões a alguém que apoia o governo" (FOLHA DE S. PAULO, 1987). Depois da derrubada dos vetos de Goulart ao CBT, esse seria – quando a possibilidade de discutir e construir um futuro que rompesse com as práticas patrimonial-clientelistas do passado foi, em larga medida, frustrada – o segundo momento a, de forma mais decisiva, contribuir para a firmação dos principais obstáculos na implementação de uma regulação democrática das comunicações (PAGANOTTI, 2015).

Até à promulgação da nova CF foram atribuídas 1028 outorgas (cerca de metade nos últimos meses da Assembleia Constituinte), o equivalente, em quatro anos, a 30,9% do total atribuído desde que o Estado tinha sido incumbido dessa responsabilidade; entre os receptores das outorgas estavam 91 políticos (deputados federais e senadores), 90% dos quais acabariam por votar a favor da emenda constitucional que aumentava o mandato presidencial (de 4 para 5 anos) de Sarney (MOTTER, 1994). Analisado o artigo do CBT que versava sobre os requisitos para a exploração da radiodifusão[30], não ficava explícito se a ação era, ou não, ilegal, o que acabaria por abrir espaço para o aumento da troca de influências entre as duas esferas (política e midiática). Esse fator revelar-se-ia determinante na redação da CF de 1988, a primeira a contemplar a colaboração da população na sua construção.

Na Assembleia Constituinte, os debates sobre as disposições para as comunicações ficaram a cargo da Subcomissão de Ciência & Tecnologia e Comunicação, conduzida pelos deputados Arolde de Oliveira, enquanto presidente (o líder evangélico na Câmara dos Deputados era também proprietário de uma rádio no Rio de Janeiro e colaborava na produção de programas religiosos para emissoras de TV), e Cristina Tavares (deputada pernambucana que também era jornalista), enquanto relatora. Oliveira e Tavares seriam representantes de uma cisão difícil de ultrapassar: de um lado, estavam os interesses dos proprietários de mídias privadas, de outro, os de movimentos sociais.

[30] No artigo 38 do Código ficava determinado que pessoas com imunidade parlamentar ou foro especial não poderiam exercer as funções de diretor/a ou gerente de concessionárias de radiodifusão. O ponto problemático, aberto a discussão, era o de que, na prática, não haveria forma de garantir que os receptores de outorgas em tais condições não exerceriam, direta ou indiretamente, as referidas funções.

As diferenças entre os dois grupos, aponta Caldas (2006), ficariam explícitas nos discursos proferidos na Subcomissão: enquanto o primeiro negava a existência de monopólios e defendia a livre iniciativa (o que justificaria uma regulação mínima por parte do Estado – o ente mais competente para isso seria o mercado, com a sua 'lei natural' de procura e oferta), a segunda posicionava-se no polo oposto, defendendo que, sendo a comunicação um bem público, deveriam ser criadas políticas para o estímulo

> do direito à comunicação (em consonância com o Relatório MacBride); a criação de um sistema público de comunicação e de um órgão regulador autônomo, o Conselho Nacional de Comunicação (CNC); e o estabelecimento de restrições à concentração empresarial do setor (PIERANTI, 2009, p.258).

Em harmonia com tais princípios, a relatora apresentaria dois anteprojetos – o segundo com algumas concessões para tentar conquistar a aprovação do grupo que, vinculado aos interesses dos integrantes da ABERT, tinha maior peso político –, ambos rejeitados no Plenário. Criado o impasse, aquela subcomissão seria a única a não entregar relatório ao organismo responsável pela avaliação das propostas para votação final. Ainda assim, terminado o processo de construção, a Constituição promulgada contemplaria, pela primeira vez na história do país, um capítulo dedicado à Comunicação Social. Nele, eram balizadas as diretrizes gerais: a) no artigo 220, sobre limites à liberdade de expressão e informação – destacamos que espetáculos e diversões públicas seriam 'reguladas' pelo Estado, não mais 'censuradas', palavra que surgia nas Constituições anteriores; também que nenhuma lei poderia "constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística (BRASIL, 1988); além de "vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística" (BRASIL, 1988), chamando-nos atenção o fato de não ser incluída a menção à vertente econômica do fenômeno –; à publicidade – determinado que seriam definidas restrições legais no caso de produtos (como bebidas alcoólicas, agrotóxicos ou medicamentos) que pudessem causar malefícios à saúde ou meio ambiente –; e à propriedade de meios de comunicação, que não poderiam, "direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio" (BRASIL, 1988); b) no artigo 221, sobre os princípios por que deveria ser guiada a radiodifusão – destaque para o estímulo às produções (com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas) independentes e regionais, respeitando os "valores éticos e sociais da pessoa e da família" (BRASIL, 1988); c) no artigo 222, sobre a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão – que continuava restrita a brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 anos, a quem caberia a responsabilidade pela administração e orientação intelectual –; d) no artigo 223,

sobre a atribuição de outorgas – com duas alterações importantes: as concessões continuariam a ser competência do Poder Executivo, mas em conjunto com o Legislativo (a efetivação da decisão estaria dependente da aprovação por parte de dois quintos do Congresso Nacional) e do Judiciários (que, se infringida a lei, as poderia cancelar); além disso, tais processos seriam realizados observando "o princípio de complementariedade dos sistemas privado, público e estatal" (BRASIL, 1988) –; e) por fim, o artigo 224, asseverando que o Congresso instituiria, como seu órgão auxiliar – distante, portanto, das funções (e composição) previstas por Tancredo ou desejadas pelos movimentos sociais – , o Conselho de Comunicação Social (CCS). Para além dos parágrafos no capítulo I (dedicado aos direitos e deveres individuais e coletivos) que teriam impacto no setor – sublinhamos a previsão de direito de resposta (e indenização para os/as afetados) e acesso à informação (com sigilo de fonte, quando necessário no exercício profissional) – é ainda de destacar o artigo 54, que colocava limites à relação entre políticos e empresas concessionárias de serviço público (caso das de radiodifusão e, por extensão, de imprensa, sempre que aquelas pertencessem a grupo acionário detentor de conceção pública), ainda que não fazendo referência às outorgas, dando assim continuidade ao problema, nesse tema, inaugurado com o CBT. No artigo 55 ficava assente que as infrações poderiam resultar na perda de mandato.

A CF de 1988 trazia então importantes alterações, ainda que não tão profundas quanto pensadas pelos atores vinculados às bandeiras da FNPDC. Para além da redação final estar mais alinhada com os interesses do grupo opositor , a maioria das disposições permaneceriam com grau de efetividade relativamente baixo. Como apontado por Napolitano (2012, p.207), "a Constituição é um documento jurídico sintético que apenas prevê diretrizes e regras gerais. [...] a regulação específica de determinados temas constitucionalmente previstos, fica a cargo da legislação infraconstitucional". Para aumentar – em abrangência e uniformidade – a força de imposição das disposições gerais, seria necessário aprovar legislação suplementar que definisse parâmetros e processos objetivos (por exemplo, a definição de parâmetros que permitiriam classificar um monopólio ou oligopólio como tal – além de como os evitar ou quebrar, no caso de já constituídos).

Uma das mais combatidas concretizações – o CCS, organismo vinculado à administração pública, composto (segundo a lei) por representantes de empresas, de profissionais e da sociedade civil – seria conseguida apenas em 2002, onze anos depois

de publicada a Lei nº 8.389 que o regulamentava[31]. Entretanto, essa alteração estava relacionada à aprovação de propostas de emendas constitucionais que, versando sobre a diminuição de limites à participação no controle acionário de empresas jornalísticas e/ou de radiodifusão – abertura a pessoas jurídicas (ONGs, empresas, Igrejas etc.) e investidores estrangeiros (em até 30% do capital total) –, desde os anos 90 tramitavam no Congresso. Até ao começo dos anos 2000, a posição dos principais empresários de mídia sobre as matérias não era consensual (BOLAÑO, 2003), mas com o desenvolver de uma crise que, desde a década passada, se vinha desenhando no setor[32], as posturas das maiores empresas midiáticas convergem para o apoio às alterações, nelas vendo a possibilidade de melhorarem a situação financeira (PIERANTI, 2009). Integrantes de partidos da oposição (entre eles, o PT) eram contrários à aprovação das emendas sem que antes fosse realizada uma discussão abrangente sobre o modelo de radiodifusão no país (PIERANTI, 2009). Em menor número, acabariam por negociar o apoio em troca da instalação do CCS (FONSÊCA, VALENTE, 2017).

As mudanças na CF faziam parte de um conjunto de alterações mais abrangente, resultante do avanço das políticas neoliberais que, em alguns dos países centrais (principalmente EUA, Inglaterra e Alemanha), começam a ser implementadas na transição para os anos 80. No Brasil, país em que a concentração de propriedade privada (também no caso das empresas jornalísticas e de radiodifusão) se aprofunda durante a ditadura militar, a implementação de políticas alinhadas ao receituário neoliberal ocorre, à semelhança de outros no continente sul-americano, na transição para os anos 90. Eleito para a Presidência da República em 1990, Fernando Collor de Mello – como outros que compunham a administração pública brasileira, também ele vinculado a empresas de mídia – seria responsável pela aplicação dos ditames internacionais: ainda na primeira semana de governação, "extinguiu onze empresas estatais (que empregavam 14 500 trabalhadores) e treze outras agências" (SCHNEIDER, 1992, p.5); antes do final do seu

[31] Mesmo depois da longa espera, o funcionamento do CCS não tem sido tranquilo: quatro anos depois de instaurando, o organismo foi suspenso em 2006, voltando às atividades, não sem polêmicas, em 2012 (MARTINS, 2012). No final de 2019, em decorrência da pandemia de Covid-19, o Conselho voltou a parar e, uma vez adiada, por determinação do Congresso, a tomada de posse dos membros eleitos para o mandato 2020/2021, assim continuava em julho de 2021.

[32] Como expressão dessa crise, Pieranti (2009) indica o aumento das dívidas contraídas pelas empresas na importação de matéria-prima e equipamentos (agravadas pela flutuação na valorização da moeda brasileira), diminuição das receitas publicitárias e de vendas de impressos (2000-2002), e – numa época em que a convergência tecnológica era cada vez mais importante na corrida por lucro e audiências – diminuição da capacidade de investimentos. O autor aponta ainda a falência de um grande grupo de mídia – a *Manchete* – e de diversos periódicos regionais, conjunto de fenômenos que também terão contribuído para a "redução significativa do mercado de trabalho para profissionais de mídia" (PIERANTI, 2009, p.336).

primeiro mês, publicou as leis nº 8.031 – o Plano Nacional de Desestatização (PNC) – e nº 8.031 – o plano de reorganização da administração pública brasileira, nele incluída a incorporação da pasta das Comunicações à das dos Transportes e das Minas e Energia no Ministério da Infraestrutura, extinguindo o MINICOM. Até ao final da década, o PNC, em conjugação com outras disposições legais entretanto publicadas, permitiria a redução do 'peso' do Estado, eliminando mais de 100 mil empregos no setor público (SCHNEIDER, 1992) e privatizando mais de 40 empresas (PIERANTI, 2009). Será com Fernando Henrique Cardoso, eleito Presidente em 1994, que se registra o acelerar e aprofundar das privatizações. Como posto por Lima (1998, p.131), "interesse público passa a se confundir com o interesse privado dos *global players* e das empresas não-estatais que, segundo o governo FHC, garantirão a competitividade no mercado". Importantes alterações também tiveram impacto sobre o setor da radiodifusão.

Ainda em 1997, quando foi publicada a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), o CBT, que até então era válido para os dois setores, telecomunicações e radiodifusão, passou a ser apenas para o segundo. O resultado disso foi, segundo Ramos (1997), uma regra legal inédita no mundo, ainda mais surpreendente se levado em conta que a tendência internacional, face aos desenvolvimentos e convergência tecnológica, era de unificar as políticas para as comunicações. Se antes um mesmo veículo de comunicação tinha limites mais ao menos fixos no que à produção e transmissão de mensagens se refere, no novo contexto, áudio, vídeo e texto começam a poder ser trabalhados e convertidos em um mesmo código, transmitidos por um mesmo canal/aparelho, inclusive de telefonia. A divisão, no caso brasileiro, levantaria o problema de um mesmo tipo de serviço ou produto (ao ser objeto de regulação em função, apenas ou principalmente, do canal que é utilizado e não, também e primordialmente, da sua 'natureza') se tornar objeto de diferentes disposições legais, contraditórias entre si (o que abre mais brechas para o descumprimento) e até contrárias ao princípio de isonomia para produtores/prestadores (NAPOLITANO, 2012).

Autores como Ramos (1997) e Herz (1997) argumentam que o ineditismo era resultado direto da força política dos principais empresários da radiodifusão, em articulação com os parlamentares que tinha participação e interesses no setor – "um estratagema, urdido na reforma constitucional de 1995 pelo empresariado de radiodifusão "para escapar à jurisdição do novo órgão regulador" concebido para atuar sobre as telecomunicações" (HERZ, 1997, p.2). O órgão mencionado era a Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel), criada através da LGT, que, apesar do nome, também teria jurisdição, mesmo que limitada, sobre as outorgas para radiodifusão: ainda que as concessões continuassem a ser atribuição do MINICOM – reinstalado em 1992, no governo de Itamar Franco (12/1992 a 1/1995) –, com participação do Congresso Nacional, a Anatel, que passava a ser responsável pela gestão do espectro e fiscalização de aspectos relacionados às tecnologias para as comunicações, ficaria encarregada dos planos de distribuição de canais e pelos estudos sobre tecnologias (também) para a radiodifusão. A LGT, que também traria alterações para outros serviços no setor (entre eles, para a TV por assinatura) – sobre as quais, pelos motivos elencados no início do capítulo, não nos detemos –, bem como a Anatel, seriam então as mais novas criações a integrar o já amplo[33], mas confuso, disperso, pouco cumprido ou fiscalizado, marco legal para as mídias no país. Disso dava conta José Cavalcanti Filho, presidente do CCS, quando em 2003 foi entrevistado por Ianoni (2003, p.61/62):

> fugindo ao modelo mundial que concentra atribuições em órgãos específicos, aqui o controle dos meios de comunicação está pulverizado entre Ministério das Comunicações, Anatel, Ministério da Justiça, CADE, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Casa Civil (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), Congresso Nacional, Conselho de Comunicação Social, Secretaria de Comunicação. O resultado dessa dispersão de normas é uma evidente descoordenação entre atores, com superposição de competências, conflitos localizados, ausência de responsabilidades específicas em relação ao futuro, dificultando uma política uniforme e coerente para o setor das comunicações no Brasil.

Não significa isso que esforços para tentar alterar a situação não fossem realizados[34], mas, devido a uma variedade de fatores – entre eles, a já apontada força de grandes empresários de mídia (também organizados em entidades como a Associação Nacional de Jornais (ANJ) ou a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), além das já referidas ABRA e ABERT, a última tendo criado, em 2000, um departamento para acompanhar as ações do Poder Legislativo[35]) nas esferas da política institucional, o

[33] Levantamentos realizados no início dos anos 2000 indicam que "o cipoal de leis, decretos, portarias e normatizações [...] passa de 70 diplomas legais em vigência" (LOPES, 2005, p.9).

[34] Entre eles, em 1992, o PL nº2.735, que incluía a criação de um sistema público de radiodifusão, a regulamentação de alguns dos discutidos artigos da CF e a instituição de cláusulas de consciência para jornalistas; o projeto "se somaria a mais de dez outros com temáticas similares na Câmara dos Deputados e não voltou a ser debatido desde então" (PIERANTI, 2009, p.273). Sobre objeto mais circunscrito – a regionalização e produção independente na televisão – terão sido apresentados, entre 1991 e 2001, 17 PL; a maioria recebeu o mesmo ou semelhante tratamento (LOPES, 2005).

[35] Entrevistada por Rebouças em 2001, Stella Cruz, então assessora parlamentar da Abert, afirmava: "Hoje, ficamos atentos desde que um projeto dá entrada na mesa até sua votação. Com isso, conseguimos mudar o ponto de vista do próprio autor ou do relator com uma conversa, em uma exposição de motivos, com todos os dados; e normalmente eles são convencidos" (REBOUÇAS, 2006, p.46). Refletindo sobre a

relativamente baixo envolvimento da população na temática, e a falta de vontade (ou capacidade) política do Executivo Federal para lhes dar continuidade – acabariam, regra geral, por não passar "de discussões vagas e infindáveis nas comissões e nos plenários da Câmara e do Senado" (REBOUÇAS, 2003, p.3). Promulgada a LGT, a expetativa era que algo semelhante – uma Lei Geral, com a criação de um órgão regulador independente – fosse construído para a radiodifusão e imprensa (PIERANTI, 2009). Em 2001, com Pimenta da Veiga à frente do ministério foram formuladas pelo menos seis versões do anteprojeto, a última, já com o título *Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa*, colocada para consulta pública, mas, por diversos motivos (incluídos os já apontados), acabaria sendo engavetada. No final de 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva, concorrendo pela quarta vez consecutiva, foi eleito Presidente da República, a frustração de entidades como o FNDC daria lugar a renovadas expectativas de mudança.

3.4 Da nova guinada à esquerda ao novo golpe

No início do século XXI registrou-se a eleição de governos de esquerda em vários países da América Latina, Brasil incluído. Na maioria, tal aconteceu como reação ao relativo fracasso das políticas neoliberais, que apesar de terem contribuído para o controle das inflações, tiveram resultados "altamente recessivos, com desemprego crescente, desindustrialização, inadimplência, crise bancária, crescimento da dívida pública, aumento da vulnerabilidade externa, desnacionalização, insolvência internacional e, dificuldade de retomar o crescimento" (SKINNER, 2017, p.217). Esse panorama terá colaborado para o sucesso de Lula. A conquista do primeiro mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT) também teria relação com a cobertura midiática dos grandes veículos – mais equilibrada do que nas campanhas anteriores[36] –, quando Lula assume "uma imagem mais 'midiática', proporcionada por alianças maleáveis e menos radicalizantes, o que o tornou [...] mais "palatável"" (DIAS, 2019, p.487). Ao nível das políticas para as comunicações, as mudanças eram também claras: se no programa de

complexa e influente rede de contatos e ações da associação, Rebouças (2006, p.46) indica que ela também contava "com uma assessoria jurídica para acompanhar o andamento dos casos que move contra decisões dos ministérios das Comunicações, da Justiça ou da Anatel. Merece destaque, nesse jogo de forças, o fato de o assessor jurídico da entidade, Alexandre Jobim, ser também filho do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ex-ministro da Justiça e ex-senador, Nelson Jobim, e ser ainda genro do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello".

[36] Analisando as campanhas eleitorais de 1989, 1994, 1998 e 2002, Azevedo aponta que a 'grande mídia', tanto impressa quanto eletrônica, deu tratamento abertamente favorável a Collor na primeira, passando a apoiar FHC nas duas seguintes, ainda que de forma mais subtil, já não "em um quadro de aguda polarização ideológica e de histeria política como ocorreu em 1989" (AZEVEDO, 2006, p.107).

governo de 1994 o partido tinha incluído um subcapítulo, intitulado *Democratizando a Comunicação*, em que fazia um diagnóstico do setor – criticando os altos níveis de concentração (de propriedade, de audiência e de publicidade estatal), questionando o sistema de outorgas, discutindo a falta de articulação entre as políticas para diferentes setores e a desatualizada legislação, denunciando a ausência de instituições mediadoras entre Estado, setor privado e sociedade, e levantando questões sobre os sistemas público e estatal –, dele partindo para a definição de metas a alcançar durante a eventual governação (CALDAS, 2006), na versão final do programa de 2002 eram elencados, na última página, cinco itens apenas, todos voltados para as telecomunicações[37].

O adiar de temas polêmicos, como era a regulação das comunicações, fazia parte da estratégia do partido para conquistar a confiança dos setores mais críticos à candidatura de esquerda – entre eles, investidores e empresariado, também o da radiodifusão, que compunha relevante força política devido ao alcance dos veículos de comunicação e/ou à participação nas diferentes esferas do sistema político[38]. Não se tratava, naturalmente, de uma problemática inteiramente nova: refletindo sobre as possibilidades de mudança para o sector com FHC, Bolaño (2003) já apontava que as articulações políticas construídas para garantir a sustentação do governo (e eventual reeleição) tornavam praticamente impossível alterações significativas. Eram assim perceptíveis,

> de forma cristalina, as contradições internas do [...] governo que, para manter-se, é obrigado a fazer importantes concessões aos setores mais arcaicos e clientelistas da sua base política, em detrimento dos seus outros aliados – externos principalmente (BOLAÑO, 2003, p.51).

Vencida a corrida presidencial no segundo turno, a administração petista daria continuidade às tentativas de conciliação (RAMOS, 2018). Entretanto, se a década de 80 deu início ao diálogo, nem sempre fácil, sobre políticas de comunicação entre Estado e sociedade civil (principalmente com empresariado e movimentos sociais, posicionados, regra geral, em polos opostos), nos anos 2000 verifica-se o aprofundar dos debates e ações

[37] Documento disponível em <https://bit.ly/3KQNz5r>, acesso em 22 de julho de 2021.

[38] Levantamento de 1995 apontava que aproximadamente 40% das emissoras de rádio e cerca de 31% das emissoras de TV do país eram controladas por políticos e ex-políticos, sendo que dos 594 integrantes do Congresso Nacional, "130 tinha uma concessão de rádio ou TV ou uma combinação das duas; e dos 27 governadores, doze [tinham] concessões de rádio ou TV" (LIMA, 1998, p.9). Informações organizadas por Fernandes (2009) apontam para algo semelhante no início do governo petista: levantamento finalizado em 2004 indicava que perto de 35% dos senadores eram concessionários de radiodifusão, sendo que outro, realizado em 2003, informava que "pelo menos 26% dos 50 deputados designados para compor a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal eram proprietários de emissoras de rádio ou TV aberta. A Comissão em questão é a responsável pela análise de leis que tratem de matéria relativa à radiodifusão e também de emitir pareceres sobre a outorga e renovação de canais de radiodifusão" (FERNANDES, 2009, p.82).

noutras frentes, com participação, mas não orientadas, por organismos governamentais: ainda em 2001 é realizada, em Porto Alegre, a primeira edição do Fórum Social Mundial; no ano seguinte é lançada a campanha nacional *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*, que colocou em pauta a (falta de) ética e as violações aos Direitos Humanos na mídia, principalmente nas produções audiovisuais; na primeira metade da nova década é ainda lançada, sob coordenação do Intervozes, a versão brasileira da campanha CRIS (*Communication Rights in the Information Society – Direitos da Comunicação na Sociedade da Informação* em português), voltada para a construção de bases teóricas e ferramentas práticas que subsidiassem as lutas pelo direito à comunicação (o que pressupunha, entre outros pontos, a regulamentação dos artigos da CF de 88 e a construção – com ampla participação da população – de um novo marco regulatório). Ações como essas terão sido de extrema importância para o amadurecimento dos debates e articulações entre aqueles que percebiam a possibilidade de mudança quando o PT assumiu a Presidência do país – e aqui importa frisar que se o governo, num primeiro momento, não tomava a dianteira nas propostas de alterações, mostrar-se-ia, como nenhum outro, receptivo ao diálogo com atores historicamente alijados das esferas de discussão e decisão pública, dando seguimento a importantes iniciativas por eles gestadas. Dentre elas, merece destaque a tentativa de implementação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ).

Segundo relato da FENAJ (2004), a proposta, resultado de um longo processo (iniciado antes de 1965) e aprovada em dois congressos nacionais da categoria, gravitava em torno da criação de um órgão com autonomia administrativa e financeira, composto por jornalistas periódica e democraticamente eleitos/as, que teria a seu cargo a emissão dos registros profissionais (até então responsabilidade do Ministério do Trabalho) e a fiscalização do exercício da profissão de acordo com o Código de Ética em vigor – algo semelhante ao que Conselhos como o de Medicina o de Economia realizavam –, o que, segundo Sérgio Murillo de Carvalho, presidente da FENAJ, serviria inclusive de

> proteção para o próprio jornalista contra posturas inadequadas dos donos da mídia. Com ele, o jornalista poderá se negar a cumprir pautas que atentem contra a ética profissional e contra o interesse público, algo semelhante à cláusula de consciência existente em muitos países da Europa. E não propomos uma fiscalização da ética jornalística por uma "panelinha". Queremos a participação da sociedade nos tribunais ou comissões de ética a serem formados nos conselhos regionais de jornalismo (FOLHA DE S. PAULO, 2004).

O novo projeto tramitava no Congresso desde fevereiro 2003 mas, à semelhança de outros que ao longo dos anos tinham sido enviados sem nunca lhes ser dado seguimento, a discussão e votação demoravam. Para tentar reverter o histórico, em abril de 2004 a direção da FENAJ, acompanhada por dirigentes de 17 sindicatos, requer audiência com o Presidente da República para discutir a importância da iniciativa e solicitar que o texto apresentado recebesse a devida atenção. Em agosto do mesmo ano, o executivo, em nome daquelas, protocola o PL nº3985/2004. A partir de então, a FENAJ procura ampliar o debate sobre o projeto, conduzindo ações em diversos espaços e territórios – processo que, em novembro, motivou a aprovação de "alteração no projeto de lei, para que não haja dúvidas sobre o caráter democrático e plural do CFJ" (FENAJ, 2004, s/p). A alteração também era uma resposta à reação de jornalistas influentes e, sobretudo, dos principais veículos e entidades patronais, que, principalmente desde o encaminhamento da proposta pelo governo[39], a acusavam de ameaça de censura, forma, mais ou menos direta, de controlar profissionais e veículos de comunicação (MATTOS, 2005; ROMÃO, 2008). A posição daqueles prevalece e, através de uma votação simbólica, sem ser discutido em plenário, o PL é arquivado "com base num acordo político no Congresso Nacional" (BOLAÑO, 2007, p.86).

Também em 2004 foi apresentada outra proposta – essa, desde o início, assumida pelo governo –, a mais próxima de uma reformulação geral para as comunicações durante o primeiro mandato de Lula. Tratava-se da substituição da Agência Nacional de Cinema (ANCINE) – criada em 2001, por FHC – por uma nova entidade reguladora, a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV), ligada ao Ministério da Cultura (MINC), que teria como funções conduzir e implementar políticas para aqueles setores – abarcando no seu raio de ação temáticas relativas, entre outros, à telefonia, mídia online, radiodifusão (em canais abertos e por assinatura) e direitos autorais – e regular os mercados, através, inclusive, da arrecadação e distribuição de recursos para produtores/as. A construção do PL foi conduzida pelo MINC e Casa Civil, em colaboração com integrantes de outros departamentos ministeriais, que, finalizado em outubro, o

[39] Romão (2008), que analisou a cobertura jornalística dos três principais jornais do país (Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo) ao longo de quatro meses, conclui que as produções, resultantes de uma "uma confluência não acordada ou programada de interesses particulares dos jornalistas e dos donos de jornais, sendo reforçada por interesses também específicos das fontes de informação" (ROMÃO, 2008, p.145), foram majoritariamente contrárias ao projeto, omitindo e manipulando informações, sendo o caso mais evidente a identificação, errônea, do governo como mentor e principal beneficiado com o projeto, ao mesmo tempo que eram relembrados episódios em que a interferência do Estado no setor tinha resultado em autoritarismo e cerceamento de liberdades.

disponibilizaram para consulta pública. Apesar disso, segundo Barros (2014, p.202), "a sociedade civil mais ampla manteve-se alheia a tais movimentações", permanecendo o processo limitado à participação dos atores mais diretamente afetados (produtores/as, provedores de internet, centros de pesquisa etc.) pelas possíveis alterações. A polarização seria imediata: de um lado, produtores independentes ou não estabelecidos no mercado, além de outros fora do eixo Rio-São Paulo, receberam a medida com agrado, encarando-a como uma salutar aposta no apoio ao desenvolvimento de indústrias culturais mais plurais e independentes dos ditames do mercado; de outro, grupos de grandes produtores (entre eles, a ABERT e a Federação Nacional dos Exibidores de Cinema), que denunciavam o desestímulo à livre iniciativa, "o aumento dos impostos, o aparelhamento, a burocratização e a intervenção estatal, além da ameaça à liberdade de criação e de imprensa" (PAGANOTTI, 2015, p.171). No centro do debate estavam ainda três polêmicos artigos do projeto inicial[40]: o primeiro estabelecia que caberia à nova estrutura, entre outros aspectos, 'planejar' e 'administrar' as atividades cinematográficas e audiovisuais; o oitavo determinava a possibilidade de serem definidos limites à participação de capital estrangeiro naquelas atividades; e o quadragésimo terceiro, o mais combatido, estabelecia como competência da ANCINAV, no que dizia respeito à regulação e fiscalização das atividades cinematográficas e audiovisuais por empresas de radiodifusão, 'dispor' sobre a responsabilidade editorial, seleção e direção de programação, em articulação com o MINICOM. A posição da ABERT, dada a conhecer pelo seu presidente (José Pizani), era clara: "não assinar termo algum, o qual consideramos indiscutível. Defendemos a auto-regulamentação" (ANDI, 2007, p.149). Em artigo publicado no jornal O Globo, Cacá Diegues, cineasta co-fundador do chamado Cinema Novo (surgido nos anos 60/70, caracterizado pelas críticas às desigualdades sociais), tecia duras críticas, finalizando com a qualificação do projeto como "redutor, xenófobo e autoritário" (O GLOBO, 2004, p.15). Face ao crescente número de intensas críticas, o governo ainda faria diversas alterações (entre elas, aos artigos mencionados), mas as posições estavam tomadas.

De forma semelhante ao ocorrido no caso do CFJ, também no da ANCINAV a maioria dos principais veículos de comunicação deixou de lado uma cobertura equilibrada, assente na contextualização da problemática, para apostar no ataque à suposta tentativa de censura (BARROS, 2014; BOLAÑO, 2007; RAMOS, 2018). O

[40] Disponível em <https://bit.ly/3rV3PcQ>, acesso em 24 de julho de 2021.

desfecho seria o arquivamento do PL – sem nem ser votado, tal era a expetativa de não discussão e reprovação no Congresso. Para isso, importa sublinhar, também poderá ter contribuído a própria construção do projeto, levada a cabo "sem um debate mais amplo com os setores impactados pela regulação e pela sociedade em geral, [...] sem que o consenso sobre o texto pudesse ser construído previamente à disputa polarizada na tribuna da imprensa e no legislativo" (PAGANOTTI, 2015, p.171). Encerrado a processo sob a alçada do MINC, a indicação de que alterações legislativas continuavam a ter espaço na agenda do governo surgia no documento *Balanço de Atividades – 2004*, publicado pelo MINICOM – então liderado pelo ministro, e concessionário de radiodifusão, Eunício Oliveira (RAMOS, 2018)[41] – onde, como meta para 2005, constava a

> elaboração de nova legislação para os serviços de comunicação de massa [...] com vistas a uma maior agilidade nas atividades de radiodifusão, além da criação de mecanismos que permitam melhor fiscalização do conteúdo difundido pela comunicação eletrônica (LOPES, 2005, p.7).

Ainda que o chefe de governo tenha chegado a criar, em abril de 2005, um grupo de trabalho interministerial responsável pela discussão de uma Lei Geral para, inclusive, regulamentar alguns dos artigos sobre Comunicação Social presentes na Constituição (BOLAÑO, 2007), até ao final do mandato não haveria alterações efetivas. Em 2006, na candidatura de Lula à reeleição, o tema ressurge no programa de governo. Resumida a questão em três pontos, ficavam assim definidos os objetivos a alcançar:

> • Construir um novo modelo institucional para as comunicações, com caráter democratizante e voltado ao processo de convergência tecnológica. • Incentivar a criação de sistemas democráticos de comunicação, favorecendo a democratização da produção, da circulação e do acesso aos conteúdos pela população. • Fortalecer a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regional e independente e a competição no setor (PT, 2006, p.18).

Apesar de generalistas, as metas apresentavam clara convergência com algumas das bandeiras que há décadas animavam os movimentos sociais envolvidos na luta pela 'democratização das comunicações' – formulação adotada pela candidatura por apontar (quando comparada a outras, como 'regulação' ou 'fiscalização') para um horizonte

[41] Ainda em 2003 o PDT deixara de compor a base de apoio do governo, entrando em seu lugar o PMDB, partido a que era filiado Oliveira. Esse terá sido um dos principais motivos para a troca de ministros no MINICOM, onde, até final de 2004, tinha permanecido Miro Teixeira. De resto, Fonsêca e Valente (2017) afirmam que, se analisada a escolha de ministros – formalmente, responsabilidade exclusiva do Presidente da República – para a pasta das Comunicações ao longo dos governos petistas, torna-se perceptível que ela foi "marcada por uma alternância entre indicados políticos, muitas vezes para cumprir a cota de partidos, e nomes com forte ligação com os agentes econômicos, em especial a radiodifusão" (FONSÊCA, VALENTE, 2017, p.22).

normativo mais consensual, tentando assim, também, distanciar-se das acusações de que o Executivo tinha sido alvo em 2004. Entretanto, isso não evitaria a cobertura tendenciosa de grande parte das principais empresas de comunicação: enquanto o presidente-candidato recebeu tratamento majoritariamente negativo, o oposto aconteceu com Geraldo Alckmin, candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – episódio que, aliás, terá contribuído para o aumento da desconfiança de largas faixas populacionais em relação às empresas e profissionais de jornalismo, colocando em causa o seu principal capital social (a credibilidade) e colaborando na disseminação da ideia de que os modos de funcionamento e organização das mídias necessitavam ser discutidos (LIMA, 2007). Naquelas eleições, o aumento da desconfiança popular também estava voltado para os partidos e sistema político. Ainda que aqui não caiba uma discussão mais alargada sobre o assunto, importa sublinhar que o desequilíbrio na cobertura midiática sobre o (líder de) governo do PT, que já se verificava desde 2004, aprofundou-se em 2005, decorrente da grave crise política iniciada a partir das denúncias de corrupção em que estaria envolvido – o chamado 'escândalo do Mensalão'. O caso, aponta Dias (2019, p.487), foi "paradigmático para configurar uma nova instabilidade em relação ao sistema midiático e político que só tem se intensificado desde então".

Em 2006, Lula é reeleito. Para isso terão contribuído os resultados do primeiro mandato, período em que a economia brasileira – apenas para fazer referência a um dos fatores com maior peso político – registrou assinalável crescimento (que, apesar da crise global de 2008, continuaria na segunda gestão), do qual beneficiariam (em proporções variadas) diferentes estratos sociais, aí incluído os mais pobres[42].

> A recuperação dos rendimentos dos assalariados, associada à política de reajuste real do salário mínimo, (que não recebera ajuste real desde os anos 60) bem como o avanço do emprego formal mais o ciclo de crédito alavancou o consumo doméstico e o mercado interno de bens e serviços. Entre 2004 e 2008, o PIB cresceu em média 4,8% a/a segundo o IBGE, variação superior aos resultados obtidos nas décadas de 80 e 90 (SKINNER, 2017, p.220).

No setor das comunicações, uma das mais relevantes medidas adotadas no início do segundo mandato foi a criação da Secretaria de Comunicação Social (Secom), diretamente vinculada a Presidência da República, sendo atribuído ao secretário eleito o status de ministro. As principais funções do novo organismo seriam assessorar a

[42]Apenas para ilustrar o referido, citamos a variação da população a viver abaixo da linha de pobreza: em 2003 eram 35,8% (quase 62 milhões de pessoas), percentagem que se mantinha praticamente inalterada desde 1995; em 2007 (começo do segundo mandato de Lula/PT) caíra para 25,4% (46,7 milhões) e em 2011 (no primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff/PT) chegaria a 18,4% (ou 34,4 milhões de pessoas).

comunicação do Presidente com a sociedade em geral – e, em particular, melhorar a relação do governo com a imprensa –, coordenar a comunicação interministerial, realizar pesquisas de opinião pública e consolidar o sistema público de televisão.

Em 2008 é instituída, por meio da Lei nº11.652, a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) – empresa pública de economia mista vinculada à Secom –, encarregada de operar as empresas de radiodifusão sob a sua alçada[43]. Acusada por forças da oposição de ser um instrumento de propaganda governamental, o executivo fez presente na lei (artigo 2) o princípio, entre outros, de que as emissoras teriam "autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão" (BRASIL, 2008). A garantia, no entanto, não estaria salvaguardada, e isso devido a dois pontos principais: por um lado, a EBC estaria impedida de transmitir publicidade comercial, sendo parte substancial da sua receita proveniente do orçamento do Estado e de publicidade oriunda da administração pública; por outro, os integrantes da estrutura da empresa – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Curador da EBC – são nomeados pelo Presidente da República. Para o último órgão – composto por 22 membros (1 funcionário da empresa, 6 de organismos estatais e 15 da sociedade civil) –, movimentos sociais pela democratização da comunicação reivindicavam que a sociedade civil escolhesse os seus representantes, o que não seria contemplado, ficando responsável por apenas fazer indicações. O caráter público da EBC seria estabelecido, segundo a lei, através das regras de programação a que estaria submetida (resumidas no artigo 3), sendo também estabelecido (artigo 8) que a programação semanal deveria incluir produções regionais e independentes, em um mínimo de 10% e 5% respectivamente. Naturalmente, uma avaliação sobre a efetivação e efeitos do serviço (público) prestado pelo sistema escapa aos objetivos do nosso trabalho. Aqui, o ponto mais importante a salientar é que, apesar da nova criação ter representado um importante movimento – inclusive com base no artigo 223 da Constituição – em direção a um sistema de mídia menos centralizado na iniciativa privada, o modo como foi desenvolvido levanta dúvidas sobre se terá, simultaneamente, caminhado em direção a um sistema mais democrático. Entre os autores

[43] Quando fundada, a EBC incorporou os canais geridos pela estatal Radiobrás – criada em 1975 pelo general Geisel (ano em que o governo já operava 54 emissoras de rádio e 4 de TV) e passando incólume pela onda de privatizações nos governos Collor e FHC (MATTOS, 1996) –, dando origem à chamada 'TV Brasil', a que se poderiam associar emissoras públicas do país, desde que geridas por um Conselho Curador não governamental.

que, na nossa leitura, levantam críticas mais duras está Ramos (2018, p.38), apontando – e aí estaria a gênese do problema – que Lula deu início ao processo

> não pelo desejo político, estrutural, de resgatar uma dívida do Estado brasileiro para com a sociedade, dotando o país de um sistema público não comercial de radiodifusão, mas pela vontade conjuntural de contrapor à radiodifusão comercial uma de governo – como resposta ao que julgava como tratamento editorial injusto recebido na eleição de 2005, mesmo depois das omissões programáticas e da mão estendida durante o primeiro mandato [...].

A EBC surge no mesmo período em que se verificavam grandes movimentações pela reconfiguração do sistema de mídia, as quais culminariam na realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), o evento sobre a temática com maior participação social na história do Brasil.

Em 2007 foram realizados eventos, com participação do governo, entidades empresariais e representantes de movimentos sociais, de onde emergiu a comissão organizadora – coordenada por Hélio Costa (do MINICOM) e Franklin Martins (da SECOM) – da CONFECOM. A convocação para a sua realização seria realizada pelo governo federal, através de decreto publicado em 16 de abril de 2009, onde ficava determinado que contaria com três etapas: uma preparatória, para mobilização e divulgação dos eventos, uma eletiva, com a realização de conferências em todos os estados do país, onde seriam discutidas e aprovadas as propostas a serem encaminhadas à etapa nacional, realizada em Brasília entre 14 e 17 de dezembro de 2009, quando cerca de 1600 delegados (obedecendo às cotas para participação – 40% das vagas atribuídas à sociedade civil, 40% ao empresariado e 20% aos governos), partindo das 1422 teses sistematizadas, se reuniram para debater o futuro do setor.

O evento passaria por diversas dificuldades, a principal das quais ainda no começo dos trabalhos: se o governo determinava que a Conferência deveria ter elevada representação dos diversos setores sociais, a ameaça de saída por parte de importantes entidades empresariais – ABERT, ANER ANJ, ABRA, Associação Brasileiro de jornais do Interior (ABRAJORI) e Associação Brasileira de Telecomunicações (TELEBRASIL) – colocava-a em risco. Os embates iam desde "o temário, que não poderia sequer sinalizar o objetivo de uma lei geral, aos pesos a serem atribuídos às entidades nas votações, a sobre quem tinha o direito de se autodenominar sociedade civil" (RAMOS, 2018, p.40). Apenas ABRA e TELEBRASIL decidiram permanecer –, o que possibilitava a continuação dos trabalhos. As saídas, no entanto, serviriam também a posteriores tentativas de deslegitimação da CONFECOM, como se pode perceber na única matéria

produzida pelo *Jornal Nacional*[44], da TV Globo (empresa com maior influência na ABERT), sobre a Conferência (LOPES, 2011b). Analisando as produções de três dos principais jornais impressos no país, Massuda (2013, p.63/64) conclui:

> tanto Folha [de S.Paulo] quanto Estado [de São Paulo) organizaram suas coberturas a partir de uma luta de interesses: aquela interpretando a Confecom como o espaço em que interesses opostos às empresas de comunicação se organizaram, enquanto o último a interpretou como o espaço em que interesses anti-democráticos ou particulares se articulavam. [...] O Globo a trata com condescendência, a caracteriza como desvarios de identidades constituídas por saberes ultrapassados, isolados e fadados ao fracasso.

Apesar das coberturas antidemocráticas – mais marcadas pelo silêncio do que pelo ruído, se comparadas às realizadas sobre o CFJ e, em menor grau, a ANCINAV (PAGANOTTI, 2015) –, a CONFECOM aconteceu, tendo reunido, no seu conjunto, mais de 30 mil pessoas, provenientes de diversos setores (alguns dos quais antagônicos), que, apesar das dificuldades para alcançar consensos, colaboraram na aprovação de 633 propostas[45] que poderiam fornecer bases para "políticas de comunicação sólidas e condizentes com a conjuntura brasileira" (DEMARCHI, 2020, p.77). Entretanto, ainda que muitas delas não estivessem dependentes de novas leis, "quase nenhuma gerou consequências concretas em termos de novas políticas" (PIERANTI, 2020). A CONFECOM não deixa, contudo, de ser considerado um dos mais importantes movimentos em direção à regulação democrática da mídia, criando/aprofundando debates e articulações entre os atores interessados no tema – não sendo de menor importância, apesar de todas as dificuldades, a discussão entre atores historicamente antagônicos (como são alguns dos movimentos sociais e do empresariado) –, ajudando na mobilização de outros – aqui destacamos a criação, já em 2011, da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação com Participação Social (FRENTECOM)[46] – e servindo de base de apoio para a justificação/legitimação de alterações em anos

[44] Disponível em <https://glo.bo/34p78B6>, acesso em 26 de julho de 2021.

[45] Entre elas, a de regulamentação dos artigos da Constituição referentes à Comunicação, a criação de uma nova lei geral para as comunicações e a implementação de mecanismos de regulação abertos à participação social, que também deveria ser contemplada no processo – alterado, era proposto, através da definição de critérios objetivos e transparentes – de concessão e renovação de outorgas. O *Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação*, nele incluídas as propostas aprovadas, está disponível em <https://bit.ly/3ufV6EP>, acesso 26 de julho de 2021.

[46] A iniciativa foi construída com o intuito de estimular amplos debates, acompanhar as atuações de organismos como o MINICOM e incentivar a entrada das temáticas em espaços como o Congresso. Em 2012, segundo informações disponibilizadas no site oficial da FRENTECOM (https://frentecom.wordpress.com/), dela faziam parte 100 entidades da sociedade civil e 194 parlamentares (de 11 partidos). Tomar conhecimento sobre as atividades realizadas não é, no entanto, tarefa fácil: a última informação publicada no referido site data de 2012.

vindouros – sendo disso exemplo o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (PIERANTI, 2020).

Outro marco importante foi o encaminhamento, em 2010, da terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) ao Congresso Nacional, elaborada com apoio em proposições apresentadas pela sociedade em diversas conferências. Na 22ª diretriz do documento estavam contempladas recomendações para as comunicações – abordando temáticas como o processo de concessão/renovação de outorgas, a atribuição de patrocínios e publicidade oficial e a regularização de rádios comunitárias –, que seriam condensadas na proposta geral número 102:

> garantir a possibilidade de fiscalização da programação das emissoras de rádio e televisão, com vistas a assegurar o controle social sobre os meios de comunicação e a penalizar, na forma da lei, as empresas de telecomunicação que veicularem programação ou publicidade atentatória aos direitos humanos (BRASIL, 2010, p.165).

A já habitual reação não tardaria, dessa vez dada a conhecer através da realização do 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, três meses depois da CONFECOM, com participação dos donos dos maiores conglomerados de mídia do país – entre eles, Otávio Frias Filho (Folha), Roberto Marinho (Globo) e Roberto Civita (Abril). Para além das críticas dos oradores a medidas que procurem aumentar o 'controle' ou 'responsabilidade social' da mídia – formulações transversais ao CFJ, ANCINAV, CONFECOM e PNDH-3 –, entendidas como ameaças de 'censura', Hélio Costa, que participou como convidado, afirmaria sobre o último documento: "minha posição é rigorosamente contrária. No caso específico do controle social da mídia, é inadmissível, primeiro para o jornalista, e segundo para o ministro das Comunicações" (FOLHA DE S. PAULO, 2010, p.9). Na mesma ocasião, Antônio Palocci – deputado do PT e membro da coordenação nacional para a nova campanha eleitoral do partido – afirmou não acreditar que "a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, vá implantar medidas de 'controle social' caso seja eleita em outubro – tal receio foi colocado por vários dos participantes no evento" (FOLHA DE S. PAULO, 2010, p.9).

Uma das últimas ações de Lula caminhavam em sentido contrário ao apontado por Palocci: depois de no primeiro mandato ainda ter indicado, por duas vezes, a constituição de equipes de trabalho para a construção de uma Lei Geral para as comunicações – ambas sem nunca terem saído do discurso (LIMA, 2010) –, no seu último ano à frente do governo deu seguimento àquelas promessas. Em julho de 2010 foi criada uma comissão interministerial, liderada por Franklin Martins, para elaborar estudos e propostas de

revisão do marco regulatório (com foco na legislação). Em novembro, já depois da reeleição do PT, foi realizado um evento internacional – com representantes de órgãos reguladores de Argentina, Espanha, EUA, Portugal e Reino Unido e de organismos internacionais (Comissão Europeia, OCDE e UNESCO) – onde empresários, parlamentares, jornalistas, investigadores, ONGs, movimentos sociais e funcionários públicos debateram sobre regulação (LIMA, 2010). Quando Dilma assumiu o cargo presidencial foi-lhe entregue a versão final do anteprojeto que, no entanto, seria outra vez engavetado: nunca voltou a ser discutido, tampouco disponibilizado para consulta pública. Para isso terá contribuído o contexto sociopolítico em que foi eleita.

De uma relativa neutralidade, em 2002, a uma considerável tendência negativa, em 2006, a 'grande mídia' assumiu, em 2010, a oposição. Judith Brito, presidente da ANJ, afirmava-o com todas as palavras em março daquele ano: "obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo, de fato, a posição oposicionista deste país, já que a oposição está extremamente fragilizada" (O GLOBO, 2010, p.19). A fala foi pronunciada no seguimento de uma reunião em que dirigentes da ANJ, ABERT e ANER discutiram o que fazer para evitar a implementação do PNDH-3, considerado inconstitucional devido ao 'controle social' que previa. O jurista que presidiu o encontro (Ives Martins, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) iria mais longe, afirmando que com "a imprensa controlada de um lado e o empreendedorismo controlado de outro [...] saímos de um estado democrático de direito e fomos para um estado bolivariano" (O GLOBO, 2010, p.19). Essa não era uma opinião isolada, representando antes o emergir de uma construção que vinha sendo gestada pelos setores mais críticos à segunda gestão de Lula. Foi a partir de então que se começou a instaurar com mais força

> um embate pela legitimação de autoridade perante a cena política. Afinal [...] qual ator seria evidentemente qualificado e comprometido com os interesses públicos e a democracia? Num cabo de guerra politicamente antagônico, as críticas da mídia partem da ideia de uma política "lulopetista", que convergia para um bolivarianismo populista e intolerante (DIAS, 2019, p.488).

Apesar disso, Dilma seria eleita, beneficiando do sucesso do segundo mandato de Lula, encerrado com uma taxa de aprovação popular superior a 80% (SKINNER, 2017). Ainda assim, se nem mesmo "toda a campanha midiática e o apelo a contorcionismos jurídicos desde 2005" (SKINNER, 2017, p.221) conseguiram evitar a continuação do PT à frente do governo, as condições para retomar assuntos 'polêmicos' – aqueles, como a regulação da mídia, em que estavam em jogo interesses de atores com acesso privilegiado

aos recursos para exercer pressão e influência política – tinham piorado. Não significa isso, naturalmente, que desapareceram por completo da agenda da nova gestão.

No seu discurso de posse, em janeiro de 2011, o novo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, já afirmava – mesmo sem definir um cronograma – que a atualização do marco regulatório (legislativo) das comunicações era uma necessidade, frisando que nada que pudesse desrespeitar a liberdade de expressão – categoria indefinida – seria realizado (RAMOS, 2018). No mês seguinte o ministro recebeu representantes de movimentos sociais (incluído o FNDC) e de entidades científicas envolvidas no tema, a quem terá prometido que até final do ano seria apresentado novo projeto de regulação (VALENTE, PAULINO, URUPÁ, 2020). De forma mais incisiva, na resolução política aprovada na segunda fase do seu 4º Congresso, em setembro, o PT (2011, p.20/21) colocava como

> urgente o debate no Congresso Nacional sobre o marco regulador da comunicação social [...]. A inexistência de uma Lei de Imprensa, a não regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da propriedade cruzada de meios, o desrespeito aos direitos humanos presente na mídia, o domínio midiático por alguns poucos grupos econômicos tolhem a democracia […]. E a crescente partidarização, a parcialidade, a afronta aos fatos como sustentação do noticiário preocupam [...]. Além de tudo isso, as mudanças tecnológicas e a convergência de mídias precisam ser acompanhadas de medidas que ampliem o acesso, quebrem monopólios e garantam efetiva pluralidade de conteúdos.

Entretanto, entidades que tinham estado envolvidas na CONFECOM promoviam eventos sobre a temática, aproveitando inclusive para formular novo documento[47] que, com base na Conferência e disponibilizado para consulta/participação pública, propunha 20 pontos a serem considerados na construção do novo marco legal. Entregue ao MINICOM em outubro, representante da pasta reafirmaria a intenção do ministério abrir mesa de diálogo sobre o assunto. As palavras – regra geral, em espaços circunscritos –, no entanto, não eram acompanhadas de ações. Essa demora, aliada à experiência com os avanços e recuos durante os 8 anos dos mandatos de Lula (bem como o crescente clima de polarização no país), contribuiriam para a percepção, entre investigadores e movimentos sociais, de que avanços reais poderiam nunca chegar (PIERANTI, 2020). A desconfiança aumentaria em 2012, quando Bernardo, ao participar no 26º Congresso da ABERT, "disse que uma eventual regulamentação do setor não passaria por conteúdo ou pelo comportamento dos veículos de comunicação" (VALENTE, PAULINO, URUPÁ, 2020, p.36). O FNDC coordenaria a partir de então a construção de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular – conhecida como Lei da Mídia Democrática, baseada no documento

[47] Disponível em <https://bit.ly/3KVtIBP>, acesso em 27 de julho de 2021.

antes redigido –, acompanhado de uma campanha de divulgação, lançada em agosto, para tentar estender o debate e reunir as assinaturas necessárias (1,5 milhão) à tramitação do projeto no Congresso Nacional, o que não seria conseguido (DEMARCHI, 2020).

Até às eleições presidenciais de 2014 não seriam registrados outros movimentos de maior relevância sobre o tema. Seria então que voltaria a ganhar visibilidade midiática, motivada, principalmente, pelos programas do PT e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), os únicos a contemplarem diretrizes para a regulação do setor – o primeiro, no entanto, acabaria por retirá-las sob o argumento de que não reuniam consenso junto de outras forças partidárias que compunham a coalização para a reeleição de Dilma (VALENTE, PAULINO, URUPÁ, 2020).

Dilma assume o quarto mandato do PT num contexto de grande instabilidade econômica, política e social, conjuntura que, como já apontado, vinha sendo gestada desde 2005 (e para que contribuiria a crise econômica global de 2008). Ainda que os fenômenos que conduzem a isso sejam mais complexos – e, portanto, ainda objeto de grandes debates na atualidade – do que aqui nos é possível discutir, é consensual que, após o escândalo do mensalão, dois outros acontecimentos – as manifestações de 2013 e, em 2014, o início da Operação Lava-Jato – foram fundamentais no desgaste político do PT, crescimento da violenta polarização ideológica esquerda-direita (com o reforço da narrativa anticomunista) e fortalecimento de setores conservadores, alinhados a políticas neoliberais. Com a fundamental participação dos principais veículos de comunicação, naqueles anos seria cultivada a construção do binômio PT/corrupção, mais insistentemente difundida desde 2015, que se transformaria

> numa potente força mobilizadora, especialmente em setores das classes médias, órfãs políticas, ressentidas pela ascensão pelo consumo das classes mais populares e o enriquecimento dos setores mais ricos. A retórica subjacente era clara: se quisermos acabar com a corrupção brasileira, devemos tirar o PT do poder (GALLEGO, 2017, p.203).

No último mandato do PT, não concluído no tempo previsto em lei, ainda surgiram indicações, especialmente através do novo ministro das Comunicações (Ricardo Berzoini), de que o debate sobre – e não a proposta de – um novo marco regulatório (legislativo) para a mídia seria reaberto. No entanto, nem mesmo isso aconteceria.

Finalizado o período em que o PT se manteve à frente do governo – em 31 de agosto de 2016, quando Dilma Rousseff foi deposta através de um processo de impeachment –, o marco legal do sistema de mídia manteve-se (avaliação realizada dentro dos limites para que chamamos atenção no início do capítulo) praticamente inalterado:

convivendo com a pontual e dispersa implementação de leis, decretos e outras medidas menos formais[48] – que, com nível de efetividade variado, no essencial, não alteraram o panorama –, o CBT, mesmo que mutilado e desatualizado, era, e ainda é, o principal documento legislativo para a radiodifusão (não existindo atualmente algo semelhante a uma Lei de – ou para a – Imprensa); os artigos da Constituição para a Comunicação permaneceram, na maior parte, sem regulamentação – para além da Lei nº13.188 de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta, a principal alteração terá sido o passo dado (e mesmo isso é discutível) em direção a uma complementariedade entre sistemas com a criação da EBC –; foi continuada a não articulação entre as chamadas regulação 'técnica' a regulação 'social', sendo a última, como discutido, objeto de grande contestação entre influentes setores, o que tem contribuído para o postergar de uma regulação baseada num processo fundamentado em princípios (e com resultados efetivamente) democráticos (aí incluída a possibilidade de nele participarem – tanto quanto possível, em igualdade de condições – atores dos setores público, privado e estatal). Para além do papel desempenhado pelos grupos político-econômicos com interesse no apontado resultado, concordamos que para ele terão sido fundamentais, pelo menos, outros três elementos:

> falta de força política por quem buscou ampliar o debate, desinteresse dos presidentes Lula e Dilma em tratar o tema, mesmo com períodos de grande aprovação popular às gestões do PT, em especial no Governo Lula; e falta de agendamento do tema pela maioria do Congresso Nacional (MARQUES, TEIXEIRA, CONCEIÇÃO, 2019, p.7).

Relacionadas a essas características, outras históricas tendências foram continuadas: os governos (nível federal, estadual e municipal) mantiveram-se, no conjunto, como um dos principais anunciantes do país, sendo que a distribuição de recursos, apesar de passar a contemplar um maior número de veículos, continuou a favorecer os pertencentes aos maiores grupos empresariais[49]; a elevada concentração de propriedade – horizontal, vertical, cruzada e em cruz (LIMA, 2004) –, com a prevalência de seis grandes grupos privados – Globo, SBT, Record, Folha, Bandeirantes e Rede TV!

[48] São disso exemplo a Lei nº 12.485 de 2011, que inclui a previsão (mas não efetivação) de limites à propriedade cruzada de empresas radiodifusão e de telecomunicações; o Decreto nº 7.6706 de 2012, que modificou algumas das regras de análise para concessão/renovação de outorgas de radiodifusão, e, no mesmo ano, a criação do Plano Nacional de Outorgas que, resumidamente, pretendia uniformizar os processos de licitação para novos canais, aumentar a transparência dos critérios de concessão e ampliar a cobertura das ondas transmissoras; o Plano Nacional de Banda Larga, emitido em 2010, para ampliar o acesso à internet; e a Lei 12.965 de 2014, conhecida como 'Marco Civil da Internet'.

[49] Tendência 'oficializada' em 2009, quando Franklin Martins assinou instrução normativa que definiu os critérios – considerado 'técnicos' – que a distribuição de publicidade oficial deveria seguir: audiência/alcance dos veículos e, no caso dos digitais, número de acessos/tráfego de dados – opção, fundamentada na 'lógica de mercado', que desconsidera (ao menos, na retórica) os condicionamentos históricos, político-econômicos, que contribuíam para a dimensão e alcance das diferentes empresas.

– que (na maioria, de caráter familiar) desenvolvem atividade em diversas outras áreas de negócio; e o controle de empresas de mídia por políticos, direta ou indiretamente concessionários de radiodifusão, o que, apesar de inconstitucional, não impediu a continuação do fenômeno em nível municipal, estadual e federal.

Ao nível das alterações, as mais relevantes terão sido a) o aumento da capilaridade (níveis local, regional, nacional e internacional) e atuação de atores da sociedade civil organizada (movimentos sociais, redes de comunidades científica etc.), voltados inclusive, como demonstrado, para a articulação com a população em geral e ocupantes de cargos políticos em específico; e b) o grande aumento da participação de um novo setor religioso – o evangélico – nos sistemas político e midiático. Sobre o último ponto ainda é necessário determo-nos brevemente.

Se a mídia brasileira, e em específico a radiodifusão, é profundamente religiosa – influenciada por diferentes correntes, mas com hegemonia dos vínculos ao catolicismo – foi na segunda metade da ditadura de 64 que, como já apontado, igrejas evangélicas começaram a ganhar mais destaque, ligadas – mais especificamente as da IURD, é necessário precisar – a um claro projeto de conquista de espaço na mídia, na política e no mercado (religioso). No início do século XXI, Lima (2001) apontava que a entrada desse ator no setor das comunicações – em nível nacional – era uma das principais novidades no país: segundo o autor, 7 igrejas pentecostais controlavam então, pelo menos, 257 emissoras de televisão (225 das quais, retransmissoras) e 413 de rádio. Entretanto, desde 2006 registrou-se um grande crescimento no número de outorgas de TV para entidades religiosas – até 2016, terão sido concedidas 1154, quase duplicando o número das que existiam há dez anos: 1687) –, fenômeno diretamente relacionado à expansão das redes do segmento antes mencionado, uma vez que

> 11 denominações evangélicas diferentes controlam 1.657 concessões [...]. A IURD responde por 63% das concessões religiosas ligadas a denominações evangélicas. Nesta conta, não são considerados a compra de espaço em outras redes, sendo a penetração religiosa na paisagem audiovisual brasileira superior ao que os números citados podem sugerir (AIRES et al., 2017, p.90/91).

Para uma noção um pouco mais aproximada do real alcance, vale referir que a compra de espaços [50] também se dá em emissoras com reconhecida presença

[50] Sobre essas operações, Marinoni (2015, p.18) sublinha que, no caso das TVs, as igrejas evangélicas aproveitam-se da "característica mercantilizante hipertrofada no setor, da apropriação privada do bem público e da incapacidade de certos grupos de incrementarem os lucros com produção própria para constituir outro tipo de 'rede', sem possuir [...] outorga mas [...] ocupando 'transversalmente' espaços de redes concorrentes com menor poder dentro do oligopólio nacional".

regional/nacional, sendo ainda aquela Igreja sócia majoritária da Record (um dos maiores grupos de comunicação no país), participante proprietária em redes de rádio (entre as quais, a Rede Aleluia, uma das principais no Brasil, e a Rede Novo Tempo), editora de impressos religiosos e não religiosos, contando com uma editora audiovisual, gravadora musical e portais na internet (CUNHA, 2015; MOM, 2018b).

O aumento da participação na mídia (aí incluída a programação cultural e de entretenimento – espetáculos musicais, teledramaturgia e outros –, além da produção de caráter noticioso/informativo) e no mercado de bens materiais e simbólicos acontece ao mesmo tempo que também aumenta a participação política, inclusive em cargos eletivos (CUNHA, 2015). Foi a partir das eleições de 2006 que, de forma mais incisiva, começou a inserção na esfera da política institucional: na sequência do já referido 'escândalo do mensalão' surge o Partido Republicano Brasileiro (PRB) – dissidência do Partido Liberal (PL), que também teria estado envolvido no caso de corrupção –, conseguindo eleger quatro deputados, um federal e três estaduais (AIRES et al., 2017). Além de fazer parte da base de sustentação do governo Lula – José Alencar (ex-PL, depois PRB) ocupava a cadeira de Vice-Presidente –, como seria dos demais mandatos do PT[51], o novo partido congregava indivíduos e projetos semelhantes ao PL, aí incluída a articulação com a IURD que, aliás, teve papel fundamental na sua fundação (CUNHA, 2015). O número de cargos conquistados nas eleições municipais dos últimos anos demonstram o crescimento: "o quadro geral de cargos comandados pelo partido (nas eleições 2014-2016) é formado por 1.627 vereadores, 423 a mais do que a eleição de 2012, e 104 prefeitos, 26 a mais da eleição anterior" (AIRES et al., 2017, p.95). As autoras chegam a outras importantes conclusões: entre 2007 e 2019 a presença de políticos ligados à IURD no Congresso Nacional, majoritariamente filiados ao PRB, terá triplicado, sendo que desde antes,

> nas últimas oito legislaturas [1987-2019], a representação política da IURD cresceu proporcionalmente ao número de parlamentares ligados à rede Record [...]. Dos 76 mandatos ligados a IURD na Câmara dos Deputados, 68% estiveram sob o comando de comunicadores ligados à Rede Record de comunicação (AIRES et al., 2017, p.101/102).

As investigadoras apontam ainda que na 55ª legislatura (2015-2019), ao menos 19 dos 26 parlamentares eleitos pelo PRB tinham ligações com emissoras de rádio e/ou TV.

[51] A escolha do primeiro ministro diretamente vinculado ao PRB e IURD – o bispo Marcelo Crivella, em 2012 – terá sido feita para atender à reivindicação do partido em ocupar posição de maior destaque no governo, força política que, como frisaria a então ministra da Secretaria das Relações Institucionais da Presidência, Ideli Salvatti, "durante todo o período do presidente Lula e agora durante todo o governo da presidenta Dilma, sempre foi um partido extremamente aliado, firme, e atuante nas ações do governo. É a incorporação efetiva de um precioso aliado de muito tempo do nosso projeto" (O GLOBO, 2012).

Por esses caminhos, torna-se mais difusa a linha que separaria a esfera da política institucional da esfera midiática, ambas atravessadas pela expansão do raio de influência da religião, principalmente a evangélica/iurdiana: por meio do aumento da participação nas produções midiáticas, aumenta a possibilidade de conquista de simpatizantes/eleitores e eventual poder político, um ciclo que tende a retroalimentar-se quando o aumento da força política (inclusive com o crescer do número de cargos em posições de destaque) tende a favorecer os atores e empreendimentos midiáticos a eles vinculados. Importa ainda sublinhar que, apesar de uma separação entre religião/Igreja, política e mídia ser tentada (retoricamente) por alguns daqueles líderes – entre eles, Edir Macedo, da Record (IURD e PRB) – com o objetivo de justificar/legitimar a atuação nos diversos espaços (possibilitada por uma suposta distinção entre interesses privados e interesses coletivos), é possível perceber, olhando, por exemplo, para a atuação no setor da mídia (caso da Record), que

> a instrumentalização da programação para atender aos interesses da igreja está presente na disposição da grade, na escolha dos profissionais e no agendamento proposto em todos os turnos da produção. [...] Trata-se de uma relação profissional, na qual os patrões são os bispos e pastores da igreja (AIRES et al., 2017, p.94).

Tal instrumentalização deu-se a ver mais claramente em 2016: com uma agenda ultraconservadora em relação a diversas temáticas relacionadas às chamadas minorias políticas – mulheres, população LBTTQIA+, cultos afro-brasileiros etc. –, tanto na atuação na mídia como na política institucional, a chamada Frente Parlamentar Evangélica teve papel fundamental na construção do golpe que expulsou Dilma do governo, levou Lula (em 2018) à prisão, demonizou o PT-esquerda-comunismo e tornou possível a eleição de Jair Bolsonaro. Com aquela, outras duas frentes – a chamada bancada "da 'Bala' (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), [e a bancada] do 'Boi' (grandes proprietários de terra, criadores de gado)" (LÖWY, 2016, p.65) – criaram a aliança parlamentar essencial ao desenrolar do processo 'legal'. Ele era, no entanto, resultado de um processo muito mais abrangente que contemplava, entre outros, grande parte dos mais influentes integrantes do Ministério Público Federal, do Supremo Tribunal Federal e de elites político-econômicas (aí incluídos os maiores grupos/conglomerados de mídia privada), todos, articuladamente, alimentando o desequilibrado, criminalizante e criminoso espetáculo midiático da Operação Lava-Jato (GALLEGO, 2017; SKINNER, 2017). A maior explicitação dessas movimentações no final de 2015, o afastamento de Dilma, as ações do governo interino

de Michel Temer – entre outras, a extinção do MINICOM (quando as políticas neoliberais ganhavam nova força, a pasta das Comunicações foi incorporada ao entretanto criado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e do Conselho Curador da EBC –, a campanha eleitoral de 2018 (em que o tema 'regulação' se tornou quase tema-tabu, um dos que voltaria a servir de matéria para atacar as candidaturas de esquerda, mais ainda a do PT) e, finalmente, a eleição de Jair Bolsonaro, resultariam em mudanças de posições sobre o tema, inclusive entre os movimentos sociais. Desde então, as expectativas de alterações (em especial aquelas que necessitassem passar pelas esferas do governo, principalmente o federal) para a democratização do setor deram, majoritariamente, lugar à defesa pela não diminuição dos avanços conseguidos desde 1985 (DEMARCHI, 2020). Entre as iniciativas priorizadas esteve a campanha Calar Jamais! (iniciada em 2016 e remodelada em 2019), liderada pelo FNDC, voltada para as denúncias e combate a violações à liberdade de expressão.

4 CONDIÇÕES SOCIAIS DAS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS

No ocidente, o surgimento e desenvolvimento da imprensa (posteriormente, também o de outras mídias) sempre foi acompanhado de lutas pelo controle da sua produção, tanto simbólica quando material. Devido às especificidades da matéria-prima trabalhada – a própria realidade social, sua (re)produção –, as disputas deram-se (e dão-se) sobre os valores e funções por que deve(ria) ser guiado – neste capítulo focaremos atenção no que passaria a ser considerado o 'campo jornalístico' –, bem como (temáticas que se cruzam, interdependentes) sobre os meios e modos de produção (em termos gerais: o acesso a recursos materiais e a organização do trabalho).

Segundo Nerone (2013), são duas as principais perspectivas que normalmente orientam as análises sobre o fenômeno: uma que enfatiza a (sua) constituição (por meio) de uma esfera pública burguesa e outra que coloca a tônica no (seu) desenvolvimento (por meio) do mercado. Na primeira, o surgimento está mais diretamente vinculado ao desenvolvimento do Estado Constitucional, como concebido no ideário da Democracia Liberal; na segunda, à apropriação pelo capitalismo, que em vez de contribuir para a construção de uma esfera pública emancipada, apropria-se dela, transformando-a em massa de consumidores. Essa seria a linha evolutiva, a segunda sucedendo à primeira. Ainda de acordo com o citado autor, essas linhas não devem, contudo, ser percebidas como sucessórias, mas sobrepostas: imprensa e jornalismo não nasceram 'puros', num berço de ideais democráticos, para depois serem sequestrados pela mão mais ou menos visível do capitalismo. Entretanto, se direcionarmos o olhar para geografias – a exemplo do Brasil – onde colonialismo contribuiu para a formação de novos Estados-nação, podemos perceber que o surgimento da imprensa, portanto, dos fenômenos que possibilitam (e, assim, fazem parte da constituição d)o jornalismo, é anterior à instituição de regimes democráticos e de modos de produção capitalistas.

Segundo Mattos (2005), apesar de tipografias no solo (que viria a ser constituído como) brasileiro datarem, pelo menos, desde o início do século XVII – ainda que com curtos e difíceis períodos de sobrevivência devido à intervenção da Corte portuguesa –,

> só com a chegada de dom João foi iniciada a imprensa, mas, mesmo assim, oficial: a Imprensa Régia [...]. Ao estabelecê-la, em 13 de maio de 1808, dom João nomeou também os primeiros censores régios com o objetivo de impedir qualquer publicação contra a religião, o governo e os bons costumes (MATTOS, 2005, p.100).

O desenvolvimento daqueles fenômenos (imprensa e jornalismo) – um processo complexo e sem feição universal – acontece, portanto, na interseção entre organização

política e econômica, moldada pelas características socioculturais particulares de cada contexto. No Brasil, entre os elementos que contribuíram para a sua estruturação estão a dependência externa (econômica e político-administrativa)[52] do país, a organização do Estado (Absolutista, depois Patrimonial[53]) e as configurações de uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais (de classe, gênero, raça/etnia etc.) decorrentes da diferença/exploração colonial.

À semelhança do que inicialmente ocorrera na Europa – ainda que, como brevemente apontado, em condições particulares (também em relação com as temáticas e acontecimentos – a exemplo da abolição da escravatura e independência da nação (SODRÉ, 1999) – que mais profundamente marcam a constituição do, e relações no, país) –, as condições de produção da imprensa seriam pautadas, como anteriormente demonstrado, pela dependência político-econômica (principalmente) de esferas (e atores que nelas se movimentavam) já institucionalizadas, o que levantava sérios obstáculos à autonomização da nova atividade (ou seja, ao estabelecimento de princípios organizativos próprios, com a diferenciação de funções sociais, erigidas por um corpo de conhecimentos especializados). Ainda assim, ponto comum aos contextos separados por fronteiras marítimas e terrestres, a imprensa seria fundamental na transformação de relações sociais na, e da, modernidade (THOMPSON, 1998), sendo a expansão do mundo social (espaço e tempo) uma das mais importantes.

Se não perdeu a centralidade nas relações de socialização e sociabilidade, a comunicação face-a-face tornou-se, cada vez mais, influenciada por uma comunicação de longo alcance, mediada por tecnologias, que permitiu o desenvolvimento de novas fontes de informação que, com relativa regularidade, colocavam indivíduos em contato com outros (indivíduos e acontecimentos) que não estavam fisicamente presentes. Os

[52] Só no final do século XIX– terminado o Regime Imperial em 1889 – é que o Brasil alcança a independência político-administrativa. Entretanto, o desenvolvimento econômico já estava estruturado em nível global, separando "de um lado, o centro, que compreend[ia] o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; e outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos países centrais" (MELLO, 1975, p.2). O Brasil estaria então enquadrado na periferia, continuando assim, ainda que não exatamente nos mesmos termos, dependente das economias centrais devido à herança colonial (inserção no sistema capitalista e, simultaneamente, fragilidade das infraestruturas e mercados internos).

[53] Consideramos a definição weberiana de Faoro (2001, p.819): 'patrimonial' como a forma de domínio em que a comunidade política, legitimada por um tipo de poder tradicional, "conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois [...]". Segundo Bresser-Pereira (2001), essa é a forma de governação predominante – desenvolvida por meio da aliança entre a administração pública e a burguesia mercantil de senhores de terra e grandes comerciantes – desde o Regime Imperial até à Segunda República (1821-1930).

desníveis de alfabetização e de acesso a recursos entre diferentes grupos resultariam, na Europa e nas colônias, em distintas possibilidades de produção e consumo, mas não seriam suficientes para deles completamente excluir faixas inteiras da população (como camponeses/as, crianças e até pessoas escravizadas). Numa época em que a rádio ainda estava por inventar, a tradição oral já existente não cessou, experimentando antes alterações com a proliferação da imprensa:

> é provável que em algumas ocasiões, por um motivo ou por outro, alguns livros fossem lidos em voz alta para pessoas reunidas em determinados lugares. Tais ocasiões podem ter incluído reuniões rotineiras de família e de amigos, festas e festivais especiais, como também encontros de grupos de afinidade especial, como assembleias protestantes secretas que se reuniam para ler e discutir a Bíblia. Graças à prática de ler em voz alta, o público destinatário das obras impressas era muito maior do que os grupos relativamente pequenos de indivíduos que possuíam alguma instrução (THOMPSON, 1998, p.60).

Será também importante frisar que, quando (antes da industrialização dos empreendimentos midiáticos) o número de cópias impressas ainda era bastante baixo, a apropriação por parte dos públicos tinha um forte cariz de coletividade, fosse pela partilha de espaços comuns e diferenciados (não apenas em razão da classe social), fosse pela necessidade de os indivíduos unirem esforços para adquirir e depois usufruir dos materiais. Assim, a passagem da escrita à impressão (e a sua articulação com a oralidade), contribuiria para o desenvolvimento de "espaços comunicativos mais extensivos ao intensificar as comunicações trans-locais" (COULDRY, HEPP, 2017, p.46, *tradução nossa*).

A constituição de novos centros e redes de poder (apesar do referido, mais fortemente compostos por atores que compunham círculos sociais relativamente restritos – burguesia, letrados e outros que "de uma forma ou de outra frequentavam os círculos associados ao poder" (MARCONDES FILHO, 1989, p.57) –, os quais, direta ou indiretamente, estavam entre os principais produtores de informações), as possibilidades e disposições para a construção de valores e leis menos submissos à atuação dos tradicionais setores de maior poder (Estado e Igreja) – mas nem por isso menos conectados aos interesses e relações de atores que, em posições privilegiadas, lutavam pela reorganização política e econômica da sociedade –, é, portanto, catapultada pelo desenvolvimento da imprensa, que contribui para a alteração da relação entre as esferas pública e privada, também alterando o vínculo entre visibilidade e poder (LIMA, 2006).

A posição que a imprensa e, com ela, o jornalismo, gradativamente vão conquistando na (re)produção da realidade social é, assim, fruto da construção de uma

relação de '(inter)dependência funcional' – termo utilizado por Elias (1994), ainda que não em referência ao mesmo objeto – entre públicos e mídia. Para isso – e, mais especificamente, para a diferenciação do jornalismo em relação a outras áreas de atividade social, fundamentada no erigir de fronteiras (simbólico-materiais) que dão forma a um campo específico –, dois processos serão de capital importância: a industrialização da produção noticiosa e a sua institucionalização enquanto Quarto Poder. Voltaremos ao primeiro, que já discutimos anteriormente, na segunda parte do capítulo, onde procuramos refletir sobre o trabalho de jornalistas a partir dessa reorganização. Antes, dedicamos espaço à reflexão sobre as disputas por legitimidade das suas produções e funções sociais.

4.1 Liberdade, liberdades: o papel do ideário liberal na diferenciação das esferas política e econômica.

Palavras, como já argumentamos no segundo capítulo, são importantes ferramentas na (des)construção de mundos. Liberdade não tem um significado em si. Liberdade de expressão e de imprensa tampouco: ainda que presentes em documentos oficiais que têm o intuito de delimitar e atribuir peso jurídico aos ideais (disso é exemplo a Constituição Federal Brasileira de 1988), continuam como conceitos em disputa na atualidade. Disso nos dão conta, como abordado no capítulo anterior, os debates sobre políticas de comunicação e regulação da mídia que, ainda no Brasil atual, são pautados por diferentes posições (sobre o que é liberdade e censura) de diferentes atores (empresários, jornalistas, movimentos sociais, parlamentares etc.).

Centrais, tanto na formação do estado constitucional moderno, como na definição das funções do jornalismo e, nele, do trabalho a ser desenvolvido por jornalistas, tais noções – dando suporte à defesa de uma imprensa independente, apta a reportar acontecimentos com o mínimo de interferências políticas – foram preponderantemente influenciadas pelas teses liberais nascidas na Europa do século XVIII: como apontado por Thompson (1998, p.67/207, *grifos nossos*), alguns dos seus primeiros autores,

> como Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill, foram fervorosos advogados da liberdade de imprensa. [...] Eles viram a liberdade de expressão da opinião através de uma imprensa *independente* como meio principal de *divulgação* de pontos de vista diferentes, de *formação de uma opinião pública* esclarecida, e de *controle dos abusos do poder de governos* corruptos tirânicos. Uma imprensa livre e independente iria desempenhar o papel de um crítico *cão de guarda*; não somente articularia uma diversidade de opiniões, enriquecendo assim a esfera do conhecimento e do debate, mas também exporia e criticaria as

> atividades dos governantes e os princípios em que baseavam suas decisões.

Essa concepção, que teria grande influência na prática e pensamento sobre imprensa e jornalismo desenvolvidos em e para diferentes geografias – no caso do Brasil, as raízes eurocêntricas alcançariam, entre outros, Hipólito da Costa, que em 1808, a partir de Londres, conseguiu fazer circular (clandestinamente) o primeiro jornal livre de censura governamental na colônia, com ele difundido "as matrizes européias do ideário liberal, inclusive a emergente doutrina da liberdade de imprensa" (MARQUES DE MELO, 2007, p.21) –, seria fundamental para a constituição (primeiro nos EUA e Inglaterra, entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX) de uma "segurança jurídica [constituída como direito] [...] [que] permite a publicação de um jornal como atividade mercantil, livre da ameaça de sanções" (NEVEU, 2006, p.25). Ainda que consideremos a avaliação do sociólogo francês excessiva – entre a definição formal de direitos e deveres e a sua concretização efetiva pode, e muitas vezes existe, um considerável descompasso; no caso em foco, ameaças e sanções a jornais e jornalistas não cessaram com a inclusão da liberdade de imprensa em documentos legislativos –, reconhecemos a extrema importância dos processos que definem balizas para a formalização de direitos, uma vez que no mínimo, o que não é coisa pouca, "delimitam um ideal socialmente aceito e legitimam valores igualitários – em vez de denunciá-los como vazios, é possível tomá-los a sério e exigir que a ordem social os realize" (MIGUEL, 2012, p.103). Entretanto, a avaliação sobre a concretização (e extensão) de direitos (como o de liberdade de expressão ou de imprensa) está dependente do esclarecimento sobre os modelos normativos que orientam a sua construção. No Brasil, as diferentes avaliações sobre a existência de (atentados à) liberdade (de quem e para quê), bem como as dificuldades de debater sobre políticas de comunicação e regulação da mídia, advêm – pelo menos em parte – do antagonismo de modelos (e atores) acionados. Mais especificamente, é a operacionalização de alguns dos tradicionais postulados do liberalismo – tanto a sua acirrada defesa (corporificada, principalmente, pelos representantes dos maiores grupos empresariais de comunicação) como críticas (por parte, entre outros, de movimentos sociais) – que continuam a ter papel central nas disputas sobre as referidas problemáticas.

Em alguma unidade que julgamos poder apontar-lhe, o pensamento liberal desenvolveu-se por meio da crítica aos abusos de poder praticados por uma forma de governo absolutista que colocava grandes obstáculos à liberdade individual. Revitalizando e operacionalizando a tradição democrática ateniense, contribuiu de forma

preponderante para o desenvolvimento de uma modernidade vinculada à definição do indivíduo como tal, com direitos inalienáveis, a quem formalmente é reconhecida autonomia para construir o seu próprio percurso de vida. Nesse contexto, o Estado, por meio da separação dos poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo), teria, idealmente, a função de criar as condições políticas para a efetivação dessa autonomia, garantindo a existência e cumprimento de regras que assegurassem a ordem pública; seria, portanto,

> o fardo que os indivíduos têm de carregar para assegurar seus próprios fins; [...] deve[ndo] ser limitado em âmbito e ter suas práticas restritas para assegurar o máximo possível de liberdade para cada cidadão. O liberalismo tem estado e está preocupado com a criação e a defesa de um mundo no qual indivíduos "livres e iguais" possam florescer com um mínimo de barreiras políticas (HELD, 1994, p.242).

Criticando a desigual distribuição de recursos e poder, concentrado/s e disputado/s por um leque de atores bastante restrito, a teoria liberal – nela incluída a defesa de que a participação nos mercados não deveria estar sujeita aos ditames de uma elite absolutista – seria fundamental ao desenvolvimento dos modernos regimes democráticos. Entretanto, como apontado por Habermas (1983, p.147),

> juntamente com toda situação evolutivamente nova dos problemas, nascem novas formas de escassez: escassez de poder tornado possível por meios técnicos, de segurança construída em formas políticas, de valor produzido economicamente e de sentido produzido culturalmente. E, com isso, passam a primeiro plano novos carecimentos históricos.

Ainda que o projeto liberal não dê origem a formas de escassez inteiramente novas, contribui de forma determinante para novas relações com carecimentos históricos, portanto, para novas possibilidades das suas (re)produções. No caso, será por meio da separação entre economia e política – ou da "despolitização da economia" (SKINNER, 2017, p.214) –, constituídas como duas esferas distintas, que liberdade e autonomia ganham sentido específico: autonomia individual e liberdade de iniciativa privada, confluindo para a defesa de um mercado livre, serão estabelecidas por meio da justificação de que o Estado, tendo historicamente falhado na construção de condições de vida dignas para todos, deve ser cada vez menos interventivo, possibilitando a autodeterminação de cada indivíduo num mercado impessoal, ou seja, dirigido por uma suposta lei natural (de procura e oferta). Assim, por meio da diferenciação do que é econômico e do que é político, é constituída uma "diferenciação de atividades políticas em si, alocadas separadamente na esfera econômica privada e na esfera pública do Estado" (MIGUEL, 2012, p.107). Essa reorganização legitimará o casamento entre economia capitalista e ordenamento político democrático, constituindo (também por meio

de arranjos familiares em moldes patriarcais racializados[54]) a estrutura básica das sociedades ocidentais na modernidade (MIGUEL, 2012).

Apesar da definição, em termos formais, de que todos os cidadãos são livres e iguais em direitos, portanto, que a eles deve ser garantida a possibilidade de participar nas deliberações políticas que os afetarão, o referido modelo de governação ficará vulnerável à crítica de que, ao contribuir para a constituição de "um processo relativamente autônomo de operações de mercado, no qual nem todos os indivíduos têm acesso aos mesmos recursos" (THOMPSON, 1998, p.218), renova o problema a que pretenderia responder (modelo de governação que obedece a interesses particulares), não o solucionando definitivamente. O porquê é bem conhecido por meio de críticas marxistas mais ou menos ortodoxas, mas também por meio de autores/as e sujeitos (individuais ou coletivos) que, mesmo se não se identificando explicitamente com aquele corpo teórico – mais coerente seria agrupá-los/as mais à esquerda do que à direita, se considerada a tradicional divisão do espectro político –, concordam nos termos gerais da contradição básica:

> para eles, levar a igualdade e a liberdade a sério significa desafiar a noção de que estes valores podem ser concretizados por indivíduos deixados, na prática, por conta própria em uma economia de "mercado livre" e um Estado mínimo. A igualdade, liberdade e a justiça, [...] não podem ser atingidas em um mundo dominado pela posse privada da propriedade e pela economia capitalista [...]. Estes ideais, de acordo com eles, só podem ser concretizados por meio de lutas para assegurar que a sociedade, bem como o Estado, seja democratizada, ou seja, sujeita a procedimentos que assegurem o máximo de responsabilidade (HELD, 1994, p.242/243).

Mais: se, como defende o liberalismo, a igualdade política é um direito moral, para que seja concretizada (ou para que dela nos possamos aproximar mais), também o terá de ser "uma maior igualdade no tocante às condições dos recursos produtivos" (HELD, 1994, p.265).

[54] Com apoio nas obras de Beauvoir (1970), Collins (2000), Davis (2016) e Engels (2004), defendemos que arranjos familiares são moldados por processos sócio-históricos, não devendo, portanto, ser interpretados enquanto produções desenvolvidas na esfera pública ou privada, mas na intersecção entre ambas. Moldados, e moldando, relações de produção simbólico-materiais (inclusive ao nível da definição dos sujeitos e interações que, em determinada época e contexto, constituem a existência – também jurídica – de um núcleo familiar legítimo, ou seja, socialmente reconhecido como tal), categorias como classe, gênero, raça/etnia e sexualidade são neles, e por eles, (re)produzidas e negociadas, influenciando as relações humanas em nível micro, meso e macrossocial.

As críticas transcritas são, naturalmente, posteriores ao desenvolvimento histórico do liberalismo (e, depois, do neoliberalismo[55]). De qualquer modo, com o primeiro – que tenta resolver os problemas da governação autoritária por meio de uma teoria econômica – "democracia significa principalmente sufrágio universal e, portanto, um meio de expressão da livre vontade dos indivíduos singulares" (BOBBIO, 2000, p.84), ou seja, será consequência, não pressuposto, de governação. Esse mesmo construto – a defesa de que uma governação democrática está dependente da separação entre as esferas política e econômica – contribuirá de forma determinante para o desenvolvimento comercial do jornalismo, sem que isso mesmo signifique que será definido, nas suas práticas e funções, em termos puramente comerciais (e será a justificação deste último ponto que, ao ser socialmente legitimado, possibilitará a sua identificação com o desenvolvimento de sociedades democráticas).

4.1.1 JORNALISMO COMO QUARTO PODER, BASE DE SUSTENÇÃO DA LEGITIMIDADE DO CAMPO.

A defesa de um jornalismo livre de influências políticas, farol para a construção de uma sociedade democrática – contradição que se viria a refletir na defesa da objetividade como norma para o trabalho de jornalistas (profissionais) –, tem, como já argumentado, as suas raízes no projeto liberal. De acordo com Traquina (2000, p.3), o conceito de Quarto Poder, elaborado pela primeira vez em 1828 pelo inglês Thomas Macaulay, irá definir a imprensa como tendo um papel dual:

> primeiro, ser um guardião dos cidadãos, protegendo-os do abuso de poder por governantes [...] segundo, ser simultaneamente um veículo de informação para equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos, e uma voz dos cidadãos na expressão das suas preocupações, da sua ira, e, se preciso, da sua revolta.

A diferenciação do jornalismo, passo fundamental para a sua constituição como campo, será fortemente influenciada por essa distinção fundamental: tratar-se-ia de uma instituição de mediação entre aqueles que ocupam posições de maior poder para decidir

[55] Esclarecemos que não pretendemos identificar liberalismo e neoliberalismo, seja enquanto modelos de governação ou conjunto de postulados teórico-conceituais, como sucessórios (o segundo herdeiro direto do primeiro). Ainda que em nosso entender existam importantes influências, principalmente ao nível de temas como individualismo, autonomia e mercado, Dardot e Laval (2016, p.34) desenvolvem uma pertinente crítica sobre o assunto, frisando inclusive uma importante distinção: "o neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado (Adam Smith), aos direitos (John Locke) ou ao cálculo da utilidade (Jeremy Bentham), mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si".

os rumos da organização social (tradicionalmente, no discurso liberal-democrata, o Estado) e a restante sociedade – uma mediação exercida em nome do interesse, ou bem, comum. Essa defesa, que também é retoricamente construída com vista à sua própria legitimação (BROERSMA, PETERS, 2012), não estará imune a críticas, como aliás também não estarão os ideais de democracia (representativa e deliberativa) em que se sustenta. Afinal, o que entender por bem comum em sociedades constituídas por diferentes ordens de sentido e onde o conflito de interesses é a regra? Como garantir que essa função (e aqueles/as que a desempenham) não é corrompida por interesses particulares? Qual a representatividade construída, e a deliberação possível, quando a maioria da população – até devido à extensão do espaço socialmente compartilhado e complexidade das questões/acontecimentos a tratar (ALMEIDA, ALMEIDA, 2018) – não participa, pelo menos de forma direta e continuada, nas produções jornalísticas? Essas e outras questões acompanharão o desenvolvimento do jornalismo ocidental, apontando limites às idealizadas funções, não determinando o seu fim mas contribuindo para as suas renovações.

Com o título "Para que serve um jornal"[56], a primeira página publicada pelo *Correio Braziliense* (CB) em 19 setembro de 1999 ilustra bem a forte conexão (retórica, pelo menos) a uma tradição democrática:

> um jornal serve para servir [...]. Mas o que faz um jornal servir é algo além da mercadoria ou da imagem que projeta. [...] Um jornal não tem senhores, domínios, posses ou possessões. Um jornal serve quando não é escravo até do próprio sucesso. [...] Um jornal serve para publicar o que se fala, refletir o que se publica, aprofundar o que se opina sobre o publicado e ampliar todas as opiniões sobre o dito e o refletido. Um jornal serve para servir ao seu eixo principal de credibilidade: o leitor. [...] Um jornal serve para pensar. E ser pensado por gente livre. Um jornal não é administrado por máquinas servis. Um jornal serve quando desperta atitudes. Serve quando é veículo dos muitos meios, modos, culturas e linguagens componentes de uma sociedade [...]. Um jornal serve como serviço público, que é a definição mais básica de imprensa como instituição. [...] Serve também para o indivíduo que não adquiriu voz partidária, sindical ou até mesmo de classe tal a sua exclusão no convívio social (CORREIO BRAZILIENSE, 1999, *apud* VEJA, 2021).

Ilustra também a multiplicidade de formas com que o jornalismo, nas suas funções, é relacionado à democracia. No citado trecho, podemos encontrar afirmações que nos remetem para as funções de *watchdog, agenda setter e gatekeeper* (NORRIS,

[56] Originalmente redigido para ser publicado como editorial, o texto foi posto em circulação como forma de resposta às fortes críticas que o então governador (e candidato à reeleição) do Distrito Federal, Joaquim Roriz, dirigia ao jornal (mais especificamente, depois do gestor estadual ter incentivado a população a boicotar o impresso devido à publicação de denúncias de irregularidades na sua atividade política).

ODUGBEMI, 2010). Estas serão presença constante (mas não exclusiva), mesmo que por meio de outros termos, em muitas das classificações redigidas por autores/as que se debruçam sobre a temática (BLUMLER, GUREVITCH, 1995; CHRISTIANS ET AL., 2009; CURRAN, 2014). Entretanto, aponta Neto (2013) ao analisar o discurso de legitimação do jornalismo a partir de editoriais da *Folha de S. Paulo* e d'*O Estado de S. Paulo*, no Brasil essas relações têm sido construídas com forte apoio numa

> negativização do campo político [...]. Por vezes, é como se a democracia estivesse em disputa e, nesse caso, seu representante legítimo fosse o jornalismo, não a política. [...] Já o poder econômico não aparece como um poder que constrange o jornalismo e contra o qual a instituição precisa ser defendida (NETO, 2013, p.153/154).

A conclusões semelhantes chegam diversos investigadores/as que, analisando os tensionamentos nos debates sobre regulação da mídia, mapeiam um discurso quase único nos principais veículos de comunicação (também entre os seus proprietários e associações representativas): ao Estado e governantes políticos caberia uma única função legítima – garantir, ou permitir, a livre concorrência –; para além disso, é imediatamente acionado o alerta de censura política, servindo como escudo para impedir qualquer debate sobre a problemática (aí incluídas as relações de dependência com o Estado e governos na constituição e manutenção dos principais grupos empresariais); o único controle social reconhecido como democrático (portanto, legítimo) seria o controle remoto na mão de cada cidadão, que assim, a cada momento, teria a (genérica, mercadológica) liberdade de escolher entre os produtos/produtores que, num 'livre mercado de ideias' – construto assente na ideia de que a "competição entre um conjunto suficientemente diversificado de pontos de vista garantirá que a verdade derrote a falsidade no debate público" (GIRARD, 2015, p.291, *tradução nossa*) –, se adaptariam às necessidades e preferências dos públicos, dadas a conhecer pelos índices de audiências (BARROS, 2014; FERRAZ, 2014; MASSUDA, 2013; PIERANTI, 2009; REBOUÇAS, 2006). Essa posição, no entanto, é mais complexa do que inicialmente pode parecer: a defesa de que apenas o público teria legitimidade para condicionar (mesmo que muito indireta, individual e passivamente) as produções adapta-se às novas condições de produção, circulação e consumo possibilitadas pela utilização massiva das digitais ferramentas tecnológicas. Diante da maior facilidade de produção e acesso a novos veículos de comunicação (entre outros, redes sociais digitais, blogues, jornais etc.), bem como à propagação de

fenômenos como as notícias falsas, os limites (que sempre existiram[57]) de um suposto 'livre mercado de ideias' (e os discursos dos diferentes atores que dele poderiam fazer parte) passam a ser mais facilmente visíveis, objeto de redefinições/justificações que vão além do argumento mercadológico: a liberdade, na verdade, não caberia a qualquer um, mas àqueles que cumprem determinado conjunto de princípios que, construídos como legítimos, possibilitam a participação. Nesses momentos, até mesmo os atores historicamente identificados como perigosos focos de manipulação – Estado (os três Poderes) e governantes – são acionados para a defesa de tais limites. Assim foi em 2016 (não por acaso, período em que o impeachment de Dilma Rousseff era fortemente criticado por mídias digitais como o *Intercept Brasil*, *El País* e *BBC Brasil*), quando a ANJ ingressou no STF com uma ação – Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.613 – para tentar impedir que sites internacionais a operar no país assim continuassem. Antes, em 2009, a mesma associação, em nota conjunta[58] com a ABERT, já se tinha posicionado sobre o mesmo tema:

> Há dois princípios dos quais a sociedade brasileira não pode, em qualquer hipótese, abrir mão: primeiro, a liberdade de expressão [...]. Segundo, a preservação da produção do conteúdo nacional sob a orientação de brasileiros. [...] Na euforia que se instaurou com a efervescência da Internet, várias empresas estrangeiras simplesmente passaram a produzir conteúdo brasileiro, ignorando flagrantemente nossa Constituição. Está mais do que na hora da sociedade brasileira restabelecer a lei e desfazer o equívoco: a liberdade irrestrita no uso da infra-estrutura de redes da Internet e nos serviços de intercomunicação (redes sociais e outros) não pode ser confundida com desrespeito à lei no que se refere à produção e programação de conteúdo nacional. O jornalismo e a autonomia da opinião pública nacional merecem respeito!

Estas considerações (sobre os modos de legitimação do jornalismo) apontam para o que outros e outras investigadores/as já sublinharam: práticas e funções dependem sempre das articulações com o entorno social, seja ele considerado em um nível mais abrangente – por exemplo, as interdependências com instituições (da sociedade civil, partidos políticos, organismos judiciais etc.) e ordens de valores socialmente legítimas (significações sobre democracia, mercado, igualdade, justiça, esfera pública e privada etc.) (GEORGE, 2013) –, seja ele considerado em um nível mais restrito, relativo ao

[57] Como sublinhado por Jambeiro (2017, p.24), "o mundo não é um grande mercado de concorrência perfeita, totalmente pulverizado e com chances igualitárias. Pelo contrário, são frequentes e universais as situações que favorecem monopólios ou oligopólios, ou situações de desigualdade na competição, com claras barreiras à entrada de novos agentes econômicos num dado mercado".

[58] Disponível em <https://bit.ly/3g6tF8n>, acesso em 11 de agosto de 2021.

universo propriamente jornalístico – valores e estruturação organizativa da empresa (se empresa) em que é desenvolvido, características do veículo (televisivo, impresso etc.), das faixas populacionais (identidades, interesses etc.) a que se dirige, entre outros (REGINATO, 2016).

Uma das consequências disso seria a necessidade de falarmos em jornalismos – de referência ou popular, hegemônico ou alternativo, profissional ou amador, entre outros (classificações cotidianamente frequentes que mereceriam, noutro momento, um detalhamento que permitisse avaliar aquilo que os distingue e relaciona, se os distingue e relaciona) –, marcados por limitações de diversas ordens que caracterizam os espaços e tempos em que são desenvolvidos. Apesar disso, é também necessário reconhecer que 'jornalismo' é o termo nuclear em relação ao qual os adjetivos são dispostos. Será então de supor que é marcado por uma essência, mesmo que construída, que o qualifica como tal. Essa essência, concordamos com Carey (1987, p.5, *tradução nossa*), é a de uma ideia de público, "o princípio e o fim de tudo, o termo sem o qual todo o empreendimento deixa de fazer sentido". Mesmo que operacionalizada de diferentes (mas relacionadas) formas – interesse público, serviço público, interesse do público, utilidade pública etc. –, sem essa referência o(s) jornalismo(s) não poderia(m) constituir-se como atividade específica, diferenciada em relação a outros sectores (partidos políticos, sector publicitário, organizações não governamentais etc.) que produzem e fazem circular informações – certamente com o objetivo de alcançar um público alargado (considerado em termos variados, como seja 'eleitores', 'consumidores' ou 'cidadãos'), mas com o pressuposto mais ou menos declarado de que o fazem com base em interesses e valores particulares (da atividade/ organização a que pertencem). Ainda que diferentes tradições político-econômicas contribuam para o cultivo de culturas jornalísticas com especificidades (por exemplo, os EUA são identificados com um jornalismo mais informativo – imparcial – do que aquele que se desenvolve na França, mais interpretativo – opinativo), um mesmo ideal será definido como ponto de intersecção entre elas: o de responsabilidade social (PEREIRA, 2004).

No Brasil, ao investigar quais as funções a que diferentes atores (veículos, jornalistas e leitores/as) atribuem maior importância, Reginato (2016) conclui que as mesmas três – esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade; fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; informar – constituem o topo comum das hierarquias, avaliando então que "assim como o papel do jornalismo de promover a democracia é o

mais apontado pelos teóricos, [também] os três sujeitos mapeados dão destaque à contribuição que o jornalismo dá à democracia" (REGINATO, 2016, p.207). Ainda de acordo com a mesma pesquisa, enquanto veículos se referem ao jornalismo em sentido amplo, jornalistas referem-se normalmente ao papel que podem desempenhar como profissionais e, assim, "[...] praticamente apaga[m] o papel que os veículos cumprem no processo jornalístico: são poucos os jornalistas que citam as empresas jornalísticas e os veículos como importantes para o cumprimento do papel social" (REGINATO, 2016, p.166). Tanto quanto conseguimos perceber, a autora não se debruça sobre os motivos que ocasionam as diferentes focalizações – ora na instituição (pelos veículos), ora nos indivíduos (pelos jornalistas) –, no entanto, possibilita a hipótese de que a diferença é sustentada sobre um mesmo princípio: cada um em seus termos – os veículos não dependentes de jornalistas específicos, e jornalistas não dependentes dos veículos em que trabalham – seriam (ou buscariam ser) legitimados pela posição central que ocupariam em relação ao público e à democracia. Não significaria isso que jornalistas considerariam poder desempenhar as afirmadas funções de forma completamente autônoma, alheios/as ou evitando influências de diversas ordens (organizacionais e outras) que condicionam o seu trabalho – tampouco que veículos ponderariam poder exercer as funções que clamam sem contar com jornalistas (principalmente de qualidade reconhecida) nos seus quadros –, mas que, pelo menos discursivamente, a identidade de cada um (jornalistas e veículos), aquilo que os diferencia (enquanto sujeitos e enquanto veículos/instituições específicos/as) é construída, em primeiro lugar, em relação a uma idealidade (de democracia), referência que determina depois, eventualmente, a disputa pelas melhores posições no campo (veículos e jornalistas diferenciando-se entre si mediante os valores, práticas e produtos que, em relação aos concorrentes, os posicionariam mais perto do cumprimento das afirmadas funções, assim aumentando as suas hipóteses de merecerem a confiança e preferência dos públicos).

Construída discursivamente ao longo da modernidade (ZELIZER, 2013), a estreita relação entre jornalismo e democracia alcança tal grau de conexão que, apesar da "sua capacidade em refletir e representar os interesses do público ser há muito questionada" (STEEL, 2017, p.39, *tradução nossa*), não deixa de persistir, configurando-se, ainda na atualidade, como ponto nevrálgico em discussões "sobre o que o jornalismo deve ser, orientando as nossas compreensões e expectativas sobre ele" (DAHLGREN, 2009, p.41, *tradução nossa*). Numa posição em que não nos revemos, Carey (1996, s/p,

tradução nossa, grifos nossos), ao refletir sobre o ensino do jornalismo nos EUA, chegou a equipará-los:

> *jornalismo é outra palavra para democracia ou, melhor, não há jornalismo sem democracia*. As práticas do jornalismo não se auto-justificam; em vez disso, elas são justificadas em termos das consequências sociais que engendram, nomeadamente a constituição de uma ordem social democrática. Havia mídia na antiga União Soviética, tal como havia comunicação e até algo semelhante a um mercado de notícias. Simplesmente não havia jornalismo porque não havia democracia, a única que dá origem à prática social que é o jornalismo.

Esta posição é, em nosso entender, problemática por diversos motivos: em primeiro lugar, e levando em conta que horizontes normativos são, na sua gênese e operacionalizações, relativos a contextos específicos – não se devendo portanto assumir que podem ser transportados e aplicados de modo igual onde as condições sociais são resultado de desenvolvimentos históricos particulares –, seria necessário, perante afirmação tão peremptória (de que não haveria jornalismo sem democracia), especificar – se as compreendermos como "construções processuais-construtivas e, portanto, protorrealidades que nunca atingirão um estágio de acabamento terminal" (SILVA, 2010, p.7) – a que ideias (e concretizações) de democracia e jornalismo é feita a referência. Além disso, seria, na melhor das hipóteses, excessivo afirmar que jornalismo e jornalistas – ou práticas e sujeitos que hoje assim poderíamos classificar mediante a função de mediação com que anteriormente argumentamos estarem relacionados – não teriam existência em regimes autocráticos. Na melhor das hipóteses, excessivo porque pressuporia a desqualificação das práticas que muitos, com diferentes níveis de risco, inclusive de vida – em função da sua filiação ou não à ordem de valores desses regimes –, tenta(ra)m e exerce(ra)m. Ainda sobre esta questão é também importante frisar que se, como faz Carey, por 'jornalismo' compreendermos a prática (e corpo) social que resulta de uma profissionalização (calcada sobre a aprendizagem de valores e saberes específicos, éticos e técnicos, em locais específicos, primordialmente nas universidades), esse processo não é desenvolvido, necessariamente, apenas e sempre, com objetivos democratizantes: no Brasil, por exemplo, ainda que o primeiro curso universitário tenha sido criado em 1947, a sua proliferação, um pouco por todo o país, só terá começo na década de 60, em resposta às novas condições sociais:

> foi durante a ditadura, quando parte da mídia foi sistematicamente censurada, que se impuseram reformas para supostamente modernizar o jornalismo brasileiro, interrompendo, segundo os militares na época, o irresponsável populismo midiático pré-1964. O Decreto-Lei 972/1969 limitou, entre outros pontos, o exercício da profissão de jornalista aos

> portadores de diploma de curso superior de jornalismo. Esse decreto serviu para justificar violências contra a mídia de oposição, especialmente a imprensa alternativa. A maioria dos jornalistas não tinha diploma, ou seja, podia ser eventualmente proibida de exercer a profissão, se incomodasse o regime militar (PESCHANSKI, MORAES, 2013, p.55).

Não menos importante, e será este ponto que pretendemos desenvolver em maior detalhe na próxima secção, a posição adotada por Carey no texto supracitado desconsidera, em nossa opinião, o fato de que qualquer área de atividade – tal como os indivíduos que nela trabalham – ao ser constituída como relativamente autônoma em relação a outras – e outros – (o jornalismo em relação ao sistema de mídia e sistema político, por exemplo; jornalistas em relação a, entre outros, interesses econômicos externos e internos) nunca é, por isso mesmo, completamente livre de influências, e, portanto, a sua prática nunca poderá ser exclusivamente definida em referência a um horizonte normativo (democrático).

4.2 Jornalismo profissional e a autonomia relativa do/no campo.

De acordo com Bourdieu (1997), o campo jornalístico é um produto do século XIX, época em que alguns jornais, recorrendo à objetividade como valor caracterizador das suas produções noticiosas, procuram diferenciar-se de outros que seriam classificados como sensacionalistas. Poderíamos assim referirmo-nos à constituição do campo quando o jornalismo, naquele contexto, começa a ser desenvolvido num espaço de

> oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os "valores" ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas [...] portanto, na cifra de venda e no lucro em dinheiro, sendo a sanção do plebiscito, nesse caso, inseparavelmente um veredito do mercado (BOURDIEU, 1997, p.105).

Não será a diferença entre produtos de semelhante natureza (informação impressa) que permitirá qualificar a atividade como expressão de um campo (jornalístico), mas a existência de um princípio de organização próprio que, ao diferenciar a atividade de outras – ao conceber o seu desenvolvimento em termos da conquista de autonomia –, determinará as bases sobre as quais a produção precisa assentar para ser reconhecida (por quem a produz e por quem a consome) como legítima (o que pressupõe a institucionalização e objetivação de normas – valores e práticas – que delimitem as fronteiras – inclusões/exclusões – próprias do campo).

Nesse sentido, podemos apontar a existência de impressos que, já no início do século XVI (em alguns países europeus), eram explicitamente vinculados a diferentes projetos político-econômicos (CORREIA, 1998). No Brasil – longe de ser caso único –, tal filiação contribuiria para delimitar a esperança média de vida dos impressos, não só porque muitas vezes seria necessário escolher entre "duas opções: fazer o jogo dos poderosos e prosperar sobre a proteção dos governos autoritários ou se expor, quando independente, e tentar sobreviver a todos os perigos e ameaças" (MATTOS, 2012, p.105), mas também porque, muitos deles, ao refletirem "o interesse transitório de alguma autoridade, de algum intelectual, de algum grupo" (SODRÉ, 1999, p.105) seriam, por isso mesmo, caracterizados pela efemeridade [59]. Nesse contexto, os textos que mais regularmente alimentavam os jornais eram produzidos pelos seus proprietários e/ou idealizadores, havendo colaborações de outros que, por variados motivos, teriam interesse em pontualmente participar nas publicações – de todo o modo, uns e outros faziam-no sem referência a valores e/ou princípios (técnicos e/ou éticos) especificamente jornalísticos (ou o que viria a ser considerado como tal), ocupando, portanto, nos jornais e na sociedade, posições que não eram reflexo do pertencimento "a uma classe profissional, mas apenas a uma elite letrada e politizada que usava os jornais para fazer política ou "elevar os espíritos"" (SOUSA, 2009, p.2).

Entre meados do século XVIII e início do século XX, importantes transformações sociais – nomeadamente as primeira e segunda revoluções industriais (que impulsionam, entre outros, o crescimento exponencial da população urbana, a alfabetização de largas faixas populacionais e a ampliação/ diversificação de audiências) e as lutas em torno da governação político-econômica (que impulsionará a vinculação da imprensa às funções de Quarto Poder) – irão, primeiro nos EUA e em alguns países europeus, conduzir à alteração dos moldes em que a atividade é realizada. No Brasil, algumas dessas principais transformações iniciam-se, ou aprofundam-se, durante a segunda metade do século XX, quando o aumento da competição comercial – em articulação com as condicionantes inicialmente impostas pelo regime ditatorial (as quais, como já discutido, continuariam a ter efeitos sobre as relações e estruturação do sistema de mídia mesmo depois da abertura política) – contribuiu para a construção de uma

[59] No Brasil, as apontadas condições de sobrevivência verificar-se-iam, em relação com alguns dos elementos discutidos no capítulo 3, até às décadas de 50/60 do século XX, mas também depois – mesmo após a industrialização do setor, portanto em diversas condições (inclusive quando a organização profissional da atividade estava em desenvolvimento e na lei, desde o Estado Novo de Vargas, estavam previstos direitos trabalhistas, alguns específicos para jornalistas) –, até à redemocratização nos anos 80.

> nova visão de negócios em que a informação e a credibilidade se transformaram, pelo menos teoricamente, nas principais mercadorias dos jornais, implicando, por sua vez, na valorização do jornalismo informativo em detrimento do jornalismo opinativo (AZEVEDO, 2006, p.105).

Com vista à competição nesse mercado em transformação, não bastariam colaborações esporádicas de sujeitos que, com interesses, valores e estilo de escrita próprios, fizessem da atividade um modo de intervenção política na sociedade – produções que, aliás, poderiam não ser, por isso mesmo, possíveis (dependendo da organização do sistema político, acessíveis ou de especial interesse para parte considerável das audiências, pertencentes a diferentes grupos e classes sociais). Com foco na regularidade (tempos de produção e características dos produtos), era interesse das empresas contar com indivíduos que fizessem do jornalismo a sua principal atividade. Mais: que essa atividade fosse resultado de um saber especializado, socialmente legitimado, capaz de sustentar uma produção veloz e constante de forma não problemática (ou seja, sem que a todo o momento fosse necessário discutir qual seria, e por quê, a melhor decisão a tomar). Por outras palavras, o controle da produção por parte de proprietários e investidores (já não orientados, pelos menos exclusivamente, por causas políticas mas pela obtenção de lucro – o que não exclui, naturalmente, a relação com a esfera política) estaria dependente da padronização dos processos de aprendizagem que permitissem prescrever – prever e controlar, mesmo que não completamente – comportamentos e valores característicos para aqueles/as trabalhadores/as (formalmente, profissionais). Como colocado por Gollmitzer (2018, p.25, *tradução nossa*)

> depois de um longo período de trabalho não padronizado e autodirigido, jornalistas eram contratados/as e, portanto, financeiramente dependentes das editoras de imprensa que controlavam o processo jornalístico ao oferecer um salário em troca da força de trabalho. Isso sinaliza, no trabalho jornalístico, uma separação entre concepção e execução, entre possuir ou publicar e produzir.

A especialização e divisão do trabalho no jornalismo não obedeceu, no entanto, apenas aos interesses comerciais de proprietários. Se assim fosse, poderíamos, quanto muito, referirmo-nos a uma transferência da lógica de produção (do campo político para o econômico), e não à constituição de uma lógica distintiva, edificante de um campo específico, o jornalístico.

Como apontado por Schudson (2001), a objetividade, norma moral sobre a qual assentará a diferenciação de jornalistas profissionais, será não apenas suporte de uma hierarquia de controle – ao contribuir para a formalização de uma pedagogia que as

empresas aprendem a manusear com o objetivo de os/as disciplinar – mas apoio para a construção de uma solidariedade horizontal – ao possibilitar o desenvolvimento de uma certa união entre jornalistas que passam a congregar-se em torno de rituais e características identitárias comuns, ao contribuir para "a edificação de uma cultura e de uma ideologia próprias" (SOUSA, 2009, p.4) A percepção de que o jornalismo se vinculava à ideia de negócio contribui para constituição de uma barreira que separa jornalistas e proprietários, o que, no caso dos primeiros, e à semelhança do que acontecia entre outras categorias de trabalhadores/as, acaba por estimular a luta por proteção legal e sindical (SILVEIRINHA, CAMPONEZ, 2012). É, além disso, o desigual acúmulo de lucro (monetário mesmo, podendo também servir à influência/transação entre campos) entre (grandes) proprietários e trabalhadores, aliado à percepção de que tal poderia influenciar os fundamentos e propósitos das produções (em todo o caso, empresariais), que estimula a criação de uma 'deontologia da informação' (CAMPONEZ, 2009).

É, portanto, também sobre a distinção entre proprietários e jornalistas que, principalmente em regimes democráticos, assenta o processo de profissionalização da atividade, contribuindo para a legitimação social de ambos: por um lado, ao não estarem envolvidos/as nas decisões de negócios da empresa, ao não serem responsáveis por ações voltadas para a sustentabilidade da organização, jornalistas poderiam exercer o seu trabalho de forma relativamente autônoma, obedecendo, se não unicamente, sobretudo, a valores profissionais (DEUZE, WITSCHGE, 2017); por outro, a mencionada autonomia não seria, principalmente perante o público, apresentada como o resultado de uma conquista dos/as trabalhadores/as, mas de um acordo a que os proprietários acederiam por reconhecerem no trabalho dos/as seus/suas profissionais uma motivação ética – a que procurariam dar apoio –, irredutível a interesses econômicos e/ou políticos particulares.

Nesse contexto, a notícia – definida como relato que espelha a realidade sem intervenção valorativa daqueles que a redigem – será instituída como o mais nobre produto jornalístico e o jornalista relegado para o papel de mero relator da realidade, ela sim determinando como as notícias são ou devem ser. A objetividade será valor fundamental na legitimação do jornalismo que, desenvolvido em contexto empresarial com vista, também, à obtenção de lucro, estaria, por meio de seus/suas profissionais, ao serviço do público. Esse processo definirá o modelo de profissionalismo que, a partir dos EUA e Inglaterra, se firmará como norma de referência no ocidente (NEVEU, 2006). Com ele, 'o' jornalismo e 'o' jornalista são alvo de uma padronização com vista à

despersonalização (BROERSMA, PETERS, 2012): por meio de regras profissionais, características e interesses particulares poderiam ser neutralizados, dando espaço a produções factuais. Eventuais (re)produções malsucedidas – a publicação de informações falsas – não seriam fruto de uma intencionalidade ideologicamente manipulativa de empresas ou jornalistas, mas o resultado de erros no seguimento dos protocolos, os quais deveriam ser rapidamente identificados e corrigidos para que a imparcialidade não fosse posta em causa e a eles o público continuasse a confiar as mesmas funções (divulgação de informações verdadeiras e relevantes, meio de participação nas discussões públicas etc.). 'O' jornalista seria então normativamente definido em função daquilo que produz (a notícia) e como produz (de forma rápida e objetiva), sendo secundarizadas, pelo menos nos discursos públicos que o legitimam, questões relativas às condições em que produz e em que é, ele mesmo, produzido (não apenas enquanto profissional, mas enquanto sujeito que, ao habitar um espaço social complexo, onde desempenha diversos papéis, a todo o momento precisa negociar as diversas identidades/identificações por que se constitui e é constituído).

Não tratamos, neste primeiro momento, de criticar o modelo descrito – apontar os limites e contradições estruturais que colocam obstáculos à concretização das funções que com ele são propostas –, mas sublinhar a alteração do princípio de legitimação por meio dele construído, ou seja, a instituição de um campo que tem a "sua própria lei, [o que] significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos" (BOURDIEU, 1997, p.55).

4.2.1 DIFERENCIAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E AUTONOMIZAÇÃO: A LEGITIMIDADE EM DISPUTA.

Estrutura de propriedade, modos de financiamento, compradores de espaço publicitário, ligações a grupos político-ideológicos: estes e outros elementos (também o público como comunidade de comunicação a quem, em última instância, compete legitimar o significado da intepretação da realidade a ser considerada) têm, certamente, peso importante sobre as produções jornalísticas, contudo não as determinam completamente. Existindo como campo quando consegue alcançar uma autonomia relativa – 'relativa' porque, existindo, não é absoluta, sendo o seu grau diferenciado entre agentes individuais e coletivos (jornalistas, proprietários, veículos, sindicatos e organizações profissionais etc.) que o compõem (diferenciação interna); 'relativa' porque

condiciona e é condicionada por outros campos e pelo espaço social abrangente (diferenciação externa) –, é importante sublinhar que "lutas externas – econômicas, políticas etc. – pesam na relação de forças internas. Mas as influências externas são sempre mediadas pela estrutura particular do campo" (THIRY-CHERQUES, 2006, p.41). Disso mesmo depende a sua constituição.

Se exclusivamente definido – e/ou assim percebido – por outras lógicas que não aquela que o diferencia e legítima – o compromisso com a verdade na construção e publicação de informações relevantes para o(s) público(s) –, o jornalismo poderia, quanto muito, tornar-se em algo muito diferente daquilo com que o aprendemos a identificar (e, portanto, o termo 'jornalismo' seria referente a algo que agora não o é): "um campo do dever, da obrigação moral (ética) e, em decorrência, um campo dotado de claros compromissos éticos e uma deontologia própria (decoro profissional circunstanciado ao código de ética de uma categoria)" (SILVA, 2010, p.9/10)[60]. Não significa isso, naturalmente, que todos/as os/as envolvidos/as na (re)produção do campo – e, nele, nas produções jornalísticas –, ao serem orientados por um princípio comum, o fazem de forma completamente harmoniosa. Pelo contrário: o conceito de campo serve precisamente para qualificar a existência das fronteiras, mais ou menos fixas e permeáveis (nunca imutáveis, porque sempre construídas), que determinam os limites socialmente aceitáveis nas lutas pelas melhores posições. Dito de outro modo: a filiação à Teoria de Campos direciona-nos para a percepção de que os sujeitos neles envolvidos participam em disputas com o intuito de produzir a visão dominante/legítima daquilo que o campo (no caso, o jornalismo) é ou deve ser (como, porquê, por quem etc. deve ser exercido/produzido). As melhores posições são assim definidas ao serem compostas por uma autoridade[61]

[60] Face aos atuais debates sobre notícias falsas e, mais concretamente, em função das críticas (muitas vezes ataques) a produções jornalísticas por parte de sectores conservadores – referimo-nos, por exemplo, às ações do Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que no primeiro semestre de 2020 fez, em média, dez ataques por semana (descredibilizando e, menos vezes, incitando à violência) ao jornalismo que publicou matérias do seu desagrado (FENAJ, 2020); segundo levantamento da ONG Repórteres Sem Fronteiras, no segundo semestre daquele ano foram contabilizados 50, quase metade dos registrado (87) nos primeiros seis meses de 2021 (CARTA CAPITAL, 2021) –, reconhecemos que a citada avaliação pode ser considerada excessiva. Assumimo-la por considerar que é esse horizonte normativo que, apesar de todas as transformações na atualidade – e apesar de uma eventual crise de credibilidade no jornalismo (nessa questão, será importante refletir se e como a referida crise afeta o/s jornalismo/s – ou seja, analisar se a hipotética crise é referente ao campo ou às componentes ortodoxas do mesmo, que assim poderiam estar em risco de o deixar de ser) –, ainda legítima o trabalho de jornalistas, muitas vezes incorporado como missão profissional.

[61] Apoiados em Carlson (2017), por autoridade referimo-nos à capacidade de determinado sujeito – inserido em (e contribuindo para) assimétricas relações de poder, materializadas através de performances discursivas (portanto, abertas, em maior ou menor grau, à contestação, inclusive dos seus modos de legitimação) e marcadas, entre outros, pelo controle sobre conhecimentos particulares – se fazer ouvir e, assim, aumentar as suas chances de atuar na interpretação/ construção (reprodução e/ou transformação) de realidades.

socialmente legitimada que as coloca como principal unidade de medida em relação às quais todas as outras práticas e significações serão avaliadas; no entanto, essa mesma autoridade, para existir como tal, está dependente do reconhecimento de outras lógicas internas (moldadas também por influências externas) que lhe são concorrentes, em relação às quais se diferencia – diferença que precisa ser produzida, em torno da qual é necessário desenvolver esforços (mais exigentes em momentos de crise) de (in)justificação e (i)legitimidade de si (e das outras). Por esse motivo, não será raro que diferentes agentes (veículos, jornalistas etc.) adotem posturas bastante duras em relação a outros (veículos e jornalistas) com quem compartilham o campo, chegando mesmo a "respeito deles [produzir] estereótipos, insultos [...]. Muitas vezes essas representações são estratégias de luta que comprovam a relação de força e visam a transformá-la ou a conservá-la" (BOURDIEU, 1997, p.70).

Refletindo sobre os efeitos de dominação que a definição do uso legítimo da língua – a apelidada norma culta (um dos possíveis traços distintivos de diferentes grupos e classes sociais) – pode alimentar (ao des/legitimar discursos e sujeitos – principalmente em ambientes como sejam o de discussões políticas ou acadêmicas em espaços formais – por a ele não obedecerem), o sociólogo francês afirma que

> de fato, é paradoxal definir a língua dominada em relação à língua dominante, que só se define ela mesma por referência à língua dominada. Efectivamente não há outra definição de língua legítima, senão que ela é uma recusa da língua dominada [...] a gíria é produto de uma busca de distinção, porém [...] condenada [...] a produzir efeitos paradoxais, que não podem ser compreendidos quando se quer encerrá-los na alternativa da resistência ou submissão (BOURDIEU, 2004, p.186).

É esse paradoxo – a definição de uma unidade de medida que se pretende universal, mas que para tanto está dependente do reconhecimento de outras em relação às quais se constitui – que, caracterizando todo o processo de diferenciação, possibilita a constituição do campo e, nele, a definição do espaço de lutas a serem desenvolvidas. Trata-se, então, de uma competição pela conquista legítima de autoridade – ser considerado 'jornalismo/jornalista (de qualidade)' em função do que/como produz – e, simultaneamente, pela construção da legitimidade que a autoriza – a própria significação do que seja 'jornalismo/jornalista (de qualidade)'; trata-se, por outras palavras, de uma competição por definições, as quais se traduzem em ganhos (e perdas) simbólico-materiais. Aquele que é reconhecido como jornalismo/jornalista – e, mais, de qualidade – tem, à partida, maior índice de autonomia para atuar no campo, quanto mais não seja

porque, ao assim ser reconhecido quando consegue acumular um volume considerável de capitais valorizados no campo (sejam eles simbólicos e/ou materiais – por exemplo, a sustentabilidade financeira para, de forma independente, investir em investigações de manifesto interesse público, em produções confiáveis e de elevado impacto na sociedade), torna-se deles representante, passando a orientar as suas ações pela manutenção (ou aumento) daquilo que já conseguiu alcançar, não pela tentativa da sua conquista.

As 'melhores posições' devem, portanto, ser compreendidas como o resultado das próprias disputas – ou seja, processo sócio-histórico no qual indivíduos estão envolvidos, nunca podendo, por isso mesmo, ser definidos como seu início ou fim –, disputas que, em cada contexto, podem e provavelmente adquirem novos contornos e direções em função da autoridade já legitimada em referência à qual se desenvolvem. Por esse prisma, o campo será constituído por embates entre dominantes e dominados (classificações que apenas representam os extremos opostos de um *continuum*), desse modo posicionados em função das relações possíveis e prováveis que estabelecem com normas e agentes (i)legitimas/os, em função do volume de capitais a que conseguem aceder: "ao pólo dominante correspondem as práticas de uma ortodoxia que pretende conservar intacto o capital social acumulado; ao pólo dominado, as práticas heterodoxas que tendem a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo" (ORTIZ, 1983, p.23).

Nesse sentido caminha o estudo de Oliveira (2017): nele, a autora aponta que representantes de diferentes grupos – Folha de S.Paulo, ANJ e Jornalistas Livres –, ocupando diferentes posições no campo jornalístico – os primeiros identificados com um jornalismo empresarial, da chamada grande imprensa, o último com um jornalismo independente e/ou alternativo (em relação aos primeiros) –, procuram legitimar a sua prática e identidade, e assim justificar a sua inclusão e disputa por melhores posições, por meio da autoidentificação com a classificação de 'jornalismo profissional', a qual estaria, no entanto, relacionada a premissas distintas (no caso dos primeiros, vinculada a noções de objetividade e isenção, no dos segundos, à crítica daquelas mesmas noções porque serviriam para camuflar os verdadeiros interesses – políticos e econômicos – por detrás das estruturas organizativas que as orientariam).

Se o jornalismo com que o Jornalistas Livres é comumente identificado é por vezes apelidado (de forma depreciativa) pelos seus concorrentes (no caso, Folha de S.Paulo e ANJ) de jornalismo 'militante', essa nomeação parece ser, de acordo com a citada investigação, recusada pela representante daquele coletivo, "expressando a

percepção de que esse vocábulo pode se associar a um movimento de desqualificação – uma concepção de jornalismo "menor" em contraponto à mídia tradicional" (OLIVEIRA, 2017, p.108). A recusa é, nesse caso, acompanhada da disputada pela significação de profissionalismo e independência: "mudam as posições institucionais, muda a estrutura semântica do discurso de legitimação – ainda que se mantenham expressões idênticas" (NETO, 2013, p.158). Em nosso entender, tal (a afirmação e rejeição do termo 'militante) poderá acontecer, pelo menos em parte, porque as disputas são já desenvolvidas dentro do campo, moldadas pela estruturação que o caracteriza e as antecede. Ou seja, o próprio direito de entrada no campo depende do "reconhecimento dos seus valores fundamentais, [do] conhecimento das regras do jogo, isto é, da [sua] história [...] e [da] posse do capital específico" (THIRY-CHERQUES, 2006, p.40). Dessa forma, até os mais diametralmente opostos adversários compartilham alguns pressupostos comuns, que são os alicerces do próprio campo. Como colocado por Bourdieu (2011, p.197/198),

> pertencer ao campo assenta-se em uma crença que ultrapassa as oposições constitutivas das lutas que nele se travam. Para estar em desacordo sobre uma fórmula [...] é preciso estar de acordo sobre o terreno de desacordo. [...] É preciso preliminarmente um acordo sobre o que torna possível o desacordo [...].

Um acordo fundamental entre os constituintes de qualquer campo[62] é o de que ele, por diversos e por vezes conflitantes motivos, importa. Os agentes "têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma 'cumplicidade objetiva' para além das lutas que os opõem" (CATANI, 2011, p.192). No caso do jornalismo, esse compromisso está relacionado à percepção de que ocupa posição central nas lutas pela definição da realidade, o que justifica as lutas pelas definições das suas fronteiras. Em termos ainda gerais, o acordo entre concorrentes funda-se – como já argumentado – no comprometimento com o(s) público(s), com a produção de informação confiável, independente de interesses particulares. O desacordo é relativo a como isso poderá ser conseguido, sobre os significados de 'independência' e 'interesses particulares', como os dois termos, supostos opostos, se relacionam e/ou devem ser relacionados. A vinculação a um discurso não-objetivo (militante ou parcial) está longe do consenso, longe da conquista de uma posição dominante, devido, julgamos, entre outros motivos, aos obstáculos que enfrenta na acumulação de capitais e, assim, de legitimidade generalizada. No entanto, e mais importante para a nossa investigação, importa notar que a legitimação

[62] Não devemos esquecer que também a produção científica sobre jornalismo – atividade (referente a um campo específico, com lógicas, disputas e autonomias próprias) a que nos dedicamos – está envolvida na produção/manutenção/disputa do campo jornalístico.

por meio de um discurso objetivista também enfrenta hoje, por comparação ao século que viu nascer o campo (e isso também devido às análises científicas produzidas desde então), obstáculos consideravelmente maiores.

4.2.2 APRENDER A JOGAR O JOGO: PROFISSIONALIZAÇÃO E AUTONOMIA NO JORNALISMO (EMPRESARIAL).

Segundo Mellado (2009), é de J. Laurence Day a autoria de um dos primeiros trabalhos (publicado nos EUA) a tentar definir o perfil dos jornalistas latino-americanos (amostra composta por 87 homens e 7 mulheres). Com foco na Argentina, Bolívia e México, a pesquisa do autor é baseada na comparação entre dois índices: apresentadas diversas variáveis aos sujeitos que integravam o estudo, foi-lhes pedido, num primeiro momento, que selecionassem aquelas que melhor descrevessem o trabalho que considerassem 'ideal'; depois, que avaliassem o seu trabalho em função dessa idealidade que eles mesmo teriam construído (com base, é importante frisar, nas variáveis previamente apresentadas pelo investigador). Day apontará depois que, no geral, era assumido que sujeitos profissionalmente orientados

> deveriam desejar um trabalho que dê uso aos seus conhecimentos e competências profissionais, que contribua como serviço essencial [...] que permita a liberdade de expressão [...] por outro lado, devem dar menos ênfase aos aspectos monetários, de segurança, de prestígio e de relações humanas do trabalho (DAY, 1968, p.515, *tradução nossa*).

Ainda que detendo atenção sobre as realidades socioeconômicas que caracterizariam aquelas sociedades, as conclusões tecidas pelo autor devem, em nosso entender, ser interpretadas à luz do modelo hegemônico de jornalismo anglo-americano – profissional, objetivista e empresarial –, então já interpretado e exportado, normativamente, como o ideal[63]. Por essa perspectiva podemos melhor compreender a

[63] Apontar a existência de um modelo hegemônico não deve pressupor que a sua significação e concretização é igual em todos os contextos (nacionais e locais) em que encontra condições de entrada. Disso nos dá conta a investigação de Hallin e Mancini (2010): com ela, os autores defendem a classificação de três modelos de sistema de mídia (noticiosa) na Europa ocidental e EUA. Em compêndio posterior (HALLIN, MANCINI, 2012), podemos encontrar reflexões provenientes de (e relativas a) várias regiões do globo que, a favor e contra os modelos primeiramente propostos pelos autores citados, sublinham a importância das especificidades dos contextos locais na definição de jornalismos e jornalistas. Com base nestes, salientamos que a influência do ocidente – e, neste, da americanização – não deve ser tomada como sinônimo de uma história universal. Aliás, se levarmos em conta obras como as de Sodré (1999) ou Schudson (2010), constataremos que a história de cada país é constituída por modelos e formas conflitantes de jornalismo. Também Neveu (2006), detendo atenção na caracterização do modelo anglo-americano a que nos referimos, não deixa de frisar que naqueles países existiram (e existirão, arriscamos) choques internos entre jornalismos e, portanto, "ocultar meio século em que um jornalismo engajado teve um papel central equivale a reescrever a história do ponto de vista dos vencedores" (NEVEU, 2006, p. 32).

posição de Day que, levando em conta as características dos trabalhos procurados e ocupados por jornalistas latino-americanos, defende que muito dificilmente aqueles poderiam ser classificados como profissionais. Pesando, no entanto, todos os elementos, o autor considera que 'em terra de cegos, que tem olho é rei' e, assim, a esperança seria que "o jornalista latino-americano e outros que tenham pelo menos um olho bom sejam capazes de conduzir a restante região até um momento em que todos possam ver" (DAY, 1968, p.515, *tradução nossa*)[64]. Julgamos que perspectivas como essa – em que ganhos materiais como renda e segurança não sejam enquadrados como importantes elementos qualificadores da prática e sujeito profissional; em que àquele profissional (identificado com uma função próxima à de missionário) seja delegada a capacidade de guiar a população que nada ou muito pouco vê – só muito dificilmente poderão ser mantidas na atualidade.

Se a conquista de legitimidade daquele modelo foi, também, conseguida ao afirmar-se como resposta apropriada às críticas que reconheciam e criticavam os poderes (manipulativos) de produtores e produções[65] – resposta essa formalizada cientificamente por meio de uma epistemologia (positivista: a realidade definida como entidade universal, independente da atuação humana, a que seria possível aceder de forma direta, sem interferências culturais ou ideológicas, desde que respeitando o método apropriado) e teoria (do Espelho: a não ou fraca distinção entre notícia e realidade, uma vez que a primeira poderia "transmitir uma tradução imparcial, transparente, neutral, de uma realidade externa" (HACKETT, 2016, p.152)) –, terá também, durante e depois, de enfrentar as críticas às insuficiências da resposta dada, denunciada como uma das mais perniciosas e ilegítimas estratégias de dominação ao tentar posicionar-se em um não-lugar (assim almejando ocupar o lugar de universalidade), ao tentar negar a manipulação de que todo o processo de produção está dependente (sendo, portanto, a negação um dos elementos centrais e característicos daquela produção manipulada/manipulativa). Isso mesmo reflete a crítica marxista elaborada por Marcondes Filho (1989, p.33, *grifos do autor*):

---

[64] O autor tece a citada avaliação depois de considerar que a América Latina, face a índices políticos e econômicos (literacia e educação em geral, renda *per* capita, habitação, transporte e comunicação), era, naquela época, uma região subdesenvolvida, com a sua "população a tatear em direção à modernização" (DAY, 1968, p.515, *tradução nossa*).

[65] Exemplo dessas críticas é a posição assumida, há sensivelmente um século, por Lippman (1920 *apud* PARK, 2008, p.82): "a forma mais destrutiva da inverdade é a sofística e a propaganda por aqueles cuja profissão é de relatar a notícia. […] Quando aqueles que as controlam se apropriam do direito de determinar através de suas próprias consciências o que deve ser relatado e para que fim, a democracia não funciona".

> a informação veiculada publicamente e assim explorada encerra em si – em decorrência mesmo do seu tratamento jornalístico – uma inseparável função manipulativa [...] A manipulação é parte integrada, *necessária*, da transmissão jornalística [...] a possibilidade efetiva de um jornalismo não-manipulativo, uma vez rompidas as determinações mercadológicas da produção de notícias, é totalmente utópica. Os jornais nos países socialistas não são, por isso, menos manipuladores. O que muda, nesse caso, é o tipo de manipulação.

Um conjunto variado de estudos científicos, coletivamente organizado sob o epíteto de teorias do *newsmaking*, representou movimento importante (que hoje continua) na crítica àquele jornalismo. Procurando compreender o porquê de as notícias serem como são, focando atenção, regra geral, no cotidiano do trabalho desenvolvido por jornalistas (por perspectivas mais ou menos abrangentes, micro, meso e/ou macrossociológicas), as análises dirigiam-se, normalmente, às condicionantes que a norma profissional impunha (e/ou em que era desenvolvida). Nesse sentido, as reflexões de White (2016), nos anos 50 do século passado, foram importantes ao apontar que as decisões sobre o que e como produzir/publicar era, em contexto empresarial, condicionado pela estrutura hierárquica das organizações: sujeitos (jornalistas e outros) posicionados em diferentes cargos teriam diferentes níveis de autoridade/competência para definir as notícias que poderiam (possivelmente com a recomendação de alterações) seguir para o próximo nível de decisão, até finalmente serem (ou não) aprovadas para publicação. Ainda que focada nos indivíduos, ignorando fatores macrossociológicos que os condicionavam – bem como à estrutural organizacional – (VIZEU, 2002), a teoria do *gatekeeper* foi importante ao salientar que as notícias resultavam, essencialmente, de escolhas, assim contribuindo para a fundamentação de pesquisas voltadas para as causas que as determinavam (CORREIA, 2011). Publicado cinco anos depois, no estudo de Breed (2016) já é possível identificar a defesa explícita de que a notícia deve ser compreendida como produto que resulta da negociação entre socialização profissional e características organizacionais da empresa em que é elaborada. Nomeada de teoria organizacional, seria definida, em termos gerais, pela defesa de que

> a natureza dos media, enquanto organização formal, enquanto rotinas de trabalho nas salas de redacção, enquanto padrões de mobilidade profissional para um grupo de profissionais, enquanto instituições de criação de lucros, está inextrível e reflexivamente ligada ao conteúdo das notícias publicadas (MOLOTCH; LESTER, 2016, p.68).

Não menos importante, Breed (2016) também já apontava os efeitos contraditórios que o processo de profissionalização representava para a autonomia de jornalistas: se, por um lado, as normas éticas que fundamentavam a sua constituição enquanto grupo

particular, distinto de proprietários ou outros agentes, contribuía para a formação de um espaço de liberdade relativa para contornar a rigidez de políticas editoriais e resistirem às pressões provenientes de interesses comerciais e/ou políticos particulares – uma liberdade limitada (que pressupõe riscos e coragem pessoal, sustentada por uma rede de apoio coletivo) mas real, definida em primeiro lugar pela possibilidade de recusa em desenvolver trabalhos que firam os parâmetros deontológicos da profissão e/ou a consciência ética dos indivíduos, de recusa em abandonar processos de interesse público (CORNU, 1999) –, por outro, ao ser resultado de uma construção que os/as aloca fora dos espaços de decisões (financeiras, organizativas etc.) da empresa em que existem enquanto profissionais assalariados/as – como colocado por Picard (2010, *tradução nossa*), "jornalistas profissionais foram ensinados/as e aceitaram a ideia de que deveriam preocupar-se com o jornalismo e deixar o negócio por conta própria" –, alimenta a instituição de uma autoridade hierárquica legitimada que, por diferentes caminhos – seja devido aos sentimentos de obrigação e estima para com superiores (em cargos propriamente jornalísticos ou de gestão), ao risco de sofrerem sanções (só no extremo, a demissão) ou ao desejo de subirem na hierarquia –, contribui para o controle dos possíveis atos de desvio. A ausência de grupos de lealdade em conflito (dentro e/ou fora das redações), o prazer pela atividade (principalmente quando as relações interpessoais na redação/profissão são marcadas pela solidariedade e companheirismo), os ganhos simbólicos (entre outros, a percepção de que participam na construção da realidade, denunciando injustiças sociais, ou o acesso a acontecimentos e pessoas diversas/interessantes) e a definição da notícia como bússola orientadora da prática profissional, que, devido à velocidade de produção que cobra, contribui para a diminuição do tempo e/ou disposição para atividades/ reflexões contestatárias, são outros dos elementos que segundo Breed (2016, p.221-224) contribuíam (julgamos que na atualidade ainda o fazem) para o conformismo de jornalistas em relação à política editorial do veículo/empresa em que trabalham. O autor, no entanto, aponta também que, para além da já referida ética profissional (1), ao menos outros dois elementos contribuem para a não completa conformidade a forças hierárquicas superiores:

> (2) o facto de os subordinados (repórteres, etc.) tenderem a ter atitudes mais «liberais» (e, consequentemente, percepções) do que o *publisher* e podereminvocar as normas para justificar escritos contra a política; e (3) o tabu ético impedindo o *publisher* de obrigar subordinados a seguirem a sua orientação (BREED, 2016, p.213).

Entre os muitos estudos que denunciam as limitações da defesa de um jornalismo objetivista – e que nos podem ajudar a refletir sobre as condicionantes que orientam o desenvolvimento do *habitus* e trabalho jornalístico –, julgamos também importante referir as contribuições da apelidada teoria estruturalista (HALL et al, 2016), por meio da qual é avaliada a tendência de jornalistas – pautados/as por rotinas de produção que tendem à reprodução dos interesses das organizações de propriedade capitalista em que estão integrados/as – reproduzirem as ideologias dominantes no tecido social e fabricarem um consenso social falseado. Também através dela, as regras profissionais contribuiriam mais para a perda do que para o ganho de autonomia. Face, uma vez mais, à exigência de produção rápida e constante de informação, e fundamentados/as por noções de equilíbrio e isenção, jornalistas incorporariam de forma natural –por meio da socialização profissional – o recurso constante e preferencial a fontes institucionais e/ou representantes de grupos específicos, uma vez que estariam melhor preparadas (elas mesmo profissionalizadas na preparação de informação a – não – publicar por meio de jornalistas) – também mais facilmente localizáveis, devido às posições que ocupam na sociedade – para manter o "fluxo rotineiro de informação verídica, credível e autorizada de que as organizações noticiosas necessitam" (SOUSA, 2002, p.14). As empresas jornalísticas tenderiam então a

> fiel e imparcialmente [...] reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Isto é o que Becker chamou «a hierarquia da credibilidade» - a probabilidade daqueles que em posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade, e que dão opiniões sobre os tópicos controversos, de terem as suas definições aceites, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada em assuntos particulares do que a maioria da população (HALL et al., 2016, p. 316).

Também de acordo com Tuchmann (2016), regras profissionais – apresentar as versões em disputa na significação dos acontecimentos, a procura de provas que não permitissem (ou reduzissem ao máximo) questionar a veracidade do acontecimento narrado, citações exatas das fontes e estruturação da informação no esquema da pirâmide invertida – terão, historicamente, sido bem acolhidas por jornalistas porque lhes possibilitariam defender-se das pressões – por exemplo, a escassez de tempo para analisar de forma aprofundada todos os assuntos com que diariamente têm de lidar, a possibilidade de críticas (e até processos judiciais) por parte de fontes ou públicos e as repreensões/sanções de superiores hierárquicos – a que diariamente estariam expostos.

Certamente, críticas à base objetivista em que assenta o jornalismo profissional anglo-americano são hoje – elaboradas por diferentes atores (públicos, jornalistas etc.) e em diferentes espaços, não apenas no âmbito científico – mais facilmente reconhecidas. Autores/as como os/as anterior e brevemente citados/as já discutiram em maior profundidade a operacionalidade dessa ferramenta discursiva que, não raras vezes, é manuseada com o intuito de legitimar discursos pretensamente universais, assim tornados (ou desejados) imunes a críticas. Também nós já abordamos essa impossibilidade no segundo capítulo. Jornalistas, como quaisquer outros sujeitos, estão impossibilitados/as de (re)produzir informações verdadeiras – no sentido positivista do termo –, seja essa veracidade apontada como uma propriedade do mundo, dos produtores (e dos métodos que aplicam) e/ou das produções. Julgamos, no entanto, necessário frisar que normas são idealizações, não descrições daquilo que é realizado (NERONE, 2013), e, também por isso, defendemos que a avaliação das suas operacionalizações não deve ser realizada por meio de um prisma essencialista. Por outras palavras: ainda que defendamos que a objetividade jornalística, base fundamental de um profissionalismo específico, deve ser alvo de críticas, argumentamos que as mesmas devem ser realizadas por meio da atenção ao caráter contingente do seu uso e significado (não universais), evitando posições que defendam a sua supressão ou continuação de modo acrítico. Juntamo-nos, assim, a Josephi (2013a, p.443/445, *tradução nossa*), quando defende que

> jornalistas que trabalham em sistemas onde precisam de recursos ideológicos para apoiar o seu criticismo à concentração de poder e abuso de autoridade, as normas do jornalismo ocidental podem ser inspiradoras [...] Jornalistas precisam desses valores como ferramentas na sua busca por graus de independência, principalmente naqueles países em que isso não é garantido pelo estado ou por forças corporativas.

Criticar o recurso à ferramenta objetivista (e regras profissionais para que contribui) em casos em que a(s) mesma(s), de forma acrítica ou deliberada, é utilizada em contextos onde estruturas específicas garantem condições mínimos de autonomia (condições materiais e simbólicas), será substancialmente diferente da crítica direcionada para contextos onde jornalistas, para exercer o seu trabalho, precisam em primeiro lugar de desenvolver estratégias de sobrevivência. Pesquisas como as desenvolvidas por Harrison e Pukallus (2018), Reyes (2017) ou Walulya e Nassanga (2020) – todas elas denunciando níveis elevados de violência, por vezes letal, a que jornalistas estão expostos/as (mais ainda quando a ela está conectada a impunidade dos perpetradores) – chamam-nos atenção para isso: a necessidade de, ao nos propormos a avaliar o trabalho

de jornalistas e a operacionalidade de normas profissionais por que se guiam, tomar também em atenção as condições sociais que contribuem para as suas concretizações (e até para a variação das suas significações). Também procuramos aqui sublinhar que níveis de autonomia possível e provável, tal como níveis (e ações) de inconformismo, não são, como também apontado por alguns e algumas dos/as autores/as já citados/as, iguais em todos os veículos/ empresas e entre todos/as os/as jornalistas. Entre os motivos que contribuem para as variações estarão, além da estrutura social que sempre as condicionam, as diferenças entre empresas/redações/editorias – nesse sentido, Neveu (2006, p.68) aponta que "a hierarquia das editorias varia em função dos contextos sociais e das publicações. Jornalistas de "geral" e de finanças, por exemplo, ocupam posições inversas nas hierarquias do *Sun* e do *Financial Times*" – e, nelas, as posições ocupadas pelos/as profissionais – para isso já chamava atenção Breed (2016, p.227), ao concluir que "*staffers* com um estatuto de estrela podem, facilmente, transgredir a política editorial" (avaliação que, defendemos, também deve ser pesada através da relação com outras variáveis, internas e externas à empresa e campo).

Neste quesito, estudos como o de Reese e Shoemaker e (2016), ao proporem um modelo hierárquico de influências para analisar os fatores que condicionam a autonomia jornalística, contribuem de forma importante para a distinção de agências e estruturas, de seus pesos contingentes. Fazem-no, nomeadamente, através de uma esquematização que pressupõe a interdependência entre diferentes níveis de análise (micro, meso e macrossocial): a) individual (no nosso caso, seria, por exemplo, a atenção às características sociodemográficas de jornalistas), b) rotinas de trabalho (possivelmente muito variáveis, levando em conta elementos como o meio de transmissão da informação), c) estrutura/funcionamento organizacional (uma importante distinção a ponderar seria, por exemplo, a do trabalho desenvolvido em empresas públicas ou privadas), d) especificidades das instituições (e, particularmente, das relações que/ por que se constituem mutuamente – a atenção à influência mútua, de peso variável, histórica e contextualmente constituída, entre campos vizinhos) e do e) sistema social. Assim, contemplando diversos níveis de influência e ação, a proposta orienta-nos para diferentes questões que, se pensadas de forma relacional, contribuem para o estudo sobre jornalismos e jornalistas (constituídos na relação com realidades e agentes diversos), fundamentando a premissa de que "não existe um único tipo de profissional, nem mesmo dentro de uma cultura nacional" (Reese, Shoemaker, 2016, p.398, *tradução nossa*).

Determinar o nível de autonomia com que diferentes sujeitos atuam – as posições e comportamentos que tendem a adotar – será, portanto, uma questão que se coloca a todo o momento, não devendo as conclusões de um (ou vários) estudo(s) servir de generalização a todo o campo (subcampos e agentes), em todos os contextos sociais (HANITZSCH et al., 2011). Ainda que, e apesar disso, consideremos possível generalizar a caracterização do conflito estrutural que jornalistas enfrentam – por um lado, constituintes de um grupo profissional com tradições éticas e deontológicas especificas e, por outro, definidos/as como trabalhadores assalariados/as na estrutura organizacional de grupos empresarias; sendo que, pela maior capacidade de aplicar sanções (também mais pesadas, principalmente em termos materiais), "quando surgem conflitos entre a cultura de empresa e a deontologia profissional, é a primeira que tende a impor-se" (CORNU, 1999, p.259) –, julgamos necessário – sem pretendermos diminuir a importância das investigações que contribuem para a crítica ao modelo hegemônico de profissionalismo que se firmou no processo de constituição do campo jornalístico (e, com ele, das contradições que o acompanham e nos impossibilitam de o identificar, apenas ou completamente, com a idealizada função de Quarto Poder ou com a reprodução do *status quo*) – ir além da dicotomia (profissional/trabalhador/a) que o define (ou, melhor, conceber essa relação de forma dialética, não dicotômica, incorporando a ela outras categorias que nos dirigem para a compreensão de profissionais-trabalhadores/as plurais) e duvidar de eventuais classificações excludentes (completa autonomia ou completo assujeitamento) com que o profissionalismo (e aqueles/as que por meio dele atuam) possa ser identificado.

Aproximamo-nos assim das críticas desenvolvidas por autores como Figueiredo e Bolaño (2018) ou Örnebring e Möller (2018): em ambas as investigações é realizada a defesa de que 'profissionalismo', enquanto conceito analítico para investigar a(s) realidade(s) jornalística(s) – e, mais especificamente, de jornalistas –, é insuficiente. Por meio dele, o cruzamento das esferas pública e privada dos/as profissionais (e como uma e outra se influenciam mutuamente, talvez hoje mais do que nunca devido aos avanços tecnológicos que possibilitam a reestruturação – flexibilização – dos espaços e tempos de trabalho/lazer) é considerado (quando considerado) de forma superficial, o que resulta numa negligência em relação à realidade concreta – e múltipla – dos indivíduos. Categorias como trabalho e trabalhador (FIGUEIREDO, BOLAÑO, 2018) ou

livelihood[66] (ÖRNEBRING, MÖLLER, 2018) seriam melhores alternativas ao dirigirem atenção para o fato de jornalistas, ademais de profissionais – conceito que, além de tudo, pelo menos do ponto de vista dos critérios da Sociologia das profissões, se revela, devido às indefinições de identidade e acesso à atividade, problemático[67] (CAMPONEZ, 2009) –, deverem ser considerados/as enquanto trabalhadores/as, enquadrados/as num sistema midiático e legislativo específicos, compartilhando (e negociando) culturas nacionais/ regionais plurais, desempenhando variados papéis sociais (de parentalidade, gênero etc.). Tudo isso, que não estará perto de compor uma listagem minuciosa, influencia as possibilidades de produção (inclusive dos/as produtores/as), irredutível a um saber especializado/profissional. No entanto, ele não é irrelevante, contribuindo, apesar dos apesares, para a autonomia do campo,

> o que faz com que os padrões de conduta compartilhados por seus integrantes sejam uma força atuante dentro dele. [...] isto inclui um compromisso com a "verdade" e a "objetividade" que servem de critério para determinar a competência e a respeitabilidade pelos pares. A violação destas normas, notadamente em submissão a ditames econômicos ou políticos, é freqüente, mas impõe ônus que não podem ser ignorados (MIGUEL, 2002, p.168).

Se as críticas ao profissionalismo (objetivista, no caso, mas também a outros que eventualmente sejam desenhados) são necessárias é porque ele ainda é (pela função normativa que cumpre nos jornalismos, pelo recurso a ele por parte de jornalistas e outros agentes no desenvolvimento – e justificação – das suas práticas) de fundamental importância no campo e, assim, nas investigações sobre o mesmo. É, certamente, conceito importante naquela que desenvolvemos, mas apenas quando considerado enquanto variável dependente, quando relacionado a outras, como sejam 'trabalho' e 'vida pessoal'.

---

[66] Reconhecendo as nossas limitações na tradução, não a arriscamos neste caso: julgarmos que ao tentar fazê-lo poderíamos reduzir ou alterar o conceito utilizado pelos autores. Para o compreender, consultar Örnebring e Möller (2018, p.1052/1053).

[67] O debate sobre se o jornalismo é uma profissão genuína – quais os critérios que o permitiriam assim classificar – terá, ainda no século passado, contribuído para o gasto de muita tinta (SOLOSKI, 2016). Não tendo a questão ficado resolvida, na atualidade será ainda necessário levar em conta o impacto de novos fenômenos (como seja a digitalização) sobre a re/in/definição e re/des/organização da atividade – entre outros, ao nível das rotinas, identidades e espaços de trabalho (COHEN, 2018; FIGARO, SILVA, 2020; HAYES, SILKE, 2018) –, o que contribuirá para a complexificação das disputas sobre classificações e objetivações (do que – e quem – pode ou deve ser classificado como jornalismo – e jornalista –, profissional ou de outra natureza).

4.2.3 CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES: JORNALISTAS COMO PROFISSIONAIS-TRABALHADORES/AS PLURAIS.

Como já apontado, uma das muitas questões que continuam em aberto no jornalismo é a de saber se a atividade pode – ou deve, levando também em conta ganhos e perdas que possa ocasionar (para quem? Para quê?) – ser classificada como profissão. Sobre esse tema, Camponez (2009, p.122/123, *grifos nossos*) afirma que

> a estratégia de não fechamento da profissão permitiu afirmar o jornalismo como actividade que se distingue precisamente pelas transformações a que está constantemente sujeita, *resistindo, assim, aos efeitos desagregadores* resultantes de novas formas de exercício da profissão, de novos saberes, e de novos ofícios. [...] Com efeito, o que a profissão ganha em termos de permeabilidade e maior capacidade de resposta às mudanças, *perde em termos da consolidação* e homogeneização da cultura, das práticas e dos saberes profissionais.

Como a interpretamos, a afirmação do investigador português – ao defender que o não fechamento da atividade contribui para a perda de consolidação de práticas e saberes, ao mesmo tempo que permitem resistir a efeitos desagregadores que transformações possam implicar – é carente de uma problematização que investigue as implicações do que subentende. Se a julgamos pertinente (ao nos chamar atenção para a ideia de que a adaptabilidade a novas realidades – a sobrevivência, por meio da adaptação – é, à partida, mais fácil quando as raízes são menos profundas), julgamos também que deve ser criticamente avaliada com apoio em dados empíricos. Que mudanças estariam, exatamente, em questão? Que respostas lhes são dadas – porquê e por quem? Que efeitos ocasionam – e para quem? Quais os ganhos (e perdas) – que fundamentos para assim os/as classificar – possibilitados pela permeabilidade às mudanças? Para adotar a posição enunciada por Camponez – e avaliar o que a profissão (e com ela, jornalistas, públicos, proprietários etc.) ganha com tal (qual?) permeabilidade – seria importante investigar a diferenciação de efeitos (simbólico-materiais) no campo, colocando como hipótese que elas se materializarão em função das distinções (desde logo, entre jornalistas profissionais-trabalhadores/as plurais) por que é constituído, em função das diferenças de forças internas e externas (econômicas e outras) por que é marcado em diferentes contextos.

Tecemos essas considerações ao nos apoiarmos em autores como Deuze e Witschge (2017), para quem algumas das mudanças que tendem a ser verificadas na atualidade – reorganização das rotinas de trabalho (resultante, também, de fenômenos como a convergência tecnológica, que alimenta e justifica a requisição de novas/os e

variadas/os conhecimentos e habilidades, tradicionalmente atribuídas a outros/as trabalhadores/as: programadores/as informáticos, designers etc.), fragmentação dos espaços de trabalho (já não definidos, exclusiva ou principalmente, pela partilha de espaços comuns, o que levanta questões sobre a construção/reconfiguração de laços de solidariedade e estratégias de controle sobre trabalho e trabalhadores/as), a emergência de uma sociedade redacional e omnipresença de tecnologias que aumentam a velocidade e acesso à produção midiática de mensagens –, contribuem para a individualização e flexibilização do trabalho jornalístico, elementos que, em conjunto, apoiam a (con)formação de trabalhadores/as "mais adaptáveis, mais flexíveis, mais dispostos/as a moverem-se entre atividades e atribuições e a assumirem responsabilidades pelas suas ações, pelos seus sucessos e fracassos" (STOREY, SALAMAN, PLATMAN, 2005, p.1036, *tradução nossa*).

Interessado em analisar os efeitos da precariedade laboral sobre as concepções de profissionalismo e identidade profissional entre jornalistas, Örnebring (2018) conclui que aquela tende a ser aceite como um aspecto normal do jornalismo, estando a conquista de capitais e posições no campo relacionada a valores como mérito e investimento individual. Verifica também, principalmente entre os/as mais jovens e nos países onde as condições laborais e legislações trabalhistas são, historicamente, mais frágeis, a tendência à gestão individual de carreiras, a menor disposição para a associação coletiva (por meio de sindicatos ou de outras organizações profissionais) e o menor sentido de pertencimento a uma comunidade profissional. Em sentido semelhante, Goyanes e Rodríguez-Gomez (2018), em pesquisa que explora as estratégias adotadas por jornalistas em organizações onde o risco de demissão é manifesto, apontam que a existência de uma cultura de insegurança do emprego

> empurra (e em muitas ocasiões força) jornalistas a concentrarem-se no presente, permitindo-lhes evadir-se de pensamentos sobre perspetivas de emprego futuro e aceitar a incerteza como uma questão de fato. O compromisso com a produção diária de um trabalho de qualidade ajuda a redação a atingir um estado de equilíbrio emocional baseado na satisfação pelo trabalho bem executado (GOYANES, RODRÍGUEZ-GOMEZ, 2018, p.13, *tradução nossa*).

Não menos importante, os autores salientam que as relações de solidariedade e camaradagem entre aqueles sujeitos no local de trabalho, permitindo "melhor compreender as mudanças organizacionais e aprender com as experiências de colegas que 'estão no mesmo barco'" (GOYANES, RODRÍGUEZ-GOMEZ, 2018, p.14), contribuem para o equilíbrio emocional e prazer na atividade, apesar das precárias condições em que

a desenvolvem – conclusões que, de resto, são próximas às já apontadas por Breed (2016), quando, há mais de meio século, refletia sobre os elementos que contribuíam para o conformismo de jornalistas à política editorial.

Estudos como os elencados apontam para a necessidade de adotarmos cuidados redobrados quando nos propomos a analisar o campo e seus agentes – principalmente o cuidado de tentar evitar tanto essencializações (generalizações que apontem para a universalidade de condições e efeitos) quanto relativismos (influenciados pela conceção de que a infinidade de diferenças – naturais, porque naturalizadas– entre indivíduos impedem a investigação de padrões e tendências universalistas). Se, como colocado por Deuze e Witschge (2017), transformações que se verificam na atualidade exigem uma reconceptualização do campo, defendemos que tal esforço, se justificado, não deve ser desenvolvido à custa de eventuais continuidades que também possam ser apontadas. Trata-se, no caso, de mapear as fronteiras – outras? – que fundamentam – ainda? – a própria existência do/no campo. Nesse trabalho, um dos elementos a (re)considerar será o *habitus* (jornalístico).

Como desenvolvido por Bourdieu (2004, p.21, *grifos do autor*), o conceito de *habitus* é referente às "disposições *adquiridas pela experiência*, logo variáveis segundo o lugar e o momento", que orientam o estabelecer de esquemas de percepção e ação, produtos de socializações várias (na família, escola, trabalho etc. Assim compreendido, será o elemento de ligação entre sujeito e estrutura, motivando práticas (estruturadas no e estruturantes do) campo, "adquirido mediante a interação social e, ao mesmo tempo, [sendo] o classificador e o organizador dessa interação" (THIRY-CHERQUES, 2006, p.33) – dependendo, portanto, a sua formação específica das condições sociais. Por outras palavras, a entrada no campo e a acumulação de capitais específicos que aumentam a probabilidade de subir na hierarquia, dependem, à partida, dessa aprendizagem – explícita e/ou implícita mas, em todo o caso, ativa – sobre como jogar o jogo, dos níveis de adequação às, ou negociação com, suas regras ('suas' porque são anteriores à entrada de novos/as jogadores/as, mas não se manterão ou transformarão sem eles/as, sem as relações que individualmente e enquanto coletivo – plural – engendram).

Todo/a aquele/a que dá os primeiros passos na profissão – e/ou que os dá em novos espaços de trabalho (empresas ou não, redações ou não, editorias ou não) específicos –, começa por os dar de forma relativamente calculada, tateando com alguma cautela os limites do seu raio de ação, o que de si é esperado (e o que pode esperar dos/as outros/as).

Por meio da socialização, essa ponderação vai sendo deixada de lado, uma vez adquirido o conhecimento tácito, a prática naturalizada, que se revela, em condições normais, eficaz. O 'X' da questão não é, portanto, apenas 'a' socialização (profissional, no caso) – os termos em que é desenvolvida (as lógicas a que obedece, os agentes para que ela confluem etc.) – mas as articulações entre a variedade de socializações (de gênero, de classe etc.; também as construídas noutros campos) – possivelmente contraditórias – que diferentes sujeitos encarnam.

Onde o profissionalismo anglo-americano alcançou posição hegemônica, o *habitus* jornalístico – ainda que nunca universal – desenvolveu-se, em todo o caso, em íntima relação (de oposição e/ou manutenção) com aquelas premissas. Como apontado por Barros Filho (2002, p.160), "num ofício onde a luta contra o tempo é regra de sobrevivência, qualquer princípio de economia da ação, isto é, de tempo de execução é bem-vindo". Assim, sobretudo em empresas rígida e hierarquicamente estruturadas, a adoção de métodos profissionais – ao nível da recolha, tratamento e publicação de informação; a concepção do que terá 'valor-notícia' em determinado veículo para determinado público; os enquadramentos 'corretos' e os a evitar etc. –, quer dizer, objetivos, tende a ser incorporada, ainda que não de forma não problemática – e isso, fundamentalmente, porque aqueles/as profissionais (assim constituídos) têm de orientar-se numa realidade (compartilhada, mas não igual para todos/as, devido, entre outros, pelas posições que ocupa/ra/m no tecido social e no campo, devido às diversas socializações) em que o nível de indefinição ou instabilidade (identitária, por exemplo, mas também do emprego, entre outros) é bastante variável. Enfim, compreendido como o produtor produzido de socializações, portanto, de disposições para interpretações e comportamentos, o *habitus* é história (pessoal e coletiva) tornada corpo – encarnada, corporificada –, posta/o no mundo para si e para (por meio d)o outro. Como colocado por Bourdieu (2001, p.171/172),

> o corpo está (em graus diversos) exposto, posto em xeque, em perigo no mundo, confrontado ao risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte, portanto obrigado a levar o mundo a sério (e nada é mais sério do que a emoção, que atinge o âmago dos dispositivos orgânicos), ele está apto a adquirir disposições que constituem elas mesmas abertura ao mundo, isto é, as próprias estruturas do mundo social de que constituem a forma incorporada. [...] Aprendemos pelo corpo. A ordem social se inscreve nos corpos por meio dessa confrontação permanente [...] As injunções sociais mais sérias se dirigem ao corpo [...] O essencial da aprendizagem [...] tende a inscrever a diferença [...] nos corpos (sobretudo por meio do vestuário), sob a forma de maneiras de andar, de falar, de se comportar, de dirigir

> o olhar, de sentar-se etc. E os ritos de instituição constituem apenas o limite de todas as ações explícitas pelas quais os grupos trabalham para inculcar os limites sociais, ou, o que dá no mesmo, as classificações sociais (por exemplo, a divisão masculino/feminino), a naturalizá-las sob a forma de divisões nos corpos (BOURDIEU, 2001, p.171/172).

Quando afirmamos que o *habitus* jornalístico – principalmente aquele que tende a ser desenvolvido/ requerido em grandes empresas comerciais – tende a incorporar as normas de um profissionalismo que funciona, primordialmente, por meio da padronização e despersonalização de produtos e produtores/as, devemos conjecturar que esse processo, por isso mesmo, precisa de (produzir) corpos que as traduzam. Não se trata apenas dos métodos empregados na produção de notícias, mas da(s) identidade(s) coletiva(s) (empresarial, profissional etc.) de que todos/as, em diferentes espaços, enquanto integrantes do(s) grupos(s), são (ou devem ser), a todo o momento, representantes. É necessário 'vestir a camisa', como comumente se diz para fazer referência à identificação do sujeito com a empresa (principalmente) e colegas (que devem vestir a mesma camisa), para inculcar o comprometimento com ela/es, para justificar a adoção de normas variadas, mas específicas. Nesse sentido, o modo de falar, a postura corporal ou o vestuário, entre muitos outros, serão também objeto de controle/aprendizagem (e, por isso, potencialmente problemático/a) no campo, conformado pelo ambiente social (e das diversas ordens de sentido nele existente). Na atualidade, esse processo estará, possivelmente, a atravessar um momento de maior indefinição – portanto, mais aberto a disputas por ressignificações e objetivações – ao ser mais frequentemente colocado em discurso. Para tal contribuirão diversas transformações, algumas das quais já apontadas, afetando o jornalismo sem que nele, necessariamente, tenham a sua origem. Disso é exemplo o surgimento de sociedades redacionais, compreendidas por Deuze e Witschge (2017, p.118, *tradução nossa*) como

> aquela[s] em que práticas editoriais são necessárias para a sobrevivência de qualquer pessoa na era digital. […] ter acesso e dar sentido a informação não é suficiente, e o que originalmente era considerado competência/ habilidade jornalística torna-se requisito para todos/as os/as cidadãos/ãs: têm de saber como reunir e processar grandes quantidades de informação, pesar e filtrá-las, fazer algo eficaz e criativo com elas (Gauntlett 2011). Como tal, nesta era digital, todos/as, em algum momento, cometem atos de 'Jornalismo' (Stearns 2013: 2), usando o que são consideradas técnicas jornalísticas e assumindo a responsabilidade por suas consequências.

Não quer isso dizer, defendemos, que todos/as os/as que cometem tais atos sejam, ou requeiram ser, reconhecidos/as como jornalistas (o que implicaria numa indiferenciação do título e, eventualmente, numa perda de sentido do mesmo), mas que,

ao desenvolverem ações discutivelmente identificáveis com aquelas que seriam características de jornalistas, contribuem para a problematização das supostas especificidades e competências daqueles/as (em que sentido elas os/as diferenciariam e em que medida elas permitiriam, se permitem, alcançar os objetivos a que se proporiam), portanto, para a desnaturalização/disputa pelo próprio significado de jornalista (e jornalismo).

Quando afirmamos que as regras do jogo são, em planos variados e sentidos diversos, interpretadas e operacionalizadas por todos/as os/as que nele participam, pretendemos insistir, uma vez mais, na diferenciação resultante, também, dos diferentes níveis de envolvimento com o campo. Ou seja, salientamos que proprietários e jornalistas que se dedicam à produção diária, especialistas ocasionalmente convidados/as a comentar temas específicos, colunistas que têm espaço fixo nas publicações mas não partilham (tão regularmente) um espaço e lógica comum de trabalho ou fontes (mesmo as preferenciais), entre outros, têm diferentes interesses no campo jornalístico, e isso devido, pelo menos em parte, à sua filiação (níveis e modos) – simbólica e material – a outros campos. Por exemplo, o envolvimento de jornalistas será – principalmente quando trabalham a tempo inteiro nessa atividade, dela fazendo a sua principal fonte de renda (além de ser o espaço onde lutam pela produção/ acúmulo dos capitais específicos do campo – sendo, dentre eles, a credibilidade/competência jornalística perante públicos, pares e empregadores/as o seu principal) –, à partida, muito maior do que o de comentadores-especialistas que dele não dependem (apenas ou principalmente) para obter (e acumular) renda (e capitais específicos da sua área de atuação). Existe, por outras palavras, uma linha que separa

> jornalistas, profissionais que vivem *do e para* o jornalismo, e participantes no campo jornalístico que, ainda que tirando vantagens da visibilidade que apenas a mídia pode providenciar no contemporâneo espaço público, "jogam outro jogo", obedecem a outras regras e estão interessados/as noutros ganhos (BARROS FILHO, PRAÇA, 2006, p.52, *grifos nossos, tradução nossa*).

Viver *do* e *para* o jornalismo remete-nos, por sua vez, para duas questões distintas, ainda que intimamente relacionadas. Não é nova, nem descabida – ainda que mais complexa do que num primeiro momento possa parecer, se não a tomarmos como simples constatação – a consideração de que "muitos [e muitas] jornalistas vivem seu trabalho como uma missão de serviço à população" (NEVEU, 2006, p.37). Esse elemento, como não poderia deixar de ser, é construído, resultado histórico de lutas por autonomia e liberdade, que acaba por ser incorporado na legitimação do jornalismo e jornalista profissional. Não temos o intuito de defender que ele é universal nos seus

desenvolvimentos e resultados. Pelo contrário, julgamos que em diferentes épocas e geografias, diferentes jornalismos e jornalistas terão suas memórias e mitos, suas estórias e histórias, seus heróis (e heroínas?), com nomes inscritos em livros, galardões, placas comemorativas, instituições etc., que contribuirão para identidades e identificações diversas[68]. Em todo o caso, "essa dimensão sagrada [...] [que] pode encontrar-se em qualidades profissionais como o sacrifício pessoal, a disponibilidade permanente, o altruísmo e a prestação de um serviço de interesse público" (CAMPONEZ, 2009, p.123), seria, ainda de acordo com o citado autor, uma das principais dimensões a levar em conta quando pensamos em jornalistas enquanto coletividade – sendo também essa uma das principais negligenciadas quando os debates são enquadrados com recurso à sociologia das profissões (CAMPONEZ, 2009).

A *illusio,* conceito que contempla a articulação dialética entre ideal e material, permite-nos analisar esse viver *para* e *do* jornalismo por uma perspectiva relacional. Compreendida como o "estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena [...] é estar envolvido, é investir nos alvos que existem em certo jogo [...] que o que está em jogo aí é tão importante a ponto de se desejar aí fazer a revolução" (BOURDIEU, 1996, p.139/140), *illusio* seria, em poucas palavras, o motivo – ou melhor, os motivos, moldados por investimentos de caráter cognitivo e emocional – que leva(m) os sujeitos a lutar no campo, pelo campo. Podemos conjecturar que os indivíduos, e especificamente jornalistas, fazem-no por compreenderem que em causa estão disputas, com que se comprometem, pelo poder de construção de sociedades – esperançosamente – mais justas, com menos violência e com menos desigualdades sociais; devemos, contudo, também presumir que o envolvimento está, além disso, relacionado à procura de ganhos em nível mais restrito (individual, na falta de melhor palavra para o qualificar, ainda que esteja sobremaneira relacionado às condições sociais em que indivíduos estão enquadrados). Ou seja, importa levar em conta que as disputas são revestidas de ganhos e perdas simbólico-materiais, respeitantes não apenas à coletividade, sociedade e jornalistas, mas também à individualidade, o/a jornalista, que nunca poderá ser exclusivamente definido por esse termo e, por isso, nunca pode viver apenas em função dos valores ou capitais específicos desse campo.

[68] No Brasil, Vladimir Herzog será um dos nomes mais sonantes. Sobre este tema, julgamos interessante apontar a lista publicada em 2014 pela organização Repórteres sem Fronteiras, por ocasião do dia mundial da liberdade de imprensa, que apresenta "100 heróis e heroínas da informação". A lista pode ser consultada em: https://rsf.org/en/portraits/hero

Hohenberg (1981, p.22), por exemplo, aponta que a fascinação pela atividade de quem a ela se dedica "decorre da novidade diária, surpresa, satisfação, senso de realização, às vezes desapontamento, e ocasionalmente o choque resultante da variedade incessante na história da humanidade". Não menos importante é que as oportunidades de construir capital socialmente valorizado – visibilidade pública, redes de contatos e conhecimentos especializados, entre outros – possibilitadas pelas próprias especificidades da profissão – levando os indivíduos a transitarem por diferentes espaços de poder, estabelecendo relações de proximidade (e distanciamento) com diferentes sujeitos (públicos e fontes) e permitindo a familiarização (pelos menos) com temas e conhecimentos de diversas áreas –, podem facilitar a entrada dos indivíduos noutros campos – outros em que as condições de trabalho e ganhos materiais (e/ou simbólicos) sejam percepcionados como mais elevados. Nesse sentido caminha o estudo desenvolvido por Davidson e Meyers (2014), sugerindo que o jornalismo é – cada vez mais, e em função do aumento dos níveis de precariedade – uma ocupação intermediária, mais propícia ao estilo de vida e necessidades financeiras de jovens trabalhadores/as[69], onde o acúmulo relativamente rápido de capital social e cultural, bem como a lenta identificação com um *ethos* profissional, contribuem, por meio da reconversão dos primeiros (os capitais e habilidades jornalísticos/as postos à disposição de outras atividades – relações públicas, publicidade, política, entretenimento etc. – neles/as interessadas), para prematuras tentativas de abandono do campo. É que, apesar da(s tentativas de) entrada, permanência e transformação do/no campo puderem ser orientadas, primordialmente, pelos mais nobres valores democráticos, a constatação de que a "democracia *per se* não paga jornalistas e [..], para o melhor ou para o pior, eles/as trabalham em um ambiente comercial" (JOSEPHI, 2013b, p.475, *tradução nossa*), acaba por se impor – não resultando, necessária e/ou completamente, no abandono daqueles idealizados valores (o

[69] Se a idade (mais ou menos jovem) pode, como apontado no estudo de Davidson e Meyers (2014), ser identificado como um importante marcador definidor/diferenciador das ações/escolhas dos indivíduos, não deve ser o único a levar em conta – tampouco considerar que contribui de igual modo para escolhas semelhantes em todos os contextos. Sobre essa temática, a pesquisa de Garcia (2019) sublinha que apesar de se verificarem intenções de abandono da profissão em todas as faixas etárias, são os mais jovens que, por contaram com o apoio financeiro da família, mais frequentemente o fazem – as gerações mais antigas sublinham os compromissos familiares/ financeiros como obstáculo ao concretizar das intenções. Ou seja, julgamos importante ressaltar que 'jovens trabalhadores/as' não são apenas 'jovens', não compõem um grupo unitário com um 'estilo de vida' universalmente compartilhado e por isso será necessário levar em conta que as ações/escolhas são tomadas em função das alternativas reais e/ou percepcionadas (de entrada e saída nos diferentes campos – e empregos) dos/pelos indivíduos (com histórias de vida particulares – apoios/responsabilidades familiares/ parentais, espaços em que habitam, experiências de/no trabalho etc. – em contextos sociais específicos, onde marcadores como gênero, raça/etnia e classe são, regra geral, de grande importância).

que provavelmente resultaria na saída, voluntária ou não, do campo), mas tendencialmente conduzindo ao reconhecimento (pelo menos entre aqueles/as que nele trabalham) de que não bastam para orientar as práticas. A fala da jornalista Cleide Galdino[70] (2015) reflete isso mesmo, tocando em vários pontos importantes:

> essa vida de redação é uma vida muito estimulante, muito gratificante, mas ela é sobretudo pra pessoas mais jovens […] durante 26 anos da minha vida eu abri mão dos feriados, dos aniversários, das datas comemorativas como dia de pai, dia de mãe […] abri mão de muita coisa. E você chega numa época da sua vida que você quer qualidade de vida, e hoje as redações, elas ficaram mais enxutas, né, por uma série de razões… por causa da crise, a crise nas empresas de comunicação e a crise do país, né, que provocou muitas demissões e ainda tá provocando, […] então as pessoas que ficaram, as pessoas que não foram demitidas ainda, as que estão lá, elas têm que trabalhar triplicado pra dar conta do trabalho das que foram dispensadas […] então elas são muito mais sacrificadas… então, assim, tá se chegando a uma realidade que os profissionais não tão mais aguentando […] quando se é jovem, né, você aguenta muita coisa, mas depois que você chega, assim, na minha idade, chega nos cinquenta anos, aí você não aguenta mais... você já começa a buscar outras formas de jornalismo. Não mais esse jornalismo do dia a dia, mas quem gosta de escrever continua escrevendo de outras maneiras, de outras formas… uns vão escrever livros, outros vão ser blogueiros […]

A importância das condições materiais revela-se, no entanto, desde o início, uma vez que a entrada no campo não depende apenas de um interesse ou vontade, mas da natureza e volume de capitais que os sujeitos conseguem acumular e apresentar junto daqueles/as que controlam os portões de acesso (empregadores, mas também outros, como instituições de ensino e instituições profissionais).

Refletindo sobre isso em relação ao campo político, Bourdieu (2011) frisa que a propensão e aptidão para nele participar (por exemplo em períodos de eleições – mas não só –, seja enquanto eleitores/as ou enquanto candidatos/as) é muito variável entre os indivíduos, e isso não por uma questão de "natureza (não há pessoas que estariam dispostas a fazer uso dos poderes políticos ou dos direitos de cidadania, e outras que, por natureza, seriam desprovidas de semelhante disposição), mas porque existem condições sociais de acesso à política" (BOURDIEU, 2011, p.196). Falando de 'propensões', as participações não estarão determinadas, mas serão estruturalmente condicionadas. Quer

[70] O trecho citado resulta da entrevista que realizámos no contexto de uma investigação de mestrado (CAEIRO, 2016). Cleide Galdino foi, entre 2010 e 2015, editora assistente no jornal pernambucano Aqui PE. Contabilizando o tempo em que também trabalhou no Diário de Pernambuco, esteve durante 26 anos vinculada ao grupo empresarial Diários Associados. Quando entrevistada, a jornalista não trabalhava a tempo inteiro em nenhuma redação (não foi questionado se estaria a trabalhar, enquanto jornalista, noutros moldes – esse não era o foco da investigação de então).

isto dizer que aqueles/as que têm de enfrentar menos obstáculos – aqueles/as que tenham maior facilidade de acesso a recursos como tempo, conhecimento ou dinheiro (desigualmente distribuídos devido a questões como a divisão do trabalho e desigual distribuição de riqueza que, por sua vez, são historicamente atravessadas por diferenças de gênero e de raça/etnia, entre outras) – estarão, pelo menos, em melhores posições para escolher (ainda que nunca de forma completamente autônoma) os caminhos a seguir, para optar pelas disputas em que se irão envolver. O mesmo poderá ser afirmado em relação ao jornalismo, atividade que exige um alto nível de especialização (conhecimentos que são conseguidos à custa de diversos investimentos, inclusive de tempo) e disponibilidade (que na atualidade se mostra cada vez mais, devido a elementos como o enfraquecimento dos limites temporais e espaciais que noutras épocas definiam o trabalho – podendo a casa e o tempo fora da redação tornarem-se extensões – informais, mas bastante reais – daquela), marcada também pelas divisões sociais anteriormente apontadas (estruturais, poderão ser mais ou menos fortes, manifestar-se de formas muito variadas, mas nem por isso deixarão de produzir efeitos – respostas, inclusive, que as/os pretendam contrariar).

Por esta perspectiva, as probabilidades de sucesso em determinado campo – e nos seus subcampos – variam muito, dependendo do trajeto social do indivíduo e da quantidade de capitais que, nele valorizados, consegue acumular. Assim, tradicionalmente

> o contexto organizacional em que determinado/a jornalista trabalha e o seu vínculo empregatício tendem a ser vistos como resultantes do volume de capital jornalístico acumulado [...] [contudo,] *[e]m tempos de trabalho midiático cada vez mais precário, não é necessariamente esse o caso*. Até jornalistas com um elevado *status* dentro do campo (i.e., um alto nível de capital jornalístico) podem ficar sem emprego, e pessoas que comecem nas suas margens podem rapidamente subir [...] (ÖRNEBRING et al., 2018, p.407, *tradução nossa, grifos nossos*).

A referida relação, que aponta para um dançar de cadeiras (saídas e entradas, mais ou menos voluntárias, de profissionais-trabalhadores/as), não será, como já apontado, uma realidade completamente estranha para jornalistas. Também em Portugal, há cerca de uma década, Correia (2012) apontava que a crescente precariedade na profissão materializava-se, não raras vezes, na substituição de jornalistas experientes por outros/as mais jovens, também mais dispostos, não por acaso, a aceitarem uma carga de trabalho mais pesada, a acumularem funções, com quem eram celebrados vínculos empregatícios mais frágeis e salários mais baixos. Já no Brasil, Mick e Estayno (2018) apontam a existência de uma estrutura dual de carreiras no jornalismo do país: enquanto uma minoria

consegue alcançar elevada taxa de segurança no mercado, renda alta e prestígio social, a maioria compartilha condições de trabalho crescentemente precárias, o que contribui – à semelhança das conclusões no estudo de Davidson e Meyers (2014) – para o abandono prematuro da profissão. O conjunto de investigações citadas (CORREIA, 2012; DAVIDSON, MEYERS, 2014; MICK, ESTAYNO, 2018; ÖRNEBRING et al., 2018) não caminham harmoniosamente num único sentido, mas isso não significa, naturalmente, que as conclusões se invalidem mutuamente. Mais provável é que os efeitos, se contraditórios (que não é o caso), sejam resultado de plurais condições de produção.

5 METODOLOGIA

Metodologia, métodos e técnicas de investigação não devem ser tomados como sinônimos. Se a primeira diz respeito aos caminhos possíveis, e seguidos, na elaboração do conhecimento (portanto, intimamente relacionado aos fundamentos epistemológicos que o sustentam), métodos e técnicas são referentes, respectivamente, às abordagens teóricas que lhe dão suporte e aos instrumentos operacionalizados na coleta e interpretação de dados (MARTINO, 2016; MINAYO, 2009; VILELAS, 2009). As três instâncias estão, naturalmente, intimamente relacionadas, servindo de fundamento para o desenvolver de todo o processo investigativo, desde o momento que começamos a definir o que e como pretendemos estudar, atravessando as ações no trabalho de campo – construção do *corpus*, relações entre investigadores e investigados etc. –, até que nos detemos na interpretação e comunicação dos resultados, não sendo de esquecer a importância que a "criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)" (MINAYO, 2009, p.14) nele também. Nesse sentido, o capítulo que agora começamos deve ser compreendido na relação com os que o precedem e seguem.

Aqui, teremos como principal objetivo detalhar a concepção, construção e aplicação das técnicas metodológicas que utilizamos. Primeiro – levando em conta que, apesar da longa tradição de estudos sobre jornalismo, a análise do campo "continua hoje a ser uma tarefa tão complexa quanto definir quem são os próprios profissionais" (MELLADO, PARRA, 2008, p.146, *tradução nossa*) – procuramos explicitar a construção do nosso objeto de estudo, a qual contribui para a delimitação do nosso *corpus* de análise, da natureza da investigação (qualitativa) e das possibilidades de generalização dos eventuais resultados. Uma vez que definimos como objeto as *percepções* (sobre condições de trabalho e regulação da mídia) *de jornalistas* que em 2019 trabalhavam nos veículos jornalísticos de propriedade privada com maiores dimensões sediados em Recife, procuramos dar resposta a três questões: a) quem, no nosso estudo, é considerado/a 'jornalista'? b) Porquê os/as jornalistas que trabalha(va)m naqueles (quais?) veículos? c) Ao estar voltada para a análise de percepções, quais os limites que caracterizam a investigação?

5.1 Delimitações do objeto de estudo

Quem é (considerado) jornalista?

Nas pesquisas sobre jornalistas, afirma Bromley (2019, p.14, *tradução* nossa), foi, "em grande medida, deixado à responsabilidade de cada investigador/a definir o que entende por 'jornalista'. Como consequência, quem faz a contagem tem impacto sobre quem é contado". Se levarmos em conta os diferentes elementos que impossibilitam uma resposta universalmente válida à questão que colocamos, julgamos que muito dificilmente o processo poderia ser desenvolvido de outra forma. Isso, naturalmente, não pressupõe a validade de qualquer contagem, mas a sua descrição/justificação.

No Brasil, o acesso à profissão não está regulamentado por uma legislação inequívoca. Até 2009, a situação era substancialmente diferente: para legalmente desempenhar a profissão, era exigido ao/à jornalista o diploma de curso superior em jornalismo. Avaliando o requisito como inconstitucional (uma vez que constituiria uma limitação à liberdade de expressão dos cidadãos), o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a sua suspensão. A partir de então – e levando também em conta que o registro profissional de jornalista junto do Ministério do Trabalho é opcional –, a definição normativa dos/as profissionais deixou de ser determinada no plano legal. Sobre essa temática, importa frisar que mesmo antes da mudança jurídica não era incomum o exercício de funções jornalísticas por parte de sujeitos não-diplomados (MICK, 2013), fator que já contribuía para a insuficiência de uma definição de 'jornalista' que apenas levasse em conta a cumprimento da regulamentação profissional, desconsiderando a multiplicidade de práticas que se verificavam no terreno. Em verdade, não é inédita "a dificuldade de fixação clara dos limites de atividade dos jornalistas enquanto profissionais [,que] vai de par com a dificuldade de definição clara da atividade em si: o jornalismo" (FIDALGO, 2005, p.2). Em anos recentes, e em intima relação com as transformações que o campo atravessa, essa dificuldade tem vindo a aprofundar-se.

O recurso a novas ferramentas tecnológicas, orientado também por alterações socioeconômicas, tem contribuído para a redefinição de funções e atividades desempenhadas por jornalistas – portanto, para a redefinição dos/as profissionais e do trabalho que os/as caracteriza. No ambiente digital – o qual tem impacto sobre os processos de produção e distribuição, não apenas de publicação; tampouco é limitado aos projetos que nasceram na internet –, às tradicionais nomenclaturas (como seja repórter ou editor/a) juntam-se outras (analista de redes sociais, gestor/a de conteúdos e infografista,

por exemplo). Por esse caminho, "o entrelaçamento das linguagens do jornalismo e do entretenimento gerou formas narrativas híbridas, difíceis de caracterizar quanto à identidade profissional" (MICK, 2013, p.3). Também nesse sentido, julgamos pertinente destacar o retorno dado por uma das respondentes ao teste-piloto do questionário que construímos:

> jornal não se faz apenas com repórteres. Há fotógrafos, designers, editores de vídeos, captadores, tratamento de imagem, etc. Enquanto não houver o pensamento de que a redação é um conjunto que não abriga apenas jornalistas, falo de pessoas que [não] fizeram faculdade de jornalismo, pois há categorias que são de outros cursos e sindicalizadas pelo Sinjope e tem carteira de jornalista, estaremos dando passos para trás como categoria e na qualidade do que entregamos.

A dificuldade de estabelecer fronteiras (identitárias e outras), que pode ser considerada como mais complexa na atualidade, é, desde à longa data, caracterizadora do campo. Para o exemplificar, voltamos à mencionada alteração de 2009: analisando as posições que repórteres cinematográficos/as tendem a ocupar no campo jornalístico, Grupillo (2017) salienta que se o diploma serviu como ferramenta delimitadora do pertencimento à comunidade de profissionais, ele contribuiu também, por isso mesmo, para a constituição de hierarquias e exclusões. Dessa forma, apesar da importante função que desempenham na construção de sentidos na produção jornalística, tais agentes têm, historicamente, permanecido numa zona de

> conflito entre as legislações profissionais dos jornalistas e dos radialistas, o que resulta na falta de padronização do registro das empresas cujo objetivo, ao enquadrá-los como operadores de câmera, por exemplo, é "pagar baixos salários e submeter os repórteres cinematográficos a jornadas de trabalho superiores às previstas na regulamentação dos jornalistas", conforme reconheceu o diretor executivo da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Arthur Lobato, em virtude da organização do V Encontro Nacional dos *Jornalistas de Imagem* (GRUPILLO, 2017, p.2/3).

Dessa realidade também nos deu conta Geraldo Bringel[71]: para a filiação ao SINJOPE, era requerido a repórteres cinematográficos e outros/as (como fotojornalistas) a apresentação de portfólio que atestasse a natureza jornalística do trabalho que

[71] Geraldo Bringel era, quando em maio de 2019 o entrevistamos, dirigente do Sinjope. A entrevista, que foi realizada com o intuito de nos aproximarmos do nosso objeto de estudo, precedeu a construção do questionário. O entrevistado seria depois peça-chave no desenvolver da nossa pesquisa, ajudando-nos a obter autorizações para entrar nas redações e facilitando o contato com jornalistas (indicando contatos e outras informações, de natureza diversa). Ao primeiro contato seguiram-se outros, com conversas que giraram em torno do tema de pesquisa mas também de outros, de caráter mais pessoal. Devido à relação de proximidade que fomos estabelecendo, e por julgarmos que isso poderia influenciar as respostas ao questionário, optamos por excluí-lo da lista de possíveis respondentes (além de dirigente sindical, Bringel era, à data, jornalista no Grupo JCPM).

desenvolviam. Ainda de acordo com o dirigente sindical, a prática mais comum, pelo menos entre empresas privadas com sede na capital pernambucana, era a contratação de tais sujeitos enquanto cinegrafistas ou operadores/as de câmara, prática que, como já sugerido por Grupillo (2017), colabora no aumento da precariedade laboral. Como construída, essa diferenciação (no acesso à principal organização representativa dos/as trabalhadores/as 'jornalistas' no estado, nos vínculos empregatícios, nas posições que tendem a ocupar dentro das estruturas organizacionais e nos processos de produção), tem também efeitos sobre a construção da identidade profissional.

É por esse prisma que interpretamos as respostas das empresas quando, mais tarde, entramos em contato para tentar obter listas completas dos/as jornalistas a elas vinculados/as: nos casos em que tivemos algum sucesso, a maioria dos documentos não incluía cinegrafistas (ou repórteres cinematográficos); em alguns casos, foi-nos perguntado se também pretendíamos a inclusão daqueles/as profissionais. Quando começamos o envio de convites para participação na pesquisa, recebemos, geralmente, dois tipos de respostas por parte de cinegrafistas/ repórteres cinematográficos: entre aqueles/as que se mostraram receptivos à participação, foi constante o sublinhar (através da proposição "mas") do cargo que ocupavam; aqueles que a rejeitaram, justificaram-no, precisamente, com base no fato de serem cinegrafistas (e, portanto, estariam fora da nossa população alvo – jornalistas). Face a isso, optamos, pouco tempo depois (e sem fazer o convite à maioria), pela exclusão dessa categoria de profissionais. Não significa isso que a não consideramos como parte integrante da abrangente categoria 'jornalistas', mas que na nossa pesquisa, voltada para as percepções dos sujeitos, a autocompreensão é de suma importância. Essa decisão está alinhada com o alerta levantado por Bourdieu, quando afirma que pesquisas, por vezes, nada mais medem do que o efeito "exercido pelo instrumento de medida: isso é o que acontece sempre que o pesquisador impõe aos entrevistados uma problemática que não é a deles – isso não os impedirá de responder a ela, apesar de tudo, por submissão, por indiferença ou por pretensão" (BOURDIEU, 2004, p.224).

Definições, como já argumentado, não servem apenas à descrição do mundo – dos campos e de seus sujeitos –, mas, mais importante, contribuem para a sua constituição, delimitando significados, erigidos sobre inclusões e exclusões, aproximações e distanciamentos. Como Mick (2013, p.3), consideramos que, "na definição de uma população, o primeiro desafio é político: definir os elementos que a compõem".

Levando em conta o panorama traçado, e influenciados pelas delimitações desenhadas por Weaver e Wilhoit (1986) e Mick e Lima (2013), especificamos que no nosso estudo consideramos jornalista o indivíduo que, a) assim se autodeclarando, b) tem (alguma) responsabilidade editorial pelos conteúdos que produz, responsabilidade essa que é referente ao c) tratamento e transmissão de informação noticiosa, mais do que de ficção, arte ou de outros produtos midiáticos de natureza semelhante[72]. Diferenças em termos de vínculo empregatício (contratado/a pela CLT, Pessoa Jurídica, estágio, *freelancer* etc.), formação (diploma em curso de ensino superior – em jornalismo – ou não) e tempo de dedicação (*full-time* ou *part-time*) não são tomadas como categorias de inclusão/exclusão na definição dos sujeitos que convidamos a participar no nosso estudo.

Que veículos e por quê?

Definir o conjunto, relativamente abrangente, de características que utilizamos para delimitar o indivíduo que, nesta investigação, é considerado 'jornalista' é insuficiente para determinar o conjunto válido de sujeitos à composição do estudo. Ainda que não trabalhemos com uma amostra representativa da população, é necessário, para que o nosso objeto tenha validade interna (ou seja, para justificarmos a existência de um conjunto mínimo de características que, partilhadas por todos os elementos que o compõem, diferencia-os de outros), construir recortes de outra natureza, com vista à definição de uma unidade operacional (ou seja, que permita, ao analisarmos os dados obtidos, referirmo-nos a um fenômeno suficientemente semelhante). Tal implica uma (tentativa de) resposta à pergunta colocada por Deslandes (2009, p.48):

> quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? A boa seleção dos sujeitos ou casos a serem incluídos no estudo é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Consideremos diferentes casos: cidadão que, sem diploma, decide construir um blog para produzir notícias sobre o seu bairro ou cidade; jornalista desempregado/a que, ocasionalmente, produz matérias para diferentes empresas de comunicação; docente de jornalismo que, de forma voluntária, colabora na programação informativa de uma rádio comunitária; aluno/a que realiza estágios em diferentes tipologias de empresas de comunicação ou jornalismo. Todos eles, diferentes entre si, poderiam, ainda assim, ser enquadrados dentro da definição de jornalista que acima avançamos. Muito diversos,

[72] Levando isso em conta, para além dos/as cinegrafistas/ repórteres cinematográficos, diagramadores/as, designers e radialistas são outras categorias que, apesar de tradicionalmente comporem os veículos, não foram convidados/as a participar no questionário.

esses exemplos colocam-nos frente a outro problema: como mapear, e entrar em contato com, sujeitos, à partida, tão dispersos no tecido social? Essa questão está também relacionada à dificuldade de construirmos uma amostra representativa (por sua vez, relacionada à abertura da definição – e da atividade – de 'jornalista'). No Brasil – que não é caso isolado: "questões de amostragem é um problema particular dos estudos sobre jornalistas. Poucos países têm listas ou registros publicamente disponíveis de todos os jornalistas do país" (ÖRNEBRING et al., 2016, p.313, *tradução nossa*) – não há dados atualizados e de confiança sobre o universo em causa (número de jornalistas em atividade, identificação das suas características socioprofissionais, locais em que podem ser encontrados/as, contatos para chegar até eles/as etc.): "sem dispor de conselho ou ordem responsável pelo monitoramento da atividade profissional e sua autorregulamentação, os jornalistas brasileiros são uma categoria cuja dimensão e morfologia só podem ser aferidas por pesquisadores" (MICK, KIKUTI, 2020, p.213) – aferição que, maioria das vezes, não resulta, por esse e outros motivos, em estudos representativos da categoria (MELLADO, 2009b; MICK, LIMA, 2013).

Para responder aos apontados obstáculos, julgamos necessário, em primeiro lugar, delimitar os espaços em que, caracterizados por um mínimo de elementos comuns, seria possível, mais facilmente, encontrar jornalistas. Nessa delimitação consideramos, em primeiro lugar, uma necessidade de ordem prática: para a recolha de dados empíricos seria, provavelmente, necessário deslocarmo-nos até onde os/as jornalistas pudessem ser encontrados/as. Assim, para diminuir os custos (de tempo e outros) foi levada em conta a nossa proximidade geográfica quando optamos pelos veículos com sede em Recife. Uma especificação sobre este ponto: como apontado por Deuze e Witschge (2017), a redação, esse espaço, que tradicionalmente foi considerado como um dos mais característicos do trabalho (portanto, também sociabilidade e socialização) de jornalistas, tende na atualidade, em função do recurso a novas tecnologias (que permitem o trabalho em praticamente qualquer lugar e momento), à fluidez e fragmentação, exigindo a sua reconsideração – "de espaço facilmente localizável e firmemente organizado, para uma rede de trabalhadores/as dispersos e fragmentados" (DEUZE, WITSCHGE, 2017, p.123, *tradução nossa*). Levando isso em conta, a seleção de indivíduos a participar no estudo contemplou a possibilidade de convite a qualquer jornalista que desenvolvesse trabalho *para os veículos*, não apenas daqueles/as que o fizessem *nas redações*.

Os veículos contemplados – digitais, impressos (apenas jornais diários), radiofônicos e televisivos – foram aqueles que, considerado o fator geográfico, pertenciam aos grupos empresariais de maior dimensão. A opção pelos veículos de propriedade privada foi feita levando em conta dois critérios: por um lado, pressupomos que a hierárquica estrutura organizacional e funções, também condições de trabalho, de jornalistas que trabalham, por exemplo, numa *startup* de jornalismo 'independente' e aqueles/as que o fazem nas empresas que integram o nosso estudo tendem a diferenciar-se substancialmente (além disso, que as últimas tendem a concentrar maior número de profissionais); por outro, foi considerada a posição de destaque que tais empresas ocupam no mercado de mídia, o que implica numa maior capacidade de influenciar a (re)produção da realidade – não apenas sobre representações, conhecimentos e acontecimentos externos a elas, mas também sobre aqueles que dizem respeito ao campo, subcampos e agentes jornalísticos. Como Nicoletti (2019, p.22), levamos também em conta que "arranjos alternativos de mídia são caracterizados por diferentes tipos de vínculos – em sua maioria informais –, e modelos de negócio, o que demanda[ria] maior detalhamento das variáveis conforme cada grupo".

Além de semelhanças, os veículos que fazem parte do nosso estudo são marcados por diferenças. Caracterizadas em função de uma estrutura de propriedade privada, as empresas diferenciam-se, desde logo, pelas especificidades dos grupos de acionistas, alguns dos quais investem financeiramente, e mantêm relações de influência, com outros setores de atividade – disso são exemplo o Grupo EQM, detentor da Folha de Pernambuco (jornal impresso e portal digital) e com atuação no setor sucroalcooleiro e de energia, e o Grupo JCPM, detentor do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (jornal impresso, portal digital, televisão e rádio) e com atuação no sector imobiliário e de *shopping centers*. Sendo o nosso foco nos/as jornalistas, e uma vez que – para proteção dos sujeitos – não revelaremos a identidade daqueles/as que participaram no estudo (tampouco especificamos a que veículos está vinculado cada grupo de respondentes), estaremos impossibilitados de, ao realizarmos a análise dos dados, levar em conta, de forma desagregada, essa variável (veículo/grupo empresarial). Ainda assim, sempre que seja possível preservar o anonimato (o que pressupõe não especificar elementos identificadores como os apontados – políticas editoriais ou relações de grupos acionistas com outros setores de atividade), tentaremos avaliar se, em função do veículo/ grupo empresarial, existem diferenças significativas nas respostas.

Os veículos considerados no nosso estudo – aqueles em que os/as jornalistas convidados/as a participar trabalhavam quando aplicado o questionário[73] – são: 1) Folha de Pernambuco (impresso e portal na internet), 2) CBN Recife (rádio), NETV (televisão), G1 Pernambuco (portal na internet), 3) Jornal do Commercio (impresso), Rádio jornal (rádio), TV Jornal (televisão), NE10 (portal na internet), 4) TV Clube (televisão), OP9 (portal na internet) e 5) Diário de Pernambuco (impresso e portal na internet), que, respectivamente, são propriedade de 1) Grupo EQM, 2) Rede Nordeste de Comunicação, 3) Grupo JCPM, 4) Sistema Opinião de Comunicação e 5) Grupo R2. Contabilizamos, portanto, 13 veículos de jornalismo (5 portais na internet, 3 impressos, 3 televisivos e 2 radiofônicos), pertencentes a 5 grupos empresariais.

Com o intuito de, tanto quanto possível, garantir o anonimato de respondentes, sempre que, de agora em diante, pretendermos referirmo-nos aos dados relativos a jornalistas que trabalham em veículos de um mesmo grupo empresarial, fazemo-lo com referência a uma das cinco categorias criadas para o efeito, representadas por uma única letra (sem correspondência com a identificação antes apresentada por meio de numeração): grupo empresarial A, B, C, D e E.

Estudo sobre percepções

A nossa pesquisa é conduzida por meio de uma perspectiva em que jornalistas são considerados/as não apenas como 'profissionais' ou 'produtores/as de notícias', mas como sujeitos (também trabalhadores/as) plurais que ocupam diversas, e por vezes conflitantes, posições no campo e tecido social. Tal pressupõe, como colocado por Grohmann (2012, p.82), "resgata[r] a questão da subjetividade para os estudos da comunicação". Nesse sentido, recorremos às palavras de Hanitzsch e colaboradores/as (2010) para fazer um terceiro esclarecimento sobre o nosso objeto de estudo (*percepções* de jornalistas, sobre condições de trabalho e regulação da mídia):

> estudar as forças sociais tal como elas são percebidas pelos indivíduos apenas pode dar conta das influências que são conscientemente percebidas como tal. A abordagem por meio de percepções pode ser largamente insensível a algumas das forças menos intrusivas que moldam a prática profissional mais subconscientemente. Ainda assim, pensamos que é útil estudar as influências [...] "pelos olhos" dos/as jornalistas, uma vez que o modo como essas forças são percebidas constitui um importante aspecto da prática (HANITZSCH ET AL., 2010, p.20, *tradução nossa*).

[73] Quando realizamos as entrevistas, em 2021, dois dos mencionados veículos – Jornal do Commercio versão impressa e OP9 – tinham sido descontinuados.

Essa leitura está alinhada com o estudo de Amado e Waisbord (2018), no qual é defendido que a complexidade de fatores que afetam as práticas ocupacionais e a qualidade das produções noticiosas não está restrita à influência direta e inequívoca de fatores estruturais – e, nesse sentido, "estudos mostram que jornalistas reconhecem mais claramente as influências que impactam diretamente o seu trabalho diário" (AMADO, WAISBORD, 2018, p.368, *tradução nossa*). Ainda que não faltem evidências sobre o elevado grau de influência que fatores macrossociais têm sobre a constituição dos campos e de seus agentes – delimitando, entre outros, a regulação (também legislativa) das atividades, o que terá impacto sobre os graus de autonomia relativa daqueles/as nelas envolvidos/as –, partimos do princípio que, uma vez que estamos orientados para a análise de percepções, os resultados podem não caminhar nesse sentido – ao menos não de forma tão forte e inequívoca como colocado por investigadores/as filiados a tais perspectivas. Por outras palavras: partimos da hipótese de que jornalistas terão percepções menos consensuais das influências (políticas e econômicas) da regulação da mídia sobre as atividades que desenvolvem, do que aquelas sobre os fatores que mais diretamente estão relacionadas às cotidianas condições de trabalho (remuneração, segurança do vínculo empregatício etc.). Apoiamo-nos, então, na premissa de que, sob as circunstâncias que caracterizam as rotinas de trabalho,

> o impacto de fatores políticos e econômicos pode ser menos perceptível [...], principalmente porque a sua importância é mascarada por influências organizacionais e procedimentais que têm um maior controle sobre a prática cotidiana de jornalistas. Além disso, jornalistas podem tender a negar conscientemente as influências políticas e, mais ainda, as econômicas, em função de uma ideologia profissional que dita que o jornalismo deve operar de forma independente em relação a interesses políticos e econômicos (HANITZSCH et al., 2010, p.19, *tradução nossa*).

O que referimos é de suma importância, frisamos, porque trabalhamos, essencialmente, nas análises subsequentes a este capítulo, com dados interpretativos (opiniões, crenças, comportamentos reportados por jornalistas), não descritivos ('fatos' validados com recurso a fontes externas). Não significa isso que desconsideramos os segundos, mas que eles (por exemplo, informações públicas sobre demissões coletivas ou legislação sobre regulação) são acionados para refletir sobre os primeiros, que compõem o cerne da nossa investigação empírica. O objetivo central será, assim, refletir sobre significados de eventos ou situações para participantes no estudo. Tomamos essa opção por considerar que, não sendo a realidade um todo fechado e inequívoco, sujeitos atuam também com base nos significados que, na interação com outros, atribuem ao mundo que

habitam. Assim, julgamos particularmente pertinente, uma vez já detalhados alguns dos elementos que consideramos contribuírem para a estruturação do sistema de mídia e campo jornalístico no Brasil, tentar investigar percepções sobre aquelas dimensões com jornalistas. Fazemo-lo influenciados também pela crítica de Medina (1982), quando avalia que aqueles/as raras vezes são ouvidos/as, e, assim, as reflexões sobre o seu papel (não apenas no campo acadêmico mas, acrescentamos, no tecido social de forma mais abrangente) "carecem sempre de informações vivas, de situações reais e de compreensão do que se passa, efetivamente, no processo de trabalho do jornalista em seu dia-a-dia" (MEDINA, 1982, p.21). Entretanto, o nosso objetivo, como já sublinhado, não é exatamente o de investigar o que 'efetivamente' se passa, mas explorar avaliações e significados sobre a realidade laboral-profissional, posicionamentos perante ela adotados e que elementos para eles contribuem.

Uma suposição subjacente ao uso de questionários e entrevistas – instrumentos que construímos na nossa investigação – é, segundo Cozby (2003, p.145), "a de que as pessoas estão dispostas e são capazes de dizer a verdade e de dar respostas acuradas". Certamente, assim é, e para tentar diminuir o risco – nunca completamente eliminado – de vieses que invalidem os dados obtidos é necessário adotar alguns cuidados. Para que os mesmos não sejam reduzidos a procedimentos 'técnicos', seguindo regras universais – o que se revela impossível, se considerarmos que nenhuma situação de encontro com o Outro (indivíduo, sujeito, discurso, conhecimento, mundo) pode ser aprioristicamente determinada –, é importante que tenham uma fundamentação de outro tipo: para bem e para o mal (com os limites e potencialidades que isso possa significar), o conceito de 'verdade' com que trabalhamos está, como exposto em maior detalhe no segundo capítulo, ancorado numa perspectiva construtivista – eticamente fundamentada, falível –, por oposição a outra, positivista – fechada à contingencia histórica e à pluralidade de posicionamentos e interpretações legítima(da)s. Assim, na coleta e intepretação de dados empíricos (mas também desde que começamos a construção dos instrumentos para tal) procuramos adotar uma postura que, assente na relativização (das verdades construídas, não decorrentes apenas de um mundo objetivo, mas do encontro com outro/s, inter/subjetivo/s), evite cair no relativismo (que, assente na sobrevalorização da subjetividade, tome qualquer proposição como válida). Tal relativização não é, naturalmente, referente aos dados objetivos (por exemplo, a idade dos indivíduos, locais em que trabalham ou trabalharam, tempo de experiência profissional etc.) – que serão ou não verdadeiros, aí não há meio-termo –, mas aos significados que constroem e

construímos (por exemplo, sobre autonomia profissional e como essa pode ou não estar relacionada aos cargos hierárquicos ocupados na empresa).

O que temos vindo a discutir também nos orienta para a classificação da pesquisa como sendo de cariz essencialmente qualitativo.

5.2 Pesquisa de natureza qualitativa

Seguindo as considerações de Bauer, Gaskell e Allum (2002), defendemos que nenhum modelo metodológico é dotado de validade interna universal, ou seja, que na pesquisa científica nenhum caminho está apriorística e completamente definido, garantido, se seguidos todos os passos descritos por outros/as investigadores/as, resultados (igualmente) válidos: "para análise requer-se um plano. Mas isso não significa que se deva aderir mecanicamente ao processo" (GIL, 2008, p.177). De acordo com Lopes (2004), a decisão de traçar o estudo por este ou aquele caminho (quanti ou qualitativo, por exemplo) está – ou deve estar – relacionada, entre outros elementos, à definição do problema e objeto, o que – acrescentamos nós – já nos dá indicação de que os trajetos são caracterizados pela (necessária) abertura à (re)construção, uma vez que os problemas e objetos de pesquisas – diferentes, conduzidas por diferentes investigadores/as, na relação com contextos específicos – não podem ser tomados como iguais.

Segundo Minayo (2009, p.15, *grifos da autora*),

> é preciso afirmar que o objeto das Ciências Sociais é *essencialmente qualitativo*. A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. [...] os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação [...], ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória.

Julgando pertinente a posição defendida pela autora – principalmente por chamar atenção para o fato de a realidade nunca poder ser reduzida aos fenômenos estudados e resultados alcançados –, identificamo-nos mais com aquela que considera haver uma complementariedade entre quantificação e qualificação: não só as operações quantitativas são amparadas por construtos qualitativos – configurando, muitas vezes, uma relação de vai-e-vem, em que os dados, transformados, podem servir à reformulação de hipóteses, variáveis e objetivos (não sendo de desconsiderar a importância dos procedimentos que permitem, quando é esse o intuito, calcular erros amostrais com vista à justificação da confiabilidade na generalização das conclusões ao universo que a amostra representa) –,

como pode haver a combinação entre instrumentos (tradicionalmente caracterizados como) quantitativos e qualitativos. Ou seja, é considerado que "o uso do número não é exclusivo da pesquisa quantitativa, e o recurso ao numérico ou estatístico não é incompatível com a análise qualitativa" (LOPES, 2004, p.34). Além disso, é importante frisar, como o faz Mick (2013) ao detalhar os procedimentos metodológicos de uma das pesquisas mais citadas nos últimos anos sobre o perfil dos/as jornalistas brasileiros/as, que todos os levantamentos quantitativos, até mesmo aqueles que são definidos como representativos de toda a população, são "uma espécie de 'fotografia', que *com certa probabilidade* reflete as condições da categoria *no momento* em que os dados foram colhidos" (MICK, 2013, p.25, *grifos nossos*).

Apesar de na nossa pesquisa recorrermos à construção e aplicação de um instrumento de coleta de dados que normalmente é identificado com a pesquisa quantitativa – o questionário –, consideramos que ela é de natureza qualitativa. Classificamo-la assim, também, por estarmos impossibilitados de, a partir dos sujeitos incluídos no estudo, generalizarmos os resultados a todo o universo. Não quer isso dizer, em nosso entender, que por isso o estudo perda validade – tampouco que o número de dados obtidos seja irrelevante –, mas que, como em todos, ela tem limites mais ou menos delimitados que (re)orientam os nossos objetivos. Se nas primeiras fases da pesquisa tínhamos conjecturado alcançar uma amostra representativa, percebemos, no seu decorrer, ser necessário afastarmo-nos de tal objetivo e reforçar o nosso intuito de explorar, principalmente, significados, sem possibilidade de os generalizar para toda a população de que os sujeitos no estudo fazem parte. Tal é considerado característica de pesquisas qualitativas (GIBBS, 2009; MINAYO, 2009; VILELAS, 2009), voltadas para a tentativa de "aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente" (MINAYO, SANCHES, 1993, p.247). Ou seja, em linha com tal perspectiva, o nosso intuito não é de reportarmos a um universo estatístico preciso, apto a generalizações para toda a população, mas tentar aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos que focalizamos, "visando à elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo, reconhecendo que o resultado das observações é sempre imparcial" (MARTINS, 2004, p.295).

Considerada a esquematização proposta por Gil (2008), classificamos o nosso estudo como sendo de caráter exploratório-descritivo: exploratório porque procuramos

uma maior familiaridade com o problema de pesquisa, tentando apontar para explicações aproximativas acerca da relação entre percepções (sobre condições de trabalho e regulação da mídia) e elementos que contribuem para a propensão de diferentes ações (àquelas referentes); descritivo porque também estamos voltados para a descrição de caraterísticas de determinado conjunto de sujeitos, além da exploração de indícios de relações entre variáveis do fenômeno em estudo, para isso considerando opiniões e atitudes de participantes na investigação. Com vista a tais propósitos, recorremos primeiro à aplicação de questionários, técnica que no nosso caso foi adotada com o objetivo de explorar "relações entre variáveis mais do que para estimar acuradamente valores da população" (COZBY, 2003, p.155).

5.3 O questionário

Questionários são, normalmente, utilizados para "descobrir a distribuição de certos traços e atributos" (BABBIE, 2003, p.96) de determinada população. Não raras vezes, são, além disso, construídos e aplicados com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre um fenômeno ou grupo de que não se tem muita informação atualizada, permitindo assim avançar na construção de conhecimento, com vista, também, ao teste e/ou aprimoramento de hipóteses de pesquisa (COZBY, 2003; GIL, 2008).

Consistindo, basicamente, na tradução dos objetivos de pesquisa em vários itens que depois serão transformados em questões para aplicar a toda a população, não "existem normas rígidas a respeito da [sua] elaboração" (GIL, 2008, p.116), mas é necessário levar em conta alguns princípios orientadores. Entre eles, destacamos que as perguntas devem ser, preferencialmente, fechadas mas com opções de resposta suficientemente exaustivas; o número de respostas não deve ser demasiado elevado (o que contribui para o cansaço ou desistência dos/as entrevistados) nem demasiado baixo (que dificulta ou impossibilita inferências significativas); perguntas que possam ser consideradas do foro íntimo das pessoas devem ser evitadas (pois, entre outras consequências, podem diminuir as taxas de resposta); devem ser formuladas de forma clara e concisa (compreensíveis para todos/as); deve ser levado em conta o sistema de referência dos/as respondentes (para assim ser possível avaliar o que é pretendido); devem ser evitadas palavras estereotipadas (CARMO, FERREIRA, 2008; GIL, 2008; MARCONI, LAKATOS, 2003).

Todos esses pontos, que não são exaustivos, deixam perceber como a construção desse instrumento está longe de ser um processo simples, com validade garantida. A

complexidade aumenta sempre que os temas em estudo (no nosso caso, condições de trabalho e regulação da mídia) são multidimensionais – ou seja, quando são constituídos por uma grande variedade de subtemas –, impossibilitando abarcá-los na sua (percebida) totalidade (implicando na exclusão de algumas variáveis que seriam pertinentes para o estudo). Outro ponto a levar em conta – e com o qual fomos confrontados algumas vezes quando, principalmente nas visitas às redações, respondentes (e outros/as que não o eram, mas com quem contatamos para chegar até aos/às jornalistas) levantaram questões sobre a pertinência e validade da pesquisa e/ou questões – é que quando investigamos temas que, por variados motivos, são socialmente sensíveis, não é fácil corresponder completamente à sugestão de não entrar na intimidade das pessoas, o que pode implicar numa maior propensão para a distorção ou contágio emocional nas respostas. Quando surgem dificuldades desse tipo, mas também antes, recorrer a investigações semelhantes, já concluídas, pode ser – e no nosso caso foi –, uma importante fonte de orientação.

Optamos pelo questionário em função das vantagens que ele apresenta: permitiu-nos atingir um elevado número de pessoas; alcançar uma grande quantidade de respostas padronizadas em relativamente pouco tempo (ponto que também pode ser considerado uma limitação, ao reduzir a profundidade/ diversidade de respostas; no nosso caso, em que o instrumento é, como afirmado, utilizado mais para a exploração de variáveis – para depois, quando realizarmos as entrevistas, serem aprofundadas – do que para a descrição representativa da população, julgamo-lo como um ponto mais positivo do que negativo); maior segurança para os/as respondentes, em função do anonimato (o que também pode contribuir para a diminuição de intensidade da distorção nas respostas ou resistência para participar na pesquisa); uma vez que o questionário foi respondido autonomamente, houve menos exposição à influência do entrevistador – fato que também permitiu maior liberdade aos/ás jornalistas para decidirem quando e onde responderiam às questões (aspecto que não é de pouca relevância, uma vez que os respondentes fazem parte de uma população que, pelo elevado ritmo e imprevisibilidade do trabalho, convivem frequentemente com a falta de tempo).

O que nesse instrumento é percebido como vantagem, noutros poderá ser uma desvantagem, e vice-versa. Também por isso optaremos pela complementariedade com entrevistas semiestruturadas em profundidade. Ainda no caso do questionário, entre as desvantagens esteve a impossibilidade de conhecermos as circunstâncias em que os mesmos foram preenchidos; a maior dificuldade de rapidamente prestarmos ajuda em

caso de dúvidas sobre instruções ou questões, podendo isso significar que uma mesma questão (ou alternativa de resposta) seja interpretada de forma diversa por diferentes sujeitos; não-exaustividade de alternativas de respostas; pouco controle sobre a devolução (atempada) de respostas.

O questionário foi construído levando em conta o nosso objeto, objetivos e hipóteses de estudo, além do conhecimento acumulado sobre os temas (resultante da consulta de literatura científica e familiaridade com o campo jornalístico – decorrente também da nossa experiência profissional enquanto jornalistas e do contato com outros/as que o são ou foram). Procuramos ainda apoio em investigações que, com objeto e temas semelhantes aos nossos, tivessem recorrido à aplicação de questionários[74].

Levando em conta a esquematização apresentada por Gil (2008, p.124-126), redigimos questões para obter, principalmente, informações sobre fatos (referentes a dados concretos e fáceis de precisar, tais como o/s meio/s para que os/as respondentes desenvolvem trabalho, idade, gênero etc.) e atitudes ou crenças (com o objetivo de compreender, por exemplo, quais os níveis de autonomia que consideram ter no desempenho de diversas atividades ou aferir a concordância com variadas afirmações sobre o estado atual da regulação da mídia no país), mas também sobre comportamentos (exemplo disso são as questões que versam sobre a participação sindical e sobre se propõem publicar históricas com viés pouco alinhado à política editorial dos veículos), sobre razões conscientes de crenças ou comportamentos (entre outras, interessou-nos saber porque, em caso de o fazerem, jornalistas desenvolvem trabalho remunerado para mais de um empregador) e sobre sentimentos (ao pedirmos que nos comunicassem se acreditam que podem ser des/promovidos num futuro próximo e se se sentem valorizados/as pela empresa e colegas). Algumas – raras – questões abarcaram, até pelas alternativas de resposta que apresentamos, mais de uma tipologia.

Organizamos o documento em torno de cinco grupos temáticos: 1) características profissionais e demográficas (com o objetivo de caracterizar os sujeitos que participam no questionário, perguntamos há quanto tempo atuavam como jornalistas, há quanto para o atual empregador, em que editoria/s, idade, gênero, raça/etnia etc.); 2) autonomia profissional (longe de podermos investigar essa temática de forma exaustiva, procuramos explorar alguns indicadores referentes, principalmente, aos graus de liberdade que os/as

[74] Entre elas, destacamos a coletânea orgnizada Amado, Oller-Alonso e Baumgratz (2016), além dos estudos de Figaro (2012), Grohmann (2012), Mick e Lima (2013), Garcia-Avilés, Fuente-Cobo e Maciá-Barber (2014), Paiva, Guerra e Custódio (2015), Miranda (2018) e Lelo (2019).

respondentes avaliavam ter em tomadas de decisão no desenvolvimento de diversas atividades, os níveis que consideravam existir na redação – com influência não apenas sobre si mas também sobre outros/as jornalistas – e as fontes (e graus) que os influenciavam); 3) relações de associação e des/identificação interpessoal (voltado para questões relacionadas à sindicalização dos/as jornalistas, bem como para a aproximação/afastamento com outros atores – empregadores, movimentos sociais, colegas do mesmo ou outros veículos –, em diversos contextos – dentro e fora do trabalho); 4) condições de trabalho (indicadores sobre influências no desenvolver de atividades em contexto de trabalho) e emprego (relação – legal – entre trabalhador e empregador) – procuramos também uma caracterização do trabalho que desenvolvem (horas dedicadas, elementos que nele interferem negativamente, satisfação e prospecção do futuro, entre outros) e do vínculo empregatício (tipo de contratação, remuneração etc.); 5) regulação e regulamentação da mídia (explorando a familiaridade e atitudes dos/as participantes perante o tema, foi a secção em que construímos perguntas-matriz[75] em maior extensão).

Antes de ser aplicado à nossa população-alvo, o questionário foi enviado a doze jornalistas que aceitaram participar no pré-teste. Para selecionar tais indivíduos recorremos a pessoas próximas a nós que conheciam jornalistas a trabalhar nos veículos que focalizamos. Na posse das informações necessárias (e-mail e/ou telefone pessoais), entramos em contato, apresentamo-nos (e à pesquisa em desenvolvimento) e fizemos o convite. Obtidas as respostas (o questionário de pré-teste foi acompanhado de outro documento, em que era pedido que os/as respondentes avaliassem qualidade – pertinência e compreensão das perguntas e alternativas de resposta – e extensão do mesmo), procedemos às alterações que julgamos necessárias. A crítica mais comum foi relativa à extensão (demasiado longa) do questionário. Em função disso, decidimos reduzi-la. Para tal, optamos entre outras alterações, pela exclusão de questões relativas a dois temas – 'saúde e trabalho' e 'divisão trabalho/casa' –, que, assim, somente foram contemplados nas entrevistas. Na reorganização das questões, tentamos seguir uma ordem sem cortes temáticos bruscos – adotamos a "'técnica do funil', segundo a qual cada questão deve relacionar-se com a questão antecedente e apresentar maior especificidade" (GIL, 2008,

[75] 'Perguntas-matriz' são compostas por uma questão principal, em relação à qual se seguem várias outras, sendo pedido que respondentes escolham, para cada alternativa de resposta, o grau de concordância com que mais se identificam. Esse tipo de questões é utilizado para explorar temáticas complexas "que só podem ser observad[a]s [...] após o cruzamento de diferentes aspectos da mesma questão" (NICOLETTI, 2019, p.114).

p.127). Quando entendemos haver risco de contágio entre as questões, procuramos deslocá-las para outros espaços no documento. Considerando também que apresentar questões relativas a dados sociodemográficos (idade, gênero etc.) no início do documento poderia "conferir ao questionário uma aparência rotineira a ponto de desestimular as pessoas a respondê-lo (GIL, 2008, p.129), optamos pela sua inclusão na parte final.

Finalizadas as alterações, procedemos à tentativa de identificação do universo, bem como dos caminhos através dos quais poderíamos chegar até ele (e, portanto, ao conjunto de sujeitos a convidar para participar no estudo. Como já mencionado, tínhamos, inicialmente, por objetivo alcançar uma amostra representativa. Apesar da inexistência de dados públicos atualizados sobre o número de jornalistas em atuação no país, estados e cidades, julgamos – uma vez que o nosso estudo foi voltado para os/as jornalistas que desempenhavam trabalho em espaços relativamente circunscritos – que seria possível chegar a uma caracterização fidedigna do nosso universo através de informações facultadas pelas empresas. Essa dependência – em relação às informações que as empresas estivessem dispostas e capazes de partilhar – revelou-se, no entanto, uma limitação que não permitiu alcançar aquilo que buscávamos.

Requeremos, junto de cada empresa, uma lista completa com todos/as os/as jornalistas (e canais – telefone e/ou e-mail – para contato[76]) que, sem distinção de vínculo empregatício e periodicidade de colaboração, para elas desempenhavam trabalho. Na generalidade dos casos, depois de alguns (poucos), pedidos de esclarecimentos (instituição a que estamos vinculados e natureza da pesquisa), os dados foram-nos facultados sem muita demora. Com os documentos em mãos (nomes e contatos dos/as jornalistas), verificamos – à medida que íamos contatando os/as jornalistas – que estavam, também a maioria, desatualizados (tanto o número, e por vezes o nome, de profissionais, quanto os seus contatos). Assim sendo, com apoio nas listas, procuramos percorrer outros caminhos para identificar a totalidade dos indivíduos: telefonamos, por várias vezes, e quando em posse dessa informação, para cada uma das editorias dos veículos. Quando as redações não estavam assim organizadas, tentamos outros setores que poderiam ter as informações que procuravamos. Foi, portanto, uma tentativa de contato mais informal, a qual possibilitou importantes avanços (tanto para atualizar as listas, quanto para falar diretamente com jornalistas que já estavam identificados/as mas que não tinham

[76] A maioria dos contatos cedidos foram os profissionais, muitos dos quais estavam desatualizados ou, como nos informaram alguns/mas dos/as que posteriormente contatamos por contato pessoal (conseguido através de outros/as jornalistas que participaram no nosso estudo), não eram utilizados com frequência.

respondido à nossa tentativa de contato). Outra estratégia que também nos permitiu avançar foi a visita às redações (em dias e horários diferentes, acompanhados por jornalistas que as integravam e, além de terem concordado em participar na pesquisa, se disponibilizaram para nos acompanhar e apresentar a outros/as). Finalmente, recorremos à técnica de 'bola de neve' (jornalistas que, aceitando participar na pesquisa, identificaram outros/as que trabalhavam nos veículos por nós contemplados).

Analisando a literatura científica em que nos apoiamos, percebemos que investigadores/as que se propõem a um trabalho semelhante ao nosso – e que no processo encontram alguns dos obstáculos por nós identificados – recorrem frequentemente ao apoio de organizações profissionais (não raras vezes, sindicatos). Ainda que muitas vezes essa estratégia seja apontada como bastante útil – possibilitando, por exemplo, a divulgação do estudo através dos canais de tais organismos (páginas de internet, lista de e-mails de jornalistas a eles associados, etc.) ou a entrada nas redações das empresas que mostram pouca abertura ao desenvolver de investigações que as adotam como objeto de estudo –, tentamos, tanto quanto possível, evitar esse caminho por considerarmos que, também devido aos temas de estudo, a nossa imagem poderia ficar demasiado relacionada a tais grupos, o que, como alertado por Carmo e Ferreira (2008), poderia contribuir para o aumento de respostas tendenciosas ou falseadas. Em todo o caso, o apoio de Geraldo Bringel (jornalista e dirigente sindical), foi de extrema importância em todo o processo, inclusive para conseguirmos entrar na única redação que, inicialmente, não facultou qualquer dado (afirmando que a Lei de Proteção de Dados no país o proibia) e desaconselhou a nossa visita, uma vez que os/as jornalistas não teriam interesse no contato (a responsável com que falamos, primeiramente por e-mail, afirmou que, depois do nosso primeiro contato – tentamo-lo por mais de uma vez – teria conversado com os/as profissionais e a maioria tinha-se mostrado contrária à participação). Face a isso, entramos em contato com Bringel para perguntar se teria sugestão de outros caminhos. Respondeu-nos, dizendo que iria tentar falar com a pessoa que nós já havíamos contatado. Pouco tempo depois, recebemos e-mail informando que a visita estava autorizada, desde que primeiro fosse realizada uma reunião com alguns/mas profissionais, em que a representante da direção da empresa também estaria presente, para darmos a conhecer a pesquisa. No decorrer da pesquisa, voltamos à mencionada redação por mais de uma vez, tendo sido aquela em que obtivemos a maior taxa de respostas ao questionário.

Por meio de tais caminhos, identificamos, nos 13 veículos, um total de 364 jornalistas. Com exceção de Geraldo Bringel (devido à relação de proximidade que estabelecemos) e dos indivíduos que anteriormente tinham participado no teste-piloto, convidamos, presencialmente, por telefone, e-mail e outros meios de comunicação (nomeadamente, *facebook* e *whatsapp*) todos/as a participar. O questionário foi redigido em plataforma online (*google forms*) e o link partilhado de forma direcionada (facultado, individualmente, a cada um dos indivíduos que afirmou desejar participar). De entre aqueles que obtivemos resposta afirmativa, recebemos, efetivamente (entre julho e setembro de 2019) um total de 184 questionários preenchidos. Desses, excluímos 3 que consideramos inválidos. Consideramos válidas para análise, portanto, as respostas de 181 jornalistas A maioria daqueles/as que rejeitaram o convite justificaram-no com base na falta de tempo; 2 negaram-no por motivos de doença; verificaram-se também vários casos em que não obtivemos resposta (o motivo – falta de interesse ou o convite não ter chegado ao destino – não sabemos) e outros que, tendo inicialmente afirmado que responderiam, não o fizeram até à data de encerramento do questionário

Apesar dos esforços, não nos é possível afirmar, por motivos óbvios, que todos os indivíduos foram considerados. Falamos, portanto, de uma amostra intencional, não representativa. Ainda que não nos seja possível fazer generalizações com uma margem de erro definida, julgamos, pelo percurso trilhado e número de questionários obtidos, que os dados permitem um alto grau de informação para refletir sobre os temas em estudo. Depois de saneados os resultados (excluídos os questionários considerados inválidos para análise) e codificadas/uniformizadas as respostas (conversão daquelas em dados uniformes, passíveis de comparação, criação de intervalos de medida, identificação de respostas em falta etc.), as análises – com recurso a estatística descritiva, utilizada para calcular a distribuição de frequências absolutas e relativas e, assim, por meio de comparação e descrição, identificar o que é mais típico em cada categoria – foram realizados com apoio no programa *Microsoft Excel*, principalmente por meio da construção de tabelas dinâmicas, que permitem o cruzamento de diferentes conjuntos de dados – utilizamos então, para sumarizar e descrever a distribuição de variáveis isoladas, estatística descritiva univariada e, para comparar a frequência de uma variável em relação a outras, estatística descritiva bivariada. O segundo conjunto permite apontar para relações entre os dados, mas (até por não tratarmos de uma amostra representativa, e, assim, não recorremos à estatística inferencial) não "permite avaliar se as semelhanças e diferenças que observamos na amostra também se encontram em toda população"

(ØRMEN, 2020, p.276, *tradução nossa*). Para atribuir maior significado aos nossos resultados, levamos em conta outros estudos que, abordando algumas variáveis iguais ou semelhantes às nossas, já foram realizados no Brasil. A base de dados com que trabalhamos pode ser encontrada através do link facultado no Apêndice B.

5.4 As entrevistas

Concluída, com base em estatística descritiva univariada, uma primeira análise dos questionários, realizamos, entre março e maio de 2021, entrevistas com 15 jornalistas que participaram na primeira fase da pesquisa. Antes, outros instrumentos de coleta de dados foram conjecturados, nomeadamente a observação participante e grupos focais. Não foram, no entanto, aplicados devido a limitações que não pudemos solucionar – o primeiro foi deixado de lado, ainda em fase inicial da pesquisa, devido à grande quantidade de tempo que exigiria (relembramos que o tema do projeto de investigação foi alterado no segundo ano do curso de doutoramento); o segundo não foi tentado porque, devido ao distanciamento social exigido pela pandemia de covid-19, consideramos que aplicá-lo à distância, via internet, implicava demasiados riscos de problemas (no controle/condução das entrevistas conjuntas, dificuldades nas ligações à internet, nas transcrições devido a diferenças na qualidade dos áudios e eventuais falas sobrepostas etc.). Optamos então pela entrevista semiestruturada, considerada a melhor técnica possível para perseguir os objetivos que nos propomos. Um dos principais benefícios em relação à aplicação dos questionários, motivo pelo qual as conduzimos, é a possibilidade de obter informações mais aprofundadas, não padronizadas, sobre as temáticas em estudo. Como colocado por Gaskell (2002, p.65), o objetivo central com a sua aplicação é tentar "uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos". Revela-se, assim, como oportunidade para melhor explorar a concepção de situações consideradas, ou não, problemáticas e os modos dos sujeitos lidarem com elas (HEINZ, KRÜGER, 2001). Entretanto, importa frisar que o instrumento está longe de poder ser reduzido a uma simples 'conversa', questão que foi necessário levar em conta antes da sua realização.

Em primeiro lugar, trata-se de uma interação, entre, no caso, pessoas que antes não se conheciam, e em que estão definidos papéis mais ou menos bem definidos: por um lado, entrevistador, que faz questões para obtenção de informações que sirvam à construção da investigação em curso, as quais depois serão analisadas sem participação

de entrevistado, o qual, espera-se, responde ao solicitado, podendo ou não ter antes pensado seriamente sobre os assuntos. Trata-se, assim, de uma situação em que relações de poder também estão envolvidas, a que, até por questões éticas, é necessário ter atenção. Uma vez que tais relações estão pressupostas, não sendo possível completamente eliminá-las, foi tentado, desde o início de cada entrevista, comunicar de forma tão clara quanto possível o objetivo geral da pesquisa e o nosso interesse na entrevista (o que, julgamos, contribui também para a construção de uma relação de maior confiança entre as duas partes – o que, por outro lado, pode ser interpretado como estratégia instrumental com vista à obtenção de informações[77]). Além disso, também no início, o entrevistador fez uma breve apresentação de si, colocando-se à disposição para responder a quaisquer outras questões. Procuramos assim contribuir para a construção de uma interação pautada, nos termos de Habermas (2004), por uma racionalidade comunicativa, com vista a uma situação ideal de fala, que, nunca sendo por completo conseguida, podemos ao menos perseguir. Nesse sentido, não procuramos, por exemplo, adotar uma posição de falsa neutralidade perante afirmações que, devido ao nosso conhecimento prévio sobre acontecimentos abordados, julgamos contraditórias (não 'falsas'), procurando antes melhor explorá-las justificando o porquê de o propormos. Também procuramos respeitar os limites de entrevistados/as (sobre o que comunicaram, ou percebemos, não sentirem conforto para abordar), além de frisarmos a disponibilidade para a qualquer momento prestarmos esclarecimentos sobre algo que considerassem necessário.

Relacionado ao considerado: classificadas de 'interação', toda a entrevista é um processo social, no qual

> as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas (GASKELL, 2002, p.73).

Não tratamos, portanto, de simplesmente 'colher' dados de entrevistados/as: as narrativas, que depois serão analisadas, são condicionadas pela interação estabelecida entre os dois pares da 'conversa', as atitudes que um e outro adotam entre si, as interpretações e avaliações em relação aos discursos produzidos. O papel do entrevistador nunca é, portanto, de um ator neutro, desde logo porque nem mesmo a linguagem o

[77] Sobre o mencionado ponto, apenas nos poderemos 'defender' informando algumas das complementares estratégias adotadas: entrevistados/as foram informados/as que poderiam desistir de participar no estudo a qualquer momento, foi garantido o anonimato, em caso de informações que consideramos sensíveis questionamos se as poderíamos utilizar e foi proposta a partilha da gravação/transcrição da entrevista.

permite. Não é também, julgamos, assim percebido por entrevistados/as, que aceitam participar de uma interação com vista a objetivos pré-estabelecidos: ao contrário de uma boa conversa, frisa Brinkmann, 2018, p.1016, "a entrevista não é um objetivo em si ou uma busca conjunta por verdade, mas um meio que serve aos fins do pesquisador". Ainda que julguemos a consideração demasiado pessimista – de contrário, não faria sentido a anterior menção a uma racionalidade comunicativa, dialógica –, é necessário reconhecer que a interação é estabelecida com vista a objetivos que diferem de uma simples conversa. Também por isso, julgamos, não foi rara a tentativa de entrevistados/as, principalmente no início das entrevistas, redirecionarem os seus relatos – por meio de interjeições como "mas deixa eu voltar ao que te interessa" ou "vou já falar da situação na pandemia que deve interessar a você, né?" – para aspectos que procuraram antecipar ser do nosso interesse. Tal poderá estar relacionado à comunicação inicial dos nossos propósitos com a entrevista, no entanto, Pereira e Neves (2013) já apontaram que essa é uma prática frequente nas entrevistas com jornalistas, sujeitos que estão habituados a conduzi-las. Uma das estratégias sugeridas para pesquisadores que procuram diminuir essa tendência – foi o caso nesta investigação por ser considerado que impede, para além de uma interação mais dialógica, o emergir de informações relevantes não previstas no roteiro de entrevista – é "tentar estender ao máximo o tempo da entrevista, de forma que entrevistador e entrevistado se habituem aos termos da interação" (PEREIRA, NEVES, 2013, p.39). Procuramos seguir a indicação, o que, em parte, explica a duração das entrevistas: em média, cerca de 3 horas. Outro ponto que a explica é o alargado conjunto de temas que procuramos cobrir – a maioria deles já abordados no questionário, além de outros que entretanto incluímos (estes últimos, a relação entre trabalho e vida pessoal, trabalho e saúde e regulação da profissão, além de outras, mais direcionadas para os modos de lidar com as avaliações e situações relatas). A preparação das entrevistas também foi orientada pelos resultados obtidos na primeira análise dos questionários, sendo o roteiro desenhado (que pode ser consultado no Apêndice D) com atenção às conclusões preliminares que julgamos mais relevantes.

No início de cada entrevista perguntamos o tempo disponível que o/a jornalista julgava ter disponível e, se caso necessário, poderíamos continuar a conversa em data próxima a combinar. Faríamos aquela mesma questão passado cerca de metade do tempo de entrevista (45 minutos) que, no geral, foi acordado (uma hora e meia), para tentar melhor controlar o ritmo e questões a colocar. Entretanto, como todos/as os/as jornalistas se afirmaram disponíveis para continuar a entrevista em outro momento, foi decidido não

proceder a alterações para diminuir o tempo empregue. A opção foi um risco, mas, uma vez que todos os casos em que foi necessária nova entrevista ela de fato ocorreu, julgamos que compensou. De frisar ainda que vários/as informaram que poderíamos continuar a conversa no mesmo dia, mas, por julgarmos que tal seria cansativo (para entrevistador e entrevistado/a), combinamos nova data, que depois seria confirmada por contato pessoal, via WhatsApp.

Como já referido, realizamos entrevistas semiestruturadas, significando isso que um conjunto de perguntas pré-selecionadas, projetadas para tocar em tópicos específicos, foram colocadas a todos/as os/as participantes, mas não por uma mesma ordem, sendo adaptadas e intercaladas com outras em função da interação estabelecida e respostas obtidas. Uma vez que toda a nova interação é realizada em novas condições (desde logo, pelas especificidades de cada entrevistado/a), optamos por essa modalidade devido à flexibilidade que permite. Entretanto, o roteiro construído permitiu padronizar as principais questões, o que depois possibilitou, com vista à análise temática das entrevistas, comparar a maioria das respostas. Com o tipo de entrevista adotado procuramos também seguir um ritmo tão natural quanto possível, evitando realizar cortes temáticos demasiado bruscos, adaptando-nos – dentro dos limites razoáveis (limite de tempo e temáticas relativamente restritas) – ao papel ativo do outro par da relação. Afinal, se a comunicação que procuramos estabelecer foi conduzida para corresponder aos objetivos propostos com a pesquisa, não podemos desconsiderar que entrevistado/a também tem os seus objetivos: ao falar a partir de condições imediatas, como empatia e interesse (por entrevistador e temas abordados, por exemplo), articulando "seus pontos de vista, memória a uma representação de si" (FIGARO, 2012, p.58), está também apto/a, em certa medida, a "tomar o turno e mudar o tópico discursivo em desenvolvimento, alterando, assim, a direção da entrevista" (FÁVERO, ANDRADE, 2006, p.155).

Considerada a homogeneidade de participantes que procuramos delimitar antes da aplicação do questionário, para a realização das entrevistas tentamos contemplar um conjunto relativamente diversificado de jornalistas, opção tomada com vista à possível identificação de semelhanças, mas também diferenças. Assim, novamente considerando os resultados dos questionários, nomeadamente a proporção de participantes em cada categoria das seguintes apontadas, decidimos convidar jornalistas com base em: grupo empresarial onde em 2019 trabalhavam (3 de cada um – este foi o único em que não consideramos a proporção de respondentes ao questionário); intervalos de tempo de

atuação profissional, sindicalização ou não; nível hierárquico do cargo ocupado; gênero. Secundariamente, devido à menor escassez de participantes (uma vez que a seleção foi realizada com base na interseção entre categorias – não seria, por exemplo, interessante que todos os sujeitos a entrevistar com cargo no primeiro nível hierárquico trabalhassem no mesmo grupo empresarial), também consideramos a cor/etnia. A título de exemplo: conjecturamos que do grupo empresarial A deveriam ser selecionados para convite 3 sujeitos com as seguintes características informadas em 2019: 1 com até cinco anos de experiência profissional, 1 com até quinze e 1 com mais de quinze; 1 associado/a ao sindicato e 2 não associados/as; 1 chefia, 1 editor/a e 1 outro (preferencialmente repórter); 2 homens e 1 mulher; se possível, 2 autodeclarados/as brancos/as e 1 não-branco/a.

Os convites foram realizados por meio dos contatos que jornalistas facultaram quando responderam aos questionários. A maioria respondeu sem muita demora, concordando em novamente participar na pesquisa. Apenas 2 jornalistas inicialmente contatados/as não seriam entrevistados/as, ambos ocupando cargos de chefia: 1, do grupo A, por falta de tempo – o jornalista ainda mostrou disponibilidade para participar mas, devido à imprevisibilidade de quando e em que condições, optamos por selecionar outro com características semelhantes. Reproduzimos a resposta recebida:

> Tenho tido dias bem corridos. Estou em home office, mas isso aumenta (e muito) o volume de trabalho. Tem dia que começo 6h e só paro lá pras 19h, exausto. São várias reuniões, muitas necessárias e marcadas em cima da hora, sem tempo pra terminar, e que preciso participar. Me diga datas e horas que você pode semana que vem que vejo se consigo encaixar. Sabendo que preciso que seja o mais breve possível e que posso desmarcar em cima da hora, caso apareça algo urgente, e que posso ser interrompido inúmeras vezes, já que muito do andamento do dia a dia depende de mim.

A segunda jornalista, do grupo D, que não participaria também demonstrou inicialmente disponibilidade para participar, mas (para além de novo sublinhar sobre pouco tempo disponível) apenas na condição de pedirmos autorização a responsável da direção da empresa. Agradecemos e optamos novamente pelo convite a outra jornalista de características semelhantes. Os/as demais jornalistas mostraram-se bastante disponíveis – na medida do possível, levando em conta o elevado número de horas que no geral também dedicavam ao trabalho – inclusive, nos poucos casos que foi necessário, para falar com colegas que tínhamos convidado mas ainda não tinham respondido. Conseguimos assim chegar a um diverso conjunto de participantes (tabela 1), com características próximas dos parâmetros que inicialmente definimos. A caracterização geral de cada entrevistado pode ser consultada no Apêndice C.

Tabela 1 – Características gerais do conjunto de jornalistas entrevistados/as.

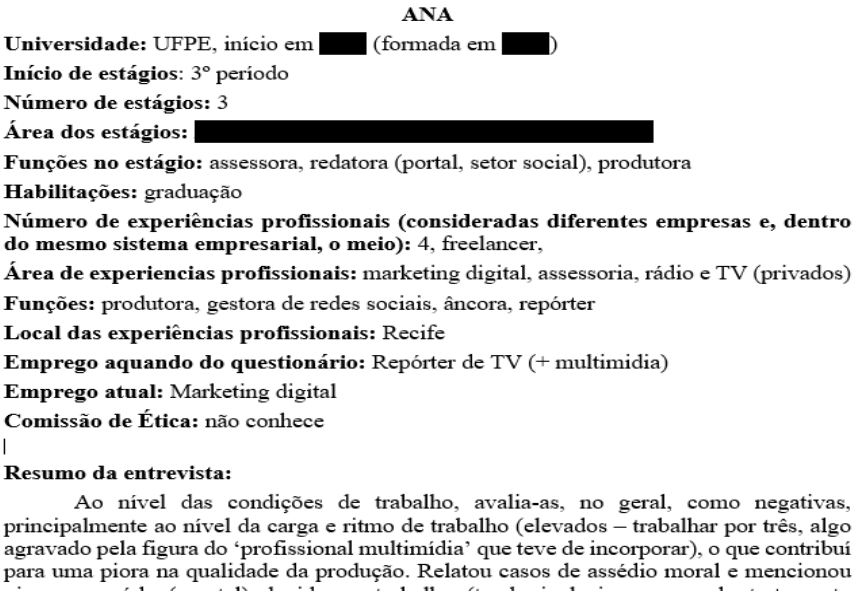
TOTAL DE 15 JORNALISTAS ENTREVISTADOS
3 de cada grupo empresarial
8 mulheres 6 homens
3 com menos de 5 anos de experiência profissional 3 com entre 5 e 10 anos de experiência profissional 4 com mais de 10 e menos de 15 anos de experiência profissional 3 com mais de 15 a 20 anos de experiência profissional 2 com mais de 20 anos de experiência profissional
8 associados/as ao SINJOPE 6 não associados/as ao SINJOPE
3 em cargo do primeiro nível hierárquico (editor/a-executivo, entre outros) 3 em cargo do segundo nível hierárquico (editor/a-assistente, entre outros) 8 em cargo do terceiro hierárquico (repórter, entre outros)
10 brancos/as 4 pardos/as 1 negro

Concluídas as entrevistas, recorremos, para economizar tempo, ao aplicativo *oTranscribe* (https://otranscribe.com/), programa gratuito de transcrição automática. Depois foram lidas ao mesmo tempo que eram ouvidas as entrevistas, com o propósito de proceder às correções necessárias (gralhas, erros de pontuação etc.). O processo fez-se necessário porque, para além da qualidade do processo automatizado variar em função de diversos elementos (como qualidade dos áudios ou palavras e sons utilizados por entrevistados), a transcrição é, eminentemente, um trabalho interpretativo, que, portanto, está dependente da atuação humana: não se trata simplesmente de uma 'tradução' do registro oral para o escrito, e isso porque as duas modalidades são diversas entre si (KVALE, 2007). Depende, por exemplo, do investigador determinar onde sinalizar o fim de uma frase, os locais e tempos de pausa, a marcação da suspensão de um pensamento e sua eventual retomada, exclamações e ênfases dadas, entre muitas outras tomadas de decisão que, sendo a transcrição o principal material a ser considerado nas análises, é fundamental serem realizadas com cuidada atenção. As transcrições, portanto, não 'são' as falas de entrevistados/as, mas uma representação delas, produzidas pelo/a investigador

com vista a atingir os seus objetivos (GIBBS, 2009; KVALE, 2007).

Depois de terminadas as correções, voltamos a ler/ouvir cada entrevista integralmente, dessa vez com o objetivo de, para além da redução de eventuais erros de interpretação ou digitação, alcançar maior nível de familiaridade com cada uma delas (no final de cada leitura foi tentado um resumo das principais ideias mapeadas), momento que foi aproveitado para registrar outros dados objetivos que poderiam ser pertinentes à análise (a figura 1 é desse trabalho um exemplo)

Figura 1 – print screan (parcial) de um dos documentos resultantes da segunda leitura da/s entrevista/s. O nome 'Ana' é fictício.



ANA

Universidade: UFPE, início em [redacted] (formada em [redacted])
Início de estágios: 3º período
Número de estágios: 3
Área dos estágios: [redacted]
Funções no estágio: assessora, redatora (portal, setor social), produtora
Habilitações: graduação
Número de experiências profissionais (consideradas diferentes empresas e, dentro do mesmo sistema empresarial, o meio): 4, freelancer,
Área de experiencias profissionais: marketing digital, assessoria, rádio e TV (privados)
Funções: produtora, gestora de redes sociais, âncora, repórter
Local das experiências profissionais: Recife
Emprego aquando do questionário: Repórter de TV (+ multimidia)
Emprego atual: Marketing digital
Comissão de Ética: não conhece

Resumo da entrevista:

Ao nível das condições de trabalho, avalia-as, no geral, como negativas, principalmente ao nível da carga e ritmo de trabalho (elevados – trabalhar por três, algo agravado pela figura do 'profissional multimídia' que teve de incorporar), o que contribuí para uma piora na qualidade da produção. Relatou casos de assédio moral e mencionou

Considerada satisfatória a qualidade das transcrições produzidas – uma vez que elas nunca serão precisas, a questão, aponta Gibbs (2009, p.28), é se "representa[m] uma tentativa bem-sucedida e cuidadosa de captar alguns aspectos da[s] entrevista[s]" –, passamos, progressivamente, para as demais fases de análise propostas por Braun e Clarke (2006, 2013) em pesquisas que, nosso caso, objetivam uma análise temática dos materiais. Terminada a primeira fase – imersão nos dados por meio da leitura repetida, ocasião em que o/a investigador deve estar atento/a à identificação de potenciais padrões de significados, fazendo notas de potenciais categorias –, a segunda é voltada para a criação dos códigos iniciais. Para tanto, as autoras fazem distinção entre 'códigos orientados pelos dados' e 'códigos orientados pela teoria' – os primeiros resultantes, por meio de indução, dos próprios dados, os segundos criados aprioristicamente com base nas questões de pesquisa (BRAUN, CLARKE, 2006). Procuramos realizar uma codificação aberta a ambos – o que também é sugerido como possível caminho, uma vez que a própria 'coleta' de dados já é realizada com base em propósitos e bases específicas –, para assim

não colocar de parte temas que, não previstos no roteiro de pesquisa, poderiam ser pertinentes ao nosso estudo. Para tanto, construímos uma grelha de análise com categorias previamente elaboradas (por exemplo, ‘regulação>significados>censura’ – o que dá conta de uma hierarquia de codificação, em que o primeiro, ‘regulação’, coordena os demais, nele incluídos, mais específicos), complementando-a/s – a grelha e as categorias – com outras não previstas antes de leitura/análise. Nesta fase procuramos criar tantos códigos quantos necessários, sem demasiada preocupação sobre a sua eventual excessiva quantidade, porque apenas depois de terminada a codificação de cada uma das entrevistas seria possível (terceira fase) um maior refinamento, identificando aqueles que são mais relevantes e frequentes, que podem ser agregados para dar origem a um único (ou o contrário, desagregados), que devem ser desconsiderados por não serem pertinentes à pesquisa, por serem demasiado ambíguos, terem presença pouco significativa no conjunto dos dados, etc. (RIGER, SIGURVINSDOTTIR, 2016).

Para os processos que apontamos é por vezes sugerido o recurso a programas informáticos que podem facilitar a organização e tratamento dos dados. Tentámos a utilização do *NVivo*, mas, devido à pouca familiaridade e dificuldade de manuseio, que não foi ultrapassada com a leitura de manuais e visualização de tutoriais, foi tomada a opção de fazer a codificação diretamente nos documentos *Word*, com recurso à ferramenta ‘comentário’ (figura 2), fazendo anotações mais detalhadas nas entrevistas impressas. Depois de finalizada a terceira fase de análise, incluímos todos os códigos considerados válidos, e respectivos trechos de cada entrevista, em diferentes documentos word (figura 3), criado um para cada grupo temático, o que possibilitou uma análise levando em conta o conjunto das entrevistas.

Figura 2 – Exemplo de codificação em documento word (fase 2 de análise temática). O nome ‘Benjamin’ é fictício.

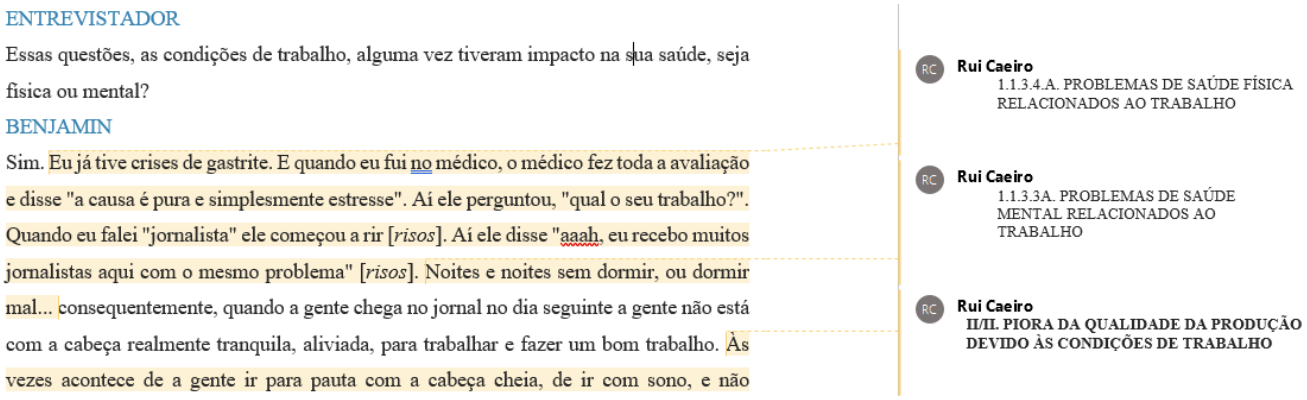
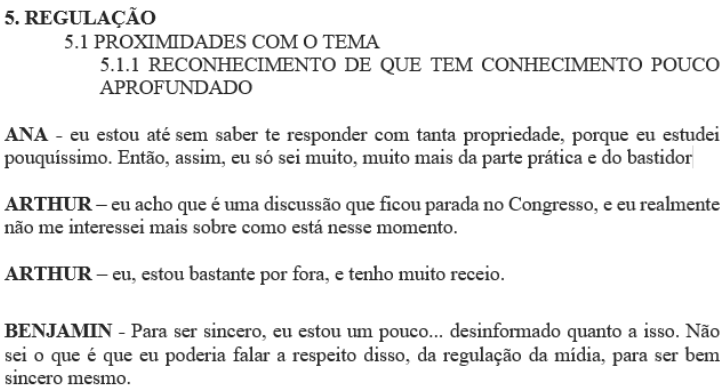


Figura 3 – Exemplo de codificação em documento word (fase 3 de análise temática). Os nomes são fictícios.



5. REGULAÇÃO

5.1 PROXIMIDADES COM O TEMA

5.1.1 RECONHECIMENTO DE QUE TEM CONHECIMENTO POUCO APROFUNDADO

ANA - eu estou até sem saber te responder com tanta propriedade, porque eu estudei pouquíssimo. Então, assim, eu só sei muito, muito mais da parte prática e do bastidor

ARTHUR – eu acho que é uma discussão que ficou parada no Congresso, e eu realmente não me interessei mais sobre como está nesse momento.

ARTHUR – eu, estou bastante por fora, e tenho muito receio.

BENJAMIN - Para ser sincero, eu estou um pouco... desinformado quanto a isso. Não sei o que é que eu poderia falar a respeito disso, da regulação da mídia, para ser bem sincero mesmo.

A quarta fase do método de análise proposto é a revisão e refinamento dos temas construídos, sendo que nesse processo é fundamental ter atenção a dois principais aspectos: 1) se os códigos que compõem o tema têm coerência interna, ou seja, se têm fronteiras mais ou menos bem definidas em relação a outros, permitindo uma apropriada orientação por entre o manancial de informações e 2) se os temas são resultantes de uma análise exaustiva, em que outros dados, potencialmente contraditórios, poderiam colocar em causa os resultados mapeados – neste caso é recomendada a releitura integral das transcrições (o que fizemos), para, já com os códigos e temas mais ou menos bem definidos, tentar identificar eventuais faltas ou contradições. Antes da última fase – a redação do relatório de pesquisa –, a quinta trata da identificação dos traços centrais de cada tema construído e a sua nomeação de acordo com aqueles. Devido ao grande volume de dimensões em análise, optamos por no sétimo e oitavo capítulo – onde analisamos as entrevistas –, dedicar mais atenção ao detalhamento de alguns dos códigos construídos, seus limites e operacionalizações, que servem à análise de categorias centrais no estudo. A nomeação e sucinta caracterização dos temas será apresentada nas considerações finais.

6 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Nas páginas que se seguem desenvolvemos a análise de todas as questões propostas aos/às jornalistas com o questionário. Também apresentamos resultados de cruzamentos entre perguntas, mas não todos os que realizamos – apenas aqueles em que identificamos significativas variações de respostas e, em nosso entender, permitem apontar para relações entre as temáticas em análise.

Com o intuito de, tanto quanto possível, garantir o anonimato de respondentes, sempre que, de agora em diante, pretendermos referirmo-nos aos dados relativos a jornalistas que trabalham em veículos de um mesmo grupo empresarial, fazemo-lo com referência a uma das cinco categorias criadas para o efeito, representadas por uma única letra: (grupo empresarial) A, B, C, D e E. Dessa forma, tentamos impossibilitar a identificação dos/as jornalistas em função dos veículos – impressos, radiofônicos, etc. – para que trabalham. Sempre que pretendermos fazer a distinção entre diferentes indivíduos, é utilizada uma numeração junto do grupo empresarial em que estão enquadrados (por exemplo, B2 e B17 corresponde a dois sujeitos que trabalham num mesmo grupo, mas não necessariamente no mesmo veículo). Essa estratégia impossibilita análises levando em conta características muito específicas de cada grupo (propriedade, recentes processos de demissões coletivas, público-alvo etc.), no entanto, faz-se necessário em função do compromisso celebrado com participantes. Antes de prosseguir importa ainda referir que, do número total de jornalistas identificados no grupo A, responderam ao questionário 56,5%, no B, 54,5%, C, 42,2%, D, 59,1% e E, 29,3%. Com exceção da última, as percentagens permitem perceber uma elevada taxa de adesão em todos os veículos, elemento que reforço a nossa percepção de que, apesar do estudo não ser representativo, permite conceber que os dados podem ser compreendidos como fortes tendências de opinião e caracterização da população (no momento do estudo).

6.1 Características demográficas e profissionais

À semelhança de uma miríade de outras investigações, nacionais e internacionais, que já identificaram elevados desníveis etários entre jornalistas a desemprenhar a profissão (CORREIA, 2012; DAVIDSON, MEYERS, 2014; HELOANI,2005; MICK, LIMA, 2013; MICK, ESTAYNO, 2018; MOREIRA, 2016; ÖRNEBRING, 2018), a maioria dos/as jornalistas no nosso estudo é jovem: 94 (52%) têm, no máximo, 30 anos. A média de idades é 32 anos. A presença de participantes diminui à medida que,

progressivamente, aumenta o intervalo de idades (com diferenças mais significativas quando são considerados em decênios). Considerados os dados de forma desagregada, fazendo a distinção entre grupos empresariais, podemos perceber que a tendência apontada é mais forte nos grupos A e, principalmente, B e C, existindo uma distribuição etária mais equilibrada, até 50 anos, no grupo D e, até 40 anos, no grupo E (gráfico 1). As médias de idade são superiores nos grupos A e D (tabela 2), fruto da maior presença de jornalistas com idade superior a 40 anos.

Gráfico 1 – Idades.

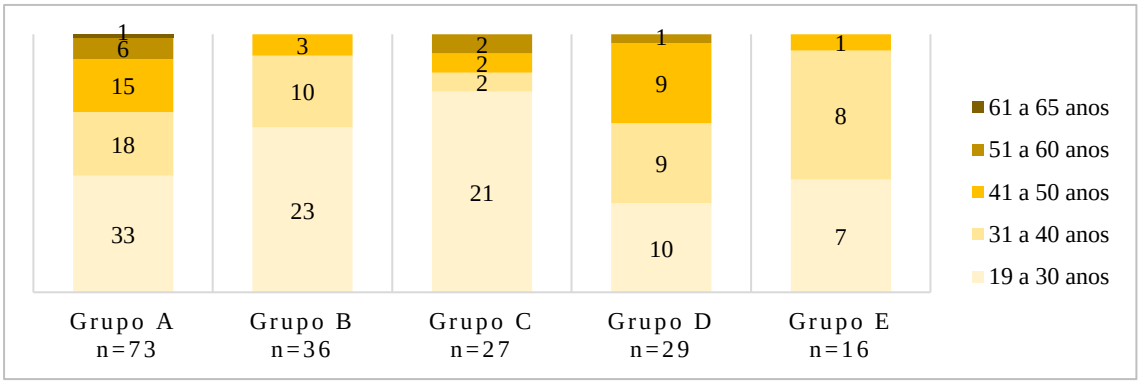


Tabela 2 – Média e moda de idades de participantes no estudo.

	A	B	C	D	E	Total
Média	34 anos	29 anos	29 anos	36 anos	32 anos	32 anos
Moda	24 e 28 anos;	29 e 32 anos;	22 e 30 anos;	27 e 43 anos;	27 anos;	27 anos;

Registrada paridade de gênero entre os/as participantes no estudo (gráfico 2), a média de idades de homens e de mulheres é, aproximadamente, a mesma: 32 anos. São pouco significativas as diferenças identificadas ao cruzarmos as duas variáveis, sendo que a principal está na distribuição nos dois primeiros decênios: a quantidade de mulheres com até 30 anos é cerca de três vezes superior à daquelas com até 40 anos, enquanto no caso dos homens a diferença não chega ao dobro de casos (gráfico 3).

Gráfico 2 – Gênero.

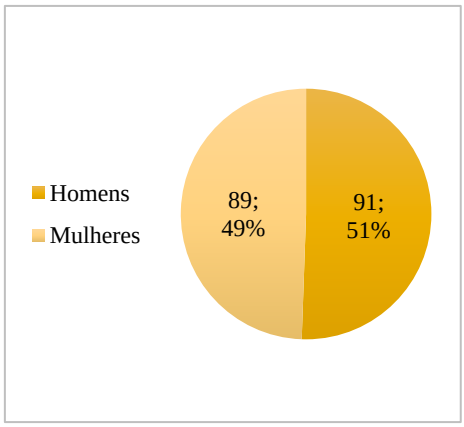
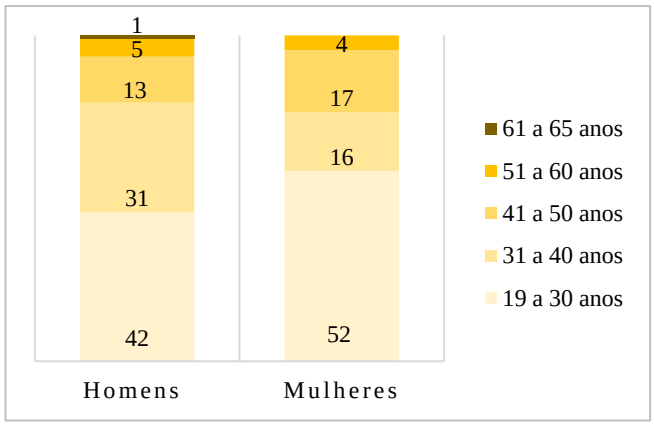


Gráfico 3 – Distribuição de idades considerado o gênero.



A maioria de participantes, 61%, é branca. O equilíbrio que se verifica em relação ao gênero não se repete, portanto, nas autodeclarações de cor/raça/etnia: mesmo se agrupadas sobre uma mesma classificação, pessoas que não se declararam brancas estão em menor número[78] (gráfico 4). Esse dado também encontra eco noutras investigações: Ghedini (2012) menciona levantamento de 2001 que, com base em informações da Relação Anual de Informações Sociais, apontava para um total de 69,5% de jornalistas brancos/as entre o total de contratados/as no país; passada mais de uma década, o estudo de Mick e Lima (2013) registrou 72% de respondentes naquela categoria; em 2021, durante o 19º Encontro de Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Samuel Pantoja Lima apresentou os resultados preliminares da pesquisa 'Perfil do Jornalista Brasileiro 2021', composta por 68% jornalistas brancos/as.

Considerada a idade, identificamos uma diferença significativa: pessoas negras estão, quase exclusivamente, incluídas no primeiro intervalo, sendo a distribuição entre brancas e pardas mais equilibrada (gráfico 5) – nesse cruzamento foram desconsideradas as restantes categorias devido ao baixo número de respondentes nelas incluídas (4 marcaram a opção 'amarela' e nenhum a 'indígena' ou 'outras').

Gráfico 4 – Cor/raça.

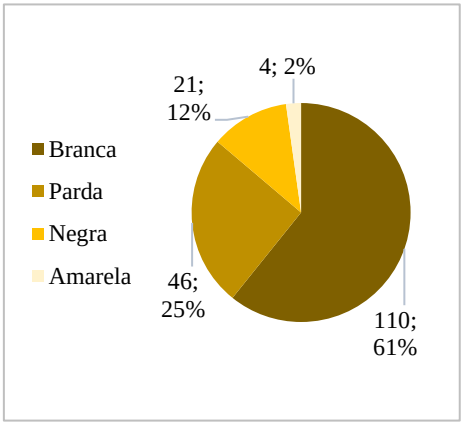
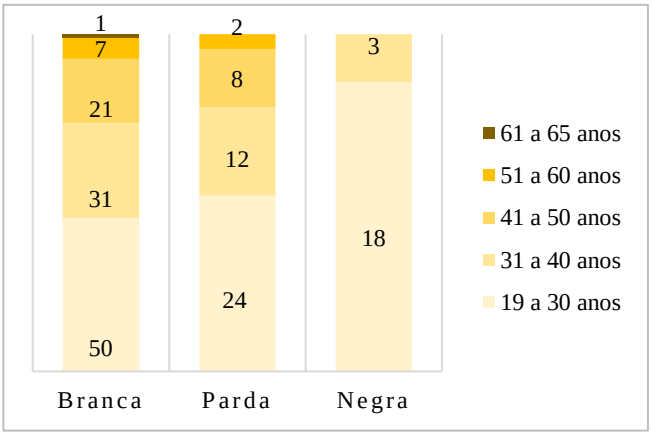


Gráfico 5 – Distribuição de idades considerada a cor/raça.



A maioria (76%) identificou-se como heterossexual (gráfico 6) e todas as pessoas que facultaram resposta válida à questão sobre identidade de gênero (179) declararam-se cisgêneras (gráfico 7). Contrariamente aos marcadores 'gênero' e 'cor/raça', no Brasil não há informações censórias oficiais sobre diversidade sexual e de identidade de gênero, o que nos impossibilita de fazer comparações entre a proporção de participantes e residentes no país. De todo o modo, face aos dados existentes sobre as violências

[78] Os dados do IBGE para a variável cor/raça reforçam o acima considerado: em 2019, a pesquisa por amostra de domicílios registrou que a população residente no país era composta por 56,2% de pessoas 'não-brancas'. Em Pernambuco, a taxa era de 67,6%.

cometidas contra essa população– inclusive os obstáculos, já abordados em estudo anterior (CAEIRO, 2016), à frequência nos sistemas de ensino e ocupação de vagas de emprego formal –, não é com surpresa que constatamos a completa ausência de pessoas transgêneras nos espaços de trabalho que investigamos.

Gráfico 6 – Orientação.

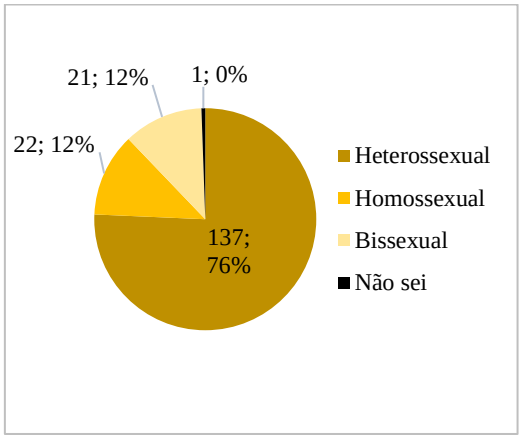
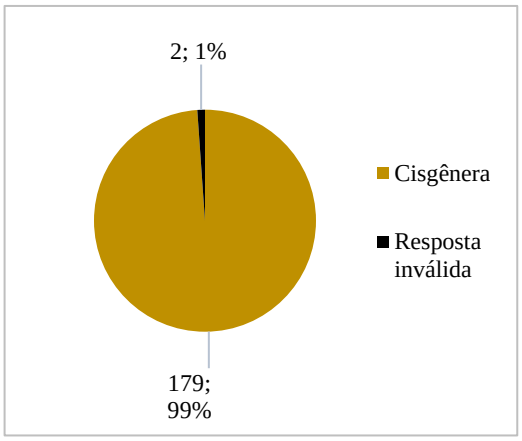
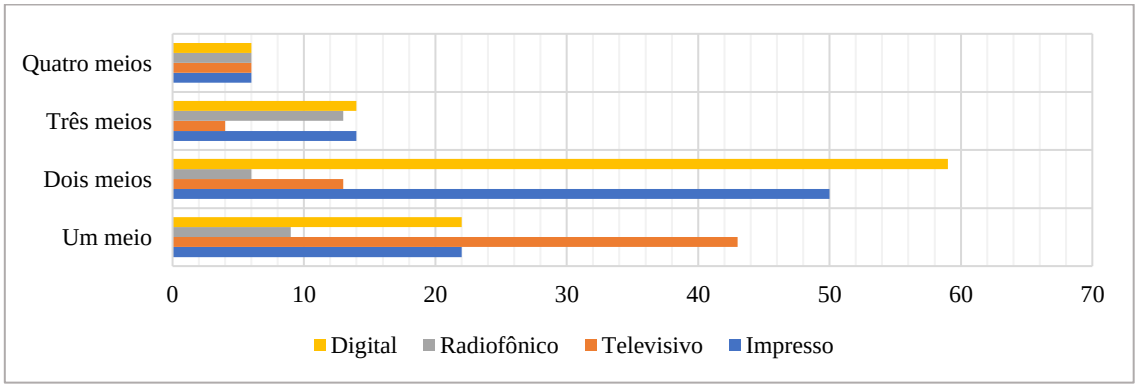


Gráfico 7 – Identidade de gênero.



Detemo-nos agora em alguns marcadores que ajudam a caracterizar o espaço de atuação profissional dos/as jornalistas. A maioria, 101 dos/as 181, trabalham em meio digital. Número próximo, 92, trabalha em meio impresso, 66 em TV e 34 em rádio. Somados, os números ultrapassam o total de 181 respondentes porque parte significativa, 47%, desenvolve atividade para mais de um meio: 64 (36%) fazem-no para dois, 15 (8%) para três e 6 (3%) para quatro meios. Assim, aproximadamente metade dos inquiridos podem ser enquadrados na categoria de 'jornalista multimidia', sendo essa incidência maior nos meios digital (78%) e impresso (77%), seguidos de rádio (68%); o meio televisivo, com 35% de jornalistas a trabalhar simultaneamente para outro meio, é o único em que a percentagem não é majoritária (gráfico 8).

Gráfico 8 – Meio em que os/as participantes trabalham.



As mencionadas percentagens de jornalistas a trabalhar em mais de um meio, mais elevadas entre quem o faz no digital e impresso, podem estar relacionadas, no nosso

entender, a duas crises – tecnológica e econômica – que, em anos recentes, os atingiram mais fortemente, contribuindo para o desenvolver de uma relação de simbiose:

> a primeira afetou principalmente os meios impressos (jornais e revistas) que passaram a concorrer com as versões online dos próprios títulos. A consequente queda de publicidade resultou em outra crise, a econômica, que provocou a fusão das redações do impresso e do digital nos meios de comunicação (MOREIRA, 2016, p.43).

Considerado o tempo de atuação profissional, a maior percentagem (38%) – desconsiderados os cinco respondentes que se declararam 'ainda estudante' – está concentrada no intervalo mais baixo (até 5 anos), sendo que, se diminuirmos a extensão do intervalo, é ainda possível perceber que a concentração é maior nos primeiros dois anos (43, ou 24%, contra 26, ou 15%, daqueles/as no intervalo entre mais de dois a cinco anos). O número de jornalistas em cada intervalo decresce à medida que aumenta o tempo de atuação profissional (gráfico 9), o que era expectável tendo em conta a média de idades dos/as jornalistas. Em relação ao tempo de atuação no atual empregador, verificamos tendência semelhante, mas com maior concentração nos menores intervalos de tempo: 68 (38%) dos/as 113 (62%) que integram o primeiro intervalo trabalham no atual empregador há, no máximo, dois anos (gráfico 10).

Gráfico 9 – Tempo de atuação profissional.

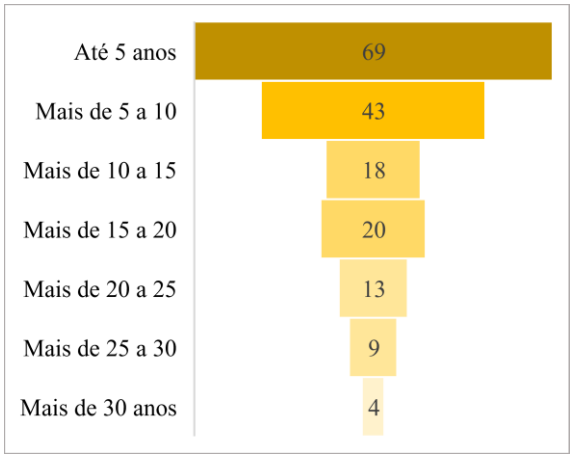
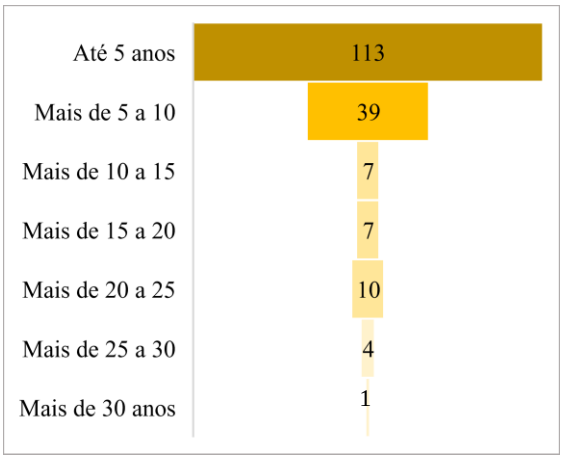


Gráfico 10 – Tempo de trabalho no atual empregador.



A moda é igual nas duas questões: menos de 1 ano. A média de tempo de atuação profissional é de 10 anos, e a de atuação no atual empregador 6 anos. Verificamos as mesmas tendências em todos os grupos empresariais, ainda que com algumas variações das percentagens nos diferentes intervalos de tempo, o que se reflete na diferença das médias de tempo de atuação, tanto na profissão (tabela 3) como no atual empregador (tabela 4), que são mais elevadas nos grupos A e D.

Tabela 3 – Média e moda de tempo de atuação profissional como jornalista, desagregadas por grupos empresariais.

	A	B	C	D	E	Total
Média	12 anos	7 anos	7 anos	13 anos	10 anos	10 anos
Moda	Menos de 1 ano	Menos de 1 ano		9 anos	-	Menos de 1 ano

Tabela 4 – Média e moda de tempo de trabalho no atual empregador, desagregadas por grupos empresariais.

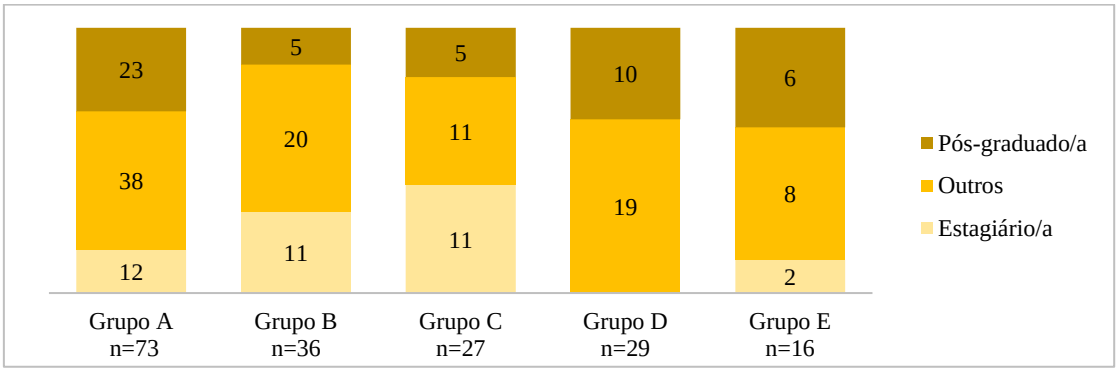
	A	B	C	D	E	Total
Média	8 anos	4 anos	5 anos	7 anos	5 anos	6 anos
Moda	1 ano e 5 anos	Menos de 1 ano		5 anos	4 anos	Menos de 1 ano

Um em cada cinco respondentes trabalha em regime de estágio, sendo que desses/as 36 (20% do total), 19 informaram ter graduação como nível de formação mais elevado e 17 ainda serem graduandos/as – 13 dos/as quais em Jornalismo ou Comunicação com habilitação em Jornalismo, 1 em Cinema e Audiovisual e 2 noutras áreas que não especificaram. No presente estudo, optamos por também considerar jornalistas em fase de estágio devido ao relevante papel que desempenham na produção noticiosa, muitas vezes assumindo responsabilidades que vão além do que seria suposto. Tal acontece em um contexto de precarização da profissão, caracterizada, entre outros elementos, por

> demissões em grandes proporções nas empresas tradicionais (no Brasil foram denominadas de "passaralhos"), aumento da carga de trabalho com redução de pessoal na redação, multifuncionalidade, contratos precários, aumento do número de free-lancers, de jornalistas prestadores de serviço ("pejotização"), realização de trabalho por projetos, dependência dos contadores de clicagem, alta rotatividade dos profissionais e abandono da profissão (PONTES, MICK, 2018, p.6).

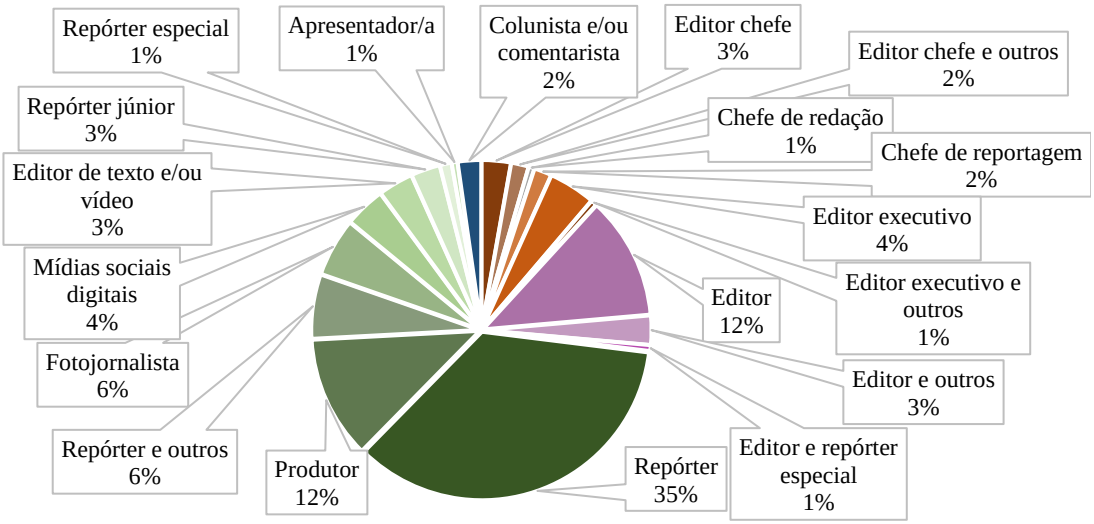
Sobre o anteriormente referido, vale relembrar que à pergunta "há quando tempo atua profissionalmente como jornalista?", apenas cinco participantes se declararam "ainda estudante", o que, em nosso entender, demonstra que a autoidentificação com a categoria de 'profissional' não está limitada à obtenção do diploma de ensino superior, o qual, aliás, desde 2009 não é obrigatório para desempenhar a profissão. Apesar disso, excetuando os já mencionados 17 casos, todos/as os/as participantes têm graduação em ensino superior – 96% (133) dos/as que informaram a sua área de formação comunicaram ser em Jornalismo ou Comunicação com habilitação em Jornalismo –, 49 são pós-graduados (40 fizeram especialização e 9 fizeram mestrado) e 2 são pós-graduandos. A percentagem de estagiários/as é maior nos grupos C e B, os mesmos em que se registra a menor presença de pós-graduados/as (gráfico 11).

Gráfico 11 – Estagiários/as e pós-graduados/as, desagregado por grupos empresariai.



Quanto aos cargos ocupados, optamos, devido à variedade de respostas obtidas (gráfico 12[79]), por agrupá-los em níveis hierárquicos[80]. Naturalmente, a categorização proposta (como outras) não é perfeita, desde logo devido a elementos como a heterogeneidade dos cargos em cada nível (por exemplo, produtor/a e apresentador/a) e os seus desníveis internos (uma diferenciação possível é a de repórter júnior/ repórter). Se a adotamos é por julgar que alguma homogeneidade (em relação à expectável diferenciação de autoridade e acúmulo de capitais simbólico-materiais) também está pressuposta, podendo assim, levando-a em conta, ser pertinente cruzar os dados agora referidos com outros, resultantes de perguntas em grupos temático subsequentes.

Gráfico 12 – Distribuição de cargos ocupados.

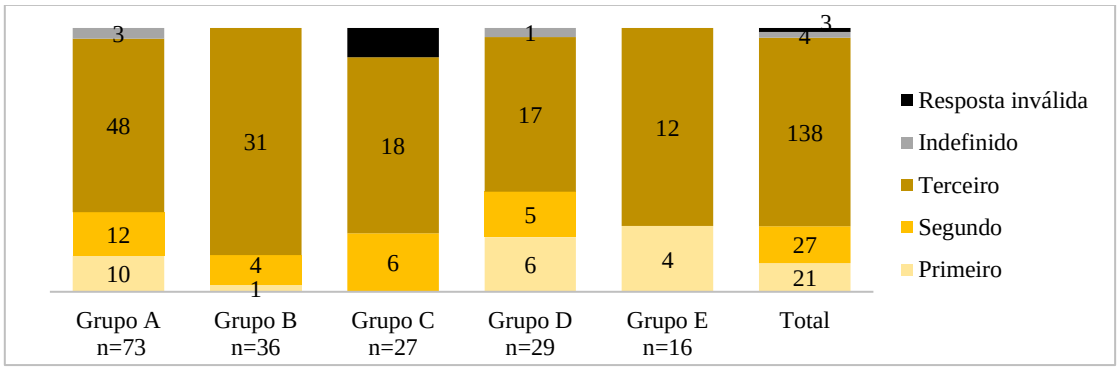


[79] Nas 181 respostas estão incluídas 3 consideradas inválidas, todas do grupo C, em que não foi informado o cargo mas o regime contratual (no caso, 3 estagiários/as).

[80] Incluímos no primeiro nível hierárquico quem declarou cargo de editor/a-chefe, chefe de redação, chefe de reportagem ou editor/a executivo; no segundo nível hierárquico, editor/a (aí inclusas as especificações de editora/a adjunto/a e editor/a assistente); no terceiro, repórter, produtor/a, fotojornalista, gestor/a e/ou analista de mídias sociais digitais, editor/a de texto e/ou vídeo, repórter júnior, repórter especial e apresentador/a; criámos uma quarta categoria – 'indefinido' –, onde estão contemplados/as colunistas e/ou comentaristas. Respondentes que mencionaram desempenhar mais de um cargo – sem especificar se formal ou informalmente (previsto no contrato) – foram incluídos/as no nível do cargo hierárquico mais elevado.

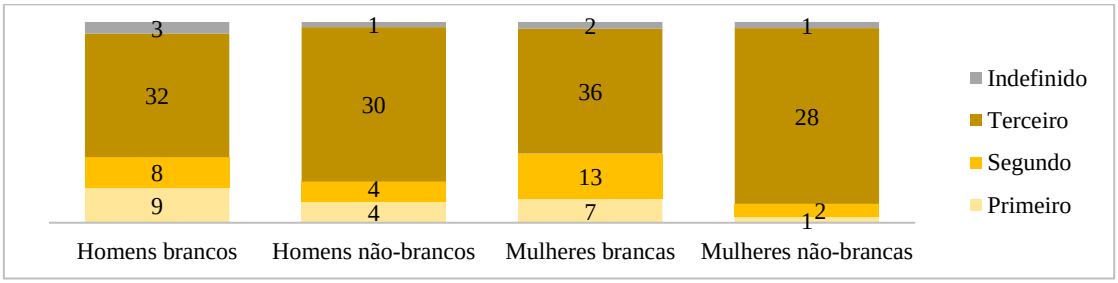
A maior percentagem de participações, tanto no plano geral como em cada empresa, é de indivíduos no terceiro nível hierárquico (existindo, dentro desse, uma prevalência majoritária de repórteres, seguida de produtores/as). A distribuição de indivíduos nos primeiros dois níveis é mais equilibrada nos grupos A e D. No grupo C não contamos com indivíduos no primeiro nível, e no grupo E registramos a ausência de jornalistas no segundo nível (gráfico 13).

Gráfico 13 – Distribuição de cargos ocupados por nível hierárquico.



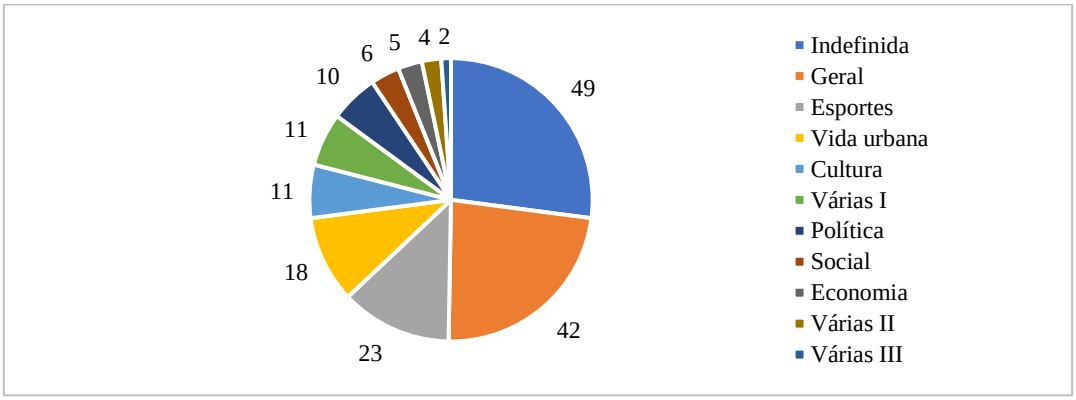
Ao cruzarmos o tempo de atuação profissional dos/as jornalistas com o cargo ocupado, constatamos, como expectável, que é no primeiro nível hierárquico que se concentram os/as profissionais com mais experiência (13, equivalente a 62%, com 15 anos ou mais), seguido do segundo (12, 44%, no intervalo antes apontado), sendo no terceiro que encontramos menos indivíduos naquela categoria (apenas 14%, 18 respondentes, têm 15 ou mais anos de profissão). Esse dado, uma vez já consideradas as diferenças de idades em função de outros marcadores sociais, pode ajudar a explicar as presenças em cada cargo quando considerado gênero e cor/raça/etnia (gráfico 14): se o primeiro for considerado isoladamente, identificamos relativo equilíbrio em todos os níveis hierárquicos, no entanto, ao considerarmos as variáveis em simultâneo, percebemos que as mulheres nos primeiros dois níveis são, majoritariamente, brancas (36%, no caso de não-brancas 9%), diferença que também se verifica entre os homens, ainda que de forma menos marcada (32% de brancos e 20% de não-brancos nos níveis indicados).

Gráfico 14 – Distribuição de cargos ocupados por nível hierárquico, considerados gênero e cor/raça.



Solicitámos que os/as respondentes informassem qual a editoria ou temática para que mais frequentemente desenvolvem trabalho, informação que poderia ser relevante ao considerar outras variáveis (como níveis de autonomia ou experiência profissional), no entanto, uma vez que as maiores percentagens de resposta estão concentradas nas categorias 'geral' e 'indefinida', com elevada dispersão nas restantes[81] (gráfico 15), não realizamos os tratamentos que inicialmente conjecturamos. Julgamos que as referidas percentagens podem ter sido influenciadas não apenas pelo tipo de pergunta (aberta – em trabalhos futuros talvez seja mais útil a utilização de pergunta fechada de escolha múltipla), mas também pela diminuição da especialização temática de jornalistas, e isso em função de elementos como a diminuição de jornalistas nas redações ou o aumento de profissionais multimídia (sendo que o meio impresso, onde identificamos o maior número de jornalistas a desenvolver trabalho para mais de um meio, é, tradicionalmente, aquele onde a organização por editorias, com setoristas, é mais comum).

Gráfico 15 – Distribuição das editorias ou temáticas em que participantes desenvolvem trabalho.

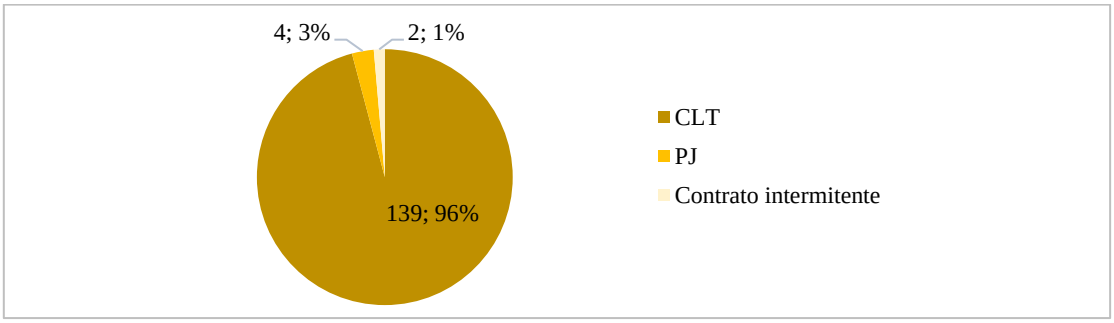


6.2 Condições de trabalho

A quase de totalidade de jornalistas (139 dos/as 145 que não são estagiários/as) no estudo trabalha com carteira assinada (CLT), 2 têm vínculo de Pessoa Jurídica (PJ) e 3 de contrato intermitente (gráfico 16).

[81] Na categoria 'indefinida' foram incluídas as respostas em que os/as participantes indicaram informações como o meio (rádio, impresso etc.), nome do programa (no caso de TV e rádio) ou tipo de produção (por exemplo, noticiosa ou fatual), e não, ao menos explicitamente, a editoria ou temática. Em 'Vida urbana' estão incluídas temáticas como Educação, Cotidiano e Polícia. 'Várias I' incluí respondentes que informaram trabalhar em Economia, Política, e/ou Vida Urbana (duas ou mais das referidas categorias). 'Várias II' segue o padrão anterior, mas aí estão incluídas Cultura, Esportes e Social. Em 'Várias III' estão aqueles/as que produzem informação para até três das editorias identificadas em 'Várias I' e 'Várias II'.

Gráfico 16 – Tipo de vínculo empregatício, desconsiderados/as estagiários/as.



Aqui julgamos importante sublinhar que as percentagens referentes ao vínculo empregatício podem estar relacionadas com o nosso tipo de amostra (intencional, não representativa) e, mais especificamente, com o fato de a seleção de participantes ter sido baseada, principalmente, nas listas facultadas pelas empresas (que, como referimos no capítulo anterior, percebemos estarem desatualizadas). Referimo-lo tendo em conta alguns dos estudos que, em solo nacional, já identificaram taxas relativamente altas de jornalistas a trabalhar noutros moldes que não os da CLT, com carteira assinada – vínculos contratuais mais flexíveis e com menos garantias de benefícios previstas em lei, como os de PJ, prestador de serviços, contrato temporário ou freelancer (DA CRUZ, 2019; FÍGARO, 2012; LELO, 2019; MICK, PONTES, 2018).

Número considerável de jornalistas (62) declarou desenvolver trabalho remunerado para mais de um empregador, sendo que apenas 7% o fazem especificamente na área de jornalismo (gráfico 17). A necessidade de complementar renda é o motivo mais frequentemente apontado para o acúmulo de vínculos empregatícios (gráfico 18).

Gráfico 17 – Trabalho remunerado para outro empregador.

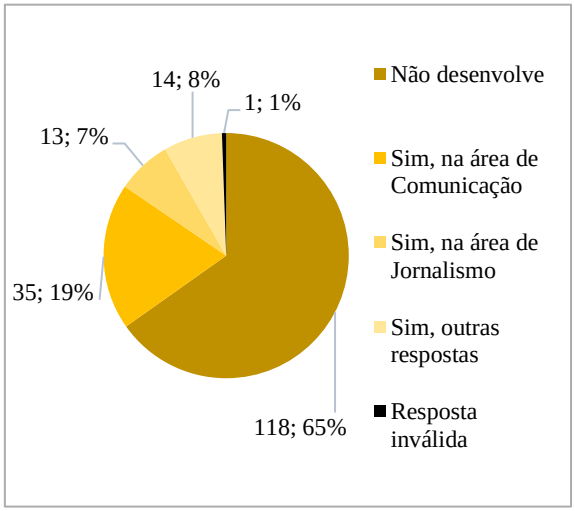
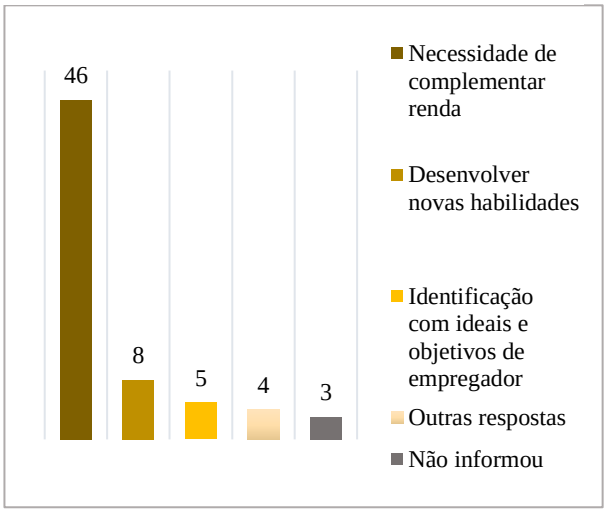


Gráfico 18 – Principais motivos de desenvolver trabalho remunerado para outro empregador.



Quanto à renda, 58% compõem a metade inferior da tabela de remuneração – ou seja, 106 jornalistas auferem, no máximo, o equivalente a até 4 salários-mínimos[82] (sm), e 75 ganham quantia superior àquele limite –, sendo que o salário da maior parte dos/as inquiridos (68) varia entre R$ 1997 e R$ 3992 (gráfico 19). Aqui importa sublinhar que, por lapso, não especificamos se os/as respondentes deveriam considerar a renda total no conjunto de todos os trabalhos que desenvolvem ou unicamente a auferida no seu trabalho principal. Por esse motivo, decidimos cruzar as duas variáveis (trabalho remunerado para outro empregador X renda), o que nos permite reafirmar, ao menos entre aqueles/as que unicamente desenvolvem trabalho remunerado nas empresas consideradas no estudo, as tendências gerais antes apontadas (gráfico 20).

Gráfico 19 – Renda auferida.

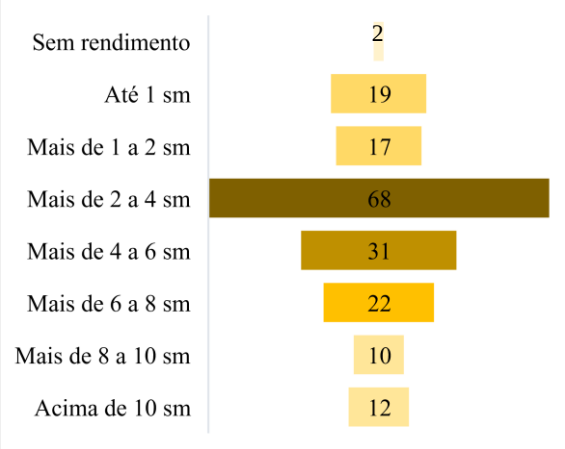
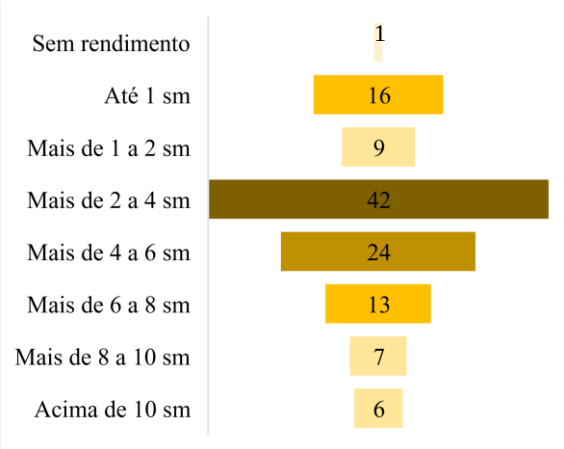


Gráfico 20 – Renda auferida por quem não desenvolve trabalho remunerado para outro empregador.

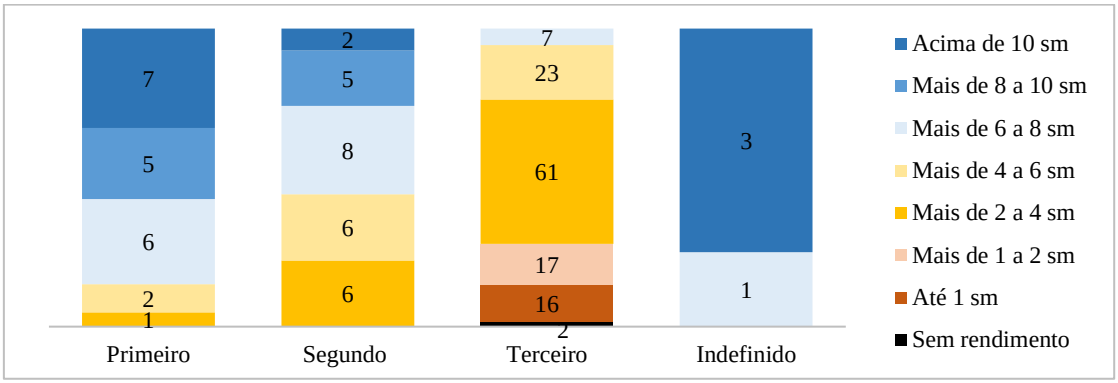


Apenas 24% dos/as jornalistas que ocupam cargo no terceiro nível hierárquico auferem mais de 4 salários-mínimos, aspecto que pode estar relacionado à grande concentração de indivíduos com menos de 15 anos de profissão; 78% dos/as que ocupam o segundo nível recebem mais de 4 sm, percentagem que sobe para 95% no caso de quem está enquadrado no primeiro nível (gráfico 21)[83]. Apontamos essas diferenças devido às grandes diferenças registradas, mas também aqui, ainda que tenhamos identificado iguais tendências des/considerando quem desenvolve trabalho remunerado para mais de um empregador, devemos, devido ao lapso já apontado, ter cuidado ao analisar os dados – motivo pelo qual optamos por não cruzar a variável 'renda' com outras.

[82] O valor do salário-minimo no Brasil era, em 2019, R$ 998. O piso salarial de jornalistas na região metropolitana de Recife era cerca de R$ 1.800

[83] Relembramos que a categoria 'indefinido' nos níveis hierárquicos é composta por colunistas e/ou comentaristas. No gráfico não são apresentadas, mas foram consideradas para cálculo dos totais e percentagens, as três respostas consideradas inválidas (3 estagiários/as, que informarem auferir até 1sm) na pergunta sobre qual o cargo ocupado.

Gráfico 21 – Renda auferida, considerando os cargos ocupados.



Relativamente aos tempos de trabalho, aproximadamente metade dos/as jornalistas (81, ou 45%) trabalham cinco dias por semana, cerca de um terço (58, ou 32%) trabalham, um dia adicional quando fazem plantão e, para 32 (ou 20%), a prática comum é trabalhar seis dos sete dias semanais (as demais respostas – 6 – variam entre cinco dias com dois plantões e sete dias). Quanto à média de horas trabalhadas, considerámos a totalidade de respostas de profissionais – 138 de 139 – e estagiários/as – 34 de 36 – que facultaram informações passíveis de padronização/categorização[84] e voltamos a aplicar o cruzamento utilizado na variável 'renda', agora para averiguar a quantidade de horas trabalhadas por quem desenvolve trabalho remunerado para um único empregador – ou seja, no âmbito das empresas consideradas no estudo. A variação entre os agrupamentos de profissionais, como pode ser percebido com apoio no gráfico 22, segue distribuição semelhante: considerada a normal jornada de trabalho – 5 horas, com possibilidade de extensão para 7 horas desde que com correspondente aumento salarial – determinada no regime contratual (CLT), que rege a quase totalidade de jornalistas, podemos afirmar que a quase totalidade (99%) trabalha horas extra, sendo a percentagem de quem trabalha mais de 7 horas bastante elevada (55% entre quem não tem outro vínculo de trabalho remunerado, 57% na totalidade dos/as profissionais). No caso de estagiários/as, além de verificarmos que o excedente de horas é raro – a Lei nº 11.788 determina que estagiários/as não podem trabalhar mais do que 6 horas diárias ou 30 semanais –, também percebemos que as distribuições seguem tendência semelhante entre quem informou desenvolver atividade em um único empregador e quem declarou mais de um (gráfico 23).

[84] Três jornalistas do grupo B não foram contabilizados/as nos gráficos e percentagens apresentadas devido às respostas de difícil categorização que facultaram.

Gráfico 22 – Média diária de horas de trabalho, profissionais.

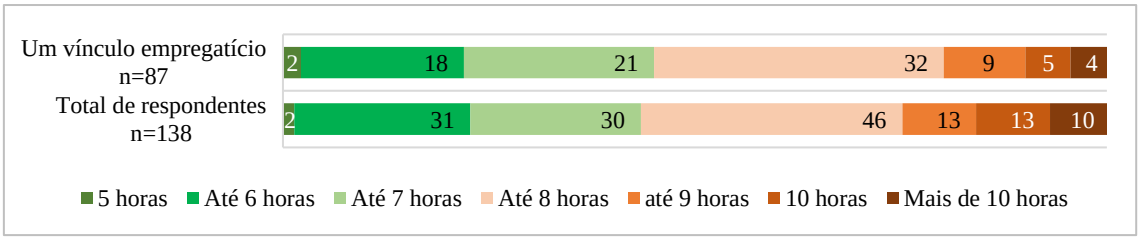
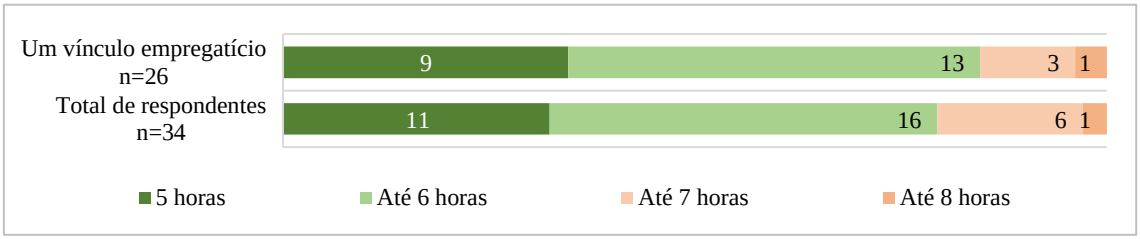


Gráfico 23 – Média diária de horas de trabalho, estagiários/as.



A percentagem anteriormente apontada de jornalistas que trabalham horas extras (90% se considerarmos o conjunto de profissionais e estagiários/as, com um ou mais vínculos empregatícios) foi expressamente confirmada pelos próprios inquiridos quando perguntamos a frequência com que eram compensados (em termos salariais ou banco de horas) pelo excedente trabalhado. Aqui destacamos a percentagem relativamente alta – considerando que se trata de um descumprimento aos direitos trabalhistas – daqueles/as que informaram serem-no poucas vezes, raramente ou nunca (34%); no polo oposto, 39% declararam ser sempre compensados/as e 11% muitas vezes – metade dos/as participantes, portanto, no conjunto das duas categorias (gráfico 24). É nos grupos B e C que identificamos as maiores percentagens de jornalistas a informar que nunca ou raramente são ressarcidos/as: 53% e 56%, respectivamente; nos grupos D e A encontramos as taxas mais elevadas de quem declara ser compensado/a sempre ou muitas vezes – 79% e 60% (gráfico 25).

Gráfico 24 – Frequência de compensação por horas extras.

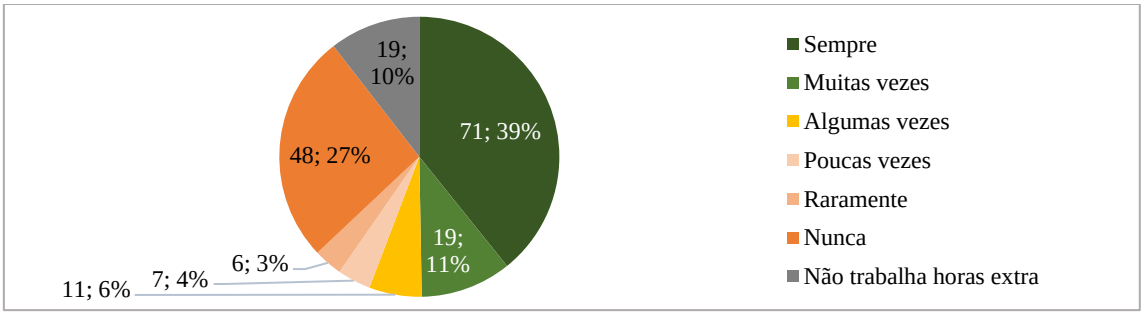
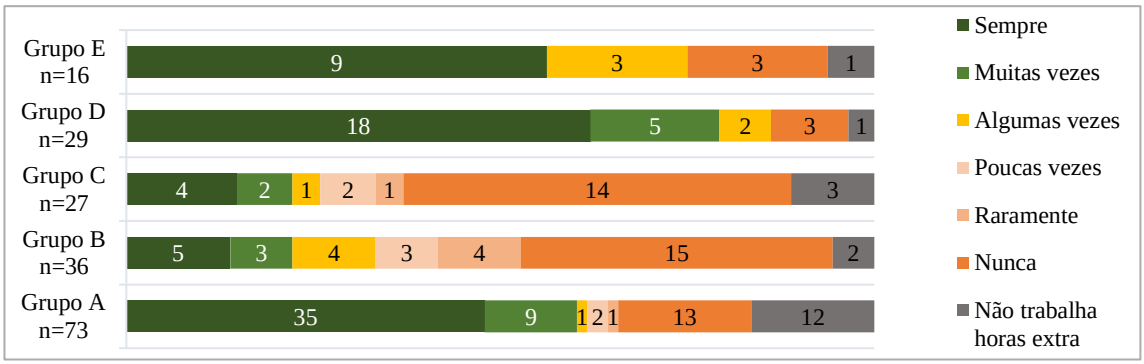
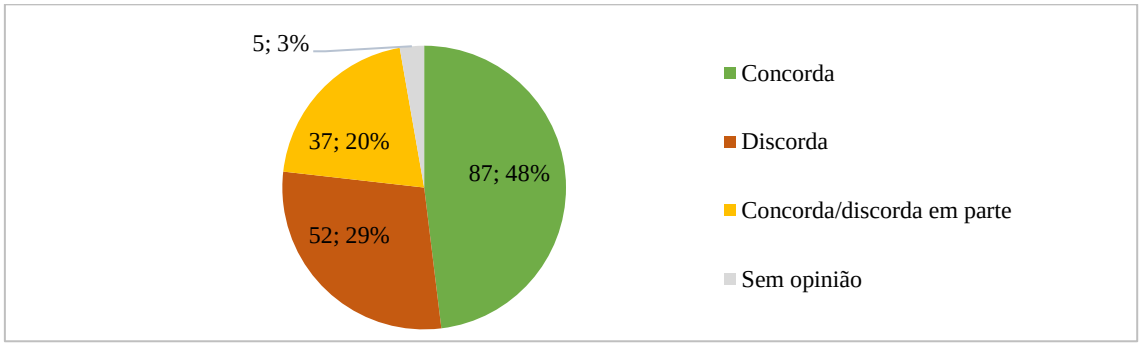


Gráfico 25 – Frequência de compensação por horas extras, considerados os grupos empresariais.



Relacionada aos elementos anteriormente elencados, importa ainda notar que quando questionados/as se consideram que o excesso de trabalho (tarefas e/ou horas) é frequente, 29% assinalaram a opção negativa e 48% a positiva (gráfico 26).

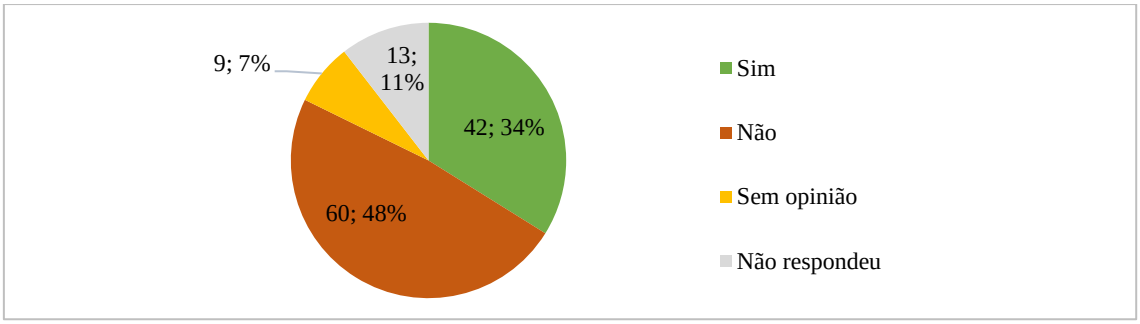
Gráfico 26 – Excesso de trabalho (tarefas e/ou horas) é frequente?



Não registramos variações muito significativas quando analisados os dados em cada grupo empresarial ou cargo ocupado por nível hierárquico (para cada uma das categorias contempladas nas duas variáveis, a diferença é de, no máximo, 10%, para cima ou para baixo, em relação aos totais antes mencionados). As variações também não são grandes quando observamos as respostas facultadas por estagiários/as e (na falta de melhor palavra para fazer a distinção) profissionais – 47% dos primeiros e 48% dos segundos confirmam que o excesso de trabalho é frequente –, o que, em nosso entender, reforça os indícios de que o apontado elemento é característica transversal no campo, também frequentemente entre quem, formalmente, atravessa fase de aprendizagem e aufere menor renda (estagiários/as). Entre aqueles/as que concordaram, total ou parcialmente, com a assertiva em causa (124), cerca de um terço (34%) informou, quanto à origem do excesso de trabalho, que ele é, na maioria das vezes, resultado da própria iniciativa, enquanto cerca de metade negou a consideração (gráfico 27). Para esta e as demais perguntas sobre a mesma temática, não apresentamos resultados do cruzamento com as variáveis antes elencadas (grupo empresarial, nível hierárquico do cargo ocupado

e vínculo empregatício) porque o número de respostas sim/não são relativamente baixos, o que, em nosso entender, resultaria em frágeis comparações.

Gráfico 27 – Na maioria das vezes, excesso de trabalho é resultado da própria iniciativa, não da pressão de terceiros?



Quanto aos modos de lidar com o apontado excesso (gráfico 28), registramos, consideradas as respostas fornecidas, uma maior tendência de levar a discussão para juntos de colegas e, coletivamente, tentar procurar soluções (49%) do que, individualmente, tratarem da temática com superiores hierárquicos (25%).

Gráfico 28 – Estratégias adotadas para tentar diminuir o excesso de trabalho.

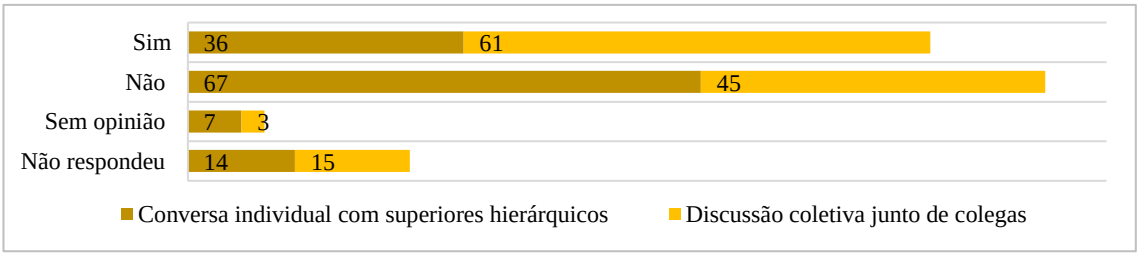
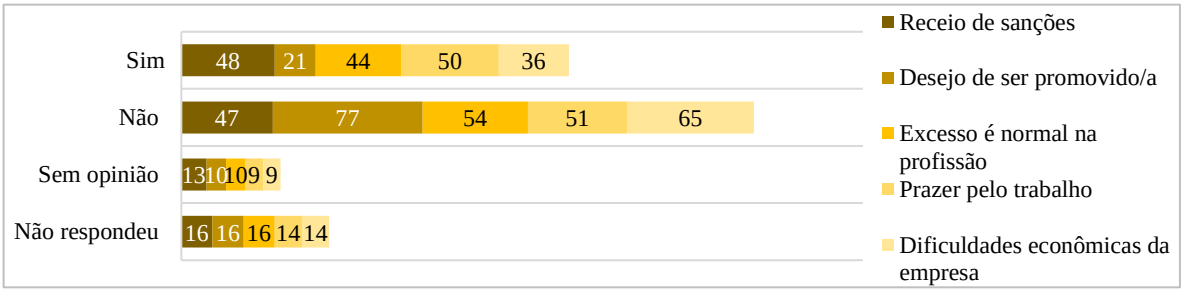


Gráfico 29 – Motivos para não posicionamento contra o excesso de trabalho.



Dentre as hipóteses apresentadas para tentar explorar motivos de eventuais posicionamentos face ao excesso de trabalho (no caso daqueles/as que o consideram frequente), prazer pelo trabalho (40%), receio de sanções (39%) e a percepção de que o excesso é algo normal na profissão (35%) são aquelas que reúnem maior frequência de concordância quando os/as inquiridos/as reconhecem não relutar, na maioria das vezes, contra ele; no polo oposto estão a perspectiva de promoção (17%) e a dificuldade econômica da empresa para contratar mais pessoal (29%) – sublinhamos, no entanto, que

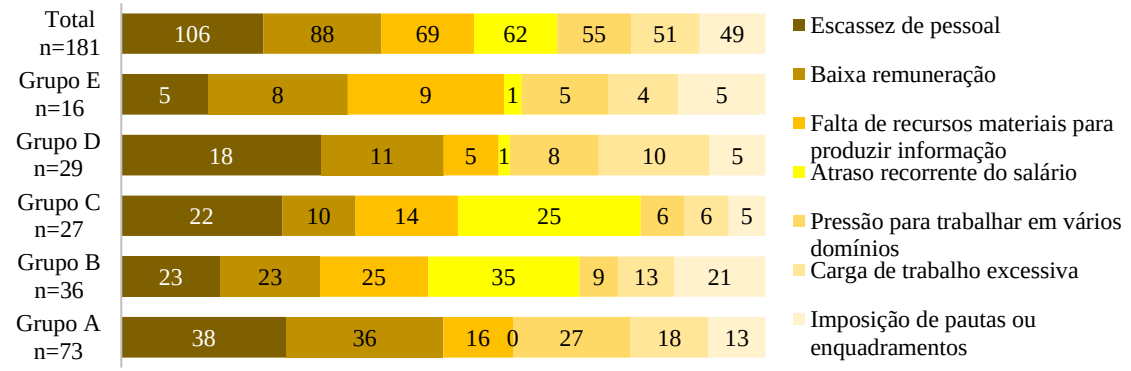
para todas as hipóteses colocadas (com exceção do receio de sanções), o número de respostas negativas ultrapassa o de positivas (gráfico 29).

Entretanto, é também importante sublinhar que apesar de 68% (124) dos/as inquiridos terem concordado, totalmente ou em parte, que o excesso de trabalho é frequente, apenas 28% (51) consideraram que tal interfere negativamente nas atividades que desenvolvem, o que faz desse elemento o sexto mais frequentemente apontado na questão 25 do questionário[85] (gráfico 30). Em primeiro lugar, confirmada por 106 (59%) dos/as jornalistas, surge a escassez de pessoal (jornalistas, cinegrafistas, designers ou outros), depois a baixa remuneração (88, 49%), em seguida a falta de recursos materiais para produzir informação (69, 38%), o atraso recorrente no pagamento do salário (62, 34%) em quarto lugar e a pressão para trabalhar em variados domínios (imagem, som etc.) encerra a contagem dos cinco elementos mais vezes declarados (55, 30%). Na questão de resposta múltipla a que fazemos referência – sendo que os/as inquiridos/as também tinham liberdade para elencar outras hipóteses não propostas por nós –, apenas um dos elementos que propomos – 'imposição de pautas ou enquadramentos' – era relacionado, explicitamente, à temática da autonomia profissional, o qual foi assinalado por menos de um terço dos/as inquiridos/as (49, 27%). É ainda importa frisar que a identificação de interferências negativas apresenta algumas variações quando consideramos as respostas de forma desagregada, por grupo empresarial: os grupos B e C são aqueles em que, para diversos elementos, a frequência de respostas é mais elevada, sendo de destacar a quase totalidade de respondentes (97% e 93%, respectivamente) que declararam o recorrente atraso do salário – se esse elemento surge como o quarto mais frequente é, aliás, devido a esses grupos, uma vez que entre os restantes não se registrou, praticamente, nenhum/a declarante/a. A escassez de pessoal teve uma confirmação particularmente alta no grupo C (81%), enquanto o grupo B lidera as frequências em relação à falta de recursos, escassez de pessoal (neste caso, atrás de C), baixa remuneração e imposição de pautas ou enquadramentos – o único em que este último elemento foi confirmado por mais de metade dos/as jornalistas (58%). Sendo a autonomia uma questão central nos debates sobre o trabalho e profissão de jornalistas, retornamos a ela, mais detidamente, em secção posterior. Destacamos ainda que o grupo D, seguido do A, é

[85] A pergunta era de escolha múltipla, o que resultou – como em outras questões de igual tipologia – em um número de respostas superior ao número de respondentes. Para cálculo das percentagens foi considerado, para cada opção assinalada, o número de respostas em referência ao número total de jornalistas que participam no estudo.

aquele em que, para a maioria das hipóteses colocadas, foi identificada a menor frequência de confirmações, tendo sido também o único em que houve jornalistas (2) a declarar que nenhum elemento interfere negativamente no seu trabalho.

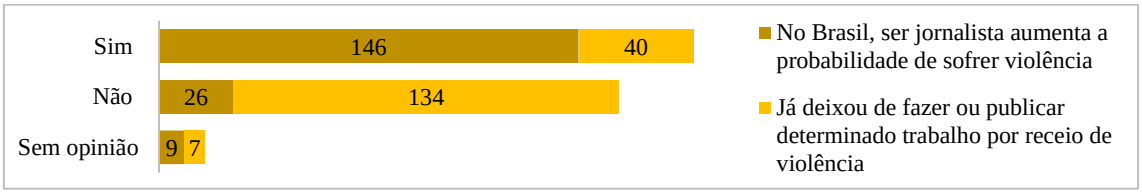
Gráfico 30 – Elementos que interferem negativamente no trabalho do/a respondente, distribuição dos sete mais frequentemente assinalados.



Sobre os dados anteriormente analisados, salientamos que as respostas facultadas não significam, necessariamente, que cada um dos elementos não assinalados/as por cada respondente não existe (ou assim não é percebido) no contexto laboral em que estão enquadrados, mas que não interferem negativamente – assim o afirmam – no *seu* trabalho. Ou seja, a referência também não é, portanto, em relação às interferências que eventualmente pudessem ser identificadas no desenvolver do trabalho de outros colegas, seja de redação ou, de forma mais alargada, de profissão[86]. A diferenciação para que chamamos atenção pode ser exemplificada com recurso a alguns dos dados sobre a temática 'violência': dentre todos os elementos propostos aos/às jornalistas, 'altos níveis de ameaça à segurança pessoal' foi o menos confirmado – fizeram-no 8 (4%) respondentes. Entretanto, a maioria (147, ou 81%) concordou com a afirmativa de que, no Brasil, ser jornalista aumenta a probabilidade de sofrer violência, sendo que 22% declararam já ter deixado de fazer ou publicar determinado trabalho por receio de tal acontecer consigo (gráfico 31).

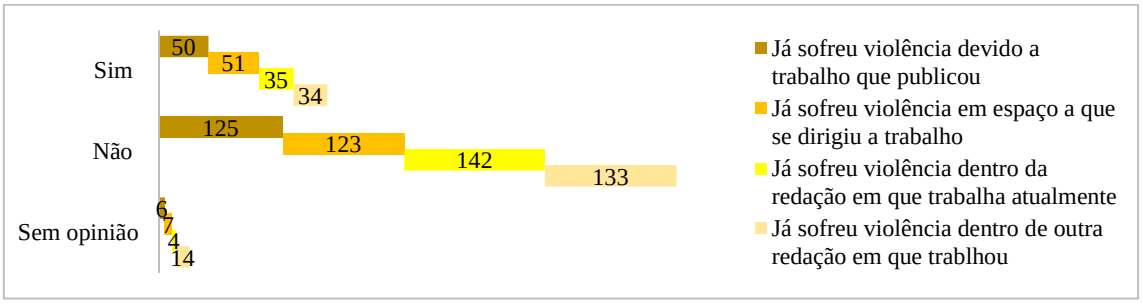
[86] Referimos ainda, tanto para especificar melhor do que tratamos (e as eventuais limitações das interpretações possíveis) como para assinalar caminhos que podem ser pertinentes em trabalhos futuros, que as respostas poderiam – conjecturamos – variar significativamente (ao menos em relação a alguns dos elementos, como 'excesso de trabalho') se, em vez de requeremos aos/às participantes que avaliassem a interferência – negativa (sim/não) – no trabalho que desenvolvem, avaliassem a interferência em relação a outras variáveis (por exemplo, na vida pessoal ou da família).

Gráfico 31 – Violência contra jornalistas.



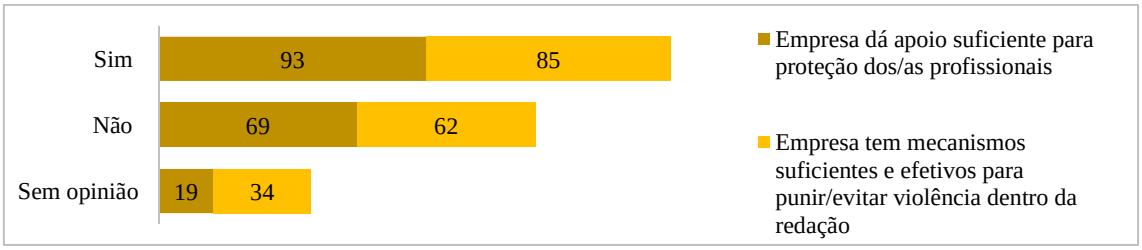
Ainda que não tenhamos questionado qual a frequência, intensidade ou natureza dos atos confirmados, julgamos que os dados conseguidos reforçam a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o fenômeno em foco: quase um terço (28%) declarou já ter sofrido algum tipo violência (física e/ou psicológica) devido a trabalhos que publicou, proporção que é igual à daqueles/as que confirmaram tê-la sofrido em espaço a que se dirigiram a trabalho (28%); percentagem menor, 19%, comunicou já ter sofrido violência dentro da redação em que trabalha atualmente, número que se repete (19%) em relação a outras redações em que trabalharam (gráfico 32).

Gráfico 32 – Violência em contexto de trabalho.



Sobre esta temática, o maior equilibro na distribuição de frequências verifica-se, como demonstra o gráfico 33, quando questionamos se a empresa em que trabalham dá apoio suficiente (material e legal) para proteção dos/as profissionais (51% consideram que sim, 38% que não) e se existem mecanismos suficientes e efetivos para punir ou evitar violência, seja física ou psicológica, na redação (47% de afirmativas e 34% do contrário). É ainda de sublinhar que, se comparadas às perguntas anteriores, estas – principalmente a última – resultaram numa maior quantidade de respostas 'sem opinião', ficando por saber se quem o fez foi porque preferiu não se posicionar ou por desconhecimento.

Gráfico 33 – Avaliações sobre a existência de mecanismos organizacionais para lidar com violência.



O fato de que (apenas) cerca de metade dos/as jornalistas confirmaram a existência de mecanismos internos para lidar com violência pode, em nosso entender, contribuir para

o debate sobre estratégias e modos de lidar – via institucional e/ou organizacional – com os níveis de insegurança a que profissionais-trabalhadores/as estão, em diferentes espaços e por diferentes motivos, expostos/as.

Ainda em relação aos dados que constam no gráfico 33, julgamos importante salientar que encontramos grandes variações ao considerar as respostas de jornalistas a trabalhar em diferentes grupos empresariais: as respostas são majoritariamente afirmativas nos grupos D e A (com a quase total confirmação de que a empresa dá apoio suficiente para proteção dos/as profissionais no primeiro grupo mencionado), constatando-se o contrário nos grupos E, C e B (gráficos 34 e 35).

Gráfico 34 – Empresa dá apoio suficiente para proteção dos/das profissionais? Respostas desagregadas por por grupo empresarial.

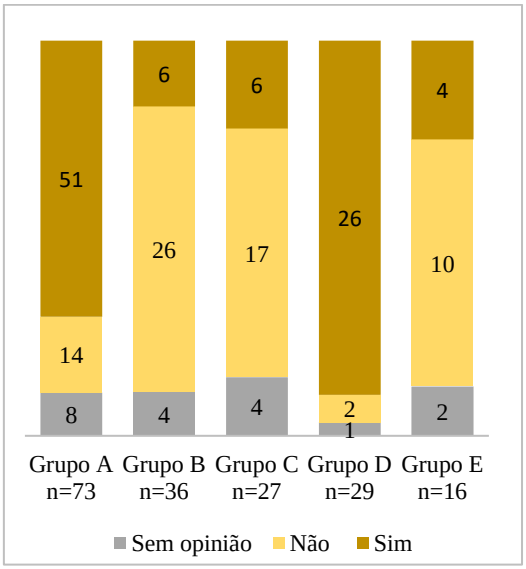
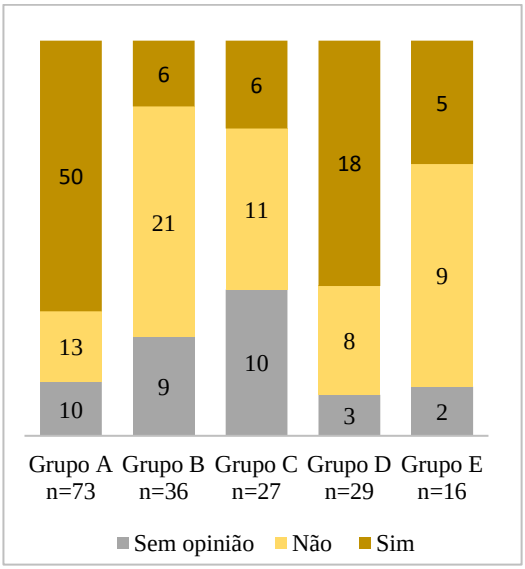


Gráfico 35 – Empresa tem mecanismos suficientes e efetivos para punir/evitar violência dentro da redação? Respostas desagregadas por grupo empresarial.

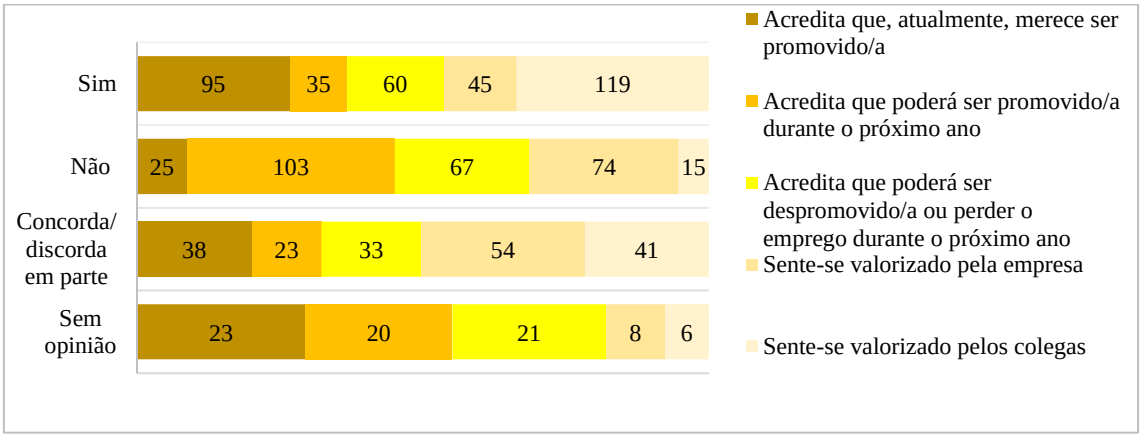


Procuramos também investigar percepções sobre valorização profissional e perspectivas de futuro, elementos que podem ser compreendidos como relacionados à satisfação laboral, importante indicador para refletir sobre condições de trabalho (WILLNAT, WEAVER, CHOI, 2013).

Ainda que a maioria dos/as participantes no estudo (53%) considere que merece ser promovida (em termos de remuneração, cargo e/ou função), apenas uma fracção da mesma (19%, menos de metade) acredita que tal pode ocorrer em breve; relativamente às perspectivas de despromoção ou desemprego num período próximo, registramos frequências equilibradas (33% sim, 37% não) – ou seja, a despromoção é considerada mais provável do que o inverso –, o que, julgamos, não contradiz os níveis relativamente altos de descontentamento em relação à valorização por parte da empresa (41% dos/as jornalistas não sentem que tal exista, contrapondo-se aos 25% do outro lado do espectro);

dentre as variáveis colocadas em avaliação, a única em que obtivemos dados que apontam para a sua compreensão como estímulo positivo majoritariamente presente no contexto de trabalho foi o sentimento de valorização por parte de colegas, com somente 8% a indicar percepção em sentindo completamente oposto (gráfico 36).

Gráfico 36 – Valorização e perspectivas de des/promoção laboral-profissional.



Ao considerarmos as questões acima na relação com outras variáveis, encontramos diferenças. Apontamos as mais significativas: a percepção do risco de despromoção ou perder o emprego é menor entre os indivíduos com cargo hierárquico no primeiro nível hierárquico – 19%, 33% dos/as que ocupam cargo no segundo nível e 37% no terceiro (gráfico 37) –, os quais também se sentem mais valorizados pela empresa – 71% afirmam-no, enquanto no segundo nível a taxa é de 15% e no terceiro de 19% (gráfico 38). Considerados os grupos empresariais, destaque para o D e E, onde registramos as menores percentagens de risco de despromoção ou desemprego – 10% e 13%, respetivamente, enquanto nos demais as taxas estão próximas de 40% (gráfico 39); entretanto, são os/as profissionais-trabalhadores/as nos grupos A e D que, em maior número, informam sentir-se valorizados/as pela empresa (gráfico 40).

Gráfico 37 – Acredita que poderá ser despromovido/a ou perder o emprego durante o próximo ano? Respostas desagregadas por cargos em níveis hierárquicos

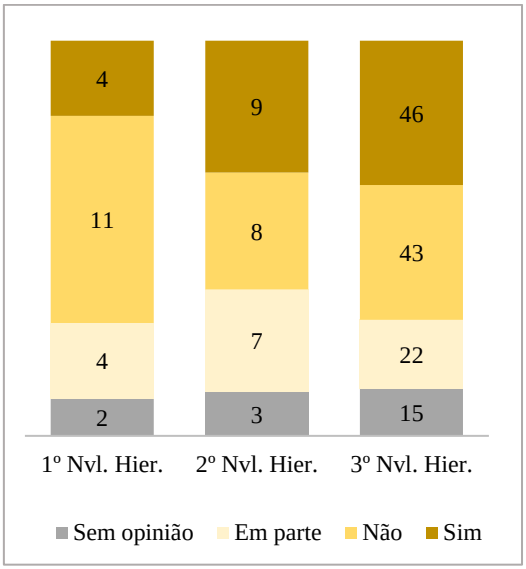


Gráfico 38 – Sente-se valorizado/a pela empresa? Respostas desagregadas por cargos em níveis hierárquicos

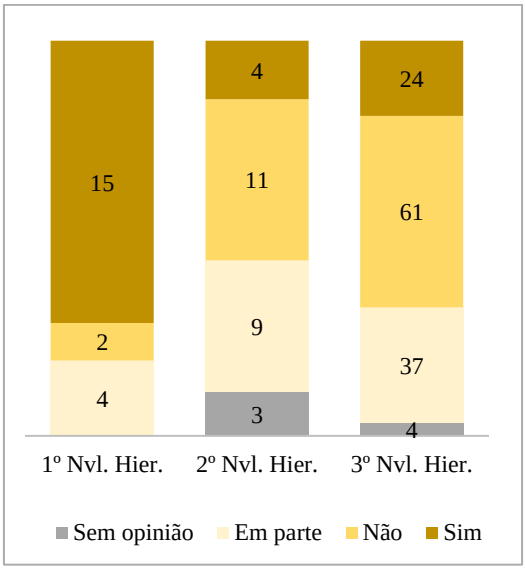


Gráfico 39 – Acredita que poderá ser despromovido/a ou perder o emprego durante o próximo ano? Respostas desagregadas grupos empresariais.

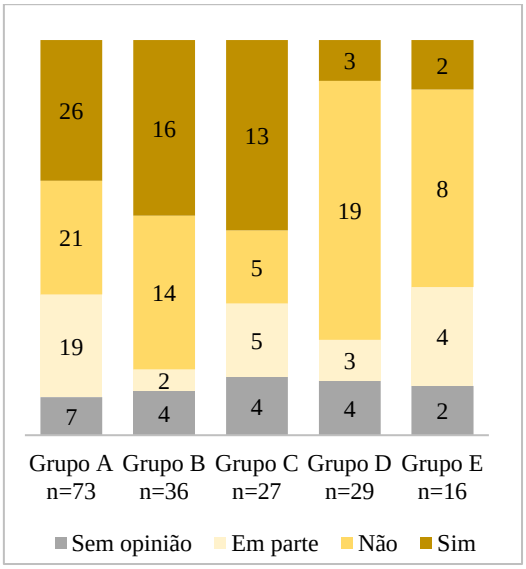
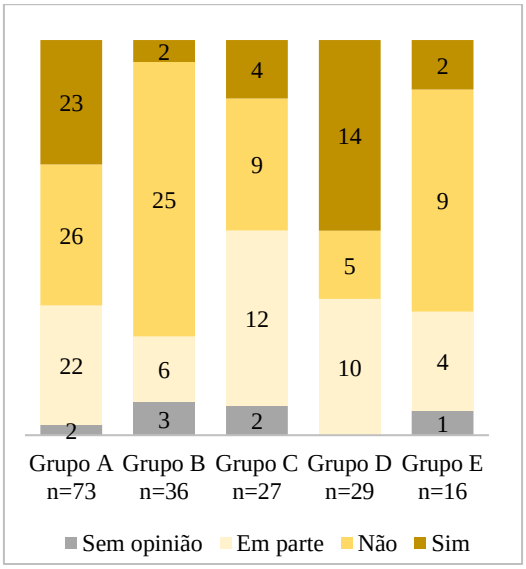


Gráfico 40 – Sente-se valorizado/a pela empresa? Respostas desagregadas grupos empresariais.



Ainda relacionado com a temática em discussão, julgamos que um dos dados mais reveladores da tendência majoritária (considerados/as os/as 181 participantes no estudo) para a insatisfação laboral-profissional pode ser localizado ao analisarmos os resultados à pergunta sobre se pensam deixar a profissão – sublinhamos, profissão especificamente, não o emprego – a curto/médio prazo (nos próximos 3 anos): apenas 35% afirmaram que não, com maior tendência nesse sentido nos grupos C e D e o inverso nos grupos A e B (gráfico 41).

Gráfico 41 – Pensa deixar a profissão a curto/médio prazo (nos próximos 3 anos)?

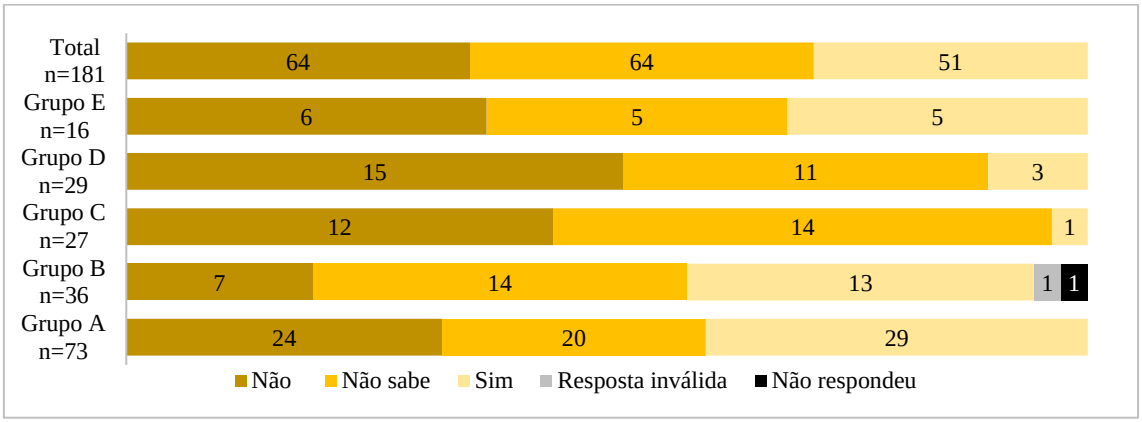
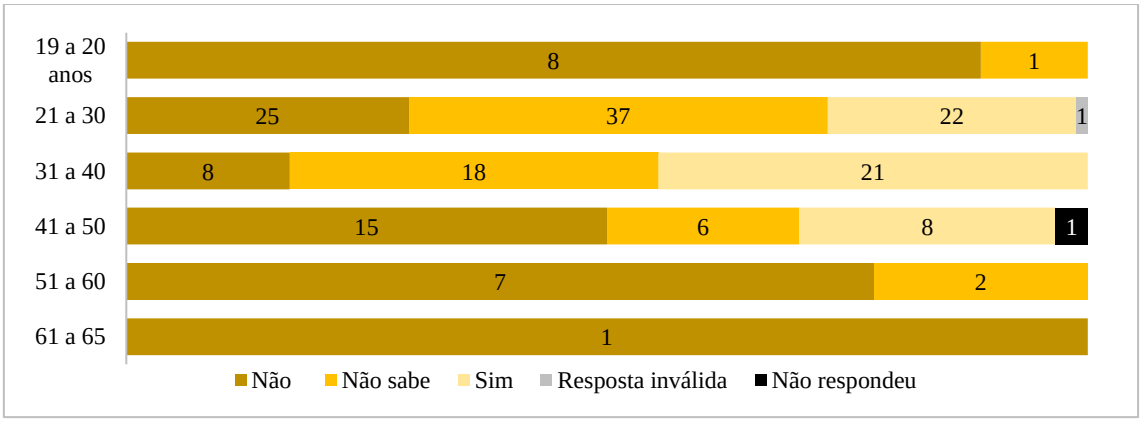


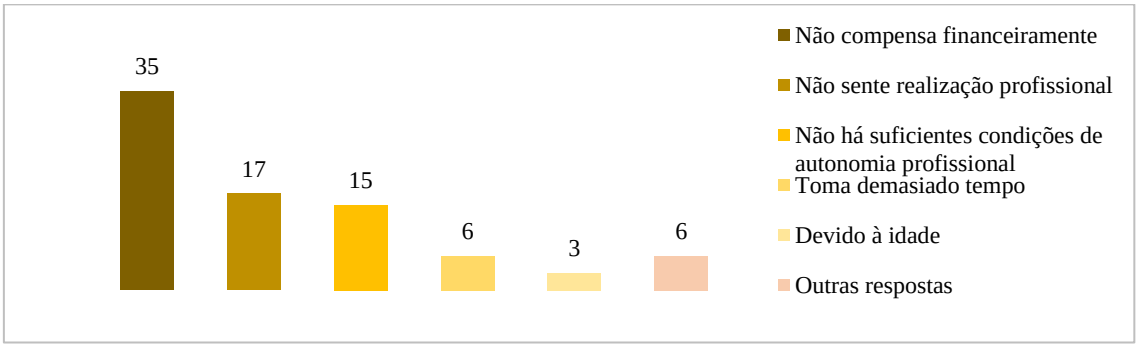
Gráfico 42 – Pensa deixar a profissão a curto/médio prazo (nos próximos 3 anos)? Distribuição por idades.



Julgamos que os números são especialmente preocupantes (porque dão indício de evasões precoces) ao relembrar que a média de idades dos/as participantes é relativamente baixa – 32 anos (idade que, como pode ser visualizado no gráfico 42, está contemplada no intervalo em que encontramos a menor taxa, 11%, de intenções de permanência na profissão). A avaliação que fazemos é reforçada ao constatarmos que cerca de metade dos/as estagiários/as declaram intenção de abandono (22%) ou não saber se pretendem continuar na profissão (31%) – percentagens semelhantes às encontradas entre profissionais: 29% pensam deixar a profissão em breve e 37% não sabem (não detectamos variações significativas quando consideramos os cargos ocupados). Entretanto, se tivermos em conta trabalhos como o de Weaver, Willnat e Choi (2013), não podemos acusar completa surpresa: considerando o conjunto de questionários aplicado ao longo de quinze anos (1996-2011) em 31 países (Brasil incluído), os autores destacam que, em muitos deles, "jovens tornam-se jornalistas para ganhar alguma experiência antes de saírem para empregos mais estáveis e lucrativos em outros campos [...]. Isso parece ser um padrão razoavelmente comum ao redor do mundo" (WEAVER, WILLNAT, CHOI, 2013, p.166, *tradução nossa*). No nosso estudo, remuneração, considerada como não

suficientemente compensatória, é a razão que mais vezes surge relacionada às intenções de saída (gráfico 43), o que nos encaminha para o sentido antes sugerido. Em segundo e terceiro lugar surgem, respetivamente, o sentimento de não realização profissional e as insuficientes condições de autonomia profissional[87] – elementos que chamam atenção para o fato de que no pesar de ganhos e perdas, simbólicas e materiais, a remuneração é uma entre várias (o que não a torna menos relevante), influenciadas também por expectativas e envolvimentos de profissionais-trabalhadores/as com idealizações e efetivações de funções sociais.

Gráfico 43 – Motivos para as intenções de abandonar a profissão.



Que apenas 15 jornalistas apontem as insuficientes condições de autonomia profissional como motivo para as intenções de abandono, não significa, necessariamente, que os/as demais percepcionem níveis muito mais elevados – uma leitura alternativa é a de que a valorização desse elemento (e modos de lidar com ele), no cruzamento com outros, pode não ser igual entre indivíduos. Voltamos atenção para essa temática – percepções sobre níveis de autonomia – na próxima secção.

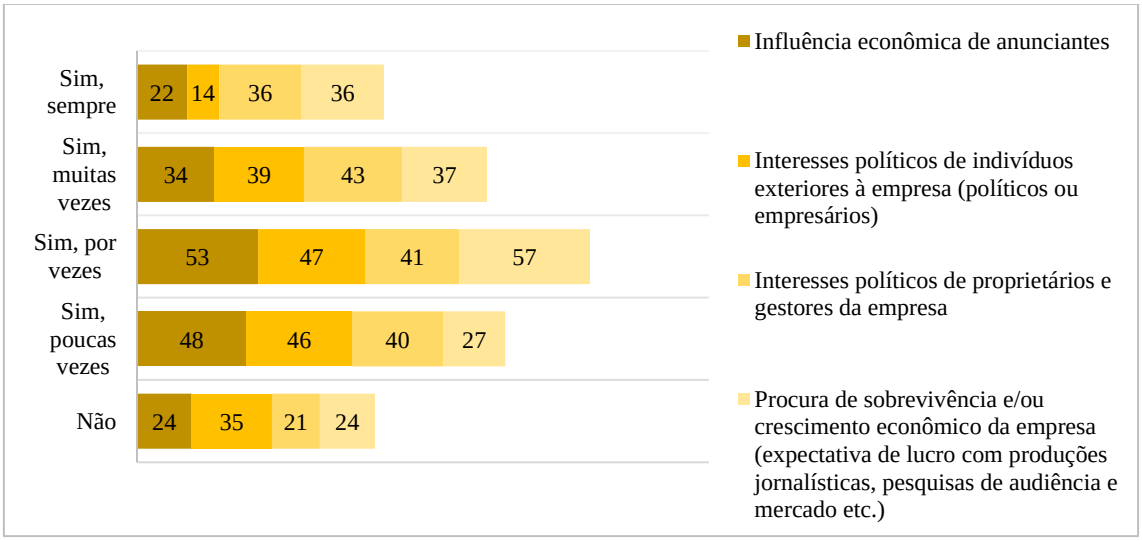
6.2.1 AUTONOMIA PROFISSIONAL

Quando questionados/as sobre a existência de interferências nos trabalhos da redação, são os elementos internos às empresas – ou assim classificados por nós, ainda que os mesmos se concretizem na relação com atores e ambiente externo, o que torna as fronteiras menos estáticas do que o binômio 'interno-externo' permite antever – que, no

[87] No gráfico 31, em que consta a distribuição de motivos para abandonar a profissão, 6 foram incluídas na categoria 'outras respostas'. Reproduzimo-las na íntegra:
▪ Respondente A23: "Sim, não acredito mais na produção + valor trabalho não é proporcional ao recebido"
▪ Respondente A26: "Sim, pois as oportunidades em redação enquanto profissional (não-estagiário) é baixa"
▪ Respondente A36: "Sim, estou concluindo outra graduação"
▪ Respondente B17: "Sim, porque não há condições trabalhistas dignas"
▪ Respondente B27: "Por conta da instabilidade no mercado de trabalho"
▪ Respondente D11: "Sim, porque penso em mudar de rumos"

conjunto das respostas obtidas, surgem como tendo maior peso: interesses políticos da direção é o elemento apontado como o que mais frequentemente (muitas vezes ou sempre) interfere (44%), seguido da procura de sobrevivência e/ou crescimento econômico da empresa (40%); influência econômica de anunciantes e interesses políticos de indivíduos externos à empresa alcançam, respectivamente, as taxas de 31% e 29% para os intervalos de frequência referidos (gráfico 44).

Gráfico 44 – Elementos que interferem nos trabalhos da redação.



A distribuição ao longo dos diferentes elementos tem, como pode ser visualizado acima, maior concentração no nível intermédio e, assim, poderemos afirmar que, na generalidade, as interferências tendem a ser reconhecidas como existentes, com frequência moderada. Entretanto, ao analisarmos as respostas de forma desagregada (gráficos 45 a 48) percebemos algumas variações, a principal das quais é a identificação de maior frequência das várias interferências no grupo B (merece destaque a taxa de 76% de jornalistas a declararem que os interesses políticos da direção interferem sempre ou muitas vezes), estando no polo oposto o grupo D (apenas um dos elementos – interno, a procura de sobrevivência ou crescimento econômico da empresa – reúne mais de um terço de respostas ‘muitas vezes’ ou ‘sempre’) e, ainda que com menos discrepâncias entre os dois extremos das frequências, o grupo A.

Gráfico 45 – Influência econômica de anunciantes.

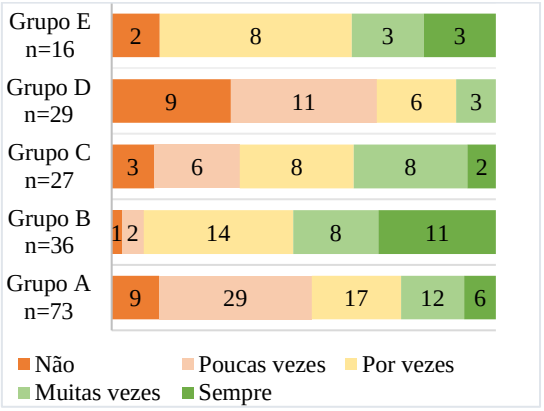


Gráfico 46 – Influência de interesses políticos de indivíduos exteriores à empresa.

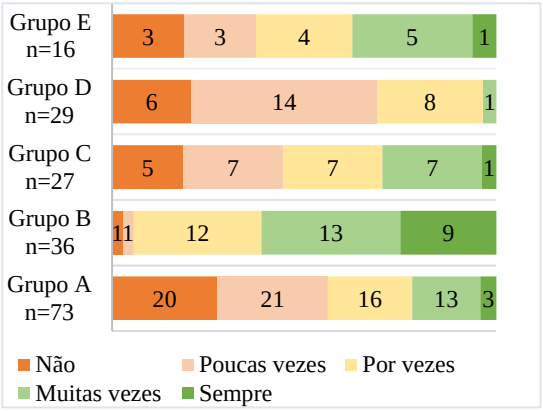


Gráfico 47 – Influência de interesses políticos da direção.

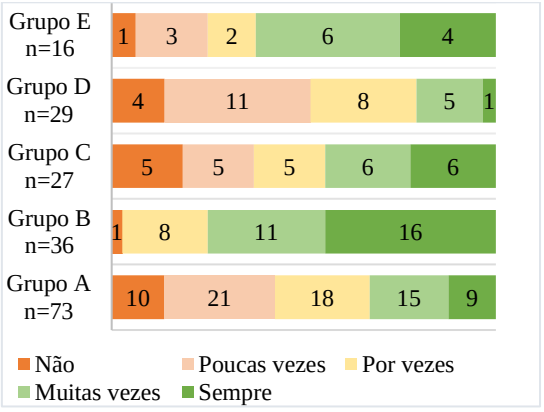
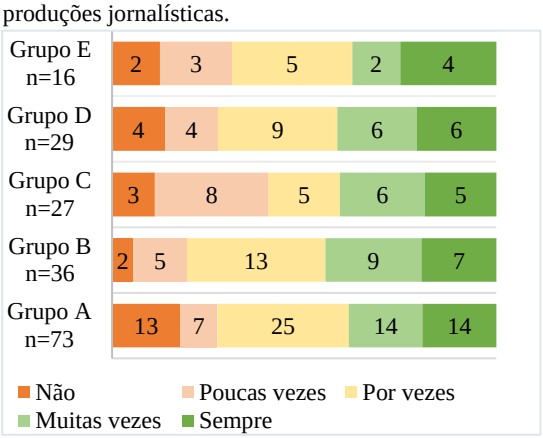
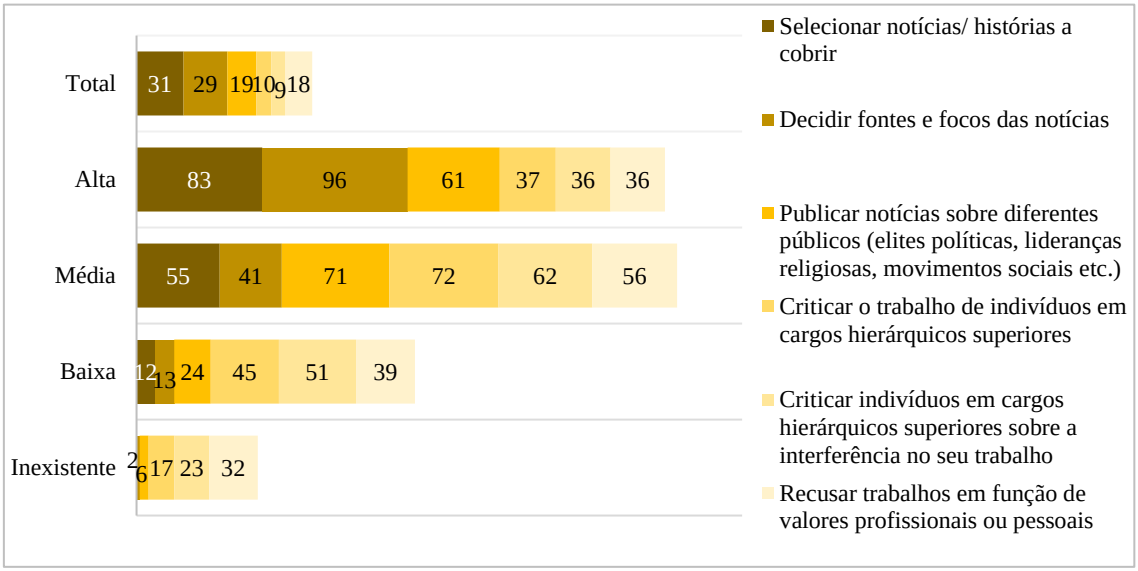


Gráfico 48 – Influência da expectativa de lucro com as produções jornalísticas.



Com o intuito de tentar um maior detalhamento da variável em causa, procuramos explorar outras das suas dimensões: realizada a questão anterior, voltada para a origem e frequência das influências percebidas sobre o conjunto de jornalistas em determinado espaço (o contexto organizacional em que cada respondente está inserido/a), redirecionamos o foco para a análise da autonomia específica do próprio indivíduo para desempenhar diferentes atividades (gráfico 49). A maioria, 53%, avaliou ter uma autonomia alta para decidir fontes e focos das notícias, média-alta (46%-30%) para selecionar histórias a cobrir, o mesmo intervalo majoritário para publicar notícias sobre diferentes públicos (média 39%, alta 34%). A distribuição é mais equilibrada quando inquiridos/as sobre a autonomia para criticar/questionar indivíduos em cargos hierarquicamente superiores sobre o trabalho que desenvolvem e para, em função de valores éticos profissionais ou crenças pessoais, recusar a realização de determinado trabalho – em ambas, registramos a maior percentagem de respostas na opção 'média autonomia' (40% e 31%, respectivamente). O menor nível de autonomia – média-baixa (34%-28%) – é em relação à possibilidade de criticar/questionar indivíduos em cargos hierarquicamente superiores sobre a interferência nos trabalhos que o/a respondente desenvolve.

Gráfico 49 – Níveis de autonomia no desempenho de atividades diversas.



Comparando estes dados com os referentes ao conjunto de questões sobre a origem e frequência de interferências na redação, percebemos, além de uma avaliação mais positiva na generalidade das respostas, uma menor variação de frequências entre respondentes de diferentes empresas. Se essa diferença se concretiza em função das atividades que desempenham (em que as influências anteriormente apontadas não os/as afetam normal ou diretamente), pela atitude em relação às influências (por exemplo, tentativa, ou não, – com sucesso, ou não – de contrariá-las na atuação laboral-profissional) ou pela conveniência social nas respostas – tendência do/a respondente, face a uma questão que toca num ponto sensível da identidade profissional, apresentar-se "de forma socialmente aceitável - da forma que acha que 'a maioria das pessoas" responde ou que revela seus traços mais favoráveis" (COZBY, métodos, p.145) –, ou até mesmo uma combinação destes ou outros elementos, é algo para que, por ora, não conseguimos avançar explicações com elevado grau de confirmação. Tentamos, no entanto, levar isso em consideração nas demais análises, as que se seguem no imediato mas também aquelas que desenvolvemos – aí, talvez, com maior possibilidade de avançar hipóteses mais bem justificadas – no próximo capítulo.

Também registramos que o nível de autonomia no desempenho de quase todas as atividades elencadas (exceção de uma, a última, como pode ser percebido nos gráficos abaixo), decresce à medida que analisamos os dados desagregados por cargo ocupado: são, sem surpresa, os indivíduos localizados no primeiro nível hierárquico que em maior proporção declaram ter autonomia alta ou total para selecionar notícias (gráfico 50) e decidir fontes (gráfico 51), publicar notícias sobre diferentes públicos (gráfico 52) e

criticar o trabalho de indivíduos em cargos hierárquicos superiores (gráfico 53) – a frequência de respostas nos intervalos apontados são, no entanto, para esses elementos, significativamente menores –, criticar indivíduos em cargos hierárquicos superiores sobre as interferências no seu próprio trabalho (gráfico 54) e recusar trabalhos em função de valores éticos profissionais ou crenças pessoais (gráfico 55) – estes últimos, os únicos elementos em que as percentagens nos referidos intervalos não chegam a 50%.

Gráfico 50 – Autonomia para selecionar notícias a cobrir.

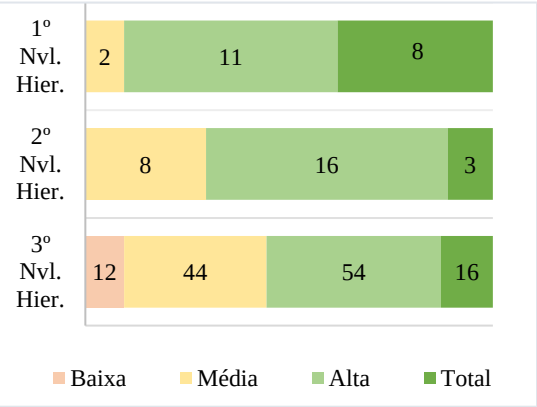


Gráfico 51 – Autonomia para decidir fontes e focos de notícias.

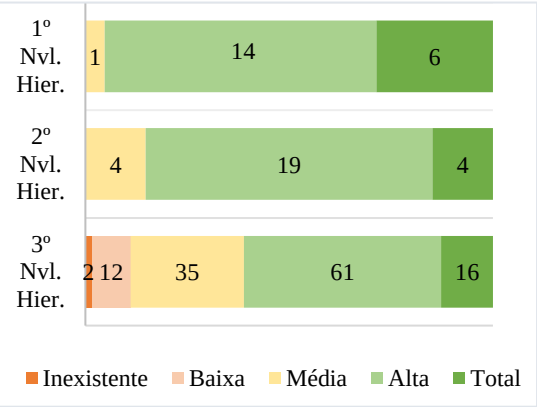


Gráfico 52 – Autonomia para publicar notícias sobre diferentes públicos.

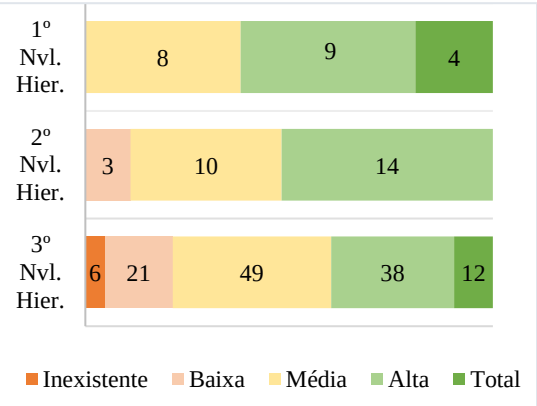


Gráfico 53 – Autonomia para criticar/ questionar cargos hierárquicos superiores sobre o trabalho que desenvolvem.

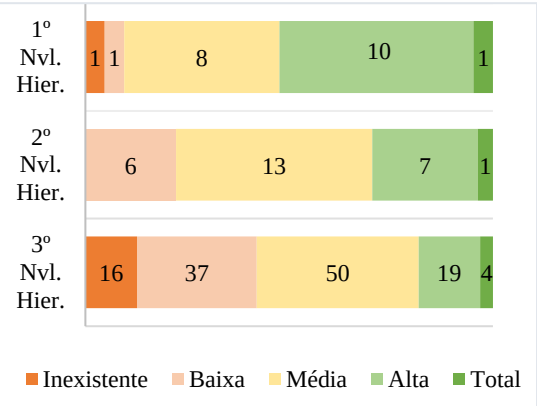


Gráfico 54 – Autonomia para criticar/questionar cargos hierárquicos superiores sobre a interferência em trabalhos que o/a respondente desenvolve.

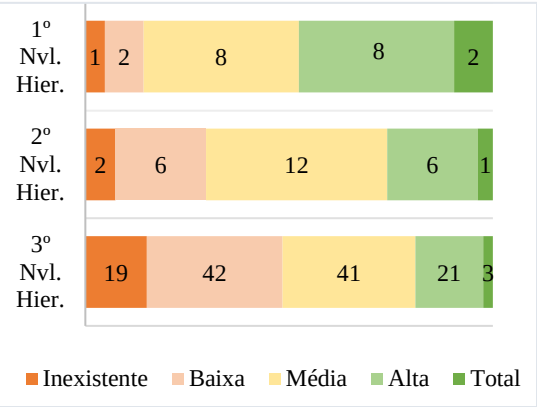
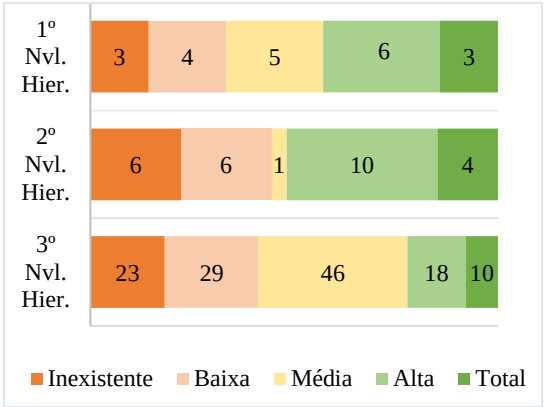


Gráfico 55 – Autonomia para, em função de valores profissionais ou crenças pessoais, recusar trabalhos.

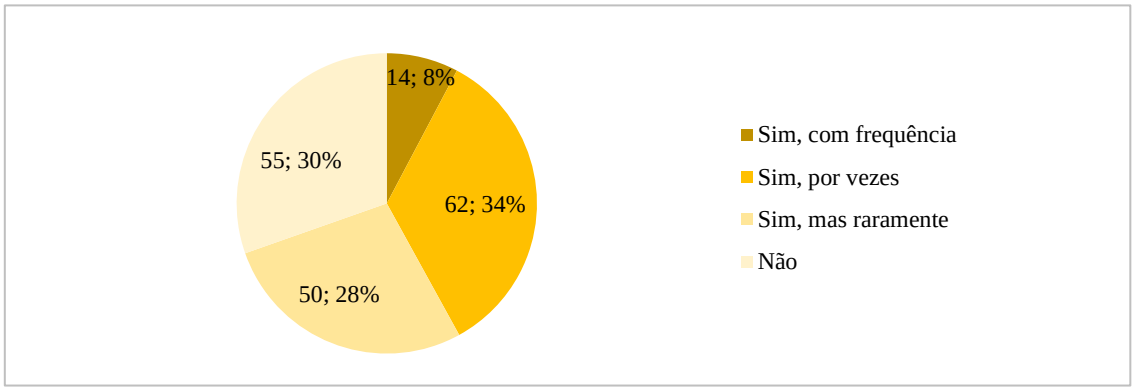


Antes de avançarmos, e ainda sobre o anteriormente levantado, sublinhamos novamente que aqui tratamos exclusivamente de percepções, não de efetiva autonomia (o que exigiria o adotar de outros objetos e métodos de estudos). Sobre esse ponto, Schmitz (2018) já confirmou a existência de lacunas entre as diferentes dimensões mencionadas: o autor destaca que os jornalistas integrantes do seu estudo – a desenvolver atividade em veículos da chamada 'mídia tradicional' (Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora) – "se consideram 'muito' autônomos e percebem 'um pouco' de autonomia no seu trabalho, mas efetivamente 'não são muito' autônomos" (SCHMITZ, 2018, p.149). Também na nossa investigação os sujeitos afirmam, se olharmos para o plano geral (gráfico 49 acima apresentado), ter autonomia relativamente alta (mais exatamente, média-alta) no desempenho de diferentes atividades. Um dado, no entanto, chama-nos atenção: a maior frequência de respostas nos intervalos negativos (autonomia baixa e autonomia inexistente) registram-se na possibilidade de recusa de executar determinado trabalho (39% no conjunto dos dois intervalos) e na possibilidade de criticar indivíduos em cargos hierárquicos superiores sobre a interferência no trabalho que o/a respondente desenvolve (41% no agregado). Questionamo-nos: que consequências poderá ter a baixa autonomia na recusa de trabalhos sobre, por exemplo, a autonomia para decidir fontes e focos das notícias? Julgamos que, em trabalhos futuros, será importante ter em atenção não apenas a influência de diferentes fatores sobre as percepções de autonomia, mas como diferentes níveis de (percepção sobre) autonomia se correlacionam.

Uma hipótese de resposta para a pergunta anteriormente colocada poderá ser a de que os identificados níveis médio-altos de autonomia (selecionar notícias, decidir fontes/focos e publicar notícias sobre diferentes públicos) são, pelo menos em parte, influenciados pela adaptação – proporcionalidade entre o que é esperado do/a e

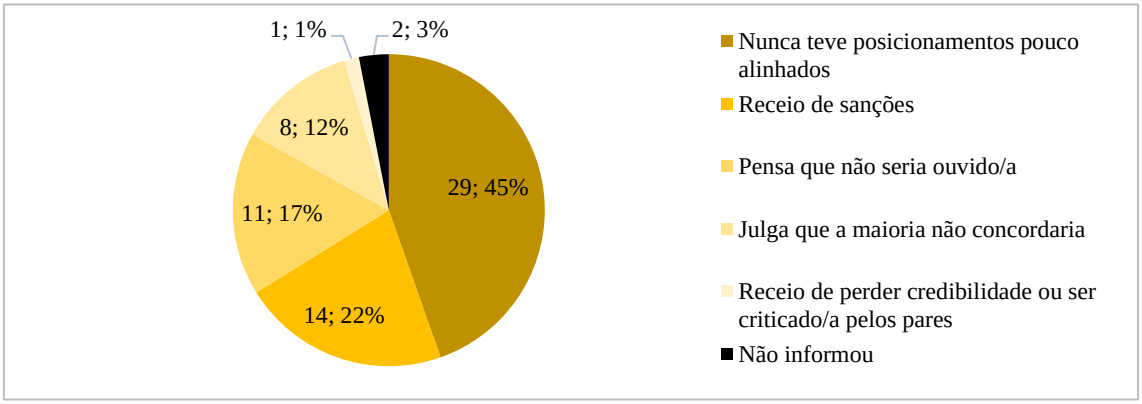
desempenhado pelo/a jornalista – às políticas editoriais (o porquê de tal, em caso de confirmação, é, novamente, questão por si só complexa). Ainda que não disponhamos de dados para confirmar a hipótese, podemos perceber uma tendência nesse sentido quando questionamos se os/as participantes no estudo propõem publicar histórias com viés pouco alinhado à política editorial ou aos posicionamentos político-ideológicos de cargos hierárquicos superiores: apenas 8% afirmou fazê-lo com frequência, enquanto 58% declarou nunca ou raramente propor – a taxa de quem o faz 'por vezes' foi de 34% (gráfico 56), dados que apresentam uma defasagem, como detalhamos em secção posterior, em relação aos níveis de identificação dos/as respondentes com a política editorial.

Gráfico 56 – Propõe publicar histórias com viés pouco alinhado à política editorial ou aos posicionamentos político-ideológicos de cargos hierárquicos superiores?



Questionados/as sobre o porquê de não proporem histórias com viés pouco alinhado, a maioria (29 dos/as 55 respondentes) declarou que nunca teve posicionamento pouco alinhado aos atores mencionados, surgindo depois, com metade das respostas (14), o receio de sofrer sanções por parte das hierarquias superiores e, quantidade ainda considerada significativa (11), a conjectura de que, fazendo-o, não seriam ouvidos/as (gráfico 57).

Gráfico 57 – Motivos para não propor histórias com viés pouco alinhado.



Por fim, analisamos as respostas a duas questões com foco na redação em que o/a jornalista trabalha, as quais voltaram a reunir maiores taxas de limites à autonomia do que outras perguntas com foco no indivíduo: a maioria (45% e 52,5%, respectivamente) considerou haver censura e autocensura onde desenvolve atividade – sendo ainda de destacar as percentagens relativamente altas de 'sem opinião'. Que a autocensura tenha alcançado uma percentagem de confirmação superior à censura é um dado que, em nosso entender, justifica o desenhar de estudos mais aprofundados sobre o tema (inclusive sobre os modos como as duas categorias, e suas eventuais dimensões, se relacionam e manifestam), pertinentes até mesmo para, na atualidade, confrontar algumas das principais conclusões elencados por autores como Kucinski (1998), Albuquerque e Roxo da Silva (2007) e Pieranti (2009) sobre o assunto: ambos apontam que a autocensura é um fenômeno que, ora relacionado à história sociopolítica do país (moldada por longos e frequentes períodos de regimes autoritários) ora à estrutura empresarial (moderna e conservadora) da mídia tradicional (explicações que são mais complementares do que contraditórias), encontrou espaço para criar fortes raízes nas culturas jornalísticas do Brasil, por vezes encarado/justificado como estratégia de sobrevivência, outras como o preço a pagar para, em momentos estratégicos, colaborar no desenvolver de movimentos contra-hegemônicos dentro daqueles espaços midiáticos em que, quotidianamente, tende a ser costurada a reprodução de visões alinhadas com interesses particulares de elites político-econômicas.

Analisadas de forma desagregada, constatamos variações significativas nas respostas de jornalistas em diferentes empresas: a identificação de censura é quase total nos grupos B e E, enquanto no D não chega a um terço – A e, principalmente, C têm distribuição de frequências mais equilibrada (gráfico 58). No caso da autocensura (gráfico 59), a confirmação é majoritária em todos os grupos, mas menos acentuada nos grupos A e D; o grupo B surge novamente destacado, com 75% de respostas afirmativas, seguido de C (67%) e depois E (63%).

Gráfico 58 – Existe censura na redação em que trabalha?

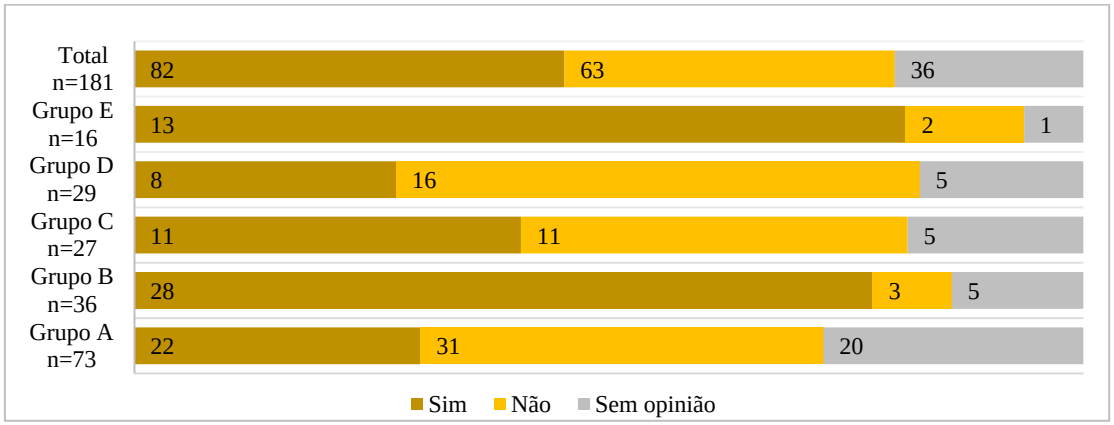
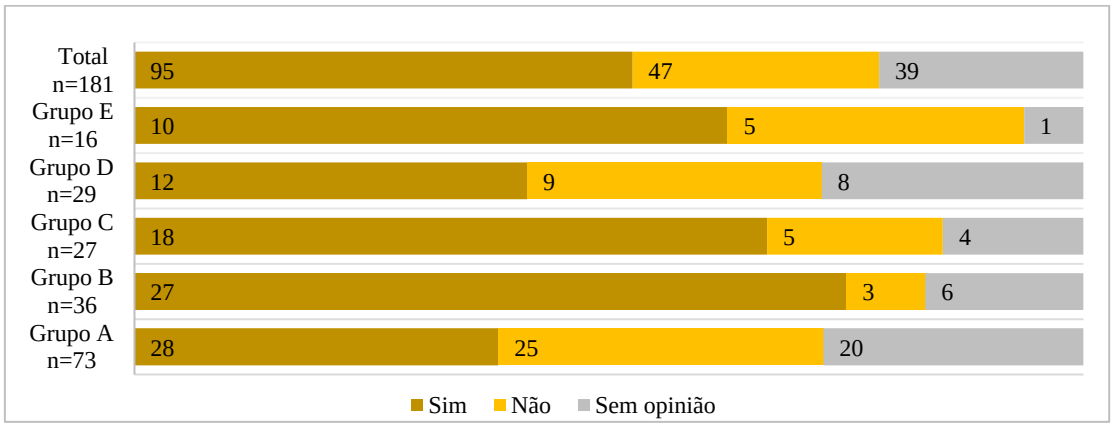


Gráfico 59 – Existe autocensura na redação em que trabalha?



Ainda sobre as questões em foco, identificamos variações nas respostas ao considerar o grau de identificação dos/as respondentes com as inclinações políticas/ideológicas de proprietários da empresa e política editorial: no geral, quanto maior a identificação, menor a percentagem de afirmações quanto à existência de censura (gráfico 60 e 61) ou autocensura (gráfico 62 e 63).

Gráfico 60 – Declaração de existência de censura, considerado o grau de identificação com inclinações políticas/ideológicas de proprietários da empresa.

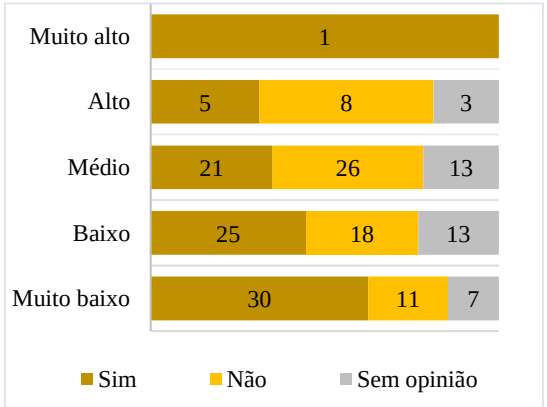


Gráfico 61 – Declaração de existência de censura, considerado o grau de identificação com inclinações políticas/ideológicas da política editorial.

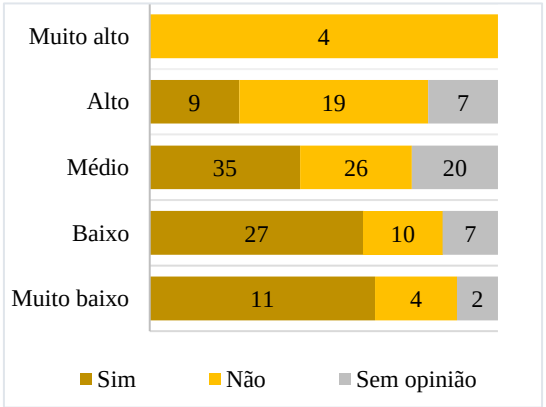


Gráfico 62 – Declaração de existência de autocensura, considerado o grau de identificação com inclinações políticas/ideológicas de proprietários da empresa.

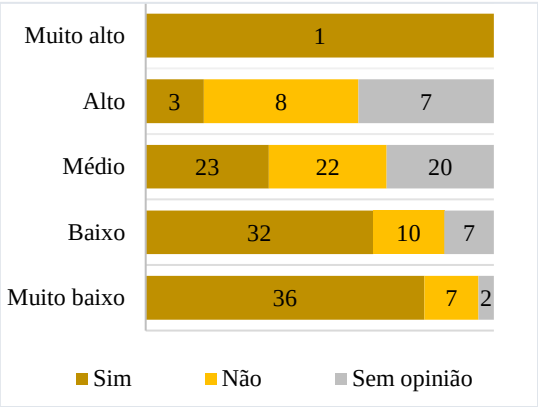
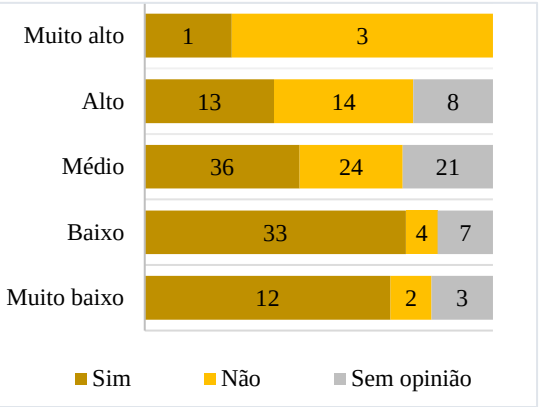


Gráfico 63 – Declaração de existência de autocensura, considerado o grau de identificação com inclinações políticas/ideológicas da política editorial.



Também encontramos diferenças entre quem ocupa diferentes cargos, ainda que menos discrepantes do que esperávamos: aproximadamente um terço de quem está enquadrado/a no primeiro nível hierárquico considerou que existe censura e autocensura (33%), proporção semelhante à daqueles/as que, no segundo nível, ofereceram resposta positiva quanto à censura (37%), mas menor quando a referência é à autocensura (52%); no terceiro nível encontramos as maiores percentagens de confirmação às duas questões – 50% na primeira (gráfico 64), 58% na segunda (gráfico 65).

Gráfico 64 – Declaração de existência de censura, considerado o nível hierárquico do cargo ocupado.

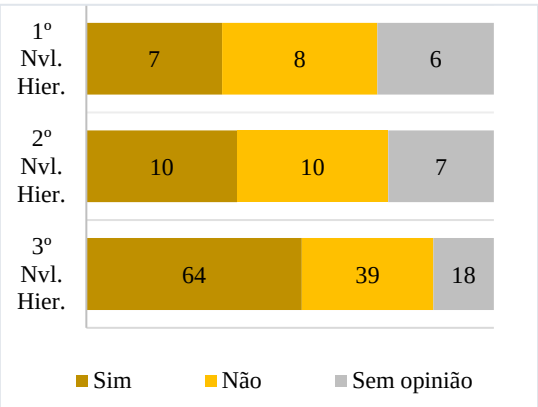
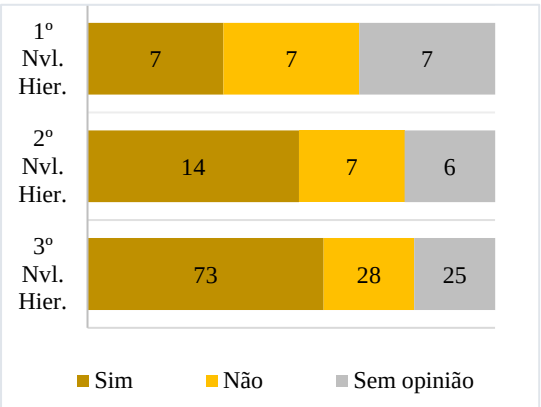


Gráfico 65 – Declaração de existência de autocensura, considerado o nível hierárquico do cargo ocupado.

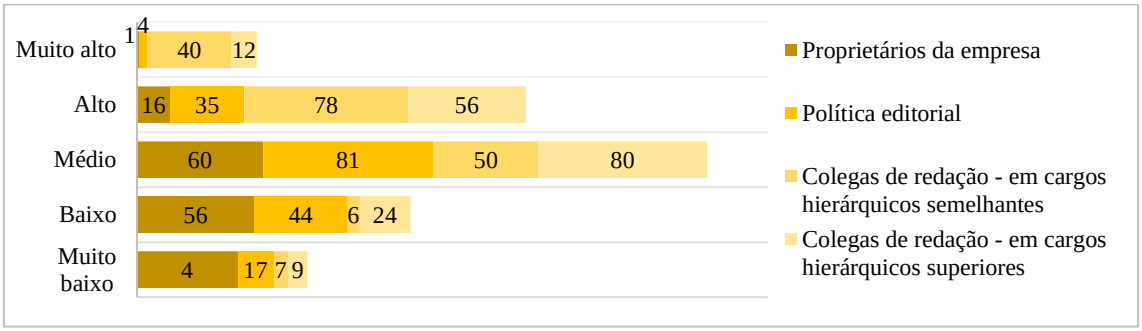


6.3 Relações de associação e identificação interpessoal

Iniciamos esta secção com a análise do grau de identificação dos/as respondentes com as inclinações políticas/ideológicas de atores (internos à empresa) envolvidos/as na organização da produção jornalística (gráfico 66): a maior taxa de respostas nos graus de identificação ‘alto’ ou ‘muito alto’ foi em relação a colegas de redação que ocupam cargos hierárquicos semelhantes (65% no conjunto) – relembramos que a maioria dos/as

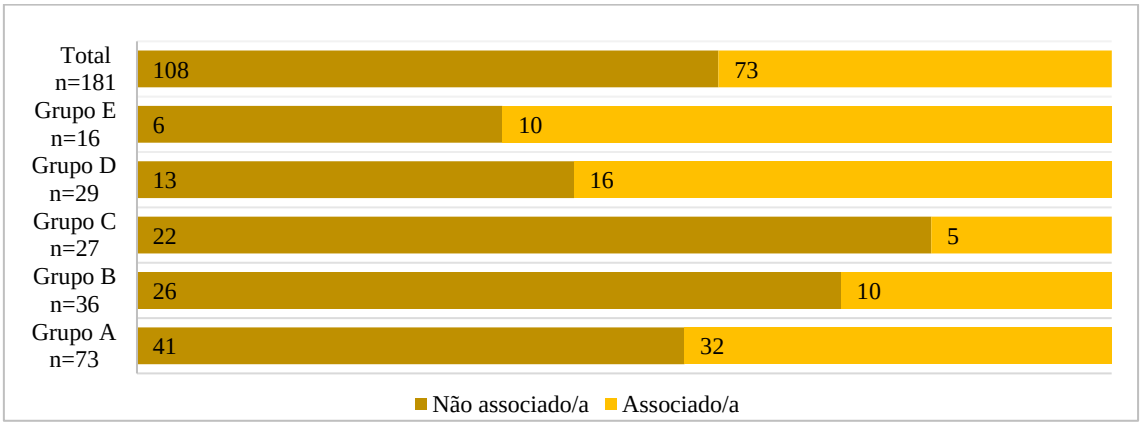
inquiridos ocupam cargos do terceiro nível hierárquico. As taxas nos intervalos antes apontados desce para quase metade (38%) quando considerados/as colegas em cargos hierárquicos superiores, com o 'médio' grau de identificação a reunir o maior número de respostas. Os níveis mais baixos são verificados em relação aos proprietários da empresa em que trabalham (57% no conjunto de 'baixo' e 'muito baixo') e – menos intensamente, mas, ainda assim, uma das informações, em nosso entender, mais relevantes – à política editorial (34% no conjunto dos dois intervalos inferiores, estando a maioria das respostas concentrada no grau de identificação 'médio'). Proporção minoritária, 21%, declarou um nível de identificação alto (19%) ou muito alto (2%) com a política editorial – frequências que, como referimos anteriormente, apontam para uma defasagem em relação ao número de respondentes que informaram propor histórias com viés pouco alinhado à política editorial ou aos posicionamentos político-ideológicos de cargos hierárquicos superiores (a maioria, 58%, declarou nunca ou raramente fazê-lo).

Gráfico 66 – Identificação com inclinações políticas/ideológicas de diferentes atores.



Consideradas as respostas de modo desagregado, constatamos que, na generalidade, as tendências não divergem muito do panorama apontado. As diferenças mais significativas verificam-se nos grupos B e C, especificamente na identificação com proprietários: o primeiro reúne 81% de respostas nos níveis inferiores (baixo ou muito muito baixo) e o segundo soma 74% das respostas naqueles intervalos. B e C que, aliás, se consideradas algumas das variáveis analisadas até ao momento (a exemplo da identificação de elementos que interferem no trabalho, níveis de autonomia e sentimentos de des/valorização ou perspectivas de despromoção/desemprego), são os grupos em que as respostas dos/as jornalistas apontam para pior situação laboral-profissional. Não deixa, portanto, de causar alguma surpresa que, ao perguntarmos se os/as respondentes estão associados/as ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco (SINJOPE), as menores percentagens de resposta positiva sejam, precisamente, nos grupos referidos: 28% em B e 18,5% em C, sendo que a taxa é de 40% quando considerada a totalidade de participantes (gráfico 67).

Gráfico 67 – Jornalistas associados/as ao SINJOPE.



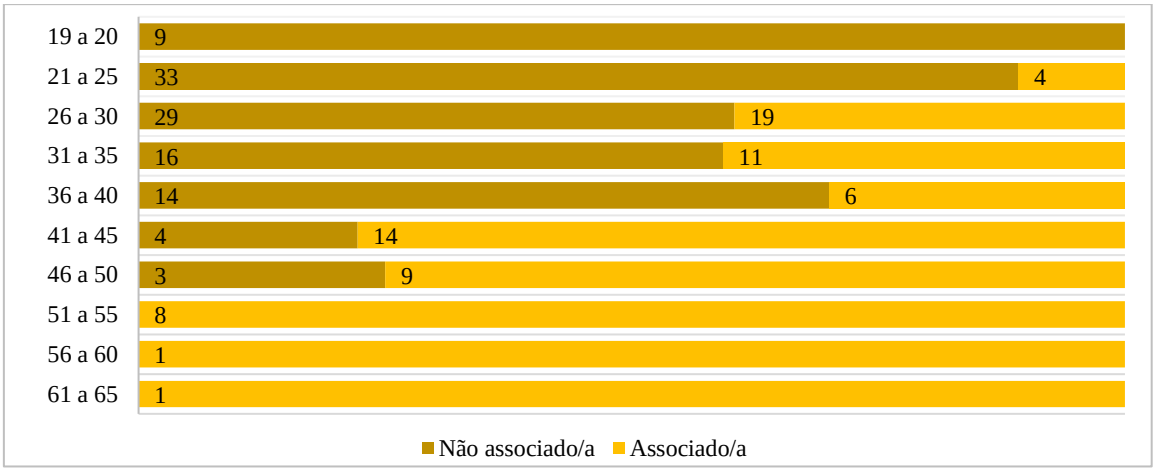
Apesar de em presença minoritária, a taxa de sindicalizados/as no nosso estudo é maior do que as identificadas na maioria de outras investigações: Hersckovitz (2005) registra 43% de associados/as (a maioria dos/as quais com mais de 40 anos de idade e 15 de profissão), Mick e Lima (2013) 25,2%, Paiva, Guerra e Custódio (2015) referem que 80% dos/as integrantes no estudo não pertencem a nenhum sindicato (não especificando se a restante percentagem é de filiados/as apenas), Moreira (2016) precisa que 59,2% não estão filiados/as e Ghedini (2017), mesmo adotando como objeto de estudo a relação entre sindicato (de São Paulo) e jornalistas, conta na sua investigação com 33% de jornalistas associados/as, sublinhando que o estimado percentual de sindicalização entre todos/as os/as jornalistas a atuar naquele Estado é de 10,3%. Sobre a temática, Moreira (2015) considera que os níveis, relativamente baixos, de sindicalização entre jornalistas brasileiros/as são explicados em função do processo de construção da identidade profissional:

> não faz parte do processo de construção da identidade profissional dos jornalistas o engajamento sindical ou a participação em atividades associativas. O que poderia vir a ser encarado como algo paradoxal, já que o jornalismo é elemento fundamental nos processos históricos de mobilização e participação política das diversas categorias de trabalhadores, é na verdade resultado de uma opção consciente, baseada numa visão identitária que coloca o jornalista como um intelectual, distante, portanto, da realidade plena de dificuldades e de lutas que compõem o universo das demais categorias profissionais (inclusive a dos trabalhadores nas empresas jornalísticas) (MOREIRA, 2015, p.110/11).

Ainda que consideremos a avaliação pertinente, julgamos que ela é carente de suporte empírico que, em cada contexto (levando em conta também outras variáveis, como as próprias condições de trabalho – níveis de autonomia, elevadas cargas de trabalho etc.), a confirme, devendo portanto ser encarada mais como hipótese do que como dado (não) comprovado.

Voltamos aos dados do nosso questionário: realizados cruzamentos com as variáveis gênero, raça/cor e idade, é apenas no terceiro que identificamos diferenças significativas. As percentagens de associação ao SINJOPE são bastante elevadas entre quem tem mais de 40 anos (variação de 75% a 100%) e quase nulas entre jornalistas que têm menos de 25 anos (0% dos mais jovens, 11% na categoria seguinte); aqueles/as que estão localizados/as entre os dois intervalos mencionados apresentam taxas semelhantes (entre 30% e 41%) à percentagem geral (gráfico 68).

Gráfico 68 – Jornalistas associados/as ao SINJOPE, consideradas as idades.



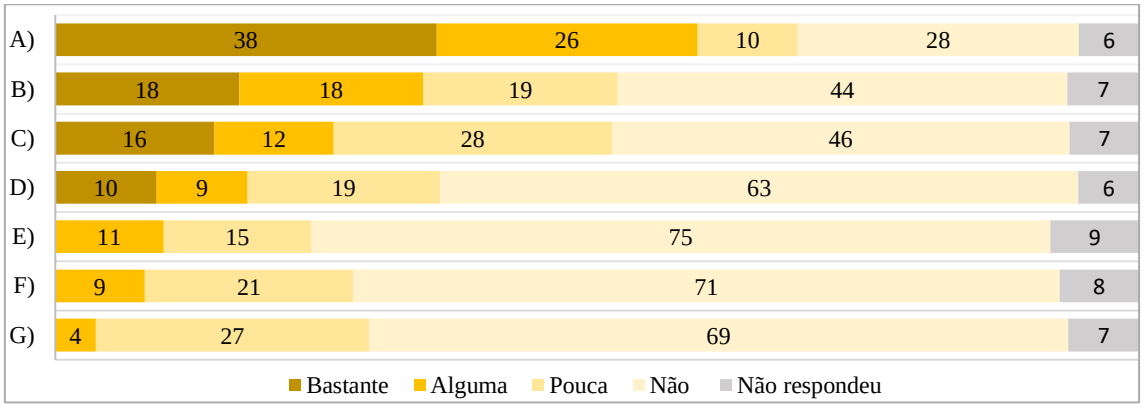
Considerados os dados acima, não surpreende que as taxas de associação sejam superiores entre os/as jornalistas que ocupam cargos no primeiro (57%) e segundo (56%) nível hierárquico – no terceiro a taxa é de 36% –, onde encontramos as maiores médias de idade (40 anos no primeiro e 39 no segundo – no terceiro, 29). Apenas 2 dos/as 36 estagiários/as informaram estar associados/as (relembramos que, desse total, somente 17 informaram ainda não ter terminado a graduação, sendo que estudantes também podem associar-se, na modalidade de pré-sindicalização).

Tanto nos questionários como nas entrevistas, também procuramos explorar as motivações para os afastamentos e aproximações com o sindicato. Nos primeiros, estes que agora analisamos, propomos hipóteses do porquê da não associação (gráfico 69) e, àqueles/as em posição oposta, questionamos que elementos tiveram influência na decisão de se associarem (gráfico 70). Comparando a frequência de respostas entre os dois gráficos, podemos perceber que as percentagens de respostas negativas são, em geral, maiores nas hipóteses colocadas para a não associação, o que nos indica que outros motivos não contemplados por nós poderiam ter sido mais pertinentes [88]. Dos

[88] Agora, finalizado o trabalho, julgamos também que, devido à sensibilidade da questão e imprevisibilidade das respostas, a estratégia de pergunta aberta poderia ter sido uma melhor opção.

apresentados, o motivo mais influente (‘bastante’ ou ‘alguma influência’) para a não associação foi a falta de tempo para participar (35% + 24%), seguido pela consideração de que o sindicato é pouco ativo (17% +17%).

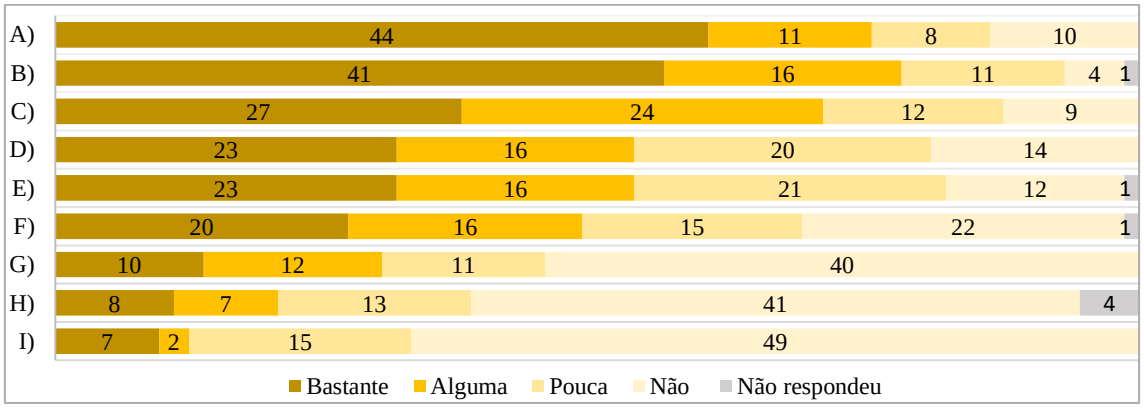
Gráfico 69 – Grau de influência de motivos para não associação ao SINJOPE.



Legenda: A) falta de tempo para participar; B) pensa que o sindicato é pouco ativo; C) não conhece o sindicato; D) não concorda com a maioria das tomadas de posição do sindicato; E) influência de colegas que também não são associados/as; F) pensa que se for associado/a corre o risco de sofrer algum tipo de sanção na empresa em que trabalha; G) pensa que o sindicato não é necessário.

Participar de decisões coletivas (60% +15%) e fortalecer os níveis de autonomia da categoria profissional (56% +22%) foram os motivos mais frequentemente apontados como relevantes entre associados/as.

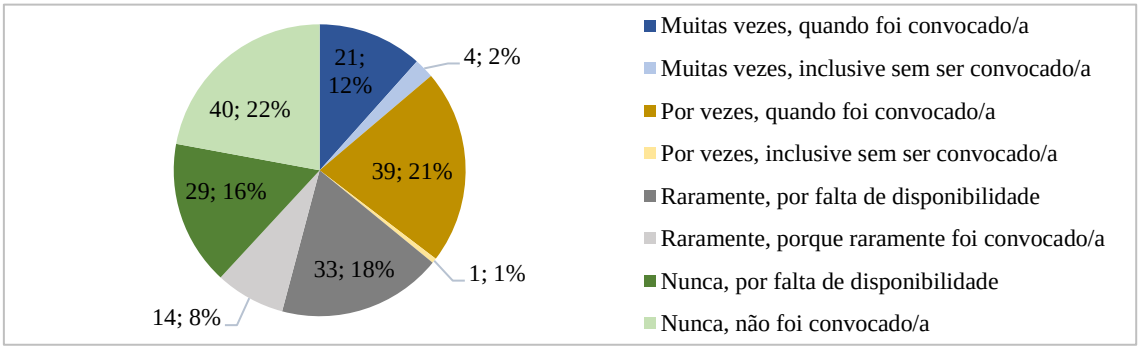
Gráfico 70 – Grau de influência de motivos para associação ao SINJOPE.



Legenda: A) participar de decisões coletivas; B) fortalecer níveis de autonomia da categoria; C) debater os problemas da categoria; D) acesso a assessoria jurídica (relativamente a questões trabalhistas); E) ações de sensibilização para a associação desenvolvidas pelo sindicato; F) conhecer melhor a categoria profissional; G) influência de colegas associados/as; H) Oportunidades de formação; I) benefícios financeiros (descontos em serviços e equipamentos.

É ainda importante sublinhar que a maioria dos/as respondentes, 64%, informou nunca ou raramente, nos últimos cinco anos, ter participado efetivamente no SINJOPE (em debates, votações etc.), sendo que, nas categorias de frequência ‘por vezes’ e ‘muitas vezes’, a prevalência foi daqueles/as que o fizeram quando convocados/as (gráfico 71), o que reforça os indícios de que a participação dos/as jornalistas (associados e não associados) na organização representante da categoria é relativamente baixa.

Gráfico 71 – Frequência de participação no SINJOPE nos últimos 5 anos.



Aqui, quanto aos cargos e idade, voltamos a encontrar as tendências já apontadas – ainda que menos discrepantes – ao analisarmos quem declarou (não) estar associado/ao sindicato: a maioria (87%) dos/as jovens jornalistas (com até 25 anos) informou nunca ter participado no SINJOPE, enquanto a maior percentagem (42%) de quem informou tê-lo feito muitas vezes está localizada na faixa dos 46 a 55 anos de idade (gráfico 72); 42% dos/as profissionais no terceiro nível hierárquico também apontou nunca ter participado (19% nos demais níveis declararam a mesma resposta), sendo a distribuição semelhante (16%, 19% e 15%) entre quem assinalou a resposta 'muitas vezes' (gráfico 73).

Gráfico 72 – Frequência de participação no SINJOPE nos últimos 5 anos, consideradas as idades.

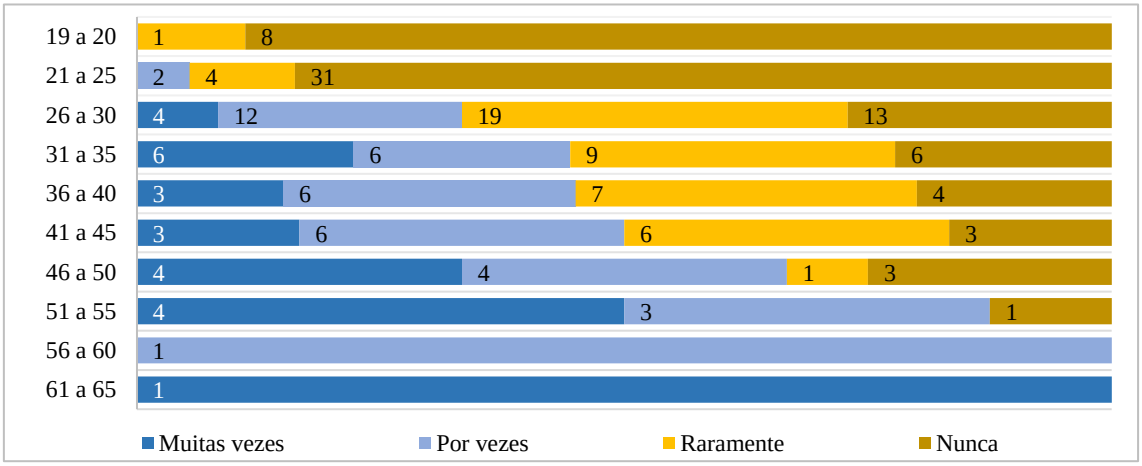
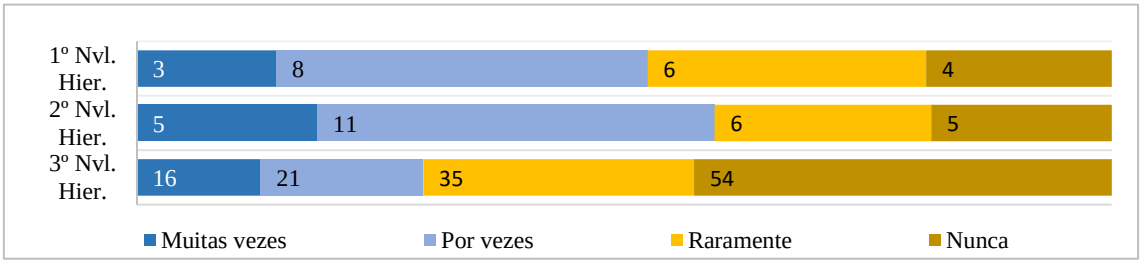


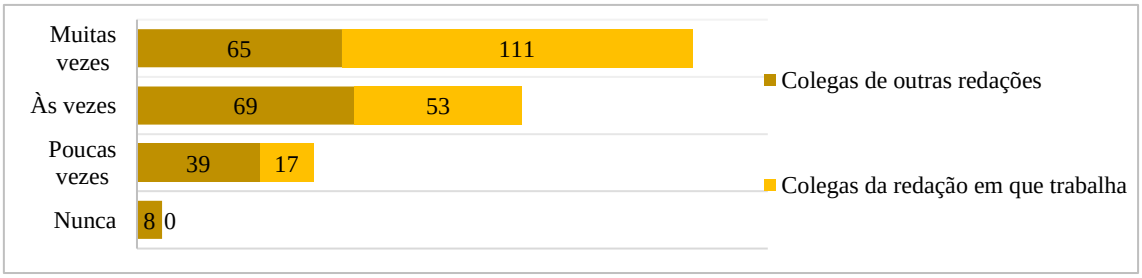
Gráfico 73 – Frequência de participação no SINJOPE nos últimos 5 anos, considerados os cargos.



Aqui importa sublinhar que a relação, como qualquer outra que assim seja classificada, não é unidirecional, e portanto não devemos tomar os dados como explicativos em si, tampouco capazes de descrever uma realidade que, seguramente, é

mais complexa do que aqui nos é possível detalhar. Não se trata de dizer apenas que os/as jornalistas estão distantes do sindicato – consideração que, aliás, já foi comprovada por vários outros estudos anteriores ao nosso. Mas se o estão, porquê? Qual a corresponsabilidade do próprio sindicato nisso? E de outros fatores (micro, meso ou macrossociais)? Ao final da investigação tentaremos propor algumas hipóteses de resposta, também com base nas análises que ainda desenvolvemos nos próximos capítulos, onde analisamos as entrevistas com respondentes do questionário. Desde já, destacamos que, de acordo com os dados coletados, as condições de trabalho são um tema que muito frequentemente (61%) está presente nas discussões entre jornalistas que partilham o mesmo espaço de trabalho, mas nem tanto (36%) entre jornalistas de diferentes redações (gráfico 74) – o que, não sendo surpreendente, reforça a nossa compreensão de que a construção ou reforço de espaços comuns (a exemplo do sindicato) para a convergência de discussões sobre problemas e soluções é um importante desafio na atualidade, tanto mais complexo quanto considerarmos que as motivações e disponibilidades para participação (influenciadas, eventualmente, entre outros possíveis elementos, pelas elevadas cargas horárias de trabalho e baixa renda, ambos já identificados neste estudo) são, por si só, variáveis com que é difícil de lidar.

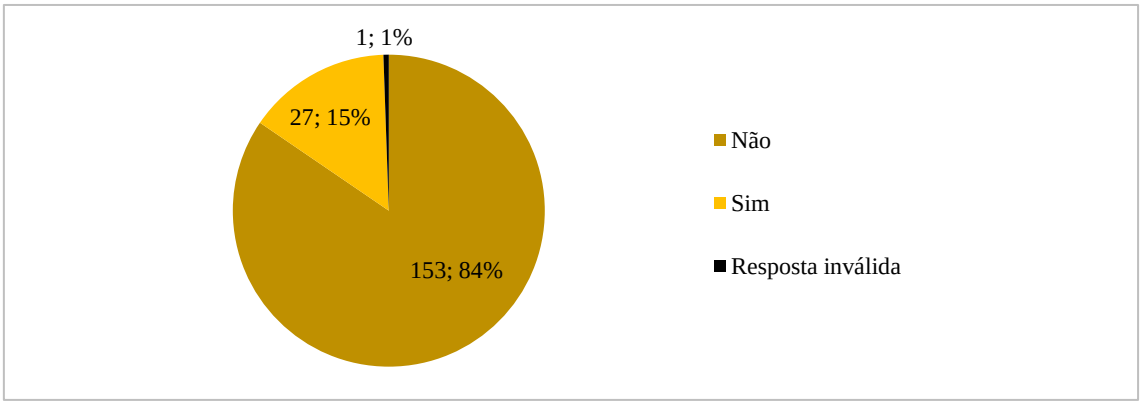
Gráfico 74 – Frequência com que os/as respondentes discutem as condições de trabalho da categoria profissional com colegas.



Ainda na temática de relações de associação e identificação interpessoal, mas não necessariamente relacionadas à profissão, perguntámos se os/as jornalistas participam em algum coletivo de luta por direitos sociais (requeremos que fosse desconsiderado o SINJOPE): a maioria, 85%, informou que não (gráfico 75). Entre quem o faz, as áreas de atuação mais frequentes são a da democratização da mídia e comunicação (7 respondentes), de direitos urbanos e acesso à cidade (também 7) e de gênero e sexualidade (5)[89].

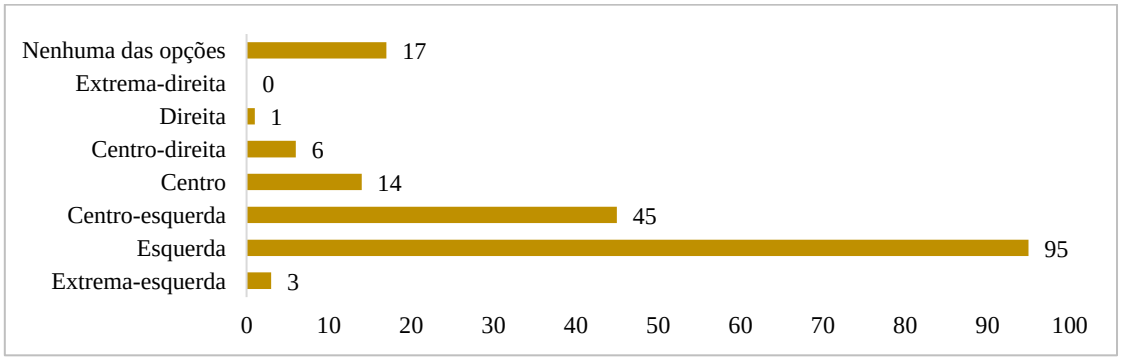
[89] Para além das áreas de atuação apontadas, surgiram ainda: meio ambiente/proteção da natureza (4 respondentes), raça/etnia (4), direitos trabalhistas (3), direitos/proteção dos animais (2), direitos das crianças com necessidades especiais (1), luta anticapitalista (1) e área estudantil (1). Uma resposta foi considerada inválida: a da pessoa que informou fazer voluntariado.

Gráfico 75 – Participação em algum coletivo de luta por direitos sociais.



Por fim, constatamos que a maioria dos/as inquiridos/as (79%) se define como estando mais à esquerda no espectro político, surgindo depois aqueles/as ao centro (8%) e uma minoria posicionada mais à direita (4%); 9% informaram não se identificar com nenhuma das opções (gráfico 76). Os dados caminham no sentido já apontado por Hersckovitz (2005, p.96, *tradução nossa*): "apesar de se distanciarem da sindicalização – tradicionalmente, organizações de tendência à esquerda – [...] posicionamentos à esquerda é uma longa tradição entre jornalistas brasileiros". Ainda assim, é de salientar o elevado número de respostas que comunicam explicitamente um posicionamento político, dado que julgamos especialmente relevante se tivermos em conta que a categoria é fortemente influenciada por uma ideologia profissional que, entre outros elementos, é composta por um ideal de imparcialidade. Aqui é importante termos em conta que o questionário foi aplicado, como anteriormente já mencionado, durante um período de acirrada polarização sociopolítica na sociedade brasileira, o que pode ter contribuído para os resultados alcançados. Para isso mesmo já chamaram atenção Mick, Lima e Douvan (2019), identificando variações nos dados de investigações realizadas em diferentes períodos (2012 e 2017), sugerindo que "diante da polarização, os jornalistas tendem a posicionar-se politicamente, abandonando posições de desengajamento antes refletidas na rejeição à classificação" (MICK, LIMA, DOUVAN, 2019, p.14).

Gráfico 76 – Distribuição dos/as participantes no espectro político 'esquerda-direita'.



Considerados os níveis hierárquicos de cargos ocupados, não verificamos diferenças significativas: no primeiro, 52% dos/as respondentes identificam-se com a esquerda e 24% com a centro-esquerda, no segundo as percentagens são de 56% e 22%, e no terceiro 52% e 27%. Apenas 4 participantes declararam estar filiados a algum partido político (não questionamos qual).

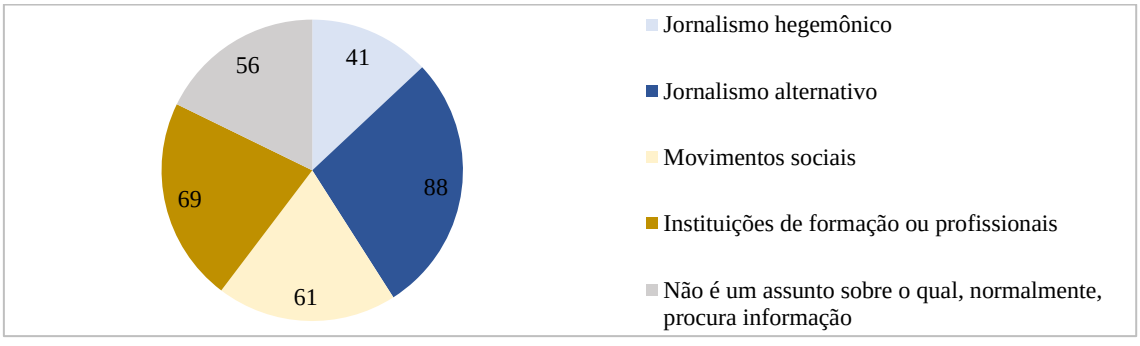
6.4 Regulação da mídia

Produções jornalísticas sobre regulação da mídia são, como já abordado no terceiro capítulo da presente investigação, pouco frequentes nos principais veículos de comunicação do país (assim considerados em função das grandes dimensões das suas estruturas empresariais e níveis de audiência), sendo caracterizadas, quando acontecimentos alcançam maior espaço na agenda midiática, por enquadramentos pouco equilibrados. Paganotti (2015) avalia, dando exemplos, que são dois os modos como a temática, normalmente, é tratada por tais veículos:

> com *silêncio* ou *ruído*. Tanto a Ancinav como o Conselho Federal dos Jornalistas foram recebidos com uma reação hostil da mídia, um *ruído* que procurou atrair a atenção da sociedade sobre o que se pretendia representar como ameaças à liberdade de expressão dos comunicadores e ao direito de informação e à liberdade de escolha do público. Por outro lado, o *silêncio* que cercou a quase ausente cobertura sobre o Confecom durante sua realização mostra os limites de trazer à tona e difundir os debates sobre a regulação social de um setor tão importante quanto a mídia (PAGANOTTI, 2015, p.173).

Levando o mencionado em consideração, julgamos pertinente questionar quais os principais canais – se algum – por que os/as respondentes obtêm informação sobre o tema. Dentre as opções elencadas (gráfico 77), o jornalismo hegemônico (23%) foi a que alcançou menor frequência de respostas, surgindo no polo oposto o jornalismo alternativo (49%).

Gráfico 77 – Quais os principais canais que usa para se informar sobre o tema ‘regulação da mídia’?



Os dados acima apresentados devem ser levados em conta com cuidados redobrados, e isso por, pelo menos, dois motivos: as classificações utilizadas, com as quais procuramos diferenciar a produção jornalística no contexto de diferentes tipologias de organizações empresariais, podem ter influenciado os resultados – ou seja, 'hegemônico' e 'alternativo' poderão ter contribuído para o aumento da conveniência social nas respostas –; por outro lado, as respostas não informam qual a frequência com que os/as jornalistas se informam sobre o tema – apenas aqueles/as que declararam que não é um assunto sobre o qual, normalmente, procuram informação (31%) oferecem alguma indicação do referido – ou, muito menos, os níveis de conhecimento sobre o mesmo, e, portanto, os resultados não devem ser extrapolados nesses sentidos. Ainda que retornemos a essas questões, com maior nível de detalhe, na análise das entrevistas realizadas, tentámos também explorá-las com perguntas correlatas nos questionários: considerados os dados apresentados nos gráficos 78 e 79, encontramos indícios de que, contrariamente ao que acontece sobre condições de trabalho (como apontado anteriormente), regulação da mídia não é um tema que faz parte das discussões em que a maioria dos/as respondentes, normalmente, estão envolvidos/as. Ainda que, nos gráficos abaixo, as perguntas sejam semelhantes e as distribuições na frequência de respostas quase idênticas, a segunda questão, ao contemplar a influência de terceiros, permite-nos conjecturar, ainda que não o tenhamos explicitado, que o estímulo ao debate por parte de instituições profissionais (como o sindicato), se existir, não tem grande alcance entre os/as jornalistas no estudo. Também julgamos importante apontar que as respostas positivas entre estagiários/as alcançam, no primeiro caso, os 56% e, no segundo, os 36%, dados que, em nosso entender, justificam a pertinência de, em estudos futuros, investigar a presença do tema nas grades curriculares dos cursos de ensino superior.

Gráfico 78 – Regulação da mídia é um tema que, normalmente, é discutido nos espaços físicos e/ou círculos sociais em que se movimenta?

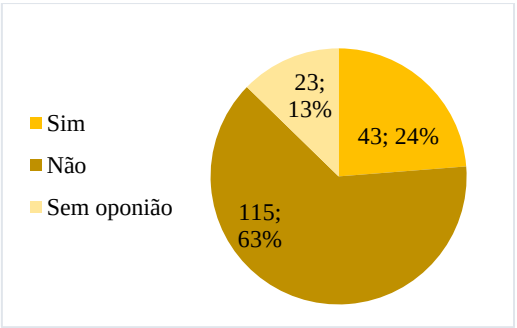
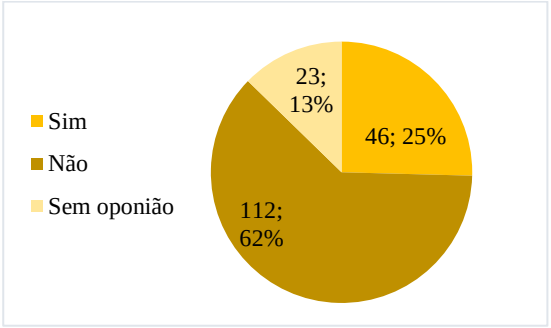


Gráfico 79 – É estimulado/a por terceiros a informar-se ou discutir sobre regulação da mídia?



Entretanto, as minoritárias percentagens daqueles/as que confirmam a presença de discussões e estímulos para tal por parte de terceiros, convivem (ao fazer parte da mesma

pergunta-matriz no questionário) com as majoritárias taxas de respondentes que consideram o tema relevante para compreender e atuar na profissão, além de o ser também na construção sociopolítica do país (gráfico 80). Face a essa defasagem, é ainda relevante apontar que número considerável de jornalistas informou que gostaria de obter mais informação sobre o tema, mas não sabe onde consegui-la (95, 52,5%) e/ou não tem tempo para o fazer (84, 46%) – considerados/as aqueles que responderam 'sim' (gostaria de obter mais informação sobre regulação da mídia) a pelo menos uma das opções, ficam registradas 120 (66%) respostas afirmativas, 42 (23%) negativas e 19 (11%) 'sem opinião' (gráfico 81).

Gráfico 80 – Regulação da mídia é um tema relevante para...

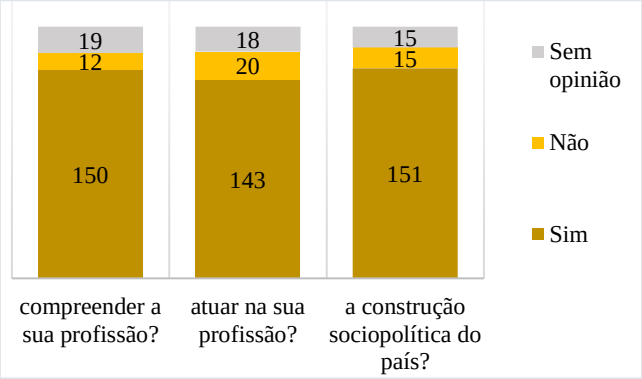
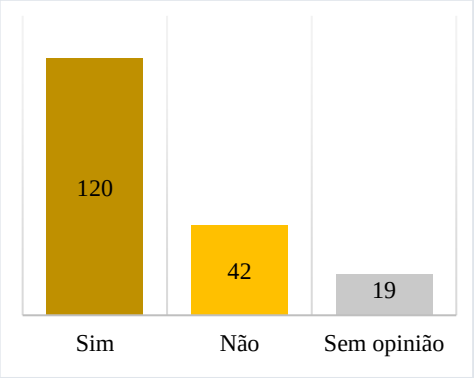


Gráfico 81 – Gostaria de obter mais informação sobre regulação da mídia?

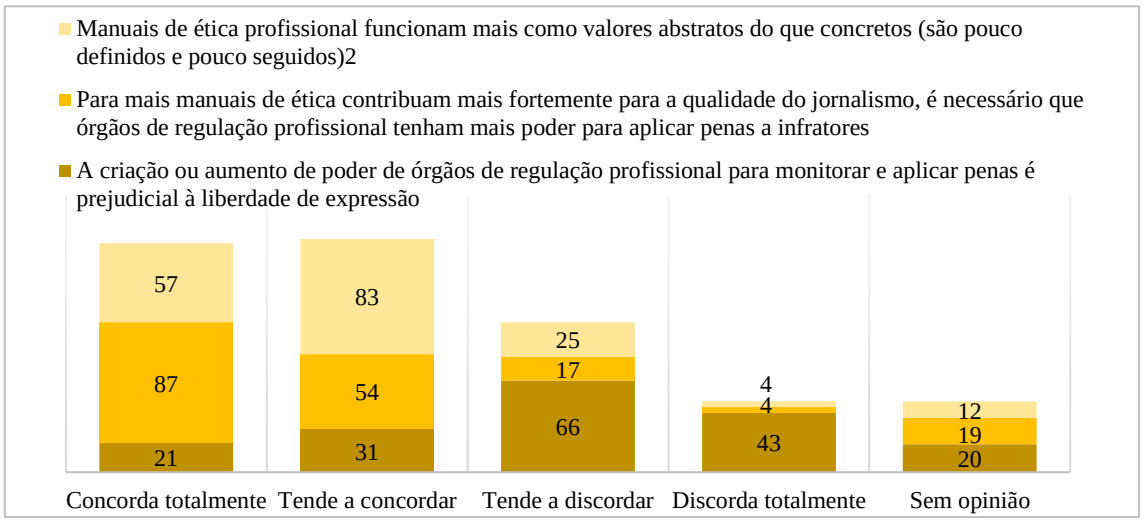


Com o objetivo de explorarmos as avaliações dos/as jornalistas em relação ao estado atual da regulação da mídia no Brasil e as práticas regulatórias que julgam mais ou menos desejáveis para um jornalismo de qualidade, desenvolvemos duas perguntas-matriz onde, levando em conta algumas das principais disputas sobre o tema (abordadas no terceiro capítulo da investigação), tentamos incluir um conjunto alargado de objetos. Na maioria das questões, optamos por não abordar acontecimentos, organismos ou documentos regulatórios demasiado específicos por considerarmos que o risco de não resposta (ou elevado índice de 'sem opinião') seria maior – e isso levando em conta os já citados trabalhos de Hanitzsch e colaboradores/as (2010) e Amado e Waisbord (2018), onde é indicado que jornalistas tendem a ter maior familiaridade ou conhecimento das dimensões que quotidiana e mais explicitamente têm influência na rotina de trabalho (limitações à autonomia em função da hierarquia organizacional, lidar com prazos e ritmos ou conflitos éticos na produção de notícias, entre outros). Além disso, sendo o nosso estudo exploratório, e devido às limitações do próprio instrumento de coleta – o questionário, que não deve ser demasiado extenso sob risco de diminuir a taxa de participação –, julgamos que, sendo necessário optar, seria mais pertinente apostar na diversidade do que na especificidade de assuntos, inclusive para mapear aqueles a que, à

partida, seria interessante dar mais atenção nas entrevistas. Na sequência, analisamos as respostas à pergunta-matriz em que foi requerido que os/as jornalistas informassem o seu grau de concordância com diferentes hipóteses de práticas regulatórias por nós elencadas.

À asserção de que manuais de ética profissional funcionam mais como valores abstratos (pouco definidos e pouco seguidos) do que como valores concretos (bem definidos e normalmente compridos), 32% dos/as jornalistas declararam total concordância e 46% tendência a concordar; os graus de concordância foram ainda mais elevados (48% de total e 30% tendendo a isso) quando colocada a hipótese de que, para que os mencionados manuais contribuam mais fortemente para a qualidade do jornalismo, é necessário que órgãos de regulação profissional (sindicatos, conselhos de ética etc.) tenham mais poder para aplicar penas efetivas a infratores (jornalistas e/ou empresas); quanto à afirmação de que a criação ou aumento de poder de órgãos de regulação profissional para monitorar e aplicar penas (a jornalistas e/ou empresas) é prejudicial à liberdade de imprensa, as frequências foram mais distribuídas, mas, ainda assim, em linha com as posições majoritárias anteriormente declaradas sobre o mesmo objeto: 24% informaram discordar totalmente do referido e 37% tender a discordar (gráfico 82).

Gráfico 82 – Graus de concordância com afirmações com foco na regulação de conteúdo.

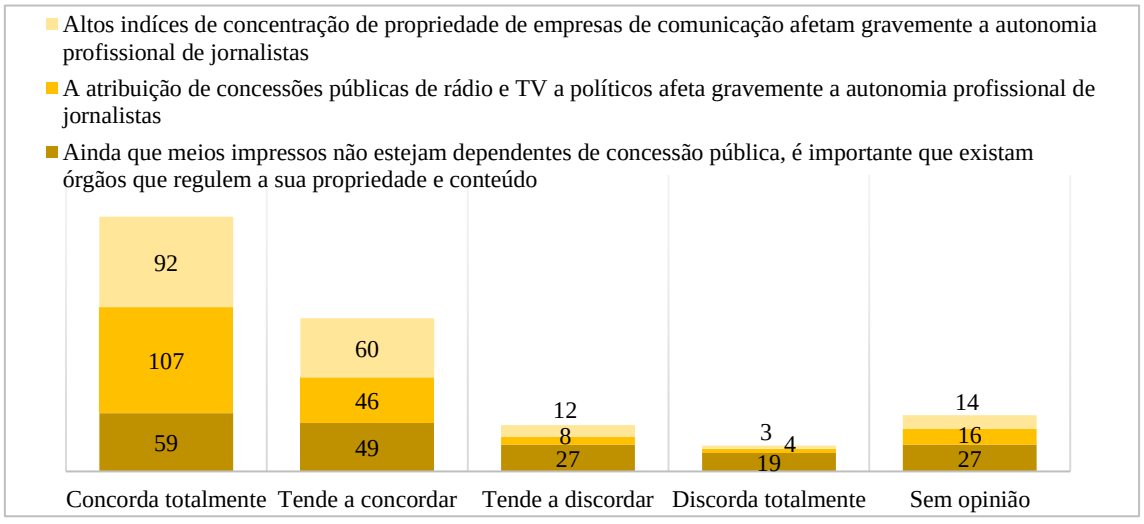


Destacamos ainda, comparando os dados acima, o número relativamente alto de jornalistas que à terceira hipótese assinalaram a opção diametralmente oposta à da tendência majoritária (nesse caso, ‘concordo totalmente’ – 21; nos demais, ‘discordo totalmente’, 4 em ambos), existindo, portanto, uma diferença maior entre o número daqueles/as que apresentaram posições opostas (16% tendem ou discordam totalmente da primeira hipótese e 12% fazem-no na segunda, enquanto na terceira 28% tendem ou

concordam totalmente com o elencado). Em nosso entender, tal pode estar relacionado à menção explícita a elementos de difícil articulação no campo jornalístico (monitorar e aplicar penas X liberdade de expressão). Aqui julgamos importante relembrar o já apontado por Fidalgo (2013): considerada a complexidade do tema (e as sensíveis questões em que toca), as eventuais posições referentes a regulação não devem ser resumidas a um simples 'concordo' ou 'discordo', sendo fundamental compreender os porquês – proposta a que tentamos melhor corresponder com as análises realizadas no oitavo capítulo.

Registramos as maiores taxas de concordância (total e parcial) quando conjecturamos interferências na autonomia profissional em função de características da propriedade de empresas: 51% concordam totalmente que mercados com altos níveis de concentração afetam gravemente a autonomia e 59% oferecem a resposta mencionada ao ser considerada a interferência quando concessões de rádio e TV são atribuídas a políticos; ainda quanto à propriedade, aproximadamente um terço dos/as respondentes (33%) declarou total concordância – a opção que reuniu maior frequência de respostas, seguida da tendência à concordância (27%) – com a afirmação de que, ainda que impressos não estejam dependentes de concessão pública, é importante a existência de órgãos reguladores da sua propriedade e conteúdo (gráfico 83).

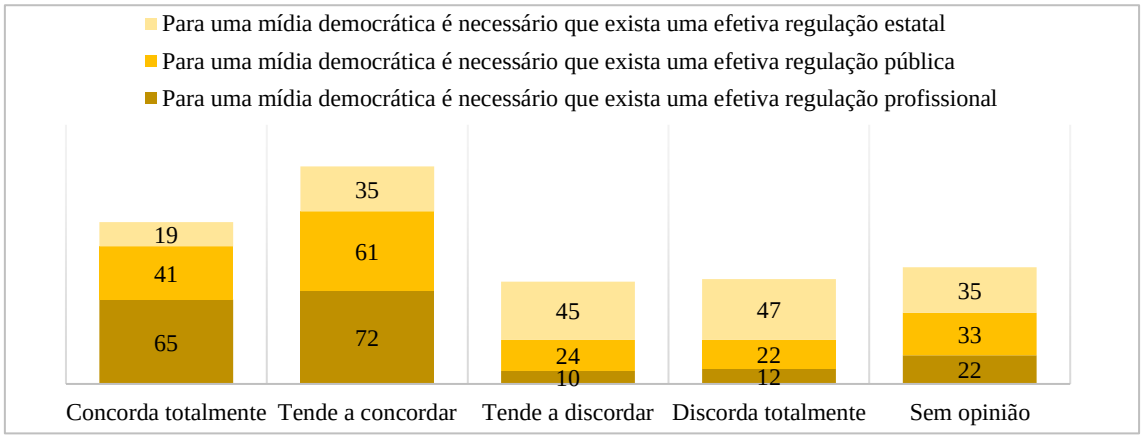
Gráfico 83 – Graus de concordância com afirmações com foco na regulação de propriedade.



Quanto a atores reguladores, considerados de modo abrangente, a tendência entre os/as participantes no estudo é de avaliarem como mais desejável a regulação profissional, seguida da regulação pública e, em terceiro lugar, a estatal, com menos de um terço a concordar, parcial ou totalmente, que ela é necessária para uma mídia democrática – nas duas hipóteses anteriores as frequências de concordância foram superiores a 50% (gráfico

84). Como referido anteriormente em relação aos dados sobre a autoidentificação no espectro político ‘esquerda-direita’, julgamos que também em relação a esta questão o momento sociopolítico vivido no Brasil pode ter influenciados as respostas – mais concretamente, as minoritárias taxas de concordância com a regulação estatal. Ainda assim, os resultados não são completamente inéditos. Paiva, Guerra e Custódio (2015), já apontaram, com estudo realizado antes do aprofundar da crise institucional de 2016, que a maioria dos/as jornalistas inquiridos/as mostrou-se contrária ao ‘controle’ de conteúdo midiático (questão muito mais especifica, portanto, do que a do nosso questionário a que fazemos referência), principalmente quando nele estão envolvidos organismos ou atores estatais – posição que “pode ser uma reação à história de clientelismo e censura da imprensa – principalmente dos veículos opositores dos regimes autoritários – no Brasil” (PAIVA, GUERRA, CUSTÓDIO, 2015, p.19, *tradução nossa).*

Gráfico 84 – Graus de concordância com afirmações com foco em atores reguladores.

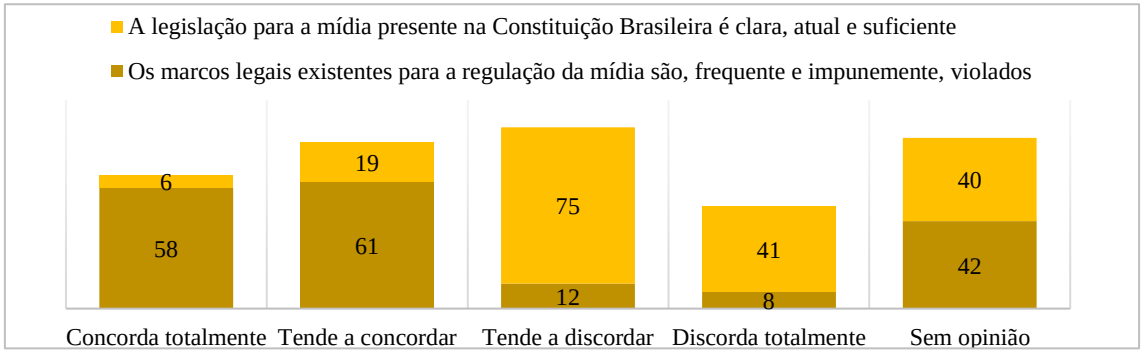


Sobre os dados acima, é também importante sublinhar que registramos taxa relativamente alta de respostas ‘sem opinião’ (aproximadamente 20%), o que voltamos a verificar nas últimas hipóteses da presente pergunta-matriz, as quais serviram como transição para a seguinte (já não sobre as práticas regulatórias, consideradas mais ou menos desejáveis, mas sobre a avaliação do estado atual e efetivo da regulação da mídia no Brasil). Também julgamos importante apontar que 49 respondentes (27%) comunicaram que concordam totalmente ou tendem a concordar com as três alternativas; se a essa percentagem acrescentarmos a de quem assinalou as mencionadas opções para regulação pública e profissional (22%, ou 40 dos/as inquiridos/as), e os/as que o fizeram em relação à estatal e pública (2%, 4 jornalistas), encontramos indícios de uma postura relativamente forte (51%) face às possibilidade de uma regulação não centrada em um único tipo de ator. Analisando as respostas diametralmente opostas, 19 (10%) dos/as participantes no estudo mostraram-se totalmente contrários/as ou tendendo à discordância

com qualquer das três hipóteses de regulação apresentadas, 26 (14%) apresentaram algum nível de concordância apenas em relação à regulação profissional, 1 à pública e nenhum/a à estatal (quando desacompanhada de outras).

No último par de hipóteses requeremos que os/as jornalistas avaliassem a efetividade de marcos legais, primeiro em relação à Constituição da República e, depois (levando em conta que, como apontamos no capítulo 3, as alterações e documentos legislativos para a área vão muito além dela), sem especificar uma referência. As respostas a ambas, ao apresentarem distribuição de frequências inversas, apontam no mesmo sentido: a tendência majoritária das percepções é a baixa ou insuficiente efetividade dos marcos regulatórios – apenas 14% consideraram que a legislação para a mídia presente na Constituição é clara, atual e suficiente, enquanto para 66% os marcos legais existentes são, frequente e impunemente, violados (gráfico 85).

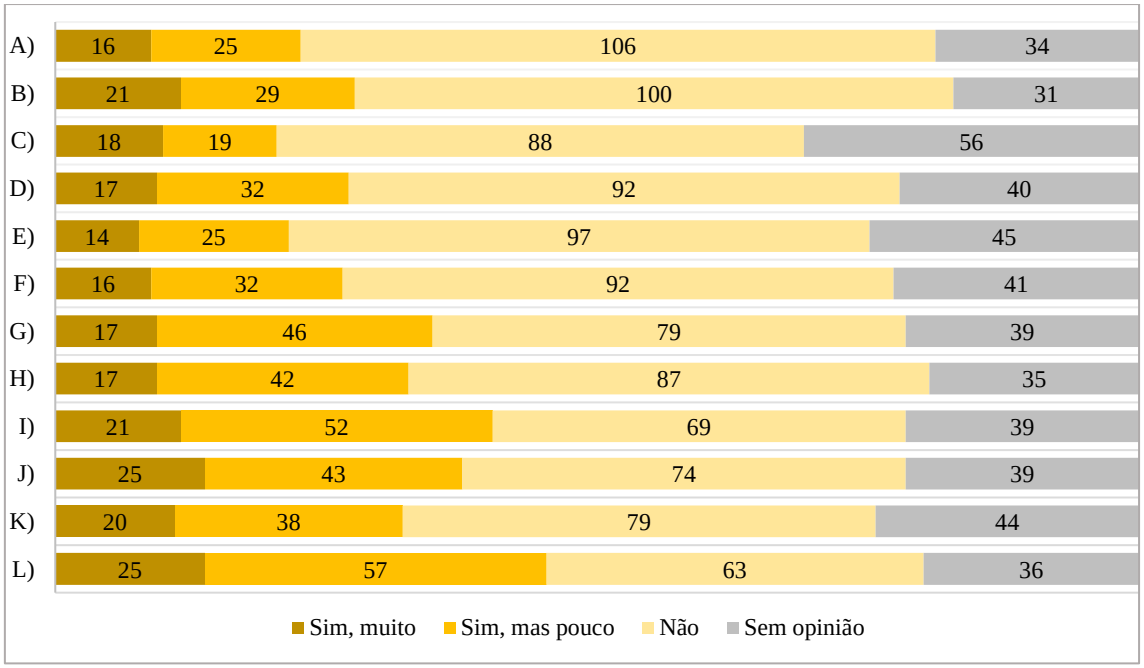
Gráfico 85 – Graus de concordância com afirmações com foco na efetividade da legislação para a mídia.



No seguimento, analisamos as avaliações quanto ao estado atual, e efetivo, da regulação da mídia no Brasil – mais especificamente, abordamos diversos dos elementos que, de forma mais ou menos explícita, constam no capítulo V da Constituição (mas que, como também já detalhamos em capítulo anterior, continuam, na sua maioria, por regulamentar). Como pode ser percebido no gráfico 86, a frequência de respostas para cada uma das variáveis não apresenta, no geral, diferenças significativas, sendo, portanto, possível afirmar que, para a maioria dos/as jornalistas, os aspectos informados não são, pelo menos de forma preponderante, influenciados positivamente por algum tipo de regulação no país. A garantia de acesso à informação é o elemento em que encontramos frequências mais equilibradas, ainda que a tendência seja igual à constatada nos demais casos. As maiores taxas de negação são encontrados nas avaliações sobre o fortalecimento de rádios e TVs comunitárias (59%), a democratização, pluralidade e transparência das outorgas de concessões públicas (54%), o aumento da participação social nas produções

midiáticas (51%) e o fortalecimento da pluralidade de posicionamentos ideológicos/políticos democráticos (51%).

Gráfico 86 – O estado atual e efetivo da regulação da mídia no Brasil contribui para: [aspectos 'A' a 'L']?



Legenda: A) fortalecer as rádios e TVs comunitárias; B) fortalecer o sistema público de comunicação; C) dificultar a concentração de propriedade cruzada; D) aumentar a participação social nas produções midiáticas; E) a democratização, pluralidade e transparência das outorgas de concessões públicas; F) fortalecer a pluralidade de posicionamentos ideológicos/políticos democráticos; G) estimular a produção regional H) estimular a produção independente; I) promover o respeito pela diversidade étnico-racial, de gênero, de crença religiosa etc.; J) promover a criação de mecanismos de responsabilização das mídias por violações de direitos humanos; K) a definição de critérios legais e de mecanismos de transparência para a publicidade; L) a garantia de acesso à informação .

Novamente, salientamos o elevado número de respostas 'sem opinião', principalmente se consideradas as frequências nas demais perguntas do questionário.

A encerrar a análise do questionário, pontuamos que a maioria (79%) se mostrou favorável à criação de um órgão nacional que, em moldes semelhantes àqueles que já existem para outras profissões (casos da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Federal de Medicina), oriente e fiscalize o exercício da profissão de jornalista (gráfico 87). No entanto, quando questionados/as se a criação do Conselho Federal de Jornalismo, em 2004, teria sido benéfica para a categoria e/ou para a população brasileira, as respostas apontam para maior dispersão, sendo de destacar a percentagem relativamente alta de quem informou não saber do que se tratava (37%). Ainda assim, a maioria (46%) julga que teria sido benéfica para ambas (gráfico 88).

Gráfico 87 – Concorda com a criação de um órgão nacional que oriente e fiscalize o exercício da profissão?

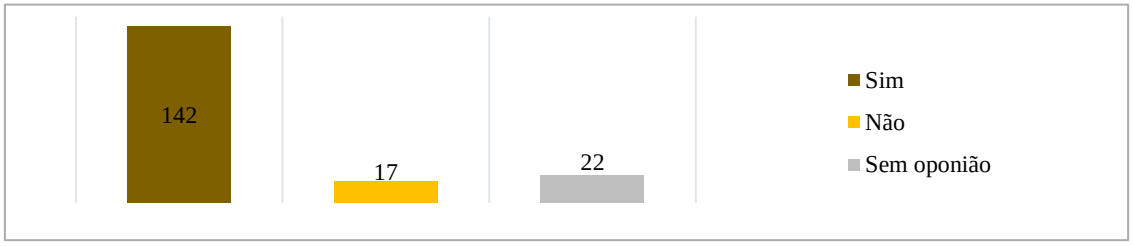
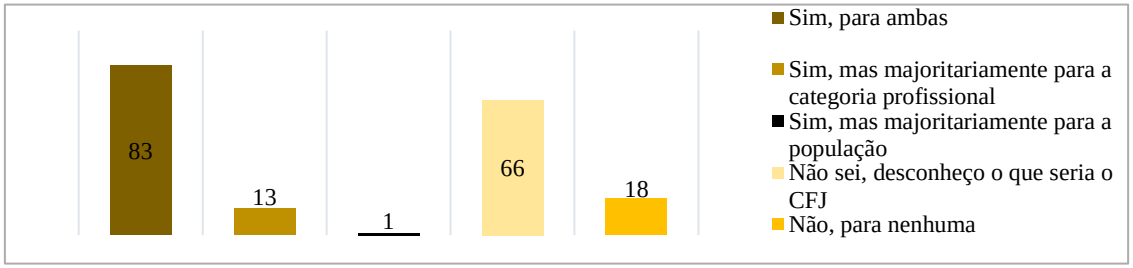


Gráfico 88 – Acredita que a criação do Conselho Federal de Jornalismo, em 2004, teria sido benéfica para a categoria profissional e/ou para a população brasileira?



Os dados acima relembra-nos do estudo de Romão (2008), no qual, analisando, ao longo de quatro meses, a cobertura jornalística de três dos principais diários brasileiros (Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo e O Globo) sobre o CFJ, conclui que todos/as os/as jornalistas ouvidas/as, e assim classificados/as, nas produções midiáticas mostraram-se contrários/as à criação do órgão, sendo que aqueles/as que se mostraram favoráveis foram tratados como 'terceiros' (sindicalistas ou classificações correlatas), numa estratégia de deslegitimar o projeto de lei em discussão, supostamente indesejado até mesmo pela (totalidade da) categoria profissional. Parte substancial de jornalistas rejeitou, de fato, a proposta, e isso

> pela possibilidade de limitação (de qualquer gênero) à atividade jornalística, e ameaça que essa mesma proposta poderia trazer à sua autoridade enquanto mediador social; e por não se sentirem representados pela Federação Nacional dos Jornalistas, sentimento extensivo ao CFJ (ROMÃO, 2008, p.147).

Romão (2008) sublinha, no entanto, que a rejeição não era, naturalmente, como dado a fazer crer, total.

Dados como os agora apresentados dão suporte, julgamos, à premissa de que elementos diretamente relacionados à regulação da profissão e da mídia são, ao menos para a maioria dos/as jornalistas inquiridos/as, temas importantes para o aprimoramento da qualidade das produções, portanto, das lógicas de organização e fiscalização que as possibilitam, sendo, acrescentamos, o seu debate passo essencial para construções com base em valores e mecanismos democráticos.

7 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: CONDIÇÕES DE TRABALHO

Iniciadas em março e terminadas em maio de 2021, o contexto em que realizamos as entrevistas diverge significativamente daquele em que foram aplicados os questionários. O Brasil vivia então, no começo da nova década, a pior fase da pandemia de covid-19: no final de maio, aproximadamente um ano depois de identificado o primeiro caso de infeção (a 25 de fevereiro de 2020), já tinham sido registrados 462.791 óbitos, 45% (207.949) dos quais em três meses (março a maio). Contrariamente ao que seria de esperar, os referidos números – que faziam do país, atrás dos EUA, o segundo com mais mortes registradas devido ao novo coronavírus; em número de infeções, era o terceiro (16.545.554, depois de EUA e Índia) – não eram dados a conhecer, em primeiro lugar, pelos pronunciamentos públicos de autoridades de saúde ou governamentais, mas por meio de veículos de mídia, mais especificamente daqueles que constituíram o chamado 'consórcio de veículos de imprensa' (*G1, O Globo, Extra, O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e UOL*), que diária e colaborativamente procura(va) coletar (junto das secretarias estaduais de Saúde) e divulgar a evolução dos números no país. O grupo, criado em 8 de junho de 2020, surgiu depois de um conjunto de ações do governo federal que colocou em causa a publicação e confiabilidade dos dados sobre a pandemia[90], o que suscitou duras críticas dentro e fora do país[91]. Críticas que não foram, e não são, pontuais em relação às ações das principais autoridades governativas do país: ainda no início de 2021, estudo em que foram analisadas as mais de 3000 normas publicadas, ao longo do ano transato, pela União concluía que o acervo permitia rejeitar a hipótese do 'despreparo' do governo central para lidar com a crise pandêmica, tratando-se antes de uma estratégia institucional, sob liderança da Presidência da República, de

> propaganda contra a saúde pública, aqui definida como o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação

[90] Desagradado com a cobertura jornalística sobre as ações do governo federal face à pandemia, o presidente da República decidiu alterar, a 5 de junho de 2020, o modelo do boletim diário informativo: inicialmente realizado às 19h, o anúncio passou para as 20h e, naquele dia, para as 22h, o que dificultaria a publicização das informações, principalmente por telejornais e veículos impressos. No mesmo dia, questionado sobre o porquê dos atrasos, Jair Bolsonaro afirmaria "acabou matéria do Jornal Nacional [Globo]!" (ver < https://glo.bo/3eqQm6a>, disponível em 27 dez 2021). Para além do mencionado, o Ministério da Saúde passou a apenas divulgar os números diários de novos casos de infeção e óbito (não publicizados, portanto, os totais acumulados), e foram suprimidos os links para download de dados detalhados em formato de tabelas, essenciais para análises mais aprofundadas de pesquisadores/as e jornalistas. No mesmo período, para além de inconsistências nos dados divulgados (ver < https://glo.bo/3mzMIv6>, disponível em 27 dez. 2021), foi divulgada a intenção de recontagem de mortes por covid-19 até à data, o que motivou acirradas críticas por parte de entidades de saúde estaduais e sociedade civil (ver < https://bit.ly/3EChmKt>, disponível em 27 dez 2021).

[91] Para mais informações, ver <https://bit.ly/3qr2cCZ>, disponível em 27 dez. 2021.

> científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19 (VENTURA, REIS, 2021, p.6)

O motivo acima mencionado daria origem, em abril de 2021, à CPI da Pandemia, que colocou em destaque o envolvimento de diversos atores, entre eles integrantes e ex-integrantes do Poder Público, em eventos que resultaram em graves danos à população brasileira – entre outros,

> a morte de pessoas pela administração oficial de remédios cuja eficácia no tratamento da Covid era tida por duvidosa ou contraindicada; morte ou incapacitação de pessoas internadas em hospitais públicos decorrente do não suprimento de remédios que deveriam ser aplicados em processos de intubação; pessoas que foram acometidas pela doença porque não se vacinaram por falta de imunizantes; vacinas com prazo de validade expirado (OLIVEIRA, 2021, p.7)

Esse contexto – não apenas o eclodir da pandemia, mas como foi enfrentada pelas entidades governativas, principalmente de nível federal – contribuiu, segundo conseguimos perceber nas falas dos/as entrevistados/as, para a piora de condições de trabalho (sendo de destacar o aumento do risco de violência em contexto laboral). Agravamento, frisamos, não fenômeno inédito.

Entre outros já citados ao longo da presente investigação, o estudo publicado pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Universidade de São Paulo sublinha que a profunda crise que o setor da comunicação no Brasil enfrenta é anterior à chegada da pandemia, marcado que está por "demissões, contratos precários, rebaixamento salarial, densificação do trabalho, todo tipo de estresse, além do quadro de incertezas sobre o futuro" (FIGARO et al., 2020, p.10). O diagnóstico encontra eco, também, em alguns dos dados por nós já detalhados no capítulo anterior – referimo-nos, por exemplo, às perspectivas de despromoção ou desemprego, salários atrasados (especificamente nos grupos B e C) e insatisfação com a, assim considerada, baixa remuneração –, bem como noutros que ainda teremos oportunidade de analisar.

Um ano e meio depois de encerrada a coleta de respostas aos questionários, dois dos veículos que inicialmente estavam contemplados no nosso estudo tinham sido descontinuados: OP9 e JC impresso. O primeiro foi encerrado em dezembro de 2019, menos de dois anos depois de ter iniciado atividade. Com o encerramento vieram as demissões dos/as profissionais-trabalhadores/as que o compunham. Entretanto, segundo

informações de jornalista a trabalhar na TV Clube[92]– veículo que faz parte do mesmo grupo proprietário, o Sistema Opinião, do extinto meio digital (o espaço de trabalho dos dois veículos era, aliás, compartilhado) –, alguns dos/as demitidos/as (parte dos quais, em 2018, tinham sido contratados/as após demissão do Diário de Pernambuco) foram contratos pela TV, o que não sanou o impacto negativo da mudança:

> a gente sentiu muito a demissão, porque aí foram... sei lá, dez pessoas de uma vez. Sendo que a TV aproveitou algumas. Hoje o nosso chefe de jornalismo era o chefe do OP9... a gente tem um *videomaker* que também era do OP9, que ele faz produções especiais...mas foi um 'baque' quando foi encerrado o portal. A redação ficou vazia (JORNALISTA 1 TV CLUBE, entrevista concedida ao autor).

Outro entrevistado a trabalhar no veículo (ambos ocupando cargos enquadrados no terceiro nível hierárquico) abordou o tema. Como a primeira, referiu que o encerramento e demissões não eram esperados, tão pouco foram anunciados, e se aconteceram foi devido à decisão do grupo acionário reduzir custos:

> a gente estava acompanhando, vendo a quantidade de produção do portal, e... na nossa visão, o portal estava indo bem... então foi muito de repente. [...] não foi uma coisa anunciada. No dia da demissão o portal estava no ar. [...] Falando friamente sobre orçamento, não valia a pena, não se pagava... estava sacrificando a TV, que dá lucro... estavam deixando de investir na TV para manter um portal que era caro, que não se mantinha. Explicaram mais ou menos assim (JORNALISTA 1 TV CLUBE, entrevista concedida ao autor).
>
> basicamente eles [proprietários] não querem investir numa atividade que eles não têm certeza que dá lucro, e foi por isso que o portal OP9 não deu certo. Ele surgiu como uma proposta inovadora, mas foi mal gerenciado, foi mal operado [...]. Aí eles cessaram esse investimento do portal... que ia super bem, estava sendo super conhecido aqui, sabe, até tinha tráfego de internet, tinha acessos, tinha cliques, fazia sucesso nas redes sociais e tal, e de repente sumiu (JORNALISTA 2 TV CLUBE, entrevista concedida ao autor).

Como veremos adiante, é a percepção de que as empresas enfrentam sérias dificuldades econômicas, aliada à de que proprietários e cargos de direção dão prioridade a uma gestão baseada em relações clientelistas com atores dos campos político e econômico, secundarizando a qualidade do jornalismo produzido, a valorização de profissionais e até mesmo o cumprir de direitos trabalhistas previstos em lei que, para a maioria dos/as entrevistados/as, explicam a crise que o setor atravessa em Pernambuco.

[92] Uma vez identificados os veículos a que nos referimos, aqui não especificamos o nome, real ou fictício, da jornalista entrevistada para preservar o anonimato das informações. Também por esse motivo, as citações acionadas nesta introdução de capítulo não foram, sem prejuízo para as análises, incluídas nos grupos temáticos codificados.

O fim da versão impressa do JC foi publicamente anunciada por João Carlos Paes Mendonça, presidente do SJCC, no dia 30 de março de 2021[93], quando já tínhamos realizado as entrevistas com dois dos jornalistas que em 2019 trabalhavam em veículos do grupo. Assim, o assunto apenas foi abordado na entrevista com jornalista que ocupava cargo no primeiro nível hierárquico. O processo, afirmou, já era esperado há muito tempo por todos/as que trabalhavam na empresa, o que inclusive terá contribuído, ao longo dos últimos anos, para demissões, voluntárias ou não, na empresa:

> entre aspas, se enganou quem quis. Porque era muito claro o discurso, "ó, minha gente, vocês precisam se envolver, vocês precisam estar preocupados com audiência, precisam estar preocupados com monitoramento disso, daquilo, em pensar o digital primeiro". Então foi um processo que... parte dessas pessoas que saíram [...], parte dessas perdas, foi por isso inclusive. Pessoas que não queriam entender que aquilo estava acontecendo. [...] soa como descartável, né? A empresa não desconsidera a qualidade profissional, mas [eram pessoas] que não queriam se enquadrar no novo modelo de produção... que vinha sendo dito e repetido (JORNALISTA 1 JC, entrevista concedida ao autor).

Apesar da tristeza com que profissionais-trabalhadores/as presenciaram à suspensão do jornal centenário (aniversário celebrado em 2019), foi, ainda de acordo com a/o jornalista, uma alteração necessária devido às dificuldades econômicas da empresa, afetada pela crise do modelo de negócios dos impressos que se aprofundou durante a pandemia, fenômeno compreendido como estrutural do (sub)campo:

> eu acho que é uma realidade que se impõe, sabe? E não tem quem fique anualmente segurando prejuízos financeiros. É uma pena, mas é como eu te digo, é uma crise do meio, não é do jornalismo. [...] uma das ideias é também... poupar enquanto a gente passa pela turbulência da pandemia. Pense num polvo: digamos que a produção de conteúdo é a cabeça do polvo. Tu vai cortando as pontas dos tentáculos, tirando, enxugando, o que já foi necessário um dia, para ir poupando a cabeça. Eu acho que o movimento nesse momento é esse. [...] precisa arrumar um modelo de negócio, se não vai ser cada vez mais enxugar (JORNALISTA 1 JC, entrevista concedida ao autor).

Reconhecendo que a introdução de novas tecnologias digitais teve impacto preponderante, principalmente a partir dos anos 2000, sobre a profissão (suas rotinas de produção, mercado de emprego, valores ou funções normativas, entre outros) e estrutura midiática (ao nível da compra e venda de propriedade e no redesenhar de marcos legais, nacionais e internacionais, que a condicionam, apenas para mencionar duas das suas - relacionadas – dimensões) importa, em nosso entender, insistir na desnaturalização da narrativa que, em nome de uma (nova) crise, supostamente impondo um caminho único,

[93] O comunicado está disponível em: <https://bit.ly/3eur0UX>, acesso em 28 de dez. de 2021.

justifica a inevitável (re)adaptação a uma inevitável realidade. Nesse sentido, concordamos com Lopes (2011a, p.7) quando sublinha que eventuais mudanças no campo

> só podem ser tomadas como fruto das transformações tecnológicas na medida em que consideramos, em primeiro lugar, a conexão humana com elas. Obviamente as materialidades impõem certas conformações, inclusive físicas, aos modos de relacionamento humano com os aparatos, entretanto, é em virtude dos usos na esfera da produção, da circulação e do consumo que os significados vão sendo construídos, a partir de negociações e relações de poder no espaço social (LOPES, 2011a, p.64)

Não tratamos, naturalmente, de negar efeitos de eventuais alterações – tecnológicas, econômicas, profissionais-trabalhistas e/ou outras – em anos recentes. Difícil seria quando um dos principais organismos globais envolvido na avaliação de níveis de liberdade de expressão e de imprensa aponta que um dos principais desafios, presentes e futuros, é, numa direta referência à 'crise' dos impressos, o encontrar de soluções que permitam a viabilidade econômica da mídia (UNESCO, 2021)[94] . Também em nível local, Camarotto (2019) já identificou que a circulação dos três principais jornais diários de Pernambuco, seguindo tendência semelhante à dos nacionais, tem vindo a decrescer continuamente nos últimos anos, com variações que chegam a aproximar-se, no período 2000-2019, dos 80%. O mesmo autor também sublinha que, devido à condições de trabalho (principalmente os baixos salários, excesso de trabalho, declínio de independência editorial e falta de perspectivas profissionais), parte considerável dos/as (mais experientes) jornalistas que trabalhavam naqueles jornais – JC, DP e FP –, têm, em anos recentes, saído das redações e migrado para empregos (assessoria, relações públicas etc.) em órgãos políticos de governação estadual ou municipal, movimento que está relacionado à piora da qualidade nas produções jornalísticas daqueles veículos. Ainda assim, aqui procuramos sublinhar que eventuais alterações não têm uma (possibilidade de) direção única e inevitável, dependendo antes do conjunto de respostas, individuais e coletivas, em níveis micro, meso e macrossociais, que vão sendo construídas. Respostas que urge repensar se considerado que o agudizar das precárias condições de trabalho não tem cessado em anos recentes (LELO, 2019; PITHAN, VACLAVIK, OLTRAMARI, 2020). Entre os elementos que contribuem para a avaliação conta-se o propagar de processos de demissão coletiva em empresas de mídia.

[94] Os demais desafios identificados são relacionados à segurança de jornalistas e à liberdade de imprensa e de informação na chamada 'era digital' (UNESCO, 2021).

Entre 2012 e 2018, o projeto *Volt Data Lab* contabilizou a dispensa de 2.327 jornalistas em processos coletivos, número que sobe para 7.817 quando também são considerados outros trabalhadores, como gráficos e administrativos. Desse total, cerca de metade trabalhavam em veículos impressos[95]. Apesar de elevados, os números – que, segundo divulgação dos responsáveis, compõem "o primeiro levantamento compreendendo demissões de jornalistas em redações brasileiras ao longo de vários anos" (SPAGNUOLO, 2015, s/p) – são subnotificados devido à metodologia utilizada (coleta de notícias referentes ao tema em sites especializados), à escassez de informações oficiais detalhadas e à informalidade contratual no setor, que dificulta a contabilização de demissões de, entre outras/os, prestadoras/es de serviço e PJ. A não exaustividade das informações foi por nós confirmada ao cruzarmos a base de dados do levantamento[96] com pesquisa exploratória sobre demissões nos veículos de comunicação incluídos no estudo[97]: enquanto o projeto *Volt Data Lab*, no período de tempo já referido, mapeou, entre jornalistas e outros/as trabalhadores, 17 demissões no grupo empresarial de que faz parte o JC, 130 no de que faz parte o Diário de Pernambuco e 49 no da Folha de Pernambuco (nenhuma na TV Clube ou Globo Recife), foram por nós coletadas informações[98] que totalizam 86 demissões no primeiro grupo, 190 no segundo e 59 no terceiro (nenhuma na TV Clube ou Globo Recife).

Cerca de um terço das/os jornalistas – mais exatamente, seis das/os quinze – já não se encontravam no grupo empresarial em que trabalhavam quando, no segundo semestre de 2019, responderam ao nosso questionário. Nenhuma das alterações teve relação com as suspensões do OP9[99] e versão impressa do JC. 3 das/os que tiveram situação alterada (Ana, Adriano e Bárbara) mudaram por iniciativa própria, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e de emprego. Caio, o único estagiário entrevistado, saíra do grupo C e continuava a sua formação em contexto de trabalho em

---

[95] Informação disponível em: <https://bit.ly/3esE4dE>, acesso em 28 de dez. de 2021.
[96] Disponível em: <https://bit.ly/345Y9o7>, acesso em 28 de dez. de 2021.
[97] Também na nossa pesquisa os números são subnotificados, pelos motivos já identificados. Sublinhamos ainda que antecipamos a possibilidade de alcançar dados mais exatos ao tomarmos conhecimento da vigésima quarta cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho, a qual determina que empresas com mais de dez jornalistas deverão, mensalmente, fazer chegar ao sindicato as listas de jornalistas admitidos e demitidos. No entanto, contatado o sindicato, foi-nos informado que a cláusula não era, muitas vezes, cumprida pelas empresas.
[98] Informações disponíveis em: <https://bit.ly/3FBUQD0>, <https://bit.ly/32Hp4pq>, <https://bit.ly/3FDy5hQ>, <https://bit.ly/3EAktCV>, <https://bit.ly/3sErOio>, <https://bit.ly/3HgUUsf>, <https://bit.ly/3n0qLG7>, <https://bit.ly/3HoJKBX> e <https://bit.ly/3mAHm2Q>, acesso em 28 de dez. de 2021.
[99] Devido aos critérios de seleção utilizados (elencados no capítulo 5), não foi entrevistado/a nenhum/a jornalista do OP9.

veículo jornalístico de propriedade público-estatal. Bruno e Clara perderam o emprego em decorrência de processos de demissão coletiva – à época da entrevista, o primeiro estava em situação de desemprego e a segunda conseguira emprego na área de Comunicação. Entre aquelas/es que permaneciam nos mesmos veículos (ou em outros, mas incluídos no mesmo grupo empresarial), Dora (incluída no segundo caso) foi a única a referir que entretanto acumulou emprego em regime de tempo integral noutro local (veículo jornalístico não incluído no nosso estudo). Benjamin também trabalhava em dois locais: como em 2019, CLT no grupo B e prestador de serviços no A (entre idas e vindas, informou, trabalhava no segundo grupo há aproximadamente dois anos; quando entrevistado, fazia-o, em cargo do terceiro nível hierárquico, há 4 meses ininterruptos).

Os nomes das/os entrevistadas/os são fictícios, por nós atribuídos, com o intuito de preservar o anonimato. A primeira letra indica o grupo empresarial onde, em 2019, desenvolviam a principal atividade laboral (por exemplo, Adriano trabalhava no grupo A e Elaine no E). Algumas das informações caracterizadoras dos sujeitos podem ser consultadas na tabela 5. Outras, mais detalhadas, são encontradas no Apêndice C.

Tabela 5 – Identificação das/os jornalistas entrevistadas/os.

	Intervalo de idades (2019-2021)	**Nível hierárquico do cargo (2019)**	**Local do principal emprego (2021)**
Arthur	37-39 anos	Primeiro	Grupo A
Adriano	53-55 anos	Segundo	Outro: P-E/J
Ana	24-26 anos	Terceiro	Outro: PR/ C
Bruno	39-41 anos	Segundo	SD
Benjamin	29-31 anos	Terceiro	Grupo B
Bárbara	46-48 anos	Terceiro	Outro: P-E/C
Clara	53-55 anos	Segundo	Outro: PR/ C
Camila	26-28 anos	Terceiro	Grupo C
Caio	20-22 anos	Terceiro	Outro: P-E/J (estágio)
Dayane	43-45 anos	Primeiro	Grupo D
Davi	43-45 anos	Terceiro	Grupo D
Dora	27-29 anos	Terceiro	Grupo D + outro: PR/ J
Elaine	39-41 anos	Primeiro	Grupo E
Emanuel	35-37 anos	Terceiro	Grupo E
Elis	26-28 anos	Terceiro	Grupo E

As siglas P-E e PR na coluna ‘Local do principal emprego (2021)’caracterizam a empresa ou instituição, quanto ao seu tipo de propriedade (Público-Estatal e Privada, respectivamente), onde os/as entrevistados trabalham. C e J caracterizam o trabalho quanto à área de atuação (Comunicação e Jornalismo, respectivamente). SD significa Situação de Desemprego.

Nas páginas que se seguem, para além da análise sobre percepções das condições de trabalho, procuramos:

I) identificar os principais elementos que as influenciam – a categorização é realizada com base no trabalho de Reese e Shoemaker (2016) e, assim, reconhecendo que elas se cruzam, nem sempre sendo fácil ou consensual a sua distinção, contemplamos a possibilidade de identificar cinco níveis de influências: individual, das rotinas de produção, organizacional, institucional e macrossocial;

II) mapear os modos como jornalistas com elas lidam – nessa tarefa, procuramos distinguir entre ações individuais e coletivas, de adaptação e transformação (sublinhamos que a categoria 'ações de adaptação, coletivas ou individuais, é atribuída quando percebemos que aquelas são, explicita ou implicitamente, desenvolvidas em relação às consequências, com o intuito de alterá-las ou não, não às causas das condições; consideramos 'ações de transformação' aquelas que têm como objeto de referência¸ além das consequências, as causas das condições, desenvolvidas com o objetivo de alterar ambas;

III) e apontar para alguns dos motivos de o assim fazerem.

7.1 Segurança e valorização laboral-profissional

Face ao panorama geral anteriormente apresentado, algumas das principais dimensões a ter em conta na abordagem às entrevistas (tanto na realização quanto na sua codificação/interpretação) foram referentes à segurança – aqui, relacionada ao experienciar (de risco) de processos de demissão e des/cumprimento de direitos trabalhistas – e valorização laboral-profissional. O segundo elemento justificava-se também em função de resultados alcançados com os questionários: apenas um quarto dos/as participantes responderam 'sim' quando perguntado se se sentiam valorizados/as pela empresa – respostas afirmativas que se revelaram significativamente mais baixas entre jornalistas dos grupos B (5,5%), C (15%) e E (12,5%); em A e D registramos, respectivamente, 31,5% e 48%. Importava, então, tentar perceber se, passado cerca de um ano e meio, seria possível identificar padrões semelhantes, bem como os seus porquês.

Quanto ao cumprimento de direitos trabalhistas, são os/as jornalistas que trabalham, ou trabalharam, nos grupos B e C que, sem exceção, relatam graves problemas.

Atraso recorrente do salário é aspecto identificado por todas/os que trabalharam no grupo B. Assim foi no caso de Arthur, no início dos anos 2000, primeiro como estagiário e depois como repórter contratado, e no caso de Ana, também estagiária cerca de quinze anos depois. Bruno e Bárbara trabalharam em veículos do grupo em mais de

uma ocasião, com vários anos de intervalos, sempre enfrentado o mesmo problema, que já esperavam encontrar quando retornaram. Ainda assim, Bárbara diferencia as experiências por que passou, afirmando que na primeira vez sofreu menos porque "era mais nova, não tinha #filho/a#". O seu retorno ao veículo esteve, aliás, relacionado à situação em que se encontrava: mãe solo[100] de uma criança com pouca idade, sem perspectivas de encontrar outro emprego a tempo inteiro. Face ao baixo salário, muitas vezes atrasado dois e três meses, enquanto ali permaneceu "vivia sempre louca atrás de *freela[ncing]*... tinha que fazer também". Antes do retorno, a jornalista vivenciou dois passaralhos[101] no grupo A. Sobreviveu ao primeiro (quando foi transferida para outra editoria, deixada mais desfalcada), não resistiu ao segundo. Por mais de um ano não conseguiu encontrar "nenhum trabalho fixo. [...] sempre arrumava uns trabalhos pontuais, que duravam um mês, dois, e aí me salvava naquele tempo e o resto do tempo ficava no desespero" (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor). No grupo B ainda passaria por outros dois processos semelhantes, mantendo-se em ambos. O motivo, considera, pode ter estado relacionado à diferença entre o valor do seu salário e a experiência profissional acumulada (para além da qualidade do trabalho que desenvolvia): pós-graduada em Comunicação e com mais de vinte anos de atuação profissional, foi contratada como se se tratasse de jornalista em início de carreira (função e salário). Na época, uma das colegas com cargo de maior nível hierárquico terá tentado alterar a situação junto da direção, mas sem sucesso: "eles brigaram, que de jeito nenhum, que pensariam nisso futuramente... eu saí de lá e isso nunca foi pensado... que a vaga que tinha no momento era essa, e era isso ou nada. E aí... a pessoa vai e se sujeita a receber como um profissional recém-formado" (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor). A afirmação de Arthur resume bem a perspectiva dos/as jornalistas que trabalha(ra)m no grupo: "quem consegue trabalhar #no grupo B#[102], trabalha em qualquer lugar. Porque era um se vira nos trinta".

---

[100] 'Mãe solo' (e pai solo) é o termo utilizado por algumas pessoas (também pela entrevistada) que, não tendo companheiro/a para partilhar as responsabilidades da parentalidade, preferem o termo 'solo' a 'solteira' para definir a sua situação, assim evitando a nomeação em função do estado civil.

[101] Segundo matéria da Agência Pública, 'passaralho' é o termo comumente utilizado no Brasil para, com conotação negativa, fazer referência a demissões coletivas em meios de comunicação: "remete a pássaros, revoadas de algo que destrói tudo por onde passa". Disponível em <https://bit.ly/3sLIFjj>, acesso em 29 de dez. de 2021.

[102] Utilizamos os símbolos # # quando suprimos ou alteramos informações para tentar preservar o anonimato dos/as entrevistados/as.

A ilegalidade nos processos de demissão é, nas falas de entrevistados/as, outra constante (também aqui, característica que não é nova na empresa). Bruno é caso recente, demitido depois de, no âmbito da MP 936[103], ter passado por suspensão de contrato:

> se não tiver dinheiro para pagar a passagem de ônibus para voltar para casa, você fica na rua da amargura de verdade. Você não recebe NADA, mas nada, nada mesmo. Então meu processo está na justiça, eu não recebi um real desde que saí [...]. Você não tem a menor chance de fazer um acordo, porque eles não permitem isso: "não vai pagar?", "não", "então tá, vamos para a justiça". [...] até agora eu não recebi nada, [só] recebi o meu seguro-desemprego... estou recebendo, tardiamente, seis meses depois (BRUNO, entrevista concedida ao autor).

No grupo C a situação, que até há não muito tempo era diferente, tornou-se, segundo os relatos colhidos, semelhante. Quando realizamos as entrevistas, um passaralho também tinha passado pelo grupo, período em que até mesmo bolsas de estágio não estavam em dia – Caio refere que aconteceu de a sua ficar "três meses atrasada. Três meses seguidos". Clara foi uma das demitidas. Depois de, na pandemia, ter assinado três contratos de redução de jornada e salário, perdeu o emprego – antes mesmo do prazo legal que o permitiria, antes mesmo de receber o acordado salário reduzido:

> eles saíram pagando de pedacinho [...], até que depois disse[ram], "Clara, esse foi o último". Não cumpriram e ficou por isso mesmo. Aí a gente tem que esperar na Justiça. Eu estou aguardando a Justiça. [...] você sai sem receber nada. No meu caso, como eu tinha FGTS, eu podia sacar o FGTS. Mas tem gente que não tinha (CLARA, entrevista concedida ao autor).

Face às situações narradas – com as citações procuramos ilustrá-las, tentando mapear padrões, não sendo possível uma transcrição de todos os relatos, alguns dos quais bastante dramáticos[104] –, não surpreende que Arthur classifique os grupos A e D de

[103] Em linhas gerais, a MP 936, que entrou em vigor no dia 1 de abril de 2020, previa a possibilidade de suspenção temporária de contrato ou redução de jornada de trabalho, com correspondente corte no salário (que poderiam ir de 25% a 70%). Em caso de suspensão, seria atribuída remuneração equivalente ao seguro-desemprego a que o/a contratado/a teria direito se demitido/a; em caso de redução, o governo poderia atribuir 'benefício emergencial de, no máximo, R$ 1.831, que seria agregado ao vencimento reduzido pago pelas empresas. O programa – prorrogado até ao final daquele ano, voltando a ser implementado em abril de 2021 (MP 1045) – previa também que o/a trabalhador/a com contrato suspenso ou jornada e salário reduzidos não poderia, por igual período, ser demitido/a após o retorno à normalidade contratual.

[104] Ainda que em nota de rodapé, optamos por citar dois relatos para exemplificar os que classificamos de 'bastante dramáticos':

"tinha uma menina que precisava fazer uma ressonância... ressonância é um exame caro... ela deu umas desmaiadas na redação, ela estava com alguma coisa que ninguém sabia que era, alguma coisa séria, enfim... mas a gente no auge do liseu [muito liso, sem dinheiro], o povo saiu catando o que tinha, o que não tinha, fizemos uma cota, e pagamos o exame para ela fazer, entendeu? Eu chamo isso de se irmanar na miséria. A gente, enquanto jornalista, quando ia... não que isso seja nada demais, mas as pessoas não podiam almoçar nos restaurantes perto. Todo o mundo trazia marmita de casa, cada marmita, quando você ia ver, mais desprovida do que a outra, porque não tinha dinheiro... estava faltando dinheiro para comprar comida" (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor).

"paraísos" ao declarar que, ali, direitos trabalhistas são cumpridos (na classificação também poderia ser incluído o grupo E, onde, com base nas falas dos/as jornalistas ouvidos/as, não identificamos ocorrência de irregularidades). O adjetivo, no entanto, fica restrito à avaliação da referida dimensão. Está, por exemplo, longe do vocabulário de Ana, que, depois da sua experiência nos grupos B e A, reconhecendo que no segundo "pelo menos" tinha o salário em dia, decidiu continuar carreira noutra área profissional:

> passei por todas as dificuldades para chegar à conclusão de que... não é o que eu quero seguir hoje... assim, não naquelas condições em que eu estava. Talvez em um outro contexto, em uma outra empresa, com outras condições de trabalho, entregando outro tipo de trabalho. Mas da forma como estava sendo feito, ali, nessa empresa onde eu trabalhei, não me via, não me via mesmo (ANA, entrevista concedida ao autor).

Entre os aspectos negativos, a jornalista menciona, repetidamente, a elevada (e excessiva) carga de trabalho, baixo salário e assédio moral – elementos também mencionados pela maioria dos/as demais entrevistados/as. "São salários precários...", frisa Arthur, inclusive na empresa em que trabalha, generalizando a adjetivação na mesma frase: "precários, como no Jornalismo, infelizmente". Davi, que passou por diversos veículos de propriedade privada (inclusive nos grupos A e E), optou por caminho semelhante ao de Ana: "desiludido com a profissão", especifica, devido à falta de valorização profissional (aí incluído o assédio moral e baixa autonomia), fez uma pausa de três anos para estudar para concursos públicos. Não parou, no entanto, de trabalhar nas áreas de Comunicação e Jornalismo, majoritariamente como *freelancer* e em projetos de curta duração. Depois de um período como prestador de serviços, seria contratado com carteira assinada pelo grupo D, empresa em que se mostrava bastante satisfeito:

> eles se preocupam em não dever nada para você, em não fazer você passar do seu horário... então, assim, eu percebi que lá dentro existe uma preocupação muito grande com... o bem-estar, a questão legal, melhoria das condições do trabalho (DAVI, entrevista concedida ao autor).

Como Davi, Dayane, ao refletir sobre a sua própria situação, destoa dos/as demais jornalistas, sublinhando inclusive que na empresa são oferecidas "algumas coisas, alguns

---

O relato de Clara é referente a uma colega, também com salário atrasado e que também seria demitida: "teve uma vez que ela estava tão indignada que ela botou no grupo da redação a prateleira dela, vazia, sem comida. Ela disse: 'olha, eu estou passando fome. Olha aqui a minha prateleira'. Eu liguei para ela no privado e disse 'deixe eu fazer uma feira para você'. Ela, 'Clara, eu não quero favor de ninguém. Eu quero o meu salário, porque eu trabalhei e eu mereço meu salário. Eu estou indignada com o jornal'. E aí, quando ela fez esse protesto, de mostrar, o pessoal da direção adiantou uma parcela dela. E uma coisa que irritava ela, se você dissesse [*risos*] 'porque você não faz bolo para vender?', ela: "eu sou jornalista, [*risos*] eu estou aqui escrevendo todo dia, por que é que eu tenho que fazer bolo para vender?" (CLARA, entrevista concedida ao autor).

estímulos" para que os/as profissionais tentem desenvolver um trabalho de elevada qualidade. O discurso muda ao referir-se à situação de colegas noutras empresas: "a maioria, eu acho... atua muito por paixão, porque não é uma profissão bem remunerada [...]. Tem empresa em Pernambuco que... fica com o funcionário... sei lá, no máximo, cinco anos, aí demite e depois quer recontratá-lo por um salário menor". Também Dora, apesar de nunca ter passado por alguns dos problemas já mencionados, considera fazer parte de uma "classe precarizada", em que quem "chega no mercado de trabalho vê que a valorização não existe, ela passa por uma série de... de percalços. [...] a gente tem sempre que dar mais". Ainda sobre a temática, todas as entrevistadas com mestrado – três mulheres – informaram que a titulação nunca contribuiu para melhorar a sua situação laboral nas redações. De resto, afirmam, não esperavam que fosse diferente. Se continuaram a formação acadêmica foi pelo prazer na pesquisa e desejo de crescimento enquanto pessoas e/ou profissionais. Duas delas referem ainda, num hipotético futuro, a possibilidade de uma migração para o campo da educação. Ambas alcançaram o grau acadêmico, não sem reflexos na saúde (devido à rotina altamente desgastante), enquanto trabalhavam, período em que não receberam qualquer apoio por parte das empresas. "Não tem suporte. Nem financeiro, nem educacional, nem emocional, nem... nenhum, é simplesmente trabalhar", resume Elaine.

Comum à maioria, mas com maior peso entre os/as jornalistas dos grupos B e C, a percepção do risco de demissão é uma constante. Bruno é disso um exemplo extremo, afirmando que o veículo pode até demitir "outros antes de você, mas a sua hora vai chegar... como se fosse um boi que está no matadouro, vai chegar a sua hora". Para Caio, essa "imprevisibilidade de quem está dentro da redação e de quem não está" foi, ainda enquanto estagiário, uma das experiências "mais angustiantes". Desde o questionário, refere Camila, quase todos/as os/as jornalistas saíram, voluntariamente ou não, da empresa. À época da entrevista, assegurava que quem entrasse na redação ia encontrar "muito, muito PJ [Pessoa Jurídica], MEI [microempreendedor individual]. [...] Foi algo que aumentou. Não era assim antes". Com exceção do grupo D, nos últimos anos "esse troca-troca" de jornalistas, avalia Dora, tem aumentado em todas as empresas de comunicação da capital pernambucana, resultado, acrescenta, do processo de "precarização" e "sucateamento" que atravessam. Nesse contexto, é possível perceber em praticamente todas as entrevistas que, apesar do acúmulo de capitais profissionais (em última instância, prêmios de Jornalismo no currículo) não ter perdido valor – aumentando inclusive as possibilidades de encontrar melhor emprego noutros campos, no político por

exemplo, como já identificado por Camarotto (2019) –, é considerado insuficiente para, em quase todas as empresas incluídas no estudo, assegurar o emprego. A tendência que verificamos, nas percepções dos/as entrevistados, é a de elevada probabilidade daqueles/as que ficam, e auferem menor salário, verem colegas que "são ótimos no que fazem, com anos de carreira, que são os melhores na redação, [...] [serem] desperdiçados porque é o salário mais alto" (ELIS, entrevista concedida ao autor). O enxugamento e juvenilização das redações, sob o argumento de que é necessário fazer cortes para viabilizar a sobrevivência econômica dos veículos – fenômeno que, não sendo novo, contribui, entre outros efeitos, para a perda de autonomia profissional face ao aumento da insegurança do emprego e carreira[105] (CAMPONEZ, 2009; CORREIA, 2012; FIGARO, NONATO, 2017; LELO, 2019; PITHAN, VACLAVIK, OLTRAMARI, 2020) –, é vivido com grande preocupação pela generalidade dos/as jornalistas, não apenas porque diminui as perspectivas de futuro na/da profissão, mas, como colocado por Caio, porque tem consequências para a coletividade, campo e ambiente social abrangente, revestidas de maior gravidade num período (de crise política, econômica e sanitária) particularmente difícil:

> a gente tem que dizer para as pessoas não acreditarem em 'X' coisas que elas recebem, e que têm que confiar no jornal, e que têm de confiar no jornalismo profissional e etc., sendo que o jornalismo profissional diário está cada vez menos profissional, porque está sendo feito por estudantes. Está virando... tipo, chega um momento em que em algumas editorias saíram três principais jornalistas com, sei lá, trinta anos de carreira, e entrou um estagiário e dois PJ recém-formados. Então é meio que... é meio que óbvio que o nível vai mudar muito. E não que as pessoas jovens não podem acrescentar a um jornal. Vão acrescentar. Mas existem certas coisas do fazer que é experiência. E que está se perdendo. Em todos... (CAIO, entrevista concedida ao autor).

Ainda relativamente ao período de pandemia (e enquanto permaneceu válida a MP 936), com exceção do grupo D, pelo menos um/a jornalista em cada grupo referiu que houve reduções de jornada e salário nas empresas onde trabalhavam, em alguns casos com impacto considerável na (geralmente baixa) remuneração mensal: para algumas pessoas, diz Elis, "a redução foi de, sei lá, 1000 reais, de uma hora para a outra. Então faz diferença". Jornalistas dos grupos B e E mencionaram também a ocorrência de suspensão de contratos – por essa situação passaram, além de Bruno, Emanuel e Elaine. Com

[105] Lee, Haung e Ashford (2018) sublinham que insegurança da carreira e insegurança ou perda do emprego são fenômenos distintos, mas relacionados, com causas e efeitos diversos – o primeiro, refletindo o enfraquecimento de todo um setor de atividade, implica, por exemplo, readaptações mais extensas, não raras vezes de inteiros projetos de vida, que têm impacto, entre outros, na identidade dos indivíduos que precisam (re)aprender e desenvolver outros papéis, competências e relações socioprofissionais.

exceção, novamente, do grupo D, ocorreram demissões em todas as empresas – nos grupos A, B e C, demissões de mais de um/a trabalhador em simultâneo. Todos/as reconhecem que segurança e valorização-profissional são influenciadas pelas dificuldades econômicas das empresas – que aumentaram, não se iniciaram, com a pandemia –, a elas relacionando, por vezes, uma crise do modelo de negócios (com impacto nas rotinas e metas de produção) resultante do aumento da competição (entre empresas tradicionais e entre aquelas e novos produtores – de conteúdo jornalístico ou não – que surgem em ambiente digital) pela captação de audiências e, assim, financiamento (através de publicidade, venda de produtos e/ou assinaturas). Entretanto, essas dificuldades não explicam, por si só, as situações vividas.

Para a generalidade dos/as entrevistados/as – 12 afirmam-no explicitamente –, a precariedade laboral resulta também, em grande medida, das estratégias adotadas por dirigentes empresariais, que, em detrimento da valorização de profissionais-trabalhadores/as e/ou responsabilidade social do Jornalismo, dão prioridade à conquista de benefícios próprios:

> você gostaria de estar sendo valorizado, você gostaria que fosse bem remunerado por aquilo ali, afinal você é um ator muito importante na sociedade. Mas as empresas são meramente comerciais. Elas precisam que você faça o seu trabalho para que elas possam vender seu trabalho, para eles serem remunerados por aquilo ali (DORA, entrevista concedida ao autor)

Face às precárias condições de trabalho, bem como à falta de disponibilidade de dirigentes para ouvir profissionais-trabalhadores/as sobre as dificuldades que atravessam e serem considerados/as na procura de soluções, Ana chega a avaliar que, para os primeiros, jornalistas são apenas "números" – "não vêm a gente como seres humanos". Em sentido semelhante, fazendo ainda referência a um mercado de trabalho em que a diferença entre oferta e procura é aproveitada para reduzir custos e aumentar o controle organizacional (avaliação comum a outros/as entrevistados/as), Bárbara, mais especificamente sobre o grupo B, conclui que jornalistas são "completamente" descartáveis – "se eu estava lá esse tempo todo, me doando, dando sangue, se eu tenho filho pequeno para sustentar... enfim, os 'ses' todos, eles não vão levar em conta. Eles não estão lidando com seres humanos lá dentro". Sobre os descumprimentos de direitos trabalhistas, chama atenção para a impunidade institucional, dizendo que não compreende "o que é que acontece dentro do Ministério do Trabalho... porque não é um caso isolado, são tooodos os funcionários. [...] Mas se não tem punição eles vão ficar fazendo isso indefinidamente" (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor). Bruno, Clara e Camila

apontam ainda para elementos do nível macrossocial: os primeiros relacionam o aumento da precariedade entre trabalhadores/as brasileiros/as – jornalistas incluídos/as – à atuação do governo federal, que favorece grandes empresários e ataca, entre outros, direitos trabalhistas; Camila, além de críticas no mesmo sentido, considera que o problema é mais abrangente, resultante do capitalismo, que não possibilita "perspectivas de melhora em canto nenhum, então não seria diferente dentro de uma redação".

Face às diversas influências (mais frequente e detalhadamente identificadas em nível organizacional e institucional) que contribuem para a insegurança e insuficiente valorização laboral-profissional, a maioria dos sujeitos adota, apenas ou também, estratégias individuais de adaptação. Entre elas, as mais comuns são a diversificação de vínculos laborais, mais ou menos formais e temporários (dois terços dos/as entrevistados/as referiram fazê-lo, ou tê-lo feito durante algum período da carreira, com o objetivo de complementar a renda, acumular capital profissional com vista à conquista de melhor situação de emprego e/ou posição no campo) e a saída voluntária do emprego e/ou profissão, que, no segundo caso, pode ser definitiva (Ana e Bárbara) ou temporária (Adriano, Bruno e Davi; Benjamin, como Davi, ao refletir sobre a temática menciona ainda que essa é a decisão que muitas vezes vê ser tomada por outros/as colegas).

Os relatos de jornalistas do grupo C destoa, em alguns momentos, dos/as demais: segundo Camila, ali "toda a redação é muito instigada em relação a... querer manter os seus direitos, [...] pressionar para manter o que já tem ou... recuperar o que já teve" – acrescentando de seguida, "ao mesmo tempo... sabendo que, possivelmente, não teremos isso novamente". Também Clara e Caio o afirmaram, comentando 'ações coletivas de transformação', que são desenvolvidas em relação à situação particular no veículo (o descumprimento de direitos trabalhistas, em especial o atraso salarial). Entre elas, referem a realização, mais recentemente, de assembleias, com participação do SINJOPE, que terão inclusive resultado no anúncio de greve. A paralização, no entanto, não ocorreu, decisão que terá estado relacionada ao risco de encerramento do veículo impresso:

> [houve] algumas jogadas psicológicas [...]. Por exemplo, se a greve for decretada, em duas semanas, o jornal fecha. O que, provavelmente, não era mentira, mas ao mesmo tempo... greve é um direito [...] não deveria ser colocada em xeque pela questão financeira, então... se a situação financeira já está tão assim, porque não fecha logo, né? Então meio que usavam dos sentimentos e do clima estranho, de pandemia e etc. para fazer joguete com uma possível greve. [...] era os jornalistas decidindo "vamos fechar as portas, e é isso" (CAIO, entrevista concedida ao autor)

Com base nas entrevistas, julgamos que a possibilidade de encerramento demoveu jornalistas por ao menos dois motivos: por um lado, significaria a perda de emprego – o que, em um mercado de trabalho sobrelotado, é vivido de forma ainda mais dramática; além disso, as saídas aconteceriam sem garantias de que os salários atrasados, principal bandeira de luta, fossem pagos –, por outro, pressupunha o encerramento de um espaço onde jornalistas também desenvolvem (nas longas jornadas de trabalho que assumem) relações sociais positivas (compartilhando, entre outras, alegrias e sofrimentos), muitas vezes determinantes na construção de significados sobre o trabalho-profissão e sentido para o dia-a-dia. "É porque jornalista", resume Caio, "tem um apego, né véi, ao que faz, a onde trabalha". Afinal, o trabalho, além de ser atividade essencial à subsistência da maioria da população, é também "condição de sociabilidade dos indivíduos, conformando sua identidade, o status social que eles ocupam, as relações que estabelecem" (PONTES, LIMA, 2019, p.5).

Não sendo a greve a única ação possível, Caio conta que, especificamente na editoria em que se encontrava, foi acordada a redução da dedicação ao trabalho, ação coordenada pelo/a próprio/a editor/a:

> foi assim: "gente, estamos há 1 mês sem receber" – depois 2 e depois 3 – "então vamos se organizar de forma que a gente vai entregar o mínimo, a gente vai ter que baixar a qualidade, porque não existe trabalho sem salário. [...] vocês estão livres para se organizarem, entregarem o que precisa entregar porque todo o dia tem que sair matéria, mas podem ocupar o tempo com coisas que vão dar dinheiro, porque seria muito injusto [...] eu ficar dizendo que vocês vão ter que trabalhar as cinco horas, e os PJs as seis [...]". A minha equipe teve um senso de solidariedade muito... grande, uma união muito forte nesse momento. De também não jogar tudo pró alto... a gente não fez barbaridade, a gente não fez matérias toscas. A gente conseguiu entregar alguma coisa, porque todo o mundo meio que se ajudava, mas, ao mesmo tempo, todo o mundo consciente de que não é uma condição de trabalho digna" (CAIO, entrevista concedida ao autor).

O relato é caso único nas entrevistas: ainda que outros/as frisem a existência, e importância, de solidariedade ao nível da redação – por exemplo, na partilha da excessiva carga de trabalho para a diminuir, nas tentativas de contornar limites editoriais ou partilha de experiências e conhecimentos no/para desenvolver do trabalho –, nenhum/a referiu alterações nos modos de produção devido a iniciativa coletivamente acordada, única ou principalmente, ao nível da redação. Quando entrevistado, Arthur afirma que nas redações do grupo A também existiam movimentos, mas de pensar soluções para a geração de receitas, não "de resistência profissional, de greve". Não seriam, no entanto, discussões coletivas, mas centradas "nas cabeças de diretoria", com limitada participação de

jornalistas (principalmente do terceiro nível hierárquico) “nas decisões. Muito pouca, muito pouco mesmo (ARTHUR, entrevista concedida ao autor). Noutro momento reconhece que os resultados nunca atingiram o ambicionado, impactando o coletivo:

> saíram excelentes produtos jornalísticos, mas sem... sem suporte financeiro, de venda de anunciante e tal. Aí chegou um momento em que as pessoas, meio que... "será que eu estou na próxima [demissão] ou será que eu estou na outra?". 2019 foi a última grande leva. E aí, as pessoas acho que desistiram, essas daí... só ficaram realmente esperando. Não significava descompromisso, continuaram trabalhando, normais e tal, e esperando... (ARTHUR, entrevista concedida ao autor).

De modo geral, é a resignação perante as condições de trabalho – aquelas que encontram nos locais em que estão empregados/as – que percebemos nas entrevistas. São seus exemplos as falas de Ana – “no #grupo A# o que eu via eram pessoas que tinham total consciência do que estava acontecendo e... era uma espécie de cegueira, assim, eu estou vendo mas eu vou fingir que eu não estou vendo... e vou seguindo minha vida” –, Benjamin – “muita coisa a gente deixa de cobrar porque sabe que não vai dar em nada. A gente simplesmente... aceita e... e segue” – ou Camila – “tudo que eu queria era ter um pouco de estabilidade. O jornalismo nunca vai me dar. Nunca. Eu já aceitei”. A mesma percepção, por referência à própria situação ou à de colegas que partilham o mesmo espaço laboral, não foi identificada entre jornalistas do grupo D. No entanto, surge também quando perguntamos – a todos/as, não exclusivamente àqueles/as – sobre que caminhos julgam ser possíveis para a conquista de melhorias para a categoria. Nesse caso, a falta de perspectivas, é, normalmente, relacionada à falta de união e atuação conjunta (via sindicato ou não) de jornalistas – “só existe um movimento para se conseguir alguma coisa quando é algo muito gritante” afirma, por exemplo, Davi –, aspecto que, ao se reconheceram como trabalhadores/as assalariados/as, frequentemente é apontado como resultante da própria precariedade laboral, que influencia a (pouca) disponibilidade para o envolvimento, seja devido ao cansaço resultante da elevada dedicação ao trabalho ou/e ao receio de sanções por parte de empregadores/as:

> hoje, infelizmente, a grande preocupação do jornalista é: manter o emprego... e ter sanidade *[risos]* para conseguir estar nesse emprego, sabe? [...] você tem pouco tempo para cuidar de si... e menos tempo ainda para se engajar em causas de melhoria da categoria (ELAINE, entrevista concedida ao autor)
>
> a gente que trabalha para esses grupos empresariais, existe muito conformismo... todo o mundo precisa pagar as suas contas, a gente é trabalhador também... a gente é explorado também. [...] E... somos o elo mais fraco da corrente… temos muito medo de... se envolver em sindicalismo [...]. Lá na redação tem um sindicalista. A TV não pode demiti-lo. Mas a TV tirou ele do cargo que tinha... e deixou ele na

> redação, à deriva. Quem quer isso? Ninguém quer. Um jornalista não quer ter a sua função tirada desse jeito [...]. Pior do que isso não sei se fica, era melhor pedir demissão. Mas o cara tem família, né (EMANUEL, entrevista concedida ao autor).

Entretanto, 'a crise' – mais vezes referente aos impressos – que diversas mencionam é, regra geral, identificada como algo natural, normal e/ou inevitável. Isso exemplifica a fala de Caio:

> todo o mundo sabe da situação do #grupo C#, em todos os cantos, e do #A# e #B#... a fofoca é muito coletiva, vamos dizer assim. Mas... é isso. Tipo, o meu chefe hoje, #em veículo não incluído no estudo#, passou pelo que eu passei, sei lá, nos anos 90 – fora a pandemia. Então, por ser uma situação já tão desgastada, tão repetitiva, tão cíclica, que tipo... a gente entende como ciclo normal do Jornalismo, no Brasil, em Pernambuco. [...] Então meio que a gente se lamenta muito, meio que comenta e tal, mas... (CAIO, entrevista concedida ao autor).

"Sendo bem honesta, eu já esperava tudo. Mas na prática dói mais", afirma Ana, entre risos. Como ela, a maioria (9, explicitamente) reconheceu que muitas das negativas situações vividas já eram, em alguma medida, esperadas. Assim, percebemos também uma normalização das dificuldades, temática a que ainda voltaremos noutras secções, inclusive para tentar melhor compreender as acirradas disputas pela entrada e permanência no campo, o qual, se não é 'um mar de rosas', tampouco apenas é percebido como um de espinhos. Isso mesmo também deve ser tomado em conta ao refletirmos sobre os modos como jornalistas – considerados sujeitos, ativamente tomando decisões, ainda que não apenas por referência a seus próprios desejos e vontades, mas condicionados por estruturas simbólico-materiais (relação dialética, como já discutida no segundo capítulo) e situações particulares – lidam com alguns dos elementos que de seguida analisamos.

7.2 Organização do trabalho

Na presente secção procuramos construir sentido, por entre o conjunto das falas dos/as entrevistados, sobre elementos como ritmo e carga de trabalho, divisão ou acúmulo de funções e relação entre trabalho e vida pessoal (os espaços e tempos em que se desenvolvem e influenciam). Antes, reconhecemos que este foi o grupo temático em que tivemos maiores dificuldades no processo de codificação.

Uma vez que, para além de tentarmos levar em conta significados manifestos e implícitos, procuramos, centralizando atenção nas percepções relatadas, refletir sobre os modos como os/as entrevistados/as lidam, e motivos de o fazerem, com a realidade que

informam experienciar, não foi tarefa fácil discernir, por exemplo, o que poderíamos classificar de ‘excesso’ em vez de ‘elevada’ carga de trabalho. O primeiro código, que implica uma avaliação negativa, apresenta, julgamos, ao menos dois aspectos que aumentam o seu (portanto, nosso) grau de ambiguidade: 1) a classificação de ‘excesso’, para assim ser considerada, está dependente de um padrão de ‘normalidade’, em relação ao qual é avaliada. No campo jornalístico, essa medida, relativa ao volume e tempo de trabalho, é bastante flexível devido, entre outros aspectos, a determinada concepção de identidade profissional – o/a jornalista sempre informado/a e informando-se, em meio a uma corrente de estímulos que, cada vez mais, em ambiente digital, aparenta não ter barreiras de contenção – que, por vezes, contribui para a naturalização da centralidade do trabalho (remunerado ou não) na vida dos sujeitos. Exemplo disso, Arthur, quando questionado sobre como lida com a reconhecida elevada carga de trabalho (que tem impactos nocivos em áreas da sua vida pessoal), mostra dificuldades em responder, dizendo que é “complicado falar porque é característica do trabalho”. Por outro lado, 2) as considerações sobre excesso também são influenciadas pelos ganhos simbólico-materiais (ou expectativas disso) que do trabalho resultam (ou poderão resultar). Nesse sentido, as avaliações – e, não menos importante, os modos de lidar com as relatadas situações – estão também relacionadas a outras dimensões da atividade, algumas das quais já abordadas na secção anterior (insegurança e valorização laboral-profissional, nas relações com empregadores), e a que ainda retornaremos em referência a outros objetos (por exemplo, a valorização, por parte dos/as entrevistados/as, das funções sociais desempenhadas no âmbito da profissão e a valorização de relações interpessoais no desenvolver do trabalho). Também aqui apresentamos um exemplo ilustrativo: quando entrevistada, Dora passava a maior parte da semana (entre 14 e 15 horas diárias) nos dois empregos que então ocupava – questionada sobre o porquê do acúmulo, uma vez que reconhecia a existência de algumas consequências negativas, inclusive na saúde, afirmaria precisar estar “nesse grande movimento” por ver “o Jornalismo como muito mais que uma profissão: é um dever social”, acrescentando depois ter grande dificuldade em dizer ‘não’ a novas oportunidades, principalmente quando julga que podem contribuir para a construção da sua carreira e/ou vida pessoal.

Reconhecidos alguns dos limites (e atentos a eles, tentamos), voltamos atenção para as temáticas anteriormente elencadas.

De todos/as os/as entrevistados/as, apenas Davi, Caio e Benjamin informaram, explicitamente, não existir excesso de trabalho nas empresas em que se encontravam quando entrevistados. Benjamin, no entanto, viria a mudar de perspectiva: se em um primeiro momento referiu não haver sobrecarga, ao longo da entrevista afirmaria, por diversas vezes (algumas das quais quando questionado sobre temas correlatos), o contrário, sendo inclusive o único a mencionar o descumprimento de leis trabalhistas – "está aí algo que foi recorrente: eu trabalhava até dez-onze horas da noite, e no dia seguinte pedirem para chegar no jornal de sete horas da manhã. Que a gente sabe que por lei não pode. [...] nesse quesito a empresa burla muito". Nas entrevistas de Caio e Davi não encontramos contradições. Além disso, ambos atribuíram sentido às avaliações por meio de comparações com outras experiências: Davi, mesmo reconhecendo que na empresa atual também existem "dias muitos pesados", explica que chegou a ela depois de passar por outras onde "trabalhava por produção. Quanto mais, era mais importante. E... a preocupação que eu percebo #no grupo D# é para você também não ficar exaurido. [...] lá, normalmente, tudo é muito tranquilo". Para Caio, a situação que vive no novo veículo (já não no grupo C) é "bastante diferente", e isso, considera, devido a três elementos: a sua periodicidade (mensal, em vez de diária), o setor de mercado (cultural, em vez de generalista) e o tipo de propriedade (público-estatal, em vez privada) – em conjunto, diminuem a exigência da velocidade e quantidade de produções. No grupo C, mesmo sendo estagiário, a rotina era "muito pesada e muito rápida", fator que o levou a "fazer algumas coisas... tipo faltar aula... porque a demanda era muito grande". Noutro momento, ao excesso de trabalho relaciona também o excesso de responsabilidades, que considera ser resultante da precarização do/no Jornalismo:

> às vezes você está editando um texto que era para um editor estar fazendo... você é estagiário, mas às vezes está apurando uma pauta que era para te terem passado apurada já... você está decidindo pautas sem passar para o seu editor... você... sabe? Um acúmulo de coisas que... que, enfim, que te dão muita experiência mas ao mesmo tempo não eram para ser assim, talvez. Meio que... com a precarização do jornalismo, do mercado, as pessoas acabaram acumulando mais funções (CAIO, entrevista concedida ao entrevistado).

Como Caio, a maioria dos/as jornalistas – o que, consideradas as diferenças de idades, aponta para um fenômeno que não é inteiramente novo – relaciona às suas experiências enquanto estagiários/as em empresas privadas de Jornalismo a excessiva ou elevada carga de trabalho, por vezes também acompanhada de excesso de responsabilidades, que, apesar disso, muitas vezes convivem com avaliações positivas ou,

quando não explicitamente, são identificadas como importantes para a conquista de experiência (e, assim, acúmulo de capitais). Entre outras falas nesse sentido, encontramos a de Camila: “foi primordial para eu conhecer quase tudo que eu conheço e faço hoje, assim, foi *hard* mesmo... não tem essa distinção de estagiário”. Entretanto, a avaliação da situação por aqueles/as que hoje são profissionais é mais negativa, e isso, normalmente, por referência à quebra de qualidade nas produções e/ou diminuição de vagas de trabalho para profissionais – fenômeno que, segundo conseguimos perceber, tem maior impacto nos grupos B e C. Se no primeiro, refere Bruno, “a mola propulsora do #veículo#, quem está ali fazendo a base andar, são os estagiários”, no segundo, exemplifica Clara, “o principal repórter #de determinada editoria# é uma menina que até setembro era estagiária. Todos os setoristas, de educação, de saúde, de mobilidade, de... todos eles saíram”. O enxugamento das redações é, de resto, apresentado como um dos principais motivos para a elevada ou excessiva carga de trabalho, que, por isso mesmo, tem vindo a aumentar. Segundo Arthur, a situação no grupo A tem vindo a piorar, principalmente desde 2019, ano em que foram demitidos/as diversos/as daqueles/as que, com vários anos de experiência profissional, ocupavam cargos no segundo nível hierárquico:

> a gente tinha os experientes, aí tem a geração intermediária e sempre os mais novos entrando. Agora a gente tem umas pessoas muito experientes e os bem novinhos entrando. Então, perde uma transição que é natural nos lugares. De passagem de bastão. Aí acaba de ter de ir a fórceps. [...] está penoso para... para os editores, assim... está bem... está bem mais custoso (ARTHUR, entrevista concedida ao autor).

Demissões e acúmulo de trabalho, cada jornalista fazendo hoje o que no passado era feito por dois ou três, é assim que Adriano avalia a situação na generalidade das empresas. Principalmente quando algum/a colega faltava, Ana, no grupo A, diz que “trabalhava por dois, por três... fazia o que dava para fazer”. A situação também não seria fácil para outros/as colegas:

> quando eu entregava uma matéria que eu dizia "pô, essa daqui vai ficar redonda... hoje eu tive sorte, porque eu fiz uma matéria – era uma raridade – com todo o meu carinho". Chegava o editor [e] derrubava metade da matéria... "ah, porque não vai dar tempo"... porque ele estava sobrecarregado. Então, assim, não era uma coisa de má vontade. Era realmente as condições de trabalho eram ruins para todo o mundo. Para o repórter, para o cinegrafista, para o produtor, para os editores... (ANA, entrevista concedida ao autor).

Aqui, importa salientar que, como a citada, a maioria dos/as jornalistas fez, sem que explicitamente o tenhamos perguntado, referências – mais frequentes entre os/as entrevistados/as dos grupos A, B e C (ou em referência àqueles grupos) – à insuficiente ou diminuição de qualidade nas produções jornalísticas (que desenvolvem ou que são

desenvolvidas por jornalistas, enquanto grupo de que fazem parte) devido às precárias condições em que são realizadas.

Depois da escassez de profissionais, o impacto de novas tecnologias nas rotinas e modelos de produção é o elemento que mais frequentemente é relacionado ao aumento ou excesso de trabalho. Aqui, importa fazer uma distinção: o trabalho que é desenvolvido em horário de expediente, contabilizado, por exemplo, para pagamento de horas extras, e aquele que é desenvolvido fora dele, não necessária ou explicitamente imposto pelo empregador. No caso do primeiro, as referências de aumento/excesso são mais frequentes entre aqueles/as que desenvolvem trabalho para meio televisivo e/ou digital, sendo de destacar, no caso do primeiro, as menções às produções 'ao vivo'. Emanuel, que, como Ana e Elis, comenta a influência no acelerar do ritmo de trabalho, avalia como tendência a quebra de autonomia e qualidade nas produções, além do aumento da pressão sobre o/a jornalista. Se antigamente era necessária uma parafernália de equipamentos, pesados e de operacionalização lenta, hoje cabe tudo em uma mochila,

> com o seu sinal sendo monitorado o tempo todo, então... qualquer momento você pode entrar ao vivo e produzir uma reportagem... você nessa tensão o tempo todo, é complicado. [...] tem também algo que deixa o trabalho muito tenso hoje, que é um dispositivo de medição de audiência, [...] é um inferno. Porquê? O editor-chefe tem acesso a esses relatórios em tempo real. Se a nossa audiência estiver em trajetória de alta, e eu estiver ao vivo, eu vou precisar continuar ao vivo, custe o que custar... então eu já fiquei... 15 minutos ao vivo, 20 minutos. Algo extremamente cansativo, extremamente desgastante, às vezes é um encher de linguiça sem tamanho, fica parecendo mais entretenimento do que 'ao vivo' (EMANUEL, entrevista concedida ao autor).

Dayane – das/os três jornalistas com cargo no primeiro nível hierárquico, a única que abordou o tema (também a única que, no grupo D, o fez) –, tem uma perspectiva mais positiva: reconhecendo o maior nível de exigência que o modelo acarreta, contribuindo inclusive para o aumento do nível de stress devido ao menor controle sobre variáveis que podem influenciar o processo, salienta que "não dá para planejar demais" e também "não dá para sofrer", porque é o que o público quer: "jornal ao vivo, dinâmico, a notícia que está acontecendo na hora". Apesar do aumento de trabalho – "na rua então, eu fico com dó dos repórteres", afirma em determinado momento –, diz ter ficado feliz quando a empresa colocou como meta alcançar 70% de produção 'ao vivo'. As razões: o dinamismo do trabalho e a modernização do modelo de produção num mercado altamente competitivo, em que se a televisão "não se adequar ao *streaming*, que está aí, se ela não se dedicar às mudanças tecnológicas, ao tipo de consumo que o telespectador faz da

televisão hoje... ela está fora, daqui a pouco ela não tem mais como se sustentar" (DAYANE, entrevista concedida ao autor).

Também sobre alterações influenciadas pela utilização de ferramentas tecnológicas, dois terços dos sujeitos teceram considerações sobre o trabalho multimídia e multifunções. Dayane, como Arthur e Bruno, fizeram-no numa perspectiva que não permite qualificá-lo como positivo ou negativo, avaliado explicitamente como inevitável, uma exigência do atual mercado de trabalho: "não é questão nem de 'ah, quem está perdendo, quem está ganhando?", refere a primeira, "é um caminho sem volta, você tem que tentar se adaptar" (DAYANE, entrevista concedida ao autor). Outros/as, como Elaine, Emanuel ou Dora, flutuam entre avaliações positivas – possibilidade de diversificação das áreas (reconversão de capitais e competências jornalísticas para outros campos ou subcampos) e contextos de atuação (trabalho *freelancer*, por exemplo), que permite aumentar os ganhos simbólico-materiais em nível individual (entre eles, a valorização da carreira e/ou aumento da renda ao fim do mês) – e negativas – quebra de qualidade das produções devido ao aumento do ritmo e carga de trabalho, bem como insuficiente valorização laboral-profissional por parte das empresas empregadoras. Ana e Bárbara tecem apenas avaliações negativas, aspecto que julgamos estar relacionado às suas trajetórias (aquando das entrevistas, eram as únicas que, por decisão própria, tinham migrado para empregos formais fora do Jornalismo):

> a gente ia para a rua e fazia o que precisasse... era cara do impresso perguntando coisa, era rádio pedindo *flash*, era a televisão pedindo 'vivo', pedindo VT... você saía para uma pauta, você estava preocupado com vários conteúdos em formatos diferentes. [...] Era uma loucura, realmente (ANA, entrevista concedida ao autor).
>
> eu não acho muito justo porque é uma carga de trabalho muito maior e eles estão, geralmente, pagando menos, inclusive por isso. Mas a pessoa tem que atuar como repórter multimídia. […] no #grupo A# passei um tempo que eu precisava fazer muito isso... levar um material para eu filmar, eu fotografar, eu editar o filme, às vezes, para colocar o filme online... e rádio também, eles mandavam a gente gravar áudio. Então eu fazia rádio, TV, impresso e online. Me diga, como é que você consegue fazer bem, ao mesmo tempo, essas quatro coisas? [...] [aí] demitem o profissional que tem mais tempo e é mais especializado em algum determinado tipo de... de produção, e colocam um estagiário para fazer as quatro (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor).

Como mencionado anteriormente, também foi possível perceber que, para a maioria, o tempo dedicado ao trabalho-profissão não tem limites fixos, normalmente ultrapassando os horários definidos em termos contratuais. Talvez mais importante, a extensa jornada de trabalho, que tem vindo a aumentar com a utilização de ferramentas

tecnológicas, não é – ao menos explicitamente, na maioria das entrevistas – diretamente relacionada a imposições por parte de empregadores (jornalistas nos grupos A, E e D sublinham inclusive que as empresas têm grande cuidado no controle de horas extras, que normalmente não são permitidas para, nos dois primeiros, reduzir gastos), ainda que para ela contribua, em empresas marcadas pela redução de trabalhadores/as (principalmente dos/as mais experientes), a exigência de uma elevada produção, em termos de quantidade e qualidade, a segunda mais valorizada pelos/as profissionais, não apenas, como percebido na fala de Elaine, devido aos eventuais impactos na sociedade, mas porque é o nome profissional que está em causa:

> é aquela coisa da gente trabalhar porque a gente gosta, a gente tem a responsabilidade com a profissão, e a gente procura outras possibilidades, porque sabe que ali as coisas não vão... melhorar muito. A gente tenta fazer muito mais por nós, porque a gente sabe que isso é uma marca, né, nossa carreira (ELAINE, entrevista concedida ao autor).

A explícita identificação de jornada de trabalho com limites de tempo e espaço pouco definidos é mais frequente entre aqueles/as que ocupam cargo hierárquico no primeiro nível – "hoje estou trabalhando 24 horas", ironiza Arthur, informando que "de expediente mesmo", sentando em frente ao computador, só começa "umas dez horas da noite", mas, através do celular, passa "o dia inteiro discutindo as questões dos jornais, orientando, pensando pauta, participando de reuniões", rotina que "não seria diferente com pandemia ou sem pandemia"; Dayane avalia que, ocupando o cargo que ocupa, "não tem como desligar", referindo que mesmo em períodos de férias ou tempos de descanso mais curtos, ainda que priorizando a vida pessoal, "tem coisas que às vezes precisa responder, não pode deixar para o outro dia" –, e entre aquelas que ocupa(ra)m cargo de gestão de redes sociais digitais – casos de Dora e Camila: "independente da minha folga ou não, eu tinha que estar ali olhando, se estava tudo bem, porque... né, a empresa me deu meio que um cargo de confiança", justifica a primeira.

Entres os/as demais jornalistas, são comuns as referências à utilização de aplicativos como WhatsApp para, antes ou depois do expediente, realizar ou discutir trabalho. Se por um lado a utilização de novas tecnologias são valoradas positivamente, facilitando o desenvolver de atividades (por exemplo, agilizando o contato com colegas de produção, o cultivo de fontes ou a procura de informações), por outro, ao contribuírem para o aumento da centralidade do trabalho no seu dia a dia, são avaliadas negativamente, vinculadas à diminuição de tempos de descanso e a interferências na vida pessoal. O impacto do trabalho no desenvolver de outras relações (familiares, por exemplo) e

atividades (entre outras, de lazer) sociais é, para além de outra constante por nós mapeada, um dos tópicos em que, no presente grupo temático, os/as jornalistas mostraram maior propensão para, sem necessidade do nosso incentivo, relatos mais detalhados. Foi o caso de Adriano, quando, por exemplo, comentou que durante longo período da carreira apenas tinha, mensalmente, um final de semana livre para a família, permanecendo, em média, dez horas diárias na redação:

> quando volta, você acha que consegue fazer mais alguma coisa? Você está tremendo, estressado, morto. Você toma banho, come alguma coisa e só quer... aí não pode nem dormir, porque você precisa ler, precisa se informar, precisa ver todos os telejornais da noite para amanhã às cinco da manhã estar acordado *[risos]* de novo no batente. Você não tem vida pessoal. Não tem, esqueça. O jornalismo do dia a dia não te dá vida pessoal. Não dá (ADRIANO, entrevista concedida ao autor).

Outro exemplo é o de Bruno, que informou ser de longa data a vontade de investir mais fortemente na carreira acadêmica. Apesar de uma pausa no trabalho em redações – há vários anos, aproveitando para viajar para outros países e acumular novas experiências de ensino e trabalho (em Comunicação, fora do Jornalismo) –, nunca o fez realmente:

> quem está dentro da roda gigante, da bola de neve dos veículos, às vezes nem percebe esse tempo passar e você nem se dá conta que pode fazer [outras coisas]. Porque você está dentro de um processo ali, que você não para nunca... é feriado, é fim de semana... e você tem a sua própria vida para viver. Você tem a sua família, você tem as coisas que você gosta. Aí quando você respira dessa sua rotina altamente desgastante, que é a do dia a dia do Jornalismo, pouco tempo lhe sobra para você pensar em alguma coisa extra (BRUNO, entrevista concedida ao autor).

Entretanto, quando considerados os sentidos explícitos que jornalistas procuraram construir quando questionamos sobre como se dava a relação entre as duas esferas (pessoal e profissional), podemos perceber que, enquanto parte considerável reconhece ser bastante difícil – "eu bato palmas para quem consegue separar esses dois mundos" (DORA, entrevista concedida ao autor) –, outros/as, como Arthur ou Dayane, afirmam, apesar de tudo, conseguir alcançar um certo equilíbrio – no caso de ambos, um equilíbrio mais baseado, também devido aos cargos que ocupam, na maior liberdade para negociar quando e, principalmente, onde trabalham, do que para de fato estabelecer limites à sua prevalência.

Procurando resumir o até agora exposto, julgamos poder afirmar que, se foi na presente temática que identificamos maior pluralidade de elementos que, referentes a diferentes níveis, do individual ao institucional – apenas no macrossocial praticamente não identificamos menções por parte dos/as jornalistas; Arthur é caso único, quando afirma que há alguns anos o ritmo de produção era menos acelerado porque "tinha aquele

tempo mais estendido das coisas acontecerem, da sociedade funcionar... hoje a sociedade não dá esse tempo –, influenciam as condições *de* trabalho (referentes às condições ofertadas/existentes em contextos organizacionais específicos), é o envolvimento e expectativas sobre o trabalho-profissão (mais abrangentes, portanto, não limitadas a um contexto laboral específico), que, em nosso entender, ajudam a melhor identificar e compreender os modos e razões de lidarem com as condições *em* que trabalham. Ou seja, ainda que tenhamos identificado algumas tendências que apontam para a prevalência de ações individuais de adaptação face às condições de trabalho – as mais frequentes são a aceitação da elevada carga de trabalho, a negociação com chefias dos tempos e espaços de trabalho e o apoio de círculo social próximo para lidar com a interferência do trabalho na vida pessoal, e vice-versa); apenas Ana e Davi declararam, em poucos detalhes, que em redações por que passaram jornalistas (ela/e incluída/o) procuravam, por vezes, vocalizar a insatisfação com a excessiva carga de trabalho (e insuficiente valorização laboral-profissional), mas sempre sem que tal resultasse na sua redução (ou aumento da segunda) –, julgamos que uma reflexão sobre as suas razões está dependente da consideração de outros elementos, relacionadas, mas não apenas, a elas. É que, ao contrário de outras – como os já mencionados descumprimento de direitos trabalhistas ou, como veremos, falta de apoios para o tratamento de doenças relacionadas ao trabalho –, o elevado, ou até excessivo, tempo dedicado ao/no trabalho[106] não é, como temos vindo dar a entender, encarado *apenas* como algo negativo ou resultante da pressão de cargos hierárquicos superiores. Levando em conta o até agora exposto, julgamos que são três os principais elementos que aqui também é necessário levar em conta: a socialização na precariedade (GARCIA, 2019), o envolvimento com a carreira e (ideais da) profissão, e o prazer pelo, e no, trabalho. Interrelacionados, ajudam, em nosso entender, a compreender algumas das tendências, mais gerais, nos modos e razões de atuação perante o trabalho-profissão.

À semelhança do identificado por Garcia (2018), também no nosso estudo é possível identificar vários indícios de que jornalistas são "socializados na precariedade". Longas jornadas de trabalho, remuneração baixa, indefinição de tempos de descanso e mercado de trabalho extremamente competitivo são apenas algumas das expectativas que,

[106] No seguimento, as reflexões são relativas, especificamente, ao elevado/excessivo tempo dedicado ao trabalho – também o aspecto mais frequente e explicitamente abordado por/com jornalistas –, não a outros, como acelerado ritmo de produção ou falta de controle sobre o próprio trabalho, que, apesar de relacionados, exigiriam outras detalhadas análises.

antes e durante o curso de graduação, também na atuação laboral – que se inicia com estágios, muitas vezes ainda durante a primeira metade do curso –, vão sendo cultivadas, contribuindo para que, quando se confrontam com algumas das situações narradas, não sejam percebidas como extraordinárias, o que pode estar relacionado à dificuldade de ao menos conjecturarem caminhos possíveis para a mudança das condições de trabalho que percebem ser comuns à generalidade dos/as jornalistas. Por 'socialização na precariedade' fazemos então referência à aprendizagem sobre o ser e se fazer jornalista/jornalismo, processo coordenado pela valorização do papel social da profissão e normalização da precariedade laboral. O longo relato de Dora é aquele que melhor representa esse costurar, identificável entre a maioria dos/as jornalistas:

> eu acho que a universidade também preparou a gente muito bem para o mercado de trabalho, no sentido da rotina, do dia a dia... eu lembro que no primeiro período o professor de introdução ao jornalismo disse para a gente assim: "[...] saibam que ser jornalista é algo muito maior, a gente tem um dever social muito importante, e muitas vezes tentam, de certa maneira, tirar isso da gente. Então façam isso por amor ao compromisso social e não estejam sentados nessa cadeira meramente por uma ilusão de estrelismo ou por algo nesse sentido. Queiram fazer a diferença, vocês estão aqui para tentar fazer a diferença para as pessoas, a gente tem que servir a sociedade, e se vocês não estão aqui por esse motivo é melhor que vocês saiam. Vocês estão pagando caro para estar nessa cadeira aí, e eu também não tenho problema em dizer isso: saibam que vocês não vão ter final de semana, dia santo, feriado, que a vida do jornalista não é fácil, ele não é bem remunerado. Inclusive o piso de vocês [...] é mais baixo do que o valor que vocês pagam aqui na mensalidade da universidade. Já estou dizendo isso no primeiro período, e no primeiro dia de aula, porque caso alguém ache que não é isso, vocês já podem sair. Não estou aqui querendo fazer terrorismo, mas é só a verdade nua e crua, então só fique se aqui achar que realmente nasceu pra isso, que você quer vestir a camisa e fazer pró resto da sua vida". E aí, né, todo mundo assustado. Primeiro dia, o professor já diz um negócio desse e tal. Mas no fundo, no fundo, é isso

Nesse contexto, uma das principais competências que desde cedo aspirantes à posição de jornalistas aprendem é a disponibilidade constante, não apenas porque a profissão (como outras que são orientadas para o serviço à população) o 'exige', mas porque a entrada no competitivo mercado de trabalho é desde sempre assumida como bastante difícil, nunca estando a permanência – muitos menos a progressão – assegurada. Também por esse motivo, Emanuel compara o Jornalismo, que "exige alguns sacrifícios da pessoa que realmente tem a vocação", ao sacerdócio, afirmando que ou a pessoa "aceita e aprende a lidar, ou não é jornalista". Semelhante, Adriano considera que é uma "opção de vida. Ou você é ou você não é. Eu não consigo ser jornalista pela metade. [...] não dá para fazer meia boca. Televisão... você... é um escravo dela". Para os dois –

também para Dora – o elevado nível de dedicação está ainda relacionado ao grande prazer – classificado de "paixão" por Adriano e Dora – que experienciam no desenvolver do trabalho, principalmente ao fazerem-no nos meios (televisão e rádio) em que, mesmo antes de escolher o curso de Jornalismo, desejavam trabalhar.

Outro elemento é, em nosso entender, relevante para compreender as ações dos sujeitos: considerado o conjunto de entrevistas, podemos perceber que o *status* de jornalista é mais fortemente relacionado à prática – normalmente em veículos noticiosos –, e aprendizagens no decorrer da mesma, do que à frequência do curso de ensino superior e conjunto de conhecimentos ali construídos. Não significa isso que os últimos sejam considerados como pouco relevantes, mas que o 'fazer do/a jornalista' se concretiza no espaço de trabalho e/ou no contato com aqueles/as que o ocupam, onde e com quem são renegociados e adaptados os conhecimentos e expectativas sobre o trabalho-profissão. Um dos exemplos que talvez mais claramente aponta para isso é o de Adriano que, ao requeremos que fizesse um breve resumo sobre o seu percurso acadêmico/profissional, salientou não ter tentado o ingresso na UFPE porque, ao menos naquela época, era uma escola de jornalismo "completamente fora da realidade" porque "os professores eram completamente fora de mercado, eles não tinham a menor noção *[risos]* do que era fazer televisão". Na Universidade Católica de Pernambuco, onde se graduou, a situação seria oposta: docentes "completamente conectados com o mercado. [...] ou seja, você tinha gente que estava no mercado e sabia o que estava falando" (ADRIANO, entrevista concedida ao autor). Cerca de 20 anos mais jovem, Benjamin faz distinção semelhante entre a universidade privada que frequentou e a universidade pública:

> a gente comentava, aqui a UFPE costumava formar comunicólogos, e não realmente jornalistas, repórteres. Pelo fato de a UFPE focar muito em teorias etc. e tal. E na UNINASSAU, o perfil era realmente de formar jornalistas, formar pessoas para o mercado de trabalho. Então desde o começo da faculdade eu me senti preparado para entrar no mercado de trabalho (BENJAMIN, entrevista concedida ao autor).

A maioria aponta distinções semelhantes, ainda que algumas – caso de Dora e Elis –, reconhecendo os benefícios do ensino voltado para o mercado de trabalho, também revelem alguma frustração por o estudo teórico e pesquisa científica não terem sido tão incentivadas quanto poderiam ou deveriam. Importante ainda é referir a expectativa de prazer com o trabalho: questionados/as sobre os motivos de terem optado pelo Jornalismo, dois terços relataram que a decisão, em geral de longa data, esteve relacionada a competências pessoais e/ou gosto pela área de Comunicação, um terço

mencionou o vínculo emocional com a profissão (relacionada à possibilidade de atuação social e/ou prestação de serviço à população) e três com um veículo em específico.

Em conjunto, percepção da dificuldade de ingressar no mercado de trabalho (e nele continuar), valorização da (aprendizagem) prática e expetativa de prazer pelo trabalho, ajudam a compreender o porquê de a maioria, além de desde cedo procurar a realização de estágio – trajeto comum que se reflete na fala de Caio, quando ao declarar que teve a sua primeira experiência no quinto período do curso, acrescenta que "já foi meio tardio, o que é meio estranho porque ainda é metade do curso" –, contar no currículo com várias experiências nesse contexto, por vezes priorizando-as em detrimento da participação em outras atividades, inclusive de formação profissional em contexto acadêmico. Elaine é o mais extremo exemplo disso – em determinado momento chegou a realizar quatro estágios em simultâneo:

> eram experiências que, além de me dar o conhecimento sobre a área, também ia construir os meus relacionamentos, né. E esses relacionamentos foram importantes para que eu pudesse aproveitar outras oportunidades de... de estágio mesmo, de saber como era que funcionavam os veículos, né, saber onde tinha vaga, onde não tinha [...] e eu tenho certeza que isso foi decisivo para que eu me firmasse no mercado depois de me formar.

É, assim, possível identificar um elevado comprometimento individual, não apenas com a profissão e trabalho, mas com a carreira. Elis, mesmo reconhecendo que "que tem muita gente boa que está desperdiçada", sempre partiu "do princípio de que, se você correr atrás, e der seu melhor... não é possível *[risos]* que não vai aparecer alguma coisa". De forma semelhante, Davi considera que "parte bem por aí: investir na sua formação, investir numa qualificação, e continuar insistindo num trabalho de qualidade. Porque uma hora... uma hora ele [emprego] vem. Mesmo capenga, muitas vezes, mas ele vem". De fato, se anteriormente referimos ter encontrado indícios de majoritária resignação perante as condições de trabalho, o oposto pode ser considerado em relação às condições em que trabalham. Isso também pode ser percebido ao mapearmos as principais razões para a mobilidade na carreira (desconsideradas demissões não voluntárias): são mais prevalentes o desejo de crescimento pessoal e/ou professional – aí incluída a possibilidade de maior visibilidade em veículo de maior audiência – (9 jornalistas), a identificação pessoal com a função/trabalho (7) e perspectiva de melhores condições de trabalho (5). Na primeira está incluído Emanuel, que em cerca de 10 anos passou por quase igual número de empresas. Sempre com o objetivo de trabalhar no meio de eleição, além disso melhorar a posição no campo (e, assim, emprego), passou por

diversos estados e cidades brasileiras. Em uma das últimas experiências, antes de retornar a Recife, julga que

> para quem estava olhando do lado de fora, não tinha motivo para querer sair. Eu já era apontado pela equipe como o repórter mais experiente #do veículo#... no entanto, você quando olha e vê que não tem uma oportunidade de crescimento profissional... a promoção era difícil, sabe... ter uma sequência no cargo era difícil. [...] aí eu cheguei no meu chefe e disse "olha, eu sei que você tem uma lista de demissão, que você vai botar em prática logo, me coloca nessa lista de demissão por favor" (EMANUEL, entrevista concedida ao autor).

No atual emprego continua insatisfeito, e isso principalmente devido ao baixo salário que não condiz com a sua experiência e dedicação. Não colocando de parte nova mudança, sublinha que tem um "prazer EXTREMO" no que faz, "mesmo ganhando muito pouco". Apesar das experiências negativas – entre elas, os prolongados distanciamentos de família e amigos, problemas de saúde mental relacionados ao trabalho e até casos de assédio moral que em dois empregos o levaram a pedir demissão –, diz-se não arrependido de ter escolhido a profissão, sublinhando que é "um grande prazer, uma grande satisfação, um grande privilégio ser jornalista. A gente só aguenta a parte ruim porque existe uma parte boa, e a parte boa não é a financeira" (EMANUEL, entrevista concedida ao autor). Para isso apontam todos os sujeitos entrevistados.

Seja devido à possibilidade de exercerem algumas das funções sociais com que a profissão é identificada, principalmente a prestação de serviço à população, sendo maior a ênfase daqueles/as que referem a contribuição para a transformação da situação de pessoas em posição socioeconomicamente mais vulnerável – ao referi-lo, Ana e Benjamin chegam a emocionar-se, afirmando a primeira que para si "é a coisa mais linda do mundo. Era o que realmente me dava vontade de sair para trabalhar, porque todo o resto era muito difícil" –; de produzirem um trabalho de qualidade, reconhecido por pares e/ou; de transitarem por diversas realidade, viver e contar histórias; às relações interpessoais e/ou profissionais positivas na redação; à aprendizagem em cada uma das experiências; seja devido a diversos outros elementos, menos comuns ao conjunto de entrevistados/as, a conclusão que fica é que, no desencontro que muitas vezes se verifica entre a elevada dedicação e os parcos ganhos materiais, é o envolvimento com o trabalho-profissão, os ganhos simbólicos que dele podem advir, que também contribui para o costurar da complexa relação entre prazer e sofrimento:

> eu nunca tive medo de trabalho pesado, eu adorava fazer coisa, ficava lá até meia-noite sem problema, mas me passa o mínimo, que é pagar. [...] eu sempre fiz muito além do que era esperado de mim. Eu fazia o

> que eu tinha condição de fazer, porque eu acreditava que era certo fazer, e porque... enfim, me dava prazer de fazer. Quando eu via um trabalho terminado... é uma coisa... eu sinto falta de estar na redação... meu serviço hoje é outro, é outro ritmo de trabalho, é outra rotina... eu sinto falta dessa adrenalina da redação. Sinto, não vou mentir (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor).

7.3 Saúde

Dimensão não contemplada nos questionários aplicados em 2019 (opção tomada para reduzir o número de questões e assim aumentar a probabilidade de contarmos com maior número de participantes), seria muito difícil, devido ao período em que foram realizadas, não abordar a relação entre trabalho e saúde nas entrevistas, a qual, aliás, algumas vezes foi espontaneamente levantada pelos sujeitos quando inquiridos sobre outros temas (como extensão da jornada de trabalho ou insegurança laboral-profissional).

Devido à própria estrutura da investigação (influenciada por limites, entre outros, de tempo e espaço para a sua realização/redação) – em que procuramos criar categorias que permitissem cortes de sentido e assim realizar análises de uma realidade (social) que seguramente é menos estanque ou harmoniosa do que a que reconstruímos –, bem como devido ao elevado número de variáveis abordadas (inclusas nas temáticas 'condições de trabalho' e 'regulação da mídia') – o que contribui para classificar o nosso estudo de exploratório-descritivo –, as análises que se seguem sobre questões de saúde são, no conjunto, realizadas de forma isolada (não contemplando, de forma abrangente, por exemplo, aspectos culturais ou biológicos, pessoais, que também as influenciam), delimitando os resultados e interpretações possíveis. De resto, segundo a revisão de literatura realizada por Penteado e Gastaldello (2016), essa é uma das limitações que caracterizam a generalidade dos estudos que, mesmo quando focados unicamente na temática, têm sido publicados, nacional e internacionalmente, sobre jornalistas. As mesmas autoras, como Bulhões e Renault (2016) ou Pontes e Lima (2019), sublinham, além disso, que estudos no Brasil sobre saúde-doença-cuidado de jornalistas são escassos, aspecto que surpreende se tivermos em conta a grande quantidade de produções que já identificaram os elevados (também classificados de crescentes) níveis de precariedade que, com impacto na qualidade de vida, afetam a categoria. Adghirni (2005, p.47), por exemplo, elencando também o aumento de responsabilidades sociais e indefinição da identidade profissional no início do novo século, sublinha que jornalistas estão cansados/as, afirmando mesmo que, nesse contexto, "jogaram fora o papel de heróis. Ninguém mais quer ser Super-Homem. Os jornalistas querem apenas ser profissionais

respeitados em seus direitos no mercado de trabalho da informação". Também os/as jornalistas por nós entrevistados/as convivem, normalmente, com elevado nível de cansaço e/ou stress, ainda que em intensidades variadas, dependendo, entre outros elementos, do trabalho (e condições em que é) realizado. Relacionado a isso, retomamos a análise com referência a um aspecto que, não previsto na preparação das entrevistas, percebemos, à medida que as conduzíamos e, depois, na sua codificação, como relevante nas falas de parte dos/as jornalistas: o trabalho emocional.

Aqui compreendido, em termos muito gerais, como o esforço de gerenciar emoções (autênticas) que, no desenvolver da atividade laboral, são retrabalhadas e publicamente encenadas com o objetivo de captar as preferências (de públicos, por exemplo) e/ou corresponder às expectativas da profissão-trabalho (BONFIM, GONDIM, 2010; WAHL-JORGENSEN, 2019), referências ao trabalho emocional (ou ao por nós assim codificado) foram identificadas em cerca de um terço das entrevistas – proporção que julgamos elevada, inclusive por ter sido espontaneamente abordado –, dando pistas para compreender racionalizações sobre (e modos de lidar com) o trabalho-profissão. Pistas que, aliás, contribuem para colocar em causa a mitificada concepção positivista de 'imparcialidade', que no dia a dia, apesar de muitas vezes ainda permanecer como ideal norteador, se mostra insuficiente. É nesse sentido que compreendemos a fala de Emanuel: narrando casos de acontecimentos violentos, em que foi necessário aproximar-se de vítimas para tentar colher depoimentos, sublinha – depois de classificar como "absurdas" e "extremamente naturalizadas" ações como essa, que a "profissão exige" – serem situações que demandam grande controle emocional, mas

> não é por a gente ter controle emocional no momento, que a gente deixa de se envolver emocionalmente. A gente é treinado, eu acho, como jornalista, a não se envolver demais com a notícia porque senão a gente não trabalha, né. Se a gente for deixar que os sentimentos entrem, a gente vai desabar ao vivo, e vai chorar junto com a família [...]. Sinto informar para quem sonha com Jornalismo o seguinte: eventualmente a gente não consegue. Eventualmente a gente parece conseguir, mas a gente leva para casa... às vezes a energia, aquela carga emocional do trabalho difícil (EMANUEL, entrevista concedida ao autor).

A fala de Dora – tanto a aqui citada como outras, (a jornalista foi a que mais longamente refletiu, em referências a consequências para a saúde e bem-estar, sobre a exigência de o jornalista ser um profissional "duro na queda") – caminha em sentido semelhante: destacada para, ainda enquanto estagiária (repórter), participar na cobertura sobre a morte e funeral de importante personalidade pernambucana, relata, recriando conversas passadas na redação, a dificuldade de fazê-lo devido ao envolvimento

emocional (influenciado também pela proximidade com colega de redação que era familiar da pessoa falecida):

> eu cheguei na redação e disse "não vou conseguir". [...] a minha chefe disse assim, "olha, Dora... acho que hoje pode ser um grande marco para você [...], porque agora você vai ter que saber separar uma coisa da outra. E não pense que você não vai conseguir fazer. Sua voz pode até embargar, você pode até se emocionar na hora, mas no momento que você entender que você tem que passar aquela informação para o ouvinte, você vai conseguir fazer aquilo ali. Não se preocupe com isso". [...] fui, na hora não chorei, não embarguei, a emoção não passou por cima do meu 'ao vivo', mas depois, quando eu cheguei em casa, eu só chorei o dia inteiro (DORA, entrevista concedida ao autor)

A inclusão de Ana no código ‘trabalho emocional’ é feita quando descreve a sua rotina de trabalho durante a pandemia: “estava todos os dias atualizando os números, e falando isso ao vivo, tentando não... não externar o que estava sentindo, mas era muito difícil” (ANA, entrevista concedida ao autor). As dificuldades foram maiores no início, quando teve várias crises de ansiedade – “várias. Várias mesmo. Em casa... chegava do trabalho e começava a chorar copiosamente”. Frisa, entretanto, que os efeitos na saúde foram agravados pelo descaso inicial da empresa com a proteção dos/as profissionais:

> além de não autorizar a gente a gravar passagens de máscara, por algum tempo, também não nos davam os EPIs [Equipamentos de Proteção Individual] necessários. Então todo o mundo [tinha que] se virar para comprar álcool em gel quando no mercado estava em falta. [...] eu me lembro que eu cheguei a trabalhar tossindo várias vezes... demoraram muito para estabelecer *home office* para repórteres [...]. Minha cinegrafista pegou covid e aí eu fiquei de *home office*, porque a minha cinegrafista pegou covid. [...] achei que demorou demais para... para que alguma atitude tivesse sido tomada pela gestão. E eu cobrei, e vários colegas cobraram, a gente cobrava todos os dias. A gente ia para a fila da Caixa, pessoal indo receber auxílio emergencial, o povo com a máscara no queixo falando em cima de a gente... eu ficava apavorada (ANA, entrevista concedida ao autor).

Com exceção dos/as jornalistas do grupo E, todos/as referiram que as empresas, em algum momento, total ou parcialmente, instituíram o *home office*, prática positivamente avaliada na prevenção de riscos. Entretanto, à semelhança do relatado por Ana, a alteração, apontam jornalistas do grupo C, não se deu sem problemas, seja porque demorou ou porque teve abrangência insuficiente (período em que vigorou e número de profissionais-trabalhadores/as por ela contemplados/as). Quanto a outras medidas de prevenção (como disponibilização de equipamentos de proteção individual no tempo adequado e adaptações dos espaços e horários de trabalho), as avaliações mais positivas são de jornalistas no grupo D. Situações de exposição a riscos de saúde foram mais frequentemente identificadas pelos/as repórteres que continuaram a trabalhar na rua. A

título de exemplo, Benjamin informou que a empresa implementou medidas de prevenção, inclusive publicando comunicados internos sobre cuidados a ter, mas em momentos específicos, como nas eleições municipais de 2020, "a chefia disse 'vai lá e converse, grava vídeo e grava para rádio'. [...] deixou os protocolos de segurança de lado, e, enfim, a gente acaba fazendo".

Dayane foi a única que confirmou ter tido covid, período em que permaneceu cerca de um mês sem trabalhar e sem corte no salário. Seis dos/as demais – distribuídos pelos cinco grupo empresariais, mas majoritariamente ocupando cargo no terceiro nível hierárquico (a exceção é Arthur, que diz ter tido crise de ansiedade "também relacionada ao fato de estar o tempo todo ligado ao jornal") – informaram ter enfrentado outros problemas de saúde (nomeadamente, do foro mental), resultantes da conjugação entre características do trabalho e do período pandêmico (nos casos de Ana, Caio e Dora, segundo informado, também relacionados a outras vertentes, da vida pessoal e/ou do próprio historial médico). Entre eles/as, Elis informou que no início da pandemia voltou a uma rotina semelhante à que tinha quando quase/recém-formada, época em que, por duas vezes, foi hospitalizada por desidratação: "não me alimentava, não dormia, só trabalhava e estudava [...] foram seis meses assim... mal, que eu fiquei mal, por conta dessa dedicação extrema"; na pandemia não necessitou de hospitalização, mas, depois de uma semana em que constantemente procurava manter-se informada, indo "dormir mergulhada de informação sobre covid", sentiu os efeitos:

> não conseguia mais absorver informação, estava saturada. [...] foi cansativo, psicologicamente cansativo. Acho que no começo também pelo fato do #esposo# ter ficado isolado por muito tempo, então era uma preocupação muito grande com tudo. E com o trabalho, que estava lá, né, falando todo dia. Eu passei meses... toda a matéria a gente citava coronavírus (ELIS, entrevista concedida ao autor).

Ainda que o nível de atenção a eles, ou incidência/gravidade, possam ter aumentado, problemas de saúde relacionados ao trabalho não são, obviamente, fenômeno inédito, ocasionado pela pandemia. Investigações como as de Heloani (2005), Reimberg (2015) ou Bulhões (2019) já identificaram taxas relativamente altas de distúrbios físicos e psíquicos entre jornalistas no Brasil. A precariedade do vínculo empregatício, o baixo reconhecimento (além do salarial, material, o social, simbólico) e a intensidade do trabalho, cada vez mais influenciada pela utilização de novas tecnologias – nos moldes de uma racionalidade neoliberal, que incentiva (e naturaliza) a constituição de sujeitos

‘empresas de si’ (DARDOT, LAVAL, 2016) –, estão entre as (interrelacionadas[107]) causas mais frequentemente apontadas. Também a elas (e, com menor frequência, a outras, como exposição a riscos de segurança pessoal) são relacionados os problemas enfrentados pelos/as jornalistas ouvidos/as na nossa investigação. Cerca de metade – sete, mais exatamente – referiram problemas de saúde física, majoritariamente lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), mas também outros, relacionados ao sistema cardiovascular ou digestivo – caso de Adriano: “o que é que eu arrumei em televisão? Eu tive já úlcera, gastrite, entendeu... numa determinada televisão eu tive uma suspeita de aneurisma. Eu caí no banheiro com uma dor forte, fui internado no hospital com suspeita de aneurisma”. Depois, informou, passou “um bom tempo afastado” de redações, período em que trabalhou mais em Publicidade.

Entre referências à própria experiência e/ou à de colegas – a prevalência das primeiras é majoritária –, 12 dos/as 15 jornalistas fizeram menção a problemas de saúde mental. Emanuel, por exemplo, elenca diversos “estímulos ansiosos”, subjacentes ao cargo/profissão, que para isso contribuem e o levaram a procurar ajuda médica:

> você lida com pressão o tempo todo. Você é pressionado a entrar para trabalhar, eventualmente, muito cedo [...] [;] às vezes solicitam que a gente faça um turno duplo, e isso cansa muito... você entregar a reportagem no deadline necessário envolve um estímulo ansioso também. Você não consegue controlar completamente o seu rumo, o seu destino na rua, né, tem muita gente que... está por trás da equipe de reportagem para mandar na gente [...], fora os temas que a gente cobre, que eventualmente tem estímulos ansiosos, tipo... semana passada eu estava fazendo uma reportagem sobre um homicídio de duas pessoas que foram assassinadas em frente a uma estação de metrô e os corpos estavam lá, jogados. [...] eventualmente, sofrer assédios pesados na rua, sabe... já sofri assédios beeem pesados. E... o jornalista precisa saber fazer essa higiene mental, e isso... aprender a fazer isso sozinho... é complicado (EMANUEL, entrevista concedida ao autor).

A referência à aprendizagem de como lidar sozinho com os problemas alcança maior significado quando considerado que quase dois terços dos/as entrevistados/as (9) referiram a total ou quase total ausência (de qualquer modo, insuficiência) de apoios por parte das empresas. “A gente... é só levado a... trabalhar. Somos operários da notícia,

[107] Por exemplo, quando os salários são na generalidade baixos e a diferença entre oferta e procura de mão de obra é elevada, a precariedade contribui para a intensificação do trabalho, tanto daqueles/as que procuram provar o seu valor na vaga de emprego que ocupam, quanto daqueles/as que disputam a reentrada (formal) num mercado de trabalho de que nunca saem (mesmo que compondo o ‘exército de reservas’, porventura também desenvolvendo trabalho não remunerado em troca de experiência/s e/ou aumento da projeção da imagem profissional).

digamos assim", afirma Elaine, acrescentando que o cargo que ocupa – e remuneração que aufere – permite-lhe procurar ajuda profissional, possibilidade que não é comum à maioria dos/as colegas, avaliando que por isso "as empresas não podem fugir dessa responsabilidade, que é delas também, não é só da pessoa, porque afinal de contas você está ali defendendo uma marca, um nome... e uma missão, né, que é dada pela empresa". No grupo B, informa Bárbara, apenas existia a possibilidade de aceder a um plano de saúde coletivo, que por considerar demasiado caro nunca assinou – "mas de todas as desgraças lá, eu acho que essa nem era a que me incomodava mais", acrescenta.

Nesse contexto, a maioria dos/as jornalistas (11) desenvolve estratégias individuais de adaptação para lidar com as condições de, e em que, trabalham. Desses/as, 7 referem o acompanhamento médico/terapêutico e/ou a toma continuada de medicamentos, 1 (Adriano) a saída do emprego e 4 a valorização de atividades de lazer como forma de combater o mal-estar. Nas falas de Ana, Caio e Elaine identificamos ações coletivas de transformação. Os dois primeiros, mencionam a cobrança da adoção de estratégias de prevenção de riscos mais rigorosas (utilização de EPIs no decorrer do trabalho e instituição de *home office*) durante e, principalmente, começo da pandemia – ações que, no entanto, terão tido resultado limitado: Ana, afirmando que os pedidos diários de melhores condições de trabalho partiam de diversos colegas, avalia que as respostas por parte da direção foram muito demoradas, o que inclusive, por não se sentir ouvida/valorizada como profissional, contribuía para o desgaste emocional; Caio aponta que o *home office* na editoria em que trabalhava foi instituído porque o/a editor/a do caderno "lutou" por isso, sublinhando que outras pessoas "ficaram presenciais para sempre, porque eram de #outra editoria#". Reconhecendo que a necessidade de apoios se tornou mais urgente durante a pandemia, Elaine, salientando que problemas de saúde relacionados ao trabalho não são algo novo (nem cessarão com o término da crise sanitária), é a única a referir que a cobrança por melhores condições de trabalho não é, ou era, limitada àquele contexto. As ações, no entanto, também teriam resultados limitados:

> eu nem... me recuso a falar sobre isso porque isso é uma discussão que existe na empresa. Diariamente, sabe? [...] inclusive eu mesma levei ontem, em pauta, numa reunião [de chefias]... mas que... fica por ali. Não avança. A gente entende, obviamente, que o momento é difícil para as empresas de comunicação, nesse momento... mas não é só nesse momento que isso faz falta. Nunca foi diferente, sabe? [...]. E é assim... não se tem... não se tem perspectiva, não se tem promessa, não se tem... não. Simplesmente ouvem e "ok", e pronto... vamos para o próximo assunto (ELAINE, entrevista concedida ao autor).

A entrevistada relaciona ainda a necessidade de apoios para lidar com problemas de saúde ao aumento, em anos recentes, dos riscos de violência a que jornalistas constantemente são expostos (em ambiente físico e digital) no desempenhar da profissão.

7.4 Violência

A década passada foi marcada, em várias regiões do globo, pelo agravar (em termos quali-quantitativos) de violências contra jornalistas e veículos de comunicação (UNESCO, 2018). Na virada para o novo decênio, a situação, ao menos no Brasil, tem vindo a piorar: no ranking de liberdade de imprensa, anualmente publicado pela RSF, em 2021 surgia, entre os 180 países considerados, na 111ª posição, oito abaixo da registrada em 2017[108]. Em período semelhante[109], a FENAJ identificou o contínuo crescimento de agressões: em 2018, por comparação com 2017, foi de 36%; no ano seguinte, em relação ao anterior, de 54%, e em 2020 de 106%. Entre as principais causas, os citados documentos chamam atenção para as novas formas de populismo político e políticas estatais de cunho autoritário. Assim, ainda que não inteiramente novo, tais aspectos apontam para características particulares do fenômeno na atualidade (que variam também em diferentes contextos sociopolíticos, econômicos, culturais etc.).

A cobertura midiática de zonas e situações de conflito armado ou de acontecimentos que envolvem alto risco para a segurança pessoal (como protestos e manifestações populares, principalmente onde se verifica acirrada polarização sociopolítica), a investigação e o noticiar de temas em que estão envolvidos personagens e interesses perigosos, a própria lógica adversarial (entre públicos e fontes) em que muitas vezes são baseadas as produções, e a elevada exposição pública (principalmente em meios audiovisuais) são apenas alguns dos elementos que sempre contribuíram para a elevada exposição de jornalistas a riscos de violência. Entretanto, autores/as como Nilsson e Örnebring (2016) e Christofoletti e Torres (2018) salientam desdobramentos de dois fenômenos que, em anos recentes, têm contribuído para o complexificar do fenômeno: os violentos discursos (e outras práticas) antijornalista/antimídia e as alterações (no trabalho jornalístico e na sociabilidade, não limitada a esse campo) ocasionadas pela utilização de

[108] Informação disponível em <https://bit.ly/3FbygAh>, acesso em 5 de jan. de 2022.
[109] São consideradas as variações entre 2017 e 2020, ano de referência do último relatório publicado aquando do término da presente investigação. Os relatórios estão disponíveis em https://bit.ly/3JDQ0rc, acesso em 5 jan de 2022.

novas ferramentas digitais [110] . O primeiro é especialmente preocupante ao ser caracterizado pelo ataque à própria instituição (historicamente relacionada à qualidade dos regimes democráticos), sendo a violência dirigida, também, contra o próprio *status* profissional (portanto, legitimidade do papel social) daqueles/as que a compõem. O segundo tem diversos desdobramentos, entre eles o aumento de (difusas) agressões por meio de redes sociais digitais – espaços em que é mais difícil de identificar e responsabilizar agressores/as (tanto pelo anonimato que possibilita, quanto pelos espaços geográficos, com diferentes legislações referentes ao tema, em que podem estar alojados os servidores de internet) – e os ataques à privacidade e segurança eletrônica (de informações pessoais e relacionadas ao trabalho). Como exposto por Christofoletti e Torres (2018),

> nem todo repórter atua em zona de conflito ou arrisca a vida, mas não há jornalista que não utilize computadores, *smartphones*, internet ou sistemas de informação em seu cotidiano. Nem todo repórter é perseguido politicamente, mas todo jornalista está potencialmente exposto a ser monitorado, espionado ou *hackeado*, seja dentro ou fora das redações.

Os identificados elementos (que não compõem uma lista exaustiva, apontando antes para tendências globais), importa salientar, não afetam, em intensidade e frequência – consideradas também tipos de violências, físicas e simbólicas –, de igual forma os sujeitos: estudos como os de North (2016), Louback (2018) e Chen et al. (2020) já identificaram especificidades, no passado e presente (em ambientes digitais ou não, nas redações ou fora delas), quando considerados marcadores como gênero e/ou raça.

Face às múltiplas dimensões que compõem o tema, e devido aos limites do nosso estudo, adotamos estratégia semelhante à utilizada aquando dos questionários, não colocando questões muito específicas: apenas perguntamos aos/às entrevistados/as se, em contexto de trabalho, ou relacionado a ele, já sofreram a) assédio moral na empresa ou b) algum tipo de violência por parte de atores a ela externos[111]. Se, por um lado, a estratégia não permite um elevado nível de detalhamento sobre o objeto, por outro, face ao menor direcionamento do entrevistador sobre quais os elementos a considerar, contribui, em

[110] Aspectos muitas vezes interrelacionados, como demonstram Ramos e Saad (2020) ao analisar os ataques digitais (por meio de *bots* e perfis falsos) de ativistas e partidos políticos contra jornalistas nas eleições presidenciais brasileiras de 2018.

[111] Consideramos assédio moral "qualquer manifestação de conduta abusiva e, especialmente, comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2002, p.17).

nosso entender, para a identificação dos mais relevantes para entrevistados/as (e/ou que se sentiram mais confortáveis para abordar). Salientamos ainda que, levando em conta os objetivos da investigação, bem como a dificuldade de classificar (principalmente quando não presenciadas as situações) o que pode ser considerado 'violência' (simbólica, mas também física), no presente grupo temático apenas foram incluídas as falas com explícitas referências a ela (levando em conta expressões como 'assédio moral', 'xingamento' ou 'agressão')

As opções tomadas condicionam, naturalmente, os resultados. Exemplificamos: ainda que todos os/as jornalistas dos grupos B e C tenham identificado como recorrente o atraso salarial nas empresas em que trabalhavam, apenas Bruno classificou isso de "assédio moral" (e, assim, foi a única fala respeitante àquele tema incluída no código 'assédio moral – sim'). Autores/as como Merchant (2018) já classificaram de violência a precariedade no Jornalismo (no caso, referente à insegurança empregatícia e fragilidade econômica), elemento que, inclusive com impactos na saúde, contribui para a maior propensão de trabalhadores/as tolerarem agressões em ambiente organizacional e cederem a pressões de atores externos que tentam influenciar as produções. Entretanto, apesar do até agora exposto, a classificação explícita desse tipo de violência é praticamente nula[112], apenas identificada na referida entrevista. O jornalista voltou a utilizar o rótulo ("assédio") quando afirmou que na empresa, "se fosse da chefia e descesse para um caso [de protesto] do sindicato, você estava demitido". Bárbara relata situação semelhante (ocorrida na mesma empresa, noutro período), mas, não a classificando de assédio (ainda que tal fique subentendido), não a incluímos no código:

> o sindicato coloc[ou] carro de som do lado de fora, conclamando a gente a entrar em greve. Houve uma organização, a gente tentando entrar em greve [...], e as pessoas todas com medo... as pessoas querendo se reunir para fazer algum tipo de mobilização, para pedir... para pedir o mínimo, que era pagar o salário da gente, que estava atrasado dois ou três meses. Eu lembro que marcaram para fazer uma mobilização, e a mobilização era simplesmente parar o trabalho num determinado horário, descer e ficar na frente #do prédio# em silêncio. E aí a chefia mandou avisar que quem descesse estava demitido. [...] eu ia viver de quê? Eu já não tinha gordura nenhuma para queimar, eu já não tinha dinheiro guardado de nada. Como é que eu ia fazer? Eu não tenho nenhum orgulho de dizer que eu não desci, mas eu ia fazer o quê? E as pessoas todas não foram (BÁRBARA, entrevista concedida ao entrevistado).

[112] Esta consideração é mais importante para compreender os resultados (principalmente quantitativos) por nós identificados sobre violência do que para determinar se os/as jornalistas compreendem como (e quão) violentas (são) as situações e efeitos da precariedade laboral.

Dois terços dos/as jornalistas referiram já ter vivido ou presenciado situações de assédio moral em redações que trabalharam. Desses, 2 apenas fizeram referência a violências por si sofridas, 1 a violências presenciadas e 7 a violências por si sofridas, informando que outros/as colegas passavam, ou passaram, por situações semelhantes. Apenas 2 descreverem situações pontuais e não repetidas. Assim, julgamos que, no conjunto, as entrevistas apontam para um fenômeno que é transversal, frequente e prolongado no tempo.

O assédio, quanto às suas causas, pode ser pode ser diferenciado em dois níveis: por um lado, o organizacional, quando jornalistas assim o classificam em função da excessiva/violenta cobrança de produtividade (relacionado, portanto, à organização do trabalho, sobre a qual entrevistados/as têm pouco controle) – exemplo da fala de Davi (noutros veículos privados, não no grupo D), abaixo citada –, e o individual, quando destacadas as características pessoais de agressores/as – exemplo de Emanuel (sobre empresa não incluída no estudo; o jornalista declarou ter sofrido assédio em mais de uma empresa em que trabalhou). Existem também casos em que, sendo a organização do trabalho apontada como consequência de ações individualizadas – relato de Ana (sobre experiência no grupo A) –, a diferenciação não é tão clara:

> a cobrança que vinha, desproporcional... em muitos casos assédio. Dificuldade operacional mesmo, de a gente fazer determinadas coisas... que tanto chefe queria, como direção queria, e a gente na rua sabia que não tinha condições de executar determinada coisa... por um problema técnico de uma câmera, uma dificuldade de locomoção, porque os carros eram sucateados (DAVI, entrevista concedida ao autor).
>
> nessa empresa eu também sofri assédio moral, sabe. Um outro chefe que, reconhecidamente aqui no estado, muitas pessoas relatam a mesma coisa, sabe, assédio moral de... gritar na redação, bater em mesa, fazer pressão psicológica... uma pessoa muito, muito problemática (EMANUEL, entrevista concedida ao autor).
>
> às vezes o chefe de reportagem era extremamente grosso, extremamente estúpido, no imediatismo. [...] era tradicional, era uma coisa, assim, corriqueira. Ele gritava comigo, gritava com o cinegrafista, se tivesse qualquer problema no percurso "porque não gerou?! Está demorando!", sabe? Isso no dia em que nada de absurdo tinha acontecido. Os dias em que eu fiquei mais enfurecida foram os dias em que ele me mandava para uma pauta ao vivo sem pauta. Isso aconteceu por algumas vezes e eu reportei para a editora-executiva na época, ela chegou a falar com ele (ANA, entrevista concedida ao autor).

No conjunto das entrevistas, são mais frequentes as avaliações que apontam para influências de nível individual e individual-organizacional (ao nível da redação). Dentre aqueles/as que relataram situações de assédio, apenas 3 indivíduos referiram que alguma das empresas em que trabalharam facultava apoio para fazer frente às situações: Bárbara,

em relação ao grupo A (salientando que no B "ninguém tinha muito a quem reportar não. É aguenta ou vaza. E a gente acabava vazando"); Davi, no grupo D; e Dayane, afirmando que, na sua experiência, em todas as empresas por que passou "esse tipo de conduta, de assédio moral, sempre foi punido. Até com demissão". Antes, informou já ter sofrido assédio em diversos contextos, "tanto no trabalho, quanto na rua, quanto com fonte... isso aí eu acho que é inerente à profissão do jornalista... não vou citar casos específicos aqui porque não foi um só nem dois, foram vários" (DAYANE, entrevista concedida ao autor). 4 jornalistas informaram que procuraram alterar as situações relatadas, cobrando (informalmente) de agressores, e/ou junto de outros indivíduos em cargos superiores, a mudança de comportamentos. Entre eles/as está Ana: "eu sempre falei. Eu sempre fui lá e falei para a pessoa [...], sempre reportei, mas infelizmente continuava acontecendo". Esse terá sido, como já mencionado, um dos aspectos que a levaram a abandonar a profissão. De resto, dos/as 4 jornalistas apontados, apenas Dayane afirmou que mudanças ocorreram após denúncia. Para além de Ana, 4 jornalistas abandonaram o emprego (não a profissão) devido, pelo menos em parte, a esse tipo de violência – 3 deles/as, por considerarem que tal não traria alterações, fizeram-no sem nunca a ter denunciado. Os motivos de Camila e Emanuel coincidem: receio de não serem acreditados/as e, a isso relacionado, de ficarem em situação ainda mais vulnerável. Relacionam ainda a decisão ao momento da carreira – o seu início, estagiária e recém-formado –, quando eram mais jovens e não sabiam como/ não teriam tanta força para se posicionar.

Quanto à violência por parte de atores externos à empresa, apenas Clara declarou nunca ter sofrido ou presenciado qualquer caso. Salientamos, no entanto, que por lapso não colocámos a mesma questão a 3 jornalistas. Dos/as 11 que confirmaram atos de violência, 1, Benjamin, fê-lo exclusivamente em relação à vivência de colegas de redação – "foram agredidos por estarem fazendo matéria referente à pandemia, matérias referentes a aglomeração. Enfim, as pessoas se irritarem, tentarem agredir... chegaram inclusive a quebrar o equipamento de um fotógrafo" –, outro, Bruno, à sua própria experiência – "já fui agredido fazendo matéria na rua... levei 3 socos nas costas", acrescentando que noutra ocasião foi perseguido até à redação por um apoiador de Jair Bolsonaro: "queria me pegar na porta do elevador" –, e 9 a violências por si sofridas, compartilhadas por outros/as colegas. 6, incluídos os já mencionados de jornalistas no grupo B, relatam casos de violências físicas graves. Também Dora conta que "teve uma situação com o pessoal de esportes, por exemplo, onde um jogador não gostou da pergunta e deu um tapa na cara do repórter". As ocorrências por nós não incluídas naquela categoria não têm,

necessariamente, menor grau de gravidade ou efeitos menos nocivos. Elaine, que não mencionou ter sofrido violência física, informou já ter passado por crises de ansiedade devido a violências contra si em rede social digital; noutro momento, reconhece que já pensou em desistir da profissão devido à exposição:

> num momento como esse, é muito difícil, porque vai além da sua exposição profissional... vai da exposição da família, né... de haver um risco... por exemplo, eu tenho medo das pessoas saberem onde eu moro, sabe, e ter algum problema com a segurança da minha família (ELAINE, entrevista concedida ao autor).

O ‘momento’ a que a jornalista faz referência é vivido, com maior intensidade, desde as eleições de 2018. Considerados os elementos mais frequentemente relacionados à violência, é esse, de nível macrossocial – a polarização sociopolítica, com a participação de atores estatais no incentivo à violência contra jornalistas e veículos de comunicação –, que mais vezes surge. Outras situações, relacionadas a atores e eventos específicos (por exemplo, violência por parte da população durante o Carnaval ou por parte de sujeitos envolvidos em notícias sobre criminalidade) também surgem, mas, talvez devido à relevância social que os primeiros têm adquirido nos últimos anos, são minoritários.

Arthur, como Dora, Elaine e Emanuel, apontam que as violências, mesmo antes de 2018 – o aumento é identificado a partir de 2013/2014 –, não partem apenas, ainda que os mencionem mais vezes, de apoiadores de Jair Bolsonaro: “na época do impeachment... a gente ia cobrir também alguns movimentos de esquerda e tal, e era muito... achincalhado, xingado” (ARTHUR, entrevista concedida ao autor). Parte significativa refere o aumento da violência durante o período pandêmico – alimentada por *fake news* e discursos populistas, além de influenciado pela difícil situação econômica da população –, principalmente quando em Pernambuco aumentaram as restrições à circulação:

> aconteceu recentemente com uma colega. Ela estava num vivo, num protesto... pessoal contrário ao fechamento de praia, fechamento de comércio... e aí eles estavam nesse tom, sabe... "ah, o governo não é para fazer isso, o governo quer ver a gente pobre", não sei quê... e aí, ela foi tentar argumentar... no vivo, isso... "mas olha, vocês entendem que esse momento precisa de uma restrição, de um isolamento? Eu entendo a situação de vocês, mas olha, vocês não estão preocupados com faltar leito?", e aí virou uma discussão política, na hora do vivo. E aí ela foi muito criticada nas redes sociais. Ela mandou para o grupo porque ficou com receio. Foi compartilhar com a gente, até com a chefias, para dizer "o que é que eu faço?". Porque o pessoal ficou lá dizendo "você é uma péssima repórter, você está sendo tendenciosa” (ELIS, entrevista concedida ao autor).

O relato aponta, em nosso entender, para um aspecto que, a ele retornando na próxima secção, julgamos importante desde já sublinhar: entre outros efeitos, as

violências, quando contra a própria instituição e *status* de (jornalistas e jornalismo) profissionais, contribuem para os/as (ou, pelo menos, nos) também colocar frente a frente com (a legitimidade d)os valores por que se guiam, portanto, (d)as produções que são colocadas em circulação, não raras vezes também elas violentas (ainda que de um tipo diferente). Também por essa perspectiva,

> a prática jornalística está sujeita à violência porque o mundo da mídia não apenas a revela (às vezes excessivamente), mas também a produz. A invisibilidade de certas temáticas, de certas pessoas, a escolha de palavras e expressões para qualificar fatos ou realidades, o hibridismo das formas de jornalismo e os status jornalísticos contribuem para uma produção da violência por parte da mídia. Ela seleciona, exclui e às vezes maltrata. Para se pensar as violências públicas contra a mídia e o/as jornalistas, é preciso apreender a relação dialética entre vítima e carrasco (LE CAM, PEREIRA E RUELLAN, 2021, p.12).

Nesse sentido, julgamos pertinente apontar a relativa normalização de atos de violência na narração de Bárbara: "quando a gente ia fazer matéria para Polícia, as famílias não gostavam quando a gente chegava, porque tirava[-mos] as fotos que expunha o ser da família, que não era nem um pouco respeitoso. Aí a gente já levou uns berros, umas carreiras, mas nada de grave". Noutro momento, a entrevistada relaciona a quebra de credibilidade e aumento de violência contra jornalistas à atuação da própria "classe":

> é triste, porque teve uma parte dessa classe que pagou pau para Bolsonaro, pagou pau pra essa galera toda. Ficou contra Lula... armou uma série de... de campanhas para tentar mobilizar as pessoas contra Lula, contra Dilma, contra... contra tudo. [...] aí o povo está sentindo na pele, o resultado da cagada que foi feita, né? A gente vê, por exemplo, quando vão fazer entrevista lá no Palácio do Planalto, atualmente (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor).

Também Emanuel, ao comentar o aumento de violência, considera existir "uma parcela de culpa da grande imprensa nesse... nesse processo estranho que o Brasil está vivendo desde 2013". Como veremos no próximo capítulo, o número e intensidade de críticas aumentam quando explicitamente levantamos questões relacionadas à regulação da mídia e qualidade do jornalismo no Brasil.

Quanto aos modos de lidar com as violências, algumas, mas poucas, jornalistas (2) referem tentativas de, pontual e individualmente (quando são alvo direto de violências verbais), consciencializar a população do papel social de jornalistas – disso é exemplo Dora, também referindo que na empresa em que trabalha sempre foram noticiados os casos de violência. Assim, a entrevistada é uma das únicas a mencionar ações coletivas de transformação (ou assim consideradas por nós). Junto a ela apenas está Elis,

informando que um caso em específico também foi noticiado pelo veículo. Segundo Elaine, no entanto, essa não é a norma,

> e tem uma explicação para isso: a gente percebe que quando a gente faz reportagem sobre esse assunto, nesse atual momento em que a gente vive no país, isso atrapalha mais do que ajuda. Porque incentiva, e reforça, a raiva que as pessoas têm tido da imprensa. [...] além disso, tem também o fato dos colegas que sofrem esse tipo de violência não quererem essa exposição, porque têm medo.

Considerado o conjunto de entrevistas, a adoção de medidas de prevenção (ações coletivas de adaptação) é a estratégia mais vezes identificada. A título de exemplo, Arthur refere que em momentos de maior tensão repórteres fazem a cobertura sem identificação da empresa e podem ser acompanhados/as de seguranças à paisana, Dayane menciona a utilização de ferramentas tecnológicas e outros recursos para produções à distância e Elaine afirma que determinadas matérias apenas são realizadas se nos locais estiverem asseguradas medidas mínimas de segurança (por exemplo, a presença da Polícia Militar). Entretanto, um terço dos/as jornalistas – todos/as com cargo no terceiro nível hierárquico – consideram que as empresas poderiam, ou deveriam, prestar mais apoio, seja jurídico, facultando ações de formação ou disponibilizando mais recursos materiais.

7.5 Autonomia laboral-profissional

Tema central na nossa investigação, 'autonomia' é, além disso, ponto nodal que – considerada por meio da crítica à concepção hegemônica de profissionalismo – conecta as duas grandes temáticas em análise[113]: condições de trabalho – autonomia laboral-profissional[114] – e regulação da mídia (e da profissão) – autonomia do (/no) campo. Na presente subsecção, analisamos as respostas dos/as entrevistados/as quando questionados/as sobre a existência de limites à autonomia profissional no desenvolver do trabalho. Considerando que limites (com origens, propósitos e consequências diversas)

[113] Por esse motivo, no capítulo anterior foi criada subsecção específica para a categoria 'autonomia', ainda que ali, devido às perguntas que foram colocadas com o questionário, tenha sido nomeada de 'profissional' em vez de 'laboral-profissional'.

[114] 'Laboral-profissional' porque a autonomia dos/as profissionais-trabalhadores/as é materializada na intersecção das duas dimensões. Apresentamos breve exemplo: quando no campo são identificados elevados índices de insegurança empregatícia, é também a capacidade para resistir a pressões (internas e externas) que fica diminuída; esse aspecto, entretanto, está também relacionado à própria divisão social do trabalho, que, influenciada pela concepção hegemônica de profissionalismo, de um lado coloca proprietários e sócios dirigentes (responsáveis, em última instância, pelas decisões editoriais e administrativas dos veículos/empresas), e, de outro, jornalistas (além de não 'contaminados/as' pela participação nos negócios da empresa, assim estariam 'mais livres' para exclusivamente se dedicarem à – incessante – produção de informação, 'imparcial' e de 'interesse público').

sempre existem, perguntamos, mais especificamente, se percebem direcionamentos que impedem ou incentivam, com base noutros critérios que não os profissionais (éticos, principalmente), as produções. A diferença, portanto, está relacionada à avaliação sobre a legitimidade dos limites, mais ou menos expressos, que influenciam a atuação[115].

Desde logo, gostaríamos de sublinhar que as interferências por referência à ética profissional é apenas uma das dimensões relacionadas à autonomia, influenciada, em diferentes níveis, por outros elementos, alguns dos quais já abordamos. Apenas para o exemplificar, fazemos, com base nas entrevistas, referência a alguns: Arthur mencionou que, à época, a cobertura sobre outras realidades e regiões, "sair um pouco do centro", estava mais limitada devido às dificuldades financeiras da empresa, reconhecendo também, noutro momento, o excesso de preocupações com audiências que então recaiam sobre repórteres, "tolhe[ndo] um pouco o processo criativo, o processo de... de elaboração de pauta"; Emanuel, como já citado noutra ocasião, referiu a perda de controle sobre o próprio trabalho devido ao aumento das produções 'ao vivo'; Elis lamenta que, devido às rotinas de produção (ritmo elevado e metas de produção), repórteres não participem em reuniões de pauta, considerando-o, no entanto, justificado – "para agilizar o trabalho da equipe na rua, a gente não participa [...] dentro da logística de TV, funciona melhor se o repórter usar as 6 horas para produzir, na rua. E deixa a cabeça pensante para a produção"; por outra perspectiva, mas ainda relacionado à organização do trabalho, também já foi apontada, na entrevista com Ana, a perda de controle (e qualidade) do trabalho devido à elevada carga de trabalho/ enxugamento na redação; a violência é outro fator a considerar, tenha ela a sua origem em ambiente externo, ou, como aponta a fala de Davi (em relação a outros veículos que não do grupo D), interno:

> de repente a gente tentava argumentar alguma coisa... a respeito de alguma matéria, ou da dificuldade de alguém de conseguir alguma coisa, e aí a pessoa dizia assim: "está conseguindo não? Eu vou chamar fulaninho que eu sei que ele vai conseguir. A gente sabe que é a partir desse tipo de comportamento que as pessoas conseguem alguma coisa, né... assim, promoção, uma melhora de salário... mas tudo bem, se você não consegue não tem problema não". Aí você diz assim, "pô, vou perder o meu emprego" (DAVI, entrevista concedida ao autor).

[115] Em termos gerais, partimos da consideração que a legitimidade dos limites varia, para além das justificações, em função da sua origem: mais elevada quando definidos no âmbito do próprio campo (por exemplo, códigos de ética da profissão e políticas editoriais dos veículos/empresas – distintos nos propósitos e construções, mas, em todo o caso, normalizada a sua existência), menor, ou mais problemática, quando resultam de (ou são definidos em relação a) outros campos, principalmente o político e econômico.

Posto isto, para as análises em relação à dimensão que daqui em diante será considerada, levamos em conta seis códigos: ‘impedimentos’ (nele incluídos trechos em que compreendemos interferências com pouca, ou nenhuma, legitimidade, impedindo/ dificultando a produção, e/ou publicação, de informações jornalísticas), que engloba dois outros, mais específicos: impedimentos ‘explícitos’ (quando são expressamente comunicados aos/às jornalistas) e ‘nas entrelinhas’; ‘imposição de pautas’ (segue a mesma lógica de ‘impedimentos’, sendo que aqui a ação não é de impedir ou dificultar, mas impor ou incentivar a publicação de determinadas informações); ‘não impedimentos’; e ‘limites, não impedimentos’ (quando entrevistados/as reconhecem a existência de limites, mas, segundo conseguimos perceber, não são avaliados de forma tão negativa – ilegítima – quanto no primeiro código).

Novamente, relembramos que a codificação foi realizada levando em conta as reflexões dos indivíduos sobre o tema (e nossas interpretações sobre elas), ponto fundamental para compreender os resultados. Para o exemplificar, detemo-nos brevemente na entrevista com Arthur: o jornalista declarou que no grupo A já se sentiu “contrariado”, mas nunca coagido a realizar ou delegar trabalho que fosse contra os seus princípios éticos pessoais ou profissionais (assim incluído no código ‘não impedimentos’). Conscientes da problemática cobertura jornalística do movimento Ocupe Estelita[116] – em Recife, caso emblemático das disputas e relações de poder em que o Jornalismo está envolvido –, e levando em consideração o cargo (no primeiro nível hierárquico) ocupado pelo entrevistado, foi solicitado que descrevesse e avaliasse o tratamento do caso no veículo em que trabalhava. As falas, em nosso entender, ilustram bem a contradição estrutural que jornalistas enfrentam[117]: reconhecendo que se tratava de “algo grande, importante para a cidade”, que foi coberto “muito mal”, “um erro grave, jornalisticamente falando”, tanto devido à demora como ao modo como, quando o tema entrou nas publicações, foi feito – “a partir só das decisões burocráticas. Liminar para cá, liminar para lá... com as fontes oficiais e pouca exploração do pensamento das pessoas”

[116] Para uma contextualização do Ocupe Estelita – movimento com início em 2012, “seguindo lógica semelhante à de movimentos internacionais como o Occupy Wall Street, M-15 e Tahrir Square em que se confrontam os interesses do grande capital com o desejo por qualidade de vida e melhorias sociais” (FIGUEIREDO, 2015) – e análise detalhada da cobertura, ao longo dos anos, por parte dos três principais jornais pernambucanos, sugerimos o trabalho de Cavalcanti (2019).

[117] Já abordada noutro momento da tese, referimo-nos à posição que os/as profissionais-trabalhadores/as, geralmente, ocupam no próprio campo: por um lado, constituintes de um grupo profissional com tradições éticas e deontológicas especificas e, por outro, definidos/as como trabalhadores assalariados/as na estrutura organizacional de grupos empresarias – sendo que, “quando surgem conflitos entre a cultura de empresa e a deontologia profissional, é a primeira que tende a impor-se” (CORNU, 1999, p.259).

–, avalia que “a empresa, em certo momento, não entendeu a dimensão do que significava aquele movimento”, deixando claro que “eram decisões [editoriais] da direção da empresa”. No entanto, sublinha também que era “uma conversa sempre muito aberta. Não era que a pauta chegava e derrubava na página”, acrescentando – após indicar que o seu conhecimento sobre como se desenvolviam as conversas era limitado por (apesar do cargo ocupado, salientamos) não ter estado diretamente envolvido na cobertura – que presenciou “muitas pessoas indo argumentar com a direção do jornal. Muitas. E sempre com abertura... estou te falando. A decisão depois, se agrada ou não, né, se concorda ou não, é a decisão. Mas sempre com conversa”. Aqui surge, com clareza, a diferença de forças hierárquicas que atravessam o espaço de trabalho, influenciando-o. Também perguntamos a Arthur o porquê de, em seu entender, o grave erro jornalístico, como avaliou, ter, apesar da referida abertura, prevalecido: “provavelmente”, afirmou rindo, porque as construtoras envolvidas no projeto urbanístico “são grandes anunciantes, tem todo esse pano de fundo aí”. Ponto importante na discussão: em nenhum momento o jornalista afirmou, explicitamente, a existência de impedimentos (incluído, assim, no código ‘limites, não impedimentos), afirmando, noutro momento, que o argumento central para a não cobertura – e depois oficiosa – era a suposta legalidade do processo (que, durante anos, motivou disputas intensas na cidade, inclusive noticiadas por veículos internacionais, em alguns casos, antes de locais). Por fim, citamos trecho que, após longa conversa, julgamos resumir bem a (contraditória) posição do jornalista quanto ao tema:

> do ponto de vista de pauta, em tese, não há uma barreira de decisão jornalística de cobertura. Outro ponto é: a empresa tem... conceitos [...], eu faço parte de uma empresa que defende a livre iniciativa [...]. Então, a gente tem um entendimento de que é uma empresa... que parte do grupo é capitalista, que é de empresário e tal. Então, sim, há uma barreira nesse aspecto... não existe uma barreira, mas existe uma predileção por certas pautas. São preceitos que a empresa defende, que o jornal defende. Embora na raiz não tenha nenhum problema com pauta nenhuma (ARTHUR, entrevista concedida ao autor).

Bárbara trabalhava no mesmo grupo quando o Estelita ganhou maior repercussão midiática. Semelhante a Arthur, refere que o acontecimento, depois de durante um longo período ter sido “empurrado com a barriga”, entrou na pauta, mas não “do jeito que eu gostaria de cobrir”. Certo dia, relata, quando a ela estava atribuída a cobertura,

> o prefeito resolve mandar, de repente, para a Câmara Municipal um projeto de lei, que tinha que aprovar... e eles aprovaram goela abaixo. [...] aí, eu fiz uma matéria relatando isso tudo, né, uma matéria que saiu de página inteira... relatando a confusão nas galerias, as falas cortadas que os vereadores tiveram, a confusão detalhada como aconteceu. Passei para o meu chefe, para o editor, achando que ele ia... tesourar

> tudo. Mas ele também estava indignado. Ele botou a matéria inteira! Aí quando eu vi aquilo lá, uma página toda, assim... eu digo, "meu Deus, eu vou ser demitida amanhã". Eu não estava falando mal, mas eu achei que de alguma maneira eu poderia estar ferindo os interesses do jornal (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor).

A matéria, contou, foi publicada quando o principal dirigente da empresa se encontrava noutro país e, além disso, apenas em veículo impresso – "o meu chefe 'esqueceu' de postar no online, que era o que ele [dirigente] acompanhava". Assim, as descrições de Bárbara também apontam para as relações de solidariedade e compromisso ético que também existem nas redações, que contribuem para um papel ativo dos sujeitos, nunca apenas, ou inteiramente, subjugados a forças hierárquicas superiores (que vão, ao menos, do nível organizacional ao macrossocial) ou ordens de sentido socialmente naturalizadas, imutáveis – tratamos, enfim, da apontar a possibilidade de conceber os/as jornalistas enquanto atores que também agem (acionando e rearticulando, entre outros, os ambíguos valores profissionais) "de forma consciente, voluntária e deliberadamente contra-hegemônica quando articula[m] a periferia como iniciativa externa à estrutura de poder" (ROCHA, 2021, p.3). Entretanto, retornando à entrevista com Bárbara, importa frisar que a jornalista informou, apesar do manifesto receio de perder o emprego, nunca, no grupo A, explicitamente lhe terem sido comunicados impedimentos editoriais, acrescentando de seguida que "tem coisas que a gente com um mínimo de bom senso sabe que não pode" (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor).

De fato, o expectável em sociedades democráticas é que os limites, considerada a existência do tabu ético (BREED, 2016), sejam constituídos por outros caminhos que não a proibição ou imposição explicita com base noutros valores que não os profissionais. Por esse motivo, consideramos elevada a quantidade de jornalistas que informaram o contrário: mais de um terço – 6 – mencionaram impedimentos explícitos. Consideradas as duas modalidades, ('nas entrelinhas' a quantidade é menor, 4), bem como as falas em que não conseguimos optar por uma das categorias, cerca de dois terços – 11 – apontaram a existência de impedimentos. 5 jornalistas referiram a existência de imposição (2 dos/as quais, explícita) de pautas; 5, limites, não impedimentos; e 9, não impedimentos. Naturalmente, as avaliações variam em função das situações (locais de trabalho, temas abordados etc.), e, assim, quase todos os sujeitos têm presença em mais de uma categoria. Entretanto, importa sublinhar que apenas 3 jornalistas não entraram nas categorias 'impedimentos' e/ou 'imposição de pautas': Arthur, Dayane e Adriano. O primeiro e a segunda ocupam cargo no primeiro nível hierárquico, o que pode ter contribuído para

relatos menos negativos sobre interferências na autonomia. Adriano, cargo no segundo nível, declarou que "não engolia sapos" há muito anos, mas, noutro momento (quando abordávamos a temática 'regulação') sublinhou, para enfatizar a falta de autonomia entre a categoria, que "são poucos os jornalistas hoje no Brasil que conseguem seguir [o código de ética], porque as empresas sequer deixam. É imoral. É imoral. O repórter vai para a rua, apura uma coisa, escreve uma coisa, quando vai ver no jornal tem outra". Nem Arthur nem Dayane teceram, ao longo das entrevistas, avaliações de teor semelhante.

Os casos mais graves foram relatados por jornalistas no grupo B. Ali, assegura Bárbara por comparação ao grupo A, "isso [limites] foi mais explícito". Mesmo quando trabalhou na editoria de Cultura, havia "temas que a gente era proibido de abordar", frisando que os impedimentos não eram, maioria das vezes, por influência do "dono do jornal [...], vinha de mais baixo". Benjamin conta, entre risos, que há autonomia "até à segunda página. [...] há certos assuntos realmente que a gente sabe que não dá para... nem para tocar". A incidência de "cortes" e impedimentos é relativamente baixa, sendo mais comum a imposição de pautas, principalmente das que servem à construção de imagens positivas de atores estatais (estaduais/municipais), importante fonte de verba publicitária:

> as negativas, não é que eles impedem e cerceiam 100%. A gente até dá. [...] mas no dia seguinte a gente faz uma outra matéria, totalmente positiva, para meio que tentar apagar a crítica que a gente fez ontem. Então é muito um jogo de... [*risos*] um jogo muito, que chega a ser... é absurdo, é absurdo (BENJAMIN, entrevista concedida ao autor).

Por onde passou enquanto profissional (três empresas, grupo A incluído), apenas em um veículo impresso (que, já não circulando em Recife, não compõe o nosso estudo) não encontrou impedimentos – nesse sentido, ali viveu "os quatro anos mais felizes" da sua vida, conseguindo "realmente cumprir o papel do Jornalismo. De denunciar, de cobrar, de criticar quando necessário". No grupo B, quando entrevistado, a situação era muito diferente: "não existe mais... esse cuidado de 'querer fazer de conta'. Todo mundo sabe como funciona. Independente da editoria, independente do cargo que você exerce. É aberto, é descarado". O relato de Bruno sobre o mesmo grupo caminha em sentido semelhante. Afirmando que os impedimentos atingem todas as editorias, reconheceu ainda, explicitamente (caso raro), a existência de autocensura para o evitar de sanções:

> era uma questão diária. Sempre tem uma pessoa na redação que é indicada para fazer essas consultas lá pela diretoria. Normalmente um editor executivo, um chefe de redação. Quando você percebe "isso aí tem um cheirinho de que pode complicar", a gente "pode dar isso?", aí logo essa pessoa que tem um contato direto responde, se pode ou não pode para você mexer no assunto. Isso é bem claro, bem explícito

> mesmo, é para dizer às vezes na redação inteira. E muitas vezes você vê os seus colegas dos outros veículos publicando, e você sem poder. [...] Já foi até mais no muro. Mas [hoje] não... "ó, é para você não falar disso", e é para você dizer ao outro mesmo. E você fica logo querendo dizer mesmo, para se livrar de qualquer eventual responsabilidade... "ah, fulano colocou"; "mas você não disse a ele não?"... você já sai logo dizendo "olha, não pode falar disso não". Todo o mundo na redação sabe o que pode e o que não pode. No fim de semana, se você vai trabalhar, a equipe é muito reduzida, tem várias situações em que você está só... às vezes você ainda recebe uma mensagem de reforço... "se tiver não-sei-o-quê, não fale" (BRUNO, entrevista concedida ao autor).

Também abordando a relação com agentes estatais, menciona que por vezes "pegam coisas muito específicas para bater, porque sabe que o governo ou que a prefeitura tem como responder. Mas... não é uma constante. É você pisar em ovos o tempo todo. Ou seja, o Jornalismo #do grupo B# vem se tornando cada vez mais... Relações Públicas". Caio, ainda estagiário, também se mostra bastante crítico ao Jornalismo praticado no grupo C, referindo-se, no entanto, a uma editoria especifica – aquela em que normalmente são noticiados acontecimentos que envolvem o governo estadual e/ou municipal: "a gente" – referência aos/às jornalistas de outras editorias – "odiava o caderno porque sabia que ele era mal comandado, sabia que ele não era combativo, sabia que ele era anti-jornalístico. [...] As pessoas... de fato, não deveriam mais ter o interesse de ler". No mesmo grupo, Clara considera que houve uma grande diferença a partir do momento em que a governação estadual mudou de legenda política: "aquilo que eu fazia tão facilmente no governo do PT, eu não podia fazer tão facilmente no governo do PSB. Era mais ou menos assim: você tinha que fazer matérias propositivas. Você não podia pegar pesado". Isso, aponta, não era afirmado explicitamente, mas era bastante perceptível. Quando passou a ocupar cargo no segundo nível hierárquico tornou-se ainda mais claro, tanto a imposição de pautas quanto os impedimentos – de resto, o segundo caso foi mais vezes referido e detalhado, inclusive em relação ao caso Ocupe Estelita: "a gente era orientado a não ouvir esse pessoal [...]. A gente até ouvia, ia lá, fazia matéria, mas eles não tinham espaço no jornal". Noutro momento, em relação a reunião de pauta entre chefias, relata:

> às vezes você escutava assim: "não, mas essa outra matéria é muito mais interessante, o interesse público é muito maior". Aí você dizia, "mas como assim?". Aí, "não, mas é". Era um "é", que não cabia questionamento. E aí você já começava a atender. [...] ninguém dizia para você "olha, a gente não quer essa matéria porque o governo não quer". Não, não era assim. [Mas] era na prática *[risos]* (CLARA, entrevista concedida ao autor).

Os grupos A e E foi onde, considerados os cargos (primeiro e terceiro nível hierárquico) de entrevistados/as, encontramos maior variação. Ana, sublinhando que os

impedimentos não eram frequentes, aponta que quase sempre permaneciam ‘nas entrelinhas’: “a gente sabia onde podia pisar, onde não podia pisar muito”. Fazendo referência a caso específico, introduz nova variável: a quebra de autonomia em função do veículo ser afiliado de conglomerado nacional, identificado como de linha “bolsonarista”:

> eu fiz uma matéria sobre a cloroquina, e aí [...] como os meus entrevistados enveredavam muito para um lado de... de ser contra o uso da cloroquina, baseado em estudos científicos... acabou que a minha matéria foi... extremamente editada, assim, bastante agitada.[...] essa matéria eu fiquei bem desconfortável com ela porque eu senti que... a linha narrativa que eu tracei, por mais que eu buscasse perspectivas de vários profissionais, de vários personagens, com histórias diferentes... ainda tive parte da matéria cortada, provavelmente porque não quiseram comprar essa briga. (ANA, entrevista concedida ao autor).

No grupo E, Elis faz referência à mesma ligação – afiliada a conglomerado, outro, “bolsonarista” –, mas sublinha que, apesar disso, havia uma “certa autonomia” para tratar o assunto (pandemia e derivados). Entretanto, a jornalista aponta ainda que, principalmente no começo da pandemia, devido aos interesses particulares do grupo proprietário que comanda o veículo, algumas produções referentes ao tema tornavam-se – também porque eram ‘recomendadas’ fontes específicas a serem ouvidas – ainda mais difíceis de realizar: “a gente já entrevistou alguns profissionais que a gente tinha que pedir ‘pelo amor de Deus, não fale isso! Vamos por aqui... o senhor tem certeza?’...né... a gente precisava ali equilibrar”. Os limites/impedimentos não se resumiam aos mencionados assuntos: principalmente quando envolvidos atores que investem consideravelmente em publicidade, a estratégia utilizada é a de “morde e assopra. A gente cobra, mas tem um limite” (ELIS, entrevista concedida ao autor). O mesmo esquema – a crítica limitada ou, sua variação, crítica seguida de (prevista) ‘correção’ por meio de publicação de maior destaque – é, mencionada por 5 entrevistados/as, um de cada grupo. Elis fê-lo, por exemplo, em referência à aglomeração de pessoas em ônibus durante a pandemia, cobertura tardia “porque tinha essa orientação de... ‘não bate nisso não!”. O mesmo caso é mencionado por Emanuel:

> é muito complicado um repórter chegar ao governador ou ao primeiro escalão do governo do estado, ou um secretário estadual, e fazer a seguinte pergunta: "porque vocês ainda permitem que os ônibus andem superlotados?" Já aconteceu de eu fazer uma pergunta, e em seguida escutar no meu ponto eletrônico "não fale mais desse assunto, mude de assunto. Eu estou recebendo aqui uma ordem da chefia para você mudar de assunto". É algo muito claro, a gente sabe quando está acontecendo, quando tem um poder superior que está... agindo para que a gente não fale determinado assunto (EMANUEL, entrevista concedida ao autor).

A avaliação de Elaine é mais comedida. Ainda assim, ponto importante, dos três sujeitos no primeiro nível hierárquico, foi a única a apontar a existência de impedimentos. Considerando que "existe muita autonomia", afirma que "questões, detalhes, que são de interesses particulares da empresa, ocasionalmente vêm à tona". Como Arthur (já citado), também como Dayane, a referência aos 'interesses da empresa' surge como justificativa (tanto quanto conseguimos perceber, mais legitima e normalizada) para as limitações:

> como em toda a empresa, são empresas privadas, né, são empresas particulares, que têm seus próprios interesses, e ocasionalmente tem algo que faz 'oh, hoje não... isso aqui não'. Mas isso não é o grosso (ELAINE, entrevista concedida ao autor).

> eu nunca tive problema. [...] claro que cada veículo que você trabalha, né [...], tem as limitações... mas editoriais mesmo, de cada veículo... eu acho que cada um tem, porque cada um tem um dono, né... uma concessão pública, mas cada um tem um dono, então... é um empresário. Então, tem, mas assim [...] às vezes, "olha, pode fazer, mas cuidado com isso, cuidado com aquilo, a gente tem que pensar nisso". Assim... isso já rolou bastante, claro. Mas... nunca teve tipo, "você não pode fazer isso, você não pode entrar, mergulhar, nessa cobertura". Não. (DAYANE, entrevista concedida ao autor).

De todos os grupos, foi no D que as avaliações foram menos negativas. Também Davi declarou nunca ter passado por nenhum impedimento. Existem limites, "se você passa um pouquinho do tom... talvez você receba... um puxão de orelhas", mas nada comparativo ao que passou noutros veículos, "é assim: derruba, não faz, entrevistou fulano pode cortar da reportagem, não coloca... se não, vai dar problema para todo o mundo" (DAVI, entrevista concedida ao autor). No caso de Dora, a avaliação é diferente, fazendo menção a impedimentos nas entrelinhas, também ao esquema de 'morde e assopra'. Aqui importa notar que a jornalista, ainda que no mesmo grupo, trabalhava em veículo diferente de Dayane e Davi, o que, em parte, pode contribuir para a diferença de experiências. Foi, aliás, a única a fazer referência ao público-alvo do veículo (classes A e B) quando questionada sobre a existência de limites: "a gente tinha um lado empresarial como ator principal, porque era o nosso público-alvo, então esse era um direcionamento, uma orientação interna, né, digamos assim". À semelhança de Clara, que mencionou ter tomado maior percepção dos impedimentos enquanto subia na hierarquia organizacional, declarou que ao evoluir "enquanto profissional" (não em relação à mudança de cargo em nível hierárquico, mas às coberturas, de maior impacto social) teve

> orientações nesse sentido: "ó, vamos dar uma aliviada aqui... a gente não tem que deixar de dar essa informação [...] mas não vamos fazer tanto alarde com relação a isso, não vamos pegar tanto nesse pé, a gente precisa ser mais brando talvez, porque é uma situação muito delicada". Sempre também eles vinham falar com muito cuidado para que a gente

> não interpretasse como uma censura ou algo nesse sentido. Mas no fundo, no fundo, a gente... né? Sabe que... passa muito por isso. [...] quando veio a informação pra mim eu meio que já sabia, já tinha entendido qual era o posicionamento da empresa, então eu sabia que em alguma hora... a partir daquele fato aquilo podia acontecer, de fato aconteceu, e pronto. Então, assim, não foi nenhuma surpresa quando veio de cima a orientação (DORA, entrevista concedida ao autor).

Depois, ao ser perguntando se se sentiria confortável para descrever casos específicos, mencionaria as campanhas e eleições presidenciais de 2018, diferentes de outras "porque a polarização entre dois lados" nunca foi tão clara, período em que jornalistas foram "percebendo aos poucos qual era a linha que a empresa, ou os empresários da empresa, estavam defendendo. [...] eles tinham uma aposta muito grande no presidente Bolsonaro" (DORA, entrevista concedida ao autor). Aqui julgamos pertinente voltar ao que anteriormente já apontamos: Dora foi uma das únicas entrevistadas a afirmar que, perante casos de violência – uns com motivações mais justificadas do que outros, como pode ser percebido ao mencionar os ocorridos contra colega na cobertura do caso Estelita, afirmando que "como #o veículo# também é conhecido pelos empresários", as reações de manifestantes foram "'o que é que você está fazendo aqui se você não vai defender a nossa causa?', empurraram ele, ficavam gritando, dizendo que ele tinha que sair dali, que ninguém ia deixar entrevistar ninguém e etc." –, uma das estratégias adotadas por si e colegas era a tentativa de consciencializar a população do papel social de jornalistas:

> a gente sempre reforçou: "ó, apesar de vocês apontarem o dedo para a gente, dizer que a gente cobre A e não cobre B, ou que a gente é lixo ou alguma coisa do tipo, a gente continua cumprindo o nosso papel, a gente respeita todos os lados e a gente também quer ser respeitado, porque a gente é porta-voz. A gente não está defendendo nenhuma bandeira, a gente está simplesmente passando uma informação"

O relato, ainda que realizado em referência aos modos de lidar com a violência (temática abordada depois das perguntas sobre autonomia), permite apontar para a contradição que é, reconhecida a existência de impedimentos e limites editoriais ao nível da direção da empresa, a tentativa de legitimação com base na defesa do/a jornalista enquanto 'porta-voz' (supostamente de um público geral, sendo que antes a entrevistada identificou empresários, classes A e B, como público-alvo do veículo), não defensor/a de bandeiras, simples reprodutor/a de informações.

Para além da crítica de Tuchmann (2016) – já é de longa data a comparação da defesa da objetividade, perante críticas que colocam esse e outros valores profissionais em causa, à utilização de colares "de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos

malignos" (TUCHMANN, 2016, p.112) –, a contradição relembra-nos, de modo mais abrangente, as já realizadas ao fazer profissional com base em diferentes perspectivas epistemológicas: se a positivista contrapõe fato a juízo de valor, sendo o primeiro concebido como independente da ação significante dos sujeitos, bastando à/ao jornalista relatar aquela realidade exata, 'verdadeira'; a construtivista, compreendendo a realidade como socialmente construída, permeada por desiguais relações de poder, possibilita uma abertura às diferentes perspectivas, reconhecendo a nunca finita renegociação intersubjetiva de significados. Por meio da segunda, a função social de jornalistas, nunca podendo ser reduzida à mera 'reprodução de informações', seria mais ativamente identificada com a "articulação e mediação da discussão pública nas questões carentes de deliberação coletiva" (ROCHA, 2021, p.18) – perspectiva que pressupõe o despir da armadura da neutralidade, impeditiva de uma postura dialógica com criticas/os, aumentando a possibilidade de reconhecer agências e estruturas (portanto, possibilidades de mudanças) que influenciam produtos e produtores/as.

Ao frisarmos que se trata, antes de mais, de uma questão epistemológica, pretendemos salientar que não está limitada à identificação de violações, mais ou menos explicitas, como as que temos vindo a abordar. Pretendemos antes salientar que até mesmo as possibilidades de identificação de limites, e, portanto, dos modos de como lidar com eles, está dependente da perspectiva adotada. Por meio da perspectiva construtivista não seria questão central a crítica à falta de isenção, mas, reconhecendo que a manipulação é inerente a qualquer produção, a crítica e reposicionamento face aos fundamentos que orientam, e/ou deve(ria)m orientar, a não-isenção. Julgamos, assim, que a mudança de perspectiva contribuiria para uma posição mais crítica de jornalistas com públicos (principalmente daqueles que constituem as faixas populacionais socioeconomicamente mais vulneráveis, também com menor acesso aos grandes veículos de mídia) – aumentando a possibilidade da identificação de limites e formação de alianças com vista a alterações – sobre a impossível função com que os primeiros são e se identificam: produção de informações imparciais em contextos organizacionais hierarquicamente estruturados nas modernas sociedades capitalistas. Nesse contexto,

> a contradição inerente à empresa jornalística, que a divide entre proprietário da empresa e jornalista assalariado [...]**,** determina o papel real exercido pelo jornalista, que passa a ser, também, contraditório e é visto por ele e pelos demais como ambíguo, incongruente, impreciso, oscilante etc. Portanto, nesse campo é preciso distinguir entre o **ser** e o dever ser, isto é, a conduta efetiva dos jornalistas e a conduta que ele deveria ter ou pela qual deveria lutar (ABRAMO, 2007, p.284).

A diferença entre ser e dever ser, mencionada por Abramo, é, ao fazerem a comparação entre o que é ensinado nas escolas de jornalismo e o que é concretizado em contexto de trabalho, elencada por Camila e Dora. A primeira, que sublinha não ter sido "formada *para* trabalhar. Eu fui ao mesmo tempo", afirma:

> eu via na faculdade coisas que eu fazia assim, "mas na vida real não se adota isso, né". Então... eu acabava questionando... e acabava pagando de... de chata, contra o código de ética dos jornalistas. Mas... à risca, aquilo ali ninguém segue. Em nenhum lugar! *[risos]* [...]. Então eu sabia já que... há uma lacuna entre o que é ensinado e o que vai ser feito (CAMILA, entrevista concedida ao autor).

Dora, apesar de reconhecer a discrepância, não adota explicitamente o mesmo discurso de inevitabilidade, no entanto, ponto comum à maioria dos/as jornalistas, também não identificamos – antes que tenhamos levantado o debate sobre regulação – ações ou propostas de caminhos possíveis para aumentar a autonomia de jornalistas (da categoria, portanto, não de um indivíduo em particular) em contexto empresarial. Apenas Clara apontou nesse sentido, afirmando que se no Brasil existisse um Conselho, como há para outras profissões, regulador da atividade, talvez "a gente não tivesse perdido... essa condição de jornalista... profissional". A jornalista falava, sem lhe atribuir esse nome, ao CFJ, que, na sua opinião, protegeria os/as jornalistas "de matérias, por exemplo, mandadas", porque "ia ter regras". O órgão, avalia ainda, não foi instituído porque "a Globo lançou uma campanha, de que o Conselho era uma forma de tirar a liberdade de expressão. E muita gente, inclusive estudantes de jornalismo, acreditaram nessa versão" (CLARA, entrevista concedida ao autor).

Considerado o conjunto das entrevistas, percebemos que, perante impedimentos e limites à autonomia, a maioria adota ações individuais de adaptação (7 jornalistas) e/ou transformação (5). Na segunda categoria estão incluídos relatos da vocalização de insatisfação face a alterações por terceiros nos trabalhos produzidos – nessa, apenas Ana: "distorcer, inverter a ordem, de uma forma que o meu texto não diga o que eu gostaria de dizer... eu sempre expus isso na hora", que pouco depois afirmaria "às vezes acontecia de um diretor dizer para mim que... 'não vamos seguir por essa linha, vamos seguir por essa outra'; 'tudo bem'... eu não poderia, digamos assim, bater de frente" – e tentativas de negociar/justificar mudanças nas produções – caso de Dora, contando que as tentativas de expor opiniões contrárias era "sempre, da mesma forma que eles também, com muito cuidado com as palavras", então "ficava como uma Guerra Fria" para "também não deixar que nada prejudicasse aquela relação [de emprego]". Nas ações de individuais de adaptação está incluída Elis, a única jornalista a detalhar um caso em que se negou a

realizar trabalho que feria princípios éticos. Foi incluída na categoria pelos motivos já referidos: ação voltada para as consequências (fazer matéria de que discordava), não para as causas. Em mais detalhes:

> a gente [cargos de terceiro nível hierárquico] nunca participa de reunião [de pauta]... nesse dia pediram para eu subir, para poder argumentar, né, porque é que eu não ia fazer... porque lá na TV não tem isso. Você não pode bater o pé e dizer "não, não vou fazer essa pauta, não quero fazer isso!". *Não existe. Você pode até pedir pra ver se fulano quer fazer*, mas eu não vou dizer "não quero fazer essa pauta, não vou fazer isso"... é parte do trabalho, está lá na rua, *tem que fazer*. Eu sei que aquela pauta eu não fiz. Mas aí acharam um jornalista que fez, e a matéria foi para o ar. Eu não concordei e... enfim, acho que *alguns anos de #no veículo# dão também essa vantagem* para a pessoa *[risos]* se fosse um novato, talvez não tivesse essa liberdade de chegar para pedir para não fazer (ELIS, entrevista concedida ao autor, *grifos nossos).*

Os grifos apontam para dois aspectos importantes: por um lado, a não perspectiva de alterações e, por outro, a conjectura de que o maior espaço de atuação se deve à melhor posição, maior capital jornalístico, do que a de 'um novato'. Apesar do sucesso em não desempenhar o trabalho de que discordava, não mencionando quaisquer sanções pelo ocorrido, foi a única vez que a jornalista assim se posicionou. Aqui também importa frisar que os/as jornalistas raramente mencionaram o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, sempre fazendo-o de forma bastante abstrata para apontar que por vezes não era cumprido. Nenhum/a, por exemplo, fez referência à cláusula de consciência que nele também está incluída (artigo 13 do IV capítulo), prevendo – sem força legal, é certo, o que, em nosso entender, não lhe retira importância, ainda que efetividade – que profissionais podem recusar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios daquele documento[118] ou que agridam as suas convicções.

As demais 'ações individuais de adaptação' foram incluídas em duas categorias: 'aprender a jogar o jogo para contornar a baixa autonomia' (4 jornalistas) – referente a estratégias com o intuito de fazer passar informações contrárias à política editorial e/ou interesses de chefias na redação ou direção – e 'delegação de autoria face à baixa autonomia' (3). Em ambas apenas estão incluídos/as jornalistas dos grupos B e C, também aqueles/as em que encontramos maior incidência de impedimentos. É exemplo da primeira a fala de Benjamin e, da segunda, a de Clara:

> quando a gente estuda para isso, quando a gente faz jornalismo, a gente não imagina que isso aconteça. Mas enfim, faz parte do jogo. E é como eu costumo dizer para quem está entrando: chegam estagiários lá #no grupo B# que quando começam a lidar com essas situações ficam meio

[118] Disponível em <https://bit.ly/3rEKXii>, acesso em 19 jan 2021.

> decepcionados. Eu não diria que é conformismo da minha parte, mas eu digo, "ó, infelizmente isso você vai encontrar em todas as empresas, cabe à gente, de certa forma, tentar ludibriar o sistema". Se a gente não pode falar mal ou criticar determinado erro, falha, defeito, dos poderosos... em pequenas coisas, em pequenas frases, em pequenas declarações que a gente pega de personagens, a gente inclui na matéria, a gente vai lembrar daquele problema ou daquela denúncia que a gente não pode dar tanto destaque. Mas a gente não vai deixar de falar, a gente não vai simplesmente fechar os olhos (BENJAMIN, entrevista concedida ao autor)

> dizia assim: "olha, a matéria está aí. Se for mudar, tirem meu nome". Porque às vezes mudava e deixava o nome. Aí a pessoa diz, "porque você botou o meu nome?". Aí é assim, "não, mas é porque a matéria é boa"; "mas não é mais a minha matéria", entendeu? Aí isso foi meio que uma regra que os jornalistas encontraram para... não ter problemas. Para não associar o nome deles àquilo ali. Agora, aqueles que participaram de uma coletiva, ou aqueles que entrevistaram, sabem que foi ele que fez a matéria. Agora, assim, o único orgulho que eles tinham era dizer assim, "tire o meu nome". Era a única defesa, era de tirar o nome (CLARA, entrevista concedida ao autor).

Quanto às categorias de ações coletivas, identificamos poucas possibilidades de inclusão. Na de transformação estão incluídos 2 jornalistas, com descrições pouco detalhadas, em que é afirmada a vocalização de insatisfação face aos limites e a construção de apoio junto de hierarquias intermédias para tentar justificar mudanças nas produções (1). Nas de adaptação também estão incluídos 2 jornalistas, Bruno e Benjamin, ambos reconhecendo a existência de autocensura – o primeiro, noutro momento citado, relacionando-a ao receio de sanções, e o segundo à poupança de tempo e energia por serem percebidas barreiras intransponíveis sobre determinados assunto. Benjamin afirmou também que, devido à falta de autonomia, já pensou várias vezes em desistir da profissão. Nunca o fez devido ao prazer pelo trabalho e à função social que também consegue desempenhar – afinal, se existem situações difíceis, também violações dos princípios profissionais, elas, afirmou, não acontecem na maioria das produções. Outros/as jornalistas referiram motivos semelhantes para, apesar das interferências, permanecer no emprego – além disso, não conjecturando abandonar a profissão, o não adotar de ações mais firmes perante aquelas para manter o próprio emprego (e permanência no campo, visto que o número de veículos noticiosos no estado é reduzido e ‘causar problemas’ em um, num mercado de trabalho sobrelotado, é concebido como obstáculo à conquista de vaga em outro). Ponto importante ainda a destacar: os limites relatados são, quase sempre, relativos a matérias (ou atores) de Política e/ou Economia. De resto, “o jornalismo do dia a dia”, considera Adriano, “com exceção dos jornais nacionais, não passa por política praticamente”, o que, julga, resulta em menor frequência

de interferências diretas nos veículos locais. A avaliação, como temos tentado demonstrar, aponta assim para a pertinência de considerar o jornalismo enquanto campo, em que é possível localizar a existência de subcampos com ordens de valores (também de posições e volumes de capitais) diversas, ainda que conformadas, mas não determinadas, por uma estrutura simbólico-material que delimita ações, possíveis e pensáveis.

8 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: REGULAÇÃO DA MÍDIA (E PROFISSÃO)

Um dos primeiros problemas nas discussões sobre regulação, seja no campo acadêmico ou fora dele, está relacionado à circunscrição do seu significado. Ao menos dois elementos contribuem para isso: por um lado, o tema encontra permeabilidade em diversos universos teórico-práticos, resultando num conceito (inter e transdisciplinar) que é operacionalizado com grande flexibilidade (SOUSA, 2016), por outro, é indissociável de outro tema ainda mais abrangente, aquele que versa sobre "todas as questões de controle e ordenamento social" (BLACK, 2002, p.19, *tradução nossa*). Esse aspecto acaba por orientar muitos dos debates sobre regulação da mídia e do jornalismo, áreas de atividade (principalmente a segunda, que, no entanto, está integrada na primeira) fortemente ligadas a noções – por maior que seja a flexibilidade com que também são operacionalizadas – de liberdade (de expressão e de imprensa) e de interesse (do) público. Não surpreende, portanto, que a articulação do conceito esteja frequentemente acoplada a argumentações que procuram diferenciá-lo ou associá-lo a outros, como 'controle' e 'censura' – temática já focalizada no terceiro capítulo, onde, entre outras, analisamos as já históricas disputas entre (associações de) empresários de grandes conglomerados e movimentos sociais pela democratização da mídia.

Nesta breve introdução não procuramos defender a necessidade de desenvolver um conceito universalmente válido. Sobre essa (im)possibilidade, Black (2002) já argumentou que 'regulação' não é um conceito passível de, sem alterações de significado, viajar entre diferentes disciplinas científicas e contextos sócio-históricos, enquanto outros sublinham que, devido à diversidade de variáveis associadas ao tema, "a variedade de [suas] definições em uso não é redutível a uma essência Platônica ou conceito único" (BALDWIN, SCOTT, HOOD, 1998, p.2, *tradução nossa*). Ainda assim, levando em conta os alertas, julgamos necessário chegar a um núcleo, por instável e diminuto que seja, que abra a possibilidade de estabelecer um terreno comum, propício ao entendimento de a que nos referimos e o que está em causa quando nos referimos a 'regulação' – esforço que também foi necessário para a preparação, realização e análise das entrevistas, bem como, antes, à construção do capítulo (seleção de objetos a considerar) em que tentamos uma historicização do sistema de mídia no Brasil.

De forma geral, a literatura especializada no tema utiliza o termo 'regulação' em três sentidos (BALDWIN, SCOTT, HOOD, 1998; BALDWIN, CAVE, 1999): circunscrito ao conjunto de regras e orientações, direcionadas para áreas de atividade e

organismos específicos, promulgadas pelos governos, acompanhadas de mecanismos de monitoramento e reforço (normalmente colocados em prática por agências públicas especializadas); referente a toda a forma, mais ou menos direta, de intervenção estatal, deliberadamente desenvolvida, sobre a esfera econômica; categoria em que são incluídos todos os mecanismos de influência social, intencionais ou não, que, oriundos de qualquer fonte e atuando sobre qualquer esfera ou área de atividade (não apenas a econômica), afetam os comportamentos de sujeitos e/ou instituições. Apesar de partilharem a noção de que regulação diz respeito a práticas voltadas para a interferência nos comportamentos e/ou atividades sociais – ou, como colocado por Black (2002, p.4, *tradução nossa*), que é "'a condução da conduta' ou [...] o 'agir sobre a ação'" –, as propostas apresentam discrepâncias importantes que, mediante qual seja o sentido adotado, resultam em diferentes possibilidades de identificar o que é regulação: quais são os agentes reguladores? E regulados (ou reguláveis)? Quais os seus objetos? A intencionalidade das ações é característica necessária? E a regulação que não resulta em alterações de comportamento pode assim continuar a ser considerada? Essas, aliás, são algumas das questões conceituais pouco exploradas, ou não abordadas explicitamente, na maioria dos artigos científicos considerados na revisão de literatura de Koop e Lodge (2015) sobre o tema. Os autores defendem, apesar disso, que, se focada atenção nas discussões mais frequentemente desenvolvidas nas investigações, é possível apontar a existência de um entendimento relativamente consensual sobre o que é regulação: "intervenção intencional [...] tipicamente direta e – através da especificação de padrões de monitoramento e de sanções – exercida por atores do setor público sobre as atividades econômicas de atores do setor privado" (KOOP, LODGE, 2015, p.11, *tradução nossa*) – ou seja, mais próxima do primeiro e segundo sentidos apontados por Baldwin e colaboradores (1998; 1999).

Levando em conta o exposto, e sendo Black (2002) a nossa principal referência, na presente investigação, por 'regulação' compreendemos o (1) conjunto de práticas e diretrizes intencionais que, objetivando influenciar as atividades e comportamentos de atores públicos e/ou privados envolvidos em variadas esferas (não apenas a econômica) e campos sociais, resultam de (2) um processo de construção de "*facticidade* (força de imposição) e *validade* (legitimidade)" (PAGANOTTI, 2015, p.114, *grifos do autor*). De seguida apresentamos um breve detalhamento da definição proposta, começando pelo segundo ponto.

A consideração de que a regulação é, antes de mais, um **processo**, é influenciada pela concepção eliasiana de dependência mútua entre indivíduos, tecitura que dá forma a associações e sociedades específicas (ELIAS, 1994). Da multiplicidade de interações (desenvolvidas entre atores e indivíduos que, com objetivos, valores, acesso a recursos etc. diversos, partilham um espaço social comum) emergem os problemas sociais – e, de forma geral, podemos dizer que a regulação é um processo que lhes procura dar resposta. Dessa perspectiva decorre a defesa de que nenhum ator (o Estado ou qualquer outro) pode

> dominar o processo regulatório unilateralmente, uma vez que todos podem ser extremamente restringidos nas tentativas de alcançar os *seus objetivos*, não apenas pelas limitações dos seus próprios conhecimentos [sobre – e como solucionar – os problemas] mas também pela autonomia de outros (BLACK, 2002, p.5, *tradução nossa*, *grifos nossos*).

Para que o acima grifado pronome possessivo não induza em interpretações com que não nos identificamos, importa sublinhar que os objetivos dos atores reguladores (e regulados, considerado que também eles – em diferentes extensões e possibilidades – participam no processo) não resultam, apenas ou principalmente, de uma oposição entre ganhos ou interesses públicos e privados: estão antes (bem como as eventuais práticas regulatórias para que contribuem) enquadrados por dinâmicas sociais mais abrangentes (processos históricos e normas socioculturais), que, não incluídas na nossa definição do que é regulação, contribuem para a delimitação das suas possibilidades. É um processo, resumimos, devido ao dinamismo das forças que produzem uma tensão constante entre a estabilidade e a transformação social (BLACK, 2002), entre os esforços de identificar problemas e construir soluções, mesmo que temporárias se considerarmos que "o próprio processo de aprendizagem em termos de evolução social gera, em todos os graus de desenvolvimento, novos recursos, que designam novas dimensões da escassez [de poder, valor, sentido etc.] e, por conseguinte, novos carecimentos" (HABERMAS, 1983, p.145/146).

Levadas em conta as reflexões desenvolvidas até ao momento – também noutros capítulos, com apoio, por exemplo, em Bourdieu (1996; 2004) –, importa sublinhar que as possibilidades e características da participação de diferentes atores e indivíduos em tal processo não são iguais nem completa e aprioristicamente determinadas, estando relacionadas a elementos como o nível de interesse e atuação (envolvimento) em determinada esfera ou campo (a ser regulado) e a desigual distribuição de recursos no espaço social – elementos que estão relacionados, uma vez que, por exemplo, o envolvimento também é condicionado pela distribuição de recursos (econômicos, tempo,

informação etc.). Tais elementos são centrais, não apenas enquanto condicionantes de participações e perspectivas, mas enquanto objetos e resultados, eles mesmos, da regulação. Assim, dependendo de como é construído e desenvolvido, o próprio processo pode ser considerado como uma tentativa de repartir "o poder de regular [determinada esfera ou campo] pelos seus múltiplos protagonistas, directos ou indirectos [...] impedindo que algum deles ganhe uma proeminência excessiva" (FIDALGO, 2006, p.449). Uma questão central em todo o debate é, portanto, a da construção de **legitimidade** do processo e práticas regulatórias – e, de forma mais abrangente, das práticas sociais sobre que incidem e/ou (não) devem incidir (porquê? Como? Para quê? Através de que atores? Etc.).

Como colocado por Habermas (1983, p.220, *grifos do autor*),

> *legitimidade significa que um ordenamento* [...] *é digno de ser reconhecido.* Com essa definição, sublinha-se que a legitimidade é uma exigência de validade contestável: e que é (também) do reconhecimento (pelo menos) factual dessa exigência que depende a estabilidade de um ordenamento [...].

Não se trata apenas do reconhecimento público de que, devido ao impacto que têm na vida coletiva, é necessário intervir na proteção ou controle de determinados valores e/ou atividades, mas das disputas pelo consenso dos melhores caminhos para o alcançar – de argumentos e justificações. Para o exemplificar, podemos afirmar, aqui de forma simplificada, que, no caso da regulação da mídia (mas não só), um dos mais tradicionais debates é aquele em que de um lado estão defensores/as de uma necessária e relativamente abrangente intervenção (em regimes democráticos) do Estado (sobre o conteúdo e, principalmente, a infraestrutura) – o qual, guiado por princípios (desde logo, Constitucionais) e regras bem definidas, serviria de mediador de conflitos entre interesses públicos e privados, zelando pela proteção de direitos fundamentais de todas e todos os cidadãos –, e os que defendem uma regulação mínima (ou não regulação) estatal, devido aos problemas ou riscos que a isso estão associados – excesso de burocracia, apropriação indevida dos recursos públicos por parte dos governantes e agentes públicos, perda de autonomia dos indivíduos, etc. – sendo, em vez disso, defendido o autogoverno dos indivíduos num mercado (de bens e ideias) impessoal (ou assim muitas vezes classificado). Naturalmente, existem várias outras posições, menos dicotômicas. O exemplo serve principalmente para apontar que as respostas às problemáticas que cercam a regulação (na mídia, jornalismo ou noutras áreas) não estão dependentes de um simples "'sim' ou 'não' [...], mas antes dos modos concretos por que é conceitualizada,

enquadrada e colocada em prática" (FIDALGO, 2013, p.199/200, *tradução nossa*). Entretanto, o processo de disputa de legitimidade está relacionado a outra problemática de difícil resolução: a **força de imposição** a que as justificações podem aspirar é, dependendo de diversos fatores, muito variável.

Para que práticas regulatórias sejam possíveis, é necessário que o processo de construção que lhes dá origem resulte na definição, mais ou menos estrita e sempre provisória, dos caminhos a percorrer para alcançar os resultados pretendidos. Que sejam não apenas válidos (porque legitimados), mas, decorrente disso, factíveis, dotados de força de imposição – ou seja, tendo efeitos sobre determinada comunidade (reguladora e/ou regulada), delimitando a organização das suas atividades, não sendo possível que determinado indivíduo lhes consiga escapar completamente se recorrer apenas à afirmação (ainda que fundamentada) da sua vontade individual. O seu grau de formalização, que sempre tem relação com os desníveis de poder que caracterizam as interações entre atores e indivíduos em sociedade, pode ser definido, regra geral, por referência a "três aspectos principais: se est[ão] ou não definidos na lei; se existe ou não a capacidade para estabelecer[em] penalidades (financeiras ou de outro tipo); se [são] permanente[s] ou temporário[s]" (MCQUAIL, 2010, p.9, *tradução nossa*). Consideradas as análises no capítulo anterior, podemos por exemplo afirmar que políticas editoriais (definidas, majoritariamente, pela direção dos veículos) têm, no geral, maior força de imposição do que código de ética profissional, e isso, pelo menos em parte, porque o peso das sanções (principalmente materiais) decorrentes do desrespeito às primeiras é maior – poderia haver maior equilíbrio, acrescentamos, se o segundo fosse complementado por outros mecanismos de regulação que colaborassem no aumento da força de imposição dos princípios éticos (o tentado mas não implementado Conselho Federal de Jornalismo seria apenas um exemplo nesse sentido)

Ainda sobre a materialização dessa força de imposição, é importante sublinhar que agentes e campos têm, até certa medida (em função dos processos de autonomização – econômica e política, como de conhecimentos especializados e outros capitais – que os caracterizam), a capacidade de se autorregular (e por isso a intervenção de terceiros sobre as suas atividades – principalmente em contextos fortemente marcados por tradições liberais – gera tanta resistência), o que os torna mais ou menos susceptíveis a regulações externas, significando isso que as modalidades e práticas de regulação dependem muito das atitudes em relação a elas por parte dos regulados (considerados, não principalmente,

em termos individuais, mas coletivos – comunidade/s e/ou grupo/s) e dos afetados pelas atividades que são objeto (ou disputa) de regulação (BLACK, 2002). Não quer isso dizer que determinado fenômeno, para ser considerado 'regulação', está dependente de um alto nível de efetividade, isto é, que todos os objetivos a atingir (e apenas esses) sejam alcançados (sendo-o ou não, existe ainda a possibilidade de efeitos não previstos ou desejados): se os caminhos e mecanismos traçados "não são efetivos, o fenômeno é simplesmente uma regulação ineficiente" (BLACK, 2002, p.20, *tradução nossa*). Levando em conta tudo o que já foi discutido, o mesmo não pode ser dito sobre a **intencionalidade** que, tanto nos processos como nas práticas, está sempre presente (e, se não está, não falamos de regulação)[119]. Partindo do pressuposto de que a sua existência é, no mundo atual, inevitável para o funcionamento de diversas áreas de atividade (com certeza, da das mídias e jornalismo), a questão "não é se queremos regulação, mas que tipo de regulação queremos" (MCCHESNEY, 2003, p.133, *tradução nossa)*. Nunca pode, portanto, ser apenas definida como uma atividade técnica, uma vez que o que está em causa é o ordenamento moral (SILVERSTONE, 2004) que dá fundamento à definição dos valores que a guiam e dos objetivos que (não) deve atingir.

8.1 Proximidades com o tema

Anteriormente identificados indícios de que regulação (ao menos, da mídia) é um tema relativamente distante de jornalistas – relembramos, por exemplo, que apenas 24% dos/as respondentes ao questionário afirmaram (enquanto 63% negaram) que é, normalmente, discutido nos espaços físicos e/ou círculos sociais em que se movimentam; a maioria, 66%, declarou também que gostaria de obter mais informação sobre o tema, mas não sabe onde consegui-la e/ou não tem tempo para o fazer –, optamos por, nas entrevistas, introduzi-lo perguntando se tinham familiaridade com ele. Essa estratégia foi adotada, essencialmente, por dois motivos: por um lado, levando em conta os resultados mencionados, tentar criar espaço de conforto[120] para – ficando subentendido que não

[119] Adotada essa perspectiva, está pressuposta a defesa de que "apenas atores regulam – [...] forças econômicas, forças sociais ou tecnologias não 'regulam', elas afetam a atividade de regular ou o resultado das interações que constituem a regulação" (BLACK, 2002, p.16, *tradução nossa*)

[120] Aqui frisamos que entrevistas são também interações permeadas por relações de poder, desde logo devido à diferenciação dos papéis entrevistador/entrevistado: sendo essas mais complexas do que aqui sugerimos, e não sendo o segundo compreendido numa posição de passividade (tem, ao menos na/nesta pesquisa científica, por exemplo, a possibilidade de requerer justificações ou posicionar-se de forma contrária – evitar, complementar etc. – ao perguntado/entrevistador), é necessário reconhecer que o primeiro tem maior controle sobre o processo, não apenas porque a ele é, *a priori*, reconhecida a função de inquirir (e a entrevistado de responder), conduzir o ritmo e a direção da conversa, mas porque tem maior

partíamos de uma posição em que pressuponhamos que aquele era um tema sobre o qual teriam, ou deveriam ter familiaridade – eventual reconhecimento dos próprios limites e, assim, tentar diminuir a propensão para respostas por conveniência social[121]; por outro, ao não abordarmos um objeto em específico (regulação de propriedade, de conteúdo etc.; estatal, profissional etc.), julgamos que poderíamos identificar aquele/s que, se espontaneamente elencados, entrevistados/as tendem a relacionar ao tema. Analisadas as respostas, identificamos a tendência de, entre aqueles/as que não afirmaram explicitamente ter pouca familiaridade com ele, ser relacionado à atuação do Estado e/ou governo – 5 entrevistados/as apontaram nesse sentido: Arthur declarou que, por ser uma discussão que julga ter ficado, desde 2009, "parada no Congresso", não se interessou "mais sobre como está nesse momento"; Dayane e Elaine começaram por apontar que vêm com preocupação a diminuição da liberdade de imprensa desde as últimas eleições presidenciais, a segunda frisando que "se uma regulação partir de um governo como o atual, por exemplo, isso é muito preocupante"; enquanto Adriano e Dora, que elaboraram respostas mais detalhadas, teceram também críticas à ineficácia ou ausência de mecanismos para coibir produções midiáticas nocivas à sociedade:

> o Brasil não precisa de regulação de mídia não, isso é a maior... a maior... balela, que vivem falando. O Brasil precisa é de empresário sério, da comunicação. [...] um dos trechos da coletiva do ex-presidente Lula é bem interessante sobre isso. Ele diz: "o que precisa é dar ao jornalista o direito de ele ir para a rua, enxergar a notícia, voltar, e transmiti-la à população como ela é, verdadeira, e não um editor transformar no que o dono quer". Para mim é simples. Não precisa alterar nada de lei. A gente fica com mania de alterar lei... não! O que a gente precisa é seguir as leis. Por que o que falta ao Brasil é cumpri-las (ADRIANO, entrevista concedida ao autor)
>
> não regulação, né? É porque não tem. A gente não tem regulação da mídia. É necessário que se tenha. [...] veja essa questão da Lava Jato: do ponto de vista do jornalismo é uma vergonha. Porque tudo o que eles faziam, os jornalistas reproduziam como verdade, sem ir atrás. Sem ouvir as pessoas... não tinha um contraditório. Se houvesse regulação da mídia, esse contraditório tinha que acontecer. (CLARA, entrevista concedida ao autor).

possibilidade de preparação (além da definição e pesquisa prévia sobre os temas, também sobre o entrevistado – afinal, a sua escolha não é aleatória), conjecturando também dificuldades e estratégias para com elas lidar.

[121] Sujeitos normalmente identificados como bem informados sobre diversos assuntos, julgamos que poderia tornar-se problemático/desconfortável o reconhecimento de eventuais conhecimentos limitados sobre a própria área de atuação profissional; desconforto que poderia aumentar, e, com ele, as respostas evasivas ou por conveniência, caso entrevistador fosse identificado por entrevistados/as como 'especialista' – doutorando, dedicando anos à pesquisa – no assunto, com expectativa de respostas 'corretas'.

Como veremos, a temática é reconhecidamente mais complexa do que as transcritas falas permitem conceber. Adriano, por exemplo, no decorrer da entrevista defenderia a necessidade de serem trilhados caminhos, inclusive por meio de legislação, para estabelecer limites à atuação de empresários, mas também de jornalistas. Aqui, o nosso intuito é apenas de apontar que a compreensão de regulação por parte de entrevistados/as tende a estar mais próxima da tradicional definição: conjunto de regras e orientações, acompanhadas de mecanismos de monitoramento e reforço, promulgadas por Estado/ governos. Como veremos, essa percepção mantém-se, no geral, central ao longo das entrevistas, sendo, por exemplo, praticamente inexistente a identificação (ou conjectura de possibilidade) de organismos/mecanismos/ações ao nível da sociedade civil organizada (entidades sindicais, institutos de ensino e pesquisa, organismos profissionais etc.).

Ainda sobre as respostas à primeira pergunta: 4 jornalistas solicitaram que fosse explicado a que mais exatamente nos referíamos ao falar de 'regulação' da mídia. Já no desenho do roteiro de entrevista conjecturamos que tal seria necessário (mesmo se não requerido), tanto porque a pergunta introdutória era demasiado abrangente, como devido aos elementos identificados no início de capítulo. Assim, levando também aqueles em conta – para além de não ser tarefa fácil definir 'o que é regulação' (principalmente se não alinhada com uma perspectiva centrada no Estado), foi considerado que, tentando-o, haveria o risco de influenciar as respostas em demasia (a eventual definição seria necessariamente normativa; tentá-la com recurso a outros termos, como 'fiscalização' ou 'controle', também implicaria, desde logo, maior carga valorativa) –, optamos por apontar para os objetos que tínhamos interesse abordar: 'regulação' de conteúdo, propriedade e financiamento da mídia.

Cerca de metade (8) dos/as jornalistas – todos/as com cargo no terceiro nível hierárquico (é exceção Emanuel) – afirmaram ter pouca familiaridade com o tema. Desses/as, destacamos Benjamin e Bárbara, que declaram não se sentir confortáveis para falar sobre ele:

> é um pecado meu não estar mais familiarizado com esse assunto. Mas, realmente, diante da correria, do dia a dia e tal, acabo deixando passar. Para ser bem sincero, não me sinto à vontade para falar sobre o assunto, porque realmente eu não tenho muito conteúdo e informação para explorar, para comentar (BENJAMIN, entrevista concedida ao autor).
>
> não é uma área que eu domine muito, é uma análise que eu prefiro não explorar. [...] tenho acompanhado de uma forma mais superficial, mas

> acredito na importância de se discutir isso aí... é muito complicada a situação do Brasil (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor).

Por conveniência social ou não, todos/as os/as jornalistas consideraram que discussões sobre o tema são importantes para, entre outros motivos, serem pensadas soluções para a crise de modelos de negócios, aumentar a autonomia de jornalistas e qualidade das produções jornalísticas. No entanto, não estão, normalmente, nelas envolvidos/as. Elis relembra que ao nosso questionário respondeu 'sem opinião' a quase todas as perguntas sobre regulação: "aí caiu a ficha, assim, 'poxa, eu nunca fui atrás'. E não fui depois *[risos]*". A jornalista relaciona a falta de conhecimento à passagem pela universidade, onde "não tinha incentivo à reflexão da profissão", indicando ainda a falta do debate noutros espaços:

> eu ouvi, muito de passagem, quando estava em evidência no noticiário, mas, assim... não é algo que eu tenha muita informação, que domine. Não era uma coisa também discutida, incentivada, na época da faculdade. Dentro da redação também não é um assunto, não é um ponto de discussão (ELIS, entrevista concedida ao autor).

Metade (4) daqueles/as que se afirmaram pouco familiarizados/as com o tema frisaram que o pouco conhecimento que consideravam ter era resultado de discussões durante a graduação. Mais relevante: quase todos/as (12) declararam, maioria das vezes fazendo referência aos locais onde trabalham, que é uma discussão praticamente ausente entre jornalistas.

> Eu tive essa discussão... em algum nível, tipo assim, sei do que se trata, por causa da universidade. Tem muitos professores engajados em discutir isso [...]. Na minha experiência, é um debate exclusivo da academia, da universidade. É um debate que não sai. Nunca... nunca foi pauta entre a redação (CAIO, entrevista concedida ao autor).
>
> Olha, eu lembro de a gente ter falado sobre regulação da mídia na universidade, no primeiro ano que eu entrei. [...] desde que eu entrei no mercado de trabalho, eu não ouvi mais falar sobre isso. Entre os jornalistas eu não escuto ninguém falar sobre isso. Não é algo discutido. A gente conversa nos bastidores sobre a TV Pernambuco. Que está sucateada, e que, assim... tem quinhentos problemas [...], não tem nenhum tipo de investimento, é completamente sucateada, ninguém liga para ela, ninguém fala sobre... e é algo esquecido, e ninguém fala mesmo, e ponto final (DORA, entrevista concedida ao autor).

Arthur, que afirma não ter tido muito envolvimento com a vida acadêmica porque começou a estagiar desde cedo (durante algum tempo em dois locais em simultâneo), avalia que

> não tem discussão nenhuma de regulação, em lugar nenhum. Nem entre jornalistas, né. Eu acho que é capaz de ser uma discussão que fique muito para os donos de empresa. Eles devem estar bastante interessados

> nisso aí. Realmente... parando para pensar, eles devem se inteirar muito (ARTHUR, entrevista concedida ao autor).

Levando em conta o até agora exposto, julgamos que a confirmada maior familiaridade ou conhecimento sobre dimensões que quotidiana e mais explicitamente influenciam o seu trabalho – algumas delas analisadas com recurso a detalhados relatos no capítulo anterior; também ao abordarmos ao tema 'regulação' identificamos, como demonstra a fala de Camila, indicações do que afirmamos: "a gente para mais para pensar nessa questão da autonomia dos veículos de comunicação ou autonomia do próprio jornalista... na questão da matéria. Mas fica muito nesse... nessa questão... mais do trabalho que a gente faz" – está relacionada i) às já identificadas tendências de jornalistas – também devido à percepção da dificuldade de ingressarem/ permanecerem no mercado de trabalho (ao menos jornalístico) e às expetativas do prazer pelo trabalho-profissão – darem, desde cedo, primazia à aprendizagem (da) prática, onde temas como 'regulação da mídia', segundo conseguimos perceber, estão transversalmente ausentes, e ii) dedicarem longas horas dos seus dias à produção jornalística, o que deixa pouco espaço e/ou diminui a disponibilidade para outras atividades (entre elas, a procura de informações e envolvimento em debates sobre o tema em discussão). Sublinhamos, no entanto, que entendemos os pontos elencados como hipóteses, fundamentadas nas entrevistas que realizamos, que, sugerimos, podem contribuir para estudos futuros mais aprofundados sobre o tema. Sobre eles importa ainda fazer algumas precisões: relativamente ao primeiro, não é nosso intuito sugerir que universidades e redações são espaços dicotômicos (até porque entre universidades haverá diferenças, como também as há entre redações), em que um (universidades) é compreendido como intocado pela lógica de mercado – o que, se considerados os relatos de entrevistados/as que diferenciaram universidade pública de privadas, percebemos, à partida, não fazer muito sentido[122] –, e o outro (redações) apenas por ela orientada, onde jornalistas sempre estariam conformados/as às diretrizes empresarias, o que pressuporia não entendê-los/as como sujeitos ativos, envolvidos em diversas relações/interações de produção, solidariedade, aprendizagem etc. Assim, ainda que pouco frequentes, algumas respostas sugerem que, em momentos/períodos particulares, discussões sobre regulação por vezes também têm espaço nas redações: Arthur afirmou-o em relação a um período passado, entre 2003 e 2009, quando o tema alcançou maior cobertura midiática e os debates eram, inclusive

[122] Além disso, Albuquerque e Roxo (2015), em pesquisa sobre os fundamentos históricos e culturais das Diretrizes Curriculares Nacionais para os bacharelados em Comunicação, apontam que aqueles têm também influência de pleitos corporativistas e exigências tecnicistas do mercado.

entre jornalistas, frequentes. Aqui aproveitamos para pontuar que a ausência de debate público, uma das marcas caracterizadoras do tema no Brasil (como já discutido anteriormente, intencionalmente alimentada por conglomerados de mídia), pode também ser considerado como relevante elemento que contribui para os resultados que apontamos. Como Arthur, Clara foi uma das poucas que referiu existirem, por vezes, discussões entre colegas de redação:

> às vezes na hora da lanchonete, quando a gente ia para conversar, poderia haver esse tipo de discussão. Por exemplo, um meu colega do sindicato era horrorizado com as manchetes do jornal, a forma como conduzir as coisas, até as assinaturas das agências [de notícias] [...], e uma das coisas que a gente conversava também era essa questão de a gente não ter regulamentação, não ter Conselho, não ter nada. E isso não trazia segurança para o jornalista.

Entretanto, julgamos que o segundo ponto – a falta de disponibilidade para envolvimento com o tema devido à longa e desgastante jornada de trabalho – pode ser considerado como tendo mais força. De resto, sem que tenhamos perguntado o porquê da pouca familiaridade, um terço dos/as que a afirmaram apontaram, como demonstram as falas de Benjamin e Camila, nesse sentido:

> a gente fica tão focado em produzir e, enfim... em focar noutras coisas, que quando diz respeito à nossa própria profissão... determinados assuntos a gente acaba deixando de lado (BENJAMIN, entrevista concedida ao autor)
>
> é uma profissão bem complicada, porque... a gente acaba entrando muito nas próprias demandas e é sucumbido pelo dia a dia mesmo, sabe, pelas pequenas coisas. Então para chegar nas grandes coisas, a gente tem que fazer muito esforço (CAMILA, entrevista concedida ao autor).

Identificadas diferenças de proximidade de jornalistas com o tema (a maioria distante dele), bem como de disponibilidade para o abordar, as possibilidades de aprofundar as discussões em cada entrevista variou significativamente, o que conduziu a análises mais limitadas. Especificamente sobre 'regulação da mídia' – de conteúdo e propriedade –, conseguimo-lo um pouco mais com 8 entrevistados/as[123]. Uma temática àquela relacionada – concentração de propriedade de mídia no Brasil – ocasionou maior participação de quase todos/as (13 jornalistas), o que permitiu explorar avaliações sobre a estruturação da propriedade de mídia no Brasil e relações daquela com a qualidade do jornalismo praticado no país. Nesse caso, não estão inclusas reflexões sobre significados de regulação e, apenas de forma tangencial, estão referências a possíveis atores

[123] São eles/as Arthur, Adriano, Bruno, Caio, Clara, Dayane, Emanuel e Elaine.

reguladores e objetos a regular (que nesse caso é assumida como prática voltada para a melhoria – ou, como por vezes afirmado, 'democratização' – do cenário identificado)[124].

Entretanto, a generalidade dos/as entrevistados/as mostrou-se disponível para refletir sobre regulação da profissão, objeto para que primeiro voltamos atenção.

8.2 Regulação da profissão

As perguntas voltadas para a temática em análise foram centradas em dois dos seus aspectos: por um lado, a regulação do acesso à profissão – abrimos espaço para a discussão perguntando quais as opiniões acerca da obrigatoriedade do diploma de ensino superior em Comunicação/Jornalismo – e, por outro, a regulação da sua prática – inquirimos se tinham posição definida sobre a necessidade, ou não, de serem criados órgãos profissionais para o efeito (proposta que, pelos menos desde a segunda metade do século passado, é bandeira de luta de entidades sindicais e outros núcleos – de pesquisa e ensino, por exemplo – que compõem o campo).

Os debates em torno do acesso à profissão de jornalista, bem como do seu estatuto enquanto tal, tiveram ponto alto quando, em 2009, o STF determinou que para a exercer não seria necessária titulação de ensino superior em curso específico. O processo, iniciado oito anos, culminaria, depois de decisões revogadas em favor e contra, com 8 votos a favor da inconstitucionalidade daquela exigência, apenas 1 contra. Segundo Pereira e Maia (2016), o desfecho teve fundamentado em dois princípios: um de ordem jurídica, sendo a inconstitucionalidade referente à recepção de decreto-lei (nº972, de 1969) instituído durante o regime militar (mais precisamente quando já estava em vigor o AI-5, documento legislativo que oficialmente marcou o início do período mais violento da ditadura no país), outro relativo à definição do próprio Jornalismo,

> visto como uma profissão exercida por pessoas que possuíam "intimidade com a palavra" ou "olho clínico". Durante o julgamento, o jornalismo foi comparado pelo relator do processo e então presidente do STF, Gilmar Mendes, a uma atividade semelhante à culinária, moda ou costura e que, por isso, prescindiria de uma formação superior (PEREIRA, MAIA, 2016, p.40).

A decisão, entendida como ataque à profissão e profissionais – ou melhor, aos seus estatutos como tal –, resultou no aumento da mobilização de entidades como FENAJ

[124] Criamos subsecção porque nela apenas são analisadas as respostas em que os/as jornalistas teceram avaliações sobre a estruturação da propriedade de mídia no Brasil e relações daquela com qualidade do jornalismo praticado no país – não estão, portanto, inclusas outras que versem sobre significados e atores/processos/objetos de regulação ou a (não) regular.

e Associação Nacional de Pesquisadores de Jornalismo. Em causa estava – e ainda está, mesmo que a discussão tenha arrefecido em variados espaços ("a questão do diploma a gente ouve muito na faculdade", informou Caio, "imagino que quando surgiu foi um puta bafafá nas redações, mas hoje em dia não mais") – o reconhecimento de que a atividade, para ser exercida de acordo com os princípios (voltados para o interesse público) que a legitimam (ou pretendem legitimar), ou seja, para conquistar algum grau de autonomia em relação a outras (e aos seus particulares princípios de organização), depende de um conjunto de conhecimentos especializados, coletivamente construídos e partilhados com base em tradições teórico-epistêmicas específicas. Entretanto, tal reconhecimento, ou, no caso, a sua ausência/fragilidade, não pode ser reduzida a uma decisão judicial – poderíamos argumentar que o caminho é inverso: em regimes democráticos, para que determinada orientação seja (ou deixe de ser) instituída em lei é necessário que seja reconhecida como justificada ao correto ordenamento da sociedade. O ponto a sublinhar é, então, que a percepção do jornalismo enquanto atividade que apenas exige 'intimidade com a palavra' ou 'olho clínico' não é exclusiva dos magistrados. Importa, aliás, sublinhar que, mesmo ao longo dos 40 anos em que a obrigatoriedade do diploma se manteve vigente, a atividade nunca foi exercida apenas por aqueles/as que conseguiam essa credencial. O decreto que instituiu a obrigatoriedade do diploma também instituiu a possibilidade de duas categorias de jornalistas: provisionados, aqueles que já exerciam a atividade mas não tinha formação acadêmica, e profissionais. Tal divisão manteve-se até aos dias atuais, principalmente em cidades do interior do país onde as dificuldades de realizar o curso de ensino superior são maiores (DIAS, 2013). Para isso também apontaram Davi e Elis que, favoráveis à obrigatoriedade do diploma, sublinharam que tal não deve significar a exclusão de outras pessoas que, sem o conseguir devido a condições materiais, desempenham uma importante função social nos veículos em que trabalham:

> eu cresci numa cidade do interior, e lá o pessoal que atua nas rádios... tem uma TV web também, tem um jornal impresso, acho que sim... mas, assim, as rádios no geral... não tem ninguém formado. Mas as pessoas conhecem da realidade da cidade, tem aquele traquejo do radialismo... então, assim, fazem muito bem, cumprem muito bem o papel deles (ELIS, entrevista concedida ao autor).

Camila, a única a explicitamente colocar-se contra a obrigatoriedade do diploma, apontou para sentido semelhante, criticando jornalistas que "batem palmas para a democratização da mídia" esquecendo que nesse "bolo" também deve estar incluída "essa questão, de que... qualquer um pode ser comunicador":

> se tem uma pessoa na área rural, que consegue dialogar bem com os pequenos agricultores através de um rádio, [...] ela consegue falar o que tem que ser falado... pode ser jornalista nessa função, de comunicador [...]. Pessoas fazem trabalhos fantásticos, dentro de comunidade, com um radinho, sabe. Então, assim, eu vou dizer que essa pessoa não é uma comunicadora? Não vou dizer. Eu sou super a favor, sabe (CAMILA, entrevista concedida ao autor).

A jornalista reconhece de seguida que a possibilidade de qualquer um/a 'comunicar' também abre espaço para a publicação de *fake news* e discursos de ódio, mas, questionada sobre como esse problema poderia ser enfrentado, sublinha que "isso acontece, às vezes, dentro de redação. Essa galera, colunista, que pode falar qualquer coisa", então, não percepcionando possibilidades de um maior controle sobre informações nocivas à sociedade, defende que o estatuto de jornalista diplomado/a não deve ser utilizado como estratégias para excluir do campo "pessoas que lidam com a verdade, que usam a comunicação para educar, para divulgar trabalhos".

As citadas falas apontam para a fragilidade das fronteiras do campo jornalístico, mais especificamente para a dificuldade em identificar a existência de um conjunto de conhecimentos, socialmente raros, partilhados por 'especialistas', que permita a construção e reconhecimento de uma autoridade que diferencia quem dele faz ou deve fazer parte. Se, como exemplificado por Carvalho e Messagi Jr (2014, p.59) "meia dúzia de termos técnicos servem para impor a autoridade médica", no Jornalismo, "a transparência da atividade, por ser uma profissão que se exerce publicamente e, portanto, mais um procedimento do que um conteúdo, faz com que a imposição pela autoridade profissional seja mais difícil". "Qualquer pessoa pode ser jornalista, basta achar que escreve bem, porque a tia falou", critica Bárbara ao defender a necessidade do diploma, acrescentando que "não é uma questão de escrever bem ou não, é uma questão de toda uma bagagem, de todo um treinamento, de toda uma ótica que precisa ser desenvolvida. Que você não encontra em qualquer lugar, de qualquer forma". De que bagagem ou ótica se trataria então? Se tentarmos uma resposta com base nas entrevistas será difícil de responder. Para essa indefinição contribui, julgamos, não apenas um certo distanciamento em relação ao exercício teórico (já frisamos anteriormente a primazia da aprendizagem voltada para a prática em contexto de trabalho), mas, o que é anterior a ele, um dos problemas que Meditsch (2010, p.97/98) identificou como crônico no

> processo de profissionalização do ofício em nível internacional: a inexistência de um corpo de conhecimentos específicos, amadurecido filosófica e cientificamente, consensuado internamente e reconhecido socialmente para justificar o fechamento do mercado de trabalho a seus

> possuidores, em nome da qualidade da prestação de um serviço público: o pré-requisito para o reconhecimento de qualquer profissão.

Em linha com o citado, ainda que a quase totalidade de entrevistados/as se tenha mostrado favorável à definição de fronteiras de acesso à profissão via diploma de ensino superior – para além de Camila, contrária, apenas Caio informou que não tinha posição definida sobre o assunto (mas, como Adriano, avaliou que seria importante a realização de uma prova de conhecimentos para aceder à profissão) –, a maioria fê-lo com base em argumentos ora bastante abstratos sobre as características do conhecimento especializado de que seriam detentores/as, ora com base noutros que dificilmente seriam reconhecidos como legítimos por atores exteriores ao campo – referimo-nos, no segundo caso, à redução de candidatos/as aos escassos postos de trabalho, justificativa apresentada por Bárbara, Davi e Adriano, o último sugerindo também a diminuição de cursos de jornalismo e o maior controle da sua qualidade:

> você está colocando no mercado uma quantidade de profissionais... gigantesco. Inclusive sem um controle da qualidade das escolas. Isso é um problema na outra ponta. Então eu acho que é um ponto que precisa ser revisto... será que existe a necessidade de se colocar tantos profissionais de jornalismo no mercado sem qualquer qualificação? (ADRIANO, entrevista concedida ao autor).

Ponto importante ainda a destacar: 3 jornalistas (Arthur, Emanuel e Elaine) mostraram-se surpresos/a quando informamos que o diploma de ensino superior não é exigência legal para aceder à profissão. Face à informação, sublinhariam que de qualquer forma as empresas, ao menos "as melhores", como frisado por Emanuel, "só contratam pessoas que são... que passaram por um curso. Só se contrata com diploma". Ainda que tal possa ser verdade, as considerações são, em nosso entender, indicativas da lógica identificada por Carvalho e Messagi Jr (2014, p.71) ao refletirem sobre possíveis consequências da decisão do STF: "retira da profissão seu caráter autonômico do ponto de vista científico/teórico/intelectual para reger estas relações a serem definidas pelas vontades do mercado". Davi e Elis também relacionaram a importância do diploma à conquista de emprego: o primeiro considera que essa questão talvez seja "um pouco mais preocupante para essas novas gerações, porque quem já está no mercado, digamos, estabelecido, talvez não se preocupe tanto", a segunda refere que decidiu fazer o curso partindo "desse princípio: a formação vai ser importante para me dar um embasamento que vai ser cobrado no momento que for trabalhar". Não tratamos, naturalmente, de apontar uma anomalia por a graduação ser realizada, também, para a conquista de emprego, mas de sublinhar que, por comparação aos discursos de instituições, como

FENAJ, que procuram legitimar a obrigatoriedade do diploma junto da população e outros atores, identificamos uma importante diferença: a quase ausência de explicitas referências à concepção de que o ensino acadêmico de Jornalismo é porta de passagem essencial à construção e sedimentação dos parâmetros éticos da profissão (que, aliás, dão sustento à conquista de autonomia do/no campo, bem como, nele, à distinção entre agentes, entre eles proprietários de veículos e profissionais, demarcando as fronteiras entre diferentes lógicas que influenciam as produções jornalísticas). Apenas 2 jornalistas apontaram nesse sentido, curiosamente, ambos integrantes do pequeno conjunto de entrevistados/as que desconhecia a não exigência do diploma:

> eu vejo o diploma como essencial para o exercício da profissão de jornalista, principalmente das funções de repórter, produtor, editor e editor-chefe. Sabe, essas funções de linha de frente, onde a gente precisa lidar com a informação, *a gente precisa de uma abordagem ética com a informação*... sem o curso de jornalismo é difícil (EMANUEL, entrevista concedida ao autor, *grifos nossos*).
>
> Eu acho que cada vez mais o diploma é necessário, precisa ser necessário e valorizado, para que possa haver a *responsabilidade com a informação* (ELAINE, entrevista concedida ao autor, *grifos nossos*).

Isso não significa, sublinhamos, que a ética profissional não é valorizada ou considerada traço central do 'ser' jornalista, mas que na maioria das entrevistas realizadas ela não é explicitamente relacionada ao porquê de a frequência do curso de ensino superior ser fundamental. Foi, entretanto, um dos elementos mais vezes acionado quando entrevistados/as, na quase totalidade, se posicionaram favoravelmente a uma maior fiscalização da prática profissional (o tema não foi abordado com 3 jornalistas que, por não estarem familiarizados com ele, preferiram não emitir opiniões). Adriano foi aquele que mais energicamente criticou a sua ausência:

> a gente tem que praticar o jornalismo de qualidade, verdadeiro, ouvindo todos os lados, com edição decente, honesta... agora, vamos responder também pelos erros. Não dá para achar que só tem santo no jornalismo, pelo amor de deus. Eu conheço muito companheiro que transformou o Jornalismo em balcão de negócio, que vende notícia, negativa e positiva. Isso é prática diária no Brasil, isso é uma vergonha. Eu já fui secretário de imprensa... e quantos jornalistas me tentaram forçar a comprar espaço publicitário para não bater na figura que eu assessorava? Isso é uma prática nojenta no Brasil, todos sabem disso (ADRIANO, entrevista concedida ao autor).

Surpreendentemente, apesar dos relatos no capítulo anterior sobre a falta de autonomia em função de influência organizacionais e institucionais, apenas Bruno e Clara afirmaram que a eventual criação de um órgão profissional de âmbito nacional, se regulamentando os princípios do código de ética e definindo mecanismos para a

fiscalização dos conteúdos produzidos com base naquele, poderia servir à proteção de profissionais. Bárbara foi a única a posicionar-se contrariamente a iniciativas de tal natureza, declarando que em sua opinião apenas as profissões "que geram problemas físicos nas pessoas, risco de vida e tal" devem ser objeto desse tipo de regulamentação. Para justificar a posição acrescentaria:

> a gente responde diretamente, pela legislação, pelos atos de calúnia, injúria, difamação... eu só aprendi [*risos*] essas três coisas na minha aula de legislação... mas enfim, são crimes e estão previstos dentro da... tem uma série de posturas esperadas da gente, que eu acredito que a maior parte dos jornalistas siga. Espero, pelo menos (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor).

Ainda que a maioria (dois terços) tenha defendido a necessidade de uma maior fiscalização sobre a qualidade dos conteúdos publicados (não a publicar, importante sublinhar) por jornalistas – por vezes argumentando que tal poderia contribuir para a legitimação social da profissão, principalmente levando em conta que a diferenciação entre quem é ou não jornalista, o que é ou não informação 'verdadeira', se torna mais difícil na atualidade devido à multiplicação de novos produtores em ambiente digital ("cada dia surgem mais e mais e mais... gente até que nem jornalista é e que faz o papel, né, de jornalista", afirma, por exemplo, Dayane; "agora não tem controle nenhum. Estamos num mato sem cachorro, como se diz no sertão", critica Adriano) –, parte substancial daquele/as (mais da metade) reconheceu dificuldade em conceber como tal poderia ser realizado sem que resultasse em, ao menos risco, de censura. Também por esse motivo Elis evitou posicionar-se a favor ou contra de novas formas de regulação da prática profissional:

> é difícil, porque a pessoa falar 'regular'... tem um tom *[risos]*... é muito difícil... porque querendo ou não, a gente trabalha com algo que às vezes é muito subjetivo, sabe, é muito da interpretação de quem está fazendo, da interpretação de quem vai assistir. E aí é mais difícil [do que em outras profissões] você fazer essa avaliação, para chegar nesse limite, ali, do que é controle, do que a regulação, do que é censura. É difícil... mas aí, quando maus exemplos gritam, aí você vê a necessidade que precisava ter algo para... regular (ELIS, entrevista concedida ao autor).

Sendo matéria de fato sensível, julgamos que a dificuldade de vislumbrar caminhos resulta da reconhecida pouca familiaridade com o tema, bem como do desconhecimento de mecanismos, mais ou menos próximos, que já existem e podem ser acionados. Falamos, por exemplo, da Comissão de Ética do SINJOPE, organismo comum às entidades sindicais da categoria no demais estados brasileiros, apta a receber denúncias (de jornalistas e sociedade em geral) sobre condutas em desacordo com o código de ética

da profissão, sendo também responsável pela apuração das supostas infrações e audiência com envolvidos/as, além de julgamento e publicação de eventuais sanções. Menos de um terço dos/as jornalistas, 4, informaram saber da sua existência, sublinhando ainda que não era um organismo que acompanhavam ou a que alguma vez tivessem recorrido, e, portanto, não estariam em condições de avaliar a sua atuação.

8.3 Regulação da mídia

Colocada a questão 'que avaliação faz da regulação do sistema de mídia no Brasil?' (sugerida a hipótese de ser realizada quanto à propriedade, conteúdo e/ou financiamento), apenas Arthur, evitando diretamente responder à pergunta, se posicionou contrário a eventuais alterações em práticas regulatórias, defendendo em um primeiro momento que "para concessão pública a gente precisava obedecer regras que a Constituição já impõe". O tempo verbal empregado sugere que as eventuais regras – não precisou quais – não são cumpridas, no entanto, reconhecendo estar "bastante por fora" dos debates sobre o tema, declarou ter bastante "receio" de eventuais resultados que possam advir de alterações ao que já está colocado para o setor:

> quanto mais regulação tem... a gente fecha mais as possibilidades. Sobretudo neste momento. O meu medo, [*risos*] sempre o meu medo vem desse Congresso, ou dos congressos que a gente elege, e aí deixar para esse povo discutir... estabelecer o que vai ser regulação. Talvez seja melhor deixar sem regulação (ARTHUR, entrevista concedida ao autor).

Dado a entender que 'regulação' estaria limitada ao processo legislativo conduzido por entidades estatais, do qual outros setores da sociedade (associações profissionais e patronais, por exemplo) estariam afastados, questionamos se considerava possíveis ou positivas outras formas de regulação, não apenas ou necessariamente que incidissem sobre a concessão de canais de radiodifusão, mas voltadas, por exemplo, para a regulação da qualidade dos conteúdos midiáticos produzidos ou a produzir, momento em que se afirmou "completamente contra previamente regular, ou controlar o conteúdo", argumentando que a sociedade já regula: "ela filtra, como um canal de televisão, então ela... vai ficar no que julga melhor para ela e tal... e eu acho que, naturalmente, essas questões são resolvidas de forma, realmente, mais liberal" (ARTHUR, entrevista concedida ao autor). A perspectiva é semelhante à historicamente defendida por entidades representativas de proprietários de mídia quando o tema alcança maior visibilidade pública, no entanto, com a fundamental diferença de que são acionadas a partir de

diferentes posições: aquelas, participando ativamente nos processos regulatórios (legislativos, inclusive), recorrem a ela para coibir a discussão pública e tentar preservar os dispositivos que servem à manutenção de uma estrutura que levanta obstáculos à real participação social na construção de parâmetros democráticos para o funcionamento do sistema de mídia (BARROS, 2014; FERRAZ, 2014; MASSUDA, 2013). Arthur critica a ausência de debate público na sociedade brasileira, reconhecendo também que "quanto mais livre... mais complicado fiscalizar, mas menos perigoso para controle de certos grupos", mas em nenhum momento identificando que deles fazem ou poderão fazer parte agentes do campo jornalístico, o que sugere a possibilidade de uma autonomia relativamente elevada (ou tão elevada quanto possível) daquele em relação ao político e econômico. No entanto, contradição fundamental que julgamos necessário sublinhar, a defesa de que a melhor ferramenta para regular a qualidade dos produtos midiáticos é o índice de audiências aponta para uma

> legalidade externa e puramente comercial, [...] contribui[ndo] para exercer sobre o consumidor supostamente livre e esclarecido as pressões do mercado, que não têm nada da expressão democrática de uma opinião coletiva esclarecida, racional, de uma razão pública (BOURDIEU, 1997, p.97)

Em posição diametralmente oposta de Arthur, Clara critica a não existência de regulação de conteúdo no país, relacionando essa ausência à crise sociopolítica que desde 2013 o Brasil atravessa:

> ninguém responde por nada. Você faz uma capa como a Veja faz, e como essas revistas fazem, coloca um ex-Presidente da República vestido de prisioneiro... faz uma série de coisas, e ninguém responde por isso. Fica por isso mesmo. Não há regulação da mídia, não há! (CLARA, entrevista concedida ao autor)

Em posição intermédia, Adriano, que também aponta para o envolvimento dos principais veículos de mídia no país na criminalização do ex-presidente Lula, defende, em um primeiro momento, que a legislação existente é suficiente para regular o conteúdo:

> você tem, dentro da lei que rege as comunicações brasileiras, que são concessão pública, como ir para cima de uma empresa dessa que manipula informação para derrubar um presidente da república – exemplo disso foi a Lava Jato – e ela sofrer as penalidades (ADRIANO, entrevista concedida ao autor).

Afirmação que dá conta de uma perspectiva personalista sobre regulação, "a comunicação brasileira", segundo o entrevistado, "precisa é de gente séria", completando com a contraditória assertiva de que "a gente tem liberdades, só precisa deixar praticá-las". A avaliação é, na verdade, mais direcionada para a impune instrumentalização de veículos de mídia por parte de empresários do que para a necessidade ou não de alterações

nas práticas regulatórias. Entretanto, ainda sobre a citada fala de Adriano, é necessário frisar que a legislação brasileira não contempla a possibilidade de aplicação de penalidades a órgãos de comunicação devido a informações publicadas. Tal era previsto na chamada Lei de Imprensa (Lei nº5.250), promulgada em 1967 (já em contexto de ditadura civil-militar), tendo sido por completo revogada em 2009. Na ausência de outros, o que de mais perto se aproxima a um mecanismo para correção de informações 'erradas' (quem assim as considere) é a Lei nº13.188, que em 2015 regulamentou o direito de resposta. Para isso mesmo apontaria o próprio entrevistado, que, contrariando a fala inicial, reconhece:

> não tem legislação nenhuma, quase, sobre isso [regulação de conteúdo]. Não há limites. [...] você tem que entrar na justiça para conseguir o direito de resposta na proporção que foi dada à notícia. Só na justiça você consegue isso. Só que aí o estrago foi feito, entendeu, até você conseguir (ADRIANO, entrevista concedida ao autor).

A avaliação aponta também para o reconhecimento da própria limitação em apontar soluções para um difícil problema: ao longo do entrevista, o jornalista defendeu por diversas vezes, fazendo referência a diferentes casos (principalmente a notícias sobre o e a ex-presidente/a do PT, mas também sobre as coberturas em editorias/programas de Polícia), ser necessário instituir "punições" contra informações falsas ou antiéticas, invariavelmente sublinhando que não falava de censura, mas de regulação, sendo a distinção relacionada aos momentos em que as ações seriam realizadas – "não defendo que você proíba. Isso é censura. Você tem que deixar publicar. Agora, que os veículos de comunicação saibam que estão oficialmente respondendo pela informação que está ali" (ADRIANO, entrevista concedida ao autor). A frase anterior, "só que aí o estrago foi feito", indica a percepção da limitada efetividade de uma regulação apenas *à posteriori*, não conseguindo o entrevistado conjecturar outras democráticas possibilidades – "alguma coisa tem que ser mudada. Eu não me acho, também, preparado para dizer qual é o caminho [...]. Mas que está errado, está!" (ADRIANO, entrevista concedida ao autor). Aqui julgamos pertinente sublinhar que, considerada a integralidade das 15 entrevistas (também sobre condições de trabalho), a palavra 'censura' apenas foi utilizada por jornalistas em referência ao tema 'regulação'[125], da mídia e da profissão, sendo que na primeira, esta que agora analisamos, a menção ao receio de que as práticas se tornassem

[125] Mesmo ao refletirem sobre limites/impedimentos editoriais nas empresas em que trabalhavam, apenas Dora fez referência a censura, quando, relembramos, afirmou que "sempre também eles vinham falar com muito cuidado para que a gente não interpretasse como uma censura ou algo nesse sentido. Mas no fundo, no fundo, a gente... né? Sabe que... passa muito por isso".

equivalentes, sendo por isso necessário proceder a uma cuidadosa distinção, foi majoritária entre aqueles/as que avaliaram como positiva ou necessária (apenas Arthur se afirmou contrário) a eventual criação de mecanismos para regulação de conteúdo. São disso exemplos Dayane e Emanuel:

> tem imprensa marrom, né, imprensa que não é séria. Eu acho que deve haver sim, regulação... porque a desinformação, ela pode prejudicar... muito, então... eu sou a favor de uma regulação, mas assim... cautela, sabe? Acho que tem que ter muito critério também, para não virar uma censura (DAYANE, entrevista concedida ao autor)

> Antes de ir ao ar, eu acho que vale a regulação interna, do próprio meio de comunicação. Depois que vai ao ar... eu acho que sim, deveria. Muitos excessos ainda acontecem, tipo... aqui já foi corpo para o ar, e a gente não pode mostrar corpo. Ainda acontecem esses tipos de problema no jornalismo, especialmente aqui do Nordeste, relacionado às pautas policiais. E a regulação da mídia... eu vejo que ela... ela iria coibir esses excessos. Agora... o problema é esse: existe uma linha muito tênue entre a regulação da mídia e a censura. Mas... que ela é necessária, em minha opinião, sem dúvida (EMANUEL, entrevista concedida ao autor).

As limitações à efetividade de uma regulação de conteúdo *à posteriori* – que também foi majoritariamente defendida como estratégia para diminuir os riscos de dirigismo político por parte de atores (reguladores) externos ao campo –, tornam-se mais explicitas quando exploramos as percepções de jornalistas sobre a propriedade de mídia no Brasil.

Sublinhando a nociva concentração de mídia privada nas mãos de poucos grupos – são "6 famílias que praticamente manipulam a comunicação de massa, no país todo, e aí é quase um pensamento único", avalia Clara –, 5 jornalistas defenderam a necessidade de serem realizadas alterações, legislativas ou outras que não especificaram, para alterar o cenário. Desde logo, as críticas são dirigidas ao processo de outorgas de radiodifusão. "Como é que se consegue uma concessão de rádio e TV?", questiona Bruno, em seguida respondendo: "você tem que ter uma influência muito grande lá no Congresso Nacional, você tem que conhecer alguém". "É uma moeda política", assevera Adriano, completando:

> não tem essa... essa coisa de dicotomia de "os políticos estão aqui, os meios de comunicação tão ali". Não existe. Ou eles são totalmente donos dos veículos... na prática mesmo, eles são donos dos veículos... ou os donos têm uma ligação estreita com os partidos políticos (ADRIANO, entrevista concedida ao autor).

Emanuel começou a abordar a temática frisando que não se trata apenas de regulação, mas de "democratização também". A diferenciação aponta, mais uma vez, para os horizontes normativos a que a temática 'regulação' é relacionada. Questionado sobre

a que se referia mais exatamente, descreveu algumas das relações de propriedade que empresários nos principais veículos de comunicação em Recife mantêm com outras áreas de negócio, o que, "por óbvio", afirmou, coloca limites à autonomia profissional. Identificaria ainda relações de natureza semelhante noutros estados do Brasil, apontando também relações com o campo político, finalizando, depois de longo relato, que a sua "visão sobre a democratização da mídia no Brasil é: é necessário alguma coisa ser feita para que... a gente neutralize essas discrepâncias" (EMANUEL, entrevista concedida ao autor). As relações, descritas como históricas por aqueles que as abordaram, desaguam, ao sublinharem as fortes relações de interdependência entre os agentes que ocupam posições de maior destaque nos diferentes campos (governantes políticos, grandes proprietários de mídia privada e outros agentes do campo econômico), na dificuldade de conjecturarem possíveis e concretos caminhos para mudanças. O mais frequentemente sugerido foi a proibição, via legislação, da formação ou continuação de monopólios ou conglomerados de mídia – princípio previsto na Constituição Federal de 1988 que continua por regulamentar. Outro caminho, apenas sugerido por 2 jornalistas, seria a definição de regras de financiamento estatal para coibir a dependência econômica de veículos em relação a governos, mas que, simultaneamente, colaborassem para a sua viabilidade financeira – Adriano refere-o para veículos de propriedade pública e Elaine para veículos de propriedade privada:

> eu acredito muito na comunicação pública. Eu acredito que se possa partir para um modelo... de o poder público financiar como Estado, e não como governo. [...] independente do partido que assuma, você precisa ter garantias públicas de que a emissora vai sobreviver independente. Precisa ter garantido no orçamento público, o valor X, pela lei, para produzir conteúdo educacional, cultural, informativo, para a população. É política de Estado. Ou seja, se você tem uma televisão que vai produzir jornalismo de qualidade, você vai bater de frente com as emissoras privadas (ADRIANO, entrevista concedida ao autor)
>
> se houvesse um financiamento garantido, digamos assim, isso daria às emissoras talvez uma certa liberdade de escolher a linha editorial delas. [...] acho que se houvesse algo que fosse pré-determinado, que fosse fixo, institucional, independente de escolha de governo ou não, daria aos veículos um pouco mais de respiro para dizer "Não, eu vou bater se tiver que bater e eu vou elogiar se tiver que elogiar!" Então eu acho que passa um pouco por essa questão do financiamento [...] acho que essa não é uma fórmula perfeita mas é talvez um caminho que eu acho que deveria ser cogitado (ELAINE, entrevista concedido ao autor).

A proposta de Elaine sugere que o aumento da autonomia do campo jornalístico estaria relacionada a uma maior independência financeira dos veículos, o que, devido à estruturação hierárquica daqueles – sendo a direção dos principais conglomerados de

mídia ocupada por agentes que ocupam posições de destaque nos campos político e econômico (ou que com eles mantêm relações de grande proximidade) –, manifestamente é considerado insuficiente pela maioria dos/as entrevistados/as. Tais considerações, que são bastante próximas das tecidas por aqueles/as que se dispuseram a refletir sobre regulação de propriedade de mídia, são as mais comuns quando perguntamos – também levando em conta que um dos elementos que contribuíram para a defesa de uma maior fiscalização da prática profissional foi o identificar do aumento de produtores de informação em ambiente digital – se, na opinião do/a entrevistado/a, a propriedade de mídia no país está mais próxima da concentração ou dispersão.

Dora e Dayane são as exceções à geral consideração de que o sistema de mídia é caracterizado pela concentração de propriedade. A primeira considerou existir "sim uma pluralidade", mas que está "muito mais concentrada no sul e no sudeste do país" – a avaliação, realizada com base em pesquisa de pós-graduação que desenvolveu, é somente sobre um meio, o rádio, tendo evitado fazer outras porque, suas palavras, "não é uma área minha de tanto conhecimento" (DORA, entrevista concedida ao autor); a segunda avaliou que "tem muita coisa, está mais pulverizada", o que é benéfico para a população porque "quanto mais informação, melhor", chamando atenção que o cuidado a ter com tanta oferta é a filtragem de informações falsas, saber "o que é que a gente vai consumir e de que forma vai consumir" – vários/as jornalistas frisariam o mesmo ponto, mas, diferente desses/as, em sua opinião

> não tem concentração de poder... é até mais difícil hoje. E se a grande mídia também não tentar viver esse mundo de streaming... ela ficar refém de um só meio... por exemplo você fazer só jornal... ela vai perder público, né. Então, assim, tem muita opção (DAYANE, entrevista concedida ao autor).

Bárbara foi uma das entrevistadas a considerar que o exponencial aumento de novos canais de informação possibilitado por novas ferramentas tecnológicas é uma "benção" – facilitando que "qualquer pessoa ou segmento tenha voz dentro da realidade", assim dificultando a concentração do poder das grandes empresas de comunicação pautarem a discussão pública –, mas ao mesmo tempo uma "maldição", porque tem "dado voz a segmentos da sociedade" que "não gostaria que estivessem tendo esse tipo de alcance... grupo que reforça preconceito, grupo que passa *fake news*..." (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor). A dualidade da maior liberdade para comunicar, em simultâneo solução e problema, é um dos temas mais recorrentes. Sobre ele, Bruno surge destacado ao sugerir que "tudo isso", o controle de qualidade de publicações (não apenas

jornalísticas, mas de outros atores, como "youtubers" ou "*haters"*) em ambiente digital, "também depende de uma evolução na Constituição e na legislação, do ponto de vista até de punição, para quem agride, para quem mente, distorce", sendo assim o único a não relacionar o enfrentamento à problemática por viés exclusivamente individual (a capacidade do usuário produzir/ consumir com qualidade).

Também sobre a menor concentração de propriedade e poder (os dois elementos são invariavelmente acionados em conjunto) com o advento, principalmente, da internet, a maioria dos/as jornalistas sublinha que ela, nos seus positivos efeitos – normalmente fazendo referência a veículos de jornalismo independente, como *Marco Zero Conteúdo* (relembrado ao ser referida a cobertura do Caso Estelita, em Recife) ou *The Intercept* (majoritariamente referido em relação à cobertura sobre a Operação Lava Jato), que consideram produzir um jornalismo de melhor qualidade, menos influenciado por particulares interesses político-econômicos) –, é limitada porque as estruturas que lhe são anteriores continuam a ter peso preponderante. A título de exemplo, Bárbara refere que os grandes conglomerados, trabalhando em rede, têm maior capacidade produção e distribuição de conteúdo, Arthur relaciona as desiguais possibilidades de acesso a tradicionais (televisão e rádio, principalmente) e novos (digitais) canais de comunicação a diferenças socioeconômicas da sociedade brasileira, e Bruno sublinha a desigualdade de recursos materiais – "esses grandes grupos já estão usando esse poder que têm para largar na frente. Todos estão fazendo interações com a internet, com as novas plataformas" – e simbólicos – "não vão desaparecer, pelo contrário. Principalmente em lugares como o Brasil, ainda vão ter um certo grau de credibilidade, devido à disseminação dos seus nomes, da sua marca" – que os colocam em melhor posição. Ainda que o objeto abordado nas respostas não seja a regulação, alguns dos aspectos mencionados por jornalistas apontam, julgamos, para a necessidade de aquela ser pensada de forma integral, não apenas 'conteúdo' ou 'propriedade' ou 'financiamento', uma vez que estão, por diferentes caminhos, interconectadas. Desde logo, a existência de mais canais de comunicação não significará muito (ou tanto) se desconsiderado quem tem acesso (produção e consumo) a eles, quais os seus modos de produção e financiamento, possibilidades de viabilidade financeira e, portanto, posições que ocupam em relação a outros no sistema de mídia – desde logo, aos tradicionais meios e, principalmente, conglomerados, que têm diferentes, históricas, possibilidades de existência devido aos capitais acumulados. Assim, apesar da crescente diversificação, a maioria considera que a concentração, de propriedade e audiências, continua a marcar a realidade midiática no

Brasil, o que na generalidade é avaliado como negativo devido aos efeitos que tem na sociedade. Adriano, um dos que apontou para a sua histórica existência, questiona:

> você já parou para pensar quantas décadas o Brasil viveu sob a tutela de um único grupo de comunicação? Em que ele elegia, derrubava, implantava ditadura... décadas, nós vivemos sob essa tutela. Por quê? Porque um único grupo de comunicação falava com o Brasil inteiro e detinha 70% da audiência de televisão. Era uma verdade absoluta. Veja que risco à democracia. Isso foi um estrago sem tamanho na vida política brasileira, no desenvolvimento da consciência política do povo brasileiro (ADRIANO, entrevista concedida ao autor).

Também Ana aponta a "audiência muito grande", de rede Globo (a que, sem explicitar, Adriano se referia) e outros conglomerados, "um poder" que contribui para a escassez de pluralidade de discursos: "tudo o que dizem é como se fosse a verdade absoluta". São de vários/as jornalistas as referências no mesmo sentido, como também são as que apontam, a exemplo de Bárbara, que "esse poder absoluto" é por vezes utilizado para "manipular a informação e fazer com que tenha um impacto sobre a vida do país". Ainda que em menor frequência, e por parte de menos jornalistas, referências positivas aos principais veículos do país também surgem – Caio é um dos que o faz, reconhecendo o importante papel de alguns (como Globo, a que mais vezes é mencionada no conjunto das entrevistas) na rápida transmissão de essências informações sobre a pandemia de covid-19 para a maioria da população –, mas, ainda assim, o excesso de poder é insistentemente criticado – sobre aquele assunto, o jornalista complementa: "às vezes temos que contar com a sorte de que o posicionamento do maior conglomerado de mídia do país vai ser positivo, porque se não for... as coisas complicam" (CAIO, entrevista concedida ao autor).

Sendo a nociva concentração de mídia normalmente relacionada às históricas e atuais relações de clientelismo entre proprietários e atores políticos ou econômicos – "de um lado você pede uma coisa, e você barganha, e consegue do outro. É uma moeda de troca muito forte" (DAVI, entrevista concedida ao autor) –, jornalistas apontam uma vez mais para poucas ou muito difíceis possibilidades de melhorias. Desde logo devido à diferença das relações de poder, ao interesse dos atores que ocupam posições privilegiadas em manter o *status quo*: Davi, um dos jornalistas mais pessimistas sobre o assunto, considera que

> quem manda vai continuar mandando, e quem é mandado vai continuar recebendo ordem. Você pode até querer que as relações mudem, você pode até querer que exista mais igualdade nessas relações, mas se, para quem está lá em cima, não é interessante... tanto faz (DAVI, entrevista concedida ao autor).

A fala dá conta, julgamos, de uma avaliação demasiado estática das relações sociais, não contemplando a necessidade de disputas pela legitimação da ordem social, que, se influenciadas pelas estruturais desigualdades na distribuição de recursos, têm lugar em um espaço onde coexistem movimentos e interesses antagônicos – disso é exemplo a construção dos princípios para a Comunicação Social que constam na Constituição Federal, bem como as lutas pela realização da CONFECOM ou criação de agência reguladora da profissão. Se os resultados daqueles nunca alcançaram os desejados por entidades profissionais e movimentos sociais que erguem a bandeira da democratização da mídia, eles não devem ser desconsiderados, quanto mais não sejam porque apontam para outros horizontes normativos e para concretas propostas de alternativas. Instados /as a refletir sobre tal, Caio é um dos que afirma não conseguir "nem vislumbrar o que poderia *[risos]* servir... que tipo de mudança, administrativa, ou que tipo de... não sei, não sei". Camila, no mesmo sentido, retruca à pergunta colocada com mais questões:

> como é que a gente vai... como é que as pessoas vão se organizar, para fazer com que isso dê certo? Como é que tu vai tirar uma pessoa que sempre esteve no poder? Eu acredito que para chegar nesse nível, outras coisas, enquanto sociedade, já vão ter que ter avançado. Agora eu não consigo visualizar isso acontecendo. Não consigo (CAMILA, entrevista concedida ao autor).

A consideração de que alterações no sistema de mídia estão dependentes de outras, anteriores, mais estruturais, é também consensual entre entrevistados/as. Normalmente relacionadas à mudança na estrutura governativa do país – "é preciso que o país tenha de volta a liberdade, o Estado Democrático de Direito [...] tem que mudar toda a estrutura do governo, e teria que mudar os representantes no Congresso" (CLARA, entrevista concedida ao autor) –, o que, mesmo acontecendo, é percebido como não garantia de reais mudanças para a Comunicação – "quem a gente tem por trás dos veículos de comunicação são atores políticos... isso é algo que a gente vai discutir muito ainda. Mas enquanto a gente tiver esses atores por trás... dificilmente a gente vai conseguir algo" (DORA, entrevista concedida ao autor), o círculo tende a fechar-se. Mas não completamente. Na dificuldade de identificação de outros caminhos, surge com mais frequência o reconhecimento de que um imprescindível, mas difícil, passo a ser dado, também por jornalistas, é o maior envolvimento com o tema e o alimentar do debate público. Como consegui-lo? É difícil de responder. Nesse caso, como aponta uma das mais enfáticas falas, voltamos com frequência a problemáticas iniciais:

> não sei se você já estudou semiótica... a primeiridade você fica na superfície total das coisas, a secundidade você entende causa e consequência, mas não vai além, e na outra você se apropria de forma mais plena, mais profunda, do símbolo, do significado, pensa a respeito. Mendigo não pensa na eleição de 2022, no que é que ele vai estar fazendo daqui a dez anos... ele pensa na próxima comida. Ele pensa se tem o que comer naquele dia, no máximo no dia seguinte. Ele não pensa no futuro. E a gente leva uma vida desgraçada, dentro do jornalismo atualmente. O tempo que eu não despendia trabalhando lá, e que eram muitas horas, qualquer serviço que me aparecesse... e eu tenho filho pequeno. Eu tenho minha casa. Eu tenho minha vida. Dá para eu fazer isso aí? É triste. Eu tenho um projeto de fazer doutorado faz anos. Mas como é que você faz? Eu não tinha perna mais para isso. Porque infelizmente eu estava na luta para conseguir pagar a conta de luz que estava para vencer (BÁRBARA, entrevista concedida ao autor).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quatro elementos deram fundamento à definição do nosso estudo: 1) a compressão de que o jornalismo, integrado no sistema de mídia, campo estruturado e estruturante, colabora de forma preponderante na construção social da realidade; 2) a identificação do aumento de violências contra veículos de comunicação e jornalistas em anos recentes, que, influenciadas por novas formas de populismo político e políticas estatais de cunho autoritário, apontam também para críticas, mais ou menos legítimas, às estruturas, valores, produtos e produtores/as do/no campo; 3) a defesa de ser necessário, para críticas voltadas para a fundamentação de um jornalismo pautado pelos valores que historicamente lhe são atribuídos (defesa de ideais democráticos e serviço público), analisar as diferentes posições e relações que agentes do/no campo ocupam e desenvolvem, sendo de sublinhar que jornalistas – uma das categorias, também com diferenças internas, que o compõem – são influenciados/as por diversas condicionantes, não produzindo, sempre e completamente de forma autônoma, o que, como e quando querem; 4) a crítica à concepção de 'o jornalista profissional', abstração por meio da qual aquele é definido em função da imparcial produção de notícias, o que contribui para invisibilizar questões relativas às condições em que produzem e são (sujeitos plurais), eles/as mesmo, constituídos/as.

Relacionado ao último ponto, estabelecemos como primeiro objetivo, também devido à escassez de dados atualizados no espaço geográfico que focalizamos, investigar, por meio de questionário, as características demográficas e profissionais dos/as jornalistas que em 2019 trabalhavam nas empresas privadas de maior dimensão com sede em Recife[126].

Resumindo o que abaixo detalhamos, os/as jornalistas – registrada a paridade de gênero – eram, na maioria, jovens, brancos/as, cisgêneros/as, contratados/as com carteira assinada, tinham pouco tempo de experiência profissional, formação de ensino superior, auferiam baixa renda e trabalha mais de 7 horas por dia.

---

[126] Os veículos são CBN Recife, NETV, G1 Pernambuco (em 2019, propriedade do grupo Rede Nordeste de Comunicação); Diário de Pernambuco (Grupo R2); Folha de Pernambuco (Grupo EQM); Jornal do Commercio, Rádio jornal, TV Jornal, NE10 (Grupo JCPM); TV Clube e OP9 (Sistema Opinião de Comunicação). Para preservar o anonimato de participantes, os veículos foram, em função do grupo proprietário, organizados em cinco categorias (sem correspondência com a ordem antes apresentada): grupo A, B, C, D e E (o grupo A, por exemplo, não corresponde necessariamente aos veículos do grupo Rede Nordeste de Comunicação).

Apenas 22% dos/as jornalistas tinham mais de 40 anos. Sendo o número de mulheres e de homens quase idêntico**,** a média de idades dos dois gêneros era também semelhante, compondo a média geral: 32 anos. 25% declararam-se pardos/as, 12% negros/as e apenas 2% amarelos/as – os/as demais, 61%, brancos/as. As principais diferenças, levando em conta os marcadores sociodemográficos, são relacionadas à identificação étnico-racial: 85% dos jornalistas negros/as tinham no máximo 30 anos, proporção que é, respectivamente, de 52% e 45% entre pardos/as e brancos/as; há paridade de gênero ao considerarmos a hierarquia de cargos ocupados, entretanto, as mulheres nos primeiros dois níveis (chefias e chefias intermediárias) são, majoritariamente, brancas (36% daquelas, 9% não-brancas), diferença que, ainda que menos explícita, também se verificou entre homens (32% de homens brancos nos primeiros níveis, 20% de não-brancos). Os dados são relevantes por apontarem para desiguais possibilidades de acesso ao campo, as quais, no entanto, não serão característica exclusiva daquele. Sobre marcadores sociodemográficos, importante também apontar que nenhuma pessoa se declarou transgênera – como já discutido em trabalho anterior (CAEIRO, 2016), um dos grupos populacionais que no Brasil enfrenta maiores obstáculos no acesso a espaços de educação formal, de trabalho etc.

Considerado o tempo de experiência profissional, a maioria está concentrada no intervalo mais baixo: menos de cinco anos. Também a maioria trabalhava no atual empregador há relativamente pouco tempo: no máximo, dois anos. A moda é igual para as duas variáveis: dois anos. Dado também relevante: um em cada cinco participantes era estagiário/a. Entretanto, quanto à formação acadêmica, apesar de o diploma em Jornalismo ou Comunicação com habilitação em Jornalismo não ser legalmente exigido para o acesso à profissão, todos/as (exceto estagiários) eram graduados/as, quase todos/as (96%) em uma daquelas áreas. Número expressivo, 49, tinham realizado ao menos uma pós-graduação. A percentagem de estagiários/as era significativamente superior nos grupos B e C, tendência inversa quanto à presença de pós-graduados/as (em menor número naqueles grupos). São também aqueles grupos que, de acordo com os resultados de questionários e entrevistas, oferecem piores condições de trabalho.

Quase todos/as os/as profissionais (96%) eram contratados/as com carteira assinada, dado relevante se considerado que outros estudos dão indícios de uma trajetória ascendente de contratos de trabalho mais flexíveis no jornalismo. O dado que identificamos, no entanto, deve ser lido à luz dos caminhos por que construímos a

amostra, que não é representativa da população – mas aponta, julgamos, para relevantes tendências, uma vez que cerca de metade dos/as jornalistas identificados naqueles espaços (181 de 364) participaram no estudo. No entanto, por si só, o contrato CLT não é garantia de estabilidade empregatícia para a maioria. A esse ponto ainda retornaremos.

Aproximadamente um terço dos/as jornalistas desenvolvia trabalho remunerado para mais de um empregador, sendo que daquele/as (62), apenas 7 o faziam em Jornalismo. 72% declararam fazê-lo por necessidade de complementar a renda. A renda auferida pela maioria é baixa: 58% estavam situados na metade inferior da tabela, recebendo, no máximo, o equivalente a quatro salários-mínimos. Considerados os cargos ocupados, somente 24% dos/as alocados/as no terceiro nível hierárquico (repórteres, produtores/as etc.) tinha salário superior à mencionada marca; no segundo nível (editores/as-assistentes, entre outros) a taxa era de 78% e no terceiro (editor/a executivo, chefe de redação etc.) 95%.

No conjunto de profissionais e estagiários/as, 90% trabalhavam horas extras, sendo importante sublinhar que 55% dos primeiros faziam-no em quantidade superior ao permitido na CLT (normal jornada de 5 horas, com possibilidade de 2 adicionais). Um terço declarou nunca ou raramente ser compensando pelo excedente, proporção que é maior nos grupos B e C (53% e 56%, respetivamente) – no polo oposto, 50% informaram que o eram sempre ou muitas vezes, percentagens mais elevadas nos grupos D (79%) e A (60%). Aqui importa sublinhar: apenas metade tem, normalmente, cumprido o disposto em Lei (tempo e compensação).

Outras variáveis, relacionadas a condições de trabalho e regulação da mídia, também foram investigadas com os questionários, no entanto, por julgarmos que tal permitirá uma análise mais abrangente, algumas das mais importantes conclusões são abordadas em conjunto com os principais resultados das entrevistas que também realizamos. Assim, de seguida voltamo-nos para os demais objetivos da pesquisa: a) avaliações das condições em que desenvolvem o trabalho-profissão, b) como lidam com elas e c) motivos de tal. Fazêmo-lo de modo integrado, identificando e descrevendo, como proposto por Braun e Clarke (2006, 2013), os temas – são três – mais relevantes.

1) **Resignação perante as condições de trabalho, mas não perante as condições em que trabalham.**

Um dos dados dos questionários que mais fortemente contribui para este grupo temático é relativo às intenções de abandono da profissão em curto e médio prazo: em

2019, apenas 35% afirmaram não o considerar. Baixa remuneração, sentimento de não realização profissional e insuficiente autonomia profissional eram os principais motivos de quem conjecturava fazê-lo. Àquele relacionado, um terço considerava que poderia ser despromovido ou demitido em futuro próximo, cerca de metade julgava merecer a promoção (em termos de remuneração, cargo e/ou função), mas apenas 19% conjecturavam que tal se poderia concretizar. As tendências estão em linha com alguns dos dados mapeados em 2021: 2 entrevistados/as tinham perdido o emprego devido a processo de demissão coletiva, 3, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, mudaram por decisão própria (2 para emprego fora do jornalismo), e 5, por motivos diversos, já tinham pensado abandonar a profissão.

Insuficiente valorização laboral-profissional que se reflete na baixa remuneração, insegurança empregatícia face à tendência do enxugamento das redações – que resulta no aumento da intensidade do trabalho para quem fica –, propensão de jornalistas experientes, com ordenado mais elevado, serem substituídos/as por outros mais jovens – na maioria das empresas contempladas, o acúmulo de capital profissional a perder terreno para a procura de lucro empresarial –, assédio moral, falta de apoio para lidarem com problemas de saúde e exposição a violência em decorrência do trabalho: esses são alguns dos aspectos que, para a maioria dos sujeitos entrevistados/as, marcam a precariedade da categoria jornalística na atualidade. Não se refletem, no entanto, de igual forma em todas as empresas. Em duas – B e C – os dados, tanto de 2019 como de 2021, apontam para uma realidade significativamente mais grave do que nas demais: atraso dos salários e processos de demissões em descumprimento com as normas trabalhistas são recorrentes. No espectro oposto, surge o grupo D, onde jornalistas, no geral, se mostraram satisfeitos com as condições de trabalho e valorização laboral-profissional. Ainda que, devido à necessidade de manter o anonimato de participantes no estudo, não seja possível avançar explicações detalhadas para tal, os resultados apontam para a necessidade de considerar as especificidades organizacionais, históricas também, que caracterizam os diferentes espaços. Em todo o caso, o que verificamos, em maior ou menor grau, foi a percepção de que a precariedade laboral é traço transversal à profissão. Tão ou mais importante: segundo entrevistados/as, já era expectável quando por ela optaram.

Apesar das expectativas, negativas (sobre as condições de trabalho) mas também positivas (em relação ao prazer pelo trabalho-profissão), a tendência é de não envolvimento em ações para tentativas de mudança. A minoritária participação sindical

declarada nos questionários (tanto de associação, 40%, sendo majoritária entre os/as jornalistas com mais idade, como de participação efetiva naquelas atividades – 64% nunca ou raramente o fizeram nos últimos cinco anos, sendo que a maioria apenas participou quando convocados/as) foi confirmada com as entrevistas. A maioria mantém-se afastada do SINJOPE, e isso por três principais motivos: a percepção de que a entidade é pouco atuante ou que as suas ações têm pouca efetividade, a baixa disponibilidade para participar devido à falta de tempo e/ou o receio de sanções por parte de empregadores/as. Também a maioria reconhece que a primeira razão apontada está relacionada ao distanciamento da própria categoria, mas, em contexto onde se agudiza a instabilidade empregatícia e intensidade do trabalho, é dada prioridade à tentativa de manter o posto já conquistado, sendo difícil conjecturar mudanças nessa relação, que é circular: mais precariedade laboral, mais necessidade de envolvimento com o trabalho, menos disponibilidade para ações coletivas de contestação, mais precariedade laboral. Curiosamente, o que pode ou não estar relacionado com o que apontamos (frisamos que os questionários não foram analisados por meio de estatística inferencial), apenas na empresa D, aquela em que diversos indícios apontam para melhor situação laboral, mais de metade dos/as respondentes (58%) declararam participar 'muitas vezes' ou 'por vezes' nas atividades do sindicato; no polo oposto, o grupo B, onde os resultados apontam para pior situação, verificamos a menor percentagem (17%). 2 dos/as 3 entrevistados/as do grupo D também frisaram que a participação de jornalistas nas atividades do SINJOPE são, normalmente, compostas por profissionais que trabalham na empresa; apenas jornalistas do grupo B (2 dos/as 3) apontaram interferências diretas da empresa na participação sindical (ameaça de demissão em caso de o fazerem).

Não necessariamente naturalizadas, mas normalizadas – por um lado, é frequente a consideração de que o jornalismo sempre viveu em crise, a qual se aprofunda devido à atual crise do modelo de negócios; por outro, a crítica de que a desvalorização laboral-profissional é também fruto da gestão empresarial, em que dirigentes dão, na sua maioria, prioridade à conquista de ganhos particulares, em detrimento da valorização de profissionais e papel social que desempenham –, verificamos a tendência de jornalistas adotarem estratégias individuais de adaptação perante as precárias condições de trabalho. Entre elas, a elevada dedicação ao trabalho, o que muitas vezes resulta, entre outros, no surgimento ou piora de problemas de saúde física e/ou mental e diminuição da disponibilidade para outras atividades, de formação pessoal, lazer, familiares etc. A centralidade do trabalho tende a ser adotada desde cedo, ainda antes da conclusão da

formação acadêmica (por meio da realização de estágios), influenciada por quatro aspectos centrais: a percepção de que a entrada e permanência no campo, caracterizado pelo excedente de candidatos/as aos parcos postos de trabalho (principalmente em empresas que garantem maior visibilidade profissional e melhores condições de trabalho) é bastante difícil, as expectativas de prazer pelo trabalho e realização pessoal, o envolvimento com a profissão (suas funções sociais) e o comprometimento com a carreira.

Entretanto, o desgaste físico e mental devido ao desequilíbrio entre elevada dedicação desde cedo e baixo retorno material – para além do demorado equilíbrio, a percepção do risco (maior na atualidade devido à intensificação do processo de juvenilização da profissão) de nunca acontecer –, contribui, apesar dos ganhos simbólicos, para taxas relativamente altas de intenção de saída para outras áreas de atuação. Antes de nos encaminharmos para o próximo grupo temático, importa ainda frisar que as possibilidades de dedicação ao trabalho-profissão, portanto de entrada e permanência no campo, influenciadas por condições que a antecedem – é exemplo o acesso a recursos materiais de fonte alternativa e o apoio de círculo social próximo para lidar com outras esferas da vida pessoal (como responsabilidades parentais) –, não são iguais para diferentes sujeitos, o que em parte também pode contribuir para alguns dos dados demográficos (jovens majoritariamente brancos/as) antes apontados.

2) **Autonomia interna relativamente baixa em função de relações clientelistas com outros campos e da divisão social do trabalho.**

No presente grupo temático começamos por identificar discrepâncias significativas nas respostas a diferentes perguntas, mas sobre semelhante tema, dos questionários: dirigido o foco para a autonomia individual (do/a respondente) e coletiva (na redação), a primeira tende a ser avaliada como mais elevada. Exemplificamos: ainda que aproximadamente metade tenha declarado a existência de censura (45%) e/ou autocensura (52,5%) no espaço de trabalho – novamente o grupo B surge com as taxas mais elevadas e o D com as mais baixas –, a maioria avaliou ter autonomia média-alta para desempenhar diversas atividades. Não nos sendo possível confirmar com segurança o porquê da diferença, julgamos que ela poderá estar fortemente relacionada a um aspecto: as temáticas tratadas pela maioria dos/as respondentes não são, normalmente, voltadas especificamente para Política, Economia ou Cidades (são-no para 24% dos/as

jornalistas), que, de acordo com os resultados das entrevistas, são aquelas onde impedimentos e limites à autonomia surgem mais frequente e explicitamente.

Ainda que não tenham igual incidência em cada uma das empresas – as avaliações mais negativas e frequentes são de jornalistas nos grupos B e C, no polo oposto novamente o grupo D –, as interferências, tanto em 2019 como em 2021, são majoritariamente relacionadas a elementos internos à empresa, nomeadamente os interesses político-econômicos de dirigentes empresariais, que jornalistas tendem a identificar como agentes com atuação noutras áreas de atividade econômica ou mantendo estreitas relações com agentes do campo político. Verbas publicitárias de governos estaduais/ municipais, principal fonte de renda para a maioria das empresas – que terá aumentado o seu peso, portanto, das influências, durante a pandemia – é também apontado como elemento preponderante na perda de autonomia profissional. Entretanto, uma vez que outros setores empresariais, em nível local/regional (como operadores de transporte público), têm importante peso político no apoio de candidatos a (re)eleições, acabam por também influenciar, ainda que indiretamente, as produções possíveis. Os conglomerados midiáticos a que alguns dos veículos estão filiados, portanto, as relações que aqueles mantêm com agentes do campo político, é outro elemento a ter em conta. Assim, por diversos caminhos, é tecida uma teia de temáticas e atores que, mais ou menos fortemente – também em função da viabilidade financeira de cada grupo empresarial –, condicionam a autonomia laboral-profissional de jornalistas, que aprendem, além de quais os limites que podem ou não ultrapassar, os modos de com eles lidar: devido aos riscos de sanções e, se não ausência, percepção da diferença de forças entre sujeitos em posições hierárquicas superiores (direção) e grupos de lealdade em conflito, jornalistas tendem a adotar estratégias coletivas ou individuais de adaptação, reconhecendo – principalmente aqueles/as no terceiro e segundo nível hierárquico – a dificuldade de cumprir os ideais da ética profissional.

Outro elemento que, em níveis variados, influencia a autonomia de jornalistas está relacionado à divisão do trabalho. Devido ao aumento da intensidade do trabalho (ritmo e volume de produções), a participação nas decisões editoriais – que, devido à tradicional estrutura organizacional (redação/direção), já era bastante limitada –, principalmente daqueles/as que ocupam cargo no terceiro nível hierárquico, tende a diminuir. Além disso, facilitado o contato por meio de novas ferramentas tecnológicas, sem necessidade de presença física, a comunicação tende a ser mais individualizada, o que, julgamos, tende

a contribuir para a diminuição dos tempos e espaços de construção coletiva, tanto das produções jornalísticas como de eventuais alianças para tentar renegociar os limites a elas colocadas. Aumenta assim, segundo conseguimos perceber, a divisão entre sujeitos que pensam e que executam o trabalho jornalístico, cada vez mais voltado para a produção incessante de notícias.

3) Próximos/as à defesa de uma necessária, mas desconhecida, regulação democrática da mídia.

As relações de clientelismo entre proprietários de mídia e outros agentes do campo político e econômico que são identificadas em nível local são também, com mais intensidade, identificadas em nível nacional – relações históricas que, para a maioria dos/as entrevistados/as, explicam a nociva concentração de mídia no país, por diversas vezes relacionada à crise sociopolítica que o Brasil atravessa. Entretanto, a frequente defesa de que algum tipo de controle seria necessário para coibir o excesso de poder de grandes conglomerados, reprodutores de uma visão pouco plural sobre a realidade, alinhada com os interesses de elites político-econômicas, convive com a dificuldade na identificação de caminhos possíveis para tal ser, democraticamente, realizado. Diversos elementos contribuem para isso, sendo um dos principais a percepção de que o processo e práticas estaria centrado na atuação do Estado e entidades governamentais de nível federal, os quais, ao menos na atualidade, não teriam legitimidade para tal. Tendência semelhante foi verificada em 2019, quando apenas um terço dos/as inquiridos concordou total ou parcialmente com a necessidade de regulação estatal para a constituição de uma mídia democrática – 75% apoiavam uma regulação profissional e 56% a pública. Entretanto, nas entrevistas, as duas últimas estão praticamente ausentes, e, quando não, são acompanhadas da consideração de que apenas teriam efetividade se complementadas por regulação estatal. Consideramos assim que as respostas de 2019 devem ser vistas com cuidados redobrados, podendo ter sido influenciadas pelas propostas apresentadas.

Por outro lado, importa voltar a sublinhar que as menções à regulação são normalmente relacionadas ao perigo de censura, o que, julgamos, estará relacionado ao contexto sócio-histórico do país: não apenas os regimes autoritários que marcaram a maior parte do século XX, instituindo diversos mecanismos de censura, inclusive por meio de legislação, mas também o insistente cultivar daquele binômio (regulação-censura) por parte dos principais veículos de comunicação quando o tema alcançou maior espaço na agenda pública. Na história recente do país, tal aconteceu mais explicitamente

durante os governos do PT, período em que movimentos sociais pela democratização da comunicação conseguiram maior articulação com agentes do campo político em elevada posição. Essa mudança, no entanto, serviria à construção midiática da ilegitimidade das propostas, majoritariamente identificadas como resultantes da vontade estatal em coibir críticas jornalísticas à sua atuação. Por tais perspectivas, estariam em disputa duas possibilidades antagônicas: a centralização do poder de controle no aparato estatal ou a liberdade permitida por um livre, impessoal, mercado de ideias, em que produtores de informação competiriam em igualdade de condições pela preferência dos públicos, únicos atores – melhor dizer, indivíduos – reconhecidos como legítimos na 'regulação' dos conteúdos a publicar, a todo o momento realizada por meio do controle remoto. A construção das propostas por parte de atores da sociedade civil, inclusive de organismos representativos da categoria profissional (como FENAJ), seria assim invisibilizada. Tal processo – histórico, constituído por meio de relações de interdependência entre diversos atores, que é mais complexo do que aqui damos a entender – também terá efeitos sobre jornalistas, ao menos os/as que participaram neste estudo, que, em sua maioria, desconhecem propostas alternativas concretas (também organismos e movimentos) para a realidade que está colocada – desconhecimento que é alimentando pela escassez de recursos (principalmente tempo, dedicado majoritariamente à atividade laboral) para maior envolvimento com o tema. Assim, ainda que a necessidade de intervenção no setor, com vista à sua democratização, seja apontada pela maioria dos/as participantes no estudo, a capacidade de participarem na construção de melhores caminhos, desde logo, nas disputas por justificações e legitimidades, é bastante limitada.

Os resultados que apresentamos, sublinhamos, devem também ser lidos à luz das suas limitações. Uma delas está relacionada à natureza das técnicas de pesquisa acionadas: por meio da utilização de questionários e entrevistas, voltamo-nos, principalmente, para a análise de percepções, tendências de opinião e atitude, dados de segunda ordem, ou seja, interpretativos. A consideração não implica, julgamos, que sejam menos válidos, mas que as possibilidades de resultados, sua 'natureza', são diferentes daquelas que outras estratégias, mais 'naturais' (observação participante, por exemplo), permitiriam. Esse aspecto está também relacionado às possibilidades de articulação de alguns conceitos teóricos acionados ao longo da investigação. Referimo-nos, por exemplo, à noção bourdieusiana de *habitus,* conceituado como o sentido prático – afastado, mas não divorciado, de uma reflexividade – que permite a identificação (ou pressuposição) de regularidades e, assim, o projetar de ações/interpretações futuras.

Construído por meio de socializações, com tendência à naturalização, serviria como princípio organizador das ações. Uma vez que questionários e entrevistas, ao contrário de observações, pressupõem o estímulo à reflexão sobre a realidade, as possibilidades de identificar e caracterizar um *habitus* jornalístico fica substancialmente limitado. Ainda assim, também procuramos aproximarmo-nos dele quando, por exemplo, fizemos referência a vários indícios que apontam para o desenvolvimento de uma 'socialização na precariedade', comum à maioria de entrevistados/as, influenciando, argumentamos, as ações que desenvolvem em relação ao trabalho-profissão. Em todo o caso, essa, como outras indicações, servem também como contributo para o desenvolvimento de problemas e hipóteses de investigação mais aprimorados, um dos principais propósitos de estudos exploratórios-descritivos como é o nosso.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Um trabalhador da notícia.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

ADGHIRNI, Zélia L. O jornalista: do mito ao mercado. **Estudos em Jornalismo e Mídia,** v.1, n.1, p. 45-57, 2005.

AIRES, Janaine et al. Quando religião, política e mídia se confundem: as estratégias políticas e midiáticas do PRB, da Record e da Igreja Universal do Reino de Deus. **Eptic**, v. 19, nº2, p. 88-108, 2017.

ALBUQUERQUE, Afonso de; ROXO, Marco A. As Diretrizes Curriculares de Jornalismo e o modelo cartorial de ensino universitário. **Questões transversais**, v. 3, n. 5, p.27-35, 2015.

_____. Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil". **E-Compós**, v.9, p.1-30, 2007.

ALMEIDA, João P. J.; ALMEIDA, Gilberto W. Teoria democrática contemporânea e meios de comunicação de massa: uma discussão preliminar. **Comunicação e Informação**, v.21, n.1, p. 51-69, 2018.

AMADO, Adriana; WAISBORD, Silvio. Journalists and media ownership: practices and professional conditions of Argentine Journalism. **SBPjor,** v.14, n.2, p.364-383, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDI. **Mídia e Políticas Públicas de Comunicação.** Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2007.

AQUINO, Maria A. Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambiguidades, especificidades. **Communicare**, v.4, nº2, p.45-58, 2004.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, nº1, p. 88-113, 2006.

BALDWIN, Robert; CAVE, Martin. **Understanding Regulation: theory, strategy and practice.** Oxford: Oxford University Press, 1999

BALDWIN, Robert; SCOTT, Colin, HOOD, Christopher. Introduction. In BALDWIN, Robert; SCOTT, Colin, HOOD, Christopher (Orgs) **A Reader on Regulation.** Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 1–55.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

BARROS, Chalini T. G. **Democratização da comunicação: discussão teórico-conceitual e análise comparada de ambientes regulatórios para o setor de televisão nos países do MERCOSUL.** Tese de doutorado. Salvador: doutoramento em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Universidade Federal da Bahia, 2014, 390f.

BARROS FILHO, Clóvis. Reflexo de pauta: ética e habitus na produção da notícia. **Contracampo**, n. 7, p.157-181, 2002.

BARROS FILHO, Clóvis; PRAÇA, Sérgio. The political and journalistic fields in Brazil: autonomy and habitus. **Brazilian Journalism Research,** v. 2, n. 2, p.47-69, 2006.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitative com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.17-36

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo, fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Européia do Libro, 1970.

BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. **Los dueños de la palabra: acceso, estructura y concentración de los medios en la América Latina del siglo XXI**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. Introduction: Field Theory as a Work in Progress. In BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (Orgs.). **Bourdieu and the Journalistic Field.** Cambridge: Polity Press, 2005. p.1-25.

BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Orgs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis: Vozes, 2013, p.241-278.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BIAL, P**. Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BLACK, Julia**. Critical Reflections on Regulation.** Londres: CARR Discussion Papers, 2002. Disponível em < https://bit.ly/3HO9Oah >.

BLUMLER, Jay; GUREVICH Michael. **The Crisis of Public Communication.** Nova Iorque: Psychology Press, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOLAÑO, César. **Políticas de Comunicação e Economia Política das Telecomunicações no Brasil: convergência, regionalização e reforma**. Aracaju: UFS, 2003.

_____. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007.

BONFIM, Mirele C.; GONDIM, Sônia M. Trabalho emocional: demandas afetivas no exercício profissional. Salvador: EDUFBA, 2010.

BORIN, Jair. Rádios e TVs crescem com o festival de concessões. **Comunicação & Sociedade,** nº18, p.19-24, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Journalisme et Éthique. **Les Cahiers du Journalisme**, nº1, 1996a. Disponível em <https://bit.ly/3soHwfW>.

_____. **Meditações Pascalinas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

_____. O Campo Econômico: a dimensão simbólica da dominação. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.5, p.193-216, 2011.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. The Social Space and the Genesis of Groups. **Theory and Society**, v. 14, n. 6, p. 723–744, 1985.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu,** n. 26, p.329-376, 2006.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964a**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>.

_____. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>.

_____. **Constituição Federal de 1934.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>.

_____. **Constituição Federal de 1946**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>.

_____. **Constituição Federal de 1967a**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

_____. **Decreto nº50.450, de 12 de abril de 1961**. Disponível em <https://bit.ly/3GxTTes>.

_____. **Decreto-Lei nº236, de 28 de fevereiro de 1967c**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm>.

_____. **Decreto-Lei nº898, de 29 de setembro de 1969**. Disponível em <https://bit.ly/3GxU3T6>.

_____. **Lei nº4.117, de 27 de agosto de 1962.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117compilada.htm>.

_____. **Lei nº4.341, de 13 de junho de 1964b.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm>.

_____. **Lei nº5.250, de 9 de fevereiro de 1967b.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm>.

_____. **Lei nº11.652, de 7 de abril de 2008.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Brasília: SDH/PR, 2010.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Successful qualitative research: A practical guide for beginners**. sage, 2013.

_____. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v.3, 77–101, 2006.

BREED, Warren. Controle social na redação, uma análise funcional. In TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias».** Florianópolis: Insular, 2016, p. 213-232.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In PINHEIRO, Paulo S.; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge (Orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 222-259.

BRINKMANN, Svend. The interview. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Orgs.) **The SAGE handbook of qualitative research**. Londres: Sage Publications, 2018, p.997-1038,

BROERSMA, Marcel; PETERS, Chris. Rethinking journalism: the structural transformation of a public good. In BROERSMA, Marcel; PETERS, Chris (Orgs.). **Rethinking journalism, Trust and participation in a transformed news landscape.** Nova Iorque: Routledge, 2012, p.1-12.

BROMLEY, Michael. 'Who are those guys?' The challenge of journalists identity. **Journalism,** v.20, n.1, p.13-16, 2019.

BRUGNAGO, Fabricio; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora**, v.7, n.21, p. 99-129, 2015.

BULHÕES, Juliana. **O impacto das condições de trabalho e da precarização da profissão na vida do jornalista.** Tese de doutorado. Brasília: doutoramento em Comunicação social. Universidade de Brasília, 2019, 307f.

BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. A precarização da prática jornalística: uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e qualidade de vida do jornalista. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, p.164-175, 2016.

CAEIRO, Rui P. **Transexualidade(s) e travestilidade(s) no Jornalismo: uma análise discursiva dos textos produzidos por Aqui PE e Jornal do Commercio.** Dissertação

de mestrado. Recife: Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, 2016, 282f.

CALDAS, Graça. Democratização na radiodifusão: da utopia à esperança com o compromisso público do PT. **Contracampo**, nº14, p.19-36, 2006.

CAMAROTTO, Murillo. **Local media in Brazil: draining the newsrooms in the country's poorest region.** Oxford: Reuters Institute for the study of Journalism, 2019.

CAMPONEZ, José C. **Fundamentos de Deontologia do Jornalismo, a auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007).** Tese de doutorado. Coimbra: doutoramento em Letras. Universidade de Coimbra, 2009, 595f.

CAPPARELLI, Sérgio. **Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984).** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1989.

CAREY, James W. The press and public discourse. **The Center Magazine**, p. 4–16, 1987.

_____. **Where Journalism Education Went Wrong, 1996**. Disponível em: < https://bit.ly/3gaF2Mv />. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

CARLSON, Matt. **Journalistic Authority: legitimating news in the digital era**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2017.

CARMO, Hermano. FERREIRA, Manuela F. **Metodologia da investigação, guia para auto-aprendizagem.** Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

CARTA CAPITAL. **Ataques de Bolsonaro à imprensa aumentam 74% em 2021**. 2021. Disponível em < https://bit.ly/3gKWnfn>

_____. **Verdade exumada.** 2013. Disponível em <https://bit.ly/3ohmOgD>

CARVALHO, Aloysio. A crise de agosto de 1961 e a censura na Guanabara. **Observatório da imprensa**, edição 322, 2005. Disponível em <https://bit.ly/3otU8B2>.

CARVALHO, Guilherme; MESSAGI JR, Mário. Diploma de Jornalismo no Brasil: reserva corporativista ou marco da autonomia profissional? **Pauta Geral**, v. 1, n. 2, p.55-72, 2014.

CASTRO, Rakel de; ROCHA, Heitor. Comunicação, Ideologia e Ciência: questões epistemológicas e metodológicas. **Estudos em Comunicação**, n.2, p.93-111, 2015.

CATANI, Afrânio M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação Social**, v.32, n.114, p. 189-202, 2011.

CAVALCANTI, Juliana. **Jornalismo e silenciamento: uma análise da cobertura dos jornais pernambucanos sobre o Movimento Ocupe Estelita**. Dissertação de mestrado. Recife: Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, 2019, 342f.

CHEN, Gina M. et al. ‘You really have to have a thick skin’: a cross-cultural perspective on how online harassment influences female journalists. **Journalism**, v. 21, n. 7, p. 877-895, 2020.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TORRES, Ricardo J. Jornalistas expostos e vulneráveis: ataques digitais como modalidade de risco profissional. **FAMECOS**, v. 25, n. 3, p.1-20, 2018.

CHRISTIANS, Clifford G., et al. **Normative Theories of the Media: Journalism in Democratic Societies**. Illinois: University of Illinois Press, 2009.

COHEN, Nicole S. At Work in the Digital Newsroom. **Digital Journalism,** 2018. DOI: 10.1080/21670811.2017.1419821

COLLINS, Patricia H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** Nova Iorque: Routledge, 2000.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: a construção da realidade social.** Bauru: EDUSC, 2001.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação.** Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CORRÊA, Óscar D. A ordem jurídica nacional de 1930 a 1933. **Revista de Direito Administrativo**, v.181-182, p.1-20.1990.

CORREIA, Fernando. Jornalistas sob pressão. **Jornalismo & Jornalistas,** nº 52, p. 6-8, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3HmTzk3>. Acesso em: 3 janeiro 2021.

CORREIA, João C. Algumas reflexões sobre a importância da formação universitária dos jornalistas. **BOCC - Biblioteca On-line das Ciências da Comunicação**, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3ISloB3>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

_____. **A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz.** Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

_____. **O Admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos.** Covilhã: Labcom Books, 2011

COSTA, Caio. **Moral provisória, ética e jornalismo: da gênese à nova mídia. Tese de doutorado.** São Paulo: Doutorado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, 2008, 386f.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The mediated construction of reality.** UK: Polity Press, 2017.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento.** São Paulo: Atlas, 2003.

CUNHA, Magali. Chaves teórico-interpretativas do processo de aproximação das Organizações Globo com o segmento evangélico no Brasil: audiência, mercado, política e poder. **Comunicação & Inovação**, v. 16, nº31, p.59-75, 2015.

CURRAN, James. Reinterpretação dos papeis democráticos da mídia. **Brazilian Journalism Research,** v.11, n.2, p. 28-53, 2014.

DA CRUZ, Reginaldo E. **Empresário sem empresa: trabalho desregulamentado, pejotização e uberização. A precarização do trabalho dos jornalistas na era digital.** Dissertação de mestrado. Campinas: Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas, 2019, 157f.

DAHLGREN, Peter. **Media and Political Engagement, Citizens, Communication and Democracy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo, ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIDSON, Roei.; MEYERS, Oren. "Should I Stay or Should I Go?", Exit, voice and loyalty among journalists. **Journalism Studies**, v.17, n.5, p. 590–607, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAY, J. Laurence. The latin american journalist: a tentative profile. **International Communications,** p. 509-515, 1968.

DEMARCHI, Carlos H. Atuação da sociedade civil na 1ª Políticas de comunicação no Brasil: um olhar sobre os dez anos da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. RAMOS, Murilo et al. (Orgs). **Conferência Nacional de Comunicação 10 anos depois: velhos e novos desafios das políticas de comunicação no Brasil.** São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2020, p.76-86.

DÉPELTEAU, François. Comparing Elias and Bourdieu as relational thinkers. In DÉPELTEAU, François; LANDINI, Tatiana. (Orgs). **Norbert Elias & Social Theory.** New York: Palgrave Macmillan, 2013.

DESLANDES, Suely F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. MINAYO, Maria C. S. O Desafio da pesquisa social. In MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método, criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2009, p.31-60.

DEUZE, Mark. Considering a possible future for Digital Journalism. **Revista Mediterránea de Comunicación**, v.8, n.1, p. 9-18, 2017.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. What Journalism Becomes. In PETERS, Chris; BROERSMA, Marcel (Orgs.). **Rethinking journalism again: societal role and public relevance in a digital age**. Nova Iorque: Routledge, 2017, p.115–130.

DIAS, André B. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opinião Pública,** v.25, nº3, p.472-494, 2019.

DIAS, Robson. Ora, sim; ora, não: o diploma de Jornalismo em várias fases do processo de profissionalização da atividade jornalística no Brasil. **Mediação**, v. 15, n. 17, p.75-92, 2013.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, v.24, n.1, p.37-57, 2011.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. **The origin of the family, private property and the state.** Newtown: Resistance Books, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/32RZE9i>. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria L. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In PRETI, Dino (Org.). **Estudos de língua falada: variações e confrontos.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FENAJ. **História do Conselho Federal dos Jornalistas.** 2004. Disponível em <https://fenaj.org.br/historia-do-conselho-federal-dos-jornalistas/>.

_____. **Presidente Bolsonaro promove 245 ataques contra o jornalismo no primeiro semestre.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35EpFdc>.

FERNANDES, André G. **Meios de comunicação social no Brasil: promoção do pluralismo, direito concorrencial e regulação**. Tese de doutorado. São Paulo: doutoramento em Direito Comercial. Universidade de São Paulo, 2009, 460f.

FERRAZ, Andreia R. **Do discurso da censura à censura do discurso: narrativas jornalísticas sobre o direito à liberdade de expressão.** Dissertação de mestrado. Recife: mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, 2014, 152f.

FIDALGO, Joaquim. **O lugar da Ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas.** Tese de doutorado. Braga: Doutorado em Ciências da Comunicação. Universidade do Minho, 2006, 667f.

_____ Jornalistas na busca inacabada de identidade. **4º Congresso Nacional da SOPCOM.** 2005. Disponível em <https://bit.ly/3KXzRO0>

_____. Self-regulation in Portugal: a work in (slow) progress. In SOUSA, Helena et al. **Media policy and regulation: activating voices, illuminating silences.** Braga: Universidade do Minho/ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2013, p.199-215.

FIGARO, Roseli. **O Perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo, um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo. Relatório final da pesquisa.** São Paulo: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho - ECA/USP, 2012.

FIGARO, Roseli; SILVA, Ana F. M. A comunicação como trabalho no capitalismo de plataforma: o caso das mudanças no jornalismo. **Contracampo,** v.39, n.1, p. 101-115, 2020.

FIGARO, Roseli et al. **Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?** São Paulo: ECA-USP, 2020.

FIGARO, Roseli; NONATO, Claudia. Novos 'arranjos econômicos' alternativos para produção jornalística. **Contemporânea,** v.15, n.1, p.47-63, 2017.

FIGUEIREDO, Carlos; BOLAÑO, César. Do profissional ao trabalhador: a identidade do jornalistanas teorias brasileiras. In: **16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR)**, 2018.

FIGUEIREDO, Carolina D. Ocupe como utopia: um ensaio sobre a noção de rede e o Caso Estelita. **Esferas**, ano 4, n. 6, p.99-108, 2015.

FOLHA DE S. PAULO. **A ética jornalística precisa de um conselho.** São Paulo, 18 de agosto de 2004. Disponível em <https://bit.ly/3uxbDEE>.

_____. **AI-1 deu início à "operação limpeza".** São Paulo, 27 de março de 1994. Disponível em <https://bit.ly/3ov3yMZ>.

_____. **Fórum critica 'controle social' da mídia.** São Paulo, 2 de março de 2010. Disponível em <https://bit.ly/3grf7QI>.

_____. **Magalhães admite uso político de concessões de rádio e TV**. São Paulo, 6 de dezembro de 1987. Disponível em <https://bit.ly/34I82c1>.

FONSECA, Alexandre B. **Evangélicos e mídia no Brasil.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FONSÊCA, Daniel; VALENTE, Jonas. **Marco regulatório do sistema de mídia brasileiro**. Brasil: Media Owenership Monitor Brasil, 2017

FONSECA, Virginia P. S. **O Jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global**. Tese de doutorado. Porto Alegre: doutoramento em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, 350f.

FREDERICO, Celso. 1964, hoje. **Communicare**, v.4, nº2, p.45-58, 2004.

GALLEGO, Esther S. Populismo de direita, guerras culturais e antipetismo. ALVES, Giovanni et al. (Orgs). **Enciclopédia do golpe – Vol. I.** Bauru: Canal 6, 2017, p.199-209.

GALDINO, Cleide. **Entrevista concedida a Rui Caeiro.** Recife, 23 dez. 2015.

GARCIA, Víctor H. R. Individualización y riesgo de desempleo en los periódicos del norte de México. **Frontera Norte**, v.31, 1-20, 2019.

GARCÍA-AVILÉS, José. A.; FUENTE-COBO, Carmen; MACIÁ-BARBER, Carlos. Journalists' perceptions about regulation and conflicts in their work: the case of Madrid–based news professionals. **Observatorio (OBS*),** v.8, n.2, p.123-142, 2014.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, Martin W.; GASKELL, Georg. (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GEORGE, Cherrian. Diversity around a democratic core: the universal and the particular in journalism. **Journalism**, v.14, n.4, p. 490–503, 2013.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, António C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In BAUER, Martin W.; GASKELL, Georg. (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002. p.244-270.

GIRARD, Charles. Making democratic contestation possible: public deliberation and mass media regulation. **Policy Studies**, v.36, nº3, p. 283-297, 2015.

GODELIER, Maurice. **Lo ideal y lo material: pensamento, economías, sociedades.** Madrid: Taurus Humanidades, 1989.

GOLLMITZER, Mirjam. **Freelance journalists and interns in the neoliberal nexus: response to precarity and reconfigurations of the journalistic ethos.** Tese de doutorado. Canadá: doutoramento em Filosofia. Simon Fraser University, 232, p. 2018.

GOYANES, Manuel; RÓDRIGUEZ-GÓMEZ. Eduardo F. Presentism in the newsroom: how uncertainty redefines journalists' career expectations. **Journalism,** 2018. DOI:10.1177/1464884918767585

GRUPILLO, Aline. Quase jornalista: a regulamentação profissional e o problema do repórter cinematográfico no Brasil. **7º COMPOLÍTICA**, 2017. Disponível em <https://bit.ly/3Hh7Aj3>.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Para a reconstrução do materialismo histórico.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. Um perfil filosófico-político. **Novos Estudos Cebrap**, n.18, p.77-102,1987.

_____. **Verdade e justificação.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HACKETT, Robert A. «Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos *media* noticiosos». In TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias».** Florianópolis: Insular, 2016, p. 147-185.

HALL, Stuart, et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias».** Florianópolis: Insular, 2016, p.309-341.

HALLIN, Daniel. C.; MANCINI, Paolo (Orgs.). **Comparing media systems beyond the western world.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HALLIN, Daniel. C.; MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media: estudo comparativo - três modelos de comunicação e política.** Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 2010.

HANITZSCH, Thomas, et al. Mapping journalism cultures across nations, a comparative study of 18 countries. **Journalism Studies,** v.12, n.3, p. 273-293, 2011.

HANITZSCH, Thomas, et al. Modeling perceived influences on journalism: evidence from a cross-national survey of journalists. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v.87, n.1, p.7-24, 2010.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** v.5, p.7-41, 1995.

HARRISON, Jackie; PUKALLUS, Stefanie. The Politics of Impunity: A Study of Journalists' Experiential Accounts of Impunity in Bulgaria, Democratic Republic of Congo, India, Mexico and Pakistan. **Journalism** 00 (0) p.1–17, 2018.

HAYES, Kathryn; SILKE, Henry, The Networked Freelancer? Digital labour and freelance journalism in the age of social media. **Digital Journalism**, v.6, n.8, p. 1018-1028, 2018.

HEINZ, W.; KRÜGER, H. Life course: innovations and challenges for social research. **Current Sociology**, v. 49, nº 2, p. 29-45, 2001

HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1994.

HELOANI, José. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista.** São Paulo: FGV, 2005.

HERZ, Daniel. A renúncia a uma política de telecomunicações, em nome da telefonia e da radiodifusão. In: **XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, 1997.

HILGERS, Mathieu; MANGEZ, Éric. Introduction to Pierre Bourdieu's theory of social fields. In HILGERS, Mathieu; MANGEZ, Éric. (Orgs). **Bourdieu's theory of social fields: concepts and applications.** New York: Routledge, 2015.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HOHENBERG, John. **O jornalista profssional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Interamericana, 1981

IANONI, Marcus. Sobre o Quarto e o Quinto poderes. **Communicare**, v.3, nº2, p.51-64, 2003.

INTERVOZES. **Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

JÁCOME, Phellipy P. **O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno.** Tese de doutorado. Belo Horizonte: doutoramento em Comunicação Social. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017, 261f.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do Século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

_____. Democracia, cidadania e tecnologias de comunicação e informação. In NAPOLITANO, Carlo J.; VICENTE, Maximiliano M.; SOARES, Murilo C. (Orgs). **Comunicação e cidadania política**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p.15-32.

_____. Os pilares estruturais da comunicação. **ECO-Pós,** v.12, n.1, p.111-121, 2009.

JAMBEIRO, Othon et al. Regulação da radiodifusão: a concessão de frequências no Governo Provisório de Vargas (1930-1934). **Eptic,** ano 2, nº3, p. 97-113, 2000.

JOSEPHI, Beate. De-coupling journalism and democracy: or how much democracy does journalism need? **Journalism**, v.14, n.4, p. 441-445, 2013a.

_____. How much democracy does journalism need? **Journalism**, v.14, n.4, p. 474-489, 2013b.

KNOLL, Gabriel**. Objetividade jornalística e verdade: do realismo filosófico ao realismo jornalístico.** Dissertação de mestrado. Florianópolis: Mestrado em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, 105f.

KOOP, Christel; LODGE, Martin. What is regulation? An interdisciplinary concept analysis. **Regulation & Governance**, v.11, nº1, p.1-14, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica - ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,1998.

LARANJEIRA, Álvaro N. O compandrio na formação das capitanias hereditárias da mídia brasileira. **E-compós,** v.12, nº3, 2009.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio H.; RUELLAN, Denis. Violências públicas contra jornalistas e meios de comunicação: introdução. **Sur le journalisme,** v. 10, n. 1, p. 10-13, 2021.

LEAL, Carlos E. O Jornal. In: ABREU, Alzira A. (Org). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LEE, Cyntha.; HUANG, Guo-Hua.; ASHFORD, Susan J. Job Insecurity and the changing workplace: recent developments and the future trends in job insecurity research. **Annual review of Organizatonal Psychology and Organizatonal Behavior**, v. 5, 2018, p.335-359

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. Tese de doutorado. São Paulo: Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008, 230f.

LELO, Thales V. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações de identidade profissional**. Tese de doutorado. Campinas: Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2019, 231f.

LIMA, Venício. A comunicação na Constituinte de 87/88. **Observatório da imprensa**, edição 505, 2008. Disponível em< https://bit.ly/35ZUhpP>.

_____. Comunicação, poder e cidadania. **Rastros**, n.7, p.8-16, 2006.

_____. Globalização e políticas públicas no Brasil: a privatização das comunicações entre 1995 e 1998. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.41, nº2, p.119-138, 1998.

_____. **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. O papel da mídia na campanha presidencial. **Observatório da imprensa**, edição 443, 2007.Disponível em <https://bit.ly/3GwyMcI>.

_____. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, n.61, p.48-57, 2004.

LIMA, Venício A.; LOPES, Cristiano A. Rádios comunitárias – Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). **Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor),** 2007.

LOPES, Cristiano A. **Reflexões sobre a regulação da radiodifusão no Brasil - em busca da Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa**. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2005.

LOPES, Fernanda L. Jornalismo: uma profissão em crise? **Intexto**, v.1, n. 24, p. 58-72, 2011b.

LOPES, Ivonete S. O telejornalismo e as narrativas sobre o controle social dos meios de comunicação. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 8, nº1, p. 113-127, 2011a.

LOPES, Maria I. Pesquisa de Comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.27, n.1, p. 13-40, 2004.

LOUBACK, Andréia C. **Jornalistas negras no Rio de Janeiro: trajetórias de vida e narrativas de resistência diante do racismo.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: mestrado em Relações Étnico-Raciais. CEFET-RJ, 2018, 151f.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** Boitempo Editorial, 2016, p.61-67.

KVALE, Steinar. **Doing Interviews.** London: Sage Publications, 2007

MARCONDES, Danilo. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **ALCEU**, v.1, n.1, p.38-46, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia.** São Paulo: Conselho Editorial, 1989.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Coletivo Intervozes**, nº 13, 2015.

MARQUES DE MELO, José. As relações de poder na televisão brasileira. **Vozes,** v.75, n.9, p.23-30, 1981.

_____. Pensamento jornalístico: a moderna tradição brasileira. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.30, n.2, p. 15-40, 2007.

MARQUES, Rodolfo S.; TEIXEIRA, Will M.; CONCEIÇÃO, Bruno. Regulação da mídia em debate: análise comparada no momento atual e perspectivas para o futuro no Brasil e na Argentina. **Entremeios,** edição 15, v.1, p.1-10., 2019.

MARTINI, Mara R. Brasil, um país bipolar - alteridades antagônicas em disputa. **Communicare**, v.17, n.1, p.100-119, 2017.

MARTINO, Luís M. S. Da teoria à metodologia: um ensaio sobre a elaboração de projetos de pesquisa em comunicação. **Comunicação Midiática,** v.11, n.2, p.22-35, 2016.

MARTINS, Heloisa. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa,** v.30, n.2, p. 289-300, 2004.

MARTINS, Mariana. Conselho de Comunicação Social expõe vícios na concepção do Congresso Nacional sobre comunicação. **Observatório do direito à comunicação**, 20 de julho de 2012. Disponível em: < https://bit.ly/32PFqwQ>.

MASTRINI, Guillermo; MESTMAN, Mariano. ¿Desregulación o re-regulación? De la derrota de las políticas a la política de la derrota. **Cuadernos de Información y Cultura**, nº2, p.81-88, 1996.

MASSUDA, Arthur. **Controles na liberdade de expressão: a 1ª Conferência Nacional de Comunicação na Imprensa.** Dissertação de mestrado. São Paulo: Mestrado em Comunicação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013, 123f.

MATHIAS, Suzeley K. O clientelismo do governo militar nas comunicações. **Comunicação & Política**, v.10, nº 1, p.119-136, 2003.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo.** São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **O controle dos meios de comunicação**. Salvador: EDUFBA, 1996.

_____. O crescimento da mídia impressa sob o controle econômico do Estado. In DOURADO, Jacqueline L. (Org). **Economia Política do Jornalismo: Campo, Objeto, Convergência e Regionalismo.** Teresina: EDUFPI, 2013, p.91-108.

_____. O Jornalismo brasileiro continua sob censura. In COSTA, Cristina (Org.) **Seminários sobre a censura: Núcleo de Pesquisa Em Comunicação e Censura (NPCC/ECA/USP)**. São Paulo: Balão Editorial/Fapesp, 2012, pp. 101-113.

MCCHESNEY, Robert W. Theses on media deregulation. **Media, culture and society**, v.25, p. 125-133, 2003.

MCQUAIL, Denis. **La regulación de los medios.** Leicester: University of Leicester, 2010. Disponível em <https://bit.ly/34EbBzY>.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MEDITSCH, Eduardo. Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 97-113, 2010.

MELLADO, Claudia. Origenes, evolución y desencuentros en la investigación sobre el periodista latinoamericano. **Innovar**, v.19, n.33, p.7-17, 2009.

MELLADO, Cláudia; PARRA, Elizabeth. Indicadores de identidade y perfil del periodista regional em Chile. **Opción,** n.55, p.145-167, 2008.

MELLO, João M. C. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão critica da formação e desenvolvimento da economia brasileira.** Tese de doutorado. São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, 1975, 207f. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280564>.

MERCHANT, Diana D. Agentes, no víctimas: estrategias de periodistas para evadir las agresiones no físicas en Baja California. **Sur le journalisme**, v. 7, n. 1, p. 80-97, 2018.

MICK, Jacques. **Detalhamento metodológico da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro"**. 2013. Disponível em <https://bit.ly/3ucxzEQ>.

MICK, Jacques; ESTAYNO, Sabina. Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017). In: **16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR)**, 2018

MICK, Jacques; KIKUTI, Andressa. O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **PLURAL**, v.27, n.2, p.210-239, 2020.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: **características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012.** Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, Jacques; PONTES, Felipe S.; DOUVAN, Alexandre S. Jornalistas de esquerda em mídias de direita: autoidentificação ideológica e práticas de trabalho no jornalismo brasileiro (2012-2017). In: **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2019.

MIGUEL, Luís F. Democracia e sociedade de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.9, p 93-117, 2012.

MIGUEL, Luís F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova,** n.55-56, p. 155-184, 2002.

MINAYO, Maria C. O Desafio da pesquisa social. In MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método, criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2009, p.9-29.

MINAYO, Maria C.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v.9, n.3, p. 239-262, 1993.

MIRANDA, João M. S. **O papel dos jornalistas na regulação da informação: caracterização socioprofissional, accountability e modelos de regulação em Portugal e na Europa.** Tese de doutorado. Coimbra: Doutorado em Ciências da Comunicação. Universidade de Coimbra, 2018. 661f.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencionais: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. **Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias».** Florianópolis: Insular, 2016, p.61-82.

MOM. **Grupo Globo**. Media Owenership Monitor Brasil, 2018a. Disponível em <https://bit.ly/3B1hBip>.

_____ **Igreja Universal do Reino de Deus**. Media Owenership Monitor Brasil, 2018b. Disponível em <https://bit.ly/3J42jfe>.

MOREIRA, Manoel H. T. **Do partidarismo à informação: as mudanças estruturais no jornalismo brasileiro e a formação dos impérios midiáticos.** Tese de doutorado. Brasília: doutoramento em Comunicação. Universidade de Brasília, 2015, 214f.

MOREIRA, Sónia V. O jornalista brasileiro contemporâneo. In: AMADO, Adriana; OLLER-ALONSO, Martín; BAUMGRATZ, Mónica. (Orgs.). **El periodismo por los periodistas – perfiles profesionales em las democracias de América Latina.** Montevideu, Uruguay: Fundacion Korad-Adena, 2016, p.39-48.

MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Comunicação & Política**, v.1, nº1, p.89-116, 1994.

NAPOLITANO, Carlo J. A regulação constitucional da Comunicação Social e a efetivação de suas normas. **ALCEU**, v.12, nº24, p.204-215, 2012.

NERONE, John. The historical roots of the normative model of journalism**. Journalism**, v.14, nº4, p.446-458, 2013.

NETO, Guilherme I. G. **O discurso de legitimação do jornalismo: a instituição inscrita nos editoriais.** Dissertação de mestrado. Florianópolis: mestrado em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013, 219f.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise**. Tese de doutorado. Santa Catarina: Doutorado em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, 2019, 298f.

NICOLETTI, Janara; MICK; Jacques. Influências da precarização na qualidade jornalística: construção de uma matriz de indicadores. **Passagens,** v.9, n.1, p.127-141, 2018.

NILSSON, Monica; ÖRNEBRING, Henrik. Journalism under threat: Intimidation and harassment of Swedish journalists. **Journalism Practice**, v. 10, n. 7, p. 880-890, 2016.

NORRIS, Pippa; ODUGBEMI, Sina (2010) Evaluating media performance. In: NORRIS, Pippa (Org.) **Public Sentinel: News Media and Governance Reform**. Washington: World Bank Publications, 2010, p. 3–29.

NORTH, Louise. Damaging and daunting: female journalists' experiences of sexual harassment in the newsroom. **Feminist Media Studies**, v. 16, n. 3, p.495-510, 2016.

O GLOBO. **Ações contra tentativa de cercear a imprensa.** Rio de Janeiro, 19 de março de 2010. Disponível em <https://glo.bo/3gb7YUn>

_____. **Marcelo Crivella é o novo ministro da Pesca do governo Dilma**. 2012. Disponível em <https://glo.bo/35xP8EZ>.

_____. **Um desastre conceitual e técnico.** Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2004. Disponível em <https://glo.bo/3GgjOHI>.

OLIVEIRA, Gustavo J. Direito administrativo pandêmico: transformações e influências jurídico-normativas em tempos de covid-19. In VENTURA, Deisy de Freitas L.; AITH, Fernando M. A.; REIS, Rosana. **Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil.** São Paulo: CEPEDISA/ Conectas Direitos Humanos, n. 16, 2021, p.6-7. Disponível em: <https://bit.ly/3mCNO9E>

OLIVEIRA, Michelle R. Por onde passam as fronteiras do jornalismo profissional? Estratégias de distinção de um jornal-empresa a partir da emergência de novos atores e meios produtivos. **Comunicação Midiática**, v.12, n.2, p. 101-114, 2017.

ÖRNEBRING, Henrik. Journalists thinking about precarity: making sense of the 'New Normal**'. #ISOJ,** v.8, n.1, p.109–127, 2018

ÖRNEBRING, Henrik; MÖLLER, Cecilia. In the Margins of Journalism, Gender and livelihood among local (ex-)journalists in Sweden. **Journalism Practice**, v.12, n.8, 1051-1060, 2018.

ÖRNEBRING, Henrik, et al. The Space of Journalistic Work: A Theoretical Model. **Communication Theory**, v.28, p. 103-423, 2018.

ÖRNEBRING, Henrik, et al. Dimensions of journalistic workplace autonomy: a five-nation comparison. **Javnost: the public**, v.23, n.3, p.307-326, 2016.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. A procura de uma sociologia da prática. In ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

PAGANOTTI, Ivan. **Ecos do silêncio: liberdade de expressão e reflexos da censura no Brasil pós-abertura democrática**. Tese de doutorado. São Paulo: doutoramento em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, 2015. 342f.

PAIVA, Raquel; GUERRA, Mércio; CUSTÓDIO, Leonardo. Professional, social and regulatory characteristics of journalism in online and traditional media in Brazil. **African Journalism Studies**, v.36, n.3, p.8-32, 2015.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 51-70.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas C.; SHIGAKI, Helena B. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação *stricti sensu*: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cadernos EBAPE.br,** v.13, n.1, p.1-18, 2015.

PEIRCE, Charles Sanders. Sobre uma nova lista de categorias. Tradução Anabela Gradim Alves, **BOCC**, 2006. Disponível em <https://bit.ly/3s3q2FK>

PENTEADO, Regina Z.; GASTALDELLO, Laiane M. Saúde e qualidade de vida de jornalistas: estudo de revisão. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, n. 2, p. 295-304, 2016.

PEREIRA, Fábio H. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. Covilhã: **BOCC - Biblioteca On-line das Ciências da Comunicação**, 2004. Disponível em <https://bit.ly/3HhNipZ>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

PEREIRA, Fábio H.; MAIA, Kenia. O jornalista brasileiro face ao fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão: reagenciamento do repertório de legitimação profissional. **Trabajo y sociedad**, n. 26, p. 35-50, 2016.

PEREIRA, Fabio H.; NEVES, Laura M. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas. **Intexto**, n. 29, p. 41-57, 2013.

PESCHANSKI, João A.; MORAES, Renato. A comunicação democrática, uma utopia real. **Revista Comunicare,** v.12, n.2, p.54-63, 2013.

PICARD, Robert G. **The biggest mistake of jornalismo professionalism**. 2010. <https://bit.ly/3gb8tOf>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

PIERANTI, Octavio P. Confecom, 10 anos depois: um debate necessário sobre a implementação das propostas aprovadas. RAMOS, Murilo et al. (Orgs). **Conferência Nacional de Comunicação 10 anos depois: velhos e novos desafios das políticas de comunicação no Brasil.** São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2020, p.76-86.

_____. Planejamento das outorgas de radiodifusão no Brasil: evolução histórica dos serviços e perspectivas futuras. **Eptic,** v.17, nº1, p.20-32, 2015.

_____. Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula. **Lua Nova**, nº68, p.91-121, 2006.

_____. **Regulação da comunicação de massa: novas perspectivas teóricas e redefinições conceituais para o contexto brasileiro.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: doutoramento em Administração. Fundação Getúlio - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2009, 416f.

PIERANTI, Octavio P.; MARTINS, Paulo E. M. O Código Brasileiro de Telecomunicações e a Política de Expansão da Radiodifusão: a Ação do Empresariado

como Grupo de Pressão. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, 2006.

PITHAN, Liana H.; VACLAVIK, Marcia C.; OLTRAMARI, Andrea P. Carreiras vulneráveis: uma análise das demissões da mídia como um ponto de inflexão para jornalistas. **Cadernos EBAPE.BR,** v. 18, n.1, p.158-171, 2020

PONTES, Felipe S.; MICK, Jacques. Crise e Mercado de Trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). In: **XVII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** (Compós), 2018.

PONTES, Felipe S.; LIMA, Samuel P. Impactos do mercado jornalístico na vida de seus trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 2, p.1-19, 2019.

PORTELA, Laércio. Família Bolsonaro e ministros fizeram mais de 500 ataques à imprensa em 2020. **Marco Zero.** Disponível em <https://bit.ly/3soJ4Xi>

PT. **Lula de novo com a força do povo: programa de governo 2007-2010.** 2006. Disponível em <https://bit.ly/3gw5BMm>

_____.**4º Congresso do Partido dos Trabalhadores: resolução política.** 2011. Disponível em <https://bit.ly/3GD1VCN>

RAMOS, Daniela; SAAD, Elizabeth. Violência digital contra jornalistas: o caso das eleições presidenciais de 2018.In: **XXIX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** (Compós), 2020.

RAMOS, Murilo C. **Às margens da estrada do futuro - comunicações, políticas e tecnologias**. Brasília: Coleção FAC - Editorial Eletrônica, 2000.

_____. Governos do PT, política de comunicação e pacto conservador. In CABRAL, Eual D.; CABRAL FILHO, Adilson V. (Orgs). **Comunicação e cultura no Brasil: diálogos com a Economia Política da Comunicação e da Cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p.23-51.

_____. Possibilidades de uma nova agenda para as políticas de comunicação na América Latina. **RECIIS**, v.4, nº4, p.20-28, 2010.

_____. Uma nova legislação para as comunicações brasileiras e o paradoxo da radiodifusão. **Tendências XXI**, ano II, nº2, p. 176-182, 1997.

REBOUÇAS, Edgard. Estratégia retórica dos "donos" da mídia como escudo ao controle social. **Líbero,** ano IX, nº17, p.41-49, 2006.

_____. Que bases teóricas para os estudos de políticas e estratégias de comunicações? In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, 2003.

REESE, Stephen D.; SHOEMAKER, Pamela J. A Media Sociology for the Networked Public Sphere: The Hierarchy of Influences Model. **Mass Communication and Society**, v.19, n4, p. 389-410, 2016.

REGINATO, Gisele D. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores.** Tese de doutorado. Porto Alegre: doutoramento em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016, 260f.

REIMBERG, Cristiane O. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho**. Tese de doutorado. São Paulo: doutoramento em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, 2015, 376f.

REYES, María. Periodismo bajo fuego: la nueva guerra del crimen organizado en Centroamérica. **Revista AECA**. V.43, p. 259-285, 2017.

RIGER, Stephanie; SIGURVINSDOTTIR, Rannveig. Thematic analysis. In: JASON, Leonard; GLENWICK, David (Orgs). **Handbook of methodological approaches to community-based research: qualitative, quantitative, and mixed methods**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016, p. 33-41

ROCHA, Heitor C. A Notícia e as Referências de Objetividade e Intersubjetividade: ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico. **Âncora - Revista Latino-Americana de Jornalismo,** v.8, n.2, 2021.

_____. Verdade e rigor no Jornalismo: a intersubjetividade como referência na construção da notícia. **Estudos em Comunicação**, n.2, p.171-183, 2007.

ROCHA, Heitor; GRADIM, Anabela. Autonomia do jornalista, ética e política editorial: as implicações do enquadramento da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.17, nº1, p.96-108, 2020.

ROMÃO, Juliana G. **Conselho Federal de Jornalismo: interesses, pressão e desequilíbrio na cobertura jornalística.** Dissertação de mestrado. Brasília: mestrado em Comunicação Social. Universidade de Brasília, 2008, 168f.

ROSS, Edward A. A supressão das notícias importantes. In BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa.** Porto Alegre: Sulina, 2008, p.87-102.

SAMPAIO, Rui. Wittgenstein e a comunicação. In SANTOS, José; ALVES, Pedro; SERRA, Joaquim (Orgs). **Filosofias da Comunicação.** Covilhã: Livros LabCom/UBI, 2011, p. 127–149.

SANTOS, Suzy. Chiclete misturado com banana: as adaptações nacionais de conceitos regulatórios relativos à comunicação. **Intexto**, v.1, nº22, p.20-37, 2010.

_____. Nem só de samba e futebol vivem as tradições históricas brasileiras: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo. **IX Congresso Ibercom**, 2006.

SCHNEIDER, Ben R. A privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista? **Revista de Economia Política**, v.12, n1, p.5-18, 1992.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia, uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

_____. The objectivity norm in American journalism. **Journalism,** v.2, n.2, p.150-170, 2001

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. M.. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILES, Ignacio; BOCKOWSKI, Pablo. Making sense of the newspaper crisis: a critical assessment of existing research and an agenda for future work. **New Media & Society**, v.14, n.8, p.1375-1394, 2012.

SILVA, Juremir M. **1964, Golpe midiático-civil-militar.** Porto Alegre: Sulina, 2020.

SILVA, Luiz M. O jornalismo como teoria democrática. In CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e Vidraça, crítica de mídia e qualidade no jornalismo**. Covilhã: LabCom Books, 2010, p. 7-20.

SILVEIRINHA, Maria J.; CAMPONEZ, José C. Intelectualidade, autonomia e desprofissionalização, regresso a questões candentes. In CUNHA, Isabel F.; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge P. **Pesquisa em Media e Jornalismo, Homenagem a Nelson Traquina.** Covilhã: Labcom Books, 2012. p.48-77.

SILVERSTONE, Roger. Regulation, media literacy and media civics. **Media Culture and Society**, v.26, nº3, p.440-449, 2004.

SKINNER, Marta. Projeto neoliberal In: ALVES, Giovanni et al (Orgs). **Enciclopédia do golpe - volume I.** Bauru: Canal 6, 2017, p.210-227.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil: Mauad, 1999.

_____. 1964: a ditadura anunciada. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org). **Golpe de 64**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

SOLOSKI, John. O Jornalismo e o Profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias».** Florianópolis: Insular, 2016, p. 133-146.

SOUSA, Helena. Economia Política dos *Media*: origens e percursos, características nucleares e grandes temáticas. **Alicerces**, ano IV, nº4, p.383-407, 2011.

SOUSA, Jorge P. Construindo uma teoria do jornalismo. **BOCC - Biblioteca On-line das Ciências da Comunicação**, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/336GTPw>.

_____. Os pioneiros da teorização do jornalismo em Portugal e a definição do território do jornalismo e dos jornalistas. **Revista Culturas Midiáticas**, v. 2, n. 2, 2009.

SOUSA, Mariana L. **Regulação dos media em Democracia: experiências e modelos no caso português.** Tese de doutorado. Braga: doutoramento em Ciências da Comunicação. Universidade do Minho, 2016, 415f.

SPAGNUOLO, S. **A conta dos passaralhos**. 2015. Disponível em <https://bit.ly/3mGZA2R>

STEEL, John. Reappraising journalism's normative foundations. In PETERS, Chris; BROERSMA, Marcel (Orgs.). **Rethinking journalism again: societal role and public relevance in a digital age**. Nova Iorque: Routledge, 2017, p. 35-48.

STOREY, J., SALAMAN, G., PLATMAN, K. Living with enterprise in an enterprise economy: freelance and contract workers in the media. **Human Relations** v.58, n.8, p. 1033-1054, 2005.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec, 2000.

THIRY-CHERQUES, Roberto H. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP,** v.40, n1, p. 27-45, 2006.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nélson. Quem vigia o "quarto poder"? In: **X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** (Compós), 2000. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1431.pdf>.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **A última esperança dos "gregórios".** Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1955. Disponível em <https://bit.ly/3LjyXLR>.

TUCHMANN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias».** Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-132.

ÚLTIMA HORA**. Cresce em todo o país o movimento de defesa cerrada da legalidade.** Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961a. Disponível em <https://bit.ly/3B6mxSN>.

_____. Intelectuais (em manifesto) condenam atentado à Constituição. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961b. Disponível em <https://bit.ly/3GyKRxK>.

UNESCO. **Journalism is a public good: World trends in freedom of expression and media Development, global report 2021/2022**. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. **World trends in freedom of expression and media development: 2017/2018 global report**. Paris: UNESCO, 2018.

VALENTE, Jonas; PAULINO, Fernando O.; URUPÁ, Marcos. Políticas de comunicação no Brasil: da Confecom ao governo Bolsonaro. RAMOS, Murilo et al. (Orgs). **Conferência Nacional de Comunicação 10 anos depois: velhos e novos desafios das políticas de comunicação no Brasil.** São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2020, p.76-86.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e Poder.** São Paulo: Contexto, 2010.

VEJA. **Para que serve um jornal (Ou: o jornalismo serve para quê?)**. 2021. Disponível em <https://bit.ly/3GKVE8x>.

VENTURA, Deisy de Freitas L.; REIS, Rosana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. **Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil.** São Paulo: CEPEDISA/ Conectas Direitos Humanos, n. 10, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3euXBdi>

VILELAS, José. **Investigação – o processo de construção do conhecimento**. Lisboa: Edições Sílabo, 2009.

VILLELA, André. Dos "anos dourados" de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea**: 1945-2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p.25-48.

VIZEU, Alfredo. O Jornalismo e as "teorias intermediárias": cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD). **BOCC - Biblioteca On-line das Ciências da Comunicação**, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3uwouGV>.

WAHL-JORGENSEN, Karin. Challenging presentism in journalism studies: An emotional life history approach to understanding the lived experience of journalists. **Journalism**, v. 20, n. 5, p. 670-678, 2019.

WALULYA, Gerald; NASSANGE, Goretti L. Democracy at stake: self-censorship as a self-defence strategy for journalists. **Media and Communication**, v.8, n.1, p. 5-14, 2020.

WHITE, David M. O *gatekeeper*: uma análise de caso na selecção de notícias. In TRAQUINA, Nelson. (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias».** Lisboa: Veja, 2016. p. 201-2012.

WEAVER, David H.; WILHOIT, Cleveland G. **The American Journalist.** Bloomington: Indiana University Press, 1986.

WILLNAT, Lars.; WEAVER, David H.; CHOI, Jihyang. The global journalist in the twenty-first century, a cross-national study of journalistic competencies. **Journalism Practice,** v.7, n.2, 2013, p.163-183

ZELIZER, Barbie. On the shelf life of democracy in journalism scholarship. **Journalism,** v.14, n.4, p. 459-473, 2013.

ØRMEN, Jacob. Quantitative approaches to media and communication research. In: JENSEN, Kalus B. (Org.). **A handbook of media and ommunication research**. Londres: Routledge, 2020. p. 255-285.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

E-mail:_____

(1) Qual o meio em que desenvolve trabalho?
(*Assinale tantas opções quantas considerar necessárias.)*
Se desenvolve trabalho para mais de um meio – por exemplo, impresso e digital -, indique no campo 'outra' aquele para que trabalha com mais frequência.

- ☐ Digital
- ☐ Impresso
- ☐ Rádio
- ☐ TV
- ☐ Outra:_____

(2) Há quanto tempo atua profissionalmente como jornalista?

_____

(3) Há quanto tempo trabalha no atual empregador?

_____

(4) Qual a editoria (e/ou temática) em que trabalha?
(Se trabalha em mais de uma, faça a distinção entre elas com a marcação 'ponto e vírgula' [;])

_____

(5) Os seguintes elementos interferem nos trabalhos da redação?
(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.
4=sim, sempre; 3=sim, muitas vezes; 2=sim, por vezes; 1=sim, poucas vezes; 0=não)

	4	3	2	1	0
Influência econômica de anunciantes.					
Interesses políticos de indivíduos exteriores à empresa (políticos e empresários).					
Interesses políticos de proprietários e gestores da empresa.					
Procura de sobrevivência e/ou crescimento econômico da empresa (expectativa de lucro com as produções jornalísticas, pesquisas de audiência e mercado etc.).					

(6) Qual a sua autonomia para...
(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.
4=total; 3= alta 2=média; 1=baixa; 0=inexistente)

	4	3	2	1	0
...selecionar notícias/histórias a cobrir?					
...decidir fontes e focos das notícias?					
...publicar notícias sobre diferentes públicos (elites políticas, lideranças religiosas, elites econômicas, Governo, forças de segurança,					

movimentos sociais etc.)?					
...criticar/questionar indivíduos em cargos hierarquicamente superiores sobre o trabalho que desenvolvem?					
...criticar/questionar indivíduos em cargos hierarquicamente superiores sobre a interferência nos trabalhos que você desenvolve?					
...em função de valores éticos profissionais ou crenças pessoais, recusar-se a realizar determinado trabalho?					

(7) Concorda com as seguintes afirmações?
(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.
S=sim; N=não; S/o= sem opinião)

	S	N	S/o
No Brasil, ser jornalista aumenta a probabilidade de sofrer violência.			
A empresa em que trabalho dá apoio suficiente (material e legal) para proteção dos/as profissionais.			
Já sofri violência (física e/ou psicológica) devido a trabalhos que publiquei.			
Já sofri violência (física e/ou psicológica) em espaço a que me dirigi a trabalho.			
Já sofri violência (física e/ou psicológica) dentro da redação em que trabalho atualmente.			
Já sofri violência (física e/ou psicológica) dentro de outra redação em que trabalhei.			
A empresa em que trabalho tem mecanismos suficientes e efetivos para punir/ evitar violência (física e/ou psicológica) dentro da redação.			
Já deixei de fazer ou publicar determinado trabalho por receio de violência.			

(8) Propõe publicar histórias com viés pouco alinhado à política editorial ou aos posicionamentos político-ideológicos de cargos hierárquicos superiores?

- ☐ Sim, com frequência
- ☐ Sim, por vezes
- ☐ Sim, mas raramente
- ☐ Não

(9) Porque não?
(*Se anteriormente respondeu "sim", não responda a esta pergunta.*
Assinale tantas opções quantas considerar necessárias)

- ☐ Nunca aconteceu de ter posicionamentos pouco alinhados aos atores mencionados
- ☐ Penso que não seria ouvido/a
- ☐ Receio de sofrer algum tipo de sanção das hierarquias superiores
- ☐ Receio de perder credibilidade ou ser criticado pelos pares (jornalistas)
- ☐ Porque a maioria dos envolvidos na produção da notícia não concordaria comigo
- ☐ Outra:_____

(10) Na sua opinião, existe autocensura na redação em que trabalha?

- ☐ Não
- ☐ Sim
- ☐ Sem opinião

(11) Na sua opinião, existe censura na redação em que trabalha?

- ☐ Não
- ☐ Sim
- ☐ Sem opinião

(12) Qual o seu grau de identificação com as inclinações políticas/ideológicas de...
(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.
5=muito alto; 4=alto; 3=médio; 2=baixo; 1=muito baixo)

	5	4	3	2	1
...proprietários da empresa em que trabalha?					
...política editorial da empresa em que trabalha?					
...colegas de redação (em cargos hierárquicos semelhantes)?					
...colegas de redação (em cargos hierárquicos superiores)?					

(13) Está associado/a ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco (SINJOPE)?

☐ Sim
☐ Não

(14) Se é associado/a do SINJOPE, responda: os seguintes motivos tiveram influência na decisão?
(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.
3=sim, bastante; 2=sim, alguma; 1=sim, pouca; 0=não)

	3	2	1	0
Acesso a assessoria jurídica (relativamente a questões trabalhistas).				
Ações de sensibilização para a associação desenvolvidas pelo sindicato.				
Benefícios financeiros (descontos em serviços e equipamentos).				
Conhecer melhor a categoria profissional.				
Debater os problemas da categoria profissional.				
Fortalecer os níveis de autonomia da categoria profissional.				
Influência de colegas que já eram associados/as.				
Oportunidades de formação.				
Participar de decisões coletivas para a categoria.				

(15) Se não é associado/a ao SINJOPE, responda: os seguintes motivos tiveram influência na decisão?
(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.
3=sim, bastante; 2=sim, alguma; 1=sim, pouca; 0=não)

	3	2	1	0
Falta de tempo para participar.				
Influência de colegas que também não são associados.				
Não concordo com a maioria das tomadas de posição do sindicato.				
Não conheço o sindicato.				
Penso que o sindicato é pouco ativo.				
Penso que o sindicato não é necessário.				
Penso que se for associado/a corro o risco de sofrer algum tipo de sanção na empresa em que trabalho.				

(16) Nos últimos 5 anos, com que frequência participou efetivamente no SINJOPE (debates, votações etc.)?
(Assinale uma única opção de resposta)

☐ Muitas vezes, sempre que fui convocado/a e tive disponibilidade (tempo, condições de saúde etc.)
☐ Muitas vezes, inclusive levando discussões sem ser necessário ser convocado/a

- ☐ Por vezes, quando fui convocado/a e tive disponibilidade (tempo, condições de saúde etc.)
- ☐ Por vezes, inclusive levando discussões sem ser necessário ser convocado/a
- ☐ Raramente, por falta de disponibilidade (tempo, condições de saúde etc.)
- ☐ Raramente, pois foi raro haver ou ter conhecimento de atividades do sindicato
- ☐ Nunca, por falta de disponibilidade (tempo, condições de saúde etc.)
- ☐ Nunca, não fui convocado/a

(17) Atualmente participa em algum coletivo de luta por direitos sociais (não considere o SINJOPE)?
(*Assinale tantas opções quantas considerar necessárias*. *Assinale mais de uma opção quando participa em mais de um coletivo e/ou quando aquele em que participa engloba mais de uma luta*)

- ☐ Não
- ☐ Sim, na área de gênero e/ou sexualidade
- ☐ Sim, na área de raça/etnia
- ☐ Sim, na área de ambiente
- ☐ Sim, na área de direitos/proteção dos animais
- ☐ Sim, na área de direitos urbanos/ acesso à cidade
- ☐ Sim, na área da democratização da mídia/comunicação
- ☐ Sim, na área da luta anticapitalista
- ☐ Sim, na área dos direitos trabalhistas (no geral)
- ☐ Sim, na área dos direitos trabalhistas (de profissionais que trabalham em Jornalismo)
- ☐ Outra: _____

(18) Qual a frequência com que...
(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.
3=muitas vezes; 2=às vezes; 1= poucas vezes; 0=nunca)

	3	2	1	0
...discute as condições de trabalho da categoria profissional com colegas de outras redações?				
...discute as condições de trabalho da categoria profissional com colegas da sua redação?				

(19) Qual o seu vínculo de trabalho?

- ☐ Contratado/a pela CLT
- ☐ Pessoa jurídica
- ☐ Contrato intermitente
- ☐ Estagiário/a
- ☐ Outra: _____

(20) Qual o cargo que ocupa atualmente?
(*Exemplo: repórter; editor/a; produtor/a; repórter especial; apresentador/a ou âncora; locutor/a; jornalista de dado; diretor/a de redação; chefe de redação; revisor/a; fotojornalista; gestor/a de redes sociais; redator/a; etc.*)

_____

(21) Quantos dias trabalha por semana?

_____

(22) Em média, quantas horas trabalha por dia?
(*Leve em consideração todo o tempo que dedica ao trabalho, seja ele executado em casa, redação e/ou locais de cobertura*)

_____

(23) Qual o número de horas que, em média, numa normal jornada de trabalho diária, trabalha...
(*Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.*)

	Não trabalho	Até 1 hora	Mais de 1h, até 2 horas	Mais de 2h, até 4 horas	Mais de 4h, até 6 horas	Mais de 6h, até 8 horas	Mais de 8 horas
...em casa?							
...na redação?							
...em locais de cobertura?							

(24) Se trabalha horas extra, é compensado/a (financeiramente, banco de horas etc.)?

- ☐ Sim, sempre
- ☐ Sim, muitas vezes
- ☐ Sim, algumas vezes
- ☐ Sim, poucas vezes
- ☐ Sim, mas raramente
- ☐ Não, nunca
- ☐ Nunca trabalho horas extra

(25) Quais dos seguintes elementos interferem negativamente no seu trabalho?
(Assinale tantas opções quantas considerar necessárias)

- ☐ Fragilidade do vínculo empregatício
- ☐ Carga de trabalho excessiva
- ☐ Carga horária excessiva
- ☐ Pressão para trabalhar em variados domínios (imagem, som, *software* etc.)
- ☐ Atraso recorrente no pagamento do salário
- ☐ Baixa remuneração
- ☐ Altos níveis de ameaça à segurança pessoal
- ☐ Estagnação na progressão dentro da empresa (remuneração, cargo e/ou função)
- ☐ Escassez de pessoal (jornalistas, cinegrafistas, designers etc.)
- ☐ Imposição de pautas e/ou enquadramentos
- ☐ Execução de tarefas e/ou funções não previstas no contrato de trabalho
- ☐ Prazos e restrições de tempo
- ☐ Falta de recursos materiais/financeiros para produzir informação
- ☐ Alta rotatividade de estagiários
- ☐ Falta de colegas (jornalistas) experientes (15 anos ou mais de profissão)
- ☐ Outra opção:_____

(26) Concorda com as seguintes afirmações?
(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta. S=sim; N=não; C/D=concordo/discordo em parte; S/O= sem opinião)

	S	N	C/D	S/O
Atualmente, mereço ser promovido/a (em termos de remuneração, cargo e/ou função).				
Acredito que poderei ser promovido/a (em termos de remuneração, cargo e/ou função) durante o próximo ano.				
Acredito que existe o perigo de ser despromovido/a ou perder o emprego durante o próximo ano.				
Sinto-me valorizado/a pela empresa.				
Sinto-me valorizado/a pelos/as colegas.				
O excesso de trabalho (tarefas e/ou horas) é frequente.				

(27) Se considerar que o excesso de trabalho (tarefas e/ou horas) é frequente, responda se concorda com as seguintes afirmações:
(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta. S=sim; N=não; S/O= sem opinião)

	S	N	S/O
Na maioria das vezes, o excesso de trabalho é resultado da minha própria iniciativa, não da pressão de terceiros.			
Na maioria das vezes tento diminuir o excesso de trabalho falando, a título individual, com superiores hierárquicos.			
Na maioria das vezes tento levar a discussão sobre o excesso de trabalho para junto de colegas e, coletivamente, procurar soluções.			
Na maioria das vezes não reluto contra o excesso de trabalho junto de superiores hierárquicos por receio de sanções.			
Na maioria das vezes não reluto contra o excesso de trabalho junto de superiores hierárquicos porque quero ser promovido/a.			
Na maioria das vezes não reluto contra o excesso de trabalho porque esse excesso é normal na profissão.			
Na maioria das vezes não me oponho ao excesso de trabalho porque tenho prazer no que faço			
Na maioria das vezes não me oponho ao excesso de trabalho porque a empresa não tem capacidade econômica para contratar mais pessoal			

(28) Independentemente da frequência com que o faça, atualmente desenvolve trabalho remunerado para outro empregador?
(Assinale tantas opções quantas considerar necessárias)

- ☐ Não
- ☐ Sim, na área de Jornalismo
- ☐ Sim, na área de Comunicação (Publicidade, Relações Públicas, Assessoria de Imprensa)
- ☐ Outra: _____

(29) Se desenvolve trabalho remunerado para outro empregador, responda: quais os principais motivos?

- ☐ Desenvolver novas habilidades
- ☐ Identificação com os ideais e objetivos do empregador
- ☐ Necessidade de complementar a renda

☐ Outra:_____

(30) Pensa deixar a profissão de jornalista a curto/médio prazo (nos próximos 3 anos)?

(Assinale tantas opções quantas considerar necessárias)

☐ Não
☐ Não sei, mas é uma questão em que penso com frequência
☐ Sim, devido à minha idade
☐ Sim, porque não compensa financeiramente
☐ Sim, porque toma demasiado tempo
☐ Sim, porque não sinto realização pessoal
☐ Sim, porque não há condições de autonomia profissional suficientes
☐ Outra**:**

_____

(31) Quais os principais canais que usa para se informar sobre o tema 'Regulação da Mídia'?

(Assinale tantas opções quantas considerar necessárias)

☐ Jornalismo hegemônico
☐ Jornalismo alternativo
☐ Movimentos sociais
☐ Associações/ instituições de formação e/ou profissionais
☐ Não é um assunto sobre o qual, normalmente, procure informação
☐ Outra: _____

(32) Concorda com as seguintes afirmações?

(Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta. S=sim; N=não; S/O= sem opinião)

	S	N	S/O
Regulação da mídia é um tema relevante para compreender a minha profissão.			
Regulação da mídia é um tema relevante para atuar na minha profissão.			
Regulação da mídia é um tema com impacto relevante na construção sócio-política do país.			
Regulação da mídia é um tema que, normalmente, é discutido nos espaços físicos e/ou círculos sociais em que me movimento.			
Sou estimulado/a a informar-me/ discutir sobre regulação da mídia por terceiros.			
Gostaria de obter mais informação sobre regulação da mídia mas não sei onde.			
Gostaria de obter mais informação sobre regulação da mídia mas não tenho tempo.			

(33) Qual o seu grau de concordância com as seguintes afirmações?

(*Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.* 4*=concordo totalmente; 3=tendo a concordar; 2= tendo a discordar; 1= discordo totalmente; 0= sem opinião)*

	4	3	2	1	0
Os manuais de ética profissional funcionam mais como valores abstratos (pouco definidos e pouco seguidos) do que como valores concretos (bem definidos e normalmente cumpridos).					
Para que manuais de ética profissional contribuam mais fortemente para a qualidade do jornalismo, é necessário que órgãos de regulação profissional (sindicatos, conselhos de ética etc.) tenham maior poder para aplicar penas efetivas a infratores (jornalistas e/ ou empresas).					

A criação ou aumento de poder de órgãos de regulação profissional (sindicatos, conselhos de ética etc.) para monitorar e aplicar penas (a jornalistas e/ou empresas) é prejudicial à liberdade de imprensa.					
Altos índices de concentração de propriedade de empresas de comunicação afetam gravemente a autonomia profissional de jornalistas.					
A atribuição de concessões públicas de rádio e televisão a políticos afeta gravemente a autonomia profissional de jornalistas.					
Ainda que jornais não estejam dependente de concessões públicas, é importante que existam órgãos que regulem a sua propriedade e conteúdo.					
Para uma mídia democrática é necessário que exista uma efetiva regulação estatal.					
Para uma mídia democrática é necessária que exista uma efetiva regulação pública.					
Para uma mídia democrática é necessária que exista uma efetiva regulação profissional.					
A legislação para a mídia presente na Constituição Brasileira é clara, atual e suficiente.					
Os marcos legais existentes para a regulação da mídia são, frequente e impunemente, violados.					

(34) Concorda com a criação de um órgão nacional que oriente e fiscalize o exercício da profissão de Jornalista?
(*Falamos de um órgão semelhante àqueles que já existem para outras profissões, como a Ordem dos Advogados do Brasil ou Conselho Federal de Medicina*)

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Sem opinião

(35) Acredita que a criação do Conselho Federal de Jornalismo, em 2004, teria sido benéfica para a categoria profissional e/ou para a população brasileira?

- ☐ Não, para nenhuma
- ☐ Sim, mas apenas/majoritariamente para a categoria profissional
- ☐ Sim, mas apenas/majoritariamente para a população brasileira
- ☐ Sim, para ambas
- ☐ Sem opinião
- ☐ Outro:_____

(36) Na sua opinião, o estado atual e efetivo da regulação da mídia no Brasil contribui para:
(*Responda a todas as linhas. Para cada uma assinale uma única opção de resposta.*
3=sim, muito;2=sim, mas pouco; 1=não; 0=sem opinião)

	3	2	1	0
fortalecer as rádios e TVs comunitárias?				
fortalecer o sistema público de comunicação?				
dificultar a concentração de propriedade cruzada?				
aumentar a participação social nas produções midiáticas?				
a democratização, pluralidade e transparência das outorgas de concessões públicas?				
fortalecer a pluralidade de posicionamentos ideológicos/políticos democráticos (no espectro esquerda-direita)?				

estimular a produção regional?				
estimular a produção independente?				
promover o respeito pela diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de classes sociais e de crença?				
promover a criação mecanismos de responsabilização das mídias por violações de direitos humanos?				
a definição de critérios legais e de mecanismos de transparência para a publicidade?				
a garantia de acesso à informação?				

(37) A sua idade?

_____

(38) A sua cor/raça/etnia?

- ☐ Branco/a
- ☐ Negro/a
- ☐ Amarelo/a
- ☐ Pardo/a
- ☐ Indígena
- ☐ Outra:_____

(39) A sua orientação sexual?

- ☐ Heterossexual
- ☐ Bissexual
- ☐ Homossexual
- ☐ Outra:_____

(40) O seu gênero?

- ☐ Homem
- ☐ Mulher
- ☐ Outra:_____

(41) A sua identidade de gênero?

(Cisgênera é a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer)

- ☐ Cisgênera
- ☐ Transgênera
- ☐ Outra opção:_____

(42) Qual o seu nível de formação?

(Assinale todas as opções em que se enquadra e não apenas o nível de formação mais elevado. No caso de nível incompleto - graduação em andamento, por exemplo -, por favor assinale a opção "outra" e especifique (nível e área de formação)

- ☐ Ensino médio
- ☐ Graduação (em Jornalismo ou Comunicação com habilitação em Jornalismo)
- ☐ Graduação (noutra área que não Jornalismo ou Comunicação com habilitação em Jornalismo)
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado (em Jornalismo ou Comunicação)

- [ ] Mestrado (noutra área que não Jornalismo ou Comunicação)
- [ ] Doutorado (em Jornalismo ou Comunicação)
- [ ] Doutorado (noutra área que não Jornalismo ou Comunicação)
- [ ] Pós-doutorado
- [ ] Outra: _____

(43) Em que faixa de renda você se enquadra?
(Renda individual, não a familiar)

- [ ] Sem rendimento
- [ ] Até 1 salário-mínimo (até R$ 998,00)
- [ ] De 1 a 2 salários-mínimos (de R$ 999,00 a R$ 1996,00)
- [ ] De 2 a 4 salários-mínimos (de R$ 1997,00 a R$ 3992,00)
- [ ] De 4 a 6 salários-mínimos (de R$ 3993,00 a R$ 5988,00)
- [ ] De 6 a 8 salários-mínimos (de R$ 5989,00 a R$ 7984,00)
- [ ] De 8 a 10 salários-mínimos (de R$ 7985,00 a R$ 9980,00)
- [ ] Acima de 10 salários-mínimos (acima de R$ 9980,00)

(44) É filiado/a a algum partido político?

- [ ] Sim
- [ ] Não

(45) No espectro político 'esquerda-direita', com qual das posições se identifica?

- [ ] Extrema-esquerda
- [ ] Esquerda
- [ ] Centro-esquerda
- [ ] Centro
- [ ] Centro-direita
- [ ] Direita
- [ ] Extrema-direita
- [ ] Nenhuma das opções

APÊNDICE B – BASE DE DADOS DO QUESTIONÁRIO

Acessível por meio do link: https://drive.google.com/drive/folders/1LuPxyGsTEnOuY-QyGag5mpsM7jo9yW4l?usp=sharing

APÊNDICE C – INFORMAÇÕES SOBRE ENTREVISTADOS/AS

Nome fictício	Gênero	Intervalo de idades (2019)	Cor/raça	Local do principal emprego (2019)	Nível hierárquico do cargo (2019)	Anos de atuação profissional (2019)	Renda (salário-mínimo)	Associado/a SINJOPE (2019)	Local do principal emprego (2021)
Arthur	Homem	30 a 39	Branco	Grupo A	Primeiro	Mais de 10 a 15	Acima de 10	Não	Grupo A
Adriano	Homem	50 a 59	Branco	Grupo A	Segundo	Mais de 20	Mais de 6 a 8	Sim	Outro: P-E/J
Ana	Mulher	20 a 29	Branca	Grupo A	Terceiro	Menos de 5	Mais de 2 a 4	Não	Outro: PR/ C
Bruno	Homem	30 a 39	Branco	Grupo B	Segundo	Mais de 10 a 15	Mais de 4 a 6	Não	SD
Benjamin	Homem	20 a 29	Negro	Grupo B	Terceiro	5 a 10	Mais de 2 a 4	Não	Grupo B
Bárbara	Mulher	40 a 49	Branca	Grupo B	Terceiro	Mais de 15 a 20	Mais de 2 a 4	Sim	Outro: P-E/C
Clara	Mulher	50 a 59	Branca	Grupo C	Segundo	Mais de 20	Mais de 6 a 8	Sim	Outro: PR/ C
Camila	Mulher	20 a 29	Parda	Grupo C	Terceiro	Menos de 5	Mais de 2 a 4	Não	Grupo C
Caio	Homem	20 a 29	Branco	Grupo C	Terceiro	Menos de 5 (estagiário)	Mais de 1 a 2	Não	Outro: P-E/J (estágio)
Davi	Homem	40 a 49	Pardo	Grupo D	Terceiro	Mais de 10 a 15	Mais de 4 a 6	Sim	Grupo D
Dora	Mulher	20 a 29	Parda	Grupo D	Terceiro	5 a 10	Mais de 2 a 4	Sim	Grupo D
Dayane	Mulher	40 a 49	Branca	Grupo D	Primeiro	Mais de 15 a 20	Mais de 8 a 10	Sim	Grupo D + outro: PR/ J
Elaine	Mulher	30 a 39	Branca	Grupo E	Primeiro	Mais de 15 a 20	Mais de 6 a 8	Sim	Grupo E
Emanuel	Homem	30 a 39	Branco	Grupo E	Terceiro	Mais de 10 a 15	Mais de 2 a 4	Sim	Grupo E
Elis	Mulher	20 a 29	Parda	Grupo E	Terceiro	5 a 10	Mais de 2 a 4	Sim	Grupo E

As siglas P-E e PR na coluna 'Local do principal emprego (2021)'caracterizam a empresa ou instituição, quanto ao seu tipo de propriedade (Público-Estatal e PRivada, respectivamente), onde os/as entrevistados trabalham. C e J caracterizam o trabalho quanto à área de atuação (Comunicação e Jornalismo, respectivamente). SD significa Situação de Desemprego.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Apresentação da pesquisa e do pesquisador

Identificação do/a entrevistado/a: nome (anonimato?), idade, onde trabalha, função/cargo.

1. Pode fazer um breve historial do seu trajeto acadêmico e profissional?
2. O que o/a levou a optar pelo jornalismo?
3. Como entrou na empresa em que trabalha atualmente?
4. Pode descrever como decorre um dia normal do seu trabalho?
5. É frequente a interrupção de períodos de descanso (períodos fora da jornada de trabalho estabelecida) para trabalhar?
6. Tem facilidade para conciliar trabalho e vida pessoal?
7. Como avalia o ritmo (horas e carga) de trabalho?
8. Já sentiu necessidade de procurar ajuda médica/terapêutica para lidar com a rotina de trabalho?
9. Como caracterizaria o ambiente de trabalho (na redação)?
10. Considera haver muita ou pouca solidariedade e competividade entre jornalistas?
11. Qual é o nível de autonomia que tem para realizar o seu trabalho?
12. Já vivenciou ou presenciou alguma situação de violência (assédio moral, sexual ou outra) em contexto de trabalho?
13. Levando em conta as responsabilidades que tem e o trabalho que desenvolve, como avalia a sua remuneração?
14. Como avalia as condições de trabalho de jornalistas na atualidade?
15. Tem familiaridade com o tema ’regulação da mídia’? E da profissão?
16. Como avalia a questão da obrigatoriedade do diploma de ensino superior para aceder à profissão? E outros mecanismos para fiscalizar a atuação profissional, considera serem necessários?
17. Que avaliação faz da regulação de mídia no Brasil?
18. Quais os pontos em que julga ser mais urgente avançar? Existem alguns em que julga ser importante não haver qualquer tipo regulação?
19. Está, de alguma forma, envolvido/a nessas disputas?
20. Na sua opinião, a propriedade de mídia no Brasil está mais próxima da concentração ou dispersão?
21. Conhece a Comissão do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco (SINJOPE)?
22. Qual a sua relação com o SINJOPE
23. Que avaliação faz da atuação do SINJOPE?
24. Está envolvido/a com algum outro organismo que represente e atue em favor dos interesses da categoria?
25. Quais são suas expectativas profissionais futuras?
26. Para você, quais os principais ganhos e/ou fontes de prazer no trabalho de jornalista?

Há alguma questão sobre o jornalismo e/ ou trabalho de jornalistas que gostasse de abordar e não foi tocada na entrevista?

Obrigado pela disponibilidade!

ROTEIRO DE ENTREVISTA DETALHADO

Temática central: ENTRADA NO CAMPO/ PROFISSÃO

1. **Pode fazer um breve historial do seu trajeto acadêmico e profissional?**
   (Formação? Primeiras experiencias profissionais? Relação entre as expectativas cultivadas durante a trajetória de formação – ensino superior? – e entrada no mercado de trabalho?)

2. **O que o/a levou a optar pelo jornalismo?**
   (Jornalistas na família? Vocação/paixão – pela escrita, comunicação etc.? Oportunidade que, de forma não muito planejada, surgiu – nesse caso, por que permaneceu? Intervir na construção da sociedade? Facilidade de acesso à profissão/ dificuldade de acesso a outras profissões?)

3. **Como entrou na empresa em que trabalha atualmente?**
   (contato informal por parte da empresa ou do/a próprio/a, processo seletivo, indicação de terceiros etc.? Que características pessoais e/ou profissionais julga terem sido mais importantes para que tivesse sido contratado/a [e para desempenhar a função/ cargo que desempenha atualmente])?

Objetivo: introdução a perguntas mais delicadas; tentativa de definir um panorama geral que dê pistas para a condução da entrevista

4. **Pode descrever como decorre um dia normal do seu trabalho?**
   (Que atividades? Com quem?)

Temática central: DIVISÃO TRABALHO/CASA (cuidado para que as respostas não sejam referentes apenas ao período da pandemia)

5. **É frequente a interrupção de períodos de descanso (períodos fora da jornada de trabalho estabelecida) para trabalhar?**
   (Se sim, normalmente essa interrupção acontece por iniciativa própria?)

6. **Tem facilidade para conciliar trabalho e vida pessoal?**
   (De que forma o trabalho afeta a vida pessoal – e vice-versa? Com que frequência gostaria de participar em atividades culturais, familiares etc. mas não o faz por motivos de trabalho?)

Temática central: SAÚDE

7. **Como avalia o ritmo (horas e carga) de trabalho?**
   (Questão relacionada ao stress ou outros problemas de saúde, decorrentes das atividades e/ ou relações de trabalho em que está envolvido/a)

8. **Já sentiu necessidade de procurar ajuda médica/terapêutica para lidar com a rotina de trabalho?**

(Se sim, procurou essa ajuda? No que ela resultou? Se não procurou, porquê?)

Temática central: RELACIONAMENTOS I

9. **Como caracterizaria o ambiente de trabalho (na redação?)?**

(Relacionamento/s com chefias, pares e subordinados)

10. **Considera haver muita ou pouca solidariedade e competividade entre jornalistas?**

(Solidariedade e competividade para fazer o quê? Quais os motivos [da muita ou pouca solidariedade e/ou competitividade]? Dentro da redação e entre redações? Para que – muita ou pouca solidariedade e/ou competividade – tem contribuído principalmente? Julga importante alterar isso? Como?)

Temática central: AUTONOMIA

11. **Qual é o nível de autonomia que tem para realizar o seu trabalho?**

(De que forma ele [baixo, médio ou elevado] se manifesta [dê exemplos]? A que se deve? Julga que o seu nível de autonomia é compartilhado pela maioria dos jornalistas que trabalham na redação?) Em caso de baixa autonomia, como se posiciona frente a ela)?

Temática central: VIOLÊNCIA E SEGURANÇA

12. **Já vivenciou ou presenciou alguma situação de violência (assédio moral, sexual ou outra) em contexto de trabalho?**

(Pode dar exemplo? Casos semelhantes são frequentes? Como são combatidos ou evitados? Quais os atores [que cometem e que sofrem a violência] mais frequentemente envolvidos?)

Temática central: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL I

13. **Levando em conta as responsabilidades que tem e o trabalho que desenvolve, como avalia a sua remuneração?**

(Tem havido valorização? Se não em termos de remuneração, noutros?)

14. **Como avalia as condições de trabalho de jornalistas na atualidade?**

(Piora? Melhora? Em função de quê?)

Temática central: REGULAÇÃO

15. **Tem familiaridade com o tema ’regulação da mídia’? E da profissão?**

(Tema presente entre jornalistas? Motivado por discussões do sindicato? Que canais utiliza para se informar? Porquê?)

16. **Como avalia a questão da obrigatoriedade do diploma de ensino superior para aceder à profissão? E outros mecanismos para fiscalizar a atuação profissional, considera serem necessários?**

(Porque considera que o diploma deve, ou não, ser obrigatório? E o porquê da fiscalização, ou não, da atuação profissional? Em caso afirmativo, como?)

17. **Que avaliação faz da regulação de mídia no Brasil?**

(Sugestão de focalizar os temas 'propriedade', 'conteúdo', 'financiamento' e/ou outros)

18. **Quais os pontos em que julga ser mais urgente avançar? Existem alguns em que julga ser importante não haver qualquer tipo regulação?**

(Regulação de propriedade? Regulação de conteúdo? Que regulação [pública, profissional, estatal?]

19. **Está, de alguma forma, envolvido/a nessas disputas?**

(Seja na discussão dos temas com pessoas próximas ou integrando movimentos e/ou associações voltadas para esses temas? Se não, por quê? Se sim, por quê? Como? Julga importante – e possível – que jornalistas estejam envolvidos/as em tais disputas? Porque sim, porque não?)

20. **Na sua opinião, a propriedade de mídia no Brasil está mais próxima da concentração ou dispersão?**

(Motivos da concentração e/ou dispersão? Efeitos? Sobre quem? Deveria, ou poderia, se alguma forma ser alterado? Como?)

Temática central: RELACIONAMENTOS II

21. **Conhece a Comissão do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco (SINJOPE)?**

22. **Qual a sua relação com o (SINJOPE)?**

(Está associado? Participa com frequência?)

23. **Que avaliação faz da atuação do SINJOPE?**

(Como avalia a estrutura e funcionamento? Acredita que representa bem a categoria? Considera que as ações estão alinhadas com as pautas mais necessárias e urgentes? Tem alcançado bons resultados? É suficientemente ativo? Está suficientemente presente nos espaços de trabalho e/ou onde os trabalhadores se

encontram? A comunicação entre sindicato e associados é suficiente e efetiva?)

24. Está envolvido/a com algum outro organismo que represente e atue em favor dos interesses da categoria?

Temática central: TRAJETÓRIA E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL II

25. Quais são suas expectativas profissionais futuras?

(Mobilidade na carreira? Julga que uma situação futura de bem-estar estável é compatível com a profissão de jornalista?)

26. Para você, quais os principais ganhos e/ou fontes de prazer no trabalho de jornalista?